

Batalha de Aljubarrota: Novos elementos interpretativos

Nuno Filipe Poínhas Pires

Tese de Doutoramento em História

Especialidade em Arqueologia

Outubro 2018

Este trabalho foi redigido obedecendo às novas regras do Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa

Dedicado à memória de F. E. Rodrigues Ferreira (1943-2014)

Ilustre arqueólogo, mentor, colega e amigo.

Obrigado Fernando por tudo quanto me ensinaste, por mais de uma década de trabalhos em equipa e aventuras arqueológicas, mas principalmente por uma profunda amizade!

Agradecimentos

Os agradecimentos, de uma maneira geral, constituem já uma tradição e presença obrigatória em projetos e dissertações académicas. Porém, mais do que uma formalidade, devemos considerar que um trabalho académico, independentemente da sua natureza, dimensão ou objetivo, dificilmente estará circunscrito ao conhecimento e dedicação individual do aluno. A intervenção direta dos orientadores, no caso das dissertações, e todo o suporte conferido por professores e colegas, são elementos determinantes para o sucesso de qualquer empreendimento universitário. Mas este apoio, intelectual e logístico, não se limita aos circuitos académicos. Todo um conjunto de instituições, entidades (públicas e privadas) e individualidades, contribuem (e muito), para a concretização da investigação académica em geral.

Algumas áreas científicas, como o caso da arqueologia, necessitam obrigatoriamente de uma intervenção multidisciplinar, portanto, encontrar-se-á permanentemente em estreita relação com outras áreas do saber e, por conseguinte, com outros investigadores. Por este motivo, e respondendo às necessidades de projetos arqueológicos mais densos, o envolvimento de equipas multidisciplinares representa um recurso inestimável em todas as etapas do trabalho. O resultado final apenas tem a beneficiar.

Considerando a franca abrangência que uma dissertação pode alcançar, no que respeita a recursos (logísticos, mas principalmente humanos), torna-se claro que os agradecimentos habitualmente concedidos neste espaço são profundamente sinceros. Pretendem estas observações introdutórias reforçar que o trabalho que em seguida iremos apresentar é o resultado de um esforço coletivo pelo qual estou inteiramente grato e consciente que de outra forma não teria sido possível a sua concretização. O meu agradecimento é, por isso mesmo, alargado.

Individualmente, reconheço todo o processo de aprendizagem que esta interligação multidisciplinar me proporcionou, ao que não faltou um regozijo intelectual partilhado, um permanente ambiente motivacional, mesmo nos momentos mais tensos, e a perseverança quanto aos objetivos e convicções da nossa investigação.

Desta forma, começo por agradecer aos elementos que, a par do aluno, se envolveram mais intimamente na investigação: os respetivos orientadores. O processo de orientação exige uma profunda dedicação em todas as etapas do processo, o que representa um inestimável suporte e diretriz no seu modo operacional e executório. Esta investigação beneficiou da participação de três orientadores.

Recordo o ano de 2010 quando, logo após ter concluído o Mestrado, o Doutor F. E. Rodrigues Ferreira, colega nas demandas arqueológicas e amigo íntimo, deu início a uma verdadeira campanha de incentivo para que desse continuidade à atividade académica. Durante os meses seguintes esse tema era assunto recorrente. Debatíamos, com igual entusiasmo, acerca da temática, das metodologias, das problemáticas e de todo um conjunto de processos que envolvem um projeto desta natureza. Desde cedo que Aljubarrota captou a nossa atenção. Apesar do trabalho ter principiado logo no ano seguinte, de 2011, um início académico atribulado em outra instituição de ensino levou à sua interrupção e ao cancelamento da matrícula.

Apenas em 2013 com a inscrição na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, é que se retomou a atividade. A nossa prioridade seria justamente dotar o projeto de uma orientação adequada à área científica e ao tema definido. Por este motivo, dirigimos o convite à Professora Doutora Rosa Varela Gomes, com quem já tínhamos partilhado anteriores projetos de investigação e a quem reconhecemos uma vasta experiência arqueológica nos mais variados contextos, incluindo a orientação de trabalhos de sondagem arqueológica em campo de batalha. Sem hesitar, concordou em colaborar e orientar os trabalhos. Este convite para orientação foi ainda extensível ao Professor Doutor João Gouveia Monteiro, da Universidade de Coimbra. A sua ligação a Aljubarrota era evidente e não podia ser ignorada. Além de uma vasta produção literária sobre o tema, contava ainda com experiência na coordenação de trabalhos científicos realizados no campo de batalha. A primeira vez que privámos foi no final de uma palestra, onde justamente tinha acabado de apresentar as suas reflexões sobre Aljubarrota a uma atenta plateia. O encontro seguinte decorreu no casal da Amieira – Batalha, onde no sopé da encosta norte do planalto de São Jorge, junto da ponte do Boitaca, acedeu em participar e orientar esta dissertação. Com as ironias do destino sempre à espreita, firmámos este acordo justamente no horizonte da *Primeira Posição Portuguesa*, sobre a qual se debruça a nossa investigação.

Ao longo dos anos seguintes as etapas estabelecidas foram acompanhadas em estreita proximidade pelos orientadores, mantendo sempre um papel participativo, e determinante, nas decisões e reformulações requeridas. O meu agradecimento pelo esforço e incansável dedicação por parte destes três orientadores. Infelizmente, no final de 2014, escassas semanas após o tema ter sido apresentado e aprovado pela comissão científica, o Doutor F. E. Rodrigues Ferreira deixou-nos subitamente. A ele dedico este trabalho, do qual foi mentor e importante colaborador.

A participação institucional foi um complemento requerido logo desde o início. Sublinho que todas as instituições, públicas e privadas, a quem recorremos para solicitar suporte, acederam, de alguma forma, aos nossos pedidos com uma prontidão assinalável. Por esse motivo, gostaria de agradecer à Câmara Municipal da Batalha, representada pelo seu presidente, o Dr. Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, no que respeita ao apoio financeiro reservado às sondagens geofísicas e pelo apoio logístico prestado às sondagens arqueológicas. Também o envolvimento da Fundação Batalha de Aljubarrota foi determinante, tendo prestado apoio logístico no decorrer de todos os trabalhos de campo e por ter disponibilizado o arquivo do Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota (CIBA) para consulta e investigação. Agradeço ao arq.^{to} João Mareco, na qualidade de diretor do CIBA, a simpatia e disponibilidade com que acolheu este projeto e pela recetividade demonstrada aos elementos da nossa equipa.

Para colmatar a inexistência de técnicos e equipamento necessário para uma sondagem geofísica, dentro da instituição de ensino, foi necessário recorrer ao sector privado. Não nos foi possível estabelecer parceria com as universidades que lecionam o curso de engenharia física, devido, principalmente, ao equipamento disponível se encontrar obsoleto. Assim, apresentámos a nossa proposta à empresa Morph Lda, representada pelo seu sócio-gerente, o arqueólogo Dr. Miguel Almeida, e pelo eng.^o Nuno Barraca, que demonstraram uma respeitosa compreensão relativa às limitações orçamentais do projeto. Por sugestão dos próprios, acederam em executar as sondagens sem quaisquer fins lucrativos. As despesas de manutenção (na logística e equipamento) foram suportadas, como referimos, pela Câmara Municipal da Batalha. O meu agradecimento à Morph Lda pelo seu apoio e também pela flexibilidade e rigor demonstrados na calendarização e execução dos trabalhos de campo.

Quando delimitámos a área de intervenção, para as sondagens, constatámos que o terreno assinalado era privado. Desde as nossas primeiras abordagens que os proprietários, a Sr.^a Dona Isabel Marques e o Sr. João Carlos Ligeiro, demonstraram uma receptividade dignificável, tendo autorizado as sondagens previstas sem demonstrar objeções à sua execução, porém, mantendo algumas reservas relativamente à integridade do terreno e arvoredos. Recordo ainda a companhia e partilha de histórias por parte da Dona Isabel no decurso das sondagens e a participação do Sr. João Carlos que não se inibira de, ao nosso lado, executar trabalhos de limpeza no terreno. A ambos um especial agradecimento.

Ainda durante o processo de autorização dos trabalhos, tivemos a oportunidade de nos reunir com a Dr.^a Maria Antónia Amaral da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), responsável pelas atividades arqueológicas no Campo Militar de São Jorge. Agradecemos o interesse demonstrado por este projeto, assim como a partilha de preciosas impressões e informação relevante aos trabalhos de campo. Não podia também deixar de agradecer ao coronel Luís Sodré de Albuquerque, diretor do Museu Militar de Lisboa, e ao coronel de engenharia José Paulo Berger, o acompanhamento na visita ao museu e o acesso concedido às reservas da instituição.

Relativamente às sondagens, os trabalhos contaram com a imprescindível participação de colegas e amigos que colaboraram a título voluntário e cuja concretização apenas foi possível contando com o seu envolvimento. A todos agradeço o esforço nas muitas horas que dedicaram aos trabalhos no exterior. Agradeço ao eng.^o Nuno Barraca, ao Dr. Diogo Rodrigues, ao Dr. Pedro Jorge Ribeiro e aos arqueólogos Dr. Rui Ribolhos e Dr. António Branco. Agradeço também ao meu pai, Francisco Pires, que tendo auxiliado nas sondagens arqueológicas não se inibiu, inclusivamente, em participar nos trabalhos mais pesados.

Na produção dos suportes digitais agradeço à minha irmã, a arq.^{ta} Márcia Pires, a construção dos modelos tridimensionais geográficos, que em muito enriqueceram o suporte visual e a leitura do terreno. Agradeço ainda a todos os colegas, amigos e familiares que contribuíram, de algum modo, para alcançar os objetivos do projeto. Um último e bem sentido agradecimento à minha esposa e filhos pela compreensão e motivação demonstradas ao longo das muitas horas em que estive ausente, em exclusiva dedicação a este trabalho. A eles um carinho muito especial!

BATALHA DE ALJUBARROTA: NOVOS ELEMENTOS INTERPRETATIVOS

NUNO FILIPE POÍNHAS PIRES

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Batalha; Aljubarrota; Medieval; Arqueologia

Ao cair da tarde de 14 de agosto de 1385, firmou-se no planalto de São Jorge a Batalha de Aljubarrota. A hoste anglo-portuguesa defrontara uma poderosa coligação franco-castelhana pela pretensão à coroa de Portugal, tendo alcançado uma derradeira vitória. Durante os séculos que se seguiram, os ecos de Aljubarrota mantiveram o episódio na memória dos portugueses. O estudo desta batalha ficara circunscrito às reflexões e reconstituições teóricas assentes em fontes documentais. No entanto, a partir de meados do século XX, com os primeiros ensaios arqueológicos no campo de batalha, a investigação sobre Aljubarrota adquire novos contornos, mais profundos e incisivos. O recorrente recurso a novos métodos e equipamento científico nos trabalhos de campo tem motivado novas teorizações e reformulações, mais distantes das anteriores, tendo em vista uma maior aproximação à realidade dos acontecimentos. No seguimento deste conjunto de novos trabalhos de ordem prática, foi proposto para dissertação de doutoramento em arqueologia, a continuidade das sondagens no terreno. Tendo a hoste portuguesa sido disposta em dois locais distintos no dia batalha, um primeiro local apenas de avistamento e um segundo de confrontação, optámos por limitar a análise a uma destas posições. Os anteriores trabalhos arqueológicos centraram-se na segunda posição, a qual constitui o campo de batalha, o que nos influenciou a investigar, com semelhante metodologia e igual rigor, a primeira posição portuguesa em São Jorge. O presente projeto tenta, deste modo, identificar novos elementos interpretativos que permitam alargar a compreensão táctica que envolvia duas posições num mesmo terreno, cada uma com o seu propósito mas partilhando do mesmo objetivo: obter uma vitória retumbante através de uma batalha campal.

ABSTRACT

KEYWORDS: Battle; Aljubarrota; Medieval; Archaeology

On the afternoon of August 14, 1385, occurred the battle of Aljubarrota on the plateau of S. Jorge. An Anglo-Portuguese host had faced a powerful Franco-Castilian coalition for its claim to the Portuguese crown, having achieved, in the end, a victory. During the following centuries the echoes of Aljubarrota maintain the event live inside of the Portuguese's memory. The study of this battle was for a long time confined to theoretical reconstitutions based only on documentary sources. However, from the mid-twentieth century, when the first archeological intervention on the battlefield takes place, researchers acquired new elements for study (pits and moats). Since then, the resource to new methods and scientific equipment in the field has motivated new historical formalizations, with results closer to the reality of the battle. Following the same methodology applied so far in the battle field, it was proposed for a PhD dissertation in archeology, the continuity of the survey and archeological investigation in Aljubarrota. Considered that Portuguese host was arranged in two different locations on the battle day, a first place where both enemies just stand in vision and a second one where the confrontation take place, we chose to examine one of these positions. The previous archaeological work focused only on the second position, which belong the battlefield. Our work pretends to extend the archaeological work to the first battle position. This project attempts to achieved new interpretative elements that allow us to understand a tactical conception that involved two positions on the same terrain, each one planed for a purpose but both sharing the same objective: to obtain a victory in a battle.

Índice Geral

Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento histórico	6
1.1 – A Crise de 1383-1385	6
1.1.1 – O fim da primeira dinastia	6
1.1.2 – Os anos da guerra sucessória (1383-1385)	22
1.1.3 – O começo da dinastia joanina (1385-1433)	29
1.2 – A arte militar europeia nos finais da Idade Média	35
1.3 – A arte militar ibérica nos finais da Idade Média.....	59
1.4 – Armamento tardo-medieval	103
Capítulo II – Aljubarrota: estado da arte.....	123
2.1 – Crónicas e outras fontes	124
2.1.1 – As principais fontes escritas e os seus autores	127
2.1.2 – Outros testemunhos da Batalha de Aljubarrota	153
2.2 – Evidências arqueológicas	158
2.2.1 – Artefactos encontrados em S. Jorge.....	168
2.3 – Reconstituição teórica.....	174
Capítulo III – Confrontos em solo português.....	190
3.1 – Batalha de Atoleiros	192
3.2 – Episódio de Divor.....	200
3.3 – Batalha de Trancoso	205
3.4 – Batalha de Aljubarrota	213
3.5 – <i>Modus operandi</i> de Nun' Álvares	247
Capítulo IV – Primeira Posição Portuguesa.....	258
4.1 – Problemáticas e objetivos	264
4.2 – Morfologia	267
4.2.1 – Descrição geral	269

4.2.2 – Declives.....	269
4.2.3 – Rede viária	272
4.2.4 – Manto vegetal	276
4.2.5 – Geologia e solos	279
4.3 – Proposta de localização.....	284
Capítulo V – Sondagem geofísica	309
5.1 – Metodologia	311
5.1.1 – Detetorismo.....	313
5.1.2 – Gradiometria magnética	318
5.1.3 – Resistividade elétrica.....	322
5.1.4 – Refração sísmica	325
5.1.5 – Georadar (GPR).....	327
5.2 – Resultado da sondagem geofísica.....	330
5.3 – Considerações.....	337
Capítulo VI – Sondagem arqueológica	340
6.1 – Arqueologia dos campos de batalha	345
6.2 – Metodologia	349
6.3 – Resultado da sondagem arqueológica.....	357
6.4 – Considerações.....	360
Capítulo VII – Planeamento estratégico	365
7.1 – A inevitabilidade de um confronto armado	373
7.2 – Sucesso tático	380
7.3 – Articulação do dispositivo defensivo	396
Conclusão.....	427
Bibliografia	433
Anexos	485

Lista de abreviaturas

CC – Crónica do Condestabre de Portugal

CDJ – Crónica de D. João I

CDF – Crónica de D. Fernando

CDP – Crónica de D. Pedro

CF – Chroniques de Froissart

CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

CRC – Cronica de los Reys de Castilha

GM – El Gobierno Monarquico

LC – Leal Conselheiro

LCE – Libro del cavallero et del escudero

LE – Libro de los Estados

LEBC – Livro da Enssynança de bem Cavalgar toda a Sela

LSP – Las Siete Partidas

RNT – Reyes Nuevos de Toledo

RP – Regimine Principum

TGP – Tratado del Gobierno de los Príncipes

Introdução

Quando, por algum motivo ou circunstância, é evocada a Batalha de Aljubarrota, rapidamente nos apercebemos da relevância histórica do tema, da sua dignidade cívica e da importância da mensagem que se tenta transmitir. A frequente evocação do mais célebre combate da história medieval portuguesa tem servido variados propósitos, em contextos distintos, não causando estranheza a sua associação a compêndios de história, a manuais militares, a discursos políticos e a louvores patrióticos, ou mesmo a manifestos eclesiásticos, espraçando-se inclusive pelo romance, pelo lendário e pelo fértil campo do imaginário. Estaremos de acordo em reconhecer que esta versatilidade é um dos melhores testemunhos da extraordinária importância deste acontecimento histórico.

Volvidos 633 anos, Aljubarrota teima em manter-se viva na nossa memória. Há efetivamente um esforço para preservar essa lembrança, como se deduz da sua presença nos manuais escolares, da sua regular evocação social, política e religiosa em diferentes meios de difusão e comunicação, cuja oferta vai muito para além da literatura, contando ainda com adaptações televisivas, teatrais, cinematográficas e outras, mais consentâneas com os modernos meios e suportes audiovisuais. Independente dos recursos utilizados, esta permanente evocação configura uma homenagem a todos os envolvidos no confronto armado que opôs anglo-portugueses a franco-castelhanos no dia 14 de agosto de 1385, no planalto de São Jorge.

No entanto, é apenas por via da investigação especializada que a reconstituição do episódio e do respetivo contexto nos pode aproximar verdadeiramente da realidade ocorrida naquele final de tarde, decisivo para a história da Península Ibérica. O esforço e a dedicação apaixonada de muitos historiadores, civis e militares, que durante décadas divulgaram os resultados das suas pesquisas, propostas e reflexões, possibilitaram que o tema se mantivesse sempre na ordem do dia, ou seja, alimentaram regularmente o debate e estimularam a apresentação de novas perspetivas e abordagens. Com o aparecimento das novas metodologias e tecnologias científicas colocadas ao dispor dos historiadores e dos arqueólogos, verificou-se uma evolução rumo a uma investigação de carácter mais especializado e mais prático, que foi procurando certificar, ou contrariar, as muitas propostas e reconstituições teóricas

constantemente avançadas. É justamente neste ambiente científico que operam ciências como a arqueologia, a antropologia forense, a engenharia geofísica e a topografia, entre outras, as quais visam essencialmente a procura de testemunhos físicos relacionáveis com a batalha, ou pelo menos mais próximos desta. Naturalmente, foi sobretudo o campo de batalha propriamente dito que se afirmou como o centro das atenções. Este encontra-se de certo modo referenciado desde 1393, graças à construção de um monumento religioso mandado erigir por Nuno Álvares Pereira para evocar a posição da vanguarda portuguesa no dia da batalha; ainda hoje, essa ermida presta culto à vitória do Condestável em Aljubarrota.

No início do terceiro quartel do século XX alcançou-se um *ponto de não retorno* no que diz respeito à investigação científica sobre o combate de São Jorge, em resultado da primeira campanha arqueológica realizada no campo de batalha, sob a direção do Tenente-Coronel Afonso do Paço. Em resultado dessa ampla pesquisa, foi colocada a descoberto uma parte do sistema defensivo português (formada por covas de lobo e por fossos). A evidência destes dispositivos, juntamente com uma numerosa coleção osteológica e com alguns fragmentos de armas encontrados no local, influenciaram fortemente as reformulações teóricas subsequentes: a partir desse momento, elas passaram, na sua maioria, a assumir a existência de uma defesa planeada e estruturada por parte da hoste de D. João I e do Condestável.

Desde então, procedeu-se a novos trabalhos arqueológicos no campo de batalha, articulados com outros meios menos intrusivos, nomeadamente com a prospeção geofísica e a reconstituição geográfica. Contudo, a área efetivamente escavada apenas representa uma parte do campo de batalha, pelo que realçamos a necessidade de continuação dos trabalhos de investigação no terreno.

Os avanços científicos relacionados com a investigação em São Jorge foram acompanhados de perto por uma reformulação na forma de encarar a batalha, dentro do contexto daquilo que era a arte militar medieval europeia nos finais da Idade Média. O estudo aprofundado destas matérias revelou-se algo complexo e a batalha passou a ser analisada muito para além do curto intervalo de tempo em que decorreu a sua ação. Preceitos estratégicos e táticos, planeamento ponderado e antecipado, escolha do terreno, os modos medievais de fazer a guerra, são apenas alguns dos

aspetos que têm vindo a ser esmiuçados pela mais recente historiografia, com resultados muito satisfatórios.

Foram justamente as informações obtidas nos trabalhos de campo e os avanços teóricos registados sobre o tema que motivaram a nossa pretensão de participar (e, se possível, de contribuir positivamente) no *dossier* de Aljubarrota. A simples possibilidade de um envolvimento direto na reconstituição deste magno episódio histórico constituiu para nós uma motivação deveras inspiradora!

Entre as diversas problemáticas que envolvem o tema, e que mantêm em grande medida o debate aceso, havia uma que se destacava pela sua singularidade, quando comparada com outros episódios militares coevos. É que, no caso de Aljubarrota, as fontes assinalam duas posições no terreno, ou seja, dois locais distintos (dentro do mesmo planalto) em que a hoste anglo-portuguesa esteve disposta no dia da batalha. Numa primeira frente, os adversários apenas se avistaram (avaliando-se de uma forma estudada), mas na segunda acabariam mesmo por enfrentar-se.

Porém, apenas os mais recentes trabalhos produzidos sobre o tema, a maioria deles de cunho ou com enquadramento académico, é que admitem uma articulação táctica devidamente planeada entre as duas posições, nos termos da qual a primeira posição constituía uma manobra de diversão e a segunda, escolhida e reforçada antecipadamente, correspondia ao terreno de maior probabilidade da peleja. Apesar desta valorização teórica (ainda que modesta), a denominada *Primeira Posição Portuguesa* carecia ainda de sugestões de localização mais precisa, pois apenas se conhecia a sua ‘zona de alcance’ e não o local exato da respetiva implantação. Para além disso, o tema requeria uma investigação mais profunda, para que pudesse ser melhor compreendido o seu real objetivo e a sua importância táctica dentro do episódio de Aljubarrota.

A esmagadora maioria dos estudos sobre a batalha que foram publicados até à transição do século XX para o XXI não reconhecia, sequer, qualquer função ou objetivo pré-determinado para a Primeira Posição. Esta seria simplesmente uma ‘frente de desafio’, à vista da qual o exército franco-castelhano declinou o combate. Esta minimização é compreensível, precisamente pelo facto de aqui não se ter registado qualquer confronto armado! Este aspeto, desvalorizador da Primeira Posição e do seu potencial valor táctico, captou, todavia, o nosso interesse! Sem prejuízo da atenção que

deve continuar a ser dedicada à Segunda Posição, através do estudo renovado do campo onde efetivamente se feriu a batalha, sentimos haver espaço e necessidade para reavaliar a questão da Primeira Posição anglo-portuguesa no planalto de São Jorge; numa palavra, considerámos que a utilização de recursos e metodologias semelhantes aos aplicados no terreno onde se registou a chacina do final da tarde de dia 14 de agosto de 1385 poderiam permitir alcançar resultados interessantes e capazes de nos fazer entender melhor o significado tático real da posição ocupada pelas tropas de Nuno Álvares logo pela manhã da segunda-feira mais famosa da história portuguesa.

Partimos de um pressuposto bastante simples: se no dia do combate crucial a hoste portuguesa estacionou deliberadamente numa primeira frente, esperando conseguir provocar aí o combate, então haveria uma probabilidade de terem fortificado o local (à semelhança do que foi realizado no campo de São Jorge). Se, por outro lado, a Primeira Posição apenas foi considerada para ludibriar o adversário, prevendo antecipadamente que este declinaria a peleja neste local, então dificilmente a hoste portuguesa dedicaria tempo e recursos à sua fortificação. Assumimos que a ponderação tática anglo-portuguesa em Aljubarrota teria conjugado uma articulação intencional entre as duas posições. Este aspeto resultaria numa Primeira Posição desprovida de defesas acessórias e, pelo contrário, numa Segunda Posição previamente estruturada para o confronto, como aliás a arqueologia vem sugerindo.

Decidimos, perante esta equação, investigar no terreno uma tal probabilidade. Para o efeito, optámos por uma metodologia com eficácia comprovada no próprio campo de batalha: o recurso a uma sondagem geofísica seguida de uma sondagem arqueológica, com o objetivo de determinar a existência de testemunhos, ou de estruturas defensivas, neste local. Contudo, para este efeito, era necessário determinar, à partida, o exato local da Primeira Posição Portuguesa, desconhecido até ao momento.

O trabalho que em seguida iremos apresentar está seccionado em sete capítulos. O primeiro é dedicado ao enquadramento histórico da batalha e aos preceitos militares da sua época, incluindo o respetivo armamento. Num segundo capítulo, iremos apresentar o estado da arte (importante para expormos todas as bases teóricas de que nos servimos) e indicar os trabalhos de campo realizados até ao

momento, os quais constituíram uma referência importante para nossa investigação. No terceiro capítulo serão descritos, sucintamente, os principais confrontos armados ocorridos em Portugal e que antecederam de perto a batalha de Aljubarrota, assim como as várias etapas deste último acontecimento. Este capítulo terminará com uma descrição do modelo-padrão de combate do Condestável português.

A partir do quarto capítulo apresentaremos os resultados mais especializados, teóricos e práticos, decorrentes da presente investigação. No capítulo quatro, analisaremos mais a fundo toda a problemática associada à Primeira Posição e relacionada com os objetivos principais do nosso trabalho, para depois avançarmos com uma proposta fundamentada e inovadora da sua localização. Os capítulos cinco e seis serão dedicados aos trabalhos de campo (sondagem geofísica e sondagem arqueológica, respetivamente) e neles iremos descrever as metodologias aplicadas e os resultados obtidos. Por último, o capítulo sete será inteiramente dedicado à nossa proposta teórica de reconstituição tática da Batalha de Aljubarrota, articulando a reflexão teórica com os resultados obtidos nos trabalhos de campo.

Acrescentamos que, do ponto de vista arqueológico, esta proposta de trabalho revela-se algo incomum, pois procura, em boa verdade, afirmar a ausência de dispositivos de entrincheiramento defensivo na primeira frente, ou seja, atestar a sua inexistência no horizonte da Primeira Posição. A constatação através da ausência de evidências encontra-se intimamente associada à função tática que atribuímos ao local, assim como a uma reconstituição teórica ponderada. Pretendemos, com os resultados alcançados, avançar com novos elementos interpretativos, por mais limitados que estes possam ser, capazes de contribuir, ainda que modestamente, para um melhor conhecimento da Batalha de Aljubarrota. Antes mesmo de principiar a presente investigação tínhamos, necessariamente, de reunir uma equipa de trabalho e uma orientação pluridisciplinar, não apenas pela versatilidade dos métodos a utilizar, mas também pela alargada e diversificada partilha de conhecimentos, com relevância para os objetivos propostos. Esse requisito prévio foi plenamente alcançado, com bastante satisfação pessoal, e os resultados obtidos devem-se, em grande medida, ao salutar e firme compromisso que todos os intervenientes demonstraram relativamente a este projeto, bem como à sua capacidade para trabalhar em conjunto. A todos devo o meu mais sincero respeito e agradecimento.

Capítulo I – Enquadramento histórico

- **1.1 – A Crise de 1383-1385**

Uma correta abordagem das origens da Crise de 1383-1385 obriga a recordar primeiro, ainda que de forma breve, a evolução da situação política e social portuguesa no reinado de D. Fernando. Na verdade, foi aqui que germinaram as contradições que, após a morte deste monarca, conduziram à explosão de ódios e rivalidades que acabaram por levar a uma duríssima guerra com D. Juan I de Castela, centrada sobretudo nos anos de 1383-1385, mas que se prolongou em sequelas sucessivas, até cerca de 1400.

- **1.1.1 – O fim da primeira dinastia**

O rei D. Fernando (n. 1345) chegou ao poder ainda jovem (1367); dele se diz que era um homem de boa aparência, e Fernão Lopes, no Prólogo da *Crónica de Dom Fernando*, afirma mesmo que se distinguia dos outros adultos pelo seu porte e boa figura. Órfão de mãe muito cedo (Constança Manuel faleceu pouco tempo depois do seu nascimento), também não deve ter usufruído de grandes atenções da parte do seu duro pai, D. Pedro I *O Justiceiro*, que provavelmente seguiria com maior desvelo a infância dos filhos que tivera de Inês de Castro. Passada a sua meninice, Fernando, ficou sob a orientação de dois aios, um deles um experiente fidalgo de Entre Douro-e-Minho chamado Aires Gomes da Silva, que sabemos ter chegado mais tarde a ser alferes-mor do rei, seu embaixador e seu conselheiro próximo (A. MARTINS, 2009, pp. 21-22).

Para o estudo do reinado de D. Fernando dispomos de uma crónica de Fernão Lopes bastante minuciosa e, por isso, insubstituível. São igualmente conhecidos alguns Livros de Chancelaria (ainda não publicados), assim como os capítulos (gerais e especiais) de algumas das reuniões de Cortes promovidas por este rei,

designadamente em Lisboa (1371), no Porto (1372), em Leiria (1372 e 1376), em Torres Novas (1380) e em Santarém (1383)¹.

Ainda assim, a interpretação do reinado de D. Fernando coloca muitos problemas aos historiadores, sobretudo porque a narrativa de Fernão Lopes está inquinada pelo propósito de desvalorizar a pessoa e a obra d'*O Formoso*, com o fito de fazer sobressair a figura e a governação do seu sucessor e meio-irmão – o Mestre de Avis, o grande vencedor da batalha de Aljubarrota. Todavia, apesar de alegadamente manipulado por uma esposa sedutora e pérfida, foi no tempo de D. Fernando que Portugal – numa época de recidivas da peste – reorientou a sua política externa, promoveu reformas importantes ao nível da agricultura, do comércio e do ensino, do repovoamento do interior do reino, reorganizou o exército e a marinha, e, ainda, reconstruiu muralhas que se revelariam essenciais, ulteriormente, para salvaguardar as possibilidades da causa do Mestre de Avis.

É preciso perceber também o enquadramento internacional em que este reinado se desenvolveu. Portugal corria o risco de ser absorvido pelo seu vizinho castelhano, tanto mais que a dinastia Trastâmara (que se imporia a partir do assassinato de Pedro I de Castela em Montiel, em 1369) tinha como estratégia ir colocando elementos da sua Casa em cada uma das coroas peninsulares; Portugal serviu, aliás, de local de exílio a adeptos do conde de Trastâmara e, desde 1369, a muitos partidários de D. Pedro I *O Cruel*. Além disso, a situação ibérica tornava-se indissociável da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), travada entre a França e a Inglaterra, potências que arrastavam na sua órbita outras nações europeias, implicando-as no conflito e exigindo delas solidariedades militares (no caso ibérico, sobretudo apoio naval). Por fim, o cenário económico era muito desfavorável, com a Europa ainda longe de sair da crise em que mergulhara no início de Trezentos e que se agravara nas décadas seguintes; a segunda metade do século XIV foi um tempo de revoltas e conflitos sociais um pouco por toda a Europa!

Foi sob este signo que se iniciou a governação de D. Fernando. Logo a abrir, o rei enviou uma embaixada ao papa de Avinhão, Urbano V, que instou o monarca português a casar e a salvaguardar a posição diplomática portuguesa no cenário

¹ As primeiras reuniões de Cortes fernandinas devem ter tido lugar em Coimbra, em 1367 ou em 1369. Talvez tenha havido também Cortes em Évora (em 1374) e em Atouguia (em 1375).

ibérico. No mesmo ano (1367), perto de Santarém, D. Fernando recebeu embaixadores do rei de Castela (Enrique II) e do rei de Aragão (Pedro IV), que lhe traziam propostas de amizade que o monarca português acolheu favoravelmente (A. MARTINS, 2009, p. 32 e pp. 40-41). Também sabemos que, desde cedo, D. Fernando acautelou o restauro dos castelos e das muralhas urbanas do reino, assim como o respetivo povoamento (MONTEIRO, 1999, pp. 126-132 e 225-233), concretizando o projeto do pai, que rogara ao papa a canalização para o erário régio dos direitos eclesiásticos durante dez anos, de modo a, com essas verbas, poder reparar os muros, as torres, os fossos e as cisternas danificados pelos terramotos. É possível que, como admite Armando Martins (A. MARTINS, 2009, pp. 31-32), existisse já aqui alguma intenção do monarca de preparar o reino para uma guerra contra Castela.

A 23 de março de 1369, como referimos, deu-se o assassinato de Pedro I de Castela em Montiel. Nessa altura, alguns fidalgos da Galiza exilados na Corte portuguesa pediram ao rei português – descendente de Sancho IV de Castela, por via materna – que encabeçasse a luta contra o usurpador (Enrique II de Trastâmara), garantindo a Fernando que, “se este decidisse intervir na política interna do reino vizinho, multidões de descontentes acorreriam para o receber e aclamar. Também havia, na corte castelhana, exilados portugueses a pensar exactamente o mesmo, mas ao contrário” (DUARTE, 2006, p. 9)...

Estas demonstrações de descontentamento político entre reinos vizinhos que Luís Duarte menciona, alimentaram as ambições de ambos os monarcas, uma ideia que ressalta claramente do texto de Fernão Lopes: no que diz respeito ao *Formoso*, “quando vio que sem seu rrequerimento o mundo lhe offerecia caminho assi aazado pera cobrar tam grande honrra, sem mais esguardando contrairos que avïir podessem, determinou em toda maneira de seguir este feito e levar adeante, veendo em sua voontade tantas ajudas pera ello prestes que lhe pareceo ligeira cousa toda Castella seer sua em pouco tempo” (CDF, cap. XXVI, p. 91). Já no que toca a D. Enrique II, era aliciado por uma via semelhante: “como el-rrei [D. Fernando] nom estava bem aviindo com os fidallgos e poboos de sua terra por aazo do casamento de dona Lionor; e que os tiinha tam mall prestes pera seu serviço e com tam desvairadas voontades que entendia, se entrasse pello reino que ligeiramente o podia cobrar” (CDF, cap. LXVI, pp. 232-233).

O ambicioso monarca português, que herdara do pai uma grande quantidade de metal precioso e que dispunha de bons rendimentos fiscais, decidiu juntar-se à revolta contra Enrique II e tentar a sua sorte (A. MARTINS, 2009, p. 20); talvez ele pensasse que uma expansão portuguesa para norte e para leste, à custa de Castela, seria a melhor forma de salvaguardar a independência portuguesa face ao seu poderoso vizinho. Para o efeito, cedo celebrou uma aliança com o rei mouro de Granada e outra com o monarca de Aragão; neste último caso, projetou-se o casamento de Fernando com Leonor (filha de Pedro IV), devendo o pai da noiva entregar 100 000 florins em dote, enquanto Fernando pagaria ao sogro o equivalente ao soldo de 1500 lanças, por um período de três anos. Portugal, Aragão e Granada procuravam, assim, unir as suas forças para travar Castela.

D. Fernando marchou então para a Galiza e ocupou uma série de praças, entre as quais Tuy e a Corunha, onde podia contar com o apoio ativo de alguns grandes senhores, como João Fernandes Andeiro (CDF, cap. XXX, p. 101-103). Depois, enviou para o Guadalquivir, no verão de 1369, uma armada de mais de três dezenas de galés, chefiada pelo almirante Lançarote Pessanha e que tinha como missão bloquear Sevilha; esta frota acabaria por ficar ancorada durante muito tempo em San Lucar de Barrameda (CDF, cap. XLII, pp. 137-139).

Enrique II ripostou de imediato: em agosto, contando com o apoio de um contingente auxiliar francês liderado por Du Guesclin, socorreu a Galiza e, depois, entrou em Portugal pela fronteira do Minho, pondo cerco a Braga (que foi incendiada) e cercando depois Guimarães (em setembro de 1369). Apanhado, talvez, de surpresa, D. Fernando teve de deixar a Galiza; talvez o rei tivesse feito planos para ir em socorro de Guimarães, mas o certo é que os rumores de um ataque granadino a Algeciras acabaram por levar Enrique II a retirar-se da região minhota (CDF, cap. XXXV, p. 117).

Logo nos inícios de 1370, o monarca trastâmara cercou Ciudad Rodrigo; a operação não resultou, mas ainda conseguiu tomar Carmona enquanto, meses mais tarde, o almirante Boccanegra lograva desfazer o bloqueio naval português a Sevilha (A. S. MONTEIRO, 1989, pp. 29-32); a tripulação lusitana, debilitada por mais de um ano de inatividade e devastada pela doença e pelo frio (CDF, cap. XLII, pp. 138-139), foi obrigada a regressar a Lisboa.

D. Fernando sentiu necessidade de reforçar a aliança luso-aragonesa, tendo sido planeado o casamento de Beatriz de Castro (filha de D. Pedro I e D. Inês) com D. Juan, filho do rei catalão; em março de 1370, o conde de Barcelos foi enviado a Barcelona, levando na bagagem o metal precioso anteriormente prometido a D. Pedro IV, para que este procedesse ao recrutamento de forças militares contra Castela. Porém, no final do ano, o conselho régio fernandino surpreendeu o seu aliado com uma mudança súbita de planos: D. João Afonso Telo foi chamado a Lisboa e, em 31 de março de 1371, em Alcoutim, acabou por ser assinado um tratado de paz luso-castelhano, aparentemente facilitado pelos esforços de mediação desenvolvidos por alguns emissários do papa Gregório XI e por Carlos VI de França; este convénio previa que *O Formoso* abandonasse a maior parte dos lugares que conquistara e que casasse com a infanta D. Leonor (filha de Enrique II); outras cláusulas estabeleciam a libertação dos prisioneiros de guerra entretanto detidos e selavam, sob juramento, uma amizade futura entre os dois monarcas (MONTEIRO, 2017b, p. 137). Terminava deste modo, dir-se-ia quase com um ‘empate técnico’, a *primeira guerra fernandina* contra Castela (1369-1371); em conformidade com este desfecho, os Aragoneses não mais viram razão para contratar tropas a favor de Portugal, mas tão-pouco devolveram os dezoito quintais de ouro que o conde de Barcelos tinha entregue em Barcelona; esta atitude constituiria um abcesso nas relações futuras entre os dois governos.

O soberano português, ainda que não tivesse sido propriamente derrotado de forma contundente no terreno, não conseguiu concretizar os seus planos e, além disso, pagou um preço alto por esta campanha, que não correspondeu às expectativas políticas, diplomáticas e militares iniciais. Nas Cortes de Lisboa de 1371, os povos queixaram-se da má governação fernandina, da inflação que se registava em Portugal, da fome que isto provocava, dos abusos dos senhores e dos oficiais do rei². As Cortes do Porto-Leiria do ano seguinte reforçaram os protestos e testemunham o alarme social causado pela desvalorização monetária³, pelo tabelamento dos preços imposto pelas almotaçarias, pelo recurso ao serviço compulsivo dos homens nas galés, entre

² MARQUES, António H. de Oliveira & DIAS, Nuno José Pizarro Pinto (ed.), *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando I (1367-1383), Volume I (1367-1380)*, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, pp. 15-65. Vejam-se também Rita Costa Gomes (GOMES, 2009, p. 142) e Armando A. Martins (A. MARTINS, 2009, p. 50).

³ Para um panorama da política monetária fernandina, veja-se Maria José Pimenta Ferro Tavares (1982).

vários outros problemas⁴. Fernão Lopes não enjeita a oportunidade para enfatizar o descontentamento social que então grassava e que, na sua opinião, se devia sobretudo a dois motivos: “o primeiro, gastamento em grande quantidade d’ouro e prata que antiigamente pellos rreis fora entesourado (...) o segundo, isso meesmo foi gasto de muita multidom de prata por a mudança das moedas que el-rrei fez por satisfazer aas grandes despesas dos solldos e pagas das cousas necessarias aa guerra; per cujo aazo montarom as cousas depois em tamanhos e tam desarrazoados preços que conveo a el-rrei e foi forçado de poer sobre todas almotaçaria e mudar o vallor que aa primeira posera em taaes moedas” (CDF, cap. LV, p. 187).

D. Fernando percebeu que tinha de mudar de planos: pouco a pouco e em segredo (para não violar descaradamente o acordo de 1371), orientou a sua diplomacia para a Inglaterra; ao mesmo tempo, procurou garantir o apoio da alta nobreza cortesã, liderada pelo conde de Barcelos, D. João Afonso Telo. Assim, em 1371, o monarca decidiu casar com D. Leonor Teles de Meneses, oriunda de uma família de origem castelhana e sobrinha do conde de Barcelos. Este matrimónio – que teve lugar, publicamente, no Mosteiro de Leça do Bailio, em maio de 1372 (CDF, cap. LXVI, p. 21; ARNAUT, 1959, p. 9; GOMES, 2009, pp. 19-21) – constituiu um passo muito arriscado, pois denunciou a escassa vontade portuguesa de cumprir o acordo de Alcoutim; para complicar as coisas e aumentar o risco, sucedia que Leonor Teles já era casada, com o fidalgo João Lourenço da Cunha, de quem já tinha pelo menos um descendente (CDF, cap. LVII, p. 200); este matrimónio foi quebrado e, graças a isso, o rei português passou a contar com mais um inimigo.

O novo ordenamento, se suscitou críticas mordazes entre a população (a acreditarmos nas insinuações do cronista-mor), também não agradou a todas as famílias cortesãs, que reagiram ao progressivo destaque dos Teles de Meneses na corte fernandina; diz-se, por exemplo, que o infante D. Dinis de Castro se recusou a beijar a mão à rainha⁵, tendo sido forçado ao exílio, tal como outros fidalgos, entre os

⁴ *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando I (1367-1383)* (MARQUES & DIAS, 1990, pp. 81-138). Veja-se também Armando A. MARTINS (2009, p. 50).

⁵ Fernão Lopes explica mesmo que, perante a recusa do meio-irmão em beijar as mãos da nova rainha, D. Fernando “lhe quisera dar com hũa daga, se nom fora Gill Vaasquez de Rreesende seu ayo e Aires Gomez da Sillva ayo d’el-rrei dom Fernando que desviarom el-rrei de o fazer. (...) E d’esta guisa andava o ifante dom Denis asi como omeziado da corte, e o ifante dom Joham ficou com el-rrei e com a rrainha muito amado e bemquisto, porque sendo o mayor no rreino, sse oferecera de boom grado de beijar a

quais Diogo Lopes Pacheco (ARNAUT, 1959, p. 116); pela mesma época, surgiram levantamentos populares em Lisboa, Abrantes, Leiria, Santarém e Alenquer (CDF, cap. LXI, pp. 213-214), os quais traduzem o descontentamento causado, não apenas pela crise económica e social, mas também pela perspectiva de reacendimento da guerra contra Castela, com todo o cortejo de desgraças que isso implicaria.

A sedutora rainha Leonor Teles teve direito a um dote monumental, que incluía numerosas vilas e cidades (incluindo Santarém), numa geografia compreendida entre Aveiro e Sintra. Recebeu ainda diversas terras reguengas, com os inerentes poderes, incluindo os de natureza judicial (CDF, cap. LXII, p. 216; A. MARTINS, 2009, pp. 55-56). Instalada na corte régia, Leonor Teles de Meneses, contando com a proteção do marido e do tio, urdiu uma série de alianças que se materializaram em matrimónios e doações vultuosas; fazia-o, segundo Fernão Lopes, sendo “certa que nom prazia aas gentes meudas de ella seer rrainha” e que “d’algũus grandes duvidava muito” (CDF, cap. LXV, pp. 227-230). Aos poucos, a família da rainha foi ficando ligada a diversas linhagens (como os Pimentéis, os Portocarreiros ou os Sousas, mas também aos FONSECAS e aos Ataídes), algumas delas tradicionais portuguesas, enquanto outros clãs – como os Azevedos, os Melos e os Silvas – se conservavam na corte e se curvavam perante a influência dominante dos Teles e dos Castros. Vários familiares da rainha foram honrados com doações de terras, de rendas e de jurisdições, e com a concessão de alcaidarias e de títulos vários entretanto criados pela Coroa⁶. A prazo, esta evolução conduziria a que, no final do reinado fernandino, e para desgosto de um número significativo de famílias da nobreza tradicional portuguesa (como os Pachecos, os Cunhas, os Coutinhos ou os Coelho), todos os títulos que existiam em Portugal estivessem nas mãos de exilados castelhanos e galegos que anteriormente haviam

maão aa rrainha e fora aazo e caminho de lh’a beixarem outros muitos de grande estado” (CDF, cap. LXII, pp. 216-217). Repare-se como o cronista salienta a forma como o filho mais velho de Pedro e Inês aproveitou o controverso matrimónio de Fernando e Leonor para reforçar momentaneamente a sua posição na corte, tirando todo o partido do elevado prestígio de que (ainda) gozava.

⁶ Ao tempo de D. Fernando apenas existia um título nobiliárquico; na época “d’el-rrei dom Affonso o quarto e d’el-rrei dom Pedro seu filho nom avia em Portugall mais que hũu conde, o quall se chamava de Barcellos” (CDF, cap. LVII, p. 197). Este condado (de origem dionisina) estava nas mãos de João Afonso Telo, o poderoso tio de Leonor Teles. No reinado d’O *Formoso* foram criados os condados de Ourém, atribuído ao mesmo tio da rainha, assim como o de Arraiolos (inicialmente doado a João Afonso Teles de Menezes, tendo transitado para as mãos de João Fernandes Andeiro durante a regência da rainha, de quem era valido); criaram-se ainda os condados de Viana do Lima, de Viana do Alentejo, de Neiva e de Seia (SOUSA, 2012, p. 130).

encontrado refúgio neste reino, fossem eles partidários de Pedro I *O Cruel* ou de Enrique II de Trastâmara! Assim, como há mais de três décadas lembrou José Mattoso, os titulares dos condados de Barcelos, de Neiva e de Viana do Alentejo pertenciam à família Teles de Meneses; o conde de Seia era Henrique Manuel de Vilhena; o irmão de Inês, Álvaro Pérez de Castro, exibia o estatuto de conde de Arraiolos; e o galego João Fernandes Andeiro (que se tornaria conselheiro próximo de Fernando e Leonor) viria a ser nomeado conde de Ourém (MATTOSO, 1987, pp. 280-281).

O crescente descontentamento entre as principais famílias da alta nobreza, provocado pela ascensão de famílias exiladas ainda em vida de D. Fernando, aumentou as tensões sociais ao mais alto nível. Tal como descreve Luís Miguel Duarte, algumas delas (os Albuquerque, os Teles de Meneses e os Castro) “estavam bem com D. Fernando e muito bem com Leonor Teles; outras sentiam-se afastadas, secundarizadas, minadas pelos efeitos da crise geral, pelo que encaravam a viúva com manifesto ressentimento” (DUARTE, 2006, p. 46). Importa acrescentar que o descontentamento da fidalguia tem antecedentes, nomeadamente assentes em pressões económicas. Como nos recorda o mesmo autor, com a dinamização do sistema monetário, os senhores precisavam de obter rendimentos em dinheiro para manter “a clientela” (a criadagem, os vassalos, os parentes, os amigos, etc.). Considerando que a moeda sofria desvalorizações periódicas e que os campos se tornavam menos rentáveis para os seus proprietários (em resultado de sucessivos anos de colheitas ruins, de pestilências, do êxodo de população do campo para a cidade, de um sistema de coleta fiscal mais eficaz e das guerras com Castela, entre outros⁷), “era ao serviço do rei, na guerra, em quaisquer cargos e missões, na corte, que se tinha de ir buscar essas riquezas” (*idem*, pp. 9-10).

Com a transferência de poderes e de dignidades que passaram das mãos das principais linhagens portuguesas para as dos exilados galegos e castelhanos (ou daqueles que gravitavam na sua órbita), também as fontes de rendimento iam mudando de titular. As rivalidades aumentavam, pois, mesmo dentro de cada família.

⁷ D. Fernando não deixou de legislar no sentido de fixar mão-de-obra no meio rural, para combater o abandono dos campos agrícolas; a *Lei das Sesmarias* (mencionada adiante) é disso exemplo, ao pretender recuperar a produção do cereal e fixar os trabalhadores que fugiam para os centros urbanos, ou que exigiam um pagamento monetário em troca da lavoura; nestes tempos difíceis (em toda a Europa), muitos morriam em grande número, em resultado da peste e/ou da fome.

A organização de fações, neste caso polarizadas pelos partidários de Pedro I de Castela e pelos de Enrique Trastâmara, não se deixava condicionar por grandes manifestações de fidelidade ao reino ou à Coroa. A grande fidalguia, portuguesa e castelhana, posicionava-se em defesa dos seus próprios interesses económicos e das pretensões de cada linhagem; esta opção não causaria estranheza na mentalidade medieval, principalmente no seio de uma classe social (a da alta nobreza), que não se circunscrevia às fronteiras físicas de cada reino ibérico⁸, pelo menos na mesma medida dos monarcas, já que o que orientava estas famílias “era uma típica lógica senhorial de defesa e alargamento dos seus poderes e dos seus interesses, tanto territoriais como jurisdicionais” (SOUSA, 1998, p. 1431).

Confiante no apoio da alta nobreza, onde pontificavam os *petristas* que odiavam Enrique II de Castela, *O Formoso* acalentou esperanças numa aliança com a Inglaterra. Na origem deste otimismo estaria também o facto de muitos partidários d’*O Cruel* se terem refugiado em Inglaterra; aqui, aproveitando o interesse inglês em quebrar a aliança entre a França e Castela na Guerra dos Cem Anos, a Coroa anglo-saxónica tinha patrocinado dois matrimónios, que ligaram dois filhos do rei Eduardo III a outras tantas filhas de Pedro I de Castela: em 1371, o duque de Lencastre, João de Gante, casou com Constança; e, no ano seguinte, Edmundo, conde de Cambridge, desposou Isabel (RUSSELL, 1955/2000, pp. 204-205). Estas alianças mostram o interesse inglês em intervir na Península e em expulsar do trono o rei Enrique II; para esse efeito, o auxílio militar português seria da máxima utilidade.

Em 1372, o duque de Lencastre enviou o exilado João Fernandes Andeiro e um escudeiro da sua casa a Portugal, com o objetivo de discutirem com D. Fernando o ‘problema castelhano’ e os direitos ingleses ao maior trono ibérico. O conde Andeiro deve ter sido portador de uma missiva amigável do rei Eduardo III para D. Fernando, e a missão tirou partido da circunstância de, no início de 1372, uma força comandada

⁸ Talvez encontremos o exemplo mais ilustrativo desta circunstância no estudo que Bernardo Vasconcelos e Sousa dedica à linhagem dos Pimentéis (*vide* bibliografia, SOUSA: 1998 e 2000). Valerá a pena determo-nos na seguinte passagem: “A fronteira política, essa linha imaginária que laboriosamente se pretendeu estabilizar em Alcanizes [tratado firmado em 1297, entre D. Dinis e Fernando IV de Leão e Castela], jamais inibiu os Pimentéis de passarem de um reino para o outro, ao sabor das conjunturas políticas, é certo, mas sobretudo em função das circunstâncias das suas vidas e da sua condição de cavaleiros-guerreiros, de vassallos ao serviço de um suserano ou de indivíduos concretos de uma linhagem que regiam a sua actuação por critérios próprios dos grandes senhores.” (SOUSA, 1998, p. 1431).

por Fernán Alfonso de Zamora ter conseguido invadir a Galiza, ali avivando os ecos da revolta contra Enrique II. A boa relação de João Andeiro com Leonor Teles também deve ter facilitado a embaixada, de que resultou a assinatura de um primeiro acordo anglo-português, conhecido como o Tratado de Tagilde (atual concelho de Vizela). Este acordo tem a data de 10 de julho de 1372 e previa a renúncia fernandina ao trono de Castela, em troca de auxílio militar inglês a Portugal, quando necessário. No fundo, estabelecia uma certa “convergência” no sentido de uma oposição mais firme à aliança franco-castelhana (SOUSA, 2012, p. 131). D. Fernando deve ter ficado convencido de que os Ingleses tinham já em fase de preparação uma ofensiva contra Castela, e comprometeu-se a colaborar nela por meio de ataques dirigidos a partir da fronteira portuguesa, assim que as tropas insulares estivessem a caminho da Península; ao mesmo tempo, o tratado previa uma aliança luso-inglesa contra Aragão (RUSSELL, 1955/2000, pp. 220-222).

Todavia, Enrique II estava alerta para este perigo e, informado pelos seus agentes, decidiu agir de forma mais rápida do que aquilo que os seus adversários imaginaram (*idem*, pp. 222-223). Segundo Fernão Lopes (CDF, cap. LXXI, p. 249), em meados de setembro de 1372, Enrique II invadiu Portugal e tomou Almeida, Pinhel, Celorico da Beira e Viseu; nesta região, “estando el-rrei n’aquella comarca, foi-sse pera elle o iffante dom Denis irmão d’el-rrei dom Fernando” (*ibidem*), e, sob conselho de Diogo Lopes Pacheco, que o acompanhava, marchou sobre Lisboa. Este movimento terá apanhado D. Fernando de surpresa. O chantre da Sé de Braga, chamado Vasco Domingues, foi enviado de urgência a Londres para reclamar do duque de Lencastre o envio imediato de tropas; o momento não era propício, devido a reveses recentemente sofridos pelos Ingleses na Guerra dos Cem Anos, mas João de Gante parece ter convencido o pai a apoiar a causa fernandina: em novembro, um relatório enviado de Londres sugere que os Ingleses estariam na disposição de mandar 800 homens de armas e 800 arqueiros para reforçar a posição portuguesa; mas antes era preciso assinar um pacto militar entre os dois monarcas. Assim, no dia 27 de novembro de 1372, D. Fernando outorgou poderes a Vasco Domingues para celebrar em seu nome esse pacto, e João Fernandes Andeiro seguiu de novo para Inglaterra, agora na qualidade de procurador do rei de Portugal. Sabemos também que, na mesma altura,

o chantre de Braga recebeu instruções para ratificar em Inglaterra o tratado que havia sido assinado em Tagilde (RUSSELL, 1955/2000, pp. 225-226).

Aos poucos, o conselho de Eduardo III foi convencido pelo duque de Lencastre a enviar para Lisboa uma pequena força militar, que seria chefiada por dois homens da confiança do duque. Em janeiro de 1373, João de Gante mandou dois mensageiros a Portugal, confirmando isto mesmo; os emissários traziam também a ratificação do acordo de Tagilde (*idem*, p. 226). Nessa altura, é possível que, como sugeriu Armando Martins, os Ingleses tenham aconselhado D. Fernando a evitar, tanto quanto possível, combater os Castelhanos antes da chegada das tropas britânicas (A. MARTINS, 2009, p. 62). Talvez isso ilumine a outra luz a relutância de D. Fernando em sair ao caminho dos invasores, assim como os seus erráticos movimentos de avanço e de recuo, em especial na zona de Santarém e mesmo sabendo que os inimigos tencionavam marchar sobre a capital. Fernando procuraria, talvez, ganhar tempo, mas o facto é que os Ingleses nunca mais apareciam: embora a força expedicionária prevista tivesse sido entretanto reduzida para 600 homens de armas e 400 arqueiros, ela só deve ter começado a ser reunida em meados de abril (RUSSELL, 1955/2000, p. 227), ou seja, tarde demais para as necessidades do rei português. Quanto ao Trastâmara, ainda que “sua teençom era que el-rrei dom Fernando lhe avia de poer batalha”, ao chegar a Alcanhões (cerca de 6 km de Santarém), “alli foi certo que el-rrei dom Fernando nom quiria pellejar com elle” (CDF, cap. LXXII, p. 252 e 254).

A 23 de fevereiro de 1373, Enrique II instalou o cerco a Lisboa⁹, que, mal protegida pela velha cerca moura e pouco abastecida de alimentos e munições, não teve condições para resistir, vendo as suas artérias mais emblemáticas ser incendiadas sem dó nem piedade. No mar, a frota portuguesa recusou enfrentar a esquadra castelhana liderada pelo almirante Boccanegra, o que levou à demissão do almirante Pessanha e à sua substituição pelo jovem irmão da rainha, D. João Afonso Telo (II). Na primeira quinzena de março, D. Fernando, desenganado quanto a uma chegada a tempo e horas do socorro inglês, aceitou negociar a paz. O acordo foi assinado a 19 de março de 1373, no castelo de Santarém, e foi pesado para Portugal: Fernando comprometeu-se a apoiar Castela e a França contra a Inglaterra (cedendo duas galés

⁹ Sobre o cerco de Lisboa de 1373, veja-se Fernão Lopes: CDF, cap. LXXIII, pp. 257-260 e cap. LXXIV, pp. 261-263.

durante dois anos) e a expulsar os exilados petristas refugiados em Portugal, incluindo João Andeiro; além disso, o rei português prometeu casar a sua meia-irmã, Beatriz de Castro, com um irmão de Enrique II.

O Tratado de Santarém foi jurado pelos grandes e foram entregues reféns do cumprimento do acordo¹⁰. No dia 24 de março, Enrique II levantou o assédio a Lisboa e, a 7 de abril, os dois monarcas tiveram um encontro rocambolesco, mediado pelo cardeal D. Guido de Bolonha, a bordo de batéis, em pleno rio Tejo (na zona de Santarém). A descrição que Fernão Lopes faz deste encontro é bastante deleitosa: diz o cronista que o Trastâmara impressionou muito o seu homólogo lusitano, de tal forma que este terá exclamado, no final da reunião: “Quanto eu hanrricado venho!” (CDF, cap. LXXX, p. 291).

Segundo o cronista López de Ayala (CRC, Rey Don Enrique II, año octavo, cap. VI, p. 463), na mesma altura terão sido também acordados mais dois casamentos: o da infanta D. Beatriz (filha de Fernando e Leonor Teles, acabada de nascer) com D. Fradique (duque de Benavente e filho bastardo de Enrique II); e o de D. Isabel (a filha bastarda de D. Fernando) com D. Afonso (conde de Gijón e, também ele, filho bastardo do rei castelhano).

Quando tudo parecia estabilizado do ponto de vista militar e diplomático, eis que Fernando decidiu pôr de novo em causa a paz entre Portugal e Castela; ciente de que precisaria de um forte apoio externo, e mais fiável do que o aragonês, virou-se uma vez mais para a Inglaterra. Assim, a 16 de junho de 1373, Vasco Domingues e João Andeiro celebraram em Londres um novo acordo luso-inglês, com promessas de auxílio militar mútuo, tanto por terra como por mar. Ou seja, ao mesmo tempo que enviava galés em auxílio de Enrique II e que patrocinava os esponsais de Beatriz e Fradique, *O Formoso* pensava já numa nova guerra contra D. Enrique de Trastâmara... Obviamente, contava com as aspirações de João de Gante ao trono de Castela (em nome da mulher, Constança) para que o plano fosse bem-sucedido. Nas palavras de Russell: “o rei português alimentava manifestamente a esperança de que a próxima invasão de Castela por João de Lancaster lhe viesse proporcionar uma nova oportunidade para

¹⁰ O tratado de Santarém foi publicado e comentado por Peter Russell (RUSSEL, 1951/1995: *passim*) e, posteriormente, por Salvador Dias Arnaut (ARNAUT, 1959, pp. 15-20).

iniciar uma campanha contra o seu odiado inimigo” (RUSSELL, 1955/2000, pp. 229-230).

Enquanto a aliança se preparava, Fernando optou por introduzir importantes reformas no reino, quer no plano militar, quer a nível económico e social. Assim, promulgou a já citada *Lei das Sesmarias* (a 28 de maio de 1375, em Santarém)¹¹ e estimulou a construção naval e a organização de frotas para viagens de exploração comercial ou militar (A. MARTINS, 2009, p. 30 e 34). Em 1380, criou a Companhia das Naus, uma associação mutualista que funcionava como uma companhia de seguros (CDF, cap. XCI, pp. 319-324). Decidiu também organizar nas torres do castelo de Lisboa, a partir de 1378, a guarda dos registos do Desembargo Régio; e começou a organizar os arquivos régios na chamada «Casa dos Contos» (A. MARTINS, 2009, p. 73).

D. Fernando construiu ainda a nova cerca de Lisboa (1373-1375), com cinco quilómetros de extensão e 76 torres (MARTINS, 2006, p. 25), uma obra que salvaria a capital no cerco castelhano de 1384. Para além disso, reorganizou o recrutamento militar, em especial a mobilização da nobreza (através do sistema das *contias* e das *lanças*, de que falaremos em capítulo posterior: 1.3), mas também expandiu a milícia dos besteiros do conto, criada no extremo final do século XIII pelo seu bisavô, D. Dinis. No plano do armamento, e como também veremos mais adiante (cf. 1.4.), ao falar do armamento medieval, foi com D. Fernando que se deu uma modernização significativa do equipamento militar, em especial ao nível das proteções de tronco e de cabeça (CDF, cap. LXXXVII, p. 305).

Em maio de 1379, quando faleceu Enrique II de Castela e subiu ao trono o seu filho D. Juan I, D. Fernando retomou os planos de guerra contra o reino vizinho. Enquanto a diplomacia portuguesa negociava o casamento da infanta Beatriz com o primogénito de D. Juan I (ARNAUT, 1959, p. 29), o rei empenhava-se na reativação da aliança com a Inglaterra¹², onde reinava agora Ricardo II, o último dos Plantagenetas antes da ascensão ao trono da dinastia de Lencastre. Em junho ou julho de 1379, o infante D. João de Castro terá sido arrastado para uma conjura que o levou a

¹¹ Cf. o estudo de Virgínia Rau sobre as sesmarias medievais (1982). Veja-se também Rita Costa Gomes (GOMES, 2009, pp. 149-152).

¹² Apesar de forçado a assinar acordos de tréguas com Enrique II e de apoio a Castela, D. Fernando não descurou as relações nem o diálogo com os Ingleses, embora o fizesse “o mais encubertamente que podia, entendendo que em algũu tempo lhe compria sua ajuda” (CDF, cap. CXIV, p. 413).

assassinar a sua própria mulher, D. Maria Teles, irmã da rainha, talvez na expectativa de poder vir a casar com a infanta D. Beatriz; se assim foi, o resultado foi desastroso e o infante acabou por ter de se retirar para as suas possessões beirãs, de onde partiria para o exílio em outubro de 1380, comprometendo assim as suas aspirações ao trono de Portugal (ARNAUT, 1959, p. 27 e pp. 141-147). Em maio de 1380, João Fernandes Andeiro veio em segredo a Portugal e, na sequência de uma estadia algo rocambolesca no castelo de Estremoz, em julho, confirmou os tratados de Tagilde e de Londres e planeou com o rei português uma intervenção militar inglesa na Península, a ser chefiada pelo conde de Cambridge, Edmundo de Langley (irmão do duque de Lencastre), a cujo filho foi prometida a mão da ‘sempre noiva’ infanta D. Beatriz (CDF, cap. CXV, pp. 417-418; MONTEIRO, 2003c, pp. 257-259; GOMES, 2009, p. 173).

Todavia, informadores castelhanos deram conta a D. Juan I do que se estava a preparar contra ele, e o segundo rei Trastâmara logo despachou para Portugal (em finais de 1380 ou no primeiro semestre de 1381) o emissário Iñigo Ortiz de Estúñiga, “munido de instruções que lançam muita luz sobre o estado das negociações entre os dois países” (ARNAUT, 1959, p. 35). Ato contínuo, D. Juan I tomou a iniciativa e, provavelmente ainda em maio de 1381, ordenou aos Mestres das Ordens Militares de Santiago e de Alcântara que atacassem o Alentejo (Veiros, Sousel e Cano). Começava deste modo a *terceira guerra fernandina*, possivelmente travada contra a opinião dos conselheiros d’O Formoso e que incluiu uma batalha naval travada ao largo de Huelva (perto de Saltes), em 17 de julho de 1381; neste combate, uma armada castelhana derrotou pesadamente uma mal comandada frota portuguesa liderada pelo jovem almirante João Afonso Telo (II), irmão da rainha (A. S. MONTEIRO, 1989, pp. 33-36). Juan I atacou depois a comarca de Trás-os-Montes, capturando Miranda do Douro e Mogadouro; a seguir, apoderou-se de Almeida; ao mesmo tempo, os Mestres de Santiago e de Alcântara, com a ajuda do infante D. João de Castro, cercaram Elvas (MONTEIRO, 2003c, p. 258).

A 19 de julho de 1381, na sequência de mais uma insistência diplomática portuguesa em Inglaterra, chegou a Lisboa a frota do conde de Cambridge: eram 48 embarcações, trazendo a bordo cerca de 3000 mercenários (homens de armas e arqueiros) e alguns exilados petristas, entre os quais João Andeiro. Em agosto, celebraram-se os sponsais dos pequenos Beatriz e Eduardo, e Portugal passou a

apoiar o papa de Roma, Urbano VI (T. FARIA, 2013). Reorganizou-se o comando militar, com a criação dos cargos de condestável e de marechal (*vide infra*: 1.3.) e começaram a fabricar-se no Alentejo as primeiras armas de fogo portuguesas – *trons* e *bombardas*, ainda bastante incipientes (*vide infra*: 1.4.).

No final de 1381, os Ingleses foram colocados em Vila Viçosa, mas, em protesto por não terem os seus soldos em dia, desataram a atacar povoações como Borba, Monsaraz, Redondo, Avis e Évora-Monte, abusando das populações, que se viraram a eles e liquidaram muitos destes mercenários: “de guisa que per sua maa hordenança perecerom tantos que nom tornarom depois pera sua terra as duas partes d’elles” (CDF, cap. CXXXII, p. 467)!

Na primavera de 1382 teve lugar uma campanha aliada contra algumas aldeias castelhanas fronteiriças (Lobón e Cortijo), em resposta a uma ofensiva naval castelhana que assolara os lugares de Xabregas, Vila Nova da Rainha, Frielas e Coina, assim como os arrabaldes de Palmela e de Almada; Lisboa, protegida pela muralha fernandina, resistiu bem, sob o comando de Pedro Álvares Pereira, prior do Hospital, e dos seus irmãos (entre os quais Nun’Álvares). O rei português e o conde de Cambridge decidiram então reunir as suas forças (ao todo, uns 5000 homens de armas e arqueiros, 1500 ginetes e muita peonagem) e avançaram até à região de Elvas-Badajoz; aqui, dispuseram o seu exército, o mesmo tendo feito D. Juan I do outro lado da fronteira. Porém, a batalha acabou por não acontecer, pois D. Fernando (receoso ou, quiçá, já enfermo) optou por um acordo secreto com o rei de Castela, consumado no dia 10 de agosto de 1382, para grande ira dos aliados ingleses: a infanta D. Beatriz foi prometida a um filho segundo de D. Juan I; as praças conquistadas por D. Enrique de Castela (como Almeida e Miranda do Douro) foram devolvidas a Portugal, assim como as galés e os prisioneiros de Saltes; e os Castelhanos garantiram os meios navais necessários ao regresso dos Ingleses a casa, em inícios de setembro (CDF, caps. CLII-CLVI, pp. 531-544; MONTEIRO, 1993, pp. 6-14). Embora o balanço desta terceira guerra contra Castela esteja longe de ser brilhante, a verdade é que D. Fernando recuperou uma parte do que havia perdido nove anos antes (no Tratado de Santarém) e conseguiu que Beatriz ficasse agora prometida a um mero filho segundo do rei de Castela (RUSSELL, 1955/2000, pp. 371-374).

O Formoso regressou então à capital, provavelmente já bastante doente, não se sabe bem se de tuberculose ou se sofrendo as consequências de um envenenamento maquinado por um adversário político, como por exemplo João Lourenço da Cunha ou Diogo Lopes Pacheco (GOMES, 2009, p. 153 e pp. 199-208). Em Lisboa, Fernando retomou a obediência ao papa de Avinhão e caucionou (ou não pôde evitar) o papel cada vez mais decisivo de João Andeiro na corte; à morte do poderoso tio da rainha, o fidalgo galego foi promovido a conde de Ourém; mas Fernão Lopes (CDF, cap. CXV, pp. 418-419) sugere mais: insinua que ele se tornou amante de Leonor Teles, contando ambos com a cumplicidade do bispo castelhano de Lisboa, D. Martinho.

A 13 de setembro de 1382, tendo falecido a rainha de Castela, o conde Andeiro chefiou uma embaixada portuguesa ao reino vizinho, para propor a D. Juan I o seu matrimónio com D. Beatriz. O monarca castelhano aceitou a proposta, contra a qual D. Fernando já não teve saúde para reagir, se é que desejava fazê-lo. Rita Costa Gomes, na linha de Salvador ARNAUT (1959, p. 39; e 1989), defende que a iniciativa da embaixada pode ter sido a “expressão da vontade do próprio D. Fernando”, que, nas circunstâncias vigentes, terá pensado que “o único modo de assegurar a continuidade da linha legítima consistia em proteger os interesses da filha, transformando em seu marido o mais poderoso dos reis da Península” (GOMES, 2009, p. 209).



Figura 1 - Túmulo de D. Fernando I - Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa (foto do autor)

A 2 de abril de 1383, em Salvaterra de Magos, foi assinado um acordo luso-castelhano que previa que, em caso de morte de D. Fernando sem deixar filho varão legítimo, o trono de Portugal caberia a um filho que viesse a nascer do casamento de Juan e Beatriz, logo que este fizesse 14 anos (sendo este príncipe educado e criado em permanência no reino português); até lá, a regência caberia a Leonor Teles. Em maio de 1383, em Elvas-Badajoz, celebraram-se as bodas do rei castelhano com a infanta herdeira portuguesa (BALEIRAS, 2017, pp. 103-113). D. Fernando enviou então uma justificação aos Ingleses pelo comportamento da sua diplomacia. Foi o seu último ato. A 22 de outubro, morreu em Lisboa; conforme o seu segundo testamento¹³, foi sepultado com o hábito de São Francisco num mausoléu que mandara construir no convento franciscano de Santarém (perto da mãe, Constança Manuel). À sua morte, abriu-se um período conturbado da história política portuguesa, uma verdadeira *caixa de Pandora* (GOMES, 2009, p. 215), que daria lugar a numa nova dinastia.

• 1.1.2 – Os anos da guerra sucessória (1383-1385)

Quando D. Fernando faleceu, Leonor Teles, assumiu a regência e mandou logo aclamar a filha única como rainha de Portugal. Contudo, a acreditarmos na narrativa de Fernão Lopes, em cidades como Lisboa, Santarém ou Elvas a população contestou a aclamação de Beatriz e mostrou simpatia pelo infante D. João de Castro, que D. Juan I deve ter mandado prender (talvez na sua morada de Torrijos) ainda durante a agonia do monarca português (ARNAUT, 1959, pp. 165-167).

Num clima crispado e tenso, alguns nobres propuseram ao Mestre da Ordem de Avis (D. João, também ele filho bastardo do rei D. Pedro I) que encabeçasse um golpe que deveria obrigar à alteração do quadro político definido em Salvaterra de Magos. O Mestre (amigo de infância do infante D. João de Castro) hesitou, mas acabou por aceitar: a 6 de dezembro de 1383, um grupo de conjurados assassinou em Lisboa o conde Fernandes Andeiro, o galego que era o principal valido da rainha e que fora o obreiro das alianças de Portugal com a Inglaterra, primeiro, e com Castela, depois: “O

¹³ O primeiro testamento de D. Fernando, datado de 28 de agosto de 1378, pode ter coincidido com uma grave doença do monarca, que o terá colocado às portas da morte (ARNAUT, 1959, p. 23). Neste testamento, D. Fernando excluía os seus meios-irmãos D. João e D. Dinis de Castro da sucessão do reino (*idem*, p. 25).

Meestre (...) tirou logo huũ cuitello comprido, e envioulhe huũ gollpe aa cabeça; porem nom foi a ferida tamanha que della morrera, se mais nom ouvera. Os outros que estavom darredor, quamdo virom esto, lamçaraom logos as espadas fora pera lhe dar, (...) e Rui Pereira que era mais acerca, meto huũ estoque darmas per elle de que logo cahiu em terra morto” (CDJ, I, cap. IX, p. 19). Logo que o crime aconteceu, e na sequência de uma ação de apoio astutamente preparada por Álvaro Pais (antigo chanceler de D. Pedro I e D. Fernando), a população lisboeta correu ao Paço da Rainha, gritando: *“Acorramos ao Meestre, amigos, acorramos ao Meestre, ca filho he del Rei dom Pedro. (...) Acorramos ao Meestre, amigos, acorramos ao Meestre que matam sem por que”* (CDJ, I, cap. XI, p. 21).

Assustada e receosa pela própria vida, Leonor Teles fugiu para Alenquer, acompanhada pelo irmão (D. João Afonso Telo, conde de Barcelos) e pelos seus grandes oficiais. Segundo se deduz das páginas de Fernão Lopes (CDJ, I, caps. XVII-XXV, pp. 33-46), o Mestre, temeroso sobre o que o futuro lhe reservaria e desconfiado de uma eventual tentativa de vingança por parte da rainha, pensou partir para Inglaterra e recolher ali apoios militares; todavia, acabou por ser convencido a ficar em Lisboa, graças aos conselhos dos seus apoiantes (Rui Pereira, tio de Nun’Álvares, ter-lhe-á dito: “a mim parece que boom Londres he este” – CDJ, I, cap. XXII, p. 40) e também aos augúrios de um ermitão de origem castelhana, Frei João da Barroca, que vivia num casebre na zona do Mosteiro de São Francisco. Os conspiradores ainda enviaram uma embaixada a Alenquer, propondo à rainha o seu casamento com o Mestre de Avis, mas Leonor, altiva, recusou e optou por apostar o tudo por tudo num auxílio rápido por parte do genro e da filha Beatriz.

Com efeito, D. Juan I de Castela, em finais de dezembro de 1383, entrou em Portugal e marchou rumo à poderosa Santarém¹⁴, onde a sogra se encontrava, talvez para maior segurança sua. Em Lisboa, a agitação crescia e, no final do ano, os revoltosos, liderados pelo Mestre e por Nun’Álvares Pereira, atacaram o castelo à guarda de Martim Afonso Valente (alcaide da fortaleza em nome do conde João Afonso Telo), posto o que optaram por derrubar as portas que ligavam o castelo à cidade: “(...) e [o Meestre] foi pousar em elle e mandouho devassar e tirar as portas da

¹⁴ Cf. Luis SUÁREZ FERNÁNDEZ (1987); César OLIVERA SERRANO (2005a); e Vicente Ángel ÁLVAREZ PALENZUELA (2009).

parte da cidade per conselho de todo o poboo” (CDJ, I, cap. XLI, pp. 69-72). Coisa semelhante fizeram os apoiantes do Mestre de Avis em outros castelos, como por exemplo em Elvas, em Estremoz ou em Évora: de uma maneira geral, os populares atacavam a fortaleza, queimavam as portas e desfaziam os lanços da muralha. Tal como observou Luís Miguel Duarte, trata-se de uma ação “muito reveladora do modo como os populares viam, em geral, os castelos das terras” (DUARTE, 2006, p. 38 e 58). Fernão Lopes dá-nos conta de tudo isto ao longo da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*: “alçamsse villas contra os alcaides dos castellos pello rregno; levamtässe hunioões dhuũs contra os outros; ffazemsse outras muitas cousas em huũa sazom, de guisa que hũas torvam as outras” (CDJ, I, cap. XXIX, p. 52); e mais à frente: “se lavãtavam muitas onioões em alguũs logares, e tomavom os castellos aos alcaides delles” (CDJ, I, cap. LXVIII, p. 117).

Esta destruição das fortalezas obedecia a um objetivo sobretudo ideológico; mais do que a divisão em grupos políticos opostos a que os historiadores recorrem (assumindo, na maioria dos casos, que os alcaides tomavam a facção de D. Beatriz e D. Juan, enquanto a população demonstrava preferência pelo infante D. João de Castro e, mais tarde, pelo Mestre de Avis), devemos valorizar os fatores de contestação e de divisão social. Para a generalidade da população concelhia (*laboratores*, na sua maioria), o castelo representava “um símbolo da opressão senhorial” (DUARTE, 2006, p. 64). Ao desguarnecer e enfraquecer as fortalezas, estas ficavam destituídas da função para que tinham sido construídas: a defesa! Ora, “um chefe militar experiente nunca tomaria uma tal medida” (*idem*, p. 62); agora, era a *arraia-miúda* que tomava conta destas fortificações. Naturalmente, com a eleição do Mestre como rei e com a sua posterior consagração em Aljubarrota, diversas fortalezas foram restauradas, sendo reabilitados os respetivos sistemas defensivos.

Em fevereiro de 1384, Juan I e Beatriz chegaram a Santarém e forçaram Leonor Teles a abdicar da regência, a seu favor. A rainha tentou reagir, concluindo-se com o irmão, o conde D. Gonçalo Teles, que era alcaide do castelo de Coimbra, numa altura em que se encontrava com o séquito de Castela às portas desta cidade; porém, a manobra fracassou e Leonor acabou por ser encerrada num mosteiro, em Tordesilhas

(CDJ, I, caps. LXXXIII-LXXXIV, pp. 140-142)¹⁵. Juan e Beatriz optaram então por cercar Lisboa: numa fase inicial, a frota castelhana bloqueou a cidade pelo lado do mar; em finais de maio, o rei de Castela fechou o cerco por terra. A situação extremava-se e a causa do Mestre de Avis parecia perdida, com a agravante de uma parte significativa dos castelos, em especial no norte e no centro, se manterem fiéis a D. Beatriz.

Entretanto, em meados de dezembro, no Mosteiro de São Domingos (em Lisboa), o Mestre de Avis tinha organizado duas reuniões com o povo e com os *grandes* de Lisboa, tendo ganho a confiança da maioria e sido até nomeado *regedor e defensor do reino*, “um título invulgar, sem precedentes” (DUARTE, 2006, p. 49); em contrapartida, concedeu aos lisboetas diversos privilégios, em especial o de indicarem 24 homens para a câmara da cidade – dois por cada ofício ou mester (COELHO, 2008, pp. 48-50; e 2009, pp. 38-39). Pouco depois, João de Avis, beneficiando do facto de o infante D. João de Castro continuar detido em Castela (o que permitia ao seu meio-irmão ocupar uma parte do seu espaço político), terá enviado dois embaixadores a Inglaterra (o escudeiro Lourenço Martins e o mercador Thomas Daniel), em busca de auxílio militar. A embaixada deve ter tido lugar nos inícios de 1384 (RUSSELL, 1955/2000, p. 398), mas fracassou; em finais de março, dois notáveis (o Mestre de Santiago, Fernando Afonso de Albuquerque, e um antigo chanceler de D. Fernando, Lourenço Anes Fogaça) reforçaram o pedido de ajuda (*idem*, pp. 398-399; e FARIA, 2013).

O Mestre de Avis via entretanto crescer a sua base de apoio, que reunia filhos segundos e bastardos, ou primogénitos de famílias nobres de segunda linha, isto é, gente insatisfeita com o *satus quo* e desejosa de uma mudança radical, alguma dela com ligação às Ordens Militares (MATTOSO, 1987, pp. 285-293). O conflito interno proporcionaria – assim se esperava – a estes secundogénitos “não só [uma] fonte de rendimentos nada despidiendos”, mas também “promoção social e nobilitação” (MONTEIRO, 2007a, p. 14). Para sustentar as suas aspirações políticas e as suas necessidades militares, o Mestre também garantiu apoios financeiros entre os mercadores e alguns argentários do Porto e de Lisboa, a quem agradava a perspetiva de alargamento para o Atlântico e para o Mar do Norte dos seus horizontes comerciais. Além disso, recebeu donativos eclesiásticos (p. ex., da Sé de Lisboa e das

¹⁵ Cf. a biografia recente de Isabel de Pina BALEIRAS (2012) sobre Leonor Teles.

restantes igrejas da cidade), cunhou moeda nova (e mais fraca), confiscou bens a opositores seus e doou-os aos seus apoiantes (CDJ, I, caps. XLVIII-L, pp. 86-90); neste em particular, terá seguido o sábio conselho de Álvaro Pais: *“Daae aquello que vosso nom he, e prometee o que nom teemdes, e perdoaae a quem vos nom errou, e seervos ha mui gramde ajuda pera tall negoçio em quall sooes posto”* (CDJ, I, cap. XXVII, p. 49).

O Mestre organizou também um conselho privado, em que se destacavam alguns juristas (como o Dr. João das Regras, que provavelmente estudara em Bolonha) e, em março de 1384, tomou a decisão de nomear o jovem Nuno Álvares Pereira (filho segundo do falecido Álvaro Gonçalves Pereira, que fora Prior da Ordem do Hospital) como fronteiro-mor da comarca de Entre Tejo-e-Guadiana, com a missão de travar a circulação das tropas castelhanas entre a Extremadura e Lisboa (MONTEIRO, 2017a, pp. 89-93); aparentemente, tê-lo-á feito contra a vontade de João das Regras e de outros conselheiros, que receavam a juventude de Nun’Álvares e o seu parentesco próximo com apoiantes de D. Juan I de Castela, como o irmão Pedro: *“O doutor Joham daRegras, era muito comtra esto, dizendo que pera tamanho emcarrego compria de mamdar huñ homem de madura autoridade, muito avisado, e sabedor de guerra; de mais que NunAllvarez tragia seus irmãos com os emmiigos, e outras rrazões que assinava, pera nom seer elle o que ouvesse dhir”* (CDJ, I, cap. LXXXVII, p. 146). Entretanto, quando se tornou evidente que Juan I iria cercar a capital, o Mestre tratou de a abastecer e mandou reforçar a muralha fernandina com uma barbacã.

A 6 de abril de 1384, nos Atoleiros (perto de Fronteira), Nuno Álvares obteve uma primeira e crucial vitória sobre um exército castelhano composto por muitos capitães e fidalgos, entre os quais o seu irmão Pedro Álvares. Este sucesso em batalha campal, por parte de um exército todo ele apeado e com uma forte componente de atiradores com besta (CDJ, I, cap. XCV, pp. 158-161), teve um impacto psicológico grande: mostrou que os Castelhanos e a sua cavalaria não eram imbatíveis e deu ânimo aos partidários do Mestre que defendiam Lisboa (MONTEIRO, 2012a, *passim*).

Na capital, a avaliar pela descrição de Fernão Lopes, o arraial castelhano era imenso: uns quinze a vinte mil homens de armas, servidos por um completíssimo aparato de equipamentos e serviços (*“somente de calçadura numca foi bem abastado”*: CDJ, I, cap. CXIV, p. 194), estendendo-se do Mosteiro de Santos a Alcântara e Campolide (COELHO, 2008, p. 63); a cidade teria nessa época perto de 35 000

habitantes, mas estava inchada por um número elevado de refugiados oriundos dos aglomerados populacionais das redondezas. Nestas condições, a resistência era terrivelmente difícil, embora os sitiados tivessem a seu favor a qualidade da cerca fernandina, a novíssima barbacã e ainda um fosso parcial e numerosos caramanchões de madeira instalados nas torres da cidade. O Mestre dirigiu as operações com pulso de ferro, garantindo a defesa dos muros e um especial cuidado na vigilância das mais de trinta portas da cidade: “E hordenou o Meestre com as gentes da çidade, que fosse rrepartida a guarda dos muros pelos fidalgos e çidadaãos homrrados; aos quaaes derom çertas quadrilhas e beesteiros e homens darmas pera ajuda de cada huũ guardar bem a sua. Em cada quadrilha avia huũ sino pera rrepicar quamdo tal coisa vissem. (...) Cada huũs de noite vellavom suas torres; e os das quadrilhas rrolldavõ todo o muro e torres (...) De triimta e oito portas que ha na çidade, as doze eram todo o dia abertas, emcomendadas a boõs homens darmas que tinham cuidado de as guardar; (...) e alli atreuessavom paaos com tavoado pera dormir, os que tal cuidado tiinham” (CDJ, I, cap. CXV, pp. 196-197).

A 18 de julho, uma frota organizada no Porto e comandada pelo conde D. Gonçalo Teles (irmão de Leonor) e por Rui Pereira conseguiu romper o bloqueio castelhano e reabastecer Lisboa, embora tenha introduzido mais bocas para alimentar no interior da capital (A. S. MONTEIRO, 1989, pp. 37-41)... A 1 de agosto, Almada, torturada pela sede, rendeu-se a Juan I e Beatriz. Parecia que a queda de Lisboa seria apenas uma questão de tempo. Todavia, a cidade foi salva pelo deflagrar, no acampamento castelhano, de um surto de peste que liquidou muitas centenas de homens de armas: “começou de sse atear a pestellemça tam bravamente em eles, assi per mar come per terra, que dia avia hi que morriam çemto, e çemto e çimqoemta, e duzemtos” (CDJ, I, cap. CIV, p. 272). A certa altura, a doença terá atingido a rainha Beatriz, que era o garante das pretensões de Juan I ao trono português! A 4 de setembro, Juan I foi obrigado a levantar o assédio e a regressar a Castela; no mês seguinte, a frota castelhana deixou Lisboa (MARTINS, 2006: *passim*).

A 2 de outubro de 1384, realizou-se uma nova reunião no Mosteiro de São Domingos; desta vez, o Mestre pediu aos nobres e aos cidadãos que discutissem a situação política e que ajudassem a decidir o que se deveria fazer; a assembleia ter-se-á pronunciado a favor da convocação de uma reunião de cortes em Coimbra,

teoricamente por causa do financiamento da guerra, cujo arrastamento era inevitável (COELHO, 2008, p. 78); deliberou-se também mandar derrubar a porta do castelo de Lisboa (CDJ, I, caps. CLIII-CLIV, pp. 283-288). Quatro dias mais tarde, nos Paços do Rei, muitos fidalgos prestaram preito e menagem ao Mestre (ratificado como *regedor e defensor* do reino, e agora nomeado também como *governador* de Portugal), que foi tomar Alenquer (10 de dezembro) e tentou depois capturar Torres Vedras (janeiro de 1385), operação em que foi mal sucedido e em que se viu traído por alguns dos seus pretensos apoiantes: “porem todo seu cuidar e sospeita [dos sitiados] fora vão, se nom foram algũas pessoas, que amdavom com o Meestre, que pouco amavam seu serviço, que per sinaaes e outras emcubertas, lhe faziam saber todo, quamto o Meestre obrava contra elles” (CDJ, I, cap. CLXIX, p. 318).

A seguir, o grupo de D. João e Nun’Álvares avançou para a batalha política, que teve lugar em Coimbra, em março-abril de 1385. Aqui se reuniram as Cortes¹⁶, com a presença de mais de sete dezenas de nobres, de perto de quarenta cidades e vilas (na sua maioria da Estremadura e do Alentejo, favoráveis ao Mestre de Avis) e da generalidade dos grandes prelados portugueses. Esta assembleia traduz bem o estado político e social do reino. Logo à partida, só o rei podia convocar as cortes e, em 1385, o reino debatia-se justamente com a ausência de um monarca. Seria, portanto, uma convocatória sem precedentes: “não era convocada por um monarca, seria deliberativa pelos seus corpos sociais, decidiria em matéria totalmente nova, de direito sucessório da coroa” (COELHO, 2008, p. 79); ou seja, como observa a mesma autora, “em tempos de revolução, eram cortes também elas revolucionárias” (*ibidem*).

Ainda assim, apesar de o pretexto para esta convocatória ser o debate sobre a guerra luso-castelhana, os seus participantes sabiam que o propósito central da reunião seria a eleição de um monarca, assunto que ocupou quase todo o tempo da assembleia (cerca de um mês). Os candidatos mais bem posicionados para subir ao trono seriam dois meios-irmãos – o infante D. João de Castro e o Mestre de Avis. Apesar da preferência de uma parte da fidalguia e da alta nobreza beirã pela causa de D. João de Castro, o aprisionamento deste em Castela fazia esmorecer o suporte à sua eleição (DUARTE, 2006, p. 76). Por outro lado, a presença de Nun’Álvares Pereira e dos seus escudeiros armados até aos dentes funcionou como um fator de dissuasão das

¹⁶ Cf. COELHO, 2008, pp. 78-97.

aspirações dos opositores ao Mestre, entre os quais Martim Vasques da Cunha, alcaide de Linhares da Beira: “foi NunAllvarez alla, por fallar ao Meestre; e levou comssigo bẽ trezemos escudeiros, com cotas e braçaaes e espadas çintas, e dagas (...) Martim Vaasquez e seus irmãos, e desi parente e outros aliados, quamdo virom NunAllvarez viinr daquela guisa, partiromsse do Paaço poucos e poucos” (CDJ, I, cap. CLXXXVIII, p. 362). Em tempos de crise, também eram precisas ações de exceção...

Depois de árduas discussões e graças à mestria com que o Dr. João das Regras defendeu a candidatura do Mestre (mostrando que os outros candidatos, como os irmãos Castro, eram tão bastardos quanto ele e, além disso, eram muito menos merecedores da suprema dignidade real: N. SILVA, 1987: *passim*), no dia 6 de abril, D. João, Mestre de Avis, foi aclamado como rei, dando início à segunda dinastia portuguesa. Ao mesmo tempo, João das Regras foi nomeado chanceler e Nuno Álvares Pereira foi escolhido para mordomo-mor e para condestável do reino (CDJ, I, caps. CLXXXI-CXCII, pp. 341-372; MONTEIRO, 2017a, pp. 105-106). Na mesma altura, foi concedido pelos concelhos um empréstimo de 400 000 libras ao herói que salvara Lisboa, com vista à prossecução da guerra (COELHO, 2008, p. 91).

• 1.1.3 – O começo da dinastia joanina (1385-1433)

Com a sua legitimidade reforçada, D. João I avançou para o norte; na companhia do condestável, submeteu uma série de praças na comarca do Minho (Neiva, Viana, Cerveira, Monção, Caminha, Braga, Guimarães e Ponte de Lima). Entretanto, na Páscoa de 1385, aportaram em Lisboa, em Setúbal e no Porto quatro embarcações inglesas: traziam a bordo perto de 600 mercenários (incluindo muitos veteranos e arqueiros), cuja contratação Lourenço Fogaça e o Mestre de Santiago tinham logrado conseguir em Inglaterra (CDJ, II, cap. IV, p. 12; e RUSSELL, 1955/2000, pp. 410-411).

Em resposta, Juan I ordenou um novo ataque a Portugal, projetado em três frentes: a frota castelhana voltaria a ameaçar Lisboa, enquanto um exército terrestre invadiria de novo a Beira e o próprio Trastâmara cercaria Elvas. Não resultou, com exceção da manobra naval: a incursão pela Beira, com vista “a tallar as vinhas e paaes e fazer todo mall e dano que podessem” (CDJ,II, cap. XIX, p. 38), redundou em

desastre, pois a coluna castelhana, já no regresso de Viseu e na posse de um enorme esbulho, sofreu uma emboscada na zona de Trancoso e foi chacinada; a batalha ocorreu no dia 29 de maio de 1385 e os principais heróis foram os fidalgos Gonçalo Vasques Coutinho (alcaide de Trancoso), Martim Vasques da Cunha, Gil Vasques da Cunha (alferes-mor do reino) João Fernandes Pacheco (alcaide de Celorico da Beira) e Egas Coelho (ARNAUT, 1947; e BARBOSA, 2013). Enquanto isso, Elvas resistiu ao cerco do rei trastâmara, que foi forçado a mudar de planos e a reunir um grande exército em Ciudad Rodrigo; na segunda semana de julho, entrou de novo em Portugal fazendo caminho por Pinhel, Trancoso, Celorico da Beira (onde o monarca redigiu o seu testamento), Coimbra e Soure. A intenção seria marchar até à poderosa praça de Santarém, que mantinha voz por Beatriz, e depois, congregados todos os meios materiais e humanos, assediar de novo, e definitivamente, Lisboa, a peça-chave desta guerra: “(...) e perdida Lixboa, perdido era todo o regno” (CDJ, II, cap. XXX, p. 61).



Figura 2 - Retrato de D. João I, segunda metade do século XV, autor desconhecido
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (foto do autor)

Informados, D. João I e Nuno Álvares deixaram a comarca minhota e fixaram o seu quartel-general em Abrantes, um ponto muito central, bom para responder a todas as movimentações inimigas; de imediato, o condestável foi enviado para o Alentejo, com a missão de recrutar o máximo de tropas possível. Em inícios de agosto, em Abrantes, um conselho régio discutiu a estratégia a seguir; por pressão do condestável (que chegou a abandonar a reunião em sinal de protesto, prometendo defrontar sozinho, com os seus homens, os adversários), acabou por se decidir enfrentar os Castelhanos numa batalha campal decisiva, ainda longe de Lisboa. Assim, a hoste portuguesa, com cerca de 10 000 homens de armas (incluindo perto de 800 Ingleses e Gascões, muitos deles arqueiros e/ou veteranos da Guerra dos Cem Anos), deslocou-se para Tomar e, depois, para Ourém e Porto de Mós, onde chegou no dia 12 de agosto. Na mesma noite, os Castelhanos (que contariam com perto de 20 000 homens de armas, incluindo 800 a 1200 cavaleiros franceses enviados por Carlos VI) chegaram à cidade de Leiria; neste cenário, a batalha decisiva tornou-se praticamente inevitável¹⁷ (MONTEIRO, 2017a, pp. 108-109).

O sucesso na *batalha real*, muito “against the odds” (parafraseando o título de um livro célebre de Matthew Bennett sobre Agincourt¹⁸), reforçou significativamente a posição política de D. João I, que sempre soubera que, “mais tarde ou mais cedo, teria de passar pela ordália das armas” (DUARTE, 2006, p. 115). Triunfante, o jovem monarca ocupou Santarém, Leiria, Óbidos, Torres Vedras, Sintra, Crato, Vila Viçosa, Marvão e diversas outras praças que desistiram de manter voz por Juan e Beatriz. Para conservar a pressão sobre o adversário e evitar que este concebesse uma nova invasão de Portugal, o condestável organizou – em inícios de outubro de 1385 – uma incursão pela região de Badajoz; a sul de Valverde (Mérida), quando se preparava para atravessar o rio Guadiana, Nun’Álvares foi interceptado por uma hoste castelhana chefiada pelos Mestres de Santiago, de Alcântara e de Calatrava; o combate, provavelmente travado entre os dias 5 e 7 de outubro (MONTEIRO, 2017a, p. 117 e pp.

¹⁷ Voltaremos a este assunto (descrição da batalha) mais à frente. Adiantamos desde já que a narrativa da batalha de Aljubarrota é feita pelos seguintes cronistas: Pero López de Ayala (*op. cit.*, *Crónica del Rey Don Juan Primero de Castilla e de León*, Año Séptimo, 1385, cap. XII, pp. 594-603); autor desconhecido da *Corónica do Condestabre* (CC, cap. LI, pp. 136-142); Fernão Lopes (CDJ, II, cap. XLII, pp. 94-99); e Jean Froissart (*Chroniques*, Société de l’Histoire de France, ed. de Léon Mirot, Tome Douzième, 1356-1388, Livre Troisième, Paris, 1931). Para estudos modernos sobre a batalha, vejam-se Monteiro *et al.* 2001a, Monteiro 2003b, Duarte 2006 e Monteiro 2009.

¹⁸ BENNETT, Matthew, *Agincort 1415. Triumph against the Odds*, Osprey, London, 1991.

180-181), foi bastante atípico (avanços e recuos na travessia do rio, combates em vários cabeços sobranceiros, em local ainda não identificado, etc.) e arrastou-se durante dois dias; porém, os Portugueses decidiram a jornada a seu favor, em especial após terem conseguido abater e decapitar, com invulgar crueldade, o Mestre de Santiago castelhano (CDJ, II, caps. LVI-LVIII, pp. 136-144).

Averbado mais este sucesso, que valeu a Nuno Álvares Pereira o título de conde de Barcelos, restava a D. João I neutralizar os últimos focos de resistência interna; para o efeito, organizou uma campanha em Trás-os-Montes, durante a qual, com a ajuda do condestável, tomou Chaves (entre 15 de janeiro e 30 de abril de 1386), Bragança (maio) e Almeida (talvez em inícios de junho). Depois, ainda montou cerco à praça leonesa de Coria com uma hoste de perto de 4500 homens de armas, mas a ausência de engenhos fez abortar a expedição (MONTEIRO, 2003c, p. 277). Nessa altura, já a aliança com a Inglaterra se tinha consolidado, graças à assinatura, a 9 de maio de 1386, do Tratado de Windsor (FONSECA, 1986; Faria, 2013; SILVA, 2017). Animado por isto, o duque de Lencastre projetou uma campanha militar na Península, com o objetivo de se apoderar do trono castelhano.

Em julho de 1386, João de Gante desembarcou na Corunha, à frente de uma armada de mais de 100 navios, a bordo dos quais seguiam cerca de 7000 homens de armas e arqueiros. A campanha galega não correu bem, pois os soldados foram dizimados pelo calor e pela disenteria (RUSSELL, 1955/2000, pp. 452-474). No dia 1 de novembro, o duque e o rei português encontraram-se em Ponte de Mouro (Monção) e acordaram o casamento de Filipa (filha de João de Gante) com D. João I. Na mesma altura, terão projetado uma campanha conjunta por terras de Leão e Castela, que poderia render a Portugal uma longa faixa de território fronteiriço, com perto de 80 quilómetros de largura e mais de 350 quilómetros de comprimento, que se prolongava desde Ledesma (entre Zamora e Salamanca) até Fregenal de la Sierra, cerca de 100 quilómetros a nordeste de Serpa (A. H. MARQUES, 1987, p. 535).

A 2 de fevereiro de 1387, Filipa e João I casaram no Porto, com Nun'Álvares a servir de "mestre-sala" e – sinal talvez de algum mal-estar no seio dos aliados – com os pais da noiva ausentes da cerimónia (COELHO, 2008, p. 155). A 26 de março, os dois aliados encontraram-se em Babe (Bragança) e deram início a uma campanha militar conjunta, durante a qual o condestável português nunca abdicou de comandar a

vanguarda, apesar de isso ferir o orgulho inglês. Ao todo, a hoste teria perto de 11 000 homens (dos quais 9000 Portugueses), ou seja, era uma força bastante poderosa para a época. Contudo, a campanha, que percorreu Alcañices, Benavente de Campos, Roales, Valderas e Villalobos, correu mal: os Castelhanos abrigaram-se nas muralhas dos seus castelos, queimaram a terra em volta e deixaram os inimigos entregues a si próprios e sem grandes possibilidades de abastecimento... Perto de Salamanca, uma coluna chefiada pelo infante D. João de Castro (que terá sido libertado da prisão¹⁹ entre 21 de julho e 15 de setembro de 1385: ARNAUT, 1959, p. 169) quase surpreendia a hoste invasora num contra-ataque noturno (MONTEIRO, 2003c, p. 278).

Finalmente, a 4 de junho, a hoste aliada alcançou Almeida, tendo-se iniciado as conversações que haveriam de conduzir à assinatura do tratado anglo-castelhano de Trancoso (junho de 1387), ratificado em 8 de julho de 1388, em Bayonne (RUSSELL, 1955/2000, pp. 499-523; MONTEIRO, 1995: *passim*). Entre muitas outras cláusulas, os negociadores ingleses e castelhanos concordaram no matrimónio do herdeiro castelhano (Enrique III) com D. Catarina de Lencastre (filha de João de Gante), na entrega (em dote) de diversas vilas e lugares e, sobretudo, no pagamento de uma indemnização ao duque no valor 600 000 francos, para além de 40 000 francos que deveriam ser entregues anualmente, em vida de João de Gante ou da duquesa sua mulher; em contrapartida, o duque e a esposa, D. Constança, desistiram das suas pretensões ao trono de Castela (PALMER & POWELL, 1988, que publicam o Tratado de Bayonne). Embora não tivesse alcançado o seu objetivo principal, a campanha de João de Gante na Península não foi um fiasco completo: assegurou-lhe uma imensa fortuna e permitiu-lhe colocar duas filhas nos tronos de Portugal e de Castela... Mostrando bem como a política é uma arte de ética duvidosa, o duque permitiu que, no acordo, o rei de Portugal (seu genro) fosse referenciado depreciativamente, como simples “mestre de Avis”...

Para D. João I, a campanha com o sogro tivera pelo menos a virtude de obrigar D. Juan I a permanecer na retranca, impedindo-o de conceber novos ataques contra Portugal. Ou seja, “ofensiva na defensiva”, uma velha tática de inspiração romana, dos

¹⁹ Por ocasião da invasão de Portugal de 1385, D. Juan I ordenou que o infante D. João fosse libertado de modo a participar na campanha. Fernão Lopes dá-nos conta dessa decisão do monarca: “acordou de emvyar por ho Iffamte dom Joham, que tinha presso segumdo ouvistes, pera emtrar com el em Portugal, e poer desvairo nas gemtes do regno em se viirem alguns pera elle” (CDJ, II, cap. XXVIII, p. 58).

tempos do Baixo-Império. Aliviado, o rei português tratou então de cercar Melgaço (primeiro trimestre de 1388) e Campo Maior, no último trimestre do mesmo ano (CDJ, II, caps. CXXXIV-CXXXVIII, pp. 275-282). Graças a isto, o monarca passou a dominar todo o reino, faltando-lhe apenas conseguir a paz definitiva com Castela.

Em fevereiro de 1389, foram assinadas tréguas por seis meses, mas, fiel à sua estratégia, logo em agosto o rei português pôs cerco a Tuy, que se rendeu a 18 de outubro (MONTEIRO, 2003c, p. 280). A 29 de novembro de 1389 assinou-se mais uma trégua luso-castelhana (por seis anos), mas, no ano seguinte, a 9 de outubro, faleceu em Castela o rei D. Juan I, que deixou no trono o seu filho Enrique III, com apenas onze anos de idade (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1987). Esta circunstância desamparou a causa pró-castelhana de D. Beatriz, apesar de esta ainda ter continuado ativa em Castela durante largos anos (ARNAUT, 1959, p. 201; e DUARTE, 2015, p. 22).

Este contexto favoreceu os interesses portugueses e permitiu que, a 15 de maio de 1393, se conseguisse acordar em Lisboa uma trégua por quinze anos. Apesar disso, houve ainda alguns ataques portugueses a Badajoz e ofensivas castelhanas sobre a Beira (até Viseu) e sobre o Alentejo; porém, era evidente que a guerra estava decidida. Ainda assim, D. João I queria assinar uma paz duradoura e, entre maio e julho de 1398, atacou outra vez a Galiza, tomou Salvatierra de Miño e cruzou o rio Minho; Enrique III respondeu à letra, desferiu alguns ataques e espevitou as tensões da alta nobreza de Portugal relativamente ao seu rei, um gesto que lhe trouxe dividendos e que levou para Castela fidalgos como Martim Vasques da Cunha, João Fernandes Pacheco e João Afonso Pimentel (OLIVERA SERRANO, 2005b, *passim*; SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1985, p. 66). Entretanto, os avanços de D. João I na Galiza permitiram-lhe tomar Sottomayor e Tuy, a que se seguiu, já em maio de 1400, o cerco a Valencia de Alcântara, junto ao rio Tejo; apesar dos recursos humanos envolvidos (4000 lanças e muita peonagem e atiradores), a operação fracassou (MONTEIRO, 2003c, p. 281).

Em 1402, sucederam-se as rondas negociais, que conduziram a uma nova trégua por dez anos; até que, no dia de Natal de 1406, ocorreu a morte prematura de Enrique III, o que colocou no trono uma criança de dois anos: Juan II, filho de D. Catarina de Lencastre, irmã da rainha portuguesa... O cenário que daqui resultou facilitou as pretensões joaninas: a 31 de outubro de 1411, foi assinado em Ayllón (Segóvia) um acordo de paz entre Portugal e Castela, pondo fim a mais de quatro

décadas de disputas (CDJ, II, caps. CLXXXV-CXCVI, pp. 398-437)! Nas palavras de Luís Miguel Duarte, este acordo “foi o dobre de finados pelas pretensões da rainha D. Beatriz” (DUARTE, 2015, p. 24). É certo que o acordo ficou dependente da ratificação de D. Juan II quando este alcançasse a maioria para governar (a confirmação da paz veio de facto a ocorrer a 30 de abril de 1423, ainda que por um período limitado a onze anos), mas a guerra nunca se reacendeu e D. João I pôde, a partir da segunda década do século XV, governar em paz e em segurança. A 30 de outubro de 1431 seria firmada, em Medina del Campo, uma “paz perpétua” (MONTEIRO, 2003c, p. 282; COELHO, 2008, p. 147).

- **1.2 – A arte militar europeia nos finais da Idade Média**

A atividade beligerante, de uma maneira geral, é indissociável do processo evolutivo das sociedades. A sua clara afirmação desde as civilizações antigas, seja motivada pela expansão territorial, seja por transformações económicas, políticas ou tecnológicas, progrediu no sentido de uma certa especialização de procedimentos. A arte militar corresponde, *grosso modo*, ao modo de fazer a guerra dentro de um certo contexto geográfico, temporal, tecnológico e até mental. Para a corrente síntese, centrar-nos-emos no período correspondente aos séculos finais da Idade Média europeia.

A queda do Império Romano e a respetiva fragmentação territorial, de que resultou a formação dos primeiros reinos medievais, provocou uma mudança profunda na estrutura do exército. Constituído maioritariamente por infantaria pesada e, desde o século III, parcialmente mercenária, o exército imperial tardio atuava em regime permanente e, durante todo o ano, em diversas frentes. Contudo, a pressão crescente exercida pelos povos bárbaros estimulou algumas reformas no seio da máquina de guerra romana tardia, de que constitui exemplo flagrante o reforço das componentes de cavalaria (parte dela catafractária) e de tiro com arco. Destacamos, a este respeito, aquilo a que Francisco García FITZ chama de *simbiose* entre esta máquina de guerra romana do Baixo-Império e a sociedade civil, com especial incidência em regiões onde o conflito se mostrava mais intenso: “En un intento desesperado por hacer frente a las amenazas externas, el Estado convirtió a los soldados en colonos y exigió servicio

militar al conjunto de los habitantes, incluyendo a los esclavos” (GARCÍA FITZ, 1998, p. 9). Esta estreita relação entre o exército e a população viria a assumir também fortes contornos ao longo da Idade Média.

A diversificação do exército romano (que, além de cidadãos, passou a incluir escravos e até mercenários de origem bárbara) acentuou-se à medida que as linhas fronteiriças recuavam. A partir dos finais do século V, com a queda definitiva do império, a erupção de poderes locais com menor dimensão territorial converteu toda a organização do exército numa estrutura muito distinta daquela que se praticava na época imperial. Essa nova estrutura viria a influenciar decisivamente as características do modelo militar medieval.

Os reinos europeus emergentes não dispunham de um exército permanente e especializado, a nova máquina militar carecia de uma infraestrutura administrativa, de financiamento e de quadros de comando que fossem estáveis, dissolvendo-se assim que terminavam as operações (por vezes até antes). Esta estrutura militar “no tenía, pues, una identidad propia que lo diferenciara nítidamente del resto de la población” (*idem*, p. 12). Por este motivo, a própria organização interna das hostes passou a obedecer a critérios de diferenciação social, e não apenas a preceitos próprios de uma organização estritamente militar. Os princípios de enquadramento eram simples: “tendia-se a juntar peões com peões, atiradores com atiradores e homens-de-armas com homens-de-armas, colocando-os, nos primeiros dois casos, sob o comando de oficiais régios ou concelhios, e, no terceiro caso, em pequenos grupos sob a liderança de “capitães”, os quais se distribuíam depois pelas diversas unidades tácticas” (MONTEIRO, 2010, p. 175).

A guerra medieval, como bem demonstrou Philippe Contamine (1986) numa obra que representou uma verdadeira mudança de paradigma no que ao entendimento da guerra medieval diz respeito, revelou-se uma atividade sazonal, vocacionada essencialmente para empreendimentos de curta duração e cujo recrutamento e financiamento era pensado e organizado em função de cada nova campanha. A obrigação de serviço militar das populações dependia das convocatórias emitidas pelas autoridades públicas ou privadas, ficando a duração desse serviço a depender do alcance de cada campanha (defensiva ou ofensiva). O cumprimento das obrigações marciais por parte dos homens livres dependia do seu vínculo social,

podendo este decorrer de preceitos de natureza feudal; era o caso do dever militar a que – em contrapartida pela receção de um feudo – “estaban obligados aquellos individuos que habían recibido bienes de algún señor, deber que formaba parte de las obligaciones implícitas en el acto de vasallaje” (GARCÍA FITZ, 1998, p. 18); no caso da população urbana (por exemplo: mesteiros), era frequente a sua vinculação à autoridade pública dominante.

Este modelo de recrutamento não permitia constituir exércitos permanentes e altamente especializados, dado que a peonagem era recrutada “*ad hoc* para esta ou aquela campanha militar, geralmente por períodos de tempo limitados, findos os quais os guerreiros podiam regressar às suas terras” (MONTEIRO, 2010, p. 211).

Este perfil provisório e não profissionalizante das hostes medievais era, por vezes, compensado (sobretudo a partir do século XII) pelo recurso a grupos de guerreiros especializados na arte militar, contratados sob a forma de *mercenários*. Em períodos de atividade bélica mais intensa, estes grupos tinham a vantagem de fornecer contingentes bem adestrados e equipados para o combate, sem limitações espaciais ou constrangimentos temporais. Contudo, a lealdade destes contingentes dependia estreitamente da generosidade da bolsa dos seus contratantes...

Nos exércitos medievais, destacava-se a figura do cavaleiro e o recurso a corpos montados. Maioritariamente oriundos dos grupos sociais mais abastados, os únicos capazes de enfrentar o elevado custo de aquisição e de manutenção das armas e dos cavalos, os corpos de cavalaria constituíam uma espécie de elite guerreira que se distinguia nos teatros da guerra. Contudo, esta seria muitas vezes uma distinção mais social do que marcial, embora em campo viessem a sobressair (a partir da segunda metade do século XI) as manobras da cavalaria pesada, que tiravam bom partido da força bruta e da mobilidade das montadas. No entanto, a sua plena eficácia não resultava geralmente de uma ação estritamente individual, antes dependia muitas vezes de um conjunto de operações articuladas com a infantaria e/ou com corpos de atiradores munidos de arco ou de besta. Convém também lembrar que, salvo casos excecionais, o número de cavaleiros era substancialmente inferior ao dos peões, numa proporção média de 4 ou 5 para 1 (GARCÍA FITZ, 1998, p. 31).

O modelo de comando destas forças tendia a replicar os vínculos sociais, sendo certo que os líderes das diversas comunidades e coletividades assumiam a liderança

militar das mesmas, “de modo que la estructura de mando de los contingentes vino a coincidir con la jerarquía social y política de los diversos colectivos humanos” (*idem*, p. 28). Naturalmente, no topo da hierarquia situava-se a figura do monarca e dos oficiais que se encontravam sob as suas ordens diretas, a começar pelo *alferes* (no que a Portugal diz respeito). Abaixo destes subcomandantes não existia uma hierarquia orgânica tão definida, ou seja, os corpos integrantes da hoste ficavam subordinados à própria estrutura de recrutamento, encabeçada por grandes senhores feudais ou por comandantes das forças concelhias. Em Portugal, como adiante se verá, os homens-de-armas que formavam o núcleo duro da cavalaria respondiam aos *capitães*, os quais, tal como observa Gouveia Monteiro, eram normalmente escolhidos entre elementos da alta nobreza (MONTEIRO, 2010, p. 175).

Observando este conjunto de corpos táticos que compunha as hostes medievais, percebe-se que a grande massa dos combatentes “era arrancada compulsivamente à lavoura ou aos mesteres, sendo depois atirada para os teatros de guerra”, não dispondo de treino militar regular, “a não ser talvez para algumas milícias de atiradores neurobalísticos (tal como aconteceria mais tarde em Portugal, com os besteiros do conto dionisinos e seus sucessores)” (*idem*, p. 181). Já os homens-de-armas podiam ser adestrados no manejo de armamento e na condução das montadas (por exemplo, em jogos como as justas ou os torneios); ainda assim, careciam de um verdadeiro treino militar coletivo, o que seria importante para a execução de manobras de cavalaria precisas e bem sincronizadas (o que era, em geral, determinante para a respetiva eficácia).

O modelo operativo de combate que se desenvolveu na Alta Idade Média europeia “consagrou uma forma de guerra em que o cavalo era um elemento essencial”, tornando a atividade militar cada vez mais sazonal, praticada sobretudo durante os períodos de primavera e de verão (a ‘estação da guerra’), “justamente porque era necessário poder dispor de boas pastagens (e de caminhos minimamente transitáveis)” (MONTEIRO, 2010, p. 177). Isto – que foi bem visível a partir do período carolíngio – ajudou a realçar a importância da cavalaria nos campos de batalha do Ocidente europeu e acentuou-se entre os finais do século XI e os inícios do século XIV. Porém, não será prudente concluir daqui que, no decorrer deste período (com particular nitidez após a batalha de Hastings, em 1066), a cavalaria ocidental tenha

atuado sempre “segundo o princípio da massa, combatendo em formação cerrada e otimizando a sua capacidade de choque através do efeito devastador da famosa *lance couchée*” (*idem*, p. 180); na verdade, a sua eficácia dependia, não raras vezes, da intervenção de outros corpos táticos (como os atiradores), sendo igualmente influenciada pelas características e limitações do próprio inimigo (por exemplo, o seu número e armamento, a sua força anímica e os seus hábitos e rotinas diárias); também o fator ‘surpresa’ podia desempenhar um papel importante nestas campanhas, tal como a existência de possíveis soluções de fortificação do campo de batalha (matéria em que os combates com os exércitos viquingues obrigaram a novidades importantes, conforme salientou Guy Halsall, sobretudo pelo recurso a “field fortifications as bases from which to launch surprise counter-attacks” (HALSALL, 2003, p. 188).

Convém também referir que a cavalaria europeia tendeu a exportar com considerável eficácia o modelo da ‘carga pesada a cavalo’ para o cenário das *Cruzadas* na *Terra Santa*; aqui, os cavaleiros dotados de sela alta, de estribo e de lança comprida fixada sob a axila direita quando colocada na horizontal (a citada *lance couchée*) executavam investidas em formação compacta, cadenciada e em sucessivas linhas de ataque²⁰; enquanto isso, o Ocidente europeu debatia-se com novos desafios, motivados essencialmente pela defesa das suas fronteiras. Entre estes, destacamos a ocupação islâmica da Península Ibérica, pois o modo de guerrear dos muçulmanos obedecia a modelos diferentes dos europeus, assumindo um especial destaque o recurso à cavalaria ligeira dos *ginetes*; mas também não podemos esquecer os conflitos provocados pela discussão da supremacia inglesa nas Ilhas Britânicas (por exemplo, contra contingentes apeados de origem galesa ou escocesa), ou ainda as redefinições fronteiriças entre os reinos germânicos, numa geografia mais a norte e a leste. A adaptação dos modelos militares europeus da Idade Média Central a uma lógica de combate diferente forçou a reformulação de algumas práticas de guerra, nomeadamente no que diz respeito ao papel da cavalaria. No entanto, é importante frisar que, “entre os séculos XI e XIII, não podemos ainda falar de especialização de

²⁰ Com a formação das Ordens Militares no Próximo Oriente (Templários e Hospitalários), as hostes cristãs passaram a dispor de cavaleiros altamente especializados e dotados de treino coletivo, inteiramente dedicados à arte da guerra, com grande capacidade de resposta rápida e eficiente, o que nem sempre sucedia no Ocidente europeu; aqui, devido aos “fracos hábitos de disciplina e [a] uma tendência acentuada para o individualismo e para a bravata, os exércitos da cavalaria medieval tinham poucas possibilidades de preencher aqueles requisitos” (MONTEIRO, 2017b, p. 38).

armas (cavalaria, infantaria, artilharia), à maneira moderna. Um cavaleiro tanto combatia montado como a pé, dependendo de circunstâncias várias” (MONTEIRO, 2017b, p. 41).

Através da análise dos principais confrontos armados europeus em campo aberto ocorridos entre os séculos XI e XIII, e de acordo com um trabalho de referência da autoria de João Gouveia Monteiro (2011), é possível salientar algumas das reformas táticas dos exércitos coevos, as quais viriam a contribuir para uma espécie de *especialização da guerra*, que se afirmará na centúria seguinte. Entre os vinte casos de estudo europeus analisados naquele trabalho, destacaremos apenas alguns aspetos: i) o primeiro (e quiçá o mais relevante para nós) corresponde à eficácia com que, durante algumas horas, a infantaria inglesa absorveu o impacto da investida da cavalaria pesada normanda no decorrer da batalha de Hastings (Inglaterra - 14 de outubro de 1066), recorrendo a uma parede de escudos com “os homens bem cerrados uns contra os outros” (MONTEIRO, 2011, p. 12); ii) na batalha de Brémule (Normandia – 20 de agosto de 1119), repetiu-se a proeza contra a cavalaria de Luís VI de França; destacamos, neste caso, a opção tática de Henrique I de Inglaterra, ao ordenar que os seus homens combatessem maioritariamente a pé, com as tropas de cavalaria desmontadas posicionadas junto da peonagem e “divididas em três ou quatro unidades, escalonadas em sucessivas linhas de defesa” (*idem*, p. 16); iii) a eficácia determinante do poder neurobalístico nas fases iniciais da batalha de Bourghéroulde (Normandia – 26 de março de 1124), com os atiradores ingleses de Henrique I dispostos sobre o flanco esquerdo, certamente para que “visassem os cavaleiros [normandos] inimigos do lado direito destes, onde não beneficiavam da protecção dos escudos” (*idem*, p.18); iv) na batalha de Legnano (Itália – 29 de maio de 1176), a cavalaria germânica do imperador Frederico I mostrou-se eficaz contra as linhas da cavalaria milanesa; contudo, não conseguiu desbaratar a infantaria adversária (formada por tropas das cidades itálicas que se opunham aos projetos do Sacro Império Romano-Germânico), munida de piques e disposta em formação cerrada atrás de escudos e de fortificações improvisadas (a sagrada “carroccio” milanesa) (*idem*, pp. 22-23); v) em Las Navas de Tolosa (Península Ibérica – 16 de julho de 1212), a cavalaria pesada cristã tirou partido da superioridade numérica e do efeito surpresa (resultante de uma mudança inesperada de posição) para neutralizar as táticas

muçulmanas, nomeadamente a ação da cavalaria ligeira dos *ginetes*, logrando depois alcançar a vitória graças a uma carga bem sincronizada e temporizada da sua cavalaria pesada, chefiada pelos reis de Castela, de Aragão e de Navarra (*idem*, pp. 25-27). Um cenário deste género repetir-se-ia parcialmente na batalha de Jerez de la Frontera, travada na Andaluzia, em abril de 1231, com vitória das forças castelhanas chefiadas por Alvar Pérez de Castro e pelo infante D. Afonso sobre a tropa do caudilho muçulmano Ibn Hud, que se intitulava rei de Múrcia (*idem*, pp. 31-33).

No decorrer deste período (séculos XI-XIII), o confronto armado tendia para uma certa diversificação operacional, destacando-se a versatilidade da cavalaria, que tanto podia combater a cavalo como a pé; destacamos igualmente o poder de resistência da infantaria, que podia recorrer a uma formação cerrada, protegida por longos piques; realce-se ainda o recurso a atiradores neurobalísticos, principalmente numa fase inicial da batalha, com o intuito de desordenar e de quebrar o ímpeto do avanço adversário. Não obstante o perfil da cavalaria ter-se mantido adequado à tática da investida, tendo-se mesmo registado uma consolidação dos mecanismos de carga da cavalaria pesada durante o século XIII, os cavaleiros assumiam cada vez mais frequentemente posições de defesa, sobretudo quando desmontados; do mesmo modo, a infantaria, que tradicionalmente gostava de executar ações de ataque, tendeu, na transição para o século XIV, a fixar-se mais no terreno, de preferência tirando partido das condições naturais deste e atuando em modo sobretudo defensivo.

Esta evolução foi posteriormente sedimentada ao longo de um grande período de confrontos armados, importando salientar que a ocorrência de batalhas campais era agora mais rara, uma vez que os comandantes medievais dispunham de um leque mais alargado de opções táticas. Assim, o modo de atuação em campo, a partir do século XIV, no horizonte europeu ocidental, distingue-se em vários aspetos das táticas anteriores, embora não se registre um abandono radical dos modelos precedentes. Os ensinamentos adquiridos em contendas passadas, o recurso aos mesmos ‘manuais de guerra’ e a permanência de grupos mais profissionalizados (como os mercenários ou as Ordens Militares) permitiram uma continuidade na adoção de táticas que se mostravam transversais a diferentes períodos; é o caso, designadamente dos “envolvimentos pelos flancos, dos ataques sobre a retaguarda, das fugas simuladas ou

do uso de reservas, tudo recursos muitíssimos relevantes” e “verdadeiramente intemporais” (MONTEIRO, 2011, p. 48).

Entretanto, a guerra medieval acompanhava de perto as reformas políticas e sociais dos reinos europeus, servindo inclusivamente os interesses de reforço do poder monárquico. Podemos apontar o fator económico como um daqueles que mais terá contribuído para a evolução dos exércitos nos finais da Idade Média. O próprio fenómeno da guerra contribuiu para a criação, e até especialização, “de certos órgãos burocráticos associados à administração central (havia que facultar aos exércitos novos meios financeiros, técnicos e logísticos)” (*idem*, 1992, p. 164), nomeadamente através do desenvolvimento do sistema fiscal, tanto na coleta de impostos (muitos dos quais destinados exclusivamente ao esforço de guerra) como na gestão e canalização das verbas. Por outro lado, a necessidade sentida pelos monarcas de dispor de contingentes especializados e por períodos mais alargados não se compaginava bem com modelos de recrutamento cujo alcance abrangia maioritariamente uma população de camponeses e de mesteiros sem instrução bélica, sujeitos a serviços militares de apenas algumas semanas. Um encaixe fiscal adicional permitiria aos monarcas a contratação de corpos mais experientes ou até de mercenários, mais adequados às urgências militares dos reinos europeus da Baixa Idade Média. Deste modo, desde os séculos XII-XIII que “el dinero se convirtió en el fundamento del reclutamiento medieval” (GARCÍA FITZ, 1998, p. 21), o que permitiu substituir parte do serviço militar obrigatório por compensações fiscais sob a forma de impostos (como por exemplo a *fossadeira*, no que a Portugal diz respeito). Segundo esta perspetiva, “todas las monarquías de Occidente preferían, en algún caso desde comienzos del siglo XII, el dinero de sus súbditos y vasallos a su servicio militar directo (...) puesto que los ingresos así obtenidos permitían la contratación de contingentes profesionalizados mejor entrenados y más efectivos” (*idem*, p. 24).

A gestão dos montantes recolhidos com vista ao financiamento da guerra permitiu às monarquias especializar o sistema de recrutamento, nomeadamente alargando o tempo de serviço militar obrigatório, e estabelecer vínculos com os vassallos a troco do pagamento de remunerações fixas, como as *soldadas* ibéricas. De igual modo, o recrutamento feudal tradicional tendeu a ser completado ou mesmo substituído pelo pagamento de soldos proporcionais à duração das campanhas; assim,

“a partir del siglo XIII, en rara ocasión se requería el cumplimiento de este tipo de obligaciones militares sin que fueran complementadas con pagos pecuniarios” (GARCÍA FITZ, 1998, p. 23).

O pagamento de soldos estimulou, simultaneamente, uma reformulação nos deveres militares vassálicos, ou seja, os homens-de-armas, a partir do século XIV, eram na sua maioria remunerados diretamente pela respetiva Coroa (muitas vezes sob a forma de um “feudo-renda”), em vez de cumprirem um serviço obrigatório (sem compensação adicional) ao abrigo de um vínculo estritamente feudal. Recorrendo novamente a García Fitz e ao exemplo ibérico, a partir desta centúria “las fuerzas procedentes del reclutamiento feudal significaban sólo un cuarto del total de caballeros” (*idem*, p. 21). Este apagamento do modelo de serviço tipicamente feudal no seio dos exércitos está estreitamente relacionado com um crescendo de autoridade das monarquias medievais sobre os poderes locais e as forças centrífugas. A centralização do poder na figura do monarca foi sendo consolidada através do domínio territorial e económico e também pelo controlo da máquina militar (tal como demonstrará a estratégia política de D. João I após a vitória de Aljubarrota). Não deve, por isso, estranhar-se uma maior concentração de riqueza nas autoridades centrais com vista ao financiamento da guerra, “lo que progresivamente fue dejando fuera de la escena bélica a otros poderes intermedios o inferiores” (*idem*, p. 25). As monarquias europeias criaram mecanismos próprios para sustentar, dentro do possível, toda uma estrutura militar; para esse efeito, recorreram a “financial contribution made by the nation through taxation and grants, partly as subsidies voted in assemblies, partly as loans made, more or less willingly, by individuals and communities” (ALLMAND, 1998, p. 134).

Mau grado a recolha de rendimentos fiscais adicionais, a logística necessária ao cumprimento de uma campanha militar, ainda que de curta duração, implicava custos difíceis de suportar. Não apenas era necessário reservar verbas para o pagamento dos soldos, como havia também que providenciar algum equipamento e garantir toda uma cadeia de abastecimento às tropas, aos auxiliares e às montadas, rigorosamente calculada. Vejamos alguns preceitos: “Primeira regra: não iniciar a operação sem virtualhas garantidas para as primeiras semanas de actividade (...) Segunda regra: racionar com mão-de-ferro a distribuição dos alimentos desde o primeiro dia (...)”

Terceira regra: em caso de escassez de alimentos, tornava-se necessário ir às forragens na região circundante; ora, isso era sempre ocasião para emboscadas terríveis, pelo que tais missões deveriam ser convenientemente organizadas e os forrageadores acompanhados por escoltas poderosas” (MONTEIRO, 2010, pp. 214-215).

O elevado custo na manufatura de armamento bélico defensivo e ofensivo (em especial na obtenção de ferro e no fabrico do aço) não permitia ao poder central garantir equipamento à generalidade das tropas. Por conseguinte, os cavaleiros assumiam às suas próprias custas a aquisição das defesas de corpo e do armamento ofensivo, de forma mais ou menos completa. Aos peões, exigia-se que se equipassem o melhor que pudessem, tendo em conta a sua fortuna. Mesmo em finais da Idade Média, com a crescente tendência para o fornecimento de algumas armas aos combatentes arrolados, o equipamento corria o risco de degradar-se com o tempo ou de acabar por ser utilizado no quotidiano para fins pessoais; no caso dos atiradores (besteiros e arqueiros), a necessidade de se adestrarem regularmente no manejo das suas armas (em especial da besta) obrigava a alguns cuidados acrescidos de manutenção do equipamento. Neste quadro, tornava-se indispensável a recolha de todo o equipamento deixado em campo pelo inimigo após um confronto vitorioso, ou na sequência da tomada de eventuais armazéns de armas, sempre que era conquistado um castelo ou uma praça; esse espólio configurava um recurso inestimável no que diz respeito à reciclagem do armamento dos vencedores.

Ainda no que respeita aos preparativos da guerra, uma calendarização precisa nunca deixou de se revelar problemática. Não apenas o eventual prolongamento do confronto, ou de uma campanha, representava um agravamento financeiro, como seria também frequentemente impraticável no decorrer das estações do outono e do inverno. A guerra medieval manteve, pois, o seu perfil preferencialmente sazonal durante toda a Idade Média, limitando os empreendimentos militares a apenas uma parte do ano – aquela que abrangia os meses mais quentes e menos chuvosos²¹.

²¹ Como exemplo, recordamos o pedido do Conselho de guerra castelhano a Enrique II, para que este adiasse uma campanha militar, justamente por razões de logística e de calendarização: “nom teer as suas gentes prestes, e isso meesmo dinheiros pera paga dos solldos e corregimentos que lhe eram necesarios, desi por o inverno que sse seguia: assi que por esto e por outras cousas que cada hũu mostrava a sse nom fazer, eram todos em accordo que el-rrei espaçasse esta guerra ataa o veraão que havia de vïir” (CDF, cap. LXX, p. 246).

No que diz respeito ao recrutamento militar encontramos, na viragem para o século XIV, em vigor três sistemas distintos: o que obedece ainda a vínculos feudo-vassálicos; o serviço obrigatório (nomeadamente da população concelhia); e o regime de voluntariado (que permite o arrolamento de mercenários e de tropas externas). Ainda que – como dissemos – o sistema vassálico mostrasse claros sinais de decadência, podemos ainda reconhecê-lo na composição de pequenas hostes senhoriais e das guardas pessoais da fidalguia, ou até do monarca. O sistema de mobilização obrigatória ao serviço do Estado, por seu lado, correspondia agora a uma tentativa de normalização do recrutamento concelhio, devidamente acompanhada por um controlo quanto ao número e quanto ao equipamento das tropas (tornando as revistas/inspeções cada vez mais frequentes), remunerando-se o serviço extraordinário através do sistema de pagamento de soldos. O regime de voluntariado relacionava-se com o lado mais sombrio da guerra, mostrando como a guerra podia constituir um poderoso fator de redistribuição da fortuna, pois era uma tentadora fonte rendimento que se traduzia em riqueza, ou seja, “una actividad económica que sustentaba todo un modo de vida basado en el botín, la rapiña, el cautiverio, la extorsión, los repartos de tierras después de una anexión territorial” (GARCÍA FITZ, 1998, p. 26). Apesar de a atividade marcial representar elevados riscos, “war was a business like any other, whose rewards compensated for its dangers (...) the prospects of profit and self-improvement were in the forefront of their minds” (ALLMAND, 1998, p. 31).

As hostes régias incorporavam, com maior frequência, grupos de carácter militar permanente e especializado. Referimo-nos concretamente às Ordens Militares, com especial impacto desde meados do século XIII (designadamente na Península Ibérica e, claro, na Síria-Palestina) e aos inevitáveis mercenários. Esta articulação entre os meios de mobilização obrigatórios e os métodos contratuais traduzem-se naquilo que Gouveia Monteiro descreve como um “equilíbrio entre a guerra feudal e as novas formas baseadas no recrutamento de uma infantaria mercenária” (MONTEIRO, 1992, p. 148). Não devemos ainda ignorar que, especialmente a partir do século XIV, os reinos europeus mantinham grupos de milícias em serviço permanente (embora não se possam considerar ainda como tropas profissionais), desempenhando

essencialmente funções de guarnição de castelos, ou até integradas na guarda pessoal de monarcas e de grandes senhores feudais.

No entanto, apesar de registadas algumas reestruturações dentro das forças militares (no recrutamento; na integração de grupos especializados; no próprio equipamento; entre outras), o modo de fazer a guerra medieval não mostrava indícios de renovação profunda dos seus modelos estratégicos. Um aspeto transversal aos séculos finais da Idade Média (em especial a partir do século XI) assenta justamente no facto de a guerra não se ter focado apenas, nem sobretudo, nas grandes batalhas campais, palco privilegiado das proezas dos cavaleiros, onde se apostava o ‘tudo ou nada’ num confronto armado. Apesar disso, a condução da guerra medieval “não era assim tão primitiva, nem os comandantes da Idade Média deixavam de imprimir às suas campanhas uma orientação estratégica inteligente e profícua pelo simples facto de não as fazerem desembocar necessariamente numa batalha campal” (MONTEIRO, 2010, p. 140), tornando a guerra medieval uma arte que ia muito para além de uma sucessão de batalhas. Na verdade, a resolução de um conflito exclusivamente por esta via seria um acontecimento relativamente raro, considerando os riscos envolvidos. Tal como adverte o frade agostinho Gil de Roma, um célebre tratadista do século XIII (e mestre de Filipe-o-Belo de França), bem conhecido em Portugal nos séculos XIV e XV, “nũca se deve fazer batalla sin grão nescessidad” (ROMANO, livro III, parte III, cap. I, fol. CCXX, p. 448). Este conselho seria enfatizado nas crónicas de Fernão Lopes, quando o autor adverte que “o veemcimento das batalhas seja dovydoso e de recear” (CDJ, II, cap. XLVIII, p. 118).

Debruçar-nos-emos sobre este tema no último capítulo do trabalho, centrado na difícil opção entre travar ou recusar batalha à luz dos preceitos marciais da época, difundidos em obras de referência que, na sua maioria, recorrem a um mesmo tratado militar romano: a *Epitoma rei militaris*, ou *De re militari*, da autoria de Flávio Vegécio Renato, um autor que, aliás, inspirou largamente Frei Gil de Roma (ALLMAND, 2011, pp. 105-112). Importa, por agora, reter que os comandantes medievais dispunham de recursos táticos e estratégicos que iam muito para além das batalhas campais²²; ou

²² Christopher Allmand chama a nossa atenção para o facto de a Guerra dos Cem Anos ser evocada frequentemente como o período das grandes batalhas medievais, apesar de estas terem ocorrido em número pouco significativo. Os comandantes militares “tended to shun major encounters”, estando a

seja, “a conquista (ou a defesa) de um território podiam ser objetivos alcançados graças a uma deliberada e paciente articulação de diversos movimentos militares distintos, onde as operações de assédio de castelos ou praças-fortes, a realização de cavalgadas de devastação de espaços sob o controlo do inimigo e até a deflagração de combates abertos de pequena escala se podiam articular harmoniosamente” (MONTEIRO, 2011, p. 8).

Apesar do desenvolvimento da diplomacia de paz (ALLMAND, 1998, pp. 163-184), que a partir do século XIV se traduziu na contenção de algumas querelas, as alianças agressivas entre reinos europeus podiam suscitar ou agravar os conflitos entre diferentes fações, tal como se verificou na época da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). As disputas territoriais, pelo seu lado, pressupunham uma ocupação efetiva do espaço, isto é, a tomada de praças e de castelos que dominavam áreas geográficas, com os respetivos homens e terras. “Cualquier dirigente que pretendiera ampliar el territorio que controlaba, o que intentase defenderse de los ataques de sus adversarios, tenía necesariamente que conquistar o que guarnicionar y proteger” (GARCÍA FITZ, 1998, p. 50). Desta forma, a guerra medieval demonstrava “um predomínio claro da guerra de cerco e das formas medievais de guerrilha (a guerra «de desgaste»)” (MONTEIRO, 2017b, p. 162), ou seja, uma estratégia de aproximação indireta em detrimento das batalhas (cuja vitória nem sempre, ou até raramente, assegurava o domínio territorial).

Ainda assim, não obstante a pouca frequência com que ocorria, a batalha não deixava de configurar um valioso recurso estratégico. Apesar de muitas vezes evitada, tendo em conta a imprevisibilidade do seu desfecho e os riscos envolvidos, o combate em campo aberto podia surgir aos comandantes medievais como uma solução (por vezes a única) para vencer a guerra²³. Neste cenário, podia muito bem suceder que

guerra neste período ainda “characterised by a multiplicity of smaller encounters, wich did not involve large armies, and by the activities of semi-independent bands of men” (ALLMAND, 1998, p. 97).

²³ Tomando como exemplo o processo de Reconquista cristã da Península Ibérica, uma guerra claramente de desgaste em que preferencialmente se recorria a operações de cercos e a fossados, García FITZ demonstrou que, pelo contrário, a organização da campanha que desaguou no confronto armado de Las Navas de Tolosa foi preparada com o fito de desaguar numa batalha, visto que “las intenciones del califa, desde antes de que se iniciara la campaña que culminaría en Las Navas, no habían sido otras que buscar un enfrentamiento directo y en campo abierto con las tropas cristianas” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 42). A coligação cristã, liderada por Afonso VIII de Castela, organizou-se segundo os preceitos habituais da época, que eram distintos das intenções do califa almóada Al-Nasir, manifestadas

uma das partes tentasse explorar a possibilidade de resolução do conflito por esta via, sendo para isso necessário provocar o oponente e fazê-lo aceitar o combate.

Também neste domínio, a partir de finais do século XIII, verificou-se uma consolidação dos modelos táticos que vinham a ser ensaiados em campo desde o século XI. Uma vez mais João Gouveia Monteiro, com base na análise de estudos de autores anglo-saxónicos como Kelly DeVries (1996) ou Jim Bradbury (2004), recorre a uma análise comparativa das principais batalhas europeias para o demonstrar; neste caso, segue de perto as batalhas travadas já no decurso do século XIV, através das quais é possível constatar muitas inovações, incluindo a dinâmica que passou a ser conhecida como o “modelo tático inglês do século XIV”. Destacaremos aqui apenas alguns desses casos, começando pelas batalhas de Courtrai (Países Baixos – 11 de julho de 1302) e de Bannockburn (Escócia – 24 de junho de 1314): trata-se de combates vitoriosos de infantaria contra cavalaria pesada; em ambos os exemplos verifica-se uma postura tática defensiva da tropa apeada, “sustentada por uma escolha precoce de um terreno repleto de obstáculos naturais” (MONTEIRO, 2010, p. 188); registou-se ainda um reforço defensivo do terreno, com recurso a obstáculos artificiais (fossos e/ou covas de lobo).

Em Halidon Hill (Escócia – 19 de julho de 1333), a força inglesa chefiada por Edward Balliol apostou forte na capacidade de tiro dos atiradores munidos de arco longo (o famoso *long-bow*), através de uma formação de combate apeada, constituída por uma vanguarda densa “apoiada nos flancos por duas alas carregadas de atiradores ligeiramente adiantados (para poderem tirar maior partido da sua temível arma) e, mais atrás, uma reserva prudente ocupando a zona central do terreno” (*idem*, p. 191); os Escoceses de Archibald Douglas acabaram por ser massacrados.

Na batalha de Crécy (França – 26 de agosto de 1346), os Ingleses de Eduardo III assumiram o modelo anteriormente vencedor, antecipando a escolha de um terreno inclinado favorável à defesa (impedindo manobras de envolvimento pelos flancos e pela retaguarda); recorreram também a obstáculos artificiais escavados no solo (fossos e covas de lobo); misturaram a infantaria com a cavalaria apeada, ambas colocadas em posição defensiva; e formaram duas alas avançadas munidas de arqueiros, destinadas

desde o ano anterior (1211). Infelizmente para o califa, o exército inimigo soube aproveitar uma oportunidade de ouro para travar batalha e o evento terminou com a vitória da coligação cristã.

a massacrar a cavalaria pesada de Filipe VI de França quando esta, chegada em alvoroço ao campo de batalha após uma longa perseguição, começasse a subir pelos terraços agrícolas para chegar ao contacto com os homens de armas inimigos.

Volvidos 10 anos, em Poitiers (França – 19 de setembro de 1356), o Príncipe Negro (Eduardo de Gales, filho de Eduardo III de Inglaterra) manteve-se fiel a este *modelo inglês*: “escolha criteriosa do terreno de combate, tropa maioritariamente apeada, grande poder de tiro dos arqueiros posicionados nos flancos” (MONTEIRO, 2010, p. 195); simultaneamente, recorreu a preceitos táticos razoavelmente intemporais, tais como: uma fuga simulada; um contra-ataque montado em fase tardia (e inesperada) da peleja; e uma “manobra de envolvimento pelo flanco interpretada por uma pequena reserva montada que ficara escondida” (*ibidem*).

Em suma, as lições aprendidas pelas forças inglesas no decorrer dos confrontos com os Galeses e os Escoceses, os quais privilegiavam o combate apeado de corpos de infantaria protegidos por obstáculos naturais e artificiais rasgados no terreno, foram determinantes para os posteriores confrontos com as tropas francesas, no contexto da Guerra dos Cem Anos. Este novo modelo, que aos poucos se aprimorou e tornou mais coerente, assegurava um maior equilíbrio perante um adversário numericamente superior e garantia a coesão da formação apeada durante o combate (neutralizando a principal capacidade da cavalaria pesada, que consistia em romper as linhas adversárias). O modelo pressupunha o recurso a obstáculos defensivos artificiais, sempre que possível em articulação com as características naturais do terreno; e, por fim, os comandantes que o aplicavam mostraram-se verdadeiramente eficazes em tirar partido do poder neurobalístico para quebrar a formação e o ímpeto do choque da cavalaria adversária. Naturalmente, este modelo apresentava algumas dificuldades, pois pressupunha duas condições que não eram fáceis de reunir: a) a possibilidade de escolher o terreno de combate, ocupando antecipadamente (e de preferência até com algum tempo) a posição em que se daria o choque entre os dois exércitos; b) a capacidade de atrair o adversário a combater em circunstâncias que podiam revelar-se-lhe desfavoráveis. Cumprir estes dois requisitos exigia “muita paciência, muita sabedoria e, convenhamos, também alguma sorte” (MONTEIRO, 2010, p. 197).

Os conflitos medievais no Ocidente europeu deste período centravam-se essencialmente na oposição entre fações inglesas e francesas, mas de forma extensível

aos reinos seus aliados (como viria a verificar-se na Península Ibérica, com os conflitos entre Portugal e Castela, militarmente apoiados por Inglaterra e França, respetivamente). Enquanto as tropas inglesas mostravam a eficácia da infantaria sobre a cavalaria, graças à cooperação entre tropas apeadas e arqueiros, já os contingentes franceses (e os de influência francesa, como os de Castela) mantiveram-se fiéis à ideia da supremacia da cavalaria pesada (CONTAMINE, 1986, pp. 241-250). Ainda assim, em França, os comandantes tentaram contrariar a eficácia do modelo inglês: foram “introduzidas tropas de elite, procurou-se aumentar a mobilidade das tropas e reforçaram-se as cadeias de comando, visando o desencadear de ações de surpresa e os assédios rápidos. Porém, o centro de gravidade das forças francesas, a sua cada vez mais pesada cavalaria, não era verdadeiramente posto em causa” (MONTEIRO, 1992, p. 156). Em parte, a evolução progressiva do arnés completo, fabricado em chapa metálica bem polida, ajudou a dar aos cavaleiros tardo-medievais uma “falsa sensação de invulnerabilidade e invencibilidade” (*idem*, p. 154).

Este protagonismo da figura do cavaleiro era, em grande medida, indissociável da sua condição social, o que justifica uma certa distância entre cavalaria e infantaria, esta segunda composta maioritariamente por camadas sociais inferiores. No entanto, com a cavalaria desmontada integrada cada vez mais assiduamente no seio da infantaria, verifica-se uma certa valorização deste último corpo tático, apesar do que pensaram muitos autores recentes, a partir de Philippe Contamine (CONTAMINE, 1986, pp. 250-257). Assim, “no cabe dudas de que a partir del siglo XIV, y a pesar de algunas victorias de la caballería feudal, la infantería -entendida ahora no sólo como arma de combate, sino también como categoría social- asumió un creciente papel en los campos de batalla, siendo especialmente eficaz cuando actuaba en masa, formando grandes grupos compactos, y se combinaba con la caballería pesada” (GARCÍA FITZ, 1998, p. 68). Contudo, fora dos campos de batalha a distinção social permanecia acentuada. Este aspeto merece um apontamento adicional, pois devemos considerar que o poder económico de que gozavam os elementos da nobreza (os quais compunham a cavalaria) permitia-lhes promover a supremacia da figura do cavaleiro. Não se trata de um mero acaso se “tanto la literatura en sus diferentes manifestaciones -crónicas, canciones de gesta, romances, obras didácticas- como el arte en sus distintas ramas -relieves, esculturas [incluindo a tumulária], pinturas

murales, miniaturas, tapices- han consagrado la figura del caballero medieval en la guerra” (*idem*, p. 30), tanto mais que o conjunto destes autores e artistas estaria ao serviço da elite social.

Contrariamente ao que muitas vezes se pensa e se escreveu, a cavalaria montada não se tornou obsoleta nos campos de batalha; o que aconteceu é que, regra geral, apenas em articulação com outros corpos táticos é que a sua intervenção se revelava verdadeiramente eficaz. No período antecedente, entre os séculos XI e XIII, e tal como mostrou Jan Frans Verbruggen na sua obra seminal (VERBRUGGEN, ed. orig.: 1954), o seu modo de atuar consistia na formação em linhas (as *azes*), as quais eram subdivididas em unidades mais pequenas, os «conrois», que incluíam cerca de 20 a 25 cavaleiros dispostos em uma, em duas ou em três filas e cavalgando de forma cerrada, muito próximos uns dos outros (MONTEIRO, 2012, p. 836), avançando em linhas consecutivas contra a formação adversária. Nem sempre as primeiras investidas eram eficazes em romper as linhas inimigas e desbaratar as suas tropas, motivo pelo qual eram necessárias sucessivas cargas. Ainda assim, a sua eficácia dependia, em parte, da fixação das linhas inimigas no terreno, “pois um alvo em movimento não seria susceptível de sofrer um impacto devastador” (*idem*, p. 837). Portanto, este seria um recurso eficaz, mas requeria um “terreno amplo, um inimigo fixo, uma preparação cuidadosa e uma enorme coordenação antes e durante a execução” (*idem*, p. 841).

A partir do século XIV, com uma certa especialização da infantaria, agora mais adaptada à defesa frente à cavalaria, “las cargas de caballería difícilmente tenían éxito si no venían precedidas por la actuación de arqueros o ballesteros” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 33), cuja atuação era decisiva para desorganizar a formação adversária, mediante o lançamento intensivo de projéteis na fase inicial do combate (antes da *mêlée* indiferenciada). É por este motivo que muitas das vitórias registadas pelos contingentes ingleses deste período resultaram de uma eficiente combinação entre cavalaria desmontada e corpos de arqueiros. A cavalaria montada permanecia, pois, eficaz quando devidamente articulada com os corpos de infantaria e, principalmente, com atiradores, ao mesmo tempo que podia também marcar a diferença nos campos de batalha quando desmontada, assumindo posições defensivas junto dos peões. Desta forma, o protagonismo militar do cavaleiro não desapareceu. Pelo contrário, os cavaleiros, na transição para a centúria de Trezentos, acompanharam uma certa

especialização da guerra, assumindo eles próprios a obrigação de adaptarem o seu desempenho às novas circunstâncias. Para o conseguir, precisariam de obedecer a uma aprendizagem teórica e prática, através do exercício das armas e do conhecimento de alguma didática militar.

Os cavaleiros, na sua maioria, tornaram-se elementos mais bem preparados, mais adestrados. A formação começava ainda quando moços, assumindo o papel de escudeiros, e só “passavam a Cavaleiros, quando depois de algũa batalha, successo, ou encontro militar, eram armados Cavaleiros pelos Reis, ou pelas pessoas, a quem elles para isso davão commissam, que ordinariamẽte erão os Ricoshomes” (SAMPAYO, 1676, p. 160). No seu percurso formativo, no seio da nobreza, verificava-se algum contacto – ainda que provavelmente modesto – com fontes narrativas e com conhecimentos acumulados de arte militar, sendo certo que só aqueles que frequentavam as cortes régias e senhoriais, ou então os castelos e as comendas das ordens militares, podiam ter a possibilidade de escutar a leitura em voz alta de obras com algum conteúdo bélico: por exemplo, as aventuras dos grandes heróis da Antiguidade (como um Alexandre Magno ou um Júlio César), os romances arturianos, a *Epitoma rei militaris* de Vegécio (diretamente ou através de Gil de Roma ou de Cristina de Pisano), alguns tratados de direito bélico (como a *Árvore das Batalhas*, escrita pelo beneditino Honoré Bouvet), ou ainda – se pensarmos na Península Ibérica – certas obras de ressonância bélica da autoria de escritores como o rei Afonso X ou o grande magnata e fronteiro de Múrcia, D. João Manuel (MONTEIRO, 2017b, p. 183).

A instrução militar, no plano teórico, não seria frequente, em parte pelo elevado custo em constituir bibliotecas, mas também pelo acentuado grau de analfabetismo que existia entre a fidalguia. No entanto, pelo menos ao nível do comando das tropas, um bom conhecimento dos preceitos da arte militar era determinante para o sucesso de qualquer empresa; afinal, tal como prudentemente descreve Gil de Roma, “el arte dela cavalleria pertenesce ala prudencia o ala sabiduria. E estas dos cosas son ayuntadas en uno con la cavalleria” (ROMANO, livro III, parte III, cap. I, fol. CCXXI, p. 450). Por outro lado, a componente prática não considerava o treino coletivo (excetuando, talvez, o caso das Ordens Militares, em especial nos ingratos cenários de guerra na Terra Santa); assim sendo, “a aprendizagem prática da guerra fazia-se através de certas actividades paramilitares que preenchião o

quotidiano da nobreza, e de que deveremos destacar a caça, a esgrima e certos jogos” (MONTEIRO, 2017b, pp. 152-153); entre esses jogos devemos realçar sobretudo as justas e os torneios²⁴. A dedicação dos cavaleiros a uma melhor formação teórica e à aprendizagem dos novos modelos de combate (por exemplo: a execução da carga a cavalo, ou a sua neutralização) podia dotá-los de uma maior versatilidade. Tal como observou John France: “The great value of the knight was an all-round trained warrior and he could be deployed on horseback or foot according to circumstances” (FRANCE, 2009, p. 156).

Apesar do treino e da versatilidade da cavalaria, que viriam a incrementar-se a partir do século XIV, o desfecho de uma batalha campal dependia “em larga medida da solidez do respetivo comando e da disciplina ou indisciplina dos cavaleiros nobres, cuja impetuosidade e individualismo se encarregavam, com frequência, de deitar tudo a perder” (MONTEIRO, 1992, p. 154, com base em Claude Gaier: 2009). Este seria um dos principais desafios dos comandantes medievais no decurso de uma peleja: a disciplina das suas tropas. Um fator que podia contribuir para a coesão e para obediência dos subordinados decorria da disposição dos homens em campo, principalmente quando estes estavam posicionados de forma fixa no terreno, em posição defensiva; neste cenário, as suas manobras não favoreciam os ímpetus individuais (muitas vezes balançando num jogo de vida-ou-morte), nem manobras precipitadas.

A organização das hostes medievais do século XIV, e ainda em inícios do século XV, respeitava geralmente uma distribuição em quatro sectores, a *vanguarda*, as *alas*, a *retaguarda* e a *carriagem*. Sucintamente: i) na vanguarda concentravam-se muitos dos melhores homens-de-armas, competindo-lhe geralmente aguentar o esforço principal da luta, razão pela qual era chefiada pelo comandante operacional da hoste; ii) a função principal das alas consistia na proteção dos flancos e na desorganização da formação adversária através de um tiro impiedoso sobre a massa inimiga em movimento, podendo, neste caso, as alas estar ligeiramente avançadas relativamente

²⁴ Christopher Allmand considera estes exercícios paramilitares como uma alternativa à guerra, tendo-se tornado eventos populares e que permitiam demonstrações de bravata, as mesmas que, supostamente, seriam depois evidenciadas nas batalhas: “The tournament was almost an alternative to active war, since it could certainly be as dangerous; to others, the joust provided opportunities both for achieving fame and practising the skills associated with the handling of weapons” (ALLMAND, 1998, p. 97).

à vanguarda; iii) na retaguarda, geralmente chefiada pelo monarca e colocada umas duas ou três centenas de metros atrás (para poder acompanhar o combate e socorrer as linhas adiantadas em caso de necessidade), era colocada uma parte dos melhores homens-de-armas; iv) quanto à *carriagem*, posicionava-se ainda mais para trás da retaguarda, ficando guardada por “uma peonagem rija e apoiada por alguns atiradores a proteger (muitas vezes em círculo ou em quadrado) o trem de apoio (gado, munições, vitualhas, etc.) e o pessoal não-combatente” (MONTEIRO, 2010, pp. 173-174).

Este sistema foi continuamente adotado por tropas que seguiam aquilo a que temos vindo a chamar de «modelo tático inglês», embora apresentasse uma certa flexibilidade quanto à sua disposição e composição, tendo em conta o número de homens com que se combatia, o número de linhas (ou “azes”) em que estes se dispunham, ou até a distribuição específica das tropas disponíveis pelos diferentes corpos táticos, normalmente adaptados ao tipo de terreno. Apesar de as hostes que recorriam maioritariamente a cavalaria montada adotarem a mesma disposição em vanguarda, alas e retaguarda, os exércitos de inspiração francesa preferiam geralmente formar linhas de ataque sucessivas, “escalonadas umas atrás das outras a intervalos regulares e, na maior parte dos casos, montadas” (*idem*, p. 174); tal era tido como mais adequado a um ataque de cavalaria pesada, recorrendo-se sobretudo ao poder de choque, mais eficaz quando executado em investidas contínuas, necessariamente compactas, coordenadas e adequadamente temporizadas, de modo a surtirem o efeito esperado. No caso da Península Ibérica, como veremos no próximo capítulo, estes modelos seriam mimetizados com uma certa fidelidade, consoante as tropas auxiliares estrangeiras (quando presentes) fossem inglesas ou francesas, um fator determinante para a adoção de um modelo de combate maioritariamente apeado ou, pelo contrário, montado.

Insistimos, porém, que a adaptabilidade a novos modelos de combate não implicava necessariamente uma adoção radical de novas formas de conduzir a guerra. A tomada de lugares e a conquista territorial exigiam o mesmo esforço e dedicação, com vista a alcançar os objetivos da maioria das empresas militares. Nesta medida, a importância das fortificações, das operações de assédio e das medidas de defesa territorial (como, p. ex., a tática da «terra queimada»), mantinha-se na ordem do dia.

A política de abastecimento dos castelos, a construção e reconstrução dos muros para defesa urbana e a manutenção de contingentes em serviço de atalaia permanente, estavam em pleno vigor nos finais da Idade Média. Isso motivou algumas inovações na arquitetura militar europeia, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes aspetos: construção de torres (incluindo a adoção da planta circular, como os *châtelleys*: MONTEIRO, 2017b, p. 164); reforço das linhas de tiro (concentradas no cimo dos panos de muralha) e generalização do recurso a matacões (veja-se o caso dos *mâchicoulis*, que constituíam como que balcões corridos a toda a volta dos torreões (*ibidem*); as barbacãs; guarnição dos caminhos de ronda, completados com guaritas nas zonas que não dispunham de torres; reforço dos embasamentos dos muros, para melhor resistirem aos trabalhos de sapa; seteiras mais adaptadas ao manejo da besta; fossos e valas de água com maiores caudais; entre outros. Estas adaptações estruturais das fortificações serviam para melhorar o desempenho defensivo para o qual foram projetadas e para se tornarem mais eficazes para suportar o assédio das armas pirobalísticas, cada vez mais recorrentes e mais potentes.

A introdução das armas de fogo na arte militar medieval, a partir do século XIV, gerou uma série de inovações técnicas que, depois de um período de certo modo experimental, acabou por gerar a reconversão de muitos dos equipamentos e modelos táticos em vigor. As fortificações, como acabámos de referir, tornaram-se mais compactas e fechadas (tendo reformado significativamente a sua planta a partir dos séculos XV-XVI: baluartes com desenho em estrela); e os exércitos aperfeiçoaram o domínio da pólvora e recorreram cada vez mais às armas pirobalísticas nas operações defensivas²⁵ (a partir de muralhas, de barbacãs, de terraços de tiro ou mesmo de

²⁵ Encontramos referências a *trons* (bocas de fogo rudimentares) na segunda metade do século XIV em operações de defesa de fortalezas no reino castelhano, p. ex., no decorrer da guerra civil entre D. Pedro I e D. Enrique: “nom embargando que do castello tiravom seetas e trões” (CDF, cap. XVII, p. 61). Para o caso português dá-se o exemplo da cidade de Lisboa, quando em 1381 no decorrer da *segunda guerra fernandina* os habitantes avistaram uma armada de galés de Castela capitaneada pelo infante D. João, filho de D. Pedro I e Inês de Castro, e logo “começaram de lhe tirar aos trões e viratoões” (CDF, cap. CXXVII, p. 450). Durante os conflitos luso-castelhanos de 1383-1385, permanecem as referências a artilharia para defesa dos muros urbanos. O episódio do cerco a Almada em 1384 ilustra a utilização de artilharia simultaneamente no ataque e na defesa das muralhas. Valerá a pena determo-nos na descrição de Fernão Lopes: “Os da villa semtimdo que elRei [D. Juan I] estava naquell cadaffais [cadafalso/palanque], como quer que dell nom aviam combato salvo de seetas, hordenarom de lhe tirar com huũ troõ; e elRei enfadado, que sse partia pera comer, seemdo na egreja, desparou ho troom e deu no cadaffais e matou dous homens e ferio tres; (...) porque dos troõs que os emmiigos queriam deitar demtro, nom rreçebiam dano, por quamto todos [pedras] passavom e hiam dar na agua, por aazo

embarcações). Pouco a pouco, as armas de fogo tornaram-se mais pequenas e portáteis, de menor calibre, dotadas de canos mais resistentes e finos, o que lhes conferia maior precisão, menor dispersão de tiro (almas mais lisas) e maior resistência e cadência de fogo. Isto apenas foi possível através de um aperfeiçoamento no seu fabrico, passando a artilharia pesada a ser fundida numa única peça, ao invés do método segmentado (a que correspondia a moldagem de tiras de metal presas por meio de aros ou aduelas, à semelhança da construção de barris), passando a ser dotada “de munhões (eixos a meio) e de cavilhas laterais, para poder ser montada em carretas sobre rodas” (MONTEIRO, 2017b, p. 165).

A artilharia ligeira desenvolveu-se mais tardiamente, já na viragem para o século XV, altura em que apareceram as primeiras peças portáteis, com o cano em ferro forjado e uma coronha de madeira para apoiar sobre o ombro. Com uma cadência de tiro bastante lenta, por serem peças de carregar pela boca (graças a cargas de pólvora negra), o alcance destas primitivas armas era equiparável ao das bestas (entre 150 e 200 metros), perdendo para estas no que toca ao tempo de recarga e a uma elevada sensibilidade no que respeita às condições atmosféricas: eram impraticáveis com tempo húmido e chuvoso, uma limitação que apenas seria contrariada com o aparecimento das espingardas «de mecha» ou de «fecho de serpentina», no segundo quartel do século XV (*idem*, p. 166). Tal como no caso da artilharia pesada, as armas ligeiras foram aperfeiçoadas através de inovações no processo de fabrico e na incorporação de mecanismos mais complexos na sua constituição, tornando-as peças mais certas, mais fáceis de manusear, com melhor cadência de tiro e com maior alcance. Se por um lado, “men could be killed more readily”, por outro, o poder conferido pelas armas de fogo não se limitava apenas à ofensiva, “the initiative has passed over to the aggressor, it was up to the defender to

da estreitura do logar. Depois mandou elRei levar huia bombardra que deitava huia pedra que pesava mais de çimquo quimtaaes; e a primeira pedra que lamçou foi muito baixa, e nom fez nehuũ nojo; e ao segumdo tiro que nom empeeço nada, quebrou de tall guisa, que nom pode mais aproveitar” (CDJ, I, cap. CXXXV, p. 235). Esta “quebra” da bombardra retrata a fragilidade que as primitivas peças de artilha tinham, tornando-as suscetíveis a estilhaçarem com relativa facilidade durante o seu manuseamento. Encontramos semelhantes referências aos trons em outras localidades tais como Chaves: onde “tijnham huum troom pequeno e huma cabrjta, e as outras armas que a tall defensom perteencem” (CDJ, II, cap. LXIII, p. 153); Almeida: “pero jouvesse sobrelle sete domaas, e lhe tirassem com troons e beestaria e o combatessem” (CDJ, II, cap. LXXIII, p. 171); Melgaço: “por goarda do fogo e dos troons” (CDJ, II, cap. CXXXV, p. 277); novamente Lisboa: “Estomçe mandou o Meestre a Lixboa por [pôr] trões e por [pôr] dous emgenhos” (CDJ, I, cap. CLXVI, p. 313), entre outras.

protect himself” (ALLMAND, 1998, p. 98). A nova arte da guerra trouxe os espingardeiros e os artilheiros para os campos de batalha e, sobretudo, para as operações de assédio a fortalezas e para as guerras navais. A época da supremacia dos cavaleiros medievais de lança e espada, articulados com unidades de infantaria resistente e com corpos de atiradores munidos de armas neurobalísticas, tornar-se-ia, na Idade Moderna, obsoleta, mas os finais da Idade Média são ainda, claramente, um tempo de convivência entre o velho e o novo modelo. De certo modo, a Guerra dos Cem Anos documenta esta evolução, uma vez que, após as brilhantes vitórias inglesas em Crécy-1346, em Poitiers-1356 e (ainda) em Agincourt-1415, acabou por ser a França a vencer a disputa, muito graças à artilharia pirobalística desenvolvida durante as Tréguas de Tours (1444-1446) pelos irmãos João e Gaspar Bureau (*vide* as batalhas de Formigny-1450 e de Castillon-1453).

Devemos ainda mencionar o desenvolvimento das marinhas de guerra como um caso algo semelhante. O recurso cada vez mais frequente a embarcações para afirmações de força e de domínio naval teve certa relevância ainda no final do período medieval. A partir dos séculos XIII e XIV, as frotas não se limitavam já ao transporte de tropas de um ponto para outro, pelo contrário, eram recrutados homens especificamente para intervir em operações militares, ao serviço das naus e das galés. Como adverte Christopher Allmand, “war at sea, too, was fast becoming an essential part of international conflict” (ALLMAND, 1998, p. 97). A operação naval mais frequente, tal como acontecia nas operações terrestres, prendia-se com bloqueios das linhas de abastecimento (neste caso pela via marítima) e o assédio a muralhas que se encontrassem na orla costeira, ou junto a vias fluviais navegáveis. No entanto, o confronto naval entre embarcações envolvia ainda o abalroamento e o combate corpo-a-corpo, quando estas se juntavam.

A Guerra dos Cem Anos gerou muita atividade náutica entre as costas de Inglaterra e de França, à maneira do que aconteceu na Península Ibérica durante os conflitos luso-castelhanos do século XIV. Esta dinâmica da guerra marítima contribuiu para uma certa especialização das forças navais de reinos como Castela e Portugal, mas também podemos encontrar essa preocupação em Inglaterra e em Itália, onde os genoveses se convertiam em autênticos mestres navegadores. Com a especialização das operações navais, também as embarcações sofreram alguns aperfeiçoamentos

técnicos (acompanhados de perto pela rentabilização da marinha mercante e pelo fabrico de diferentes tipologias de embarcações); desenvolveram-se novos modelos de abordagem e dotou-se as embarcações com artilharia pirobalística (recorde-se o caso dos “berços” portugueses). Com a expansão dos reinos europeus além-fronteiras, surgiram as verdadeiras armadas de guerra, especializadas e preparadas para o confronto marítimo e para o apoio a operações de assédio.

A par destas inovações tecnológicas, nota-se uma certa especialização do serviço de recolha de “informação inteligente” (para utilizar o termo consagrado pela historiografia anglo-saxónica). Esta vertente da guerra medieval, que João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins têm vindo a destacar nas suas obras, vai ao encontro de uma intensificação das operações marciais e de um modo de guerrear mais ‘científico’, onde se exigia muito mais cuidado com o planeamento, com a antecipação da conduta adversária, com a otimização do elemento surpresa, com o planeamento de ardis, em síntese, com todo um conjunto de operações que se acreditava que pudessem acarretar vantagem sobre o inimigo. Para alcançar este desiderato, era crucial obter informação privilegiada e, para a conseguir, era preciso investir na espionagem. A recolha de informação e a antecipação do movimento adversário implicavam a organização de ‘redes de espionagem’, com os respetivos intérpretes a serem distribuídos por diferentes esferas, desde as mais altas (as cortes régias) até ao interior das próprias tropas; espiões, “inculcas”, olheiros, mensageiros, prisioneiros, informadores ocasionais (exs.: mercadores, peregrinos), entre outros, todos serviam esse propósito de recolher informação sensível e confidencial, e a muitos era recompensado um tal serviço. Recorde-se que Philippe de Mézières, um veterano de guerra francês falecido em 1405, aconselhava o rei Carlos V a gastar nada menos do que um terço do seu orçamento militar em operações de recolha de informação (MONTEIRO, 2017b, p. 164).

Claro que a existência e a organização aprimorada deste serviço também têm um enquadramento político. As monarquias europeias caminhavam em direção à formação de exércitos especializados e permanentes, obedientes à causa do monarca, contrariamente aos vínculos vassálicos e à tradição da guerra privada, intestina, inter-senhorial. Para tal, eram convocados comandantes destacados pela sua competência marcial e não tanto pela relevância da sua linhagem (veja-se o caso do célebre

condestável francês, Bertrand Du Guesclin, c. 1320-1380, originário de uma família bretã da pequena nobreza); precisava-se de homens mais disciplinados, mais adestrados, mais experientes, mais cuidadosos no planeamento das campanhas. Ao mesmo tempo, era absolutamente vital – com exércitos muito mais numerosos, dotados de equipamento mais sofisticado e dispendioso e com pretensões a atuar ao longo de todo o ano em cenários cada vez mais distantes – dispor de uma melhor estrutura logística e de armamento, que permitisse tirar o máximo partido do imenso potencial bélico acumulado. No outono da Idade Média entrava-se, assim, num período em que “a justificação intelectual do monopólio da força pelos exércitos estatais, em defesa da *res publica*, conduziu a um afastamento das convenções cavaleirescas” (MONTEIRO, 2017b, p. 164).

- **1.3 – A arte militar ibérica nos finais da Idade Média**

Como vimos no capítulo anterior, o padrão bélico do extremo final da Idade Média europeia revelou os indícios da afirmação de uma nova era na forma de fazer a guerra. Não obstante a continuidade de algumas práticas seculares, a afirmação das monarquias europeias fez-se acompanhar pelo suporte de uma máquina militar cada vez mais exigente, mais vinculada ao serviço do Estado e sob a tutela deste. Esta evolução exigiu algumas reformas, rumo a uma realidade que só viria a ser consolidada na modernidade, com a criação de exércitos permanentes, melhor equipados, devidamente hierarquizados e mais homogéneos na sua constituição. Por outro lado, a generalização, durante todo o século XV, do combate com armas de fogo rompeu com muitas das táticas e manobras de campo anteriormente adotadas, ainda que não tenha implicado um abandono total do armamento medievo. O poder de tiro com recurso ao arco e à besta, que se destacou nos confrontos do século XIV e nos inícios de Quatrocentos (recorde-se o esplendor da atuação dos arqueiros ingleses na batalha de Agincourt, em 1415), ainda se manifestou com alguma assiduidade, mas agora cada vez mais ao lado do armamento pirobalístico, uma realidade que se pode constatar nas campanhas africanas do século XV, ou nos já citados confrontos finais da Guerra dos Cem Anos (Formigny-1450 e Castillon-1453). Na transição para a Idade Moderna, a guerra também se praticava de uma forma mais sub-reptícia e profissional, não apenas

recorrendo a uma diplomacia elaborada e complexa, mas também graças ao desenvolvimento de um sofisticado *serviço de recolha de informações* possibilitado pela existência de redes de espionagem bem organizadas. O contexto ibérico, em todos estes aspetos, não configurou uma exceção à regra europeia.

Porém, em terras peninsulares, nem todos os preceitos militares eram comuns ao resto da Europa tardo-medieval. Talvez um dos fatores que tenha contribuído para uma certa diferenciação dinâmica resulte do prolongado domínio islâmico sobre vastas regiões da Hispânia. Quando, a partir dos finais do século XI, se inflamou na Europa o espírito das cruzadas, destinadas a recuperar o domínio cristão sobre a *Terra Santa*, os reinos ibéricos estavam animados pela vontade de reaver os domínios territoriais que tinham perdido no interior da sua própria península. O clima aguerrido era (quase) permanente, tendo isto moldado “las referencias ideológicas que las sociedades cristianas y musulmanas de la Edad Media fueron forjando en torno a la actividad militar” (GARCÍA FITZ, 2009b, p. 139). Vivia-se, assim, uma verdadeira ‘cruzada ocidental’, tendo os limites da fronteira entre cristãos e muçulmanos sofrido constantes avanços e recuos até ao ano de 1492, durante o qual ocorreu a queda do reino de Granada, o último bastião islâmico.

Ainda assim, a estratégia militar adotada pelos contingentes cristãos não se distanciava radicalmente do modo europeu de fazer a guerra, verificando-se uma clara preferência por praticar uma guerra de desgaste, recorrendo maioritariamente a cavalgadas e a assédios de castelos e de muralhas urbanas. Os modelos tácitos muçulmanos de confronto armado é que se diferenciavam dos modelos cristãos, desde logo pela presença em larga escala de cavalaria ligeira, os *ginetes*, mas também pela preferência por manobras de envolvimento pelos flancos e, ainda, pelo armamento (mais ligeiro) utilizado.

A prática da “guerra guerreada” era pouco propensa à ocorrência de confrontos diretos. A organização de incursões em território inimigo, os *fossados*, pretendia debilitar os recursos e o estado anímico do adversário, ao mesmo tempo que se reabasteciam e enriqueciam as hostes atacantes graças aos despojos alcançados e que se “intimidavam e minavam as forças dos adversários por um período de tempo curto ou longo, dependendo do tamanho da hoste que atacava, do tipo e da quantidade dos danos causados” (BERTOLI, 2016, p. 26). Esta prática era

incentivada tanto por cristãos como por muçulmanos, pois, além dos danos infligidos e do esbulho reunido (em gado, em prisioneiros e em metais preciosos), representava uma operação de menor custo e de logística mais reduzida, quando comparada com outras empresas mais extensas e dispendiosas (como os cercos, ou as grandes batalhas campais). Os proventos eram obtidos com relativa celeridade e compensavam os riscos e as perdas, pelo menos quando os golpes de mão não permitiam uma reação ofensiva pronta por parte dos lesados. A obrigação de participar nestas incursões podia ser substituída pelo pagamento de uma taxa, a *fossadeira*, de forma a garantir ao monarca a continuidade desse tipo de operações, através do expediente da contratação de tropas mercenárias.

Os assédios a castelos e a muralhas urbanas visavam sobretudo consagrar um domínio territorial sobre os respetivos termos e/ou regiões. A tomada de fortificações, que normalmente obedeciam a uma distribuição em rede, adequada à defesa das fronteiras e das cidades principais, abria caminho à substituição dos poderes dominantes. Não será irrelevante o facto de algumas cavalgadas, ou fossados, antecederem as operações de cerco, justamente para provocar o enfraquecimento dos recursos humanos e logísticos que serviam as fortificações locais. Por outro lado, não devemos ignorar a eficácia defensiva da generalidade destes bastiões (principalmente enquanto a artilharia não se desenvolveu o suficiente para superar essas estruturas), motivo pelo qual era preferível a defesa das estruturas, em vez do confronto campal: “the besieged were aware of their advantages over the besiegers. This encouraged military commanders to take shelter in castles” (MARTINS, 2018, p. 219).

Em qualquer dos casos, tanto as cavalgadas e fossados como os cercos podiam acabar por desaguar numa batalha, como aconteceu em Ourique, no ano de 1139, ou em Trancoso, em 1385, mesmo que uma das partes não a procurasse deliberadamente. No entanto, ela podia ocorrer, pelo que devemos considerar a batalha campal como um recurso, entre os demais, ao dispor dos comandantes medievais, como parece ter acontecido em Las Navas de Tolosa (em 1212), nas margens do Salado (em 1340) e, mais tarde, em Aljubarrota (no ano de 1385). Apesar

de menos frequente e, de certo modo, evitada, a batalha podia realmente representar uma solução expedita para um conflito grave²⁶.

Estas soluções bélicas tinham parcial correspondência nas práticas levadas a cabo nos restantes reinos europeus. Contudo, era na esfera ideológica que os ibéricos e os (restantes) europeus mais se distanciavam, dado que – pelo menos a partir de Fernando Magno (1037-1065) – o conceito de *Reconquista* se tinha disseminado entre os reinos cristãos da Península. Contrariamente aos cruzados europeus (sobretudo franceses e ingleses), que tinham adotado o conceito de “guerra santa” e que direcionavam a sua intervenção para o Médio Oriente, os reinos ibéricos lutavam por recuperar o domínio territorial dentro das suas próprias fronteiras. Este aspeto moldou, de certa forma, a conceptualização e exercício da própria guerra, pois na Hispânia os cristãos lutavam “em casa” e isso, no final, fez toda a diferença, graças às maiores facilidades em matéria de suporte político e de congregação de meios materiais, militares e financeiros.

Inevitavelmente, os monarcas ibéricos reclamavam uma legitimidade religiosa no que dizia respeito à posse dos seus domínios, uma perspetiva que se manteve ao longo de toda a Idade Média. A sanção divina, juntamente com o direito territorial que estes monarcas invocavam em defesa das suas causas bélicas, servia de alavanca para as respetivas demandas militares e justificava a (re)ocupação territorial. Este conceito de *guerra justa* era assumido como o resultado da vontade divina, tornando-se por vezes ambíguo, mas também versátil, na medida em que podia ser reclamado contra os reinos muçulmanos e, quando conveniente, até entre cristãos²⁷. Frisamos estes aspetos também porque um dos fatores que mais diferenciaram a guerra travada pelos cristãos e pelos muçulmanos na Península Ibérica radica na circunstância de que

²⁶ A ocorrência de uma batalha envolvia elevados riscos, principalmente pela incerteza e imprevisibilidade do seu resultado, de modo que era adotada como estratégia deliberada em casos muito específicos, que podiam ir da defesa e interrupção de uma invasão territorial até à recuperação de um saque ou de uma fortaleza. Mas mesmo no caso de um contingente obter uma vitória em campo aberto, isso não significava necessariamente que tivesse vencido a guerra, ou que isso representasse uma conquista territorial efetiva, como normalmente resultava da tomada de grandes fortificações. Retomaremos estas questões no último capítulo deste estudo.

²⁷ Durante os conflitos luso-castelhanos de 1383-1385, esse ideal de guerra justa é por vezes invocado entre monarcas cristãos. De um modo geral, a religião era indissociável da mentalidade medieval, mas neste caso sobressai a expressão divina das causas defendidas por cada um dos litigantes. Podemos reconhecer esta invocação em muitas das mensagens trocadas nas vésperas de Aljubarrota: “*que eu tenho que Deus me ajudara com o boom dereito que ey*” (CDJ, II, cap. XXXII, p. 67), neste caso palavras dirigidas por D. Juan I a Nun’Álvares Pereira.

os últimos (os muçulmanos) a faziam de uma forma geralmente organizada e tutelada pelo Estado (i. é, pelos poderes califais), enquanto no caso dos primeiros (os cristãos) isso ficava muitas vezes a cargo de chefes e comunidades concelhias e locais, que revelavam um nível de 'autogestão' claramente mais elevado do que as suas congéneres islâmicas.

A par do fator mental-religioso, a guerra exigia organização e logística. O ajuntamento de tropas era temporário, heterogéneo, complexo do ponto de vista da manutenção da ordem pública, e dificilmente se reunia um exército na quantidade desejada e adequadamente equipado. Esta dificuldade era transversal aos reinos europeus. Os monarcas debatiam-se por criar condições e vínculos que permitissem aperfeiçoar as forças militares em direção a um modelo que se viria a afirmar já na modernidade – o do exército permanente, estruturado e devidamente equipado, mas para o alcançar devemos considerar que apenas “um Estado poderoso e bem organizado, com um orçamento saudável e bolsos fundos, poderia pôr no terreno forças muito numerosas – e, o que era mais difícil ainda, conservá-las em campanha durante alguns meses” (DUARTE, 2006, p. 7).

No que respeita ao projeto de ação destas tropas, o planeamento estratégico recorria, como anunciámos, a soluções também elas comuns ao resto da Europa. Seria nos modelos táticos de combate em campo aberto que a Península Ibérica (marcada pelas tradições marciais islâmicas) se afastaria, em parte, dos reinos europeus ocidentais, uma realidade que viria a ser mitigada apenas na segunda metade do século XIV, graças ao contacto de alguns reinos hispânicos com os atores principais da Guerra dos Cem Anos. O intercâmbio que daqui resultou permitiu que os contingentes peninsulares absorvessem *modi operandi* distintos daqueles que até então seguiam nas suas batalhas contra as hostes muçulmanas (ou contra os reinos cristãos rivais), provocando uma verdadeira “reciclagem tática dos guerreiros peninsulares” (MONTEIRO, 2003b, p. 235); esta acabaria por ter um alcance que alastrou a áreas diversas, como o recrutamento, o comando, os dispositivos táticos ou as manobras militares.

Recuemos brevemente ao período em que deflagrou a Guerra dos Cem Anos (1337). O recrutamento na Península Ibérica não se distanciava muito do utilizado no resto da Europa. Como mencionou Gouveia Monteiro, tratava-se de “um recrutamento

ad hoc, destinado a satisfazer as necessidades concretas e pontuais de uma determinada campanha” (MONTEIRO, 2003a, p. 192), o que se traduzia naquilo que Luís Miguel Duarte descreve como exércitos “compósitos, justaposições de diferentes corpos, de especialistas em diferentes armas e em diferentes situações de combate” (DUARTE, 2006, p. 8). O conjunto de combatentes assim reunido não constituía um verdadeiro exército, em boa verdade compunha apenas um grupo de tropas, nem todas guerreiras ou com perfil militarizado, em consequência de uma mobilização quantitativamente muito vocacionada para as camadas inferiores da população, que por sinal constituíam o grosso da sociedade medieval e que se dedicavam às tarefas agrícolas e artesanais, sem reservas de tempo ou de fortuna para se adestrarem no exercício da guerra. Deste modo, a “hoste do rei medieval não era senão o resultado da congregação de uma série de parcelas com elevado grau de autonomia” (MONTEIRO, 1998, p. 27).

É, assim, possível reconhecer seis tipos de tropas dentro de uma *hoste* régia portuguesa (e, em geral, ibérica) dos finais da Idade Média: as *mesnadas* da nobreza; as *milícias concelhias*; as ordens militares; os *mercenários*; alguns corpos de *homiziados*; e os (eventuais) *voluntários*. A este conjunto podemos acrescentar um grupo numericamente pouco expressivo, mas provavelmente mais importante do que se pensa, do ponto de vista da eficácia militar e da responsabilidade política: a *guarda do rei*; graças à sua proximidade relativamente ao monarca e à sua missão de proteção do detentor da Coroa, este segmento específico foi, ao longo do tempo, conquistando maior prestígio e dimensão, vindo a ser definitivamente consagrado com a institucionalização da guarda real de D. João II (1481-1495).

O grupo dos voluntários, que não se inseria nos modelos de recrutamento tradicional, oferecia serviço militar em troca do alcançar dos seus objetivos pessoais; os mais comuns seriam, porventura, a expectativa financeira e a subsequente possibilidade de ascensão social; ou seja, além das riquezas que se podiam obter de imediato através do saque, a escalada social configurava sempre uma possibilidade, permitindo a conversão de um *sem terra* em proprietário, ou mesmo a de um *peão* em cavaleiro (GARCÍA FITZ, 2018, p. 61). No entanto, convém frisar que a prestação militar voluntária, para se diferenciar da puramente mercenária, podia ter outras motivações e servir também valores morais e religiosos: não devemos ignorar o facto de na

Península Ibérica reinar o espírito de *cruzada*, o que atraía almas mais fervorosas a participar na *guerra santa* apenas para alcançar *privilegio espiritual*, como observa García Fitz, o qual seria concedido pelas autoridades eclesiásticas a todos aqueles que lutassem contra o Islão²⁸; afinal de contas, “Dios se presenta como inspirador o como beneficiario de la acción militar” (*idem*, 2009b, p. 138).

Por sua vez, a mobilização militar implicava uma pesada carga financeira e/ou fiscal²⁹, destinada também a alimentar um conjunto de vínculos em ordem à prestação de um serviço guerreiro. A Coroa detinha o direito ao recrutamento obrigatório nos concelhos, reunindo sobretudo homens provenientes dos mesteres que operavam nos centros urbanos do reino. Fora destes centros, a nobreza estava sujeita ao vínculo feudo-vassálico³⁰, ao abrigo do qual os detentores das *terras* eram obrigados a cumprir serviço militar, com um certo número de homens armados mobilizados no respetivo senhorio. A modalidade de recrutamento feudal assente no serviço dos vassalos

²⁸ Na luta contra o Islão, as motivações cristãs podiam ter diferentes inspirações: “por lo que respecta a su objetivo, los cristianos combaten en unos casos para «defender la Cristiandad»; en otros, para vengar los daños padecidos por la Iglesia; otras veces, «para dilatar los términos de la Santa Iglesia»; en ocasiones, para «exterminar a los enemigos del nombre cristiano de las fronteras de la Cristiandad»” (GARCÍA FITZ, 2009b, p. 142). Qualquer que fosse o impulso recebido para participar na guerra santa, devemos ter presente que “ni todos los participantes en la guerra abrazaron los ideales bélicos sacralizados con el mismo entusiasmo, ni se recurrió a ellos con la misma intensidad en todo momento” (*idem*, p. 150). Ainda assim, a componente religiosa não estaria ausente em qualquer das circunstâncias.

²⁹ A carga fiscal destinada a financiar a guerra mostrava-se normalmente aquém das necessidades, o que motivava constantes criações e reformulações de taxas, incluindo as petições ocasionais para financiar campanhas específicas. Para o caso de Castela: “Funding all these activities was no easy task either for an agricultural economy with limited productivity. To raise this, monarchs could resort to ordinary taxes, which included certain taxes created specifically to pay for war (...) to cover the cost of war, monarchs often resorted to extraordinary demands that gave rise to new taxes: thus, the *petitum*, which emerged in the 11th century to meet the cost of the war against the Almoravids, had become an ordinary resource for the Crown a century later” (ALVIRA CABRER, 2018, p. 77).

³⁰ As ligações feudo-vassálicas assentavam em contratos de mútuo acordo, e não resultantes de alguma obrigatoriedade não consentida. Para melhor compreendermos a matriz desta ligação recorreremos à descrição de Bernardo Vasconcelos e Sousa: “A rede de solidariedade entre os membros da nobreza assentava ainda, para além do parentesco, em laços de vassalagem. Estes davam forma a relações feudo-vassálicas que radicavam num contrato, ou seja, num acordo bilateral entre homens livres; não podem, portanto, ser confundidas com as relações inerentes ao regime senhorial que, como se disse, eram relações de dominação económica e política dos senhores sobre os seus dependentes. (...) Os vassalos deviam prestar auxílio, nomeadamente militar, e conselho ao seu suserano que, por sua vez, os compensava através da atribuição de terras, de géneros ou de dinheiro” (SOUSA, 2012, p. 68). Esta ligação tinha um significado acrescido quando estabelecida diretamente com o monarca. Evocando o exemplo dos alcaides dos castelos, estes “prestavam homenagem ao soberano e tinham com ele uma clara relação de natureza feudo-vassálica; recebiam do rei os castelos, devendo defendê-los e ser fiéis ao monarca, mas não reproduziam uma relação desse tipo com vassalos seus que, por sua vez, lhes prestassem homenagem. Assim, neste período o rei foi, verdadeiramente, o único grande senhor feudal português, aquele que podia manter um grande número de vassalos, dotando-os de terras, cargos ou montantes («*contias*») que compensassem o auxílio e o aconselhamento que deles recebia” (*idem*, p. 69).

tendeu a fixar-se em função do número de “lanças” (i. é, de homens armados) que o proprietário dos feudos devia mobilizar, em resultado do valor do bem que lhe era outorgado pelo monarca; este seria aos poucos convertido num sistema de *contias*, amplamente adotadas no reino português em finais do século XIII e inícios da centúria seguinte.

O sistema de entrega de benefícios materiais “estabelecidos proporcionalmente ao serviço militar prestado e/ou a prestar” pressupunha a doação de terras, de rendas ou de direitos, tal como se pode reconhecer na “figura do «feudo-renda» (...) muito peculiar nos reinos ocidentais” (MONTEIRO, 1998, p 35). Este *feudo-renda*, antecessor direto do sistema das *contias*, esteve abundantemente representado em Castela, nas ligações entre o monarca e a nobreza, ao longo dos séculos XI, XII e XIII³¹. No reino português, Miguel Martins recorda que, até às últimas décadas de Duzentos, eram os ricos-homens a deter a tenência das terras; por esse motivo, seriam eles que, supostamente, conseguiriam mobilizar um maior número de combatentes, em resultado de uma certa proporcionalidade existente entre a dimensão das propriedades e o número de habitantes dos domínios; ainda assim, não é fácil determinar com exatidão a dimensão das mesnadas senhoriais³². Como seria de esperar, as remunerações dispensadas pela Coroa para recompensar o serviço militar dos vassallos não se aproximariam da expectativa ou das ambições da nobreza,

³¹ Para o reino castelhano, García Fitz sublinha a relevância das obrigações feudo-vassálicas no recrutamento de tropas. A obrigatoriedade que vinculava os principais fidalgos ao monarca era depois completada pelos deveres e sujeições que vinculavam os arrendatários rurais aos senhores feudais. “This was the military duty that a vassal had to accept in exchange for the feud or fief that he had received from the lord: hence, Castilian noblemen who received monetary payment, rule over fortresses, lands or military equipment – horses and *loricas* – were required to fulfil three months of military service. This system provided monarchs with contributions from their direct vassals, but also authorized the latter – the major feudal lords – to gather their own militias” (GARCÍA FITZ, 2018, p. 61). A grande diferença relativamente a Portugal consiste no facto de, aqui, não ter existido uma nobreza forte e militarmente poderosa, capaz de replicar nos seus senhorios o esquema de tipo feudo-vassálico que a unia ao rei. No entanto, dentro das suas terras, os nobres portugueses controlavam uma massa grande de população, que arregimentavam para a guerra sempre que necessário, completando com ela as suas “mesnadas”.

³² Recorremos ainda a Miguel Martins para acrescentar uma nota quantitativa no que respeita ao número de homens que, até finais do século XIII, os onze ricos-homens detentores de tenências conseguiam reunir no reino português: uma cifra que oscilava entre as 500 e a 1000 lanças, considerando que “o contingente apresentado por cada um desses ricos-homens não deveria exceder uma centena de lanças de cavalaria, embora o mais natural é que, na maior parte dos casos, não ultrapassassem as 50” (MARTINS, 2011, p. 17). A estes valores, acrescem ainda os contingentes fornecidos pelos membros dos estratos médio e inferior da nobreza, que se apresentavam “acompanhados por mesnadas com dimensões que rondavam entre cinco e dez lanças e cuja soma podia igualar ou mesmo suplantar o total das forças conduzidas pelos ricos-homens” (*idem*, p. 18).

verificando-se na segunda metade de Duzentos “um claro desinteresse pelo cumprimento dos seus deveres feudo-vassálicos” (MARTINS, 2011, p. 17). Assim, o modelo *feudo-vassálico* e mesmo o dos *feudos-renda* seriam mais tarde substituídos pelo sistema dos *acontiamientos* puros, como veremos adiante, ao reportarmo-nos aos finais da Idade Média.

Independentemente do sistema remuneratório, as verbas adjudicadas pelos monarcas pretendiam garantir um número relativamente estável e suficiente de efetivos militares, o que obrigava a um planeamento mais cuidadoso. Ainda assim, essas medidas não anulavam a marca heterogénea e provisória das hostes régias; além disso, o sistema também não previa a aquisição de equipamento adequado, em especial para os menos abastados, o que “ajuda a compreender a simplicidade, o pragmatismo, do principal critério de equipamento marcial desses combatentes: cada qual trazia de casa as suas armas, tal como o fazia com a alimentação que haveria de consumir ao longo dos primeiros dias de campanha” (MONTEIRO, 2001b, p. 11). Por aqui se depreende a total ausência de um perfil militarizado no seio da peonagem, desprovida não apenas de instrução marcial (a não ser a que resultava da experiência de guerra acumulada), mas também de armamento condigno (com exceção, talvez, dos atiradores com besta).

Ainda assim, as hostes congregavam alguns grupos adestrados na arte da guerra, nomeadamente a guarda do rei e as ordens militares, alcançada pela regularidade do serviço militar a que estes homens se sujeitavam. No caso dos freires-cavaleiros, a convivência com cenários e doutrinas militares diferentes conferia, por si só, uma certa especialização guerreira àqueles combatentes. A estes acrescentaremos os mercenários e os voluntários; eram homens que opcionalmente abraçavam o serviço militar como uma forma de vida, o que os tornava recursos versáteis em combate, preparados para executar diferentes tipos de operações. Embora constituíssem, em conjunto, uma percentagem reduzida dentro da totalidade da hoste régia (raramente superior a 10%), era pela qualidade do serviço prestado que estes grupos se distinguiam, em especial “os mercenários [que] em nada eram inferiores aos nobres, em matéria de ousadia e de arte de fazer a guerra” (MONTEIRO, 1998, p. 85); sabiam, aliás, tirar bom partido desta circunstância e, por isso mesmo, acabavam por constituir um recurso dispendioso para a monarquia, que todavia devia estar alerta

para a natural predisposição destes homens para mudar de campo, se por acaso alguém, do outro lado da trincheira, lhes acenasse com um pagamento mais generoso...

O monarca devia garantir o pagamento dos soldos destinados à sua guarda pessoal e à vigilância dos castelos, justamente dois serviços prestados em regime de permanência, reservando um montante adicional para contratar mercenários e para pagar aos vassalos (e mesmo a tropas concelhias) o tempo de serviço supletivo, caso a empresa se prolongasse para além do prazo previsto. No caso das ordens militares, a concessão de castelos e de propriedades garantia a sustentabilidade dos homens de armas e a disponibilidade dos freires-cavaleiros vinculados às respetivas comendas; essa era uma forma de retribuição, por parte da Coroa, do serviço prestado pelos cavaleiros das ordens militares na defesa e repovoamento do reino, especialmente em áreas mais delicadas e conflituosas, como era o caso das regiões de fronteira. Além do património acumulado, esses homens podiam beneficiar de um soldo quando a requisição régia exigia a sua presença nos teatros de guerra.

O serviço prestado pelas ordens militares merece uma especial atenção no que respeita ao processo da *Reconquista* ibérica; afinal a sua primeira vocação era prestar serviço militar em nome de uma causa de fundo religioso. As primeiras ordens fundadas, no primeiro quartel do século XII, para servir na *Terra Santa* (cavaleiros do Templo e do Hospital), inicialmente em operações de policiamento e de acompanhamento ou assistência a peregrinos, converteram-se ao longo do tempo em unidades guerreiras indispensáveis nos confrontos armados contra o Islão, tanto no Médio Oriente como na Península Ibérica. A experiência acumulada, a resposta rápida, a disciplina, a capacidade de sofrimento e a obediência (valores potenciados pela sua vocação monástica) eram aspetos muito valorizados pelos monarcas ibéricos. Desde cedo que os reis peninsulares atuaram no sentido de atrair esses guerreiros para a Hispânia, fosse para empreendimentos isolados, nos quais a motivação religiosa e a capacidade de combate dos freires-cavaleiros se mostravam determinantes, fosse na tentativa para fixar estas ordens em solo ibérico. A concessão de valiosos bens patrimoniais e de isenções diversas aponta claramente nesse sentido. De facto, tanto Hospitalários como Templários (entre outros) viriam a dominar fortalezas e territórios extensos em todos os reinos cristãos peninsulares. O serviço prestado na dilatação

para sul da fronteira cristã-muçulmana foi determinante para o sucesso da Reconquista, o que marcou profundamente a presença destas ordens na Península Ibérica, mais do que em qualquer outro reino europeu; também por isso se mantiveram no terreno mesmo depois de expulso da Hispânia o último adversário muçulmano. Neste contexto, chegaram até a fundar-se ordens militares de origem ibérica, tais como as de Calatrava (a primeira criada na Península), de Alcântara ou de Santiago, no caso castelhano³³, ou as de Avis e de Cristo (que substituiu a extinta ordem do Templo c. 1319), no caso português³⁴.

Além de passarem a integrar as hostes régias a partir do segundo quartel do século XII, “they also had the capacity to act autonomously and maintained a good number of fortresses along the border. Within them, we can distinguish up to five groups of combatants: brotherknights, *sergents* (or sergeants), mercenaries, vassals of the corresponding jurisdictions and ‘circumstantial’ combatants” (AYALA MARTÍNEZ, 2018, p. 62). Apesar do reduzido número de freires-cavaleiros que integrava estas instituições (em geral, apenas algumas dezenas), os domínios territoriais e as zonas de influência que lhes eram atribuídos permitiam-lhes reunir contingentes próprios, quer

³³ Em meados do século XII surgiam em Castela as primeiras ordens militares consideradas hispânicas, as quais se distinguiam das orientais (Templários e Hospitalários), por não serem “meros apêndices de organizaciones internacionales cuyos centros de decisión se hallaban fuera de la Península”; assim se deu início às ordens “de Calatrava, creada en 1158 por Sancho III de Castilla e institucionalizada por su sucesor Alfonso VIII a lo largo de su reinado, y la de Santiago, en 1170, impulsada por Fernando II de León” (AYALA MARTÍNEZ, 2005, pp. 79-80).

³⁴ António de Villasboas Sampayo faz referência, na obra *Nobiliarchia Portuguesa*, a ordens de cavalaria precocemente extintas e que estariam na génese de ordens militares que não tiveram desenvolvimento próprio, como, p. ex., a Ordem da Aza, a Ordem da Espada, ou a Ordem da Madre Sylva (SAMPAYO, 1676, cap. XVIII, p. 165 e 172). Devemos admitir a existência de ordens menores, mesmo que não tenham vingado: “other minor orders and brotherhoods also existed and their military significance in the wars against Islam was much greater than that of the ‘international’ ones” (AYALA MARTÍNEZ, 2018, p. 62). Apesar disso, não podemos ignorar o facto de as primeiras ordens militares que atuaram em solo ibérico (desde c. 1128) terem sido as de matriz oriental. Mário Barroca aponta a ordem do Templo e a do Hospital, que durante muitos anos foram “as únicas ordens militares presentes em Portugal: instituições de origem internacional, fundadas no Próximo Oriente, e que alargaram a sua actuação até ao espaço ibérico. Para encontrarmos referências a novas Ordens é necessário avançar mais de quarenta anos, até à década de 70 do séc. XII, quando se começa a detectar a presença das Ordens de origem peninsular” (BARROCA, 2002, p. 535). Com efeito, posteriormente àquelas ordens orientais deu entrada no nosso reino a Ordem de Santiago, de origem castelhana, e surgiu a primeira ordem de cunho nacional, a Milícia de Évora, que deve a sua origem à iniciativa de D. Afonso Henriques. “Portanto, e sintetizando, a Ordem do Templo encontra-se documentada em Portugal a partir de 1128, a do Hospital sensivelmente pela mesma altura, a de Santiago desde 1172 e a Milícia de Évora desde 1175” (*idem*, p. 536). Esta última viria a converter-se na célebre Ordem de Avis, conforme atesta José Mattoso: “Quanto aos freires de Évora, viram aumentados os seus domínios e confirmada a sua função defensiva naquela cidade pela concessão do domínio de Avis, com a obrigação de aí fundarem um castelo. Este domínio viria a tornar-se a sede da ordem, deixando os cavaleiros de usar o nome da cidade onde tinham sido fundados” (MATTOSO, 1997b, p. 102).

em consequência direta do domínio senhorial, quer recorrendo à contratação mercenária, sempre que necessário. Podiam ainda mobilizar homiziados ou grupos de *almogávares*, à semelhança do que acontecia nas hostes do rei (MARTINS, 2018, p. 221). No entanto, insistimos que a prioridade destas ordens era a defesa territorial e a vigilância do espaço fronteiriço, onde o domínio militar dependia da tutela dos castelos, já que “ocupar um território no século XII equivalia a assumir o controlo militar das suas fortificações” (BARROCA, 2003a, p. 143). É claro que a importância das suas operações autónomas, bem como a crescente influência dos seus principais dignitários nas cortes peninsulares (veja-se, por todos, o caso emblemático de D. Paio Peres Correia, mestre dos Espatários em meados do século XIII) também representava uma ameaça política, considerando até que pelo menos algumas destas ordens respondiam perante sedes externas; isso permitia “aos Mestres e aos comendadores-mores deter as alcaidarias de muitas praças importantes, utilizando-as, nos momentos de maior agitação interna, como um trunfo realmente poderoso” (MONTEIRO, 1998, p. 80). As decisões políticas relacionadas com a criação e com o fomento das ordens militares ibéricas certamente tiveram em conta esses riscos. Por exemplo, em Portugal, o território mais meridional dos Hospitalários ficou de certo modo entalado entre duas regiões controladas pelos Templários, de modo a mitigar o perigo de constituição de um senhorio militar demasiado vasto. Por outro lado, aos poucos, a nomeação dos mestres das ordens passou a ser da responsabilidade dos próprios monarcas, “demonstrating the tight control the monarchy had of them” (ARIAS GUILLÉN, 2018, p. 98); como veremos adiante, os reis dos finais do século XIV e dos inícios do século XV (como, p. ex., D. João I de Portugal) não se inibiam de indicar membros da família real para tais cargos.

As mesnadas da nobreza, apesar de não prestarem um serviço militar permanente, forneciam grupos coerentes de guerreiros relativamente adestrados e equipados (“knights with family or vassal ties to the main noble”: AYALA MARTÍNEZ, 2018, p. 63), os quais compunham, geralmente, o núcleo duro da cavalaria pesada. Estes nobres estavam vocacionados para o combate armado e dispunham de algum treino marcial (adquirido na caça, nas justas ou nos torneios), podendo servir ao lado de tropas montadas de menor condição social, como por exemplo os *cavaleiros-vilãos* dos concelhos. Entre os cavaleiros nobres, apenas os mais abastados eram dotados de

recursos para aquisição de um equipamento militar completo e condigno, ou dispunham de algum tempo para uma instrução individual sumária. Os restantes elementos da nobreza, mesmo com o auxílio futuro das *soldadas* e das *contias* atribuídas pela Coroa, não reuniam condições para se equiparem convenientemente, formando grupos de cavalaria mais ligeira levemente armada e escudada. Importa recordar que a simples condição de nobre “não era sinónimo de riqueza ou mesmo de desafogo económico, testemunham-no, por exemplo, as muitas cantigas trovadorescas de escárnio e maldizer que satirizavam os *infanções*” (SOUSA, 2012, p. 67). Ainda que não fossem invariavelmente nobres, “knights were drawn from families with some means and leisure which enable them to train for war – itself a hazardous business” (FRANCE, 2009, p. 157).

Um outro grupo com uma prestação militar relevante era o composto pelas milícias concelhias. Em Portugal (tal como entre “as suas congéneres leonesas, castelhanas e aragonesas”: MARTINS, 2011, p. 20), estas tropas assumiram um papel muito importante durante a *Reconquista*. A sociedade concelhia integrava diferentes categorias sociais e económicas, mas, para efeitos de recrutamento militar, interessam-nos apenas os dois estratos principais da população urbana: os *cavaleiros-vilãos* e os *peões*. Esta designação, inspirada na terminologia bélica e que reflete um ambiente de conflito militar latente, assentava no simples facto de os primeiros terem capacidade para possuir montada, contrariamente aos segundos. Na origem desta estratificação encontramos uma diferença de rendimentos e de património que determinava os direitos e os deveres de natureza militar, mas socialmente devemos ainda considerar diferenças “sobretudo de natureza política, jurídica e fiscal, consagrados nas cartas de foral e nos foros municipais” (SOUSA, 2012, p. 74). Era precisamente nestes foros, ou na legislação local, que se encontravam estabelecidas as obrigações dos residentes nos concelhos (os “vizinhos”) de prestar serviço militar, sempre que este era requisitado pelo monarca.

Os *cavaleiros-vilãos*, apesar de possuírem montadas, eram distintos do grupo social da nobreza e dos terratenentes que compunham as hostes feudais, ainda que estes fossem proprietários de terrenos agrícolas no alfoz do mesmo concelho. Eram essencialmente uma oligarquia concelhia que exercia cargos de administração municipal. Inclusivamente, recusavam à nobreza feudal “o direito de habitarem no

concelho, a não ser que renunciassem a exercer nele os seus privilégios senhoriais” (MATTOSE, 1997b, p. 183). Apesar do seu estatuto dentro dos concelhos não ser contestado, nem todos seriam abastados e, se alguns exibiam uma certa superioridade social e económica, confirmada “pelo facto de possuírem normalmente armas de ferro e, inclusive, armaduras (loriga e capelo) e tendas, de terem escudeiros e dependentes” (*ibidem*), outros apenas dispunham da fortuna mínima exigida, o que os convidava a criar laços de solidariedade entre si, de forma a conseguirem preservar o seu estatuto social.

Abaixo destes cavaleiros, a peonagem que era recrutada diretamente nos ofícios e mesteres fornecia um importante conjunto de tropas, apesar de partilharem as mesmas limitações que encontramos nos peões das mesnadas nobres: serviço militar não permanente; equipamento frágil; armamento diversificado e nem sempre eficaz (não raras vezes com recurso às ferramentas utilizadas nos seus próprios ofícios); treino marcial praticamente inexistente (salvo no caso dos besteiros do conto); e mentalidade guerreira pouco vincada. Ainda assim, compunham o grosso das tropas reunidas pelas hostes régias. As milícias concelhias eram recrutadas e comandadas pelas autoridades locais: os *alcaldes*, os *coudéis* e os *anadéis*.

No geral, a hoste régia congregava, portanto: mesnadas da nobreza, onde se reuniam sobretudo as lanças da cavalaria; milícias concelhias, com os seus peões e cavaleiros-vilãos; contingentes das ordens militares, que juntavam os freires-cavaleiros aos respetivos dependentes; e grupos pontuais de mercenários, de voluntários e/ou de homiziados. A isto acresce a “inestimável acção de batedores e exploradores como o adaíl, o almocadém e os almogávares” (MONTEIRO, 1992, p. 169), que eram essenciais para orientar o trânsito em segurança de um exército e satisfazer as suas necessidades básicas (como, p. ex., o alojamento e a alimentação).

Na linha nominal de comando deste conjunto encontramos, à testa da hoste, o monarca, que contava inicialmente com o auxílio do *alferes-mor*, “um lugar-tenente do rei, sobre quem recaíam competências, essencialmente, de porta-estandarte e de juiz” (MONTEIRO, 2003b, p. 217). Este posto manteve-se nos reinos português e castelhano até às reformas de 1382, ocorridas no quadro da terceira guerra fernandina contra Castela, que trouxe a Portugal os exércitos do conde Edmundo de Cambridge; nessa altura, como veremos mais adiante, o alferes foi substituído pelo *condestável*,

assessorado por um *marechal*. Tanto o alferes-mor como, depois, o condestável podiam substituir o rei no comando das tropas, em caso de ausência deste. Abaixo na hierarquia encontrava-se o *marechal*, uma espécie de vice-comandante geral, com grande responsabilidade no domínio da justiça; abaixo dele, supõe-se que as ordens fossem transmitidas sobretudo através dos *capitães* das mesnadas senhoriais e dos líderes das forças concelhias. Desta forma, a cadeia de comando respeitava o vínculo à luz do qual cada grupo organizava os seus próprios homens, ou seja, a liderança das camadas inferiores da hierarquia militar recaía “on the political or social leaders of each such group, which kept their own internal hierarchy and organization” (AYALA MARTÍNEZ, 2018, p. 65).

Independentemente da fração que estivesse mais representada na hoste, a peonagem era a força militar maioritária. Sem treino bélico conjunto, nem grande apetência para a guerra (a tendência para a deserção parece ter sido grande), este grupo compunha os corpos de infantaria destinados sobretudo a manobras defensivas. Em campo, era um recurso muito utilizado para absorver as cargas e as ofensivas adversárias, fossem elas montadas ou apeadas, e também eram úteis na luta corpo-a-corpo, logo após o contacto generalizado das tropas (a chamada “mêlée”). Referimo-nos aqui às práticas mais recorrentes a que assistimos durante a Reconquista cristã da Península Ibérica. Para além de algumas escaramuças que pudessem desencadear autonomamente no decurso de um confronto armado (sobretudo na fase inicial), os peões eram muito utilizados nos assédios de fortalezas e muralhas urbanas, por exemplo nas manobras das máquinas de cerco ou para minar os muros e britar ou incendiar portas e muralhas. Quando sitiados, a sua prioridade era a defesa do recinto, recorrendo a armas de arremesso (por propulsão muscular ou neurobalísticas: *vide infra*, 1.4.) e a outros expedientes.

Entre os grupos montados de cavalaria pesada e ligeira, devemos admitir a existência de alguma preocupação com o adestramento individual. A exercitação do corpo e o manejo das armas podiam decorrer da prática de alguns jogos e divertimentos típicos (embora não exclusivos) da nobreza, como “a braceria, a pela, as canas, o páreo, o tavalado, a quintana, as justas, os torneios e muitos outros” (MONTEIRO, 1992, p. 170), sem esquecer a importância que o exercício da caça tinha para um bom manuseamento das armas (em especial da lança) e para uma eficaz

condução dos cavalos. A instrução teórica seria mais restrita, estando normalmente reservada aos cavaleiros que frequentassem a corte, ou às ordens militares; uns e outros podiam envolver-se na leitura (ou na audição de leituras em voz alta) de “works with propaedeutic content: the adventures of the heroes of Antiquity (such as Alexander or Caesar); the Arthurian legends; the *De Re Militari* by Vegetius (directly or through Gil de Roma or Christine de Pizan); some military law treaties (such as the *Arbre des Batailles* by Honoré Bouvet); and the writings of Castilian authors, such as King Alfonso X or the *Infante* Don Juan Manuel” (*idem*, 2018, p. 233).

A instrução marcial, pelo menos aquela que seria exigida aos comandantes, era importante para o sucesso de todas as manobras militares, principalmente à medida que se iam intensificando as operações. Mesmo as cavalgadas de curto e de médio alcance exigiam preparação e planeamento, recorrendo-se a informações reunidas por espiões – em Castela apelidados de “*barruntes, esculcas, escusoneros*” (ALVIRA CABRER, 2018, p. 66) – ou pelo interrogatório de prisioneiros (muitas vezes capturados apenas com essa finalidade). Em causa estava, por exemplo, uma informação rigorosa sobre os melhores itinerários, a identificação das áreas mais propícias a emboscadas e até a localização dos melhores locais para acampamento e para recolha de forragens para os animais. No decurso de uma incursão em território inimigo, uma prevenção vigilante era fundamental, configurando uma responsabilidade que recaía sobre os *adaís* e sobre as “*atalayas*” e as “*escuchas*” (*idem*, p. 68).

Estes cuidados visavam sobretudo evitar um contacto direto prematuro com o adversário, pois tudo se tornaria mais difícil caso fossem apanhados de surpresa. Como atrás mencionámos, os riscos que os confrontos campais pressupunham implicava que apenas se travasse uma batalha em caso de extrema necessidade, ou de manifesta confiança na superioridade perante o adversário (sobre este paradigma nos debruçaremos também no último capítulo deste trabalho). Este pressuposto era transversal aos reinos europeus, onde a preferência pelas cavalgadas e pelos assédios a fortificações superava, regra geral, a opção pelas batalhas campais. Os modelos estratégicos adotados pelos cristãos na Península Ibérica a partir da segunda metade do século XI apontam claramente para essa predileção por “ambushes and small-scale fighting”; já a batalha “played a secondary role in Christian expansion strategies” (ALVIRA CABRER, 2018, p. 71).

No entanto, não podemos excluir a ocorrência de uma batalha campal, fosse ela deliberada ou inesperada. Nesse caso, o modelo tático adotado pelas hostes cristãs consistia geralmente numa formação em fileiras de infantaria e em diversas linhas de cavalaria pesada (as “azes”). As primeiras assumiam sobretudo posições defensivas, ao passo que as azes de cavalaria representavam a principal força de choque; estavam preparadas para atacar a posição adversária avançando em formação cerrada e segurando as compridas lanças deitadas (a citada «*lance couchée*») debaixo das axilas. Esta manobra, geralmente interpretada por pequenos esquadrões de cavaleiros (os já referidos “conrois”) que avançavam próximos uns dos outros, era sequencial, ou seja, as linhas de ataque sucediam-se de forma cadenciada e, tanto quanto o possível, organizada, de maneira a varrer o adversário do campo de batalha e a evitar o seu reagrupamento.

Estes corpos montados tornaram-se imprescindíveis no terreno de combate ao longo dos séculos XI a XIII, período durante o qual se consolidou e articulou um conjunto de inovações técnicas para incremento da sua eficácia, tirando bom partido “do estribo e da sela alta com suportes atrás e à frente” (MARTINS, 2011, p. 16). Estes cavaleiros apenas se destinavam a executar manobras montadas. A sua participação em combates apeados dinamizou-se sobretudo a partir do século XIV. Até finais do século XIII, Alvira Cabrer afirma que, para o caso castelhano, “we have no record of battles in which the knights fought on foot” (ALVIRA CABRER, 2018, p. 72). Este especialista espanhol aponta especificamente para os confrontos contra as hostes muçulmanas, as quais tinham preferência pelos corpos de cavalaria ligeira (os *ginetes*), cujo equipamento muito leve lhes permitia manobrar os cavalos mais rápida e agilmente (por vezes até sem recurso a rédea e a estribo). A pouca versatilidade demonstrada pela cavalaria pesada, que fundamentalmente executava manobras de choque frontal, levou a que, por vezes, os contingentes cristãos adotassem o recurso aos *ginetes*, uma prática que se manteve nas hostes castelhanas ainda no período medieval tardio.

No caso português, a guerra obedecia aos mesmos preceitos, tendo perdurado ao longo de todo o processo da Reconquista, que terminou no reinado de D. Afonso III, com a tomada de Faro e das últimas bolsas de resistência muçulmanas (Loulé, Aljezur, Porches e Albufeira), em 1249-1250. Ainda que as hostes portuguesas, após essa data

e até Ceuta (1415), tivessem participado em confrontos com o Islão, faziam-no geralmente em modo de coligação (como no caso do rio Salado, em 1340) e já não para defesa ou alargamento das suas fronteiras³⁵. Afastada a ameaça muçulmana, a monarquia iria concentrar-se em dois aspetos: “por um lado, na *defesa e protecção dos seus súbditos* (num sentido lato que incluía também, claro está, a componente militar), com o objectivo de garantir a paz do reino; por outro lado, na *justiça*” (SOUSA, 2012, p. 103). No reinado de D. Dinis (r. 1279-1325) dedicou-se um especial cuidado à fixação das populações, à estabilização da fronteira e à defesa interna do reino. Esta reconversão de objetivos talvez justifique algumas propostas avançadas pelo *rei lavrador*. Provavelmente, o monarca pretendia dinamizar as tropas portuguesas conferindo-lhes uma melhor organização e eficácia, ao mesmo tempo que otimizava o planeamento estratégico em caso de conflito. Assinalaremos apenas algumas das medidas mais relevantes, antes de avançarmos para os finais da Idade Média.

Com a diminuição da ameaça externa e o consequente abrandamento da pressão sobre as regiões fronteiriças, o ambiente ficou menos aguerrido. Deste modo, a convocação régia para a guerra passou a ser menos regular (e menos marcada pela urgência), o que teve um certo impacto nos modelos de recrutamento, tornando-os mais flexíveis. Acresce ainda o facto de, em parte, estes modelos estarem a ficar algo obsoletos e carecerem de atualização. O abrandamento da guerra representava ainda uma considerável redução nas oportunidades para obter lucros através do saque (pilhagens, despojos e cativos), o que afetou particularmente o grupo dos mercenários e dos voluntários, que dependia da atividade guerreira para subsistir. Para estes grupos, a guerra tornou-se menos lucrativa. Por outro lado, os sectores que tinham obrigação de responder às convocatórias do rei, principalmente as milícias concelhias, demonstravam uma certa incúria relativamente aos seus deveres, negligenciando inclusive a posse de montadas e a manutenção do equipamento. Por este motivo, a convocatória das milícias dos concelhos “servia cada vez mais como pretexto para a Coroa as dispensar de imediato do serviço militar efectivo, em troca de compensação

³⁵ As hostilidades do reino português contra o Islão mantiveram-se ativas até ao termo da Reconquista ibérica, ainda que os muçulmanos não tenham reocupado território em Portugal após os meados do século XIII. Contudo, ainda no século XIV, p. ex., D. Fernando (ou Fernão Lopes por ele) dava testemunho do assédio islâmico, referindo que “el-rrei de Gra[n]ada tem tomados navios e averes e gentes cativas de minha terra” (CDF, cap. XCIII, p. 330).

monetária – a fossadeira” (MARTINS, 2011, p. 20). Apesar de esta prática ser conveniente para um grande número de concelhos, alguns dos principais centros, como Lisboa e Santarém, mantinham uma razoável capacidade de mobilização de tropas.

Para contrariar esta depreciação das forças concelhias, sentida no pós-*Reconquista*, foram tomadas medidas para que a capacidade militar do reino não ficasse demasiado fragilizada. Assim, entre 1299 e 1315-1316, D. Dinis ordenou: i) a atualização dos valores destinados ao recrutamento; ii) o aumento dos mecanismos fiscalizadores; iii) a divisão das categorias de *cavaleiro-vilão* e *peão* em quatro subcategorias: “cavalaria pesada e ligeira, e infantaria pesada e ligeira” (MARTINS, 2011, p. 22); iv) a criação de uma nova categoria de combatentes: os *besteiros do conto*; v) o rei estipulou ainda o tipo de armamento adequado às funções que eram atribuídas aos combatentes. Quando foram implementadas estas ordenações, o monarca passou a recorrer a *alardos* (inspeções militares) para garantir a boa condição dos homens, dos cavalos e do equipamento bélico.

Recrutados entre os homens casados nos mesteres dos concelhos, os *besteiros do conto* formavam uma milícia de infantaria exclusivamente composta por homens dedicados ao manuseamento da besta e que “gozavam de alguns privilégios (isenção da jugada, por exemplo)” (SOUSA, 2012, p. 75), ainda que continuassem a pertencer à categoria social de origem, a dos peões. Apesar de as forças concelhias já fornecerem corpos de *besteiros* à hoste régia desde há décadas, procurava-se agora (com D. Dinis, a partir de 1299) obter uma indicação quantitativa proporcional aos recursos demográficos de cada povoação, isto é, um *conto*, juntamente com alguma especialização marcial por parte desta milícia.

A fixação do número exato de combatentes com besta, além de tornar o planeamento militar mais eficaz e preciso, também servia para limitar o número de indivíduos com direito a privilégios fiscais e judiciais. A especialização destes homens seria garantida através de um treino regular, que decorria normalmente aos domingos (para não interferir com as atividades oficiais) e que tinha lugar no castelo ou no “*terreiro* ou *barreira* (um espaço público, possivelmente amplo, localizado em cada unidade de recrutamento)” (FERREIRA, 2015, p. 164). A responsabilidade que estas tropas tinham relativamente à arma que manejavam, a *besta*, obrigava todos os seus

portadores a preservar o equipamento e a manter um número mínimo de *virotos* (*vide infra*: 1.4.). A chefia destes grupos recaía sobre os *anadéis*, originalmente nomeados pelo monarca em colaboração com os concelhos³⁶.

Independentemente dos valiosos privilégios que lhes eram conferidos, e como dissemos, estes homens mantinham-se *peões* e eram recrutados no vasto universo dos mesteres e ofícios. Os mobilizados para esta milícia de atiradores eram selecionados entre as mais variadas ocupações: “sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, almocreves, tanoeiros, regatões e outra gente dos ofícios, desde que fossem casados e não lavrassem continuamente com uma junta de bois. Se em alguns lugares não houvesse mesterais suficientes para preencher o conto exigido, poder-se-ia recorrer a outros homens mancebos que soubessem atirar com besta” (MONTEIRO, 1998, p. 62). Aos caçadores era dispensada uma atenção especial, considerando que mantinham um contacto regular com a arma, ainda que recorressem sobretudo a bestas de caça.

Deste modo, o monarca passou a dispor de um corpo de atiradores adestrados, facilmente mobilizáveis, com uma prestação digna em combate e com um espírito mais aguerrido, comparativamente às restantes tropas de infantaria. Este modelo mostrou-se tão eficaz que, na transição do século XIV para o XV, viria a inspirar a criação de mais duas categorias: a dos *besteiros a cavalo* e a dos *besteiros de garrucha* (MARTINS, 2011, p. 22).

Ainda dentro do universo concelhio, mas neste caso com incidência sobretudo no meio rural, a Coroa instituiu, ao longo do século XIV, o modelo dos “aquantiados em cavalos e armas”, que abrangeu os moradores no reino de Portugal, geralmente lavradores, que mantinham casa própria e cuja fortuna era avaliada por oficiais régios e concelhos. Em resultado dessa avaliação (o «aquantiamento»), esses homens

³⁶ Sobre o percurso dos besteiros do conto destacamos a recente dissertação de mestrado de Leandro F. R. Ferreira (2015): “De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)”. O autor estabelece uma ponte entre a realidade portuguesa antes da oficialização deste grupo de besteiros, isto é, antes de estabelecido um *conto*, e a renovação dos seus estatutos após a Crise de 1383-1385, dentro das medidas estabilizadoras que D. João I impôs relativamente às tropas portuguesas. O processo de admissão para incorporar grupos de atiradores, antes de D. Dinis, mostrava também algumas restrições, não sendo fácil de obter o estatuto de besteiro. Dependia, logo à partida, “do resultado favorável na avaliação do grau de perícia com que o candidato manejava a besta” (FERREIRA, 2015, p. 33). Por outro lado, a integração neste grupo mostrava já um condicionamento de vagas, “pois estava limitada a um número restrito e previamente estabelecido de homens (o que, de certa forma, já anunciava a criação de um conto...)”; como observou Miguel Martins (MARTINS, 2011, p. 25), isso sucedia para melhorar o planeamento, mas sobretudo para “evitar o excesso de indivíduos beneficiados com importantes prerrogativas fiscais e judiciais” (*ibidem*).

ficavam obrigados a comparecer na guerra com determinadas armas e, no caso dos mais ricos, também com um cavalo. Estavam sujeitos a inspeções (os «alardos») dirigidas pelos «coudéis» (oficiais que eram cada vez mais de nomeação régia) entre uma e três vezes por ano, para verificação do bom estado das suas armas e montadas (MONTEIRO, 1998, pp. 44-58). Como dissemos, o processo decorria sob a forma de uma avaliação no que respeitava à riqueza de cada morador; nas palavras de Luís Duarte, “serão recrutados para lutar, segundo o princípio simples: quanto mais alta for a quantia (daí o nome) melhor armados se deverão apresentar. Os portugueses do tempo são classificados em seis escalões de riqueza: os mais ricos, combaterão a cavalo e armados até aos dentes, como “homens de armas”; os mais pobres, a pé e apenas protegidos com um escudo” (DUARTE, 2006, p. 9). De algum modo, poderá dizer-se que este sistema dos aquantiados concelhios configurou, em parte, uma reciclagem da antiga cavalaria-vilã concelhia.

Entretanto, o esforço para conseguir contar com um número relativamente fixo de guerreiros estendeu-se ao grupo social da nobreza e conduziu à implementação do sistema das «contias». Este sistema afirmou-se ainda no reinado de D. Dinis, mas seria sistematizado e consolidado só nos reinados seguintes. Como mencionou Gouveia Monteiro, o pagamento de *contias* fixas aos nobres pretendia substituir o sistema remuneratório das *soldadas* e dos *feudos-renda*, configurando “um sistema mais atraente para o fidalgo e que compensava a falta de liquidez do Estado” (MONTEIRO, 2017b, p. 104). Um dos fatores mais interessantes consistiu na progressiva atualização dos limites e valores fixados³⁷. A evolução para o sistema de *contias* tinha a vantagem não só de estabelecer uma nova proporção entre o rendimento outorgado pelo rei e o número de lanças com que cada nobre ficava obrigado a servir, mas também de definir de uma forma mais rigorosa a duração do serviço militar que deveria ser prestado. Neste alinhamento, no reinado seguinte, D. Afonso IV (r. 1325-1357) determinou que um terço da *contia* recebida “era destinado exclusivamente à aquisição e manutenção

³⁷ Na verdade, ao longo do século XIV, os valores das *contias* foram ficando desajustados, não só pela falta de iniciativa em atualizar os respetivos limites, mas também em consequência da inflação relativa aos metais preciosos e à mudança da moeda, como aconteceu no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), não tendo as *contias* sido ajustadas a esta realidade. Apenas no reinado de D. Pedro (1357-1367) estes valores sofreram os devidos acertos: “dom Afonso mudou a moeda e fez os dinheiros que chamavam novos, mandou que nove delles vallessem hum soldo, quanto dante valliam doze. Sobio logo a prata e o ouro, de guissa que perdiam o quarto em tal paga. E veemdo depois el-Rey dom Pedro esta perda que os vassallos avyam, corregeu-ho per aquell acreçentamento” (CDJ, II, cap. LXXI, p. 168).

do cavalo e das armas do próprio vassalo. Quanto aos restantes dois terços, reservavam-se para a remuneração dos combatentes” (MARTINS, 2011, pp. 18-19). A partir de D. Pedro I (r. 1357-1367), passou a ser prática do monarca atribuir aos filhos legítimos dos fidalgos uma «carta de contia» logo após o seu nascimento.

Em Leão e Castela, Afonso XI (r. 1312-1350) tomou também medidas para impor uma certa obrigação militar no sentido de assegurar contingentes mínimos de tropas, visando sobretudo as milícias concelhias. Para o efeito, o rei “reformed the *caballería popular*, a significant part of council armies. Rather than continuing to be voluntary, it was made compulsory, for all those who had rents above a specific level, to maintain a steed and arms for military service” (ARIAS GUILLÉN, 2018, p. 100). O mesmo monarca estipulou ainda um sistema semelhante aos das *contias* portuguesas, conhecido como *acostamiento*, uma tença anual dirigida à fidalguia e destinada a garantir o fornecimento de um número determinado de lanças para prestar um mínimo de três meses de serviço militar obrigatório, e para a manutenção dos cavalos e do armamento (*ibidem*). Também em Castela os beneficiários do *libramiento* eram obrigados a destinar “a third of that salary to their own equipment and horses, and the other two-thirds to equipping their own retinue” (*idem*, p. 99).

Retomando o caso português, recordemos – a talho de foice – a expressiva descrição de Fernão Lopes (que escreve na primeira metade de Quatrocentos) relativa ao *acostamiento* que “se ussou no tempo dos reis antigos e em vida del-Rey dom Pedro”: “os fidalgos avyam as contias, e a estes chamavom vassallos del-Rey; e a cada huum fidalgo el-Rey ordenava que servisse com çertas lanças, quando mester ouvese; e segundo que cada huum era de fidalgo ou estado, assy lhe hordenava el-Rey as lanças que ouvesse, e pera tantas l(h)e davom cada ano contya, e elle podia tijrar e poer quaalquer lança que quysesse ata aquell conto, afora a contya que el avya pera seu corpo; (...) a todos os filhos lidemos dos fidalgos, como lhe nacyam, logo o escreivyam das contijas – que chamavom maravidijs, – se o soubesse ou lho sseu pay mandasse dizer, logo lhe mandava a casa a carta da contya que avya daver pella taxa da que seu pay avya (...) e quamtos filhos naçiam ao fidalgo tamtas cartas lhe mandavom” (CDJ, II, cap. LXXI, p. 167).

Esta reforma no recrutamento e remuneração militares pretendia, portanto, contrariar as dificuldades com que os monarcas se deparavam na mobilização das

mesnadas da nobreza, compensando o processo de falência do modelo feudo-vassálico, que já se havia feito sentir no reinado de Afonso III (recorde-se, p. ex., a fraca mobilização da alta nobreza para a campanha de Faro, em 1249). Agora, com a fixação de valores outorgados em troca de um número pré-determinado de lanças, o rei garantia o cumprimento do serviço militar em moldes mais fáceis de quantificar antecipadamente; ou seja, sabia com o que poderia contar, até porque tudo começou a ser registado num *Livro dos Vassalos*. Doravante, o monarca já tinha argumentos para exigir que a fidalguia fosse capaz de servir a Coroa com homens “bem armados e montados, durante pelo menos três meses” (MONTEIRO, 2017b, p. 104)³⁸.

Ainda no que respeita à evolução da composição das hostes régias ao longo do século XIV, destacamos o crescimento do papel da *guarda do rei*, que se torna mais dinâmica e que se mostra capaz de cumprir missões que vão para além da defesa pessoal do monarca. Aproximou-se, desta forma, daquilo que parece ser um pequeno exército pessoal “called the king’s *mesnada* (retinue), which could be assembled swiftly, much like a rapid reaction force. It soon became the backbone of the royal army” (MARTINS, 2018, p. 213). Com o alargamento das suas funções seria instituída (com D. Pedro I, se não mesmo um pouco antes) a figura do *guarda-mor*, um cargo de configuração ainda um pouco palaciana mas que, aos poucos, começou a definir-se e a hierarquizar-se com maior clareza (MONTEIRO, 1998, p. 29).

Uma nota mais, dirigida a um grupo menos expressivo da hoste régia, mas que importa não ignorar – o dos homiziados. Nos finais da Idade Média, a participação na guerra de grupos de condenados que pretendiam ver as suas penas reduzidas, ou mesmo perdoadas (em jeito de amnistia), era cada vez mais habitual. Com efeito, pensando também na conveniência de defender bem a fronteira com Castela (definitivamente fixada graças à assinatura do tratado de Alcanizes, em 1297), D. Dinis dinamizou a criação de *coutos de homiziados*, na sua grande maioria situados em regiões raianas (exs.: Freixo de Espada-à-Cinta, Sabugal, Marvão, Noudar, etc.). Com

³⁸ O trabalho de maior profundidade sobre a evolução do recrutamento militar da nobreza nos reinados de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV deve-se a Miguel Gomes Martins: “A arte da guerra em Portugal, 1245 a 1367”, pp. 24-76; aqui podemos encontrar uma análise da inadequação dos vínculos feudo-vassálicos face às necessidades de mobilização de tropas por parte dos monarcas, um problema especialmente agravado na Península Ibérica, com a falência do sistema remuneratório das *soldadas*.

isto, a Coroa pretendia, além de reforçar a defesa dos limites extremos do reino, povoar algumas áreas raianas mais carenciadas de proteção³⁹.

Apesar de os grandes grupos que compunham as hostes régias se terem mantido os mesmos que anteriormente (guarda do rei, mesnadas da nobreza, milícias concelhias, ordens militares, mercenários, voluntários e homiziados), na transição do século XIII para o XIV a organização, a especialização, a convocatória, a mobilização e a remuneração deste conjunto de homens armados tornaram-se muito mais sistematizados e eficazes. Segundo uma estimativa apresentada por Miguel Gomes Martins, o número de tropas rondava agora os “1,000 to 1,500 knights and 2,000 to 4,500 foot soldiers. Such were the forces mobilized for the military conflicts of 1296 and 1299, and again in 1336” (MARTINS, 2018, p. 219). Ao comando destas tropas mantinha-se a figura tutelar do monarca, que normalmente seguia na retaguarda de um exército em marcha, ou em combate; até c. 1382, o *alferes-mor*, responsável pela bandeira real, comandava a vanguarda; depois daquela data, coube ao condestável exercer essa função. As restantes unidades táticas, como o corpo central e as alas, eram coordenadas por *capitães*, auxiliados por subalternos dentro de cada unidade. E, claro, contava-se ainda com a presença de *adaís* para liderar pequenas incursões exploratórias; estes eram preciosos como espias ou *enculcas*, e também como batedores para desbravar caminhos, detetar forragens para os cavalos ou mesmo determinar a posição do inimigo; eram geralmente acolitados pelos *almocadéns*, que chefiavam pequenos grupos de infantaria, onde se integravam os *almogávares* (tudo, note-se, ressonâncias óbvias da forma muçulmana de fazer a guerra).

Também no modo de conduzir as campanhas militares não se notam alterações muito significativas, mantendo-se (no âmbito agora de confrontos luso-castelhanos ou de guerras civis) uma preferência pela guerra de atrito e de desgaste, recorrendo-se sobretudo a assédios de fortalezas e a cavalgadas e evitando, sempre que possível, o confronto direto através de uma batalha. Por este motivo, era dada uma especial atenção às fortificações, razão pela qual o *rei lavrador* não ignorou a função essencial

³⁹ O estudo de referência sobre a criação e evolução dos coutos de homiziados em Portugal deve-se a Humberto Baquero Moreno (1986): “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa”, pp. 93-138.

que estas desempenhavam⁴⁰; pelo contrário, mandou “construir e reedificar vários castelos junto à linha definida pelo Tratado de Alcanizes” (SOUSA, 2012, p. 114)⁴¹.

No caso de Castela, a importância das fortificações adquiria contornos especiais, dada a centralidade deste reino no mapa ibérico, partilhando fronteira não apenas com os reinos cristãos de Portugal, Navarra e Aragão, mas também com o de Granada, onde a *guerra santa* podia ressurgir a qualquer momento. As fortalezas castelhanas neste período ainda acusavam uma afetação especial às tarefas da Reconquista, “tanto los [castillos] de las órdenes militares como los construidos por los nobles cristianos durante los siglos XIII y XIV” (NAVARENO MATEOS, 2002, p. 511). A principal função destes castelos era a defesa das populações e dos territórios envolventes. Em geral, uma fortificação bem localizada e construída, abastecida de víveres e de água suficientes, dispoñdo de armamento e de soldados fiéis e preparados para o assédio, “tenía garantizada unas altas posibilidades de éxito frente a un ejército sitiador, aunque este fuese numéricamente más fuerte y contase con armamento técnicamente superior al de los cercados” (GARCÍA FITZ, 2002, p. 523).

Regressando ao caso português, foi ainda neste período que se prestou uma maior atenção ao desenvolvimento naval. Era necessária uma marinha de guerra, tanto para a mobilização de tropas como para fazer a guerra no mar. A defesa da costa portuguesa era também uma preocupação, principalmente a costa algarvia, que registava constantes assédios por parte de corsários muçulmanos. Em inícios do século XIV, a marinha de guerra ainda não se diferenciava da marinha mercante. Não só a primeira estava desprovida de embarcações próprias, como o monarca requisitava frequentemente frotas mercantis para o transporte de tropas. Os confrontos em ambiente marítimo não se distinguiam também demasiado do que acontecia no resto

⁴⁰ Para o estudo das reformas castelares de D. Dinis, vejam-se, por todos: BARROCA, Mário Jorge, *D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa*, Porto, 1998 (sep. da *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. XV, pp. 801-822); e MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2016.

⁴¹ O tratado assinado na povoação de Alcanizes (Zamora), entre D. Fernando IV de Leão e Castela e D. Dinis de Portugal, pretendia fixar os limites fronteiriços, estabelecendo a paz nas regiões de contacto entre os dois reinos. Para o efeito, foram concedidas, de um lado e de outro, algumas povoações raianas (recorde-se a incorporação, no espaço lusitano, do território de Riba Côa) e demarcadas as fronteiras que, *mutatis mutandi*, se mantiveram ao longo de toda a Idade Média e muito para além deste período (no fundo, praticamente até hoje). Naturalmente em momentos de tensão entre Portugal e Castela, seriam as fortificações e as povoações fronteiriças a formar as primeiras linhas de defesa de cada reino, o que conferia uma função especial aos castelos construídos ao longo dessas faixas territoriais.

da Europa, onde as embarcações manobravam na tentativa de abalroar o adversário, para, de seguida, procurar fazer a abordagem; a partir daqui os soldados combatiam corpo-a-corpo dentro das embarcações, de modo semelhante ao que faziam em terra.

A intenção de criar uma marinha de guerra autónoma é de certa maneira denunciada pela iniciativa tomada por D. Dinis no sentido da “nomeação do primeiro almirante português conhecido, Nuno Fernando Cogominho (talvez em 1307)” (MATTOSE, 1997b, p. 132). Este seria destituído dez anos mais tarde e substituído pelo genovês Manuel Pessanha, contratado em 1317 para desempenhar o cargo de almirante-mor da frota real⁴². O novo almirante, acompanhado por vinte outros genoveses, experientes em matérias navais, estabeleceu-se em Lisboa e, a partir de então, passou a navegar sempre que as condições meteorológicas o permitiam, munido de “uma esquadra de guarda-costa geralmente constituída por quatro naus e três galés” (A. S. MONTEIRO, 1989, p. 15). Porém, este aumento na capacidade naval “did not mean, however, that merchant and transport ships ceased to be utilized. In fact, these made up more than half of the vessels used for sea operations” (MARTINS, 2018, p. 215).

As iniciativas de D. Dinis tiveram continuidade no reinado de D. Afonso IV (r. 1325-1357), o que ajudou a reduzir substancialmente os conflitos armados do reino (a grande exceção foi a guerra luso-castelhana de 1336-1338). Talvez tenha sido esse ambiente que permitiu a D. Pedro I ocupar-se sobretudo da justiça interna, circunstância que lhe valeu o cognome de *O Justiceiro*. Contudo, a atividade guerreira na Península Ibérica não cessava, envolvendo pontualmente os contingentes portugueses, fosse na luta contra os muçulmanos (mais uma vez evocamos aqui a batalha do Salado, em outubro de 1340), fosse no suporte aos conflitos internos entre os reinos cristãos peninsulares, ao abrigo de relações diplomáticas nem sempre fáceis e por vezes até contraditórias.

Decorria o reinado d’ *O Justiceiro* quando Castela mergulhou numa sucessão de conflitos internos. Teve então início uma guerra civil pelo domínio da Coroa entre D. Pedro I de Castela (r. 1350-1369), que se esforçava por manter o poder no quadro de

⁴² Para uma boa síntese panorâmica sobre a evolução da marinha portuguesa na Idade Média, veja-se, por todos: Luís Miguel Duarte, “A marinha de guerra portuguesa” in M. T. Barata e N. S. Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, 2003a (pp. 289-346).

uma política de centralização bastante sangrenta, e o seu irmão bastardo Enrique de Trastâmara, que o pretendia usurpar. Este conflito viria a ter um grande impacto na política ibérica, envolvendo diversos reinos peninsulares. Por outro lado, com o reino de Granada isolado como um último bastião muçulmano entre a Serra Nevada e o Mediterrâneo, o movimento da Reconquista cristã quase estagnara. Tendo o monarca castelhano centrado as suas atenções e recursos na resolução dos conflitos internos, não dispunha dos meios económicos nem logísticos para manter a guerra em várias frentes. Pelo contrário, conseguira estabelecer acordos de tréguas com o “Rei Vermelho” de Granada, os quais perduraram ao longo dos reinados seguintes (o que ajuda a compreender o facto de o domínio absoluto dos cristãos sobre a Península Ibérica ter sido alcançado apenas em 1492, com os Reis Católicos). Assim, D. Pedro I de Castela concentrou o seu esforço na proteção e defesa da zona de fronteira⁴³.

A instabilidade política que se fazia sentir em Castela abriu espaço para o envolvimento de outros reinos europeus, principalmente daqueles que tinham interesses políticos neste conflito, nomeadamente a Inglaterra e a França, que então se digladiavam em plena *Guerra dos Cem Anos*. Aproveitando uma trégua na guerra anglo-francesa, ao abrigo de um tratado de paz, Carlos V de França enviou para a península contingentes de mercenários chefiados por Bertrand Du Guesclin (a quem mais tarde seria atribuído o cargo de *Condestável* do reino da flor-de-lis), com a missão de apoiar a ação revoltosa de Enrique contra o seu meio-irmão. A hoste régia de D. Pedro I era, pelo seu lado, acompanhada por tropas mercenárias inglesas comandadas pelo primogénito do rei Eduardo III de Inglaterra, Eduardo de Woodstock, príncipe de Gales, mais conhecido como *Príncipe Negro*. O inevitável confronto em campo aberto viria a travar-se no dia 6 de abril de 1367, na região de Nájera (em Navarra). No final da batalha saíram vencedores D. Pedro I e o *Príncipe Negro*⁴⁴; todavia, de pouco valeu

⁴³ Esta medida não reflete necessariamente um abandono dos ideais castelhanos sobre a *guerra santa*, pelo contrário, “the ideals derived from the Reconquista and the Crusade were ever present in Castile during the 14th and 15th centuries” (ARIAS GUILLÉN, 2018, p. 115). Simplesmente, durante os reinados em que Castela se viu obrigada a dar especial atenção aos conflitos internos e ao envolvimento de potências estrangeiras nos seus assuntos internos, deixou de dispor dos recursos necessários para dar continuidade, em simultâneo, à *guerra santa*. Mas isto funcionaria apenas como um intervalo, pois o espírito cruzadístico sobreviveu até ao momento em que foi possível retomar a Reconquista e, finalmente, terminar com sucesso essa empresa.

⁴⁴ Segundo nos conta Fernão Lopes, a vitória terá sido assegurada pela prestação dos dois filhos do rei de Inglaterra, Eduardo de Woodstock e seu irmão João de Gante, duque de Lencastre: “era gram duvida nom seer el-rrei dom Pedro desbaratado; e assi mall como o ella foi, se nom fora o grande esforço e

essa vitória, pois em março de 1369 o monarca legítimo foi maliciosamente atraído à fortaleza de Montiel (Ciudad Real, no sudeste de Espanha), onde veio a ser assassinado pela mão do próprio D. Enrique. Tinha, assim, realmente início em Castela a dinastia dos Trastâmaras, que obviamente se mostrou devedora grata da Coroa de França, a quem dispensou um importantíssimo apoio naval durante as fases seguintes da Guerra dos Cem Anos.

A batalha de Nájera teve um particular impacto no modo de guerrear ibérico. As tropas envolvidas não eram muçulmanas, por conseguinte não partilhavam das mesmas manobras táticas típicas dos episódios da Reconquista. Por outro lado, por estarem repletas de Ingleses e de Franceses, também não obedeciam exatamente aos modelos de combate praticados pelos cristãos peninsulares. A forma como se organizaram no terreno, tirando partido das características naturais que este oferecia; a maneira como dispuseram os soldados; a importância que deram às armas de tiro; a preferência pelo combate a pé, mesmo entre cavaleiros; ou até a cadeia de comando, tudo isso eram, de certo modo, novidades que então se revelaram aos combatentes castelhanos.

Em Portugal, acabara de subir ao trono o rei D. Fernando (r. 1367-1383), que, conforme explicámos no início deste capítulo (*vide supra*: 1.1.), aproveitou a maré e cedo se envolveu na política castelhana, motivado por pretensões à Coroa vizinha, ao abrigo dos direitos de que dispunha por via da sua ascendência materna. Da sua vontade de expandir o território português para leste resultaram – recorde-se – três guerras com Castela (em 1369-1371, em 1372-1373 e em 1381-1382), o que teve um impacto político e económico bastante acentuado sobre o reino português, abrindo caminho à Crise de 1383-1385, que analisámos na primeira parte deste estudo. Ora, o envolvimento de tropas inglesas (pró Portugal) e francesas (pró Castela) nos conflitos fernandinos introduziu no reino lusitano as mesmas novidades militares exibidas em Nájera, em 1367. Apesar de em Portugal não se terem travado verdadeiras batalhas durante o reinado d' O Formoso, recordamos que as tropas portuguesas, sobretudo na terceira guerra (1381-1382), foram auxiliadas por mercenários estrangeiros, na sua

ardidez do príncipe e do duque d'Alencastro, que eram estremados homens d'armas, ainda o vencimento d'ella esteve em grande aventura" (CDF, cap. IX, p. 35). Claro que, ao ler esta passagem, devemos ter em conta, que uma filha de João de Gante (D. Filipa de Lencastre) se tornou rainha de Portugal em 1387, ao casar com D. João I...

maioria ingleses; deste contacto nasceriam reformas militares importantes, cujo alcance se prolongou até para além da Idade Média.

No plano do recrutamento, a partir do terceiro quartel do século XIV o modelo remuneratório das *contias* régias tornou-se mais minucioso, designadamente no que diz respeito às “contrapartidas [militares] devidas pelas «contias» pagas pelo rei aos seus vassalhos” (MARTINS, 2011, p. 17). Com a permanente ameaça de confronto que se fez sentir durante grande parte do reinado de D. Fernando, a sistematização dos valores outorgados tornava-se necessária com vista a um planeamento mais rigoroso. Por esta altura, os contingentes da nobreza oscilavam entre as duas e as cinquenta lanças destinadas ao serviço régio, e “parece claro que o rei, além das «contias» anuais, pagava [agora] um soldo durante as campanhas, o que constituía um estímulo adicional” (MONTEIRO, 2017b, p. 169). O sistema das *contias* servia ainda como instrumento de controlo, para evitar que os vassalhos mobilizassem homens indevidamente no universo concelhio, como parece ter acontecido demasiadas vezes; isso levou mesmo D. Fernando a ordenar que “nẽhũu fidalgo que o ouvesse de servir com certas lanças nom filhasse por seu nẽhũu aconthiado dos vezinhos e moradores do logar, porque tomando taaes homẽes por seus ficavom poucas gentes do concelho pera servir”. Para o fazer cumprir, “mandou poer em escripto quantos mancebos aazados e de bõos corpos ouvesse em cada villa e logar, posto que vivessem por soldada” (CDF, cap. LXXXVII, p. 303).

Valerá a pena determo-nos um pouco mais em Fernão Lopes, no que respeita ao recrutamento durante este reinado. Pouco depois de ser coroado como rei de Portugal (em janeiro de 1367), D. Fernando “mandou logo per todo seu rreino que soubessem parte quaaes poderiam teer cavallos e armas e seer beesteiros e homẽes de pee” (CDF, cap. I, p. 11); ou seja, incrementou e expandiu o sistema dos aquantiados concelhios em cavalos e armas. De seguida, restringiu a distribuição das “cartas de contia” aos nobres, limitando as mesmas ao filho varão mais velho: “mandou que se nom desse tall carta de contia salvo ao primeiro filho, e mais nom; e se mo[r]ria o primeiro, ficava ao segundo ou alguum outro que lhe depois neçesse” (CDJ, II, cap. LXXI, p. 168). Com o aumento da necessidade de mobilização de tropas e com a contratação mercenária que se verificou no decurso das guerras contra Castela, o pagamento de *soldos* tornou-se mais frequente; esta remuneração cobria apenas o

tempo de serviço militar efetivamente cumprido, sendo independente das *contias*. Assim, a dinamização do soldo e o (quase) permanente estado de guerra forçaram o rei a tomar medidas económicas gravosas; uma das primeiras foi a desvalorização da moeda, “por satisfazer aas grandes despesas dos solldos e pagas das cousas necessarias aa guerra” (CDF, cap. LV, p. 187).

Em Castela, para o mesmo período, D. Juan I (r. 1379-1390) procurava, em resposta, garantir uma rápida mobilização de combatentes para intervir em Portugal e, ao mesmo tempo, assegurar a defesa da fronteira com Granada⁴⁵. O vínculo ao rei ainda mantinha uma inspiração feudal e era recompensado através de *soldadas*, mas demonstrou similaridades com as *contias* portuguesas a partir do momento em que as mesnadas nobres designadas para o serviço militar obrigatório “received letters of *apercibimiento*, which warned of the size and nature of the troops expected from each one” (ARIAS GUILLÉN, 2018, p. 96). O que fazia agora a diferença era a relação expressa entre o valor anual das remunerações e a disponibilidade para uma mobilização militar permanente, em condições claramente definidas. A Coroa castelhana “disponía así de un número de soldados semiprofesionales diseminados por todo el reino, a los que se podía llamar en caso de necesidad” (ECHEVARRÍA ARSUAGA, 2009, p. 112).

A resposta destes vassallos ao chamamento do rei deveria ser imediata. Em Castela, o universo de recrutamento militar era muito mais vasto do que em Portugal, e existia um aspeto que o nosso reino desconheceu quase por completo até aos meados de Quatrocentos: exércitos senhoriais muito poderosos, “capazes de reunir pelos seus próprios meios, forças de muitas centenas, ou mesmo milhares de homens” (MONTEIRO, 1998, p. 97). Já em Portugal, as mesnadas nobres limitavam-se à ordem das dezenas... Ou seja, existia uma clara vantagem castelhana na mobilização de tropas de elite, quando comparamos o potencial bélico destes dois reinos peninsulares; afinal de contas, Castela “he mui grande e avondada de muitas gentes e armas e do al todo

⁴⁵ Apesar de se terem, como dissemos, estabelecido sucessivos acordos com os reis granadinos, a instabilidade política e militar que se fazia sentir em Castela desde o reinado de D. Pedro I oferecia ao reino de Granada uma tentadora oportunidade para o alargamento das respetivas fronteiras. Conhecendo a dificuldade que os reis trastâmaras tinham em mobilizar tropas para as diferentes frentes, as forças muçulmanas viam no conflito luso-castelhano o momento certo para avançar contra um adversário fragilizado, o que conferia alguma confiança numa eventual recuperação de parte do território perdido pelo Islão no Al-Andaluz.

que lhe faz mester”, o que não acontecia com Portugal, pois no nosso reino a realidade era “[muito] pelo contrario” (CDF, cap. CXIV, p. 415).

Após a batalha de Nájera (1367), as forças mercenárias inglesas, gascãs e francesas que contactavam Portugal e Castela com alguma regularidade acabaram por influenciar a organização das tropas dos reinos ibéricos. Um dos exemplos mais claros disso é a conversão da nomenclatura das unidades táticas; Fernão Lopes dá-nos conta dessa alteração: “omde sabe que amtigamente em Portugall nom nomeavom nas batalhas avanguardia nem reguarda nem alla derecha nem ezquerda; mas chamavom a avanguardia deamteira e a reguarda çaga e aas allas costaneiras. E depois que os imgre(se)s veherom em tempo del-Rey dom Fernando como ouvistes, emtom lhe chamaram estes nomes” (CDJ, II, cap. XXXII, p. 66). Este modelo tático, distribuído por uma vanguarda, duas alas e uma retaguarda, passou a vigorar nos campos de batalha portugueses, apresentando aqui e ali ligeiras variações.

Individualmente consideradas, estas unidades podem apresentar-se do seguinte modo, e muito à maneira europeia (em especial inglesa): i) a *vanguardia* congregava os melhores homens de armas, era a linha da frente de combate e, como tal, era aqui que residia o principal esforço e risco durante a batalha; a partir de 1382, era comandada pelo condestável da hoste; ii) as *alas*, repletas de atiradores com arco e/ou com besta, serviam como proteção dos flancos, repelindo, por exemplo, ataques laterais ou manobras de envolvimento adversárias. Na sua composição, e em teoria, deviam somar (em conjunto) o mesmo número de homens da vanguarda: “tamto avia daver em amballas allas como na derecha aaz da avanguardia” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 85); também parece claro que as alas estariam normalmente alinhadas com a vanguarda, ou então ligeiramente avançadas, para poderem tirar melhor partido da capacidade de tiro dos atiradores munidos de armas neurobalísticas (incluindo o célebre *longbow* inglês, de que falaremos mais adiante)⁴⁶; iii) a *retaguarda*, chefiada

⁴⁶ Caso as alas onde se distribuíam os atiradores (que manejavam armas com alcances entre os 100 e os 300 metros, no máximo) estivessem mais avançadas, então poderiam começar a disparar mais cedo. A principal função destes corpos era retardar e cortar o ritmo da progressão do ataque inimigo, provocando a desorganização da formação adversária através de um tiro maciço muito intenso (MONTEIRO, 2010, p. 173). Abater as tropas inimigas também era o objetivo, por esse motivo, recorde-se, concentravam mais atiradores na ala esquerda, principalmente arqueiros, porque estes tinham uma cadência de tiro muito superior à dos besteiros, fixando-se assim a linha de tiro junto à lateral direita dos homens que atacavam. Durante a investida, tanto os cavaleiros como os peões apresentavam o lado

pelo rei (quando presente) correspondia como que a uma segunda linha de combate, disponível para entrar em ação caso a vanguarda fosse rompida ou estivesse comprometida; por esse motivo, era colocada a uma distância prudente da linha da frente, não excedendo os 200 a 300 metros, de modo a poder acompanhar visualmente o desenvolvimento da primeira fase do combate e a não ficar impedida de socorrer a vanguarda em tempo útil; iv) a *carriagem* que acompanhava as tropas equivalia ao “trem de apoio” e era responsável pelo transporte de materiais (desde os mantimentos até às armas e munições) e do pessoal não combatente; era disposta numa posição afastada do combate (para os animais não se sobressaltarem com o fragor da batalha) e estava protegida por peonagem e por atiradores.

Ao comando destes homens mantinha-se, nominalmente, o monarca. No entanto, com as guerras fernandinas, e tal como anunciámos atrás, adequou-se a cadeia de comando portuguesa ao modelo inglês. A principal mudança terá ocorrido em 1381-1382 (terceira guerra fernandina), com a já citada substituição do *alferes-mor* pelo *condestável* e pelo *marechal*, “tomando tall costume dos ingreses que entom veherom” (CDF, cap. CL, p. 524). As funções do condestável não se distanciavam muito daquelas que tinham estado anteriormente atribuídas ao alferes; era, por assim dizer, a segunda autoridade no comando das tropas, ou, no dizer de Fernão Lopes, o “segundo braço da deffenssam do reyno” (CDJ, II, cap. CLII, p. 318). Sobre ele recaíam competências relacionadas sobretudo com a mobilização de soldados, a justiça, o alojamento e a proteção da hoste, sendo auxiliado nas suas funções pelo marechal⁴⁷. De igual modo se verificou em Castela, em 1382, uma reforma deste tipo⁴⁸, mas neste

direito do corpo mais vulnerável, por ser deste lado que seguravam a arma. Já o escudo era transportado do lado esquerdo, garantindo uma melhor proteção desse flanco.

⁴⁷ O primeiro condestável português foi o conde de Arraiolos, D. Álvaro Peres de Castro (irmão de D. Inês de Castro), seguindo-se-lhe, desde as Cortes de Coimbra de 1385, Nun’Álvares Pereira; no segundo quartel do século XV, o cargo caiu repetidamente nas mãos da família real (MONTEIRO, 2017b, p. 173). O primeiro marechal foi Gonçalo Vasques de Azevedo, mas, durante a primeira metade de Quatrocentos, o título ficou na posse da família beirã dos Coutinhos (*ibidem*). A estas duas dignidades militares, como lembra Fernão Lopes, atribuíram-se as funções que anteriormente tinham pertencido ao alferes: “E sse alguem disser quem husava ante das cousas que a estes cavalleirosos officios perteence, dizee-lhe que fazia todo o alferez-moor” (CDF, cap. CL, p. 524). Ainda assim, o cargo de alferes sobreviveu, mas a partir de agora com funções meramente honoríficas.

⁴⁸ Por ordem de D. Juan I, “fez el-rrei alli em Çamora condeestabre de Castella dom Affonso marques de Vilhena e conde de Denia, e fez mariscall da hoste Fernand’Alvarez de Tolledo, e estes officios nunca foram dados em Castella até aquell tempo” (CDF, cap. CLII, p. 530).

caso sob a (óbvia) influência francesa: “[the Castilians] imitated the model imposed by the Valois dynasty in France” (ARIAS GUILLÉN, 2018, pp. 101-102)⁴⁹.

Apesar destas mudanças, neste período avançado da Idade Média portuguesa os segmentos que compunham a hoste régia mantiveram-se os mesmos: a guarda pessoal do rei; as mesnadas nobres; as forças concelhias; os contingentes das ordens militares; e um crescente número de tropas mercenárias. Quanto ao grupo dos voluntários e dos homiziados, perdeu alguma expressão: por um lado, os conflitos luso-castelhanos não envolviam motivações religiosas, ao contrário do que acontecia durante a Reconquista, onde serviram muitos voluntários externos; por outro lado, no caso dos homiziados, a primeira urgência consistia na sua fixação em zonas mais expostas, as fronteiras, ainda que eles pudessem ser aliciados pela Coroa a vir prestar serviço em certas campanhas mais delicadas.

Destacaremos ainda a atenção cada vez maior dispensada à guarda pessoal do rei. Em Castela eram agora “the only permanent military contingent of the Castilian army” (ARIAS GUILLÉN, 2018, p. 97), tendo o seu número aumentado progressivamente ao longo dos finais da Idade Média, alcançando as 1.000 lanças em 1420. Em Portugal, logo no mês seguinte à vitória de Aljubarrota, D. João I incrementou a sua guarda pessoal e “hordenou que amdassem em sua companhia çem beesteiros continuamente” (CDJ, II, cap. LXII, p. 151).

Apesar de o envolvimento anglo-francês nos conflitos entre Portugal e Castela ter alimentado um estado de fricção permanente entre estes reinos e ter influenciado algumas reformas militares, a condução da guerra não se tinha alterado significativamente. Mantinha-se uma predileção pela guerra de desgaste, envolvendo

⁴⁹ A influência externa passou também a estar presente em aspetos mais marginais da esfera militar, como por exemplo nos gritos de guerra. Com a transposição dos ideais religiosos para a guerra, no contexto daquilo a que temos vindo a chamar de *guerra santa*, a evocação da divindade foi reforçada. As entidades divinas intervinham a favor das causas justas e da guerra, em nome de Deus. Esta relação manifestava-se através do culto mariano, ou das figuras beatificadas. Por essa razão, na Península Ibérica, tornou-se tradição entre as hostes cristãs evocar o nome de padroeiros durante os combates contra os muçulmanos, os quais evocavam por Alá. Durante a Reconquista, Santiago era, por excelência, o mais aclamado. Em outras paragens, como entre os cruzados que serviam na *Terra Santa*, sobressaíam outros cultos, como o de São Jorge, que ganhou popularidade desde o século XII, principalmente em Inglaterra, onde em 1348 seria instituída a “Cavalaria de S. Jorge”. Podemos reconhecer esta evolução imediatamente a seguir ao envolvimento anglo-francês na península. Na guerra civil de Castela, durante os confrontos que envolveram os mercenários ingleses, verificamos que as evocações divinas eram distintas: “os da parte d’el-rrei dom Pedro, [gritavam] Guiana Sam Jorge, e os d’el-rrei dom Henrrique, Castella Santiago” (CDF, cap. IX, p. 34). Este conceito seria exportado para o reino português por via da presença inglesa (MONTEIRO, 2017a, pp. 258-267).

operações de assédio a fortalezas e cavalgadas, em detrimento da batalha campal. As práticas da *guerra guerreada*, isto é, as ações de guerrilha, “foram largamente representadas nas fontes que abordam os conflitos em que os portugueses estiveram envolvidos entre 1367 e 1481, talvez até mais do que qualquer outra atividade militar” (BERTOLI, 2016, p. 25)⁵⁰. A adoção desta estratégia explica o motivo pelo qual, ao longo das três guerras fernandinas, não ocorreram grandes confrontos em campo aberto, ainda que, algumas vezes, as tropas tivessem estado posicionadas frente a frente com esse objetivo (como aconteceu em julho de 1382, na fronteira do Caia, entre Elvas e Badajoz).

Já nos confrontos navais, encontramos alguma novidade. Durante o conflito fernandino, as frotas de guerra de ambos os reinos navegaram com bastante frequência e tiveram um papel ativo em operações de cerco e mesmo em combate⁵¹. Os confrontos navais tornaram-se mais frequentes e passaram a fazer parte do planeamento marcial; era a guerra “per mar e per terra” (CDF, cap. XCII, p. 326). Lembramos que *O Formoso* ordenou, em 1380, que se fundasse a Companhia das Naus, para fomentar a marinha mercante e para compensar todos os que tivessem perdido as suas embarcações, de maneira a que os “seus donos não caíssem em aspera pobreza” (CDF, cap. XCI, p. 319). Para o efeito, foi necessário impulsionar a

⁵⁰ Tomando as crônicas de Fernão Lopes como exemplo de uma destas fontes mencionadas por André Bertoli, o cronista é claro quanto a este procedimento: “E porém buscava outras maneiras de guerra e não por batalha, cá el-rei Dom Pedro [de Castela] por muitos que mandara matar, e pelos do reino que sabia que eram d'elle mal contentes e o desamavam, não se atrevia a pôr o campo.” (CDF, cap. XXXV, p. 142), demonstrando o permanente receio que as batalhas representavam (ainda mais neste caso em que *O Cruel* não confiava plenamente nos seus comandantes e respetivos subordinados). Do outro lado do conflito civil castelhano, o rei de França aconselhava a D. Enrique de Trastâmara “que escusasse aquella batalha e fizesse guerra per outra guisa” (CDF, cap. V, p. 23). Um dos principais motivos para esta advertência relaciona-se com imprevisibilidade do resultado das batalhas, pois caso incorresse pela via do confronto em campo aberto, apenas restava fiar “na merce de Deus que el venceria” (*ibidem*).

⁵¹ Nos conflitos fernandinos, a Coroa portuguesa apostou no reforço da marinha, aumentando a frota de guerra e ordenando um papel mais interventivo a estas embarcações. Em Castela, foi dada a mesma importância à marinha de guerra. Constatamos este incremento em episódios como os que ocorreram perto do porto de Saltes, durante a terceira guerra fernandina, no qual a frota portuguesa era já constituída por vinte e uma galés, uma galeota e quatro naus, comandadas pelo almirante João Afonso Telo. Como explicámos mais acima (*vide* 1.1.), em julho de 1381, esta armada enfrentou uma frota castelhana que partira de Sevilha armada com dezassete galés, comandadas pelo experiente almirante Fernando Sánchez de Tovar, tendo as embarcações portuguesas sido capturadas, à exceção de uma galé que fugiu a tempo. Esta derrota constituiu um pesado revés para as forças navais portuguesas. Apesar deste incidente, em julho de 1384, durante o cerco castelhano a Lisboa, foram enviadas da cidade do Porto “cinco grandes naus de guerra, dezassete galés e doze naus mais pequenas” (A. S. MONTEIRO, 1989, p. 39) para socorrer a capital, o que demonstra uma certa recuperação da frota portuguesa num curto espaço de tempo; recursos, ainda assim, insuficientes para enfrentar diretamente uma frota castelhana que patrulhava o Tejo com quarenta naus e treze galés.

construção de estaleiros, principalmente “em territórios onde existiam árvores que povoavam florestas, bosques e matagais nas vizinhanças de cidades” (R. V. GOMES, 2016, p. 25). A dinamização da marinha mercante era acompanhada pela valorização da marinha de guerra, embora se registasse alguma promiscuidade relativamente ao recurso a estes dois tipos de frotas⁵². Na verdade, o rei colocava os seus navios de guerra ao dispor do comércio do reino, tendo ordenado que as suas naus “entrassem em esta companhia” (CDF, cap. XCI, p. 323); mas, ao mesmo tempo, o monarca requisitava as embarcações dos mercadores para finalidades de natureza militar.

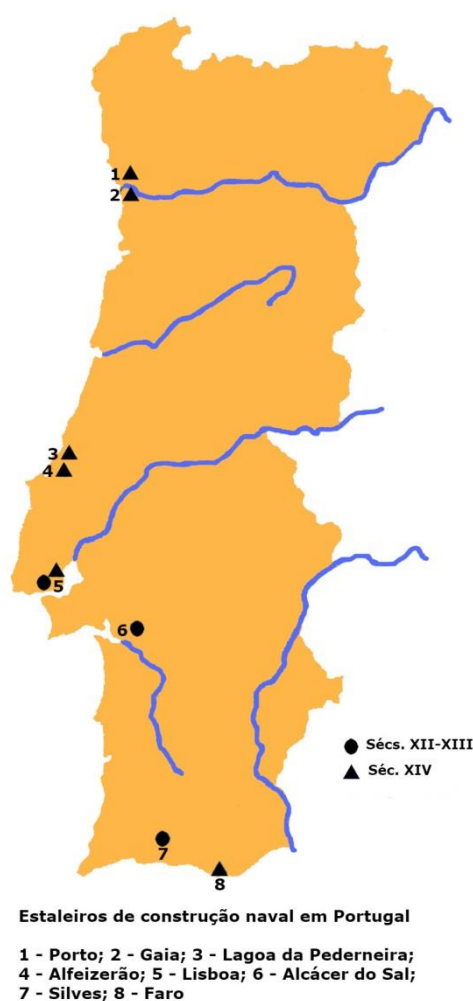


Figura 3 - Estaleiros de construção naval em Portugal entre os séculos XII e XIV

(Fonte: R. V. GOMES, 2016, p. 27)

⁵² Relativamente à tipologia das frotas, em 1377 D. Fernando beneficiou “os mercadores, moradores e vizinhos da cidade de Lisboa, que mandassem construir navios com mais de 100 tonéis, podendo, entre outros privilégios, ficar isentos do pagamento da dízima por cortar madeiras das matas reais ou mesmo da que era importada, assim como dos direitos dos primeiros transportes. Ulteriormente, em 1380, é instituída carta de privilégio para os mercadores e moradores na cidade de Lisboa que construíssem baixéis e naves, de menor dimensão, mas com mais de 50 tonéis” (R. V. GOMES, 2016, p. 25).

Todo este processo deu alguma continuidade às iniciativas pioneiras de D. Dinis e aos esforços do almirante genovês Manuel Pessanha, “who encouraged the navy to purchase and construct boats, creating the position of captain general and various measures of support for the sailors” (MONTEIRO, 2018, p. 233). Quando era preciso fazer a guerra no mar, o monarca recorria ao recrutamento forçado de homiziados e a peonagem diversa para remar nas galés, ordenando “trager dos outros logares do rreino muitos homens presos pera ellas, [o que] todos aviiam por gram malll tomarem os lavradores [e mesteirais] e as outras pobres gentes, e meterem-nas nas galles” (CDF, cap. CXXIV, p. 439). Todavia, esta prática não revela ainda a existência de um grupo de guerreiros dedicados exclusivamente ao combate marítimo e ao serviço das embarcações de guerra. Ainda que D. Fernando tenha tentado dinamizar a força naval do reino, a sua prestação ao longo das guerras fernandinas mostrou-se infeliz, tendo sofrido um certo declínio (principalmente após o incidente em Saltes), o que conferiu uma clara superioridade naval a Castela. A verdade é que Portugal não teria uma frota de guerra permanente até finais do século XV⁵³. No reinado de D. João I ainda se recorria à mobilização temporária para as campanhas militares navais, “through a system of *vintenas* (scores) – groups of 20 neighbours, which served as the basis for the recruitment of the rowers (*galeotes* – galiot sailors). Those responsible (the *vintaneiros*) had *livros de armação*” (MONTEIRO, 2018, p. 228).

A preparação para os tempos atribulados que se viviam também não ignorou as fortificações. O último monarca da primeira dinastia portuguesa “fez veer os castelos de que guisa estavom, e mandou-hos rreparar de muros e torres e cavas d’arredor e poços e cisternas onde compriam; e aas portas paredes travessas e pontes levadiças e cadafaises, e fornece-llos d’armas e cubas e d’outras vasilhas, segundo os logares honde cada hũuns eram” (CDF, cap. I, p. 11). Com a intensificação da guerra, e vendo os danos que os cercos podiam provocar em cidades como Lisboa (assedida por D. Enrique II de Castela em 1373), D. Fernando ordenou a construção de novos panos de muralha, como veio a suceder na cidade de Lisboa, entre 1373 e 1375 (*vide supra*: 1.1.): o monarca, desejando proteger a capital do reino, “determinou em sua voontade de a cercar toda arredor de boa e defenssavel cerca” (CDF, cap. LXXXVIII, p. 307).

⁵³ Sobre a evolução da marinha de guerra portuguesa nos finais da Idade Média, veja-se DUARTE, 2003a, pp. 302-304 e R. V. GOMES, 2016, pp. 23-32.

Esta renovação das fortalezas foi ainda acompanhada por iniciativas no sentido de atualizar o equipamento militar. Essa preocupação com o armamento traduziu-se também na criação, talvez na segunda metade Trezentos, de um grande armazém de armas (o «almazem real») em Lisboa (MONTEIRO, 2001b, p. 21). Fernão Lopes faz referência a este armazém no seu relato do reinado de D. Fernando, quando, em fevereiro de 1373, Enrique II de Castela monta cerco à capital portuguesa: “e com este alvoroço e cuidado começaram clérigos e frades de sse hir ao almazem d’el-rrei e armaren-se todos das armas que hi achavom” (CDF, cap. LXXIII, p. 258). Além da renovação do equipamento, novas tipologias de armas eram requeridas: “mandou por todo seu rreino fazer novas apurações de todollos moradores em elle, e mudar as armas que d’ante tiinham per outra nova maneira que sse entom começou de costumar” (CDF, cap. LXXXVII, p. 303). As principais inovações (a que nos referiremos no ponto seguinte: *vide* 1.4.) estavam relacionadas com o equipamento defensivo, mas o monarca também instituiu armamento ofensivo obrigatório.

Com a morte de D. Fernando, em outubro de 1383, terminaram as guerras fernandinas, mas a instabilidade política provocada, logo de seguida, pela Crise sucessória de 1383-1385 obrigou a que os reinos de Portugal e Castela tivessem de tomar medidas extremas, ainda que muitas delas estivessem em vigor apenas episodicamente. Desde logo, verificamos a ocorrência de batalhas em solo nacional. Se, até ao final do seu reinado, *O Formoso* conseguira manobrar politicamente, evitando, algumas vezes à justa, que se travassem duras batalhas, nos dois anos que se seguiram à sua morte isso tornou-se, como já sabemos, inevitável.

A instabilidade que se fazia sentir não era apenas política, mas também social. Com a conhecida radicalização das tensões existentes entre os defensores do Mestre de Avis, de um lado, e os de D. Juan I, do outro, a mobilização de tropas teve de assumir características excecionais; é que não havia agora maneira de garantir um recrutamento ordenado, ao abrigo do princípio da obrigatoriedade do serviço militar ou dos sistemas das *contias*. Por este motivo, interrompeu-se o envio de *cartas de contia* ao primogénito varão dos fidalgos. No fundo, o sistema desorganizou-se: o Mestre de Avis generalizou as recompensas para tentar angariar apoiantes, o número de vassallos cresceu, os soldos ficaram inflacionados e até se criaram condições para o aparecimento de companhias com bastante autonomia e com uma organização

interna que recorda a das companhias mercenárias – tal como se pode ver pela evolução da pequena hoste com que Nun'Álvares partiu de Lisboa, ao ser nomeado fronteiro na primavera de 1384 (MONTEIRO, 2017b, pp. 169-170).

Fernão Lopes descreve desta forma a nova realidade: “pello aficamento da guerra em que fora posto depois que começou de reger e reynar, [D. João] nam tevera geyto de hordenar contias aos vassallos, nem os tomara como os outros reix faziam; mas cada huum servya com aquelles que podia servyr, asy homeens darmas como de pee, e pera todos avia soldo” (CDJ, II, cap. CXXIX, p. 267). A constante necessidade de recrutar homens para a guerra flexibilizou os critérios de seleção, permitindo, inclusive, contemplar faixas etárias não previstas para mobilização militar: “de guisa que nom soamente os homeẽs mançebos, mas as velhas cabeças cubertas de cãas [cabelos brancos], se guarneçiã darmas pera pellejar” (CDJ, I, cap. CXXXIII, p. 230)...

Entre os partidários castelhanos aumentavam as formas de arrolamento imediato. D. Juan I de Castela recorria cada vez mais ao pagamento de soldos aos seus partidários, principalmente àqueles que acabavam de aderir à sua causa, mas também aos mercenários. Como notou recentemente Fernando Arias Guillén, “feudal obligations were still an effective mechanism for the king to recruit armed forces, but the proportion of salaried forces would increase to become the backbone of that army” (ARIAS GUILLÉN, 2018, p. 97). Desde as guerras fernandinas que o recrutamento de mercenários se vulgarizara na Península Ibérica, e não deixou de ser utilizado por alguns líderes militares durante a *Crise de 1383-85* (MONTEIRO, 1998, p. 85).

Ainda que a guerra continuasse a obedecer primordialmente aos preceitos habituais, através da *guerra guerreada*, dos cercos e das cavalgadas, as batalhas campais iam-se tornando mais frequentes, tanto para Portugal como para Castela. O modo de combate que, entretanto, se desenvolvera no resto da Europa (Flandres, Escócia, Inglaterra, Suíça, até na Normandia) estava a apontar no sentido de uma maior versatilidade e eficácia dos corpos de infantaria. Mas nas batalhas peninsulares, como herança da Reconquista, a intervenção da cavalaria pesada (cristã) como arma de choque, assim como as manobras de envolvimento da cavalaria ligeira (muçulmana) tinham-se mantido na ribalta. As forças apeadas executavam fundamentalmente manobras defensivas e apresentavam ainda corpos de atiradores predominantemente munidos de uma besta. Aqui, a tendência para serem as forças montadas a ditar o

desfecho da batalha mantinha-se. As hostes castelhanas, “when fighting the traditional enemy of Granada, would always use the cavalry charge as the predominant tactic” (ARIAS GUILLÉN, 2018, p. 110)

Todavia, uma tal dinâmica começava agora a ser contrariada, principalmente por ação das forças inglesas. E isso implicava: uma escolha antecipada do terreno, tirando partido dos obstáculos naturais para evitar manobras de envolvimento pelos flancos, ou pela retaguarda; a disposição de obstáculos artificiais ou de armadilhas no campo de batalha (fossos, covas de lobo, abatises); a otimização do tiro de flanco executado com armamento neurobalístico; o recurso a formações compactas e posicionadas defensivamente, aguardando a investida adversária; e a opção por um combate apeado, em que a cavalaria desmontada figurava agora ao lado da mais frágil peonagem. Tais foram – como vimos mais acima – os principais aspetos que inspiraram as primeiras grandes batalhas campais da Guerra dos Cem Anos (em especial Crécy-1346 e Poitiers-1356, em ambos os casos com estrondosa vitória inglesa). Ora, os mercenários ingleses e gascões que se deslocaram para a Península Ibérica a partir do conflito entre Pedro I e Enrique II, homens experimentados nesses palcos de guerra, difundiram e aplicaram em território hispânico essa nova metodologia de combate. Entrava, assim, em ação na Península Ibérica aquilo que ficou conhecido como “o modelo de combate inglês”.

As forças apeadas passaram a estar habilitadas a fazer frente às forças montadas tradicionais. Não apenas se revelaram comparáveis em eficácia como, quando bem comandadas, passaram até a obter alguns sucessos inesperados diante da cavalaria pesada. A adoção do novo modelo, note-se, não implicava uma preferência pela peonagem em detrimento dos cavaleiros; pelo contrário, os corpos de cavalaria continuavam a ser os únicos, entre as forças não mercenárias, com treino militar a sério (se descontarmos os contingentes das ordens militares remanescentes e o caso muito particular da milícia dos besteiros do conto); porém, agora lutavam desmontados e intercalados com os peões! Esta prática permitia, não só reforçar essas unidades táticas (vanguarda e retaguarda, sobretudo), mas também conferir-lhes uma coesão e uma motivação acrescidas, pois os homens de armas propriamente ditos tinham grande experiência da guerra e a sua presença também ajudava a estimular animicamente as forças da infantaria tradicional. Assim, os cavaleiros dos finais da

Idade Média tornaram-se soldados mais versáteis; como explicou John France, era por ser um guerreiro treinado que tanto podia combater a pé como a cavalo (de acordo com as circunstâncias do terreno e do adversário) que o cavaleiro tardo-medieval foi ainda tão apreciado como combatente (FRANCE, 2009, p. 156).

Encontramos este modelo presente pela primeira vez na Península na altura da batalha de Nájera (1367). Excecionalmente, o contingente francês combateu parcialmente desmontado, já que as experiências registadas nas batalhas de Crécy e de Poitiers, onde as forças francesas a cavalo haviam sofrido pesadas derrotas às mãos de contingentes apeados ingleses, alertara Bertrand Du Guesclin para o risco de repetição dos mesmos erros. Mas, mesmo assim o lendário condestável bretão não conseguiu evitar a derrota das suas cores (a causa política de D. Pedro I). As lições de Nájera (uma batalha que não teve ainda o estudo técnico-militar que merece) talvez tenham persuadido os Castelhanos de que seria preferível manter o seu estilo tradicional de combate a cavalo. Assim, nas batalhas travadas durante a Crise de 1383-1385, nomeadamente em solo português, vamos encontrar a totalidade do contingente anglo-português a combater apeado contra forças franco-castelhanas que não prescindem da cavalaria, principalmente pesada. Também neste caso se viria a confirmar a eficácia das tropas apeadas frente aos contingentes montados.

Relativamente à Crise de 1383-1385, podemos apontar a batalha de Aljubarrota como um verdadeiro ponto de viragem neste conflito. Ainda que as hostilidades entre Portugal e Castela não se tenham dissipado inteiramente e de imediato, as prolongadas tréguas que amiúde se foram estabelecendo, até à assinatura da paz luso-castelhana de 1411, permitiram aos respetivos monarcas reorganizar os seus reinos.

As elevadas perdas sofridas por D. Juan I nas campanhas que desaguaram em Aljubarrota (sobretudo em Atoleiros e em Trancoso, para além do fracassado cerco de Lisboa e já para não falar em Valverde) provocaram uma enorme sangria no fornecimento de homens, de cavalos e de armas castelhanos. O reino de Castela estava militar e economicamente enfraquecido, o que muito facilitaria, aliás, a invasão de Castela e Leão por D. João I e pelo seu sogro, o duque de Lencastre, em 1387. No entanto, o monarca castelhano não se entregou apenas ao luto: ordenou a criação de nova legislação militar para atualizar e disponibilizar tropas que pudessem responder a novos desafios. Trata-se de medidas legislativas importantes, um “antecedente del

ejército regular organizado en torno a la figura del monarca, que superaría definitivamente al ejército feudal característico de periodos anteriores” (ECHEVARRÍA ARSUAGA, 2009, p. 112). Estas medidas foram discutidas e amadurecidas em reuniões de Cortes. Destacamos apenas três destas assembleias: Valladolid, em 1385; Briviesca, em 1387; e Guadalajara, em 1390. Curiosamente, os termos legislativos seguiam de perto o descrito no “Règlement pour les gens de guerre” (1351) do rei João II de França (que foi aprisionado na batalha de Poitiers), assim como as “Ordenanzas” (1369) do reino de Aragão.

Nas Cortes de Valladolid de 1385, discutiu-se o modo de conduzir a guerra, tendo em conta as especificidades da luta contra os muçulmanos, ou entre cristãos; no final, recomendou-se “la caballería ligera para la guerra contra el musulmán, y la infantería acompañada de caballería pesada siguiendo los usos implantados en Europa” (ECHEVARRÍA ARSUAGA, 2009, p. 114). O recente desastre de Aljubarrota motivou ainda que se tomassem medidas de recrutamento mais eficazes, tendo o monarca ordenado imposições de mobilização extensíveis aos seguintes casos: “por ende ordenamos e mandamos que todos los delos nuestros rregnos asi clérigos como leygos, e de qual quier ley o condiçion que sean, que ayan de veynte annos arriba e de ssessenta ayuso, sean tenudos de aver e tener armas” (Cortes de Valladolid, ano de 1385, cap. XXV, p. 315). Nas Cortes de Briviesca de 1387, o monarca pretendeu determinar o número rigoroso de lanças com que os vassallos podiam servir, em proporção à sua riqueza, dando início a “un sistema de salarios que más adelante se convertiría en la base de las soldadas reales” (ECHEVARRÍA ARSUAGA, 2009, p. 115). Este sistema tem semelhanças com o que D. João I consolidou em Portugal, segundo a modalidade das *contias*. Nas Cortes de Guadalajara, em 1390 (o ano da morte de D. Juan I), finalizaram-se as novas medidas de organização militar do reino, estabelecendo-se o número de soldados mobilizáveis por meio de uma folha de pagamento e de importantes incentivos e obrigações com vista à criação de cavalos de guerra, para compensar os que se tinham perdido nas campanhas anteriores.

Em Portugal, assegurada a vitória na guerra, D. João I tomou a iniciativa de reorganizar os sistemas de recrutamento e os vínculos de serviço militar obrigatório: “reservou para a Coroa o direito a possuir vassallos, fixou as respectivas «contias» e começou a fazer os pagamentos de forma trimestral” (MONTEIRO, 2017b, p. 170).

Também o monarca português acalentava o ideal de um exército permanente, inteiramente controlado pela Coroa. Nesse sentido, talvez entre 1399 e 1402, promulgou uma *Ordenança Certa* (como lhe chama Fernão Lopes) de 3200 lanças, que deveriam estar sempre a postos para servir a Coroa: 500 dessas lanças deveriam provir dos grandes «capitães» (ou seja, dos grandes vassalos régios), 2360 da pequena nobreza (escudeiros de uma lança apenas) e 340 das Ordens Militares, no seu conjunto (CDJ, II, cap. CCII, pp. 453-454). No entanto, D. João I lutava ainda pela afirmação da sua legitimidade como monarca (tinha dado início, de uma forma irregular e excecional, a uma nova dinastia), pretendendo simultaneamente afirmar a supremacia da figura do rei sobre todas as forças militares do reino. Ainda assim, nesta época tardia, o princípio da obrigatoriedade do serviço militar “esbarra[va] na escassez de meios para o pôr em prática” (MONTEIRO, 1998, p. 27).

Considerando a debilidade económica do reino após muitos anos de conflito armado contra Castela, quando o rei “*da Boa Memória*” reativou as *contias* e atualizou os seus limites, já não voltou a instituir as *cartas* com valor extensível aos filhos primogénitos legítimos dos vassalos do rei, assim que estes nascessem. Com esta medida, D. João I garantia o serviço militar por parte dos herdeiros dos fidalgos (apenas) quando estes atingissem a maioridade, sem que o monarca estivesse obrigado ao pagamento das respetivas *contias* desde o seu nascimento: “e asy pos aos fidalgos poucas ou muitas, segundo que cada hum era. E nam que a ouvese o filho como naçesse, salvo depois que ouvese hidade que podesse servir; e entam lhe asentavam sua contya segundo aquella que o pay avya, porem sempre mays pequena” (CDJ, II, cap. CXXIX, p. 267).

No plano do recrutamento concelhio, D. João I reforçou as medidas para que os habitantes dos concelhos, em função da sua fortuna pessoal, fossem obrigados a deter um certo equipamento militar, que deveriam apresentar em revistas periódicas (os alardos) e com o qual deveriam obviamente comparecer nos teatros de operações em caso de convocação para a hoste régia. Trata-se, neste caso, da consolidação do sistema dos *aquantiados* concelhios (talvez cinco a dez mil, em todo o território, nesta época: MONTEIRO, 1998, p. 44), organizados por escalões e sobre os quais recaía a obrigatoriedade de possuir e de manter armamento e/ou cavalo, de forma proporcional aos respetivos rendimentos. Para maior eficiência do sistema, os *coudéis*

que controlavam este processo passaram a ser de nomeação régia, permanecendo nos seus cargos durante três a cinco anos; todos os coudéis respondiam perante um *coudel-mor*, que era um alto oficial próximo da corte régia.

Os *besteiros do conto* mantiveram-se abrangidos pelo sistema implementado no reinado de D. Dinis, mas foram alvo de uma nova regulamentação, preparada pelo infante D. Duarte em 1421. O sistema cresceu de tal modo que, nesta data, “there were approximately 5,000 crossbowmen in Portugal, organized in nearly 300 recruitment units” (MONTEIRO, 2018, p. 227). Os *anadéis* continuavam a desempenhar os cargos de chefia destas unidades, respondendo perante o *anadel-mor* do rei. Entretanto, em 1392, D. João I decretara a criação do grupo dos *besteiros de cavalo*, já aqui mencionado e que tinha a particularidade de constituir uma milícia restrita (talvez apenas 500 homens) e de elite, uma vez que eram equiparados a vassalos do rei e passavam a gozar dos respetivos privilégios.

Redefinidos os sistemas de mobilização e de remuneração do serviço militar, a situação terá ficado estabilizada em inícios de Quatrocentos, altura em que a hoste régia voltou a incorporar regularmente no seu seio as mesnadas da nobreza e as milícias concelhias, mas agora de uma forma mais disciplinada e proficiente. Os mercenários garantiam uma presença relativamente assídua, sempre que o rei disponibilizava os respetivos soldos. Quanto às ordens militares, apesar de a Reconquista ter terminado há muito, não podemos minimizar a importância da sua participação e do seu contributo bélico: a tutela de fortalezas (algumas delas fronteiriças), o armamento depositado nos armazéns dos seus castelos, assim como a sua proverbial capacidade de mobilização rápida de contingentes dentro dos respetivos domínios, tudo isso tornava estes organismos ainda imprescindíveis (e por isso mesmo a “Ordenação Certa”, anteriormente citada, não os esqueceu). A acreditar em Fernão Lopes, o próprio D. João I declarava que “*em mynha terra ha quatro degnydades (honradas): saber, o meestrado de Christus e o de Santiago e o dAvis e o Priol do Esprital, que sam asy quatro collunas que sostem a honrra de meu reyno*” (CDJ, II, cap. CLXXXIII, p. 395); tal era um merecido reconhecimento por parte do rei relativamente à colaboração que recebera por parte destas Ordens na defesa do reino durante a sua ascensão ao trono. Daí que o monarca da “*Boa Memória*” tenha tratado de colocar estas instituições o mais possível sob a tutela da Coroa, através dos seus

filhos: em outubro de 1418, o infante D. João (filho do monarca e de D. Filipa de Lencastre) tornou-se Administrador-geral da Ordem de Santiago; em maio de 1420, coube ao infante D. Henrique assumir o mesmo cargo na Ordem de Cristo (que, como vimos, substituíra a Ordem do Templo em 1319 e que tão importante papel desempenharia na expansão ultramarina portuguesa); e, em setembro de 1434, foi a vez de o infante D. Fernando se tornar Administrador-geral da Ordem de Avis, por morte do Mestre Fernão Rodrigues Sequeira.

Após um período dedicado à estabilização e organização das forças militares do reino, D. João I preparou-se para novas demandas marciais, desta vez além-fronteiras europeias. O (novo) contexto peninsular ajudou a que isso fosse possível. Assinada a paz em 1411, progressivamente assegurada a hegemonia cristã sobre quase toda a Península Ibérica e restituída alguma estabilidade económica e mercantil, apesar das enormes dificuldades financeiras e inerentes perturbações sociais, ou talvez por isso mesmo, os reinos peninsulares dirigiram progressivamente as suas atenções para o exterior da península. Aragão deu o exemplo, ao entender o Mediterrâneo ocidental como um espaço natural de afirmação dos seus interesses comerciais e políticos (pensemos no domínio da Sicília e do reino de Nápoles). Nesta nova fase, e no que a Portugal diz respeito, tiveram início as campanhas africanas, que principiaram por Ceuta⁵⁴, em 1415. Porém, com essas novas empresas, a Idade Média chegava pouco a pouco ao seu termo e tinha agora início uma nova época e uma nova forma de fazer a guerra; após uma interessante fase de convivência mútua, a pólvora granulada (com artilharia em bronze e armamento portátil) e a afirmação das monarquias centralizadas transformariam e suplantariam, lentamente, os velhos preceitos militares medievais.

⁵⁴ Acerca da campanha de Ceuta e sobre o respetivo enquadramento político e diplomático, numa perspetiva não apenas cristã, mas também muçulmana, veja-se por todos: Luís Miguel Duarte, “Ceuta 1415”, 2015.

- **1.4 – Armamento tardo-medieval**

As armas de guerra utilizadas em Portugal nos finais da Idade Média eram bastante variadas e não devem ter diferido substancialmente do armamento então disponível na maior parte dos reinos europeus. Nesta breve apresentação, que se justifica tendo em conta o facto de este estudo incidir sobre uma grande batalha e pretender averiguar – por meios geofísicos e arqueológicos combinados – o posicionamento inicial de um dos exércitos no campo de batalha, poderemos começar por referir, sinteticamente as fontes de que dispomos para o estudo da hoplologia medieval. Para o efeito, recorreremos a um trabalho clássico de Claude Gaier, o grande especialista belga do armamento de guerra, antigo diretor do Musée d’Armes de Liège e, depois, Directeur Honoraire du Département «Armes» du Grand Curtius (Complexe Muséal de Liège, Belgique)⁵⁵.

Segundo Gaier, a primeira distinção a ser feita é entre as **«fontes arqueológicas e artísticas»** e as «fontes escritas». Entre as primeiras, devemos separar as *«armas propriamente ditas»* dos «testemunhos iconográficos». O primeiro segmento inclui as peças que sobreviveram – raramente intactas – até aos nossos dias; trata-se, em geral, de peças metálicas, uma vez que as armas fabricadas em madeira, em couro ou em tecido, por serem feitas de materiais perecíveis, resistiram muito menos à voragem dos tempos. Assim, podemos, por exemplo, dispor de alguns punhos ou lâminas de espada, ou de ferros de lança, ou de pontas de setas e virotões, ou de algumas cabeças de armas de choque; do mesmo modo, é possível encontrar em algumas coleções museológicas proteções metálicas de cabeça (ex.: bacinetes), ou peças que faziam parte do arnês envergado pelos homens de armas mais bem equipados a partir do segundo quartel do século XIV.

Quanto aos *testemunhos iconográficos*, são muito variados, podendo agrupar-se em cinco categorias: a) as obras pictóricas, como iluminuras, pinturas, desenhos, madeiras, gravuras, bordados ou tapeçarias (e aqui é irresistível recordar a esplêndida Tapeçaria de Bayeux, produzida c. 1070 e que evoca a vitória dos Normandos em Hastings no ano de 1066); b) a escultura, seja ela ornamental ou funerária (ex: jacentes

⁵⁵ GAIER, Claude, “Les Armes”, in *Typologie des Sources du Moyen Âge Occidentale*, fasc. 34, Brepols-Turnhout, Virginia, 1979, com «Mise à Jour» em 1985.

de cavaleiros e/ou de grandes personagens); c) os selos e as moedas; d) a joalheria; e) outras formas de representação iconográfica de armas de guerra. Na análise destes testemunhos, em especial dos pictóricos, alguns desafios se podem colocar ao historiador: por um lado, muitas das peças não são datadas, para além de suscitarem problemas de fiabilidade e de identificação da autoria; por outro, mesmo quando a autoria e a data de produção de um documento iconográfico se encontram bem estabelecidos, o investigador precisa de se precaver contra os anacronismos históricos: por exemplo, um artista podia representar, no século XVI, uma cena de guerra medieval alusiva ao século XIII utilizando modelos de armamento que, para ele, eram já extremamente antigos mas que, de facto, pouco tinham que ver com a centúria de Duzentos, sendo mais próprios, por exemplo, dos séculos XIV ou XV.

Já no que toca às **fontes escritas**, a variedade é grande. Claude Gaier distingue quatro secções: i) *fontes narrativas* (e aqui as crónicas ocupam um lugar de destaque); ii) *fontes literárias* propriamente ditas (pensamos, por exemplo, nos romances de cavalaria, ou na literatura cortesã dos finais da Idade Média); iii) *fontes diplomáticas*, onde podemos incluir: livros de receitas e despesas (de particulares ou de coletividades que se empenhavam em reforçar as suas provisões de armas); inventários de salas de armas e de arsenais de guerra; tarifas de peagem ou livros de receitas aduaneiras (que nos iluminam sobre a indústria e o comércio das armas medievais); testamentos (onde o valor material e até simbólico de algumas peças conduz ao seu aparecimento nos legados dos donatários); ordenações, designadamente sobre porte de armas, entre outras; regulamentos corporativos e contratos de aprendizagem de ofícios ou mesteres ligados ao fabrico das armas (e aqui recorde-se que os Estados dos finais da Idade Média apoiaram bastante a fixação de armeiros e a abertura de oficinas para eles laborarem: MONTEIRO, 2001b); correspondência privada, especialmente entre figuras da nobreza cortesã, com poder de compra suficiente para adquirir, reparar ou reciclar os seus arsenais de guerra; e documentos de tipo demográfico; iv) por fim, as *fontes didáticas*, onde se incluem descrições de armas portáteis, recolhas de máquinas de guerra, livros de pirotecnia, e tratados sobre a arte da guerra, sobre torneios e justas ou sobre a caça.

Portugal não será o país europeu com uma memória mais rica de armamento medieval (quando comparado, por exemplo, com a Itália, a Alemanha, a Inglaterra ou

mesmo a Flandres); ainda assim, muitas das tipologias de fontes que acima identificámos estão representadas no nosso território, para o período medieval. Por exemplo, dispomos de um conjunto de, pelo menos, cerca de duas centenas de armas, grande parte das quais foi exibida no Museu Nacional de Arqueologia e, logo a seguir, na Igreja de São Tiago do Castelo de Palmela, no âmbito da exposição «Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português», organizada em 2000, sob coordenação de Mário Jorge Barroca, João Gouveia Monteiro e Isabel Cristina Fernandes. Tratou-se de uma mostra que reuniu apenas peças originais, em quantidade expressiva (180), oriundas de museus militares e da marinha, de museus nacionais, de câmaras e museus municipais e regionais, de campos arqueológicos (como, p. ex., o Campo Arqueológico de Mértola) e provindos de escavações arqueológicas (como, p. ex., Silves, Mértola, Palmela, entre outros) e até de algumas coleções particulares. Foi, até hoje, a única grande exposição museológica de material de guerra português (desde o século XI até ao século XVI), incluindo armamento defensivo e ofensivo, máquinas de guerra/bocas-de-fogo, adereços de montar ou de cavalgar e adornos diversos associados às práticas bélicas. O volumoso Catálogo (434 págs.) que lhe serviu de suporte e de memória futura dá conta do trabalho desenvolvido com cada uma das peças que foram expostas e o estudo técnico intensivo a que elas foram sujeitas⁵⁶: medidas, pesos, materiais, proveniência e itinerário, localização atual e número de inventário, descrição detalhada, comentário científico e indicação de bibliografia. Algumas das peças foram restauradas (designadamente no Museu Monográfico de Conímbriga) e muitas tiveram as suas classificações e descrições museológicas profundamente revistas e atualizadas, mesmo quando isso representou o desfazer de velhos mitos (foi o que sucedeu, por exemplo, com a chamada “Espada de D. Afonso Henriques”, do Museu Nacional Soares dos Reis, mas em depósito no Museu Militar do Porto). Além disso, o Catálogo desta exposição inclui seis estudos prévios de hoplologia medieval (a cargo de quatro especialistas portugueses e um espanhol: Álvaro Soler del Campo), para além de um vasto dossiê iconográfico, com reprodução de imagens medievais peninsulares associadas às práticas guerreiras e que constituem uma fonte de grande importância. Neste particular, merecem um destaque especial as

⁵⁶ BARROCA, M. J.; MONTEIRO, J. G. & FERNANDES, I.C.F., *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, Câmara Municipal de Palmela, 2000.

chamadas Tapeçarias de Pastrana (Colegiada de Pastrana, Guadalajara, possivelmente fabricadas em Tournai, Flandres, a partir de um cartão da oficina de Nuno Gonçalves produzido na segunda metade do século XV) e os Painéis de São Vicente de Fora (Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa – obra de Nuno Gonçalves, executada cerca de 1470). Atualmente, no âmbito da sua dissertação de doutoramento (orientada por Vítor Serrão), Inês Meira Araújo (que no seu Mestrado se ocupara já das Tapeçarias de Pastrana) está a desenvolver um estudo especializado sobre representações da guerra na iconografia portuguesa dos finais da Idade Média e dos inícios do Renascimento⁵⁷.



Figura 4 - Estátua de D. Afonso Henriques, Santarém finais do séc. XII - Museu do Carmo, Lisboa
Túmulo jacente de Lopo Fernandes Pacheco (1349) Charola da Sé de Lisboa (fotos do autor)

Mas Portugal também dispõe de peças escultóricas importantes, como o relevo da Sé de Évora (do século XIV, que representa Geraldo-Sem-Pavor a combater os Mouros), de jacentes belíssimos (como o de Lopo Fernandes Pacheco, de 1349, situado na Charola da Sé de Lisboa), de túmulos como o de D. Duarte de Meneses (datável do terceiro quartel do século XV e patente na Igreja de São João de Alporão, em Santarém), de arcas tumulares como a dita de D. Branca de Sousa (século XIV, Museu de Lamego), de estátuas como a de D. Afonso Henriques (Museu do Carmo, Lisboa, de finais do século XII, proveniente de Santarém), de estátuas-jacentes como a do célebre

⁵⁷ ARAÚJO, Inês Meira, *Imago in bello. As representações da guerra no Portugal tardo-medieval e renascentista*. Estima-se que este estudo (produzido no âmbito do programa PIUDHist) fique concluído durante o ano letivo de 2018-2019.

«cavaleiro medieval» Domingos Joanes (de Mestre Pêro, 1341, Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, e Igreja de Oliveira do Hospital), de belos capitéis historiados (como o do Mosteiro de Celas, em Coimbra, de inícios do século XIV, que representa São Tiago a combater os Mouros), ou de retábulos lindíssimos (como o da Igreja paroquial de Eira Pedrinha, Coimbra, policromático e datado por uma inscrição de 1398 que mostra São Jorge equipado como um cavaleiro a combater um dragão). Sem pretender ser exaustivos, acrescentaríamos que existem também boas coleções de selos no Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, alguns dos quais com evidente interesse do ponto de vista da hoplologia⁵⁸.

Também ao nível das fontes escritas, Portugal dispõe, em matéria de armamento medieval, de um património não despidendo: desde as crónicas de Quatrocentos (em especial as de Fernão Lopes, um dos grandes cronistas europeus do seu tempo, mas também as de Gomes Eanes de Zurara, para os cenários africanos) até à literatura didáctica dos chamados «Príncipes de Avis», com destaque para o «Livro da Montaria», de D. João I (uma obra sobre a caça ao porco montês) e para o «Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela», de D. Duarte (um verdadeiro tratado de gineta)⁵⁹. Entre as fontes diplomáticas, algumas há que merecem atenção, como certos testamentos já conhecidos, entre os quais o de Pedro Ferreiro, de 1225: ali se refere a posse de uma besta, de uma loriga, de sapatos de ferro, de um capelo de ferro, de um escudo, de uma lança, de uma espada, de um perponte e ainda de duas bestas de corno com uma aljava repleta de setas, com isso explicitando qual seria o equipamento militar possuído por um guerreiro português (que foi besteiro do rei e que serviu o monarca no cerco de Montemor, em 1212) na transição do reinado de D. Afonso II para o de D. Sancho II (BARROCA, 2003a, p. 132). Já a questão do porte e da utilização (devida ou indevida) de armas transparece em muitas «cartas de perdão» outorgadas pelos monarcas medievais, as quais foram exaustivamente estudadas por Luís Miguel

⁵⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo, GOMES, Saul António, MORUJÃO, Maria do Rosário (coord.), *Coleção esfragística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra, 2003.

⁵⁹ D. JOÃO I, *Livro da Montaria feito por D. João I, Rei de Portugal*, Academia das Ciências de Lisboa, ed. de Francisco M. Esteves Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918; D. DUARTE, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela que fez El-Rey Dom Eduarte*, ed. crítica de Joseph M. Piel, Lisboa, IN-CM, 1986.

Duarte no âmbito da sua dissertação de doutoramento⁶⁰. Por fim, o tema do fabrico, conservação e comercialização das armas mereceu alguma atenção por parte de Sousa Viterbo e, mais recentemente, de João Gouveia Monteiro e de Miguel Gomes Martins, que trabalharam com documentação alusiva à contratação e fixação de armeiros nas principais cidades portuguesas, assim como à organização dos primeiros arsenais de guerra portugueses (localizados em Lisboa e no Porto, ou nas fortalezas das Ordens Militares)⁶¹.

As fontes escritas não ilustram a configuração das armas, ou a forma como elas eram manejadas (a não ser excecionalmente), mas, completando a informação dos testemunhos iconográficos, podem dizer-nos muito acerca dos seus efeitos reais, da frequência da sua utilização e até do seu uso social.

Apresentadas as fontes, e explicitada de forma sumária a sua presença em Portugal, procuraremos agora sugerir uma tipologia das armas de guerra medievais utilizadas no pequeno reino lusitano⁶². Julgamos ser importante – no sentido de expor uma tipologia inteligível e minimamente razoável – conjugar as características morfológicas das diversas peças com a forma como elas eram manejadas.

Assim, devemos começar por distinguir entre «**armas coletivas**» e «armas individuais». No primeiro caso, encontramos quer engenhos de arremesso de pedras (ou de projéteis de outro tipo, incluindo incendiários), quer armas pirobalísticas (como os trons e as bombardas, numa primeira fase, e os falcões pedreiros, as roqueiras, as

⁶⁰ DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Lisboa, F.C.G./F.C.T., 1999.

⁶¹ VITERBO, Francisco Marques de Sousa, “A armaria em Portugal. Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal”, in *Extracto da História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nova série, Classe de Sciencias Moraes, etc., tomo XI, parte II, Lisboa, 1907; MONTEIRO, João Gouveia, *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*, Viseu, Palimage Editores, 2001b (em especial pp. 43-60, com Quadro Sinóptico onde se resume o conteúdo de carta de quitação outorgada por D. Afonso V ao almoxarife do armazém de Lisboa, Gonçalo Afonso, sobre o material por este recebido e entregue ente 1 de janeiro de 1438 e 1 de janeiro de 1448); MARTINS, Miguel Gomes, *A arte da guerra em Portugal (1245 a 1367)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014 (pp. 217-267).

⁶² A síntese que vamos apresentar já de seguida baseia-se essencialmente nas seguintes obras: BARROCA *et alii*, 2000, *passim*; BARROCA, 2003a, 122-147; MONTEIRO, 1998, pp. 531-547; SOLER DEL CAMPO, Álvaro, *La evolución del armamento medieval en el reino castellano-leones y al-andalus (siglos XII-XIV)*, Madrid, Servicio de Publicaciones del E.M.E., 1993; MONTEIRO 2017b (in *História Militar de Portugal*), pp. 52-53, 111-113 e 174-177; e AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões, *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

serpentinhas e os berços, numa fase já posterior a Aljubarrota). Os *engenhos de arremesso de pedras* suscitam diversas dificuldades de análise e de reconstituição, por duas razões principais: primeiro, porque os cronistas (geralmente homens com uma formação mais clerical do que militar) se lhes referem quase sempre pelo termo genérico de «engenhos», o que torna difícil diferenciá-los; por outro lado, porque convivem nesta categoria máquinas herdadas da tradição marcial romana (como o ónagro ou catapulta, que funcionava pelo sistema de torção de cordas) e máquinas de fabrico medieval, designadamente os trabucos, que tanto podiam ser acionados por tração humana (com o repuxamento de cordas por um grupo de homens bem musculados) como através de um sistema de caixa de pesos (em pedra ou gravilha) suspensa a elevada altura e que era subitamente rebaixada, fazendo subir a extremidade mais longa da viga, na ponta da qual se encontrava uma bolsa de couro com um grande pelouro alojado, que assim era arremessado no ar numa trajetória parabólica (e, neste caso, falamos de «trabucos de contrapeso», que podiam lançar projéteis de 100 kgs a mais de 100 m de distância)⁶³.

As *armas coletivas de fogo* (chamadas «trons» ou «bombardas») devem ter surgido na Península Ibérica muito perto de meados do século XIV (possivelmente em relação com o cerco do rei Afonso XI de Castela à praça muçulmana de Algeciras, em 1344). Em Portugal, sabemos que começaram a ser fabricadas em Évora no início da terceira guerra fernandina contra Castela, ou seja, em 1381 (CDF, cap. CXXXIV, p. 473). De acordo com os estudos de Nuno Varela Rubim, eram armas ainda bastante incipientes, fabricadas em ferro forjado, com tubos grossos reforçados por aduelas largas (soldadas entre si), no interior dos quais era colocada pólvora em pó; disparavam sobretudo pelouros de pedra e podiam ser de carregar pela boca ou de retrocarga (graças à utilização de culatras móveis)⁶⁴. Existe no Museu Militar de Lisboa uma peça (referenciada com o n.º de inventário MML, A.I) que poderá corresponder,

⁶³ Sobre estas matérias, deve ver-se o estudo recente de: COSTA, Bárbara Patrícia Leite, *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa, sécs. XII-XIV*, dissertação de Mestrado em Arqueologia, Porto, 2014 (orientação científica de Mário Jorge Barroca). Para a herança clássica, veja-se a síntese de MONTEIRO, J. G. e BRAGA, J. E., 2009 (tradução, comentário e notas de Vegécio, *Epitoma rei militaris*, esp. nota 244, pp. 470-479).

⁶⁴ RUBIM, Nuno José Varela, “Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na Batalha de Aljubarrota”, in separata da *Revista de Artilharia*, n.ºs 725-726, 1986, pp. 257-283; RUBIM, Nuno José Varela, “A artilharia portuguesa nas Tapeçarias de Pastrana – a tomada de Arzila em 1471”, in separata da *Revista de Artilharia*, 1987; RUBIM, Nuno José Varela, “O armamento pirobalístico”, in *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 223-243.

mutatis mutandi, às que Fernão Lopes diz terem sido utilizadas pelos Castelhanos na batalha de Aljubarrota; esta bombarda mede 97 x 40 cm, pesa 590 kgs e apresenta um calibre de 14,5 cm; atirava pelouros de pedra de granito que pesavam cerca de três kgs, utilizando para o efeito uma carga de pólvora negra em pó de 1 kg; esta bombarda (provavelmente uma peça ligeiramente maior do que os «trons») dispunha de uma velocidade inicial estimada por Nuno Rubim em 220 m por segundo e de um alcance na atmosfera entre os 714 e os 1098 metros (dependendo do ângulo de projeção); quando era utilizada em “tiro tenso” ou “direto” (quase na horizontal, a apenas um metro do solo), o seu alcance não ultrapassaria os 110 metros⁶⁵.

Sabemos que, até cerca de 1400, Portugal recorreu sobretudo à importação de peças pirobásticas, as quais apresentavam ainda muitas limitações: eram precárias (muitas vezes a detonação provocava o estilhaçar dos tubos!), caras, pouco fiáveis (tinham grande dispersão de tiro), lentas de recarregar (sobretudo as de retrocarga), difíceis de transportar e de manejar no campo de batalha e pouco eficientes (como veremos mais adiante, Fernão Lopes afirma que os trons utilizados pelos Castelhanos em Aljubarrota, logo no início da batalha, poucas baixas causaram).

Quanto «às **armas individuais**», devemos dividi-las em «armas defensivas» e «armas ofensivas». O segmento das armas defensivas pode subdividir-se, *grosso modo*, desta forma:

- Proteções exteriores: *escudos* (que, na época de Aljubarrota e desde o segundo quartel do séc. XIII, são já de tamanho mais reduzido do que os velhos escudos normandos em forma de lágrima, apresentando bordos retos para apoio da lança de cavalaria e remates inferiores arredondados ou em bico) e *paveses* (estes últimos bastante longos, com uma pequena estaca no fundo, mais usados pelos besteiros para se abrigarem enquanto recarregavam as suas armas);
- Proteções de cabeça: *coifas* (de tecido, por vezes acolchoado, muito usadas pelas camadas mais pobres) / *almofres* e *cervilheiras* (uma espécie de

⁶⁵ RUBIM, 1986, pp. 18-19; e 2000, p. 418 (com fotografia e dados técnicos).

capuzes em malha metálica, usados por cima das coifas) / *capelos* (hemisféricos) e *capelinas* (com origem francesa e apontadas em cima), ambos inicialmente em couro fervido e, depois, em ferro, podendo ter também um «nasal» para proteção da cana do nariz / *elmos* ‘em forma de tonel’ (surgiram na Península Ibérica c. 1230 e eram achatados em cima, encerrando completamente o rosto, sendo fendidos com uma abertura horizontal destinada à visão e com alguns orifícios para permitir a respiração) / *bacinetes* (surgidos já no séc. XIV, muito mais anatómicos e com um ápex alto e pontiagudo, geralmente associados a viseiras móveis acopladas por meio de pernos laterais) / e *chapéus de ferro* (que deixavam o rosto a descoberto, mas apresentavam abas largas, boas para proteção do sol ou da chuva, o que era útil nas campanhas africanas).

Em geral pode dizer-se que as defesas de cabeça foram evoluindo à medida que o armamento ofensivo (p. ex: a capacidade de corte das espadas, ou a eficácia das armas neurobalísticas) progrediu; assim se chegou ao pesado e desconfortável «elmo de tonel» característico do séc. XIII ibérico, que viria depois a ser superado (no caso dos grupos sociais mais abastados) pelo muito mais cómodo bacinete, com *design* anatómico e, possivelmente, de inspiração italiana.

- Proteções de pescoço e de garganta: aqui destacaremos o *camal* (um colar ou avental de malha de ferro que poderá ter sucedido ao almofre na segunda metade do séc. XIV, beneficiando também da difusão do bacinete) / a *babeira* ou *baveira* (uma peça do arnês de chapa metálica, que também protegia a garganta e o pescoço, estando igualmente muito associada ao bacinete) / e o *gorjal* (uma peça do género da baveira, para proteção do queixo e, em certa medida, dos ombros dos combatentes). Em Portugal, no tempo de D. Fernando (r. 1367-1383) existiu também uma peça chamada *barvuda*, que Fernão Lopes lembra ter estado na origem de uma moeda com o mesmo nome e que considera como uma antecessora do bacinete de camal (CDJ, I, cap. XLIX, p. 87).

- Proteções de tronco ou do baixo-ventre: as *lorigas de escamas e lorigões*, memória das velhas «loricae squamatae» romanas (de provável inspiração gaulesa), com pequenas placas de metal fixadas sobre uma base de couro ou de tecido; poderiam ou não ter mangas e prolongar-se até aos joelhos / as *cotas de malha metálica* (uma técnica que se generalizou na Europa a partir do séc. XI), formadas por anéis ou elos de arame entrelaçados (geralmente em grupos de quatro) fechados por rebites metálicos; Fernão Lopes sugere que foi D. Fernando quem ordenou a substituição das lorigas pelas cotas de malha (CDF, cap. LXXXVII, p. 305) e Alvaro Soler del Campo⁶⁶ pensa que estas últimas (que podiam atingir entre 7 e 9 kgs de peso) seriam mais curtas do que as suas antecessoras / as *couraças ou brigandines, as solhas e os jaques*, designações diversas para peças possivelmente semelhantes e que se generalizaram no Ocidente europeu a partir dos meados de Duzentos, sendo formadas por lâminas metálicas que eram aplicadas em bases de couro fino enrijecido, forradas internamente por telas de estopa de cânhamo. Mais uma vez, o cronista-mor atribui às guerras fernandinas o estímulo para a transição do «cambais ou gambax» (uma espécie de túnica acolchoada com algodão) para o «jaque», que deve ter constituído uma solução intermédia entre as defesas de couro ou de malha metálica e o arnês / o *arnês de peito ou peitoral*, fabricado em chapas metálicas bem polidas, em jeito de ‘armadura medieval de tronco’, que se impõe no seio dos guerreiros mais abastados a partir dos inícios do segundo quartel séc. XIV, possivelmente em resposta à evolução do armamento ofensivo e à tremenda capacidade devastadora das armas de choque, como as fochas ou as maças de armas. O «peitoral» era apenas um dos elementos desse vasto conjunto chamado «arnês», que podia reunir duas dezenas de peças e atingir pesos na ordem dos 20 kg; embora mais raramente, o tronco também podia ser protegido na parte de trás por uma «costaneira» de chapa metálica / a *panceira, a escarcela e o fraldão*, peças de proteção do baixo-ventre e da parte superior das coxas, fabricadas quer

⁶⁶ SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 119.

em malha metálica (fraldão), quer em chapa metálica (panceira e escarcela) / *o cambais* (já mencionado acima), *o perponte e o loudel*, um género de sobrecotas de tecido, por vezes acolchoado, que se vestiam por cima das lorigas e que eram muitas vezes decoradas com motivos heráldicos. Esclareça-se que as defesas metálicas não eram vestidas diretamente sobre a pele; para evitar o sobreaquecimento e a raspagem da derme, os guerreiros usavam por baixo de tudo túnicas acolchoadas ou de tecido confortável, semelhantes às sobrecotas que acima citámos.

- Proteções dos membros superiores: a existência de peças específicas para defesa dos membros superiores incrementou-se sobretudo a partir do aparecimento do arnês: *ombreiras e espaldeiras* (em forma de rodela) para proteção dos ombros e das omoplatas; *rebraços e braçais* para defesa do braço; *avambraços* para proteção do antebraço; e *cotoveleiras* para amparar os cotovelos. O conjunto destas peças formava aquilo a que muitas vezes se chama o «arnês de braços». No entanto, desde tempos remotos que as mãos podiam ser igualmente protegidas, primeiro com *luvas*, depois com *ganteletes e manoplas*, que repercutem a evolução das defesas de couro ou de malha metálica rumo às mais evoluídas proteções em chapa metálica.
- Proteções de membros inferiores: aqui, convém sobretudo assinalar a existência de *coxotes* para proteção das coxas (uma designação que terá estado na origem da figura literária do célebre D. Quijote de La Mancha, um cavaleiro medieval fora de tempo); de *joelheiras* para defesa das rótulas e dos joelhos (por vezes munidas de asas laterais, para prevenir os golpes aplicados de través ou mesmo por trás); de *brafoneiras* (desde meados do séc. XII) e de *grevas ou caneleiras*, todas elas para proteção das pernas e das canelas; e, por fim, de *sabatas* e *balugas* (que recordam as velhas *caligae* romanas que deram nome ao imperador Calígula) e de *sapatos de ferro* ou *escarpins*, para evitar ferimentos nos pés. Também nestas peças – que em conjunto formariam, a partir de meados do séc. XIV, o chamado

«arnês de pernas», se registou um aperfeiçoamento progressivo, que culminaria na chapa metálica.

O segmento das armas ofensivas, pelo seu lado, pode ser subdividido em três grupos (armas de mão, armas de arremesso e armas de fogo individuais), continuando a usar como critério não apenas a morfologia mas também a forma de manuseamento das peças⁶⁷:

- Armas de mão (*brancas, de choque e de haste*): devemos começar por realçar a importância das ARMAS BRANCAS: a *espada*, que aos poucos se tornou uma arma-símbolo da cavalaria medieval (recorde-se o seu uso nas cerimónias em que eram armados os novos cavaleiros) e que era composta por quatro elementos principais: uma «lâmina» comprida (podia ultrapassar os 100 cm) e de duplo fio, levemente afilada na ponta, que apresentava geralmente um pequeno sulco no meio (o «sangradouro», que evitava o empapamento dos gumes pelo sangue do adversário); as «guardas», que protegiam a mão e que assumiam, na época de Aljubarrota, geralmente um formato reto, podendo encurvar-se ligeiramente nas extremidades; o «punho», com a espiga metálica (c. 15 cm) a ser forrada por tecido acolchoado ou por couro, tornando o manuseamento mais agradável e seguro; e o «pomo», uma espécie de remate maciço da espiga, que servia para equilibrar o peso da arma e que, no Portugal medieval, adquiriu com frequência uma forma discoidal achatada (por vezes munida de um pequeno «botão» na extremidade), embora houvesse outros modelos (p. ex.: prismáticos). Até ao séc. XII, a espada foi sobretudo utilizada como arma «de corte» (de lado ou de través), mas o reforço progressivo das proteções defensivas ao longo da centúria de Duzentos levou a que passasse a ser mais utilizada como «estoque», para golpear o adversário nas zonas mais vulneráveis (axilas, virilhas) com a ponta, que assim se

⁶⁷ A subdivisão das armas individuais ofensivas (não pirobalísticas) em *armas de mão (brancas, de choque e de haste)* e *armas de arremesso* (por *propulsão muscular* e *neurobalísticas*) foi utilizada no Catálogo da citada exposição *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português* (Palmela 2000), assim como na obra de Paulo J. S. Agostinho, *Vestidos para matar. O armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos*, 2013. Não é, obviamente, a única possível, mas parece-nos pertinente.

tornou mais afiada. Uma espada de qualidade pesava entre 1300 e 2000 gramas, podendo atingir um preço elevado num bom alfageme, capaz de a «corregger» convenientemente. De maior envergadura eram os *montantes*, que correspondiam a espadas que eram manejadas com as duas mãos, sendo muitas vezes utilizadas em contextos específicos (p. ex.: na defesa das praças) ou em ambientes cerimoniais. Temos depois as *adagas* (ou *adargas*) e os *punhais*, que eram armas brancas bastante mais curtas (menos de meio metro), sendo muito utilizadas, sobretudo nos finais da Idade Média, como armas para desferir o chamado ‘golpe de misericórdia’. O punhal, tal como a espada, apresentava guardas e lâmina de dois gumes. Este género de armas de mão prestava-se a uma decoração mais exuberante, que no limite podia incluir o encastoamento de pedras preciosas (mas nisto os muçulmanos parecem ter sido mais inventivos do que os cristãos).

No que diz respeito às ARMAS DE CHOQUE, devemos referir sobretudo três: a *maça de armas*, a *facha ou acha de armas* e o *martelo de armas*. Todas elas são peças destinadas a desbastar e destruir as defesas adversárias, tendo-se tornado muito comuns, mesmo entre os cavaleiros, nos finais da Idade Média. As maças de armas estão até muito associadas à simbologia do poder régio, em especial à justiça. Na sua narrativa sobre a batalha de Aljubarrota, Fernão Lopes (CDJ, II, cap. XLII, p. 99) apresenta o rei D. João I, empunhando uma “facha”, a combater (a pé) o “ardido cavaleiro” castelhano Álvaro Gonçalves de Sandoval (também ele apeado). São armas extremamente robustas, munidas de sólidos cabos de madeira (mais tarde de aço) com cerca de 50 a 60 cm de comprimento (no caso dos martelos de armas, poderiam atingir os 80 a 90 cm), aos quais eram associados (através de um encabamento assegurado por pregos longos) cabeças verdadeiramente mortíferas: no caso das maças de armas, sete ou oito ‘facas’ grossas de formato triangular e com 10 a 15 cm de comprimento, que se dispunham radialmente; no caso das fachas, cabeças em forma de machado, com duplo gume; quanto aos martelos de armas, cabeças de

secção quadrada e ponta afiada, que podiam atingir os 25 cm de comprimento. Contra os «arneses, por exemplo, as armas de choque eram (antes da generalização das armas de fogo) as armas mais eficientes e destrutivas; devem ter sido muito utilizadas em Aljubarrota.

No que toca às ARMAS DE HASTE, convém sobretudo realçar as lanças e uma sua variante mais longa – os “piques”. Devido ao seu simples fabrico e ao seu preço, *as lanças* eram armas muito vulgares; compunham-se de uma haste de madeira (em geral de freixo) bastante longa (até 4 m), em cuja extremidade era encabado, aproveitando uma base oca e fendida, um ferro maciço com 10 a 30 cm de comprimento, que apresentava muitas vezes um formato triangular. Segundo Álvaro Soler del Campo, as nervuras axiais e a capacidade de corte dos ferros das lanças otimizavam a sua capacidade e aumentavam a sua penetração no corpo do adversário⁶⁸. No Museu Militar de Lisboa (peça «Sem Inventário») pode apreciar-se uma ponta de lança que se diz ser oriunda do campo de batalha de Aljubarrota; é fabricada em ferro e tem 46,2 cm de comprimento por 7 cm de largura; tal como é descrita no Catálogo da exposição *Pera Guerrejar* (2000, p. 357 e 360), apresenta uma ponta maciça, romboidal e de perfil triangular alongado, levemente afilada, com secção circular na base e em forma de losango na ponta; tem uma base oca e exhibe uma pronunciada aresta central, com cerca de 2,5 cm de espessura⁶⁹. Geralmente, para além da «haste» e da «ponta», as lanças possuíam, na extremidade oposta, uma pequena «coneteira», que facilitava a sua fixação no solo. Do ponto de vista tático, as lanças tinham uma utilização multifacetada: podiam ser utilizadas para manter o adversário à distância (e, neste aspeto, a sua variante mais longa, o *pique*, que podia atingir os seis metros de comprimento, era especialmente útil, como os movimentos dos célebres *schiltrons* escoceses

⁶⁸ SOLER DEL CAMPO, Álvaro, “Guerra y armamento hacia 1200 d.C.”, in *Alarcos. El fiel de la balanza*, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1995, p. 183.

⁶⁹ BARROCA, M. J., *et alii*, *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*. Esta peça, devido ao seu deficiente estado de conservação, não chegou a ser exibida no âmbito exposição com o mesmo nome (a qual esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia e no Castelo de Palmela), mas encontra-se registada no respetivo Catálogo (2000, p. 357).

dos sécs. XIII e XIV bem documentam), mas também eram usadas para estocar ou ferir de ponta. Além disso, podiam ser arremessadas à distância (como a própria etimologia da palavra «lança» sugere). Tanto eram utilizadas pela peonagem (neste caso não atingindo comprimentos muito além dos três metros) como pela cavalaria. Nesta última hipótese, a lança, a partir da vitória de Guilherme da Normandia em Hastings (1066) começou a ser colocada muitas vezes debaixo da axila direita («de so o braço»), sendo encostada ao tronco com o cotovelo, dando origem à famosa e já citada tática da *lance couchée* («lança deitada»), que permitia otimizar a velocidade do cavalo e o impacto do choque (veja-se a cena venatória representada na arca tumular dita de D. Branca de Sousa, do século XIV, no Museu Regional de Lamego). No entanto, o cavaleiro tardo-medieval também podia manejar a lança de outras formas, nomeadamente «de sobre-mão»; neste caso, apoiava a lança sobre o braço e, usando o antebraço, comprimia a arma contra o corpo, o que garantia maior mobilidade e uma pontaria mais certa (veja-se outra cena de caça, agora no túmulo de Fernão Sanches, bastardo de D. Dinis, fabricado no segundo quartel do séc. XIV e patente no Museu do Carmo, em Lisboa). No segmento das «armas de haste» poderíamos ainda incluir (além das *alabardas* que os esquadrões da infantaria suíça tornariam famosas pouco depois de Aljubarrota) as *partazanas*, os *chuços* e outras alfaias de origem agrícola que foram muitas vezes adaptadas a fins marciais, sobretudo pelas tropas apeadas mais humildes.

- Armas de arremesso: neste ponto, há que distinguir entre as armas de propulsão muscular e as armas neurobalísticas. No primeiro caso (o das ARMAS POR PROPULSÃO MUSCULAR) é obrigatório referir, em primeiro lugar, os *dardos*, que eram como que lanças mais curtas e mais finas, propícias a ser arremessadas a distâncias muito pequenas. Neste sentido, o dardo medieval recorda inevitavelmente o *pilum* dos exércitos romanos (arremessado a menos de 13 m de distância, imediatamente antes do choque da primeira linha das legiões – os *hastati* – com o adversário), assim

como os *angones* das hostes carolíngias. Os dardos ibéricos não são armas muito comentadas pelos historiadores, mas deve recordar-se que o cronista francês Jean Froissart (a nossa principal fonte acerca dos movimentos táticos na batalha de Aljubarrota) afirma que o duque de Lencastre (sogro de D. João I) apreciava particularmente a arte ibérica de “jetter la darde” (MONTEIRO, 1998, p. 538). Um tipo particular de dardo, muito utilizado na caça (mas não só), eram as *ascumas* (ou *azcumas*), geralmente manejadas na variante «de sobre-mãao». Também a *azagaia* pertence a esta família de armas de arremesso por propulsão muscular, sendo particularmente notada nas campanhas militares travadas em África, ou por exércitos muçulmanos na Península Ibérica. Já as *fundas* são uma arma bíblica (Antigo Testamento, Livro I de Samuel: 17) que se manteve em utilização praticamente contínua (pense-se nos exércitos macedónicos, cartagineses ou romanos), o que revela toda a sua eficácia e também as vantagens resultantes da simplicidade do respetivo fabrico, prevendo-se que “tais armas nunca tivessem deixado de ser usadas, quer nas artes da guerra quer em actividades de carácter cinegético ou pastoril” (R. V. GOMES, 2003, p. 157). Eram feitas em couro, em corda ou noutros materiais elásticos, e arremessavam a distâncias da ordem dos 100 metros (ou mais, dependendo do peso do pelouro) pequenos projéteis de pedra criteriosamente escolhidos e preparados (as legiões romanas chegavam a inscrever neles os números das coortes e das centúrias, tratando de recolhê-los no final de cada batalha vitoriosa!). No entanto, “sabe-se que a funda foi muito divulgada, a partir do século XII, em particular pelos cavaleiros turcos” (*ibidem*). Fernão Lopes (CDF, cap. LXXXVII, p. 305) explica que, além das «fundas de fuste» ou «de manguela» (porventura armadas num pau comprido), existiam as «fundas de mão», que podiam ser rodadas várias vezes pelo atirador sobre a sua própria cabeça antes de se libertar a ponta que transportava o projétil, ou então balanceadas para trás e para a frente, num movimento de vaivém que imprimia a velocidade suficiente ao dispositivo até ao momento do arremesso. Os relatos das campanhas de Nuno Álvares Pereira entre 1383 e 1385 mostram bem como o

fronteiro/condestável apreciava e sabia tirar partido de fundibulários bem adestrados.

Quanto às ARMAS NEUROBALÍSTICAS, que como veremos tiveram uma importância excecional na batalha de Aljubarrota, é crucial falar dos arcos e das bestas. Os *arcos*, também muito utilizados na caça (económica ou desportiva) são uma arma que era utilizada essencialmente pela peonagem, uma vez que o seu uso pelos cavaleiros implicava um adestramento muito grande (na Antiguidade Clássica, ficaram famosos os arqueiros montados da Pártia, que conseguiam disparar para trás enquanto galopavam e que venceram os exércitos romanos na batalha de Carras, em 53 a.C.). Na sua modalidade mais simples, trata-se de uma arma fácil de confeccionar, geralmente em madeira de teixo suficientemente robusta para suportar a tensão a que o arco propriamente dito ficava sujeito quando se retesava a corda. Mais tarde, o chamado «arco composto» (utilizado, por exemplo, pelos Mouros na Península Ibérica, ou pelos Turcos nas suas guerras contra o Império Bizantino) otimizou a prestação dos arcos simples, reforçando-os com couro de veado (na face interna) ou com tendões de animais (na face externa) e tornando assim esta arma muito mais resistente e poderosa (BARROCA, 2003a, p. 139). Em geral, até ao aparecimento do famoso *longbow* (o «arco longo», possivelmente de origem galesa e adotado pelos exércitos ingleses a partir de Eduardo III: 1327-1377), o «arco» não apresentava uma envergadura superior a 150 cm e disparava setas compridas (c. 90 cm), ocas e leves, equipadas com uma ponta metálica, uma haste de madeira e c. três guias de pena de ganso; dispunha de um alcance de c. 100 a 120 m e de uma cadência de 10 a 12 tiros por minuto. Para evitar a raspagem e o ferimento da pele no momento do disparo, o atirador utilizava uma luva de couro na mão direita e um braçal (metálico, em osso ou em couro) no punho esquerdo (BARROCA, 2003a, 140). Geralmente, o arco, com a respetiva corda retesada em cerca de 75 cm (no máximo), era disparado para cima, em chuva ou em *volley*, o que comprometia um tiro dirigido mas, por outro lado, permitia tirar partido da

força da gravidade, fazendo cair as flechas sobre os adversários com forte impacto e em quantidade apreciável; as setas eram geralmente introduzidas em sacos chamados «aljavas», transportadas às costas ou a tiracolo pelos arqueiros. Sendo uma arma muito apreciada pelos exércitos muçulmanos, o arco também foi utilizado pelas hostes cristãs peninsulares e a sua utilização está documentada para Portugal no século XIV, nomeadamente em operações de cerco de castelos ou de praças-fortes⁷⁰.



Figura 5 - Arqueiro segurando o arco e besteiro armando a besta com recurso ao estribo
in Luttrell Psalter MS 42130 f. 56 (1325-1340)

Com o aparecimento do *longbow*, o Ocidente europeu conheceu um período de apogeu no que à utilização dos arcos diz respeito, sempre que estavam em campo exércitos de matriz inglesa (o que sucedeu em Aljubarrota, como veremos). Na verdade, o *longbow* tinha uma envergadura que podia atingir os 2,50 m e a sua corda era tendida até à orelha; estima-se que fosse capaz de perfurar o tronco de um possante carvalho a uma distância de 200 m, ou mais. Devido à sua robustez e

⁷⁰ Na alcáçova de Silves foram encontradas em conjunto “seis pontas de flecha ou de virotes de besta foram recuperadas juntas, podendo ter integrado aljava ou carcaz” (R. V. GOMES, 2003, p. 114). Estes exemplares foram identificados arqueologicamente na camada III da alcáçova a que corresponde a primeira conquista cristã da cidade em 1189. Parte destes podem ainda ser consultados no catálogo *Pera Guerrejar* (2000, pp. 376-378), onde se destacam os de ponta triangular, caraterísticos dos virotes de bestas muçulmanas deste período.

potência, exigia um adestramento desde criança, costumando dizer-se que um bom arqueiro inglês era capaz de arremessar a sua quinta ou sexta flecha quando as anteriores ainda dançavam no ar⁷¹!

Por fim, simbolicamente, *a besta* constitui como que uma versão portátil, miniaturizada, da velha balista romana, mas possuindo apenas um braço. Está representada em túmulos chineses dos séculos V e IV a.C., mas, misteriosamente, desconhece-se o seu trajeto europeu durante toda a Alta Idade Média; está documentada na Península Ibérica a partir dos finais do séc. XI, mais exatamente desde 1086, graças ao fólio 85v.^o do manuscrito *Beato de Burgo de Osma* (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 66). É uma arma muito mais complexa e robusta do que o arco, e de difícil recarga, o que fazia com que não conseguisse disparar mais de dois ou, no máximo, três projéteis por minuto; porém, tinha a grande vantagem de ser mais potente, podendo atingir os 200 a 300 metros de alcance, sendo letal a cerca de 75 metros de distância (BARROCA, 2003a, 142). A besta era formada por um único «arco» de madeira (que podia ter um reforço em corno de veado), por uma «coronha» (também fabricada em madeira), por uma «noz» (pequena peça de osso, em cujo veio central era acamado o projétil e que servia igualmente para fixar a corda no momento do disparo – alguns exemplares publicados no catálogo *Pera Guerrejar*, 2000, pp. 382-384) e por um «gatilho» de metal. Os projéteis da besta (chamados «virotos» ou «virotões») não tinham mais do que 30 a 50 cm de comprimento; tal como as setas dos arcos, possuíam uma ponta metálica (mas neste caso piramidal, maciça e pesada, sendo por vezes embebida em veneno vegetal: o heléboro ou vátrato negro, em Portugal chamado por vezes de «erva besteira») e duas guias de madeira, em pergaminho ou em metal; os virotões eram transportados em pequenas aljavas presas à cintura (BARROCA, 2003a, pp. 142-143). Se as flechas de um arco eram disparadas para cima, em

⁷¹ Uma das obras de referência para o estudo do *longbow* continua a ser a produzida pelo grande especialista desta arma, o britânico Robert Hardy, *Longbow. A social and military history*, Patrick Stephens Limited, 1976 (com edição revista e alargada em 1992, incluindo a primeira análise detalhada do equipamento para tiro com arco descoberto no navio de guerra Mary Rose, c. 1510, que pertenceu a Henrique VIII de Inglaterra e que foi afundado ao largo de Portsmouth em 1545, tendo sido descoberto em 1965 e trazido à superfície dezassete anos depois).

chuveiro, já a besta fazia o chamado « tiro tenso e horizontal », o que reforçava a sua eficácia; esta revelou-se de tal forma letal que o uso da besta (entre cristãos) chegou a ser proibido pela Igreja, no contexto do II Concílio de Latrão, em 1139. Para mitigar o seu principal inconveniente (a dificuldade de recarga), no séc. XIII adotaram-se dispositivos para facilitar a ação do besteiro: primeiro, um estribo para meter o pé, que era completado com um gancho à cintura, o que permitia ao atirador, ao esticar a perna, colocar mais facilmente a corda em tensão na noz; depois, manivelas, roldanas ou alavancas com garras, que funcionavam como acessórios independentes e que permitiam retesar mais facilmente a corda (« bestas de torno », « de polé » ou « de garrucha »).

Uma palavra final para lembrar que só no segundo quartel do século XV (ou seja, cerca de meio século depois da batalha de Aljubarrota) é que devem ter começado a ser utilizadas armas de fogo portáteis por contingentes militares portugueses: há notícia da presença de « espingardeiros » em Tânger, em 1437 (DUARTE, 2003b, p. 371); e, na carta de quitação outorgada ao almoxarife do armazém régio de Lisboa, em 21 de julho de 1455 (alusiva, como vimos, ao material de guerra e de torneio movimentado entre 1438 e 1448), há referência a diversas « colobretas », com os respetivos acessórios e cargas de pólvora (MONTEIRO, 2001, pp. 52-54; RUBIM, 2000, pp. 226-227)⁷².

⁷² Para não alongar demasiado o nosso texto, sujeito a um limite de páginas rigoroso, não referimos aqui outras peças da indumentária dos guerreiros medievais, como por exemplo as esporas (primeiro de espeto, depois de roldana, mais suaves para as montadas – conforme alguns exemplares publicados no catálogo *Pera Guerrejar*, 2000, pp. 286-302), nem analisaremos a problemática do armazenamento e da conservação das armas. Sobre o primeiro aspeto, remetemos para M. J. BARROCA, 2003a, 134-135; sobre o segundo, para J. G. MONTEIRO, 2001b, *passim*.

Capítulo II – Aljubarrota: estado da arte

O estudo e a análise da Batalha de Aljubarrota envolvem fontes variadas, sejam elas narrativas, arquivísticas ou outras, materializadas em diferentes suportes. No que respeita aos primeiros elementos alusivos ao acontecimento de 14 de agosto de 1385, eles foram redigidos poucos dias após a ação; recordamos a missiva que D. Juan I enviou às principais cidades de Castela (a justificar a sua derrota), assim como as cartas de doação outorgadas por D. João I, em cumprimento das suas promessas. A recolha de testemunhos, por seu lado, deu corpo a um pequeno número de crónicas, parte destas gizadas ainda em vida de alguns dos intervenientes ou logo após a sua morte (entre as quais a *Corónica do Condestabre*). Posteriormente, alguns desses relatos foram copiados e interpolados, sofrendo, inevitavelmente, algumas desvirtuações.

O tema suscitou o interesse coletivo, desde o erudito até ao mais popular, e não se esgotou ao longo das décadas, ou mesmo das centúrias. Pelo contrário, motivou várias reedições das fontes documentais, ao mesmo tempo que foi acompanhado por reinterpretações e diferentes abordagens temáticas (biográficas, literárias, sociais, políticas, históricas, militares, entre outras).

Não podemos ignorar o fervor ideológico com que o tema foi abordado, quer o acontecimento em si, quer as principais figuras a ele associadas (recorrentemente manipuladas para servir o interesse político, religioso e até social), o que redundou com frequência em representações fantasistas. Apesar das boas intenções de alguns dos seus autores, muitos desses fervorosos relatos patrióticos e/ou religiosos, com exaltações ficcionadas, em nada contribuíram para uma salutar investigação deste episódio crucial da história portuguesa.

Por outro lado, temos de reconhecer o número significativo de autores que, em resultado de investigações sérias e laboriosas do tema – expressas em livros, em artigos ou em outros trabalhos – tem possibilitado avanços no estudo historiográfico de Aljubarrota.

De seguida iremos dedicar algumas páginas às principais fontes e aos mais relevantes trabalhos historiográficos alusivos ao *dossier* Aljubarrota. Começaremos pelas obras basilares, aquelas que talvez sejam os principais testemunhos para o estudo do tema – as crónicas e os respetivos autores; seguir-se-ão outros

testemunhos, alguns deles coevos, gravados em outros suportes. Reservaremos ainda um espaço para as evidências arqueológicas e um último apontamento para os principais estudos, especialmente dinamizados pelas descobertas arqueológicas que foram tendo lugar no próprio campo de batalha.

- **2.1 – Crónicas e outras fontes**

As crónicas são um instrumento imprescindível para o estudo de Aljubarrota. O texto mais próximo da data do acontecimento é da autoria do futuro chanceler castelhano, Pero López de Ayala. O cronista esteve em Aljubarrota, ao serviço de D. Juan I, tendo inclusivamente integrado o corpo de parlamentários que visitou o acampamento português um pouco antes do início do combate. Encontramos o seu testemunho na obra *Crónicas de los Reyes de Castilla*⁷³ onde relata os acontecimentos do reinado de D. Juan, dedicando bastante atenção aos anos de 1383-1385 e ao conflito luso-castelhano.

O envolvimento francês neste conflito, ao lado de Castela, seria retratado numa obra intitulada *Chroniques*, da autoria de Jean Froissart. O escritor francês descreve o episódio em duas passagens distintas, a partir de dois testemunhos recolhidos através de outras tantas entrevistas. O primeiro relato tomou forma a partir da conversa com o cavaleiro gascão Espan du Lion, em Orthez (sul de França), no ano de 1388; o outro, substancialmente diferente, é mais tardio (1390) e resultou de um encontro em Middelburgo (Países Baixos) com o cavaleiro português João Fernandes Pacheco (c. 1340 – c. 1420), figura de destaque da batalha de Trancoso e também ele combatente em Aljubarrota. A abrangência geográfica das *Chroniques* e o espaço que esta obra dedica aos conflitos europeus no contexto da *Guerra dos Cem Anos* garantiu uma alargada difusão internacional dos textos de Froissart (e, por arrastamento, do episódio de Aljubarrota).

⁷³ Esta obra inclui as crónicas dos reinados de Pedro I, Enrique de Trastâmara (Enrique II de Castela) e Juan I. López de Ayala ainda deu início à redação da crónica do reinado de Enrique III, mas a obra ficou incompleta. Para este trabalho, seguimos a edição de José Luis MARTÍN (ed.): Pero LÓPEZ DE AYALA, *Crónicas*, Barcelona, Planeta, 1991.



Figura 6 - Batalha de Aljubarrota in *Chroniques de Froissart* - BM-MS. 0865 f. 239 (1412-1414)

Posterior a Froissart, as *Chronique du religieux de Saint-Denys*, crónicas régias de autor desconhecido redigidas ainda durante o reinado de Carlos VI (1380-1422), provavelmente por mais do que um escriba daquela ordem religiosa, mencionam sucintamente o combate de Aljubarrota, contextualizando o apoio militar que o monarca francês prestou ao seu congénere castelhano⁷⁴.

De Inglaterra, a presença nos confrontos ibéricos ficou registada em crónica, em especial a participação inglesa na terceira guerra fernandina (1381-1382) e na campanha de 1385, que culminaria em Aljubarrota. As crónicas redigidas para o reinado de Ricardo II (r. 1377-1399) não ignoram a aliança anglo-portuguesa, ao abrigo da qual foi autorizada aos embaixadores portugueses a contratação de forças mercenárias inglesas. Destacamos, a título de exemplo, a *Crónica de Westminster*⁷⁵ (1381-1394).

Natural de França, mas tendo-se dedicado aos assuntos de Inglaterra, Jean de Wavrin (1398-1474) foi autor das *Anciennes et Nouvelles Chroniques d'Angleterre*⁷⁶,

⁷⁴ Na versão consultada: *Chronique du Religieux de Saint-Denys, contenant le règne de Charles VI, de 1380 à 1422*, BELLAGUET, Louis François (trad.), edição bilingue, Tomo I, De L'Imprimerie de Crapelet, Paris, 1839, p 439 e 441.

⁷⁵ A crónica de Westminster pode ser consultada na versão inglesa em: *The Westminster Chronicle, 1381–1394*, HECTOR, L. C. & HARVEY, Barbara F. (ed. & trad.), Clarendon Press, Oxford, 1982.

⁷⁶ O manuscrito que compõe os volumes da *Chroniques d'Angleterre*, da autoria de Jean de Wavrin (MS 14 E IV – atualmente parte do acervo do Museu Britânico) foi redigido em língua francesa entre 1471 e 1483, nos Países Baixos. A terceira parte da obra abrange o reinado de Ricardo II, até ao ano de 1387, período durante o qual decorre o conflito luso-castelhano, com o envolvimento da Inglaterra e da França. Deste volume destacamos um conjunto de iluminuras que ilustram alguns episódios da terceira guerra fernandina e da Crise de 1383-1385. Entre estas imagens (que retratam, entre outras, a chegada

manuscrito no qual o autor retrata o envolvimento inglês nos conflitos luso-castelhanos, em 1381 e 1385. A narrativa contextualiza este conflito na sua vertente social e política, e não apenas militar. A obra retrata, inclusivamente, os acordos entre Eduardo III (r. 1327-1377) e D. Fernando; os convénios de Ricardo II com o Mestre de Avis; o desembarque de combatentes ingleses em Portugal nos anos de 1381, 1382 e 1385; e o casamento de D. João I com Filipa de Lencastre (fevereiro de 1387), filha do duque João de Gante (1340-1399). Este último acontecimento integra-se no contexto da famosa aliança luso-inglesa, materializada no Tratado de Windsor (maio de 1386).

O episódio de Aljubarrota teve, obviamente, um alcance ainda mais abrangente em Portugal, uma vez que foi decisivo para a resolução da crise sucessória de 1383-1385 e contribuiu decisivamente para a afirmação da dinastia de Avis. Claro que a reconstituição da batalha foi feita de forma contraditória e por vezes deturpada; os relatos tenderam a favorecer as principais personagens do acontecimento, dotando-as de uma aura mítica e quase sobre-humana (neste particular, o melhor exemplo é, sem dúvida, o de D. Nuno Álvares Pereira).

De autoria portuguesa chegaram até nós a *Corónica do Condestabre* (de autor anónimo), que evoca justamente os feitos militares de Nun'Álvares, e as três crónicas dedicadas por Fernão Lopes aos reis D. Pedro, D. Fernando e D. João I. Podemos considerar estes textos como os mais próximos e os mais completos relativos aos acontecimentos diretamente associados ao confronto armado ferido em S. Jorge.

Posteriormente, o entusiasmo despertado pelos testemunhos e pelas narrativas sobre as façanhas militares do 14 de agosto, as manifestações patrióticas (num período em que o conceito de identidade nacional ainda era nebuloso), as galerias de heróis que se foram formando, tudo isso contribuiu para novas exaltações literárias. Por exemplo, o mítico condestável teve a sua vida e morte retratadas nas crónicas da Ordem religiosa dos Carmelitas⁷⁷, uma verdadeira e compreensível

das forças inglesas à corte d'O Formoso, em 1381, e o funeral deste monarca, em 1383) destacamos a célebre gravura que corresponde à batalha de Aljubarrota (f. 204). Apesar da sua relevância iconográfica, a redação da obra afasta-se dos acontecimentos portugueses de Trezentos em perto de uma centúria, tendo o autor recorrido abundantemente às crónicas de Froissart. Por esse motivo e pelo seu carácter de síntese de obras anteriores, pode ser considerado como "de importância secundária" (BARROCA, 2008, p. 8). A cópia integral do manuscrito pode ser consultada online em: http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=royal_ms_14_e_iv_fs001r

⁷⁷ A edição de 1745 da *Chronica dos Carmelitas*, da autoria de frei José Pereira de Sant'Anna, pode ser consultada gratuitamente na coleção online da Biblioteca Nacional: <http://purl.pt/25766>

homenagem ao patrono do convento do Carmo em Lisboa. Como o leitor dessa obra deve esperar, os numerosos capítulos dedicados a Nun'Álvares salientam a sua conduta moral, austera e devota, mais do que o seu perfil de guerreiro ou de senhor feudal.

A partir dos finais do século XV, a dinamização da tipografia foi responsável pela impressão de fontes relevantes, embora a operação nem sempre decorresse de uma forma rigorosa. O critério na escolha das obras tendia, não raras vezes, para a propaganda política e religiosa, num critério que convidava à adulteração dos textos originais. A publicação de crónicas, particularmente as mencionadas, motivaria a produção de novos trabalhos em torno de Aljubarrota, muitos deles em tom patriótico exacerbado. Tudo isso contribuiu, de uma forma ou de outra, para manter a memória do combate de 14 de agosto na linha do horizonte histórico, ainda que com contaminações políticas, ideológicas e religiosas indisfarçáveis.

- **2.1.1 – As principais fontes escritas e os seus autores**

Entre as fontes narrativas que se dedicaram à batalha de Aljubarrota, destacaremos quatro: a crónica de Pero López de Ayala; os relatos de Jean Froissart; a história de Nuno Álvares Pereira (de autor desconhecido e materializada na *Corónica do Condestabre*); e a trilogia de Fernão Lopes.

Pero López de Ayala⁷⁸: nasceu em 1332, em Quejana (na Terra de Ayala, Álava, País Basco). Era filho de Fernán Pérez de Ayala (senhor de Ayala) e de Elvira de Ceballos. Faleceu em Calahorra (La Rioja, região de fronteira entre o País Basco, Navarra, Aragão e Castela-Leão), em 1407.

Este cavaleiro e letrado (traduziu Tito Lívio) foi uma personagem multifacetada: guerreiro, diplomata, conselheiro de diversos monarcas, chanceler-mor de Castela, tendo-se destacado também como cronista de quatro reis castelhanos: Pedro I (1350-1369), Enrique II (1366/69-1379), Juan I (1379-1390) e Enrique III (1390-1406).

⁷⁸ Nesta síntese sobre o cronista castelhano que escreve sobre a batalha de Aljubarrota, seguimos essencialmente o estudo de José-Luis MARTÍN (1991) e o artigo de Covadonga VALDALISO CASANOVA (2011). Merece ainda referência a dissertação de doutoramento desta autora, precisamente sobre Pero López de Ayala (2009).

Pero López recebeu formação religiosa (chegou a ser cónego de Palencia e de Toledo), mas, em 1350, por razões familiares, abandonou a clerezia e foi para a corte de D. Pedro I, onde permaneceu durante a maior parte do reinado d’*O Cruel*. Em 1366, em plena guerra civil entre os dois meios-irmãos, passou para o serviço de Enrique II de Trastâmara, merecendo por isso a estima e a confiança deste monarca; no reinado seguinte fez parte do Conselho de D. Juan I e teve ainda um papel importante nos primeiros anos do reinado de Enrique III. Por tudo isto, conheceu profundamente os hábitos, os assuntos e os segredos da corte castelhana da segunda metade do séc. XIV, de tal forma que as suas *Crónicas* e o *Rimado de Palacio* (obra didático-moral de fundo fortemente religioso, escrita em verso cerca de 1378-1403) constituem as principais fontes narrativas para o estudo dessa temática.

Ao longo da sua vida, López de Ayala desempenhou diversos cargos e funções políticas relevantes: durante a “Guerra dos Dois Pedros” (o de Castela e o de Aragão, c. 1356-1375) foi capitão da armada que atacou Barcelona; em 1360, foi nomeado *alguacil mayor* (meirinho-mor) de Toledo e, em 1367, alferes da “Ordem da Banda” (fundada por Afonso XI em 1332), um estatuto honorífico que detinha quando foi feito prisioneiro na batalha de Nájera (em 1367). Recebeu ainda os cargos de alcaide-mor de Vitoria e de meirinho de Álava (ambos em 1373), de meirinho-mor de Guipúzcoa (em 1379), de membro do Conselho de Regência de Enrique III (em 1391) e, por fim, o de chanceler-mor de Castela (em 1398).

Em resultado do destaque político e social de que gozava, coube a Pero López de Ayala realizar diversas missões diplomáticas. Por exemplo, foi embaixador castelhano na corte aragonesa, em 1376, com o objetivo de mediar o desafio do visconde de Roda a Juan Ramírez de Arellano. Participou também em diversas negociações com a França, designadamente em 1378, em 1379 e em 1380, com vista a uma aliança franco-castelhana contra a Inglaterra e Portugal. Em 1382, terá atuado como conselheiro de Carlos VI de França na batalha de Roosbeek (onde se concretizou a grande desforra francesa sobre as cidades flamengas em revolta, que tinham imposto à Coroa da flor-de-lis uma grande humilhação no combate de Courtrai, em 1302). Ayala esteve também presente nas negociações anglo-castelhanas de Baiona, em 1388, e seria ainda um dos supervisores da trégua na guerra anglo-francesa

assinada meses depois, entre o rei de Castela (Juan I) e João de Gante, duque de Lencastre (o pai de D. Filipa).

Há, pois, uma relação profunda entre a vida de Pero López de Ayala e a sua obra, visto que ele acompanhou de perto e até aconselhou os monarcas cujos reinados relata. Assim, é preciso ter particular atenção à inevitável subjetividade da sua narrativa, em especial quando descreve acontecimentos em que ele próprio foi interveniente, mas essa experiência presencial, ao mesmo tempo, também enriquece as suas crónicas! No caso da batalha de Aljubarrota, embora devamos estar conscientes de que o seu relato não pode deixar de ser sujeito a crítica histórica, o facto de López de Ayala ter sido testemunha ocular do acontecimento (ao contrário de Fernão Lopes ou de Jean Froissart), confere-lhe um particular interesse. Segundo o seu próprio relato (neste ponto retomado por Fernão Lopes) Pero López foi um dos três emissários enviados a Nuno Álvares Pereira, pouco antes do início do combate. Pouco depois da batalha seria feito prisioneiro⁷⁹, tendo ficado preso no castelo de Leiria (CDJ, II, cap. LXII, pp. 151-152) e também no castelo de Óbidos. Depois de um ano de cativeiro, foi resgatado por 30 000 dobras de ouro: 20 000 pagas quando foi libertado e o restante mais tarde, ficando o seu filho (Férnan) como refém, até ao momento em que o próprio rei D. Juan I se encarregou do pagamento da dívida do seu distinto valido, juntamente com o rei de França, que terá colaborado com uma quantia de 10 000 francos de ouro.

Ao todo, López de Ayala terá ficado em Portugal entre 15 e 30 meses, mas deve ter gozado de uma certa liberdade, ou pelo menos de razoáveis condições de vida e de trabalho, pois foi aqui que escreveu um “Libro de la Caza” (em que reúne os seus conhecimentos práticos na arte de falcoaria), assim como uma parte do já citado “Rimado de Palacio”; esta última obra tem uma vertente satírica, através da qual o autor, recorrendo à figura fictícia de um membro da pequena nobreza, critica a corte castelhana contemporânea (VALDALISO CASANOVA, 2011, p. 197).

No entanto, a fama de López de Ayala ficou sobretudo a dever-se às suas “Crónicas dos Reis de Espanha”, as quais têm sido objeto de diversas polémicas e

⁷⁹ Segundo Fernão Lopes Ayala seria identificado em Santarém entre o conjunto de castelhanos aprisionados na cidade: “que os soltasem e se fossem pera suas terras; salvo se foy Pero Lopez dAyalla, huum boom cavalleiro e muyto homrado fidalgo de Castella” (CDJ, II, cap. LI, p. 126).

interpretações discordantes. A redação das *Crónicas* terá começado ainda no reinado de D. Juan I, provavelmente depois de Aljubarrota, com a intenção de fixar a verdade oficial sobre um período tão agitado da história de Castela (MARTÍN, 1991, p. LXV) – note-se que a História era então vista como um registo de memória (VALDALISO CASANOVA, 2011, pp. 198-199). Porém, a datação das crónicas é algo complexa, uma vez que existem duas versões (a “abreviada” e a “vulgar”), uma circunstância agravada pelo facto de todos os códices conhecidos mesclarem as duas versões, dando assim origem a diferentes interpretações (MARTÍN, 1991, p. LXIV-LXV). O especialista e editor espanhol José-Luis Martín admite que a versão inicial terá sido revista nos anos finais do século XIV, ou em começos do século XV, pelo próprio Ayala, sendo depois retocada por copistas⁸⁰, a quem se deverá também a interpolação de dados posteriores à data da morte do cronista. Possivelmente, o seu filho Fernán Pérez de Ayala continuou, corrigiu ou reescreveu as *Crónicas* de autoria paterna (MARTÍN, 1991, pp. LXV- LXVI).

Além de registo histórico, as crónicas tinham então uma função didática, exemplar, sendo muito utilizadas na educação de príncipes e de nobres. Assim, pretendia-se que dos grandes feitos relatados se retirasse uma lição moral, e por isso se escolhiam as façanhas guerreiras e os episódios cavaleirescos (VALDALISO CASANOVA, 2011, pp. 199-200). Isto é comum a outros cronistas, como por exemplo a Jean Froissart, mas o que é específico em López de Ayala é este usar o código cavaleiresco para julgar os próprios reis – um facto particularmente evidente no relato do reinado de D. Pedro I, cujo comportamento é retratado muitas vezes como impróprio de um bom cavaleiro. O objetivo político último do cronista é justificar o assassinato de Pedro I em Montiel (1369) e, dessa forma, legitimar os direitos da dinastia dos Trastâmaras à coroa de Castela. Pero López, que vivera na corte de D. Pedro I e que até tinha lutado a seu lado, teve (como muitos outros nobres) de justificar a sua mudança de ‘partido’ durante a guerra civil. Como nobre, ele exprime o ponto de vista da aristocracia que triunfa no final da fratricida guerra civil castelhana (MARTÍN, 1991, p. LXVII).

Com tudo isto, bem podemos concluir que Pero López de Ayala configura uma fonte autorizada preciosa para o estudo da batalha de Aljubarrota. Até porque, como

⁸⁰ A dimensão da obra permite pensar que Ayala liderava algo do género de uma oficina historiográfica, com várias pessoas que copiavam e que corrigiam manuscritos (VALDALISO CASANOVA, 2011, p. 205).

recorda Covadonga VALDALISO CASANOVA (2011, p. 203), nesta época, o cargo de chanceler-mor estava relacionado com o ofício de cronista régio: “do mesmo modo que o selo da chancelaria garantia a autenticidade dos documentos, a assinatura do cronista-chanceler avalizava a veracidade dos seus escritos”.

Jean Froissart⁸¹: O cronista francês Jean Froissart nasceu em Valenciennes, no condado de Hainaut (norte de França, região de Lille-Roubaix), em data próxima de 1337. Não se sabe quando faleceu, mas estima-se que o seu decesso tenha ocorrido algures entre 1404 e 1410.

Criado na região de Valenciennes, Froissart teve uma educação letrada de tipo clerical, sabendo-se que em 1361 partiu para Inglaterra, tendo sido colocado na corte de Eduardo III e de sua esposa, a rainha Filipa de Hainaut. Conterrânea de Froissart, D. Filipa tornou-se a sua principal protetora, ao longo de cerca de oito anos. Deve ter sido a esta rainha que Froissart dedicou a sua primeira obra histórica, que se supõe ter sido escrita ainda em verso: uma evocação das vitórias obtidas pelos Ingleses em França durante a primeira fase da Guerra dos Cem Anos (até à batalha de Poitiers, travada em 1356).

Ao mesmo tempo que se intensificava o envolvimento de Froissart na vida cortesã inglesa (tanto em Londres como em Westminster), fazia-se sentir sobre o futuro cronista a influência de Robert de Namur (1323-1391), um fidalgo dos Países Baixos que participara nas Cruzadas na Prússia e na Terra Santa e que era muito próximo de Eduardo III; Namur casara mesmo, em 1354, com Isabel de Hainaut (irmã mais nova de Filipa), tornando-se assim cunhado do monarca inglês, que o ordenou cavaleiro da Ordem da Jarreteira em 1369. É, aliás, possível que tenha pertencido a

⁸¹ A síntese que aqui se apresenta baseia-se essencialmente nas seguintes obras: FROISSART, Jean, *Chroniques, Livres I et II*, Éditions et textes présentés et commentés par AINSWORTH, Peter F. et DILLER, Georges T., Lettres Gothiques, Paris, 2001; FROISSART, Jean, *Chroniques de J. Froissart*, MIROT, Léon (ed.), Troisième Livre, publié par la Société de l'Histoire de France, série antérieure à 1789, Tome Douzième, 1356-1388, Paris, 1931; ARNAUT, Salvador Dias, “Froissart e João Fernandes Pacheco”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo III, Coimbra, 1947b, pp. 129-159; CRESPO, Irene de Jesus Teixeira, *Froissart e os acontecimentos portugueses dos finais do séc. XIV*, Dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras, Coimbra, 1966; e RUSSELL, Peter E., “The War in Spain and Portugal”, in PALMER, J. J. N. (ed.), *Froissart: Historian*, Boydell Press-Rowman & Littlefield, Suffolk, 1981, pp. 82-100. Deve-se à Fundação Batalha de Aljubarrota a edição em língua portuguesa dos mais importantes trechos de Froissart relativos ao combate de 14 de agosto de 1385: FROISSART, Jean, “Chroniques”, in LARANJINHA, Ana Sofia (trad.) & BARROCA, Mário Jorge (coord.), *Jean Froissart (Crónicas) – Duas passagens relativas a Aljubarrota*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

Robert de Namur a iniciativa de levar o jovem Jean Froissart para Inglaterra. Do mesmo modo, por esta altura, o historiador terá absorvido a influência literária de Jean le Bel (c. 1290-1370), que dedicou a sua *Chronique* (1361) às campanhas da Guerra dos Cem Anos, depois de ter acompanhado pessoalmente o conde de Beaumont em viagens e aventuras pela Inglaterra e pela Escócia, já em 1365 (BARBER, 1981, p. 26). Note-se que Jean le Bel, natural de Liège, foi um dos primeiros cronistas francófonos a escrever em francês (e já não em latim), e defendeu com veemência as vantagens da prosa sobre o verso (sempre demasiado dependente da rima) na construção de uma narrativa histórica.

Nos seus primeiros anos em Inglaterra, Froissart terá composto sobretudo canções, baladas, vilancetes e rondeis ao gosto da respetiva protetora, a rainha Filipa. No entanto, desde cedo deve ter alimentado a ambição de compor uma obra histórica de envergadura, tendo começado a recolher informações com essa finalidade. Segundo Peter AINSWORTH (2001, p. 10), terá entrevistado alguns franceses que se encontravam em Inglaterra como reféns do cumprimento do acordo de Brétigny-Calais (1360-1361) e obtido outras informações sobre o grande duelo anglo-francês da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Froissart deve também ter empreendido algumas viagens dentro de Inglaterra (p. ex., ao Gloucestershire), à Escócia (onde parece ter-se encontrado com o rei David, em 1365) ou a Bruxelas (onde visitou a duquesa de Brabante e o duque Venceslau, em 1366-1367). Em 1368, esteve em Itália (onde terá assistido ao casamento de Violante Visconti com Leonel de Clarence) e terá sido no regresso desta viagem que tomou conhecimento da morte da rainha D. Filipa⁸². Esta ocorrência triste levou Froissart a regressar ao Hainaut e a dar início à composição da sua vasta obra histórica, tendo começado a escrever (em prosa) a “primeira versão” do Livro I das suas *Chroniques*, sob o impulso de Robert de Namur. Em 1373, terá concluído esta tarefa seminal, que se reporta aos acontecimentos anglo-franceses ocorridos entre 1325 e 1350 e que os estudiosos acreditam ter sido fortemente influenciada pela *Chronique* de Jean le Bel (AINSWORTH, 2001, p. 11).

⁸² Supõe-se que Filipa de Hainaut, que era filha de Guilherme I (conde de Hainaut, da Holanda e da Zelândia) e de Joana de Valois, terá morrido de hidropisia no castelo de Windsor, a 15 de agosto de 1369, contando então 55 anos de idade.

Ainda em 1373, Froissart recebeu do conde de Blois, Guy de Châtillon (seu novo protetor), a paróquia de Estinnes-au-Mont, circunstância que lhe permitiu continuar a escrever com maior desafogo. Graças a isso, conseguiu prolongar a sua narrativa até 1378, dando origem ao que Siméon Luce apelidou de “primeira redação revista” da sua obra (*ibidem*). Entretanto, o conde de Blois encomendara-lhe já uma nova versão, bastante distinta, do Livro I, conhecida por “segunda redação” e que cobre também acontecimentos ocorridos até 1377-1378; segundo George DILLER (2001, pp. 64-67), é até muito possível que esta nova versão tenha sido concluída antes da revisão da primeira. Certo é que, como observou Peter AINSWORTH (2001, p. 12), “estas duas primeiras redações em prosa do primeiro Livro oferecem-nos um relato das origens do grande conflito dinástico entre os reis de França e de Inglaterra”. A composição está povoada de cavalgadas, de cercos e de operações de pilhagem, intercaladas por uma ou outra batalha campal (exs.: Crécy-1346, Poitiers-1356), onde os capitães e homens de armas ao serviço de Eduardo III de Inglaterra mostraram toda a sua genialidade, bem acompanhados pelos temíveis arqueiros munidos de *longbow* recrutados no País de Gales e no condado de Cheshire (no Centro-Oeste de Inglaterra).

Quanto ao Livro II das *Chroniques*, terá sido composto entre 1378 e 1385 e dedica-se sobretudo à narrativa do conflito entre o conde Luís de Flandres e as cidades rebeldes de Gand e de Bruges (DILLER, 1981, p. 151); subsidiariamente, este Livro inclui também relatos da famosa revolta dos “Maillotins”, em França (que deflagrou em inícios de março de 1382, em Paris, tendo durado alguns meses e sido brutalmente esmagada por Carlos VI, já em 1383), e evocações da grande “revolta camponesa” em Inglaterra, ocorrida em 1381, sob a liderança de Wat Tyler, de John Ball e de Jack Straw, que contestavam a cobrança de mais impostos pela monarquia, com vista à continuação da guerra em França.

Em 1388, graças ao apoio financeiro do conde de Blois, Jean Froissart empreendeu uma viagem até ao sul de França, onde visitou a célebre corte do conde de Foix (Gastão Febo), em Orthez. Foi durante esta viagem que o cronista recolheu grande parte das informações que lhe permitiram escrever o Livro III, dedicado aos acontecimentos políticos e militares que tinham recentemente tido lugar na Península Ibérica. Por volta de 1390, Froissart produziria uma nova versão deste relato hispânico, muito inspirada pela entrevista que entretanto fizera ao fidalgo beirão João Fernandes

Pacheco, guarda-mor da corte de D. João I, em Midelburgo (na Zelândia, supõe-se que na atual Holanda)⁸³.

A queda em desgraça, em 1391-1392, do seu protetor e amigo Guy de Blois – arruinado e doente, teve de vender o seu condado ao irmão mais novo do rei de França, Luís de Orleães – fez com que Froissart entrasse na dependência de outros ‘grandes’, entre os quais Aubert da Baviera (conde de Hainaut) e o seu filho Guilherme. Em 1395, o cronista deslocou-se uma última vez a Inglaterra, onde foi recebido por Ricardo II, que lhe dispensou um acolhimento cordial mas pouco caloroso (AINSWORTH, 2001, p. 15). Dececionado, Froissart regressou a Chimay, no Hainaut, onde dispunha agora de uma conezia que lhe garantiu o conforto suficiente para escrever o seu Livro IV, dedicado ao relato do reinado de Carlos VI de França (o rei que morreu como doente mental) e dos últimos anos do governo de Ricardo II de Inglaterra.

Os derradeiros trabalhos de Froissart, antes de falecer em data posterior a 1404, consistiram numa refundição completa do Livro I (a chamada “terceira redação”), segundo um tom bastante mais amargo, influenciado pela deposição e assassinato de Ricardo II e pela consequente subida ao trono de Inglaterra por parte do primo, Henrique IV de Lencastre, irmão da rainha portuguesa D. Filipa.

De uma maneira geral, e com exceção da última fase, a obra de Jean Froissart revela um cronista muito identificado com a aristocracia do seu tempo, fascinado pelas façanhas guerreiras dos fidalgos, mas, ao mesmo tempo, sensível ao sofrimento das camadas populares. Foi grande o esforço feito pelo cronista para aclarar episódios mais misteriosos (como, por exemplo, o eventual assassinato do herdeiro do condado de Foix-Béarn pelo seu próprio pai, Gastão Febo, o que o levou a interrogar insistentemente um companheiro de viagem no sul de França, Espan de Lion), sendo evidente o tom fortemente moralizador e didático da sua obra, um pouco à maneira do que sucederia mais tarde com a grande tratadista italo-francesa Cristina de Pisano.

Não podemos igualmente esquecer que Froissart foi também autor de poesia lírica, de baladas várias e mesmo de um romance de tipo pré-arturiano, intitulado *Meliador*. Tal como para muitos autores do seu tempo – que assim se inspiravam em modelos romanos bem conhecidos –, Froissart acreditava que a obra escrita tinha um

⁸³ Esta versão foi publicada por Léon MIROT, em 1931 (*vide nota supra*).

valor acrescido, pois não apenas retinha a memória de acontecimentos relevantes como constituía também uma fonte preciosa de exemplos para os contemporâneos e para as gerações vindouras. Dotado de uma forte imaginação visual, o cronista – que, apesar da sua condição clerical, estava profundamente tocado pela ideologia cavaleiresca – mostrou-se particularmente sensível à boa formação dos conselheiros cortesãos, pintando um quadro “dominado por um clima ideológico completamente régio, aristocrático e cavaleiresco” (AINSWORTH, 2001, p. 26). No relato das numerosas campanhas bélicas, Froissart reconhecia a guerra como um importante fator de redistribuição da riqueza e de promoção (ou de desgraça) social e, enquanto temente a Deus, aceitava o papel da Fortuna na gestão dos conflitos humanos.

Podemos, obviamente, perguntar-nos até que ponto as narrativas de Froissart são historicamente fiáveis. Este é um assunto muito debatido entre os historiadores (cf. PALMER, 1981, *passim*) e deve dizer-se que são muitos aqueles que desconfiam da veracidade dos relatos do cronista de Valenciennes, demasiado dependente das suas fontes orais. Froissart gostava de entrevistar testemunhas oculares dos assuntos que narrava e, durante essas conversas, tomava notas a partir das quais compunha mais tarde os seus relatos, por vezes revelando pouca capacidade para reter todos os detalhes, o que fez com que cometesse inúmeros erros de toponímia, de onomástica e até de datação dos eventos. Por outro lado, e como notou Peter RUSSELL (1981, p. 84), Froissart deslumbrou-se excessivamente com o relato das campanhas militares, tendo desprezado a parte diplomática que lhes subjazia e que era decisiva para o entendimento da guerra, em especial da Guerra dos Cem Anos.

No que diz respeito aos relatos de Froissart sobre a Península Ibérica (onde o cronista parece nunca ter estado, apesar de ter tentado acompanhar o Príncipe Negro na sua viagem a Nájera), podemos esboçar o seguinte resumo: no Livro I, temos a campanha de Eduardo de Gales em Navarra (1367) e a cristalização das pretensões do duque de Lencastre (João de Gande) à coroa de Castela; por um erro de datação do cronista, este Livro deveria ter incluído também o relato da invasão da Gasconha e do cerco de Bayonne pela hoste de Enrique II, em 1374, que todavia surgem apenas no Livro II, a par da descrição sobre a invasão castelhana de Navarra (em 1378-1379) e da mal sucedida expedição de Edmundo de Cambridge a Portugal, em 1381-1382 (no âmbito da terceira guerra fernandina contra Castela). Entretanto, é no Livro III que

encontramos o grande palco das narrativas lusitanas, com o relato da Crise de 1383-1385 e da inerente tentativa castelhana para dominar Portugal, assim como da expedição do duque de Lencastre à Galiza (1386) e da invasão anglo-portuguesa de Leão, em 1387 (RUSSELL, 1981, p. 86).

Neste Livro III, o cronista apresenta dois relatos distintos da Crise de 1383-1385 e respectivas sequelas (e não tenta compará-los, nem interpretá-los): o primeiro resultou da sua citada viagem a Orthez, em 1388, durante a qual pôde entrevistar cavaleiros gascões que haviam combatido em Aljubarrota, mas onde – segundo Peter Russell – deve ter também conhecido homens de armas que pertenciam ao exército do duque de Lencastre, o que lhe permitiu indicar os nomes de alguns capitães ingleses, como por exemplo o cavaleiro Thomas Quimebery (RUSSELL, 1981, p. 86 e nt. 3, p. 172). O segundo relato, posterior, terá tido origem na citada entrevista feita em Middelburgo ao cavaleiro lusitano João Fernandes Pacheco, que participou na batalha de Aljubarrota e que era então (desde as Cortes de Coimbra de 1385) guarda-mor de D. João I.

Ora, um dos assuntos que mais tem intrigado os historiadores que conhecem os ‘relatos portugueses’ de Froissart tem justamente que ver com os motivos da presença de João Fernandes Pacheco (um dos heróis da batalha de Trancoso) na Zelândia. O assunto foi estudado pela primeira vez a fundo por Salvador Dias ARNAUT (1947b); este autor, depois de lembrar que o cronista recebeu em Bruges a notícia da presença de Pacheco em Middelburgo, tendo de imediato partido para esta cidade na companhia de um português que conhecia bem o guarda-mor (e que poderá, acrescentamos nós, ter servido de intérprete), coloca três hipóteses:

- i) tal como sugere Froissart, João Fernandes ia a caminho da Prússia, em viagem de aventura, para se juntar à cruzada da Ordem Teutónica contra os pagãos (tanto mais que o futuro Henrique IV de Inglaterra, cunhado de D. João I, viajou para a Prússia com um grupo de cavaleiros, em julho de 1390)⁸⁴;

⁸⁴ Peter RUSSELL (1981, p. 173, nt. 15) não descarta esta possibilidade, considerando natural que Fernão Lopes (que escreve c. 1443) tenha silenciado o envolvimento do fidalgo beirão na cruzada prussiana devido à posterior deserção dos Pachecos para Castela (em 1397 ou 1398).

- ii) João Fernandes terá ido a Middelburgo auxiliar o infante D. Dinis de Castro (filho de D. Pedro I e de D. Inês), que ali fora preso (na sequência de um naufrágio) após uma viagem diplomática a Inglaterra ordenada por D. João I (hipótese colocada pelo editor Léon Mirot, em 1931); esta possibilidade é descartada por Dias Arnaut, devido à fraca estima e consideração que o rei português tinha pelo seu meio-irmão Dinis (ARNAUT, 1947b, p. 144);
- iii) Pacheco estaria em Middelburgo na sequência da detenção de dois embaixadores (o bispo de Évora, D. João, e o prior da alcáçova de Santarém, D. João Afonso da Azambuja) que tinham sido enviados à corte pontifícia por D. João I, com a missão (mal sucedida) de obterem a dispensa papal para o casamento do rei português (Mestre de Avis) com D. Filipa de Lencastre, que tinha já ocorrido em fevereiro de 1387 mas que carecia ainda de validação papal. Esta é a hipótese em que Salvador Arnaut acredita, tendo os embaixadores sido alegadamente soltos em Middelburgo e regressado ao reino antes dos finais de 1389.

Como é sabido, no seu “segundo relato” sobre os acontecimentos de 1383-1385, Froissart recorre ao expediente de colocar na boca de Lourenço Anes Fogaça (ex-chanceler de D. Leonor Teles e chanceler-mor e embaixador acreditado de D. João I, em nome de quem negociou aliás o Tratado de Windsor) grande parte da ‘versão portuguesa’ dos eventos que levaram à ascensão do Mestre de Avis ao trono; nomeadamente as negociações decisivas que foram entabuladas pelos diplomatas de D. João em Inglaterra e que se revelariam decisivas para o triunfo averbado em Aljubarrota. Neste ponto, Arnaut admite que Lourenço Anes Fogaça possa ter estado com João Fernandes Pacheco em Middelburgo, dada a natureza da missão que este cumpria e também porque o antigo vedor da chancelaria fernandina dominaria bem a língua francesa (ARNAUT, 1947b, pp. 154-157). Já Peter Russell, porém, recusa esta possibilidade, argumentando que, se assim fosse, Froissart não teria continuado a referir o chanceler como um simples “escudeiro”; mais provável, no entendimento do historiador inglês, é que Froissart tenha conhecido em Orthez um informador bem próximo do duque de Lencastre (ou até o próprio duque), deixando contudo (por

razões muito próprias) fazer crer que esse material informativo lhe tinha sido comunicado por João Fernandes Pacheco na Zelândia; de acordo com esta tese, a tradicional dicotomia entre os relatos de Orthez e de Bruges/Middelburgo deverá, pois, ser mitigada, por poder existir um sólido elo de ligação (um cavaleiro inglês da Casa de Lencastre) entre ambos (RUSSELL, 1981, pp. 93 e ss.).

Como quer que seja, é importante ter presente que os dois relatos de Froissart sobre os acontecimentos portugueses podem ter tido vários outros informadores. Por exemplo, quando chegou a Orthez, em 25 de novembro de 1388, o cronista viajava há dez dias com o já citado cavaleiro do condado de Foix chamado Espan de Lion, que conhecera em Pamiers. Depois, durante as pelo menos doze semanas que esteve em Foix, deve ter entrevistado muitas outras pessoas, na sua maior parte Gascões, mas não só (CRESPO, 1966, pp. 25-30). Já em Middelburgo, em 1389, o cronista terá beneficiado sobretudo das notícias que lhe foram dadas por João Fernandes Pacheco, mas não podemos esquecer que viajou para lá na companhia de um português, que também lhe poderá ter servido de informador.

O certo é que, apesar dos erros, das contradições e das insuficiências (desconhecimento do teatro de operações ibérico, forma vaga como trata as ligações políticas peninsulares, enorme distorção da geografia, dos nomes e dos topónimos, dependência excessiva relativamente às fontes orais, mistura entre elementos fidedignos e outros mais fantasistas) os relatos de Froissart sobre os eventos peninsulares de 1383-1387 são bastante importantes, para não dizer imprescindíveis. Na verdade, mau grado ter a concorrência de dois grandes cronistas ibéricos (o contemporâneo Pero López de Ayala e o mais tardio Fernão Lopes), algumas das narrativas do protegido de Filipa de Hainaut e do conde de Blois são indispensáveis (p. ex., a descrição da campanha do duque de Lencastre na Galiza, em 1386), enquanto outras iluminam de forma excecional a nossa visão dos acontecimentos. Está entre estes últimos exemplos a reconstituição tática da batalha travada a 14 de agosto de 1385, no planalto de São Jorge. Froissart pode ter sido bastante amador nos seus métodos e ter tido dificuldade em conjugar e coordenar os materiais que recolheu; pode não ter recorrido a ferramentas e fontes de interpretação auxiliar dos eventos, nem ter sujeitado as suas fontes orais a um contrainterrogatório cerrado, tanto mais que, para ele (um moralista mais do que um verdadeiro historiador, como escreveu

Pierre TUCOO-CHALA (1981, p. 131), a exatidão dos detalhes não era o mais importante. Porém, o seu profundo conhecimento da arte da guerra, o seu perfeito domínio dos hábitos bélicos franceses e ingleses, a sua larga convivência com veteranos da Guerra dos Cem Anos e a sua enorme capacidade para nos oferecer descrições extremamente visuais da realidade convertem-no numa fonte preciosa para o estudo de um combate que ele próprio, curiosamente, acabaria por batizar de ... “batalha de Aljubarrota”⁸⁵.

Autor desconhecido da *Corónica do Condestabre*⁸⁶: Sobre esta obra, importa logo à partida recordar que não se conhecem exemplares manuscritos, isto é, a redação original. Dos dois exemplares impressos mais antigos que chegaram aos nossos dias, o primeiro encontra-se nos Reservados da Biblioteca Nacional, “com a cota 26 Azul”, impresso em pergaminho, e um segundo exemplar, impresso em papel, pode consultar-se nos Reservados da Biblioteca da Universidade de Coimbra “com a cota R-28-2” (CALADO, 1991, p. XXVIII). A primeira edição impressa remonta a 1526 e foi produzida na oficina de Germão Galharde (Germain Gaillard), um impressor francês com atividade em Portugal registada entre c. 1519-1560 (MONTEIRO, 2017a, p. 41). Assume-se que esta seja a primitiva edição, o que lhe valeu o epíteto de edição *princeps*.

A *Corónica do Condestabre de Purtugal*, segundo vem impresso no cabeçalho da folha de rosto desta edição de 1526, corresponde, como o nome indica, a uma biografia do condestável Nuno Álvares Pereira, o que representa um facto literário relevante, já que se trata da “primeira crónica senhorial conhecida escrita em língua portuguesa que chegou até nós” (MONTEIRO, 2017a, p. 39). Ainda na folha de rosto, o biografado é apresentado como “principiador da Casa que agora é do Duque de Bragança”; tal como Gouveia Monteiro adverte, este indicador sugere que a edição de

⁸⁵ “Sire, nous ne savons pres de ci plus appareillé lieu ne plus propice, que Juberot” (Troisième Livre, § 19, p. 253, AINSWORTH, Peter F. & VARVARO, Alberto (ed.), 2004).

⁸⁶ Para a breve síntese aqui apresentada sobre a *Crónica do Condestável* recorremos, principalmente, à recente análise que João Gouveia Monteiro dedicou ao tema (MONTEIRO, 2017a), mas também à edição crítica desta fonte narrativa da autoria de Adelino de Almeida CALADO (1991) e ainda à introdução que António Machado FARIA (2011 – ed. orig. 1972) preparou para esta *Corónica*.

Germão Galharde foi promovida, e provavelmente patrocinada, pelos herdeiros do Condestável⁸⁷ (*idem*, p. 41).



Figura 7 - Gravuras policromadas da *Corónica do Condestabre*
Torre do Tombo ref.: PT/TT/MSLIV/0597 - Manuscritos da Livraria n.º 597 (16--)

Sobre a sua versão original, ainda que desconhecida, é possível conjecturar que terá sido redigida entre 1431 e, no máximo, 1443. Estas datas correspondem, por um lado, ao ano da morte do condestável, da qual se ocupa o penúltimo capítulo da obra (CC, cap. LXXIX, pp. 238-239), e, por outro, ao ano em que Fernão Lopes compôs os últimos capítulos da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*⁸⁸, servindo-se

⁸⁷ A Casa de Bragança foi criada em 1442, onze anos após a morte do condestável, por iniciativa do regente D. Pedro, duque de Coimbra, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. O título de duque de Bragança foi atribuído pela primeira vez naquela data, pelo regente, ao seu meio-irmão D. Afonso, já conde de Barcelos; este fidalgo nascera de uma ligação amorosa do Mestre de Avis com uma senhora solteira chamada Inês Pires. D. Afonso, primeiro duque de Bragança, casou em 1401 com D. Beatriz Pereira de Alvim, filha de D. Nuno Álvares Pereira, de quem recebeu títulos (incluindo o de conde de Barcelos) e mercês que estiveram na base do património que constituiu a Casa de Bragança.

⁸⁸ É o próprio cronista que identifica esta data no capítulo 163, dedicado à chamada “sétima idade” do mundo, que teria começado justamente no “tempo do Mestre”, ou seja, no ano de 1383: “per que esta cronica he cõpillada ha agora seseemta annos que dura” (CDJ, I, cap. CLXIII, p. 309). O somatório resulta no ano de 1443.

abundantemente da biografia de Nun'Álvares Pereira para a sua redação⁸⁹ (MONTEIRO, 2017a, p. 38). Acrescenta o cronista que “em vida delle nom foi alguã cousa escripto” (CDJ, I, cap. XXXI, p. 56); na verdade, desconhecem-se, trabalhos anteriores, de natureza biográfica, sobre o mais célebre condestável português.

O texto da *Corónica do Condestabre* é constituído por oitenta capítulos: o primeiro é dedicado ao perfil genealógico da figura principal; o último inventaria as obras praticadas pelo condestável ao “serviço de Deus”, ou, como refere o autor: “das virtudes que obrou em quanto no mundo viveo” (CC, cap. LXXX, p. 240). Para os setenta e oito capítulos intermédios ficou reservada a descrição da vida e da ação inesgotável do herói, desde o segundo capítulo (que se debruça, brevemente, sobre a sua infância) até ao penúltimo, que, como vimos, corresponde ao seu óbito. A respeito destes capítulos intermédios, João Gouveia Monteiro identifica uma sequência narrativa organizada em três grandes blocos temporais: i) do capítulo 2 ao 14, a ação decorre ainda durante o reinado de D. Fernando; ii) entre os capítulos 15 e 41, são evocados os acontecimentos que ocorreram durante a *Crise de 1383-1385*, ou seja, entre a morte d’*O Formoso* (em 22 de outubro de 1383) e a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal (a 6 de abril de 1385, data em que se assinala também a nomeação de Nun'Álvares como condestável do reino); iii) do capítulo 42 ao 79 são destacados os acontecimentos mais relevantes da vida de D. Nuno durante o reinado de D. João I, até ao ano da morte do condestável (MONTEIRO, 2017a, p. 41).

A composição da obra é centrada, sobretudo, na carreira militar de Nun'Álvares⁹⁰, sendo raros os capítulos que se ocupam da sua vida íntima e familiar, excetuando o episódio que relata uma grave doença que durante três meses atacou o condestável (CC, cap. LXVII, pp. 195-201). Ainda assim, a *Corónica do Condestável* espelha diferentes traços da sua personalidade: o perfil militar associado à imagem do guerreiro; a posição de fidalgo orgulhoso da sua condição social; e as manifestações

⁸⁹ Dos oitenta capítulos da *Corónica do Condestabre*, setenta e dois foram aproveitados, de forma diversa, por Fernão Lopes na *Crónica de D. Fernando* e, sobretudo, nos dois volumes da *Crónica de D. João I* (MONTEIRO 2017a, p. 56). Fernão Lopes dedicou a Nun'Álvares capítulos inteiros (como, p. ex., os capítulos CXCIC e CC do vol. II da CDJ, a que correspondem o modo de vida do condestável em tempo de guerra e em tempo de paz, respetivamente); este facto comprova a grande admiração do cronista-mor pela figura de D. Nuno.

⁹⁰ Recorrendo à análise anterior, sobressai o facto de mais da metade dos capítulos terem sido dedicados aos quatro anos mais intensos da vida militar do herói, entre 1383 e 1386, justamente quando ocorreram os principais episódios marciais – as batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde – assim como as operações de cerco das praças que não se renderam à facção do Mestre de Avis.

relativas à devoção cristã (as duas missas que ouvia diariamente, as romarias e procissões que praticava, a defesa dos templos, o não combater ao domingo ou em dias santos, etc.), a que obviamente corresponde uma forte sensibilidade religiosa. Ao longo da narrativa, apercebemo-nos de que ao protagonista corresponde um carácter predestinado para a guerra e que sempre procura o combate armado; uma grande fidelidade aos seus ideais e escolhas políticas, mesmo quando diverge das posições assumidas por parte de familiares seus; além disso, o biografado é dotado com o dom da palavra e da persuasão, inspira a admiração e a confiança dos seus e incute respeito e até temor no seio dos adversários. Tudo isto existe num homem que também se mostrava devoto, puro, crédulo nas profecias, mas pouco dado a superstições, respeitador dos valores divinos e defensor dos fracos, das mulheres e das crianças, “e que levou praticamente desde o início da sua idade adulta uma vida moralmente irrepreensível e piedosa” (MONTEIRO, 2017a, pp. 43-44). Apesar de uma nítida exaltação das virtudes celestiais daquele que, recentemente, foi elevado a Santo Condestável, excluiu-se que esta obra possa ser classificada como uma hagiografia, pois faltam-lhe alguns dos requisitos atribuíveis ao género, e tão pouco obedece às formulações convencionais requeridas na construção das personagens sagradas (*idem*, p. 44).

Por outro lado, também não podemos considerar a *Corónica do Condestabre* como uma obra de cunho estritamente político⁹¹. A ação é centrada nos movimentos militares do condestável, descurando o respetivo enquadramento político, sem considerar ou refletir, sequer, as pretensões do monarca a quem o herói servia. A atenção mantém-se focada no “herói senhorial, no cavaleiro, no devoto” (MONTEIRO, 2017a, p. 45) e apenas considera os acontecimentos exteriores (políticos e sociais) na medida em que estes condicionem a atividade e as escolhas do condestável.

Do ponto de vista literário, ainda que o autor demonstre limitações histórico-literárias eruditas e ignore por completo a datação dos eventos, consegue organizar a narrativa de uma forma cronológica sequencial, demonstrando capacidade em gerir a

⁹¹ Isto apesar de a obra ter tido um aproveitamento político posterior, nomeadamente com a intervenção da Casa de Bragança, presumível responsável pelas interpolações registadas nos capítulos 76 e 80, entre 1461 e 1478/1481 (MONTEIRO, 2017a, p. 42), com vista a conferir um engrandecimento à linhagem de Nun'Álvares.

descrição dos acontecimentos simultâneos e estabelecendo de forma eficaz as prioridades dos temas abordados.

Entretanto, continua por esclarecer uma derradeira questão sobre esta crónica: quem foi o seu autor? Germão Galharde foi apenas o editor. Para a impressão da obra terá recorrido a um manuscrito, original, ou mesmo a uma cópia, que ignoramos se teria a autoria identificada. De qualquer maneira, o editor não nos deu a conhecer o nome do autor, fosse por desconhecimento, fosse por ter obedecido a uma prática corrente nessa época – o plágio indiscriminado dos textos. No entanto, isso não impediu que fossem avançadas algumas sugestões.

António Faria propunha, na sua introdução à reedição da *Corónica* (2011, ed. orig. 1972), quatro candidatos a autor: i) Fernão Lopes; ii) Gil Aires (*escrivão da puridade* do condestável); iii) alguém da casa de Nun'Álvares ou, porventura, um seu companheiro de armas; iv) um frade do convento do Carmo, fundado pelo condestável em Lisboa (FARIA, 2011, p. XX). Este autor dedicou algumas páginas à análise destas quatro propostas (*idem*, pp. XX-XXVIII), recolhidas em anteriores trabalhos sobre o tema, tentando demonstrar a inviabilidade de cada uma, sem que tenha, portanto, assumido preferência por alguma delas. Assim, vejamos:

- i) Fernão Lopes, apesar de considerado como potencial candidato, foi descartado por diferentes autores, principalmente devido a uma acentuada diferença literária entre as crónicas régias que compôs e os textos da *Corónica do Condestabre*, obra a que, inclusivamente, recorreu e que completou na composição dos seus próprios textos. Como diz William Entwistle, “é, de facto, evidente que Portugal dispôs de dois bons cronistas na mesma época: o simples e acertado biógrafo do Condestável e o insuperável Fernão Lopes” (ENTWISTLE, 1977, p. XXIV);
- ii) Gil Aires (Airas no texto original), apesar da sua proximidade com o condestável, é apresentado na obra apenas como uma personagem (em destaque no capítulo LXVII sobre a doença de Nun'Álvares), sem isso corresponder a uma narrativa testemunhada na primeira pessoa,

devendo por isso excluir-se o seu nome como candidato a autor da crónica;

- iii) ao ser da autoria de alguém da casa de Nun'Álvares, não deixa de ser suspeita a omissão de datas, nem mesmo no que respeita aos principais feitos e acontecimento em que se envolvera a personagem principal, aspeto que não seria ignorado por alguém de sua casa (o que também não se coaduna com o perfil de um escrivão). Sendo um companheiro de armas a dedicar-lhe este trabalho, escasseavam os conhecimentos militares sobre os feitos que presenciara (FARIA destaca a pouca informação sobre o seu maior feito bélico – a batalha de Aljubarrota – sobre o qual, inclusivamente, Fernão Lopes viria a ser bem mais expressivo e detalhado). Adelino Calado, sobre este ponto, acrescenta ainda que os principais acontecimentos marciais ocorreram na juventude do herói (em Aljubarrota tinha apenas vinte e cinco anos), presumindo que os seus companheiros de armas teriam a mesma ou até uma mais avançada idade, ou seja, as testemunhas destes acontecimentos teriam, encontrando-se vivas após 1431, mais de setenta anos no decorrer da redação da biografia⁹² (CALADO, 1991, p. XCVI);
- iv) sobre a possibilidade de a autoria resultar da pena de um frade carmelita que tivesse contacto com Nun'Álvares durante os últimos anos de vida em que este residiu no convento do Carmo, em Lisboa, Adelino Calado adverte para a ausência de pormenores sobre a vida conventual do condestável, assim como para “a falta de um evidente recurso à documentação arquivística do convento” (*idem*, p. LXXXVIII).

⁹² William Entwistle, pelo contrário, observa, na sua introdução à Segunda Parte da *Crónica de D. João I*, que “Fernão Lopes não estava presente em Aljubarrota, batalha sobre a qual o autor da biografia do Condestável escreve claramente como testemunha presencial” (ENTWISTLE, 1977, p. XXV).

Em síntese, sobre o presumível autor, António Machado Faria mostra-se algo contraditório; afirma, por um lado, que a obra “deve ter saído da mão de alguém que acompanhou o Condestável”; mas, por outro, observa que o fraco conhecimento “a fundo” do autor sobre muitos dos factos mencionados sugere “não andar na intimidade do seu biografado” (FARIA, 2011, pp. XXVIII-XXIX). Aponta, ainda, para uma débil instrução literária, “porque muitas coisas lhe escaparam”, e para uma falta de observação que se traduz na omissão de importantes elementos que poderiam ser favoráveis ao biografado. Já Adelino de Almeida Calado tem uma visão mais positiva da obra e reconhece a diversidade de fontes escritas consultadas pelo cronista, separando-as em dois tipos: “1.º as fontes narrativas, a que o autor teve necessariamente de recorrer para poder abranger um período tão longo; 2.º as fontes documentais, de que há seguros indícios no texto” (CALADO, 1991, p. CII)

Reconhecida a pertinência dos principais aspetos levantados por estes dois autores (na esteira de muitos outros, mais antigos⁹³), retomamos a análise de João Gouveia Monteiro, aceitando que, de entre os vários candidatos já mencionados, aquele que apresenta maior probabilidade de ter sido o autor material da obra será o *escrivão da puridade*. Seguiremos de perto a argumentação em defesa desta suposição.

Gil Aires foi *escrivão da puridade* do condestável (“isto é, secretário pessoal, um cargo de grande confiança e intimidade”: MONTEIRO, 2017a, p. 48), desde, pelo menos, o ano de 1404 (admitindo-se que tenha assumido o cargo ainda antes dessa data); nessas condições, seria mandatário oficial de Nun’Álvares e, por isso mesmo, estaria ao corrente dos interesses e dos desígnios do seu senhor. A proximidade com Nun’Álvares seria como que um requisito das suas funções, facultando-lhe a presença em momentos tão delicados como aquele que a *Corónica* regista a propósito da doença nervosa que afetou o condestável em 1398 (CC, cap. LXVII, pp. 195-201), ou, ainda, nas negociações com D. João I acerca da sucessão no priorado do Crato (CC, cap. LXXIII, pp. 222-226), um cargo com fortíssima tradição na família dos Pereiras. A sua comprovada função de redator de documentos oficiais conferia-lhe dotes de redação e, simultaneamente, acesso a documentação pessoal do seu patrono, ou seja, uma grande apetência para a escrita e uma proximidade com algumas fontes documentais

⁹³ António Faria, p. ex., enumera os principais autores a que recorreu (FARIA, 2011, pp. XVII-XVIII).

diretas. Conforme recorda João Gouveia MONTEIRO (2017a, p. 50), foi Gil Aires quem redigiu o documento de doação do mosteiro de Lisboa à Ordem do Carmo (datado de 4 de abril de 1422), uma importante decisão na vida do condestável, não só representativa da sua devoção religiosa, como também correspondente à transição da vida de guerreiro para a de religioso.

Pelas qualidades literárias associadas ao cargo, pela proximidade com o biografado e pelo acesso à documentação pessoal deste, parece-nos plausível que Gil Aires represente um forte candidato a autor da *Corónica do Condestabre*. Ainda em defesa desta opção, evocamos o facto de: i) dominar perfeitamente a escrita, uma circunstância pouco comum na época; ii) conhecer muitos dos companheiros de armas do condestável (o que lhe permitiria a recolha de testemunhos, principalmente militares); iii) ter privado com D. Nuno durante o seu internato no convento do Carmo (onde viria, inclusivamente, a receber a doação da capela de Nossa Senhora do Pranto – mais tarde intitulada da Piedade – para sua sepultura); iv) conhecer bem a Corte e gozar de evidente proximidade com o monarca e com os infantes (o que se traduzia também num acesso mais fácil à documentação régia); v) a própria composição da crónica não parecer “ser obra de um cronista profissional, nem de clérigo, nem de letrado erudito, nem de profissional da guerra” (MONTEIRO, 2017a, p. 50), o que se adequa bem ao perfil de um *escrivão da puridade*.

Fernão Lopes⁹⁴: “Fernão Lopes é o maior cronista português de sempre, e um dos melhores da Europa do seu tempo” (MONTEIRO, 2017a, p. 51). De certo modo, esta avaliação já nos adverte para a grandeza da figura de que iremos falar. Fernão Lopes distingue-se efetivamente entre os cronistas da sua época. Uma única leitura da sua obra é suficiente para determinar não apenas a qualidade da maior parte dos conteúdos (Braamcamp Freire considera este autor como “o primeiro dos nossos historiadores”: FREIRE, 1973, p. V), mas também a beleza literária dos seus textos, a

⁹⁴ Para abordarmos a figura de um dos maiores cronistas portugueses recorreremos ao recente trabalho de João Gouveia MONTEIRO (2017a) sobre Nuno Álvares Pereira; à introdução preparada por Anselmo Braamcamp FREIRE para a edição da Primeira Parte da *Crónica de D. João I* (ed. 1973 – INCM, pp. V-XLIV – ed. orig. 1915); à introdução de William J. ENTWISTLE à Segunda Parte da *Crónica de D. João I* (ed. 1977 – INCM, pp. XIII-XXVII – ed. orig. 1934); à introdução de Cristina SOBRAL à Primeira Parte da *Crónica de D. João I* (ed. 2017 – INCM, pp. 7-16); e aos importantes contributos de Teresa AMADO: *Fernão Lopes, contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, 1991; e *Os pensamentos do cronista Fernão Lopes*, 2007.

excepcional capacidade de fascinar o leitor com as suas descrições, ou, como diz novamente Anselmo Freire: “primor literário, sóbrio e adequado; verdade e clareza na exposição; coordenação e dedução natural da narrativa; crítica imparcial e perspicaz dos acontecimentos” (*ibidem*). Demonstra, ainda, uma astuta capacidade narrativa, que articula uma psicologia arguta com uma sensibilidade requintada, sem esquecer que nos vai brindando com um sentido de humor pontual, mas muito apurado.

No Prólogo da *Crónica de D. João I*, é o próprio escritor que faz questão de sublinhar o cuidado e a atenção que teve no manuseamento das fontes compulsadas, a sua diversidade e, até, a fidelidade na reprodução das mesmas: “com quanto cuidado e diligência vimos grandes volumes de livros, de desvairadas languageões e terras; e isso mesmo publicas escrituras de muitos cartarios [cartórios] e outros logares nas quaaes depois de longas vegalias e grandes trabalhos, mais çertidom aver nom podemos (...) amte poemas a simprez verdade, que a afremosemtada falsidade” (CDJ, I, prologo, p. 2). Entre as fontes a que Fernão Lopes recorreu, podemos incluir “cartas; tratados de guerra, de paz e de casamento; diplomas; atas de cortes e de outras assembleias; acordos diplomáticos; minutas de sermões” (MONTEIRO, 2017a, p. 52), além da recolha de testemunhos orais e da consulta de outros autores medievais (como, p. ex., Egídio Romano/Gil de Roma, ou João de Salisbúria).

Já William Entwistle, apesar de reconhecer os atributos de Fernão Lopes, “que o colocam ao nível dos mais ilustres entre os cronistas medievais” (ENTWISTLE, 1977, p. XXVII), não se coíbe de tecer uma dura crítica à obra deste autor. Sobre a pesquisa empreendida pelo cronista, não supõe que “leu mais do que era corrente em Portugal”, melhor dizendo, das obras que se conheciam em língua latina, portuguesa e castelhana. Exclui deste rol importantes autores do seu período, como o já aqui citado Jean Froissart, que teria sido relevante para a composição dos capítulos sobre Aljubarrota. Afirma Entwistle que, para a redação da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes “provavelmente não teve outra fonte castelhana que não fosse Ayala” e, mais adiante, acrescenta que dos documentos consultados no arquivo de Lisboa (Torre do Tombo) não terá feito a base do seu trabalho. Outros aspetos débeis da investigação de Fernão Lopes, segundo a mesma análise, estão relacionados com a falta de atenção que presumivelmente o cronista prestou a outros tipos de fontes e aos locais onde se passam as ações que descreve. Apresenta como exemplo a lista dos mortos de

Aljubarrota, circunscrita às inscrições dos túmulos de Alcobaça; a aparente falta de conhecimento/observação do campo de batalha de Aljubarrota (e ainda menos dos de Atoleiros, Trancoso ou Valverde); os limitados conhecimentos políticos sobre a arte militar, apesar de recorrer mais à guerra do que à administração para cumprir a sua tarefa de historiador; entre outros aspetos menos abonatórios das qualidades do cronista. Apesar destas apreciações menos favoráveis, Entwistle não ousa ignorar os predicados que outros autores lhe atribuem, reconhecendo que as suas personagens “movem-se e têm vida” e são traçadas “com um estilo brilhante”; a sua escrita apresenta “um sentido novo de clímax artístico” e cada vez menos dependente das fontes à medida que a narrativa se aproxima do seu tempo (ENTWISTLE, 1977, pp. XXV-XXVII). Teresa Amado, pela sua parte, acrescenta que, no contexto de um aperfeiçoamento da escrita historiográfica desenvolvida ao longo do século XIV, o talento de Fernão Lopes marcou uma posição “pela inteligência e a subtileza da compreensão que não se reproduziram nos cronistas que se lhe seguiram” (AMADO, 2007, p. 136)

Sobre a vida do cronista, não se conhecem nem a data nem o local do seu nascimento, embora se presuma que este tenha ocorrido entre 1380 e 1390, no seio de uma família modesta. Sabe-se que casou com uma senhora chamada Mor Lourenço, descendente de uma família de mesteiros, de quem teve um filho, o mestre Martinho⁹⁵, e deste um alegado neto, de seu nome Nuno Martins⁹⁶. É apenas em 1418 que encontramos uma referência documental segura relacionada com Fernão Lopes, quando assume o cargo de *guardador das escrituras do Tombo*⁹⁷, substituindo o anterior titular, Gonçalo Gonçalves. Sendo este um cargo de destacada importância, é razoável admitir que Lopes cumpriria já então serviço nas secretarias régias. Ainda no ano de 1418, desempenhou o cargo de escrivão dos livros do infante D. Duarte, que

⁹⁵ Este filho de Fernão Lopes estudou Medicina e partiu em 1437 para África, integrado na malograda expedição portuguesa a Tânger, como físico do infante D. Fernando. Viria a sucumbir no cativeiro de Fez, ao lado do seu senhor.

⁹⁶ Nuno Martins assumia-se como filho do mestre Martinho e neto de Fernão Lopes. Apesar de o cronista, em fevereiro de 1457, o ter reconhecido como legítimo herdeiro do seu património (àquela data já o seu filho tinha falecido), dois anos mais tarde, em julho de 1459, é outorgada nova carta onde contesta, com sucesso, essa mesma legitimidade e na qual Fernão Lopes não o reconhece sequer como familiar. Sobre este tema consulte-se: FREIRE, 1973, pp. XLI-XLII e reprodução das cartas em pp. LIX-LXII.

⁹⁷ Segundo A. B. Freire, a nomeação terá ocorrido entre 28 de maio e 29 de novembro. O primeiro documento conhecido no qual Fernão Lopes exerce esse cargo data de 12 de dezembro de 1418 (FREIRE, 1973, p. XXIX).

acumulou no ano seguinte com o de escrivão dos livros de D. João I. Desde 1421/22 passou a ser reconhecido como escrivão da puridade do infante D. Fernando⁹⁸, até que em 1430 assumiu o título de tabelião geral do reino (MONTEIRO, 2017a, p. 52).

Em 1434, reinava D. Duarte desde agosto do ano anterior, é emitido, a 19 de março, um diploma designando Fernão Lopes para a composição das crónicas “dos antigos reis de Portugal e a dos feitos de D. João I” (*idem*, p. 53), tendo-lhe sido atribuída uma tença anual vitalícia de 14 000 reais (FREIRE, 1973, p. XXX). A partir daqui é Fernão Lopes o responsável pelo acesso à documentação oficial mais importante, uma responsabilidade indissociável do seu cargo de *guardião das escrituras*, tornando-o conhecedor privilegiado de informação estatal de conteúdo político e legislativo. Este conhecimento das leis permitia-lhe, ainda, emitir pareceres sobre direito ou mesmo sobre jurisprudência.

No desempenho das suas funções tornou-se uma figura de relevo na Corte, aquilo a que podemos chamar um “alto funcionário público” (MONTEIRO, 2017a, p. 53), mas será sobretudo como cronista-mor que sobressai a sua dedicação ao ofício. A composição das crónicas dos primeiros dez soberanos de Portugal iria ocupar-lhe oito anos de trabalho, segundo estima Anselmo Braamcamp Freire, mas considera esta década como anos dedicados apenas à redação dos textos, tendo sido precedida de muitos outros reservados à investigação e à preparação das crónicas (FREIRE, 1973, p. XXIV).

Em 1450 seria substituído por Gomes Eanes de Zurara no lugar de cronista-mor, mas manteve a *guarda do arquivo* até, pelo menos, maio de 1451⁹⁹. Três anos mais tarde foi reformado da Torre do Tombo, decisão confirmada por carta de D. Afonso V emitida a 6 de junho de 1454, com o título: “Carta pela qual Fernão Lopes, por ser já muito velho e fraco, é, a seu prazimento, substituído na guarda das escrituras do Tombo por Gomes Eanes de Zurara” (FREIRE, 1973, p. LVIII).

⁹⁸ À data, o infante D. Fernando contava cerca de vinte anos de idade, tendo Fernão Lopes desempenhado as funções de escrivão da puridade até à sua partida para o Norte de África, em 1437. Nesse mesmo ano, o seu escrivão da puridade redigiu o testamento do filho mais novo de D. João I e D. Filipa, na qualidade de “tabelião geral por nosso senhor ElRey em todos seus Reynos e Senhorios” (FREIRE, 1973, p. XXIX). Infelizmente, o infante viria a sucumbir em 1443, após seis anos de cativo, ficando na memória portuguesa como o *Infante Santo*.

⁹⁹ Data de 12 de maio uma certidão por ele expedida, comprovando que se encontrava ainda em funções (FREIRE, 1973, p. XXXIII).

Ainda em 1459, encontramos referência a Fernão Lopes numa carta datada de 3 de julho: “Carta régia autorizando Fernão Lopes, apesar da ampla legitimação concedida a seu neto Nuno Martins, a dispôr livremente de seus bens” (*idem*, p. LXI), não se conhecendo outras referências posteriores ao cronista. Terá, muito provavelmente, falecido pouco tempo depois “já bastante idoso (talvez septuagenário)” (MONTEIRO, 2017a, p. 54).

Da produção historiográfica de Fernão Lopes chegaram aos nossos dias (para além da intervenção que deve ter tido na composição da chamada *Crónica de Portugal de 1419*, que evoca os sete primeiros reinados da monarquia portuguesa) as narrativas integradas na sua célebre trilogia régia: as crónicas de D. Pedro e D. Fernando e as duas partes da crónica de D. João. A *Crónica de D. Pedro* é composta por 44 capítulos, que cobrem os dez anos do reinado d’O *Justiceiro* (1357-13679); porém, cerca de metade da narrativa encontra-se centrada no conflito castelhano entre D. Pedro I de Castela e o seu meio-irmão Enrique de Trastâmara. Existe uma relação direta entre o destino político castelhano traçado na sequência deste conflito (do qual resultou a dinastia de Trastâmara) e a evolução da situação política portuguesa durante os reinados de D. Pedro e d’O *Formoso*; esta circunstância talvez justifique o espaço que a crónica dedica aos acontecimentos do reino vizinho, assim como a extensiva utilização da crónica de Pero López de Ayala; desse modo se terá compensado também uma provável escassez de fontes portuguesas sobre o reinado do nosso *Justiceiro* (AMADO, 2007, p. 135).

A *Crónica de D. Fernando* evoca os acontecimentos ocorridos entre 1367 e 1383. Os seus 178 capítulos dedicam-se largamente às três guerras fernandinas contra Castela (1369-1371, 1372-1373 e 1381-1382), demonstrando uma preocupação com o enquadrando dos acontecimentos nos planos político, social e militar, sem ignorar as consequências que o reino português teve de enfrentar. Fernão Lopes alarga-se em temáticas como os dilemas sociais que resultaram das guerras, das pestes, ou da desvalorização da moeda; mas recorda também as medidas administrativas que O *Formoso* dedicou ao comércio e à fixação das populações agrícolas, sem esquecer as reformas militares que se verificaram no recrutamento, na marinha de guerra, no armamento e na reorganização da estrutura de comando bélico. Todos estes

elementos, a que nos referimos já em capítulo anterior, mereceram a atenção do grande cronista.

Por fim, temos a *Crónica de D. João I*, repartida em dois volumes. Na *Primeira Parte*, Fernão Lopes condensa em 193 capítulos o curto período (repleto de agitação e de acontecimentos) que medeia entre o atentado contra o conde João Fernandes Andeiro, a 6 de dezembro de 1383, e a aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal, no dia 6 de abril de 1385, nas Cortes de Coimbra. Este volume dedica-se inteiramente à narrativa daquilo que a moderna historiografia viria apelidar de *Crise de 1383-1385*, durante a qual o distúrbio político, social e militar era constante. Fernão Lopes demonstrou aqui todos os seus dotes de exímio relator, exibindo uma narrativa adequada à intensidade dos acontecimentos; por outras palavras, neste volume “as dificuldades atingem a mais alta acuidade devido ao ritmo rápido com que os acontecimentos se sucederam, não num único lugar mas em cada vez maior número de lugares, durante o ano e meio que o texto cobre” (AMADO, 2007, p. 135).

A *Segunda Parte* da crónica, que se estende ao longo de 204 capítulos, situa-se entre a aclamação do Mestre de Avis, em abril de 1385, e finais de outubro de 1411, data que corresponde à assinatura do tratado de paz entre Portugal e Castela; na verdade, apesar de se fazer referência à assinatura das tréguas definitivas assinadas entre D. João I e D. Juan II, no ano de 1431, o segundo volume da crónica não relata os acontecimentos posteriores a 1411. Uma eventual *Terceira Parte* da obra, dedicada às aventuras africanas (a partir de Ceuta - 1415), já não teria o cunho direto de Fernão Lopes, pois a incumbência transitou para Gomes Eanes de Zurara (que, ainda assim, poderá ter começado por trabalhar sobre materiais já reunidos pelo seu antecessor).

No conjunto da *Crónica de D. João I*, o permanente estado de conflito que condicionou a descrição dos eventos (entre os quais sobressai, no início da *Segunda Parte*, a batalha de Aljubarrota) exigiu ao cronista um pesado esforço organizativo e de estruturação da obra, em simultâneo com uma habilidade narrativa que permitisse criar alguma envolvimento com o leitor, fazendo-o (re)viver a intensidade das ocorrências. Atrevemo-nos a afirmar que o resultado superou as melhores expectativas; como concluiu João Gouveia Monteiro: “trata-se de uma obra coerente e minuciosa, com uma estratégia narrativa sofisticada, em que o cronista vai preparando progressivamente o leitor para os acontecimentos seguintes e vai desenhando as

personagens em conformidade com o rumo que pretende imprimir ao seu relato” (MONTEIRO, 2017a, p. 55).

A este respeito, importa lembrar que Fernão Lopes trabalhava sob encomenda régia, um aspeto que condicionava a sua obra à defesa dos interesses daqueles que o contratavam, neste caso o monarca que deu o seu nome à mais importante crónica (e seus filhos), circunstância que decerto comprometeu uma imparcialidade total da sua narrativa. Apesar de alegadamente procurar redigir um trabalho historiográfico baseada numa tentativa de não fugir à verdade (como vimos, é o próprio quem o diz, num *topos* algo convencional), ou seja, respeitando a legitimidade das fontes documentais e a autoridade dos testemunhos recolhidos, Fernão Lopes não tinha condições políticas nem materiais para praticar uma neutralidade absoluta. O bom cronista é aquele que tem a capacidade de conduzir o leitor sem fugir descaradamente à verdade, valendo-lhe para tanto a omissão de alguns factos e a escolha certa das palavras adequadas na redação dos parágrafos mais sensíveis; ou seja, os cronistas “dizem quase tanto nas linhas quanto nas entrelinhas” (*idem*, p. 56).

Não se esqueça, a este respeito, que Fernão Lopes foi o escolhido por D. Duarte para a ingente tarefa de legitimar historicamente a aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal, isto é, para demonstrar a razoabilidade da escolha desse filho bastardo de D. Pedro I, que deu fulgurante início a uma nova e esplêndida dinastia, encabeçada pelo “Messias de Lisboa” e completada pela sua “Ínclita Geração”. A tarefa de justificar a eleição do *rei da Boa Memória* e a subida ao poder de uma “nova geração de gentes”, no quadro de uma “sétima idade do mundo” (MONTEIRO, 2017a, pp. 57-63) era tão urgente quanto complexa; o mínimo que podemos dizer é que o cronista esteve perfeitamente à altura da sua missão, e disso beneficiou amplamente o nosso conhecimento sobre esse episódio maior da história portuguesa que foi a batalha de Aljubarrota.

- **2.1.2 – Outros testemunhos da Batalha de Aljubarrota**

O estudo das principais crónicas sobre Aljubarrota deve ser completado com outros testemunhos e documentos enriquecedores, ainda que os mesmos não se apresentem apenas em suportes de pergaminho ou de papel. Julgamos, por esse motivo, pertinente acrescentar neste trabalho uma referência a uma obra recente que congrega a memória desses testemunhos (noventa no total), uma iniciativa da Fundação Batalha de Aljubarrota, sob coordenação de Mário Barroca¹⁰⁰.

A organização da obra obedece a uma divisão documental categorizada em três grupos: “Memórias Analísticas, Documentos Avulsos e Epígrafes” (BARROCA, 2008, p. 8). A primeira categoria apresenta-nos sete memórias da batalha que foram integradas noutras obras literárias; a segunda categoria transcreve setenta e dois documentos avulsos que evocam a memória deste episódio; e a terceira reúne um conjunto de onze epígrafes alusivas aos acontecimentos militares que decorreram durante a *Crise de 1383-1385*, na sua maioria lápides tumulares. Dada a impossibilidade de superar uma obra tão completa e detalhada como esta, e não sendo este o âmbito preferencial do nosso estudo, pretendemos apenas mencionar algumas destas memórias da batalha, que achámos serem mais ilustrativas e pertinentes para o nosso trabalho.

Dentro do primeiro grupo, o das «memórias analísticas», destacamos as anotações que foram inseridas no século XV por um autor desconhecido no *Sumario de los Reyes de España*¹⁰¹, uma obra da autoria de Juan Rodríguez de Cuenca, o antigo *despensero mayor* da rainha D. Leonor (primeira esposa de D. Juan I). Apesar de pouco expressivo quanto ao relato da batalha (o autor desconhecido dedica-lhe apenas umas poucas linhas), esta nota é importante pela sua referência às armadilhas preparadas no terreno pela coligação anglo-portuguesa, principalmente quanto à existência de um “fuerte palenque” e de muitas “fosas cubiertas con ramas” (CUENCA, 1781, p. 80).

Ainda dentro do século XV, encontramos nas fontes portuguesas referências às batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde nos *Anais quatrocentistas* («Livro das Lembranças», fls. 4-4vº e fl. 7) do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (BARROCA, 2008,

¹⁰⁰ BARROCA, Mário Jorge, *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à Batalha de Aljubarrota*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

¹⁰¹ Na edição por nós consultada: RODRIGUEZ DE CUENCA, Juan, “Don Juan I”, in *Sumario de los Reyes de España*, Imprenta de Don Antonio de Sancha, Madrid, 1781, pp. 77-80.

pp. 14-15), enquanto o *Livro dos Conselhos del-Rei D. Duarte*¹⁰², da primeira metade do século XV, contém uma breve nota sobre Aljubarrota (*idem*, pp. 15-16). Em relação a obras posteriores, a partir do século XVII, Mário Barroca faz ainda referência ao volume III da *Bíblia de Alcobaça*, à versão romanceada da participação na Batalha de Aljubarrota do Arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), e ao registo de D. António Caetano de Sousa no *Agiológio Lusitano*.

A documentação que constitui a categoria dos «documentos avulsos», como mencionámos, corresponde a setenta e dois exemplares, abrangendo toda a temática da crise dinástica portuguesa, e não apenas a da batalha. Neste grupo foram incluídas fontes inglesas e castelhanas, além das portuguesas, tais como: as relativas ao auxílio inglês; os preparativos castelhanos para a invasão ao reino português e alguma correspondência redigida após a batalha, onde encontramos a célebre descrição do combate incluída na carta enviada por D. Juan I à cidade de Múrcia, dias depois da batalha; e documentação portuguesa maioritariamente inserida na Chancelaria de D. João I, incluindo diversas cartas de doação outorgadas pelo monarca em datas próximas do 14 de agosto de 1385.

A correspondência inglesa trocada entre Ricardo II e D. João I diz respeito ao apoio que a Inglaterra concedeu a Portugal (a que correspondem sete documentos). Uma das cartas, enviada por D. Gonçalo Domingues a D. João de Ornelas, abade de Alcobaça, atesta precisamente a chegada de navios a Portugal, trazendo a bordo uma parte dos arqueiros ingleses contratados (cerca de duzentos num total de quatrocentos)¹⁰³, circunstância que resultou de negociações prévias entre aqueles dois monarcas.

No que respeita ao monarca castelhano, encontramos cartas de convocatória de tropas – “besteiros e lanceiros” – dirigidas aos concelhos do reino, com vista a integrarem a hoste régia destinada à invasão de Portugal (três documentos, datados

¹⁰² No capítulo: *Memorias de algũas cousas que acontecerão em diversos tempos*, fol. CCX. A obra encontra-se publicada em: DUARTE, D, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, Edição diplomática de J. J. Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982; ou na versão *online* do arquivo da Torre do Tombo: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4248785>

¹⁰³ “Carta de D. Gonçalo Domingues, Cónego da Sé de Lisboa, a D. João de Ornelas, Abade de Santa Maria de Alcobaça, relatando a chegada dos navios com arqueiros ingleses” (BARROCA, 2008, pp. 37-39). Apesar de não ser conhecido o paradeiro desta carta, uma cópia da mesma foi publicada em: SYLVA, Joseph Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o Governo del Rey D. Joaão I*, tomo III, Real Academia, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa, 1732, pp. 1182-1185.

de 10 de janeiro, de 28 de março e de 30 de abril de 1385). Porém, a carta mais célebre do rei trastâmara é posterior à batalha de Aljubarrota: data de 29 de agosto de 1385 e descreve os principais acontecimentos que o monarca testemunhou durante o combate. A carta é dirigida à cidade de Múrcia (pressupõe-se que terá enviado correspondência semelhante a outras cidades do reino) e pretende elencar os factos que justificaram a derrota castelhana. O seu conteúdo é de suma importância para a compreensão de alguns dos momentos da peleja e para a reconstituição física do campo de batalha¹⁰⁴.

Do conjunto da documentação castelhana destacamos ainda a correspondência trocada, após a derrota de Aljubarrota, entre o monarca de Castela e o seu aliado francês, o rei Carlos VI, à qual o chanceler Pero López de Ayala faz referência nas suas *Cronicas de los Reyes de Castilla*¹⁰⁵, na parte referente ao reinado de D. Juan I. A primeira carta que D. Juan dirige ao monarca francês é expedida logo em setembro de 1385 (CRC, Rey Don Juan I, año octavo, cap. I, pp. 243-244; XIMENEZ SANDOVAL, 1872, pp. 123-124; BARROCA, 2008, p. 84), rogando um novo apoio militar, ao abrigo da aliança franco-castelhana. A resposta de França chegaria apenas em inícios do ano seguinte, com a confirmação de uma ajuda de cerca de 2000 lanças com os soldos antecipadamente pagos (CRC, Rey Don Juan I, año octavo, cap. II, pp. 244-245; XIMENEZ SANDOVAL, 1872, p. 124; BARROCA, 2008, pp. 103-104). Data ainda deste período, mais exatamente dos inícios de 1386, uma carta enviada pelo *antipapa* Clemente VII (o Papa de Avinhão) com palavras destinadas a confortar o monarca de Castela e lamentando a sua pesada derrota (CRC, Rey Don Juan I, año octavo, cap. III, pp. 246-247; CDJ, II, cap. LXVIII, pp. 162-163; XIMENEZ SANDOVAL, 1872, pp. 124-126; BARROCA, 2008, pp. 104-105).

¹⁰⁴ Destacamos, pelo particular interesse ao nosso trabalho, o facto de ser mencionada e descrita a “primeira posição portuguesa”: “una Plaza fuerte entre dos arroyos, de fondo cada uno diez, ó doce brazas”. Acrescentamos ainda a referência à precipitação no ataque franco-castelhano e a descrição dos dispositivos defensivos na Segunda Posição: um “monte cortado” e “una cava” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primero, cap. XII, pp. 196-197). O documento original foi transcrito por Francisco Cascalles em 1621 para a compilação intitulada “Discursos de la muy noble y muy leal ciudad de Murcia”; na versão consultada: CASCALLES, Francisco, *Discursos Historicos de la muy noble y muy leal Ciudad de Murcia*, Discurso VIII. Reynando Don Juan el Primero, Francisco Benedito Impresor y Mercador de Libros, Murcia, 1775, pp. 179-204.

¹⁰⁵ Esta passagem seria posteriormente aproveitada por Fernão Lopes na segunda parte da *Crónica de D. João I* (cap. LXVII, pp. 160-162) e o conteúdo das cartas seria reproduzido por Crispin Ximénez de Sandoval em: *Batalla de Aljubarrota Monografia histórica y estudio crítico-militar*, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, Madrid, 1872, (pp. 123-124).

Entre a documentação da Chancelaria de D. João I, aquela que se encontra mais próxima da data da batalha foi assinada a 15 de agosto, tendo sido outorgada no *arreal de tavorado da cumeira de Aljubarrota*¹⁰⁶ (BARROCA, 2008, p. 43). Esta referência ao “tavorado” de Aljubarrota (no âmbito de uma doação de bens ao vassalo Gonçalo Rodrigues) atesta a presença do monarca português no campo de batalha no dia seguinte ao acontecimento¹⁰⁷.

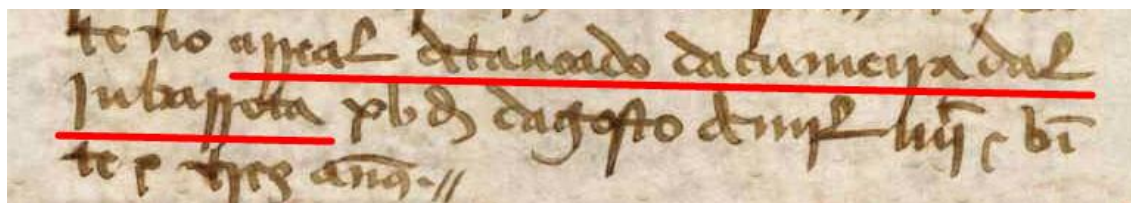


Figura 8 - Chancelaria de D. João I - Livro I - Torre do Tombo

Quanto à terceira e última categoria, dedicada às «epígrafes», apenas iremos fazer referência à “Inscrição comemorativa da fundação da Ermida de Santa Maria de Aljubarrota, por voto de D. Nuno Álvares Pereira” (BARROCA, 2008, p. 135). Trata-se de uma inscrição comemorativa da fundação da Ermida conhecida como de S. Jorge, consagrada originalmente à Virgem Maria, mandada erigir no campo de batalha pelo condestável Nun’Álvares Pereira como agradecimento pela vitória alcançada no local. A lápide calcária¹⁰⁸ apresenta uma forma retangular e mede cerca de 55,5 cm de comprimento por 31,5 cm de altura (BARROCA, 2000b, p. 1936); apesar de se encontrar atualmente embutida na fachada principal, à direita da respetiva porta, foi

¹⁰⁶ O documento pode ser consultado em obra impressa: *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, vol. I, Tomo 2, ed. de João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005, Documento n.º 688, p. 88; ou no arquivo da Torre do Tombo *online* (PT-TT-CHR-G-0001_m0202) em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3813664>

¹⁰⁷ Esta referência vai ao encontro da descrição de Fernão Lopes: “El-Rey esteve tres dias no campo segundo custume de taaes batalhas” (CDJ, II, cap. XLVI, p. 110). No entanto, o relato do cavaleiro João Fernandes Pacheco (recolhido por Froissart em Midelburgo) indica que apenas ficaram “naquela noite, no campo de batalha, e no dia seguinte até à hora de nona ou mais, e tornámos à noite ao castelo que chamam de Leiria, a duas pequenas léguas de Aljubarrota” (CF, liv. III, cap. 21, par. 94, p. 93). A assinatura de uma carta de doação no local datada do dia seguinte, não é suficiente para refutar uma das versões. A 17 de agosto, três dias após a batalha, encontramos mais duas cartas assinadas por D. João I, a primeira no lugar da Canoeira, no termo de Leiria (BARROCA, 2008, pp. 43-44), e uma segunda em Alcobaça (*idem*, pp. 45-46). No dia 20, a assinatura da documentação já teve lugar em Santarém, o que está de acordo com o percurso descrito na crónica de Fernão Lopes: após o levantamento do acampamento em S. Jorge, a hoste dirigiu-se para Alcobaça e daí para Santarém (CDJ, II, cap. XLVII e LI).

¹⁰⁸ Sobre esta lápide veja-se, por todos: BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000b, pp. 1936-1944.

concebida para sobrepor o topo de um arco ogival, a que provavelmente corresponderia a primitiva entrada da Ermida, como se pode deduzir pelo entalhe triangular que foi esculpido na parte inferior, ao centro, da lápide. Porém, observa-se que o referido entalhe não corta as letras do texto, apenas o interrompe, o que revela que a inscrição “foi desde a origem concebida para se colocar sobre o arco ogival da Portal Ocidental” (BARROCA, 2000b, p. 1940).



Figura 9 - Ermida de São Jorge e respetiva lápide comemorativa (fotos do autor)

Transcrição do texto da lápide (Fonte: BARROCA, 2000b, p. 1936):

ERA : DE MIL : E QUATRO : CENT(os) / E TRINTA : E HUU(m) :
 ANOS : : [Sic] NUNAL / VAREZ : PerEIRA : CONDE : ESTABRe /
 MANDOU : FAZER : ESTA : CAP / EELA : A (h)ONRA : DA :
 VIRGE^m : MARIA : POR / QUE : EN O : DIA : QUE : SE : FEZ :
 AQ(u)I : A BA / TALHA : QUE : ELREY : DE : PORTUGAL :
 (h)OUVE : Com : ELREY / DE : CASTELA : ESTEVE : EN : ESTE
 : LOGAR : A BAnDEI / RA : DO : DITO : CONDE : ESTABRE

O início da inscrição identifica o ano de 1431 (da Era de César), a que corresponde o ano de 1393 (da Era de Cristo), como sendo aquele em que o condestável ordenou a construção da Ermida. O texto termina com uma correspondência deste local com o lugar onde tinha estado a bandeira do condestável no dia da batalha, isto é, determina a posição aproximada da vanguarda portuguesa.

A análise de Mário Barroca remete-nos ainda para duas importantes referências a esta Ermida insertas na *Corónica do Condestabre* e recordadas por Adelino de Almeida Calado (1991) na sua introdução a esta crónica: “mandou edificar

ũa igreja de Sancta Maria e de Sam Jorge em aquele lugar mesmo onde a sua bandeira esteve o dia da batalha real” (CC, cap. LX, p. 178); e, mais adiante: “Fez certas igrejas aa sua própria despesa, convém a saber, a Igreja de Sancta Maria e de Sam Jorge, que ele fez onde foi a batalha real, naquele lugar onde a sua bandeira esteve” (CC, cap. LXXX, p. 241). O autor desconhecido da crónica mostra que teve conhecimento da Ermida, fosse por testemunho direto ou por outra fonte. Recordamos que *Corónica do Condestável* foi redigida entre 1431 e 1443, pelo que nestes anos já a obra da Ermida estaria terminada¹⁰⁹.

• 2.2 – Evidências arqueológicas

O conjunto de documentos e testemunhos relacionáveis com a batalha de Aljubarrota constitui a matéria-prima para a elaboração de uma reconstituição teórica do episódio. As diferentes interpretações das fontes e os ensaios historiográficos dados à estampa ao longo do tempo, com maior ou menor grau de seriedade ou de rigor, permitiram uma aproximação maturada e satisfatória no que respeita à recriação dos acontecimentos, tanto aqueles que se relacionam com os momentos anteriores, como os que correspondem às etapas ocorridas ao longo do dia 14 de agosto de 1385.

Porém, as propostas que foram avançadas nem sempre se mostraram de acordo, no seu todo ou parcialmente. Alguns aspetos careciam visivelmente de novas evidências, físicas ou documentais, de forma a clarificar as discordâncias entre os diversos autores. Em meados do século XX, foi dada oportunidade a um ramo da ciência ainda não considerado para o estudo sobre a batalha de Aljubarrota: a Arqueologia.

O desafio partiu da Comissão de História Militar, no ano de 1950, quando se incumbiu o capitão Gastão de Mello de Mattos de esclarecer a incerteza sobre o recurso a dispositivos defensivos de fortificação artificial no Campo Militar de S. Jorge,

¹⁰⁹ Mário Barroca mostra que a gravação da lápide terá decorrido em dois momentos distintos, conforme se percebe pela diferença de caracteres: a gravação da parte superior do texto e o entalhe triangular para encaixe no fecho do arco da porta, correspondem a um primeiro momento; e a gravação do texto na parte inferior, a que corresponde a alusão à bandeira do condestável, seria posterior, mas, conforme demonstra a sua referência na *Corónica do Condestabre*, teria sido gravado antes de 1431-1443 (BARROCA, 2000b, p. 1941).

de forma a, com rigor, se poder “elaborar uma versão oficial da batalha” (VEIGA, 1958, p. 10). No ano seguinte, o convite foi extensível ao tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, erudito do tema, e ao tenente-coronel Afonso do Paço, reputado arqueólogo. Para o efeito, o projeto visava, de imediato, uma intervenção arqueológica nos terrenos adjacentes à Ermida de S. Jorge.

A iniciativa requeria o envolvimento dos maiores especialistas. Apesar de circunscrita a figuras militares, Costa Veiga era um historiador que contava com um apreciável número de publicações, entre as quais se incluíam algumas de referência relacionadas com Aljubarrota (1930 e 1951). Já a experiência arqueológica acumulada por Afonso do Paço (ainda que para períodos históricos muito anteriores) pesou certamente na decisão relativa ao seu envolvimento no projeto. A intervenção em campos de batalha naquela época era uma novidade em Portugal e, por isso mesmo, era necessário recorrer a métodos meticolosos e a técnicas de intervenção no solo que fossem as mais precisas e as menos destrutivas possível. A Arqueologia, em meados do século passado, tinha revelado consideráveis avanços técnicos na área da Pré-história, fomentados desde o último quartel da centúria anterior pelo papel interventivo dos Serviços Geológicos de Portugal e de um conjunto de cientistas e de colaboradores externos que contribuíram para uma especialização dos estudos pré-históricos (o que se traduziu num aperfeiçoamento técnico e no desenvolvimento de outras ciências auxiliares). Afonso do Paço era justamente um desses colaboradores. No seu *curriculum vitae*, a variedade de sítios e monumentos arqueológicos intervencionados era apreciável, assim como a quantidade de artigos publicados, tendo-se destacado na coordenação dos trabalhos arqueológicos realizados no castro calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Congregava, com isto, o conhecimento, a experiência e a minúcia requeridas para Aljubarrota, como aliás viria a demonstrar¹¹⁰.

O objetivo principal, como referimos, era atestar a presença de sistemas defensivos acessórios no campo de batalha. Entretanto, à margem desta ordem de

¹¹⁰ No testemunho de quem conheceu e trabalhou com Afonso do Paço, partilhamos aqui as palavras póstumas de Octávio da Veiga Ferreira: “Foi, pois, Afonso do Paço um arqueólogo probo e consciente das enormes responsabilidades que cabem a um investigador neste campo de verdadeira Ciência onde todos os cuidados são poucos e em que as dificuldades surgem a cada momento, sendo preciso para as resolver vastos conhecimentos que não podem ser abarcados por uma só pessoa. Dada esta razão consideramos Afonso do Paço um dos primeiros arqueólogos a formar verdadeiras equipas de trabalho onde havia mais de um especialista para, em conjunto, poderem resolver os assuntos durante a escavação e até o estudo dos materiais no gabinete” (O. FERREIRA, 1970, p. 27).

trabalhos, em 1957 o Estado adquiriu os terrenos adjacentes à Ermida de S. Jorge para fins recreativos e comemorativos da memória de Aljubarrota. A *Mocidade Portuguesa* envidara esforços junto do município de Porto de Mós para ajardinar e construir uma esplanada no local, processo que requeria a decapagem e a terraplanagem dos solos¹¹¹. Apesar das advertências da Comissão de História Militar quanto aos riscos na abertura e revolvimento dos solos, em janeiro de 1958, e tendo já a esplanada sido construída, tiveram início os trabalhos de ajardinamento a sul da Ermida, ainda dentro da zona de proteção do monumento nacional, colocando à vista “um sulco aberto no saibro rijo” (PAÇO, 1958, p. 40), o qual mostrava indícios de se relacionar com o contexto da batalha.

Perante as evidências colocadas à vista de todos, o Ministério do Exército foi forçado a autorizar o cancelamento da iniciativa da *Mocidade Portuguesa*, dando prioridade às atividades arqueológicas, que tiveram início logo no dia 3 de fevereiro. De imediato, constatou-se “a existência de um velho sulco em vários pontos a leste da capela” (*idem*, 1959, p. 6). Ainda dentro do mês de fevereiro, no decurso dos reconhecimentos realizados nas proximidades da Ermida, detetou-se, no dia 21, na extensão a sul, uma grande cova atulhada com elementos osteológicos¹¹², humanos e equídeos, dispostos atabalhoadamente e mostrando evidências de terem estado prolongadamente expostos às intempéries¹¹³.

¹¹¹ Devido ao risco que tais operações apresentavam relativamente à integridade de eventuais vestígios no subsolo, ficou acordado junto da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que a esplanada projetada seria construída pelo método de entulhamento, ao invés da escavação, preservando, assim, quaisquer potenciais estruturas ou testemunhos aí existentes (PAÇO, 1959, p. 5).

¹¹² As ossadas recolhidas, que pertencem a cerca de 400 indivíduos, foram enviadas para o Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, sob responsabilidade do Prof. A. Xavier da Cunha. Contudo, a sua análise científica exaustiva ocorreria quase meio século depois, quando, na década de noventa, João Gouveia Monteiro lançou um desafio nesse sentido à antropóloga forense Eugénia Cunha, da mesma instituição académica. Os resultados seriam publicados em 2001, na obra *Aljubarrota Revisitada* (vide bibliografia).

¹¹³ Este cenário de abandono é descrito por Fernão Lopes: “e por o fedor dos mortos, que era grande, e por nom comprir destar ally mais, hordenou de sse partir logo. E fez soterrar primeiro o conde dom Joham Affonso Tello, que fora aazador de seer a batalha, e mais nom” (CDJ, II, cap. XLVI, p. 110). Portanto, os restantes cadáveres, que constituíam os muitos corpos dos inimigos que sucumbiram na batalha, foram deixados em campo insepultos. O conjunto osteológico descoberto em 1958 era apenas constituído por “elementos de maior robustez, não continha peças de menores dimensões ou menos consistentes, como vértebras, costelas, rótulas, ossos pequenos das mãos e dos pés, etc” (PAÇO, 1962, p. 121), pelo que pode corresponder, com elevado grau de probabilidade, a ossadas de corpos que foram deixados à mercê de animais e aves de rapina. A este problema se dedica Afonso do Paço no artigo: “Em torno de Aljubarrota. O problema dos ossos dos combatentes da Batalha”, in *Revista da Academia Portuguesa da História*, série II, vol. 12, Lisboa, 1962, pp. 115-163.

Ao longo do semestre seguinte, a intervenção repartiu-se entre uma primeira fase de reconhecimento do traçado dos fossos e a respetiva “desobstrução, bem como a abertura de diversas trincheiras, também de reconhecimento, a Sul da ermida” (PAÇO, 1958, p. 40). Em finais de maio de 1958 estava colocado a descoberto um ‘grande fosso’ que corria a leste e a norte da Ermida, “numa extensão aproximada de 182^m, dos quais uns 150^m orientados na direcção N-S.” (*idem*, 1965b, p. 6). Simultaneamente, o prolongamento das sondagens para sul viria a transferir a investigação para terreno particular (sensivelmente a partir da linha/caminho secundário no eixo do cruzeiro de S. Jorge), nos limites do qual seriam detetadas, no dia 27 do mesmo mês, as primeiras covas de lobo, “dispostas como que perpendicularmente ao grande fosso” (*idem*, 1958, p. 46).

A continuação dos trabalhos teria de aguardar a chegada do outono, por respeito à calendarização dos trabalhos agrícolas (corte do milho). A escavação colocaria, assim, a descoberto “umas 40 filas de covas de lobo, com extensões aproximadas entre 60^m e 80^m cada, dispostas em espinha sobre um fosso situado no terço superior deste conjunto” (PAÇO, 1965b, p. 6).

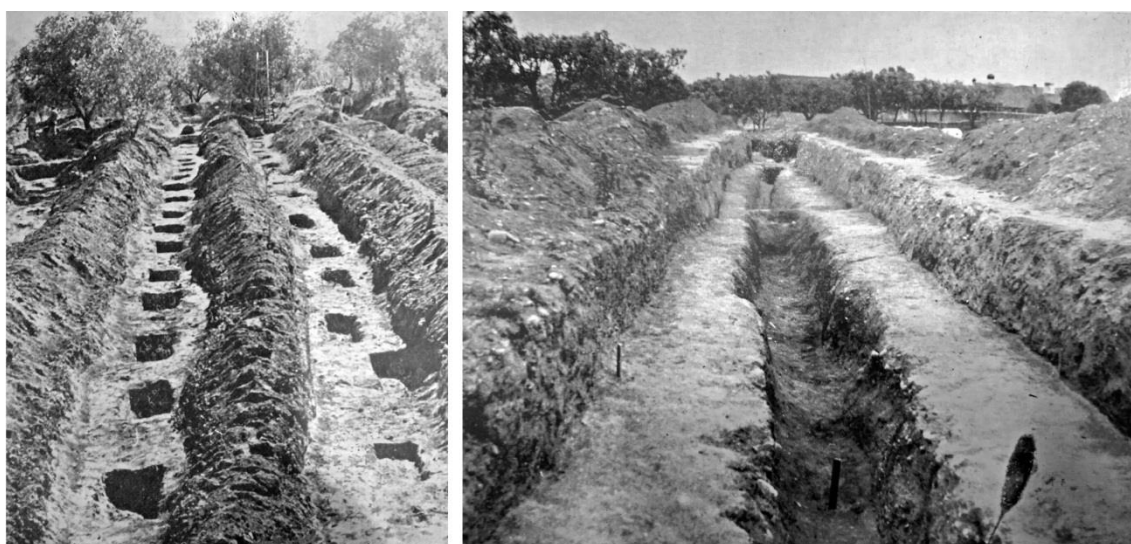


Figura 10 - Covas de Lobo e Grande Fosso identificado por Afonso do Paço (PAÇO 1958 e 1959)

Os trabalhos de campo prosseguiram durante o ano seguinte (1959), tendo revelado pequenas ramificações do grande fosso e outros troços individuais de menores dimensões, alguns dos quais sobrepostos às covas de lobo. Uma vez mais haveria que aguardar a chegada do outono para a continuação dos trabalhos na

vertente sul, na área onde tinham sido identificadas as covas de lobo, tendo os trabalhos sido prolongados até ao ano seguinte (PAÇO, 1960a, p. 10). A tentativa de alongar as sondagens para o lado poente seria gorada pela pavimentação da estrada nacional (EN1), cujo traçado irrompe sensivelmente no alinhamento da faixa central do campo de batalha¹¹⁴. Comprometeu-se assim, danosamente, a integridade arqueológica do solo ao longo deste eixo rodoviário.

Nos limites da área efetivamente intervencionada, a que corresponderia possivelmente o flanco esquerdo da hoste portuguesa no dia da batalha, os trabalhos de Afonso do Paço cobriram cerca de 300 metros em extensão, tendo sido reconhecidos, além de um grande fosso e de outros obstáculos congêneres de menor dimensão, 830 covas de lobo (*idem*, 1965b, p. 6). Para sul e para leste, os “limites orientais e meridionais estão perfeitamente definidos” (*idem*, 1960a, p. 14), ou seja, neste flanco foi presumivelmente identificada a totalidade de fossos e de covas, já que a escavação excedeu as suas fronteiras. Apesar do número considerável de obstáculos artificiais descobertos, este valor corresponde apenas ao lado nascente do antigo eixo viário, isto é, representa apenas uma parte (indeterminada) da totalidade do dispositivo defensivo. Do lado contrário, a poente do mesmo caminho, não foi possível a Afonso do Paço dirigir qualquer tipo de trabalhos.

Concluía-se, assim, no ano de 1960, a primeira intervenção arqueológica no campo de batalha de S. Jorge. A importância e relevância dos resultados foi inquestionável e configurou como que um *ponto de não retorno* relativamente à investigação sobre Aljubarrota. Foi finalmente possível analisar a outra luz algumas das incertezas que envolveram a tática defensiva utilizada pelo exército de D. João I no dia da batalha. A Comissão de História Militar cumpria escrupulosamente o objetivo a que se tinha proposto!

¹¹⁴ A sobreposição da EN1 ao campo de batalha seria legitimada pela ideologia patriótica do Estado Novo relativamente aos principais monumentos nacionais. Por esse motivo, o traçado deste eixo atravessa o campo de batalha e contorna, mais a norte, o Mosteiro da Batalha. A implementação desta rodovia atrairia para as suas margens a construção de casario e esplanadas comerciais, aumentando o grau de devastação do potencial arqueológico dos solos envolvidos.

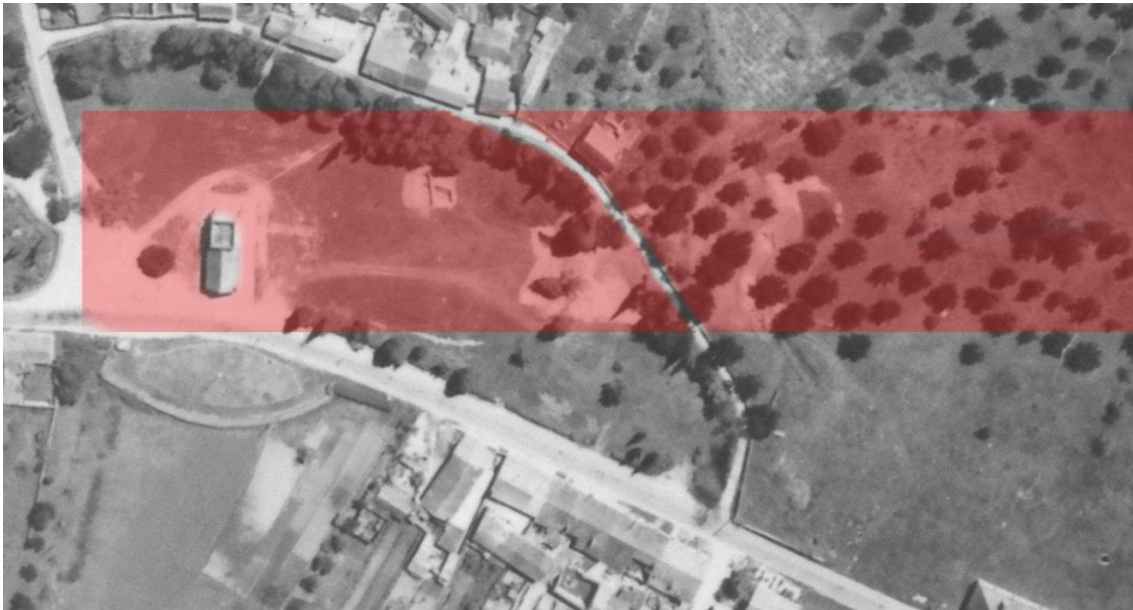


Figura 11 - Alcance (aproximado) da área intervencionada por Afonso do Paço

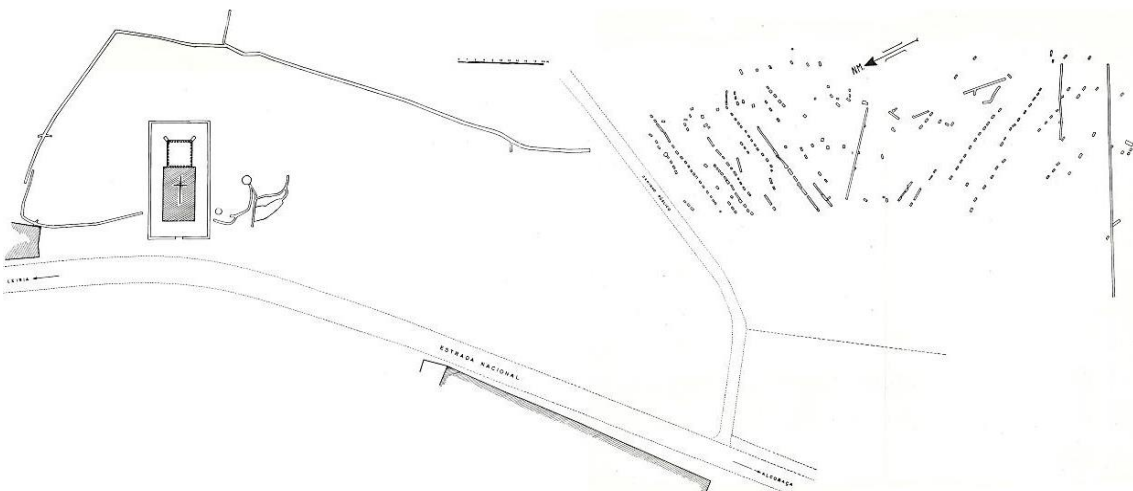


Figura 12 - Dispositivo defensivo (fossos e covas) identificado por Afonso do Paço (PAÇO, 1958)

Mais tarde, em 1985, as comemorações do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota ofereceram um bom pretexto para colocar a descoberto “parte do que se supõe ter sido o sistema defensivo” (LOURENÇO, 1985, p. 8) – assim justifica Severino Lourenço a iniciativa de uma nova intervenção arqueológica no campo de batalha. Por outro lado, “subsiste a dúvida e aviva-se a discussão, quanto à verdadeira finalidade de tão complexo conjunto de covas e fossos” (*ibidem*). A incerteza estava reinstaurada. Volvidos 25 anos desde a intervenção de Afonso do Paço, questionava-se a

autenticidade e a viabilidade do dispositivo encontrado. Alguns investigadores não reconheciam mesmo a sua relação direta com a batalha¹¹⁵.

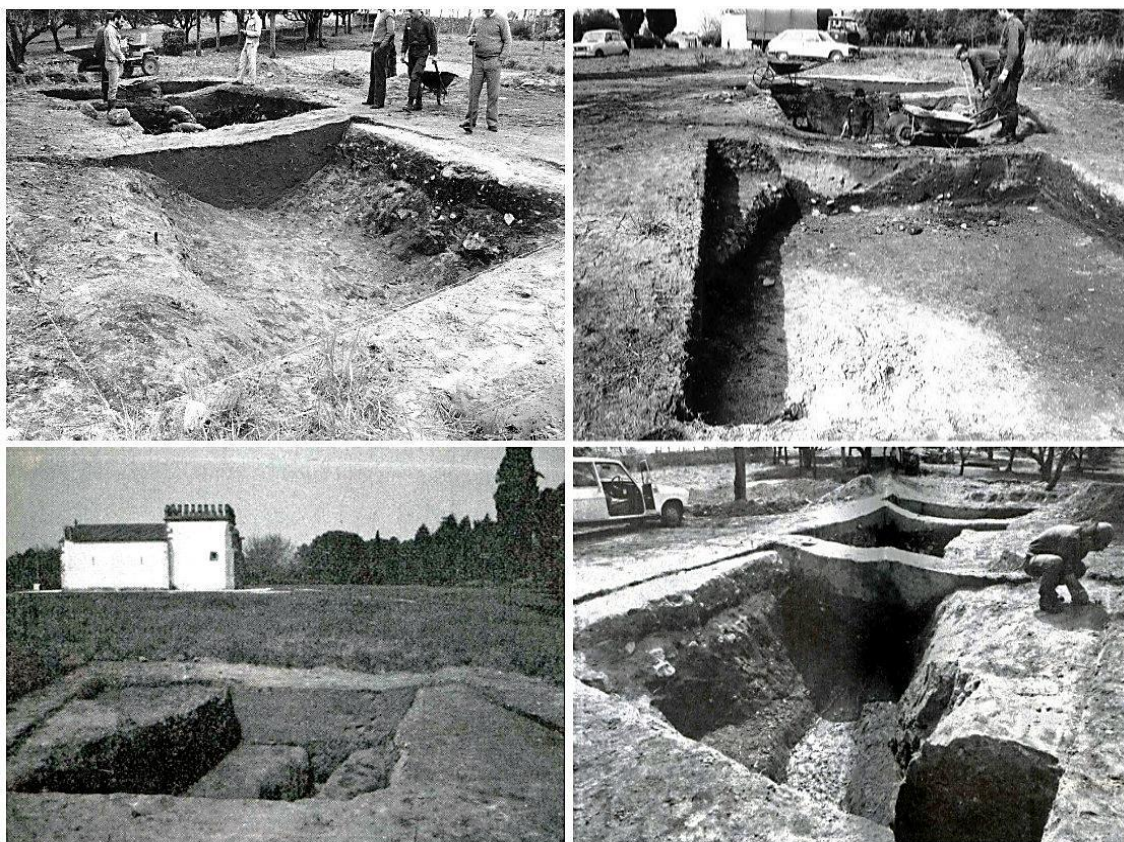


Figura 13 - Diferentes estágios da sondagem arqueológica de 1985

Fonte: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=imagens.resultados&subsid=2656817&vs=54070>

Este misto de ambiência comemorativa e necessidade de reavaliar a fortificação do campo de batalha legitimou a abertura de novas valas de sondagem arqueológica. Norteado pelos registos da anterior intervenção, Severino Lourenço colocou a descoberto uma parte do grande fosso, alargando a margem de sondagem em cerca de dois metros para cada lado, juntamente com algumas covas de lobo, parte das quais se encontravam apenas cobertas com tijolos, e não atulhadas. A reinterpretação do dispositivo permitiu contestar a argumentação contrária à ideia da fortificação do campo de batalha, atestando a legitimidade dos elementos descobertos por Afonso do Paço. Ainda assim, Severino Lourenço manteve a discussão em aberto e

¹¹⁵ Em defesa desta posição, tentou-se atribuir às covas de lobo outro tipo de funcionalidade, p. ex., para plantação de árvores, extração de barro ou mesmo silos muçulmanos – eis alguns dos argumentos que então foram avançados. Retomaremos esta questão em pormenor no ponto seguinte.

optou por assumir a tese de que estes dispositivos serviram de recurso durante o confronto, “mesmo que, construídos com finalidade diferente mas bem aproveitados na ocasião” (LOURENÇO, 1985, p. 13).

Apesar da intervenção de Afonso do Paço ter abrangido uma extensa área do campo de batalha, uma parte dos terrenos a norte e a oeste da Ermida de S. Jorge mantinha-se arqueologicamente intacta. Severino Lourenço não excedera os limites de Afonso do Paço. O repto para transpor esses limites veio a ter origem na Universidade de Coimbra, em 1995.

Sob coordenação científica de João Gouveia Monteiro, uma equipa multidisciplinar propôs novas sondagens a oeste da Ermida, recorrendo, inclusivamente, a tecnologia não intrusiva. O modelo apresentado articulava a sondagem geofísica com a arqueológica, em busca de um eventual prolongamento do dispositivo defensivo para poente.



Figura 14 - Área de intervenção entre a Ermida e o atual IC2 – sentido este-oeste (foto do autor)

As sondagens geofísicas e arqueológicas decorreram entre 1995 e 1999. O resultado da geofísica (1995), da responsabilidade dos Eng.^{os} Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lídia Gil Catarino, delimitou as áreas de potencial interesse arqueológico. Seguiu-se a averiguação arqueológica (1999), coordenada pela Prof.^a Doutora Helena Catarino. Em junho desse ano foram abertas três sondagens (CATARINO, 2003, p. 255). Após algumas quadrículas desprovidas de resultados relevantes, esta especialista

deparou com “um conjunto de nove covas-de-lobo, dispostas a intervalos regulares; [e com] um tramo de fosso defensivo, localizado no limite poente do terreno” (CATARINO, 1999). Comprovava-se, desta forma, que a fortificação do campo de batalha se prolongaria para poente. Contudo, ficava ainda por reconhecer a real extensão do dispositivo. Além disso, o facto deste se prolongar para o lado oposto, não significa que possa existir uma correspondência simétrica ao que foi encontrado por Afonso do Paço. Tal como adverte João Gouveia MONTEIRO: “Absoluta simetria, relativamente ao que já se reconheceu a nascente, não parece que haja, nem era natural que existisse: essa geometria, insistimos, só existe nas reconstituições (sempre artificiais) dos historiadores. Mas correspondência, certamente que sim” (2001, p.227). Os resultados seriam divulgados em 2001, na obra *Aljubarrota Revisitada*.

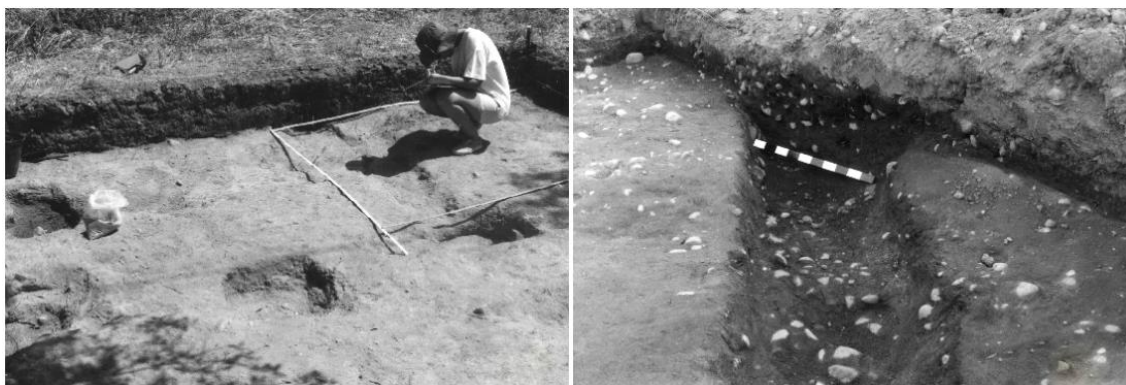


Figura 15 - Sondagem arqueológica a poente da Ermida em 1999

Fonte: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=imagens.resultados&subsid=2656806&vs=54070>

Em 2003 e 2004, na sequência da remodelação do antigo Museu Militar, localizado 250 metros a norte da Ermida, o acompanhamento arqueológico realizado pela Dra. Maria Antónia Amaral identificaria, ao nível dos alicerces, um novo tramo de fosso. Implantado sobre a presumível área de retaguarda portuguesa no dia da batalha, o seu propósito poderá relacionar-se com a defesa da linha portuguesa mais recuada, do arraial régio ou mesmo da carriagem, instalada nas imediações. No ano seguinte “foi identificado o prolongamento do fosso para Este” (AMARAL, 2004). Parte deste fosso permaneceu a descoberto, tendo sido musealizado e integrado na exposição permanente do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA). O acompanhamento arqueológico prolongou-se pelos anos de 2005 e 2006.

Entre 2007 e 2008, na sequência do processo de classificação do campo de batalha e implementação da respetiva zona de proteção, promoveram-se novas sondagens “nas zonas de maior impacto no subsolo e nas zonas onde havia presunção de existência de achados arqueológicos, como no adro da Capela de S. Jorge e todo o terreno que se estende a Sul deste templo” (AMARAL, 2009, p. 524). Não foram, porém, identificados novos elementos físicos relacionados com a batalha, ainda que os solos mostrassem evidências de ocupações anteriores e posteriores a 1385 (um povoado do Paleolítico Superior, p. ex., assim como fragmentos de objetos do quotidiano datados dos séculos XIV a XIX, a que corresponde a ocupação dos eremitões da Capela de S. Jorge).



Figura 16 - Tramo de fosso em exposição no CIBA (foto do autor)

O processo de classificação patrimonial foi extensível aos terrenos da encosta norte do planalto de S. Jorge, no horizonte da putativa *Primeira Posição Portuguesa*, no local onde seria implementado um Centro Interpretativo dedicado a essa fase do conflito, “atribuindo-lhe, por conseguinte, o grau de monumento nacional” (*idem*, p. 529). As sondagens arqueológicas no limite deste edificado não revelaram evidências relevantes.

Decorre, no presente ano de 2018, uma nova sondagem dentro do limite da zona classificada do campo de batalha. Segundo divulgação pública preliminar por parte da arqueóloga responsável pelo projeto, novamente a Dra. Maria Antónia Amaral, entre os objetivos dos novos trabalhos inclui-se alcançar áreas fora dos limites das campanhas anteriores e reavaliar uma parte da zona das covas de lobo identificadas entre 1958 e 1960, neste caso avançando no terreno em sentido perpendicular à orientação dos trabalhos de Afonso do Paço¹¹⁶. Aguardamos com elevada expectativa a divulgação do projeto e dos respetivos resultados.

- **2.2.1 – Artefactos encontrados em S. Jorge**

No total, podemos considerar cinco campanhas arqueológicas em S. Jorge. Resumindo: a primeira (sob Afonso do Paço) decorreu entre 1958 e 1960 e abrangeu uma considerável área no limite nascente do planalto, no sentido sudeste relativamente à Ermida, tendo obedecido a uma intervenção em extensão, ou seja, escavação integral do terreno delimitado para o efeito. As campanhas seguintes apresentaram um perfil mais aproximado da sondagem arqueológica, como foi o caso da executada em 1985, por Severino Lourenço, em área já reconhecida e escavada anteriormente; em 1999, Helena Catarino pesquisou em terreno situado a poente da Ermida, com o intuito de atestar o eventual prolongamento do dispositivo defensivo para esse lado; as intervenções de 2003 e 2004, no decurso da reforma do Museu Militar, assim como as de 2007 e 2008, umas e outras sob a direção de Maria Antónia Amaral, resultaram do próprio processo de classificação do campo de batalha.

Todavia, apesar de estas intervenções no terreno terem ocorrido em momentos muito distintos no tempo, o objetivo primordial sempre se mostrou o mesmo: reconhecer evidências relacionáveis com a batalha. Por um lado, esperava-se identificar vestígios de estruturas (se assim as podemos designar) abertas no solo, tal

¹¹⁶ Quando foram detetadas as covas de lobo, o arqueólogo optou por escavar o terreno em fileiras, as quais tinham um sentido sensivelmente poente-nascente, formando assim uma sequência de corredores. No espaço que dividia esses corredores, foi amontoada a terra retirada das covas. Deste modo, estes espaços intermédios não foram escavados. Segundo o anúncio público noticioso que antecede os trabalhos (Diário de Notícias de 28 de março de 2018, p. ex.), entre os objetivos das novas campanhas prevê-se a intervenção nesses espaços intercalares, seguindo, agora, uma orientação perpendicular, ou seja, no sentido norte-sul. No entanto, referimo-nos apenas aos objetivos, teremos de aguardar a execução dos trabalhos para saber a metodologia aplicada e os resultados.

como aconteceu logo na primeira campanha, com a descoberta de uma parte do dispositivo defensivo (fossos e covas de lobo); mas, por outro lado, seria expectável encontrar artefactos, considerando o número das tropas envolvidas e a violência do confronto. Quer isto dizer que, mesmo com o habitual saque inclemente dos corpos prostrados no campo¹¹⁷, muitos objetos seriam deixados no terreno, fosse pela falta de interesse nos mesmos (por terem ficado inutilizados e/ou quebrados p. ex.), fosse por, simplesmente, ficarem perdidos ou ocultados no solo (enterrados pelo calcamento de homens e cavalos, ou por terem sido dispersos por áreas mais afastadas do centro da ação – como era normal acontecer com os projéteis das armas neurobalísticas). Contudo, a ausência destes vestígios, estranhamente, é transversal a todas as campanhas arqueológicas, com exceção, ainda que modesta, da primeira campanha, justamente a que se executou em extensão.

Afonso do Paço relata-nos a descoberta de uma vala repleta de ossadas perto da parede sul da Ermida de S. Jorge, contudo não faz referência a achados de outra natureza, ainda que se pudessem encontrar em conexão ou misturados com este espólio osteológico; é certo que tal seria improvável, dada a dispersão e prolongada exposição superficial a que estas ossadas estiveram sujeitas, mas ainda assim não seria impossível. No meio deste amontoado de ossos foi encontrado apenas um numisma de D. Afonso V (PAÇO, 1960a, p. 17), que poderá estar de acordo com o momento em que se cobriu esta vala, após esta ter atingido a sua lotação como ossário.

Nas operações de reabertura do ‘grande fosso’, o arqueólogo constata que as terras de enchimento (terras negras) tinham correspondência com o solo da camada superior, isto é, com o solo arável, contendo “de permeio escassos restos de cerâmica, e na parte inferior algumas pequenas pedras de calcáreo trazidas de fora” (PAÇO, 1958, p. 42). Viria ainda a encontrar um conjunto de fragmentos de maxilares de cavalo (em número não determinado) “em quatro lugares deste fosso” (*idem*, p. 43).

Das cerâmicas mencionadas, que não têm lugar no contexto de batalha campal, nada é descrito pelo autor; todavia, considerando que o fosso, ou parte deste, foi

¹¹⁷ Após um confronto armado, os homens tombados em combate eram desprovidos de todos os seus pertences, inclusive do armamento e da vestimenta, quer pelos soldados vitoriosos, quer pela população local. No caso de Aljubarrota, Fernão Lopes regista o mesmo procedimento: “e delles se ocupavom em revolver corpos sem almas, se lhe acharyam alguuma cousa de que sse aproveitar podessem” (CDJ, II, cap. XLV, p. 108).

sendo atulhado pela passagem do tempo¹¹⁸, a camada superior que se ia depositando no seu interior arrastaria todo o tipo de elementos que estivessem dispostos à superfície (ou dentro da camada de terra superficial). A presença de fragmentos de cerâmicas posteriores ao século XIV, também identificados por Helena Catarino em 1999 e por Maria Antónia Amaral nas campanhas de 2007 e 2008, podem ter resultado dessa ação de escorrimento de terras superficiais para o interior das aberturas no solo¹¹⁹, longe do contexto da batalha.

Contrariamente às cerâmicas, as pedras calcárias encontradas em parte do fosso, e posteriormente em algumas covas de lobo, são associadas por Afonso do Paço aos momentos que precederam o confronto (PAÇO: 1958; 1960a; 1961; 1965a e 1965b). Além de não serem endémicas, estas pedras mostravam sinais de afeiçãoamento, o que as tornaria mais aerodinâmicas, próprias para arremesso, fosse à mão ou com uma funda¹²⁰. Estes exemplares “tendo sido facetadas primitivamente, devido a uma longa exposição à intempérie ou acção das águas, apresentavam-se agora com a superfície e arestas bastantes corroídas” (PAÇO, 1958, p. 42); portanto, além de afeioadas, seriam também antigas.

Entre as descrições de Afonso do Paço não encontramos referência a outros objetos ou materiais. Porém, existem no Museu Militar de Lisboa três artefactos com proveniência do campo de batalha de São Jorge e que foram descobertos nas campanhas de 1958 a 1960. Trata-se de duas esporas (uma com ponteira em bico e outra em estrela), as quais estão guardadas nas reservas daquele museu, e de uma ponta de lança, que se encontra em exposição na sala dedicada a Aljubarrota.

¹¹⁸ Conforme atesta o próprio Afonso do PAÇO: “Finda a batalha, e com o andar dos tempos, todas as covas e fossos se encheram de vegetação e terras negras caídas dos lados” (1965b, p. 10).

¹¹⁹ A parte norte do fosso apresentou um enchimento diferente, composto por calhaus rolados e saibro, sem indícios da terra escura superficial. Segundo Afonso do PAÇO, “fica-se com a impressão de que fora entulhado pouco depois da sua abertura, utilizando-se para isso, de preferência, calhaus rolados que se tivessem acumulado nas imediações” (1958, p. 44). Para este caso não foi mencionada a presença de cerâmica nem de pedras calcárias, o que pode ser justificado pelo facto de, no mesmo troço do grande fosso, o arqueólogo se ter deparado com dois momentos de entulhamento distintos. Em outros troços e apêndices deste fosso, voltaram a encontrar a ‘terra negra’ como enchimento.

¹²⁰ De facto, a *Corónica do Condestável* descreve que “eram as pedras muitas, que lançavam os homens de pee de ãa parte aa outra” (CC, cap. LI, p.141).



Figura 17 - Artefactos encontrados no campo de São Jorge - Museu Militar de Lisboa (foto do autor)

Nas seguintes campanhas e sondagens arqueológicas não se registaram quaisquer outros achados, semelhantes, relacionáveis com a batalha. A estranheza causada por esta ausência de vestígios, por pequenos ou pouco representativos que fossem, pode estar associada a dois fatores: a natureza do solo e a composição dos materiais. Seguindo de perto a análise que a abertura dos solos entre 1958 e 1960 proporcionou, a área em que operaram os combatentes de Aljubarrota é composta por três estratos principais. Um primeiro estrato superficial composto por terra húmida com cerca de 0,20 m, seguido por uma camada de areão grosso com 0,50 m e, a partir daqui, a presença de saibro rijo, dentro do qual assentava o fundo dos fossos e covas de lobo (PAÇO, 1960a, p. 12). O estrato inferior apresenta característica argilosa, por conseguinte impermeável, cuja acumulação e retenção de água nos períodos chuvosos era seguida de uma secagem das terras nos períodos mais quentes (sendo o estrato do meio composto por areão, este permite a passagem de água para a camada inferior e, em sentido contrário, a volatilização da mesma), o que se traduz numa amplitude de temperatura e de humidade pouco favorável à preservação de qualquer tipologia de materiais que tivessem permanecido enterrados, nomeadamente na camada inferior, a que corresponde o fundo dos fossos e das covas.

Um segundo aspeto está relacionado com a perenidade dos materiais. Considerando que uma boa parte dos objetos seria constituída por elementos de durabilidade reduzida (p. ex: tecido, madeira ou couro), independentemente do solo

ou estrato em que pudessem estar depositados, a sua decomposição seria inevitável. Relativamente aos equipamentos metálicos (que essencialmente compunham o arnés, o armamento e alguns acessórios, como as fivelas e os pregos/cravos), estes dependiam das condições ambientais para uma melhor ou pior preservação. O contacto com o oxigénio e com o carbono provoca uma acelerada oxidação do ferro (vulgo ferrugem) e a deterioração total do objeto; contudo, a retenção de peças metálicas em ambiente hermético, como o caso dos solos, depende em grande medida da composição do terreno (humidade, acidez, etc.). No caso dos solos do campo de S. Jorge, aparentemente, estes não reúnem as condições mais propícias à preservação. As esporas e a ponta de lança encontradas são compostas por um aço mais resistente devido à composição da liga metálica, principalmente no caso das esporas, que apresentam melhor estado de conservação. A combinação de metais que resultou do processo de fabrico do aço conferiu-lhes maior resistibilidade. Ainda assim, o seu número representa um resultado pouco satisfatório para a quantidade de homens, de cavalos, de armamento e de outro equipamento militar envolvidos na peleja. Talvez algum outro motivo adicional (que nos é para já alheio) possa explicar a ausência de mais artefactos bélicos¹²¹.

Na campanha de 1999, a arqueóloga Helena Catarino identificou junto das covas de lobo encontradas, e no interior destas, cerca de três elementos metálicos (cravos/pregos) relacionáveis com a época da batalha e dois fragmentos de bordos

¹²¹ Não pretendemos avançar para o domínio da especulação na tentativa de encontrar uma, ou mais, explicações para esta ausência. De facto, sendo o mesmo solo e havendo outros objetos constituídos pelo mesmo tipo de aço (outras esporas, outras pontas de lanças ou de seta, etc.), a ausência de artefactos não pode ser apenas explicada exclusivamente através da tipologia do solo e da matéria-prima das peças deixadas em campo. A intensificação da agricultura ainda antes das primeiras campanhas arqueológicas pode ter contribuído para a destruição de uma parte dos vestígios que se encontrariam dentro da profundidade de alcance da maquinaria utilizada (estimada entre os 0,40 e 0,50m, pelo menos). Mesmo no decorrer de trabalhos manuais no solo, menos destrutivos, eventuais objetos encontrados no campo de S. Jorge, ao longo do tempo seriam certamente recolhidos pelos seus achadores. O numisma afonsino encontrado na vala que continha as ossadas estava preservado no estrato superior, pois foi encontrado no limite de enchimento da mesma, e, estando esta vala muito próxima da parede da Ermida, provavelmente não sofreu revolvimentos do solo para trabalhos agrícolas ou similares. Afonso do Paço ainda encontrou um conjunto (não especificado) de numismas por debaixo de algumas lajes, no interior da Ermida, porém essas moedas estavam em contexto de sepultamento, não apresentando uma relação específica com a batalha (PAÇO, 1960a, p. 17). Helena Catarino não se mostrou alheia a este problema, tendo mesmo indicado que: “não será de estranhar a escassez de espólio arqueológico exumado nas sondagens efectuadas, visto que o exército português aí permaneceu o tempo suficiente para recolher armas (...) outro material pode ter sido aproveitado pelos agricultores da região, para posterior refundição” (CATARINO, 2003, p. 264). Da nossa parte, deixaremos para já o problema em aberto.

cerâmicos. Porém, os estratos superiores, principalmente os superficiais a que corresponde o alcance da lavoura, encontravam-se contaminados com materiais mais recentes, nomeadamente entulhos de construção (tijolo, telhas, pregos, etc.), assim como faianças tardias e outros fragmentos de cerâmica comum moderna. Apesar de os “pequenos pregos e «cravos» pertencentes seguramente a ferraduras dos cavalos que caíram nas «armadilhas» militares” (CATARINO, 2003, p. 264), o certo é que durante a escavação “verificou-se estarem completamente ausentes quaisquer materiais arqueológicos relacionados com armas utilizadas na Batalha de Aljubarrota” (*idem*, pp. 259-260).

Ainda na sequência do conjunto de vestígios não relacionáveis com o contexto da batalha, Helena Catarino assinalou a presença de “uma raspadeira e duas lascas de sílex, com vestígios de retoque” (*idem*, p. 260), o que levou a arqueóloga a colocar a hipótese da existência de uma estação pré-histórica nas proximidades, o que viria a confirmar-se com a identificação de um povoado do Paleolítico Superior “com zona de talhe de sílex” (AMARAL, 2007/08) nas escavações de 2007 e 2008, por Maria Antónia Amaral. Também por esta arqueóloga foram identificados conjuntos de louça recente, à semelhança da campanha anterior, principalmente junto ao caminho da esplanada “aonde surgiu uma enorme mancha de cerâmica comum dos séculos XIX e XX” (*ibidem*). Mantemos avivada a esperança que futuras intervenções arqueológicas possam contrariar esta tendência e que novas evidências de armamento sejam encontradas no campo militar de São Jorge.

- **2.3 – Reconstituição teórica**

A reconstituição teórica de Aljubarrota foi pautada, diríamos, por dois momentos distintos: o ante e o pós descoberta arqueológica do dispositivo defensivo (de matriz nitidamente inglesa) organizado no campo de batalha.

Apesar de algumas fontes documentais mais próximas do acontecimento mencionarem a fortificação da posição portuguesa, três das principais narrativas (Pero López de Ayala, a *Corónica do Condestável* e Fernão Lopes) são praticamente omissas nesta matéria. Ora, sendo as crónicas as obras literárias de maior difusão, a omissão de referências a defesas acessórias acabou por influenciar as sucessivas reconstruções teóricas: *quod non est in actis non est in mundo...*

Até ao momento da sua descoberta, em meados do século XX, a historiografia limitava-se, em geral, a reproduzir as fontes narrativas ibéricas, com maior ou menor grau de interpretação teórica, muitas vezes com um discurso redundante. Esta circunstância sobressai principalmente com o aumento da produção de obras impressas, que se verificou a partir do século XVIII. Alguns trabalhos como o de Bernardo de Brito, autor dos *Elogios dos Reis de Portugal* (1726), ou o de José Soares da Silva, autor das *Memorias para a História de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. João I* (1732), são disso exemplo. Também do lado de Castela algumas versões da batalha foram dadas à estampa, como a entrada de *Aljubarrota* no *Gran Diccionario Historico* de Joseph de Miravel y Casadevante (1753).

Todavia, a partir de meados do século XIX, alguns autores debruçaram-se sobre o tema de Aljubarrota e começaram a contrariar essa tendência, conferindo aos seus textos um certo cunho de reflexão e de crítica. As interpretações dos acontecimentos tendiam a incidir no detalhe, direcionando a investigação para o levantamento de problemáticas e questionando o rigor das principais fontes documentais. Esta nova prática encontra-se implícita em obras como as de M. Vieira da Natividade, na publicação dos seus pareceres em *A Batalha de Aljubarrota (Notas). Carta ao sr. Oliveira Martins* (1841), ou em partes de obras mais alargadas como a de João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, na qual o autor dedica o capítulo *Batalha d'Aljubarrota* no seu livro: *Galeria Pitoresca da Historia Portuguesa* (1842). Crispín Ximénez de Sandoval dedica-se inteiramente ao tema na sua dissertação: *Batalla de*

Aljubarrota, Monografia histórica y estudio crítico-militar (1872); Manuel Pinheiro Chagas em *Aljubarrota* (1874); A. Osório de Vasconcellos no capítulo *Aljubarrota* em obra composta: *Batalhas dos Portuguezes* (1875) e novamente Pinheiro Chagas com uma entrada sobre a referida batalha na sua edição do *Diccionario Popular* (1876). Oliveira Martins dedica-se à figura do condestável em *A Vida de Nun'Álvares* (1893), uma obra que viria a ser reconhecida com diversas reedições (até ao tempo recente). De entre os autores oitocentistas acrescentaremos ainda o capítulo *A Batalha de Aljubarrota* que António Francisco Barata incluiu na obra de 1895: *A Monja de Cister: Chronica Eborensis de 1369 a 1385*.

Na viragem para o século XX, a tendência da produção científica e literária mostrou-se mais segmentada, isto é, surgiram novos trabalhos especificamente dedicados a matérias ou problemáticas individuais relacionadas com o combate de Aljubarrota, tanto no que respeita aos momentos da ação, como também às personagens. Foi ainda antes das descobertas de Afonso do Paço que despontaram diversas biografias (quase sempre com a figura de Nun'Álvares em destaque), mas também alguns trabalhos reservados a outras temáticas, como por exemplo os assuntos políticos, as relações de Corte, as transformações/revoluções sociais, ou até mesmo os preceitos militares medievais. Com a nova centúria começava, pois, a esboçar-se um panorama mais completo de reconstituição teórica da Crise de 1383-1385 e da chamada «Batalha Real».

Angelina Vidal recordou Aljubarrota no segundo volume de *Lisboa antiga e Lisboa moderna* (1901), nomeadamente a volumetria dos contingentes e a importância do seu desfecho (apesar de o intuito específico da obra se prender mais com a cidade de Lisboa). José Manuel de Noronha, pelo seu lado, contribuiu para o estudo da vida do condestável em *Nun'Álvares heroe e santo* (1915), no mesmo ano em que Anselmo Braamcamp Freire elaborou um estudo para a reedição da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*. Charles Oman, historiador militar inglês, não deixou de referenciar a batalha de Aljubarrota (ainda que *en passant* e com algumas imprecisões) no segundo volume da obra *A History of the Art of War in the Middle Ages* (1924), dedicada aos anos de 1278 a 1485, assim como outro investigador inglês de interesses e talentos

múltiplos, chamado William J. Entwistle (1895-1952), que publica o interessante artigo¹²² *The English Archers at Aljubarrota, 1385*, no ano de 1928.

Augusto Botelho da Costa Veiga, nome grande já aqui citado, dedicou-se às operações do condestável em *De Estremoz a Aljubarrota. Quinze dias de operações militares de Nun'Alvares* (1930, um trabalho essencial ainda que ligeiramente incompleto¹²³). Ainda na década de trinta, foram enriquecidos os estudos sobre a batalha através da obra de Eduardo Marrecas Ferreira, em *Aljubarrota pequena monografia* (1931), mas coube sobretudo a Belisário Pimenta insistir na figura do condestável, com duas publicações complementares: *Nun'Alvares Pereira chefe militar* (1932) e *Nun'Alvares chefe militar* (1933). William J. Entwistle, novamente dedicado ao tema, concentra-se na reedição da Segunda Parte da *Crónica de D. João I* e elaborou um estudo introdutório a esta obra – *Prolegómenos a uma edição de Fernão Lopes* (1934). Pelo seu lado, o ilustre historiador Jaime Cortesão avançou com uma adaptação da *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Alvares Pereira* (1937), enquanto Mário Gonçalves Viana tirava partido de uma coleção sobre figuras nacionais para publicar o estudo *Nuno Álvares* (1938).

Na década de quarenta, coube a um grande mestre da Universidade de Coimbra, Salvador Dias Arnaut, assinar, no mesmo ano, dois títulos com muito interesse para a nossa averiguação: *A Batalha de Trancoso e Froissart e João Fernandes Pacheco* (ambos de 1947). William J. Entwistle publicou pouco depois o seu artigo sobre *Nun'Álvares e a defesa de Portugal* (1949), enquanto Alberto Andrade Silva se ocupou de *A Batalha de Aljubarrota* (1949 e 1950). Na viragem para a década seguinte, o prolífico escritor, jornalista, historiador e publicista Mário Domingues (nascido na ilha de Príncipe, em 1899) investigou a figura de Nun'Álvares em *A vida grandiosa do Condestável* (1950), enquanto Augusto da Costa Veiga se voltava para

¹²² De interesse ao nosso estudo, destacamos as referências que William J. Entwistle confere à Primeira Posição Portuguesa. Neste artigo, o autor propõe que a respetiva localização estaria num ponto elevado, mais precisamente “where the road tops the ridge” (p. 203), ou seja, no ponto de interseção em que a estrada alcança o topo da encosta norte do planalto de S. Jorge.

¹²³ Costa Veiga recorre a um discurso organizado cronologicamente, em cujos capítulos correspondem às principais etapas da batalha (sem ignorar os momentos e contextos antecedentes). O autor demonstra uma preocupação no detalhe, apresentado uma série de cálculos, reflexões e, até, desconstrução de antigas propostas que não se enquadravam na nova historiografia sobre Aljubarrota. É, inclusivamente, o primeiro autor a propor uma localização concreta para a Primeira Posição, “considerando o ponto de cota 116 como provável *centro da vanguarda* na 1.ª posição portuguesa” (p. 91).

uma testemunha decisiva, em *Ayala e Aljubarrota* (1951). Pouco depois, Henrique Barrilero Ruas recentraria o foco na personagem principal, em *Vida do Santo Condestável Dom Nuno Álvares Pereira* (1955), precisamente no mesmo ano em que Peter E. Russell apresentava em Oxford a sua seminal tese de doutoramento: *The English intervention in Spain & Portugal in the time of Edward III & Richard II*, traduzida (muito) posteriormente para o português e para o castelhano.

Como já vimos, em 1958, Afonso do Paço identificou uma parte substancial do sistema defensivo utilizado pelo exército anglo-português no campo de batalha e divulgou os resultados preliminares da sua pesquisa. Entre 1958 e 1965, este autor dedicou pelo menos seis publicações aos resultados da campanha arqueológica (1958-1960) e mais dois a outros temas relacionados com a batalha, nomeadamente um sobre as ossadas encontradas junto à Ermida e outro sobre o lendário em Aljubarrota. A descoberta e divulgação do dispositivo defensivo em São Jorge foi determinante para confirmar o sistema tático utilizado durante a batalha, mas, por outro lado, motivou uma série de incertezas, relacionadas com o momento da sua construção, com a antevisão estratégica, com a articulação em combate, com a sua eficácia, ou até com a sua absoluta autenticidade. Estas novas problemáticas estimularam um debate intenso, bem ilustrado pelas publicações que se seguiram.

Assim, logo em 1958, foi dada à estampa o importante título *Aljubarrota - Trabalhos em execução de arqueologia militar*, de autoria conjunta de Costa Veiga, Gastão de Mello de Mattos e Afonso do Paço, sendo esta a primeira obra de divulgação das descobertas arqueológicas no campo de S. Jorge, subscrita justamente pelos membros da Comissão de História Militar incumbidos de tais trabalhos. Até ao final da campanha arqueológica, Afonso do Paço publicou o artigo *Novos documentos sobre a Batalha de Aljubarrota* (1959), no mesmo ano em que Avelino Barbieri Cardoso contribuía para a divulgação e reflexão sobre o sistema defensivo em *A posição e o dispositivo para a Batalha* (1959); no ano seguinte (o último de trabalhos de campo), Afonso do Paço avançou com mais dois títulos: uma recolha etnográfica, em *Do lendário da Batalha de Aljubarrota*; e, ainda, mais resultados dos trabalhos de campo, em *Escavações no Campo da Batalha de Aljubarrota. Estado actual do problema* (1960).

Terminados os trabalhos de campo começaram a surgir, logo em 1960, as primeiras interrogações relacionadas com o dispositivo defensivo encontrado. Assim, António Henrique de Araújo Stott Howorth, na obra intitulada precisamente *A Batalha de Aljubarrota (Dúvidas, certezas e probabilidade militar inerente)*, de 1960, impressionado com a quantidade de covas descobertas em apenas uma parte do campo de batalha (recordamos que foram 830), questionou se as mesmas teriam “sido preparadas após aquela formidável meia hora de batalha que destruiu a vanguarda castelhana” (HOWORTH, 1960, p. 89), ou seja, depois da batalha, dispendo-se assim de mais tempo para a sua execução. Pedro Alves Cabral publicou na mesma altura (nas edições da Mocidade Portuguesa) uma reconstituição teórica da batalha sob o título *A Batalha de Aljubarrota* (1960); pela primeira vez, foi questionado se “teriam sido algumas defesas idênticas construídas no primeiro dispositivo português?” (CABRAL, 1960, p. 14), isto é, se estaria a denominada Primeira Posição Portuguesa também ela fortificada com semelhante dispositivo¹²⁴. Francisco Holbeche Fino retomou então a figura do condestável, mas, perante as novas evidências encontradas no campo de batalha, a ação de Nun’Álvares passava agora, na generalidade dos trabalhos biográficos, a ser escrutinada sob uma perspetiva de pendor mais tático e estratégico; assim sucedeu, desde logo, no trabalho de Holbeche Fino intitulado *D. Nuno Álvares Pereira como técnico militar* (1960). Ainda no mesmo ano, o coronel Belisário Pimenta avançou com o importante estudo comparativo *Aljubarrota e Crécy*, enquanto J. M. Cordeiro de Sousa produzia um interessante artigo sobre *A inscrição da Ermida de Aljubarrota*.

Augusto da Costa Veiga daria continuidade a esta tendência para o estudo estratégico e tático através da obra *Algumas palavras sobre as prováveis concepções tácticas de Nuno Álvares nas duas sucessivas posições de Aljubarrota* (1961), mas não foi o único autor a proceder desta forma; na verdade, também Manuel Maria Wermers publicou no mesmo ano o estudo/levantamento *Nun’Álvares Pereira: a sua cronologia e o seu itinerário*, recorrendo ao condestável para recriar as opções táticas perfilhadas pela hoste de D. João I no dia da batalha. Por essa altura, Afonso do Paço retomou a

¹²⁴ William James Entwistle já tinha sugerido como “provável que fortificariam as duas posições” (ENTWISTLE, 1949, p. 176), mas este quadro insere-se no conjunto de trabalhos realizados antes da descoberta arqueológica de Afonso do Paço, portanto, ainda obedecendo a outro tipo de conjectura.

divulgação dos resultados da sua campanha arqueológica, publicando *Novos Aspectos da Batalha de Aljubarrota* (1961), onde aproveitou para contestar e esclarecer algumas alegadas ambiguidades sobre o dispositivo defensivo por ele descoberto¹²⁵. Ainda no ano de 1961, J. M. Cordeiro Sousa publicou um pequeno artigo intitulado *Hipótese acerca da Batalha de Aljubarrota*, no qual defendia que a investida franco-castelhana contra a posição portuguesa teria sido montada, ou seja, recorrendo à cavalaria e não à infantaria. Esta tese seria contestada por Gastão de Mello de Mattos em conferência proferida no final desse mesmo ano, tendo as respetivas alegações sido publicadas no ano seguinte, em *Considerações tácticas sobre a batalha de Aljubarrota* (1962); aqui se defende que a investida inimiga terá sido executada a pé, e não a cavalo.

Pela mesma altura, Afonso do Paço publicava *Em torno de Aljubarrota. O problema dos ossos dos combatentes da Batalha* (1962), enquanto Salvador Dias Arnaut se debruçava sobre a recriação do “palanque” construído pelos Portugueses (*grosso modo*, averiguava se seria uma estrutura ou uma paliçada) em *Algumas notas sobre a campanha de Aljubarrota* (1962). No mesmo número da *Revista Portuguesa de História* em que Arnaut publicou as suas *Notas*, Peter E. Russell dava conta da sua relevante investigação sobre os Ingleses que estiveram envolvidos no confronto, ao apresentar a tradução de um artigo já publicado em 1959, mas agora sob o título *Os Ingleses em Aljubarrota: um problema resolvido através de documentos do Public Record Office, Londres*. Mostrando como o debate sobre Aljubarrota estava então ao rubro, J. M. Cordeiro de Sousa insistiu, pela última vez, na tese da investida montada do contingente franco-castelhano em *Ainda sobre uma hipótese acerca da Batalha de Aljubarrota* (1963); neste mesmo ano, Joel Serrão assinou uma entrada exclusiva sobre Aljubarrota no seu célebre *Dicionário de História de Portugal*.

As duas últimas publicações sobre o tema assinadas por Afonso do Paço ocorreram em 1965; trata-se dos trabalhos *Colaboração de arqueólogos e historiadores para a solução de alguns dos problemas de Aljubarrota* (memória de uma palestra proferida em 1962) e *Escavações de carácter histórico realizadas no campo da*

¹²⁵ A título de exemplo, sobre as considerações que Stott Howorth publicara em 1960 (sugerindo que a maioria da abertura de fossos e covas de lobo teria decorrido após a batalha), Afonso do Paço respondeu abertamente: “Escreveu-se que o sistema defensivo encontrado poderia ter sido em parte aberto depois da batalha, na previsão de reagrupamento e novo ataque de Castela. Tal não nos parece de admitir. As pedras [de calcário não endémico] encontradas em toda a zona dentro das covas e fossos são, quanto a nós, prova do contrário” (PAÇO, 1961, p. 17).

batalha de Aljubarrota. No ano seguinte, Irene de Jesus Teixeira Crespo, no âmbito da produção da sua tese de licenciatura na Universidade de Coimbra (orientada por Salvador Dias Arnaut), lançou um olhar muito interessante sobre o cronista francês e sobre os seus ‘relatos portugueses’, em *Froissart e os acontecimentos portugueses dos finais do século XIV* (1966). A fechar a década de sessenta, Belisário Pimenta, em *Defesa do sistema militar de Nun’Álvares Pereira* (1968), questionou se a rotura da vanguarda portuguesa, por pressão da investida castelhana, teria sido “consequência real do ataque ou seria deliberada?” (PIMENTA, 1968, p. 70).

Como se percebe, no decénio imediato à primeira campanha arqueológica realizada no campo de batalha (1958-1968), é perceptível a enorme influência que as descobertas de Afonso do Paço tiveram sobre o debate relativo a Aljubarrota. A quantidade de títulos e a versatilidade dos temas é bem representativa da importância que a identificação do sistema defensivo em São Jorge teve para a reconstituição teórica do episódio. Nas décadas seguintes, o tema permaneceu ativo, ainda que mostrando outra cadência, destacando-se sobretudo em momentos que assinalavam efemérides, como aconteceu em torno do ano de 1985, ou seja, por altura das comemorações do sexto centenário da batalha, ou em 2009, graças à canonização de D. Nuno Álvares Pereira.

Desta forma, na transição para os anos setenta mantinha-se acesa a controvérsia, animada por diversos autores, relativamente à autenticidade do dispositivo defensivo, principalmente no que respeita às covas de lobo. Frederico Alcide de Oliveira foi um dos autores que questionou a relação direta das covas com a batalha, no importante estudo *Aljubarrota dissecada* (1979), um completo e rigoroso trabalho onde o autor explora uma série de temáticas¹²⁶. Porém, assumiu a tese de que o formato das covas, assim como o traçado e a orientação das mesmas, não se ajustam às funções táticas necessárias à defesa da posição anglo-portuguesa. Segundo

¹²⁶ Esta obra constituiu uma referência para trabalhos posteriores, em parte pela minúcia demonstrada e pela congregação de diferentes aspetos pertinentes para o estudo da batalha, tais como os preceitos militares coevos, a abordagem às fontes, os cálculos relativos à velocidade de deslocação das tropas, o número de efetivos, a temporização dos diversos momentos da batalha e até o tempo necessário para a construção do dispositivo defensivo, apenas para enumerar alguns dos aspetos mais relevantes. Alcide de Oliveira dedica-se ainda ao estudo do terreno respeitante às duas posições portuguesas, tendo avançado com uma nova proposta para a localização da Primeira Posição: “à altura das curvas de nível 100 e 110” (p. 65). Neste caso propõe uma localização mais próxima das ribeiras que correm no sopé do planalto de São Jorge, quando comparada com a anterior proposta de Costa Veiga (1930) que propunha a cota 116 como o local onde estacionara a vanguarda portuguesa.

a interpretação do mesmo autor, as covas já existiriam no local antes de 14 de agosto de 1385, tendo sido aproveitadas pelo condestável para a batalha, logo “*as covas foram uma determinante de escolha da posição e não uma sua consequência*” (OLIVEIRA, 1979, p. 110). No mesmo ano, Nuno Valdez dos Santos (outro militar distinto) assumiu como válida a argumentação de Alcide de Oliveira, em *Certezas e incertezas da Batalha de Aljubarrota*¹²⁷. No ano seguinte, Alcide de Oliveira manteve a mesma convicção, em *Aljubarrota – Em demanda da coerência*, alegando que as covas são o resultado da colheita de argila para as atividades oleiras da região (OLIVEIRA, 1980, p. 40).

Curiosamente, pouco depois, Vasco Gonçalves publicava, num suplemento do jornal «O Diário» (datado de 11 de dezembro de 1983), um ensaio comemorativo da *Revolução de 1383-85* em que incluía uma breve descrição da batalha... Alcançado o ano de 1985, as comemorações dos seiscientos anos de Aljubarrota provocavam – já se vê – um significativo acréscimo de publicações e, inclusivamente, uma reavaliação das estruturas defensivas no campo de batalha. Foi então que Fernando Severino Lourenço, como já foi explicado, reabriu parte do grande fosso e colocou a descoberto algumas covas de lobo (as que não tinham sido entulhadas e apenas estavam cobertas com tijolo), numa tentativa de clarificar a autenticidade do dispositivo (severamente desvirtuado por alguns autores) e a natureza da sua função relativamente à batalha. Publicado o seu parecer em *O sistema defensivo da Batalha de Aljubarrota* (1985), as conclusões que apresenta pretendem abrir espaço para novas propostas. Sugere mesmo que o traçado irregular e a orientação das covas (que para Alcide de Oliveira e Nuno Valdez dos Santos eram apenas o resultado da colheita de argila), podem indiciar as condições em que o dispositivo foi construído, “se o trabalho tiver sido feito de noite, à pressa, e ainda, pela descontinuidade de trabalho ou até de pessoal” (LOURENÇO, 1985, p. 12). Com isto, Severino Lourenço estava de acordo com os autores que defendiam ser improvável a abertura de tantas covas e fossos em tão pouco tempo (as escassas três a quatro horas de que o contingente português dispôs

¹²⁷ Nuno Valdez dos Santos segue a mesma linha de pensamento anterior, ao sugerir que as covas foram construídas para outra finalidade, não reconhecendo a eficácia das mesmas durante o combate. As suas palavras seguem de muito perto as considerações de Alcide de Oliveira: “Além disso a finalidade das chamadas «covas de lobo» era de servirem de obstáculo e armadilha à cavalaria inimiga, a sua quantidade, densidade, mau enxadrezamento, possível falta de dissimulação e, principalmente, o seu afastamento da vanguarda e alas das nossas forças, torná-las-ia pouco eficientes” (SANTOS, 1979, p. 6).

na segunda posição, até à chegada do adversário), mas também contrariava as alegações de quem não reconhecia estes elementos como tendo sido parte integrante de um sistema defensivo construído para a batalha de Aljubarrota.

Ainda no decurso do ano de 1985, a Academia Portuguesa da História assinalou os seis séculos da «Batalha Real» com a publicação de *Batalha de Aljubarrota - Comemoração do VI Centenário*, que configura a memória de uma sessão que decorreu em junho do mesmo ano; esta fora apresentada por Manuel Themudo Barata (Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar), com a conferência *Aljubarrota – Pórtico de uma Idade Nova*, e por Carlos Bessa, com a comunicação *Memória da «Batalha Real» no 6º Centenário* (onde o autor assume que a escolha da Primeira Posição Portuguesa faria prever a recusa franco-castelhana em combater nesta frente). Jorge Campos Tavares, pelo seu lado, publicou uma obra ilustrada em *Aljubarrota a Batalha Real (14-VIII-1385)*, enquanto Jorge Borges de Macedo publicava *Aljubarrota: o epílogo militar da crise de 1383-1385*, no jornal “Semanário” (edição de 10 de agosto de 1985) e José Hermano Saraiva escrevia o artigo *Aljubarrota e as gavetas do silêncio* (onde recorda o pouco conhecido episódio da execução de prisioneiros franceses no decurso da batalha), no jornal “Diário Popular” (datado de 14 de agosto de 1985). Enquanto isso, a Direcção da Arma de Engenharia publicava, no respetivo boletim informativo (julho-agosto de 1385) um artigo, de autoria desconhecida, intitulado *A engenharia militar em Aljubarrota*.

O ano seguinte (1986) não foi menos rico em estudos sobre o combate de que nos ocupamos. Luciano Cristino apresentou o tema *A Batalha antes da “Batalha”* (importante para o conhecimento da geografia da região no século XIV); o tenente-coronel António Pires Nunes escreveu o opúsculo *D. João e D. Nuno. Chefes Militares em Fernão Lopes*; o tenente-coronel Nuno José Varela Rubim publicou o precioso estudo *Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na Batalha de Aljubarrota*; e o general José Alberto Loureiro dos Santos deu à estampa o trabalho *Abordagem estratégica da Guerra da Independência*.

Em 1987, publicaram-se as atas de *Aljubarrota 600 Anos – Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, com cerca de vinte e dois artigos das mais variadas temáticas, com extensão e qualidade muito desiguais, de entre os quais destacamos: o estudo de Carlos Gomes Bessa sobre *Batalha dos Atoleiros. Seu*

carácter precursor em Portugal; o trabalho de Frederico Alcide de Oliveira sobre *A Batalha de Trancoso*; o artigo de Renato Marques Pinto sobre *A Batalha de Aljubarrota*; e, ainda, os textos biográficos de Henrique Barrilaro Ruas sobre *Nun'Álvares* e de Salvador Dias Arnaut sobre *D. João I, grande rei, grande reinado*. A fechar a década de oitenta, João Gouveia Monteiro publica o seu primeiro livro, dedicado a *Fernão Lopes Texto e Contexto* (1988).

A partir da década de noventa verificou-se uma redução na publicação de temas diretamente relacionados com o combate travado em Aljubarrota, mas, por outro lado, notou-se um acréscimo de artigos e de trabalhos sobre matérias com interesse para a sua contextualização. Os estudos medievais adquiriam então novos e mais alargados contornos. Para o nosso tema interessam particularmente os trabalhos que se relacionam com a história militar medieval, mas muitos outros domínios de investigação foram sendo aprofundados: políticos, sociais, institucionais, religiosos, mentais, etc. Graças a uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade medieval portuguesa (devendo aqui destacar-se os trabalhos dos Professores José Mattoso, Oliveira Marques, Humberto Baquero Moreno e Maria Helena da Cruz Coelho), também os acontecimentos que rodearam a batalha de Aljubarrota começaram a adquirir um outro alcance, principalmente o seu contexto político e social, mas também os principais preceitos, obrigações e condicionalismos militares. Seria no domínio da história militar medieval que viriam a florescer novos trabalhos, dotados de um rigor científico sem precedentes.

Assim, retomando os temas consagrados à batalha, em 1991 José Luís Martin reeditou as *Crónicas* de Pero López de Ayala, acompanhada de notas e de um valioso estudo introdutório. Alguns artigos sobre Aljubarrota foram ainda publicados, como no suplemento cultural do jornal «Diário de Notícias» (datado de 6 e 13 de janeiro de 1994) e que deu à estampa um texto de Luís Raposo intitulado *A propósito de Aljubarrota: Da História-Crónica à Arqueologia-Ciência* (reproduzido novamente em 1996 na compilação de crónicas arqueológicas: *A Linguagem das Coisas. Ensaios e Crónicas de Arqueologia*), assim como artigo (de 1995) de João Gouveia Monteiro intitulado *A campanha anglo-portuguesa em Castela, em 1387 – técnicas e tácticas da guerra peninsular nos finais da Idade Média*. Este último autor publicaria a sua tese de doutoramento em 1998: *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, para a

produção da qual foram realizadas sondagens geofísicas no campo de S. Jorge, cujos resultados seriam publicados mais detalhadamente em obra posterior.

Na transição para o novo milénio, Saul António Gomes publicou *Memória da Batalha Real de 1385* (2000), no mesmo ano em que Mário Barroca editava a sua tese de doutoramento (de 1995) *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, que inclui, no seu segundo volume (tomo II), a já citada análise à inscrição patente na Ermida de São Jorge. Pela mesma época, Sir Peter Russell viu finalmente traduzida para português, por Maria Ramos e João Gouveia Monteiro, a sua tese de doutoramento oxoniense de 1955, agora intitulada: *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos* (2000). João Gouveia Monteiro intensificava então a sua produção científica, principalmente com temáticas relacionadas com a história militar medieval¹²⁸; o tema de Aljubarrota foi sobretudo abordado no artigo *A aventura da guerra no Portugal medieval*, em 2000; na monografia coletiva *Aljubarrota Revisitada*¹²⁹, em 2001; e no livro *Aljubarrota 1385 – A Batalha Real*, de 2003.

A reconstituição teórica da batalha de Aljubarrota proposta por João Gouveia Monteiro nestes dois últimos trabalhos (2001 e 2003) justifica uma nota adicional. O autor apresenta-nos uma articulação de várias temáticas relacionadas com a batalha, as quais servem não apenas para contextualizar o episódio, mas também para melhor compreender todos os seus momentos, incluindo as várias fases da peleja. À semelhança do cuidado que Alcide de Oliveira tivera com o detalhe na sua obra *Aljubarrota Dissecada* (de 1979), também Gouveia Monteiro congregou todos os elementos, cálculos e descrições na nova reconstituição da batalha. Com particular interesse para o presente trabalho, destacamos a atenção que o autor dedicou à Primeira Posição Portuguesa, indo ao encontro da proposta de Costa Veiga (1930 -

¹²⁸ Apesar de não incidir diretamente sobre o tema de Aljubarrota, não nos é possível ignorar também a publicação, já aqui mencionada, de *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português* (coordenação de Mário J. Barroca, João G. Monteiro e Isabel Cristina F. Fernandes, 2000), um importante catálogo sobre armamento medieval português; e ainda a *Nova História Militar de Portugal* coordenada por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, que, no seu volume I (coordenado por José Mattoso e publicado em 2003), reúne capítulos da autoria de Mário Jorge Barroca, João Gouveia Monteiro e Luís Miguel Duarte.

¹²⁹ Foi justamente nesta obra que o autor deu conta do importante trabalho multidisciplinar realizado no Campo Militar de São Jorge entre 1995 e 1999. Este empreendimento científico decorreu da realização da sua tese de doutoramento e envolveu sondagem geofísica, sondagem arqueológica e análise antropológica, todas a cargo de uma equipa pluridisciplinar da Universidade de Coimbra que envolveu também Helena Catarino, Eugénia Cunha, Fernando Pedro Figueiredo, Lídia Catarino, Carina Marques e Vítor Matos.

recorde-se que o autor localizava a posição à cota 116), mas analisando o assunto sob um ponto de vista mais estratégico, o que resultou numa proposta tática sobre a articulação das duas posições portuguesas com a qual estamos de acordo e que analisaremos com outro detalhe mais adiante (pensamos, nomeadamente, na possibilidade de conceção antecipada do sistema).

A arqueóloga responsável pela intervenção que decorreu em S. Jorge no ano 1999, Helena Catarino, publica, ainda dentro de 2003, o importante artigo *De Novo Sobre a Batalha de Aljubarrota: Os resultados da intervenção arqueológica de 1999* na revista de Arqueologia Medieval, onde descreve a respetiva campanha e resultados dos trabalhos de campo. Em 2005, Miguel del Rey publicou o artigo *La Batalla de Aljubarrota – La lucha por el poder en la Península* e, no ano seguinte, Miguel Gomes Martins deu à estampa a obra *A vitória do quarto cavaleiro O cerco de Lisboa de 1384*, tendo João Gouveia Monteiro produzido o estudo *A Batalha de Aljubarrota. Novas Interpretações*. Também em 2006, José António Rodrigues Carmo concluiu a dissertação de mestrado *A Batalha de Aljubarrota – Uma explicação geográfica* (a que aludiremos mais adiante), enquanto Luís Miguel Duarte assinou a obra *Guerra pela Independência 1383-1389*. Este último autor dedicou-se, em 2007, novamente ao tema, com a publicação de *Aljubarrota – Crónica dos Anos de Brasa*. No mesmo ano, Maria de Fátima Marinho publica um estudo sobre as referências a Aljubarrota na literatura portuguesa e Maria Gomes Pimenta dedica-se ao tema *A Padeira de Aljubarrota: Entre Ontem e Hoje*, ambas publicadas através da Fundação Batalha de Aljubarrota.

Em 2008, Mário Barroca editou, através da mesma fundação, a importante e já aqui citada compilação *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à Batalha de Aljubarrota* e coordenou ainda a tradução de Ana Sofia Laranjinha de *Jean Froissart (Crónicas) – Duas passagens relativas a Aljubarrota*. Este foi ainda o ano em que José Luís Martín Martín publicou, também através da Fundação Batalha de Aljubarrota, o título *Aljubarrota vista pelos Castelhanos*, ao passo que Luís Rosa escreveu a obra *O dia de Aljubarrota* e Maria Helena da Cruz Coelho deu à estampa uma exaustiva biografia de *D. João I*.

Em abril de 2009, D. Nuno Álvares Pereira foi canonizado pelo papa Bento XVI. Como era expectável, a conclusão feliz do processo de canonização provocou um surto

editorial em torno da figura do condestável. Porém, a maioria das publicações, como também já seria de esperar, correspondem a manifestações religiosas e romanceadas (os interesses do negócio editorial sobrepõem-se quase sempre ao interesse científico). Contudo, a publicação nesse ano das atas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* (evento que decorrerá entre 6 e 8 de novembro do ano anterior) configuraram uma honrosa exceção: perto de trinta e dois artigos recordam as conferências e comunicações então apresentadas; destacaremos apenas algumas: João Gouveia Monteiro, com *Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão em dar batalha à luz do “paradigma de Gillingham*; Ana Echevarría Arsuaga, com *La reorganización del ejército castellano tras el desastre de Aljubarrota*; Saul António Gomes, com *Um combatente de Aljubarrota: Garcia Rodrigues Taborda*; Fátima Regina Fernandes, com *A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno Álvares Pereira*; e Maria Antónia de Castro Athayde Amaral, com *Os vestígios materiais da guerra – o caso da Batalha de Aljubarrota (S. Jorge, Porto de Mós) e da Batalha de S. Marcos (Trancoso)*. João Gouveia Monteiro contribui para a divulgação internacional sobre Aljubarrota com o artigo *The Battle of Aljubarrota (1385): a reassessment*, publicado no *Journal of Medieval Military History*.

Ainda no decurso desta efeméride seriam reeditadas duas biografias: *A Vida Grandiosa do Condestável*, de Mário Domingues (original de 1950), e *A Vida de Nun’Álvares*, de Oliveira Martins (original de 1893). De entre as outras biografias e trabalhos então editados sobre o condestável, realçamos o abrangente estudo da autoria de Aires Augusto Nascimento, *Nuno de Santa Maria: Fragmentos de Memória Persistente* (2010). Também em 2010, João Gouveia Monteiro aborda a batalha de Aljubarrota na obra *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares: Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*; o coronel Victor Valente dos Santos (antigo Diretor do Museu Militar de São Jorge) concluiu a sua dissertação de mestrado sobre *Campo de Batalha, Lugar de Memória* e Vinício de Sousa publicou *A Vitória de Aljubarrota*. No ano seguinte, seria reeditada a *Corónica do Condestabre de Portugal*, pela Academia Portuguesa de História, com prefácio de Manuela Mendonça.

Ainda em 2011, coube a Miguel Gomes Martins editar *De Ourique a Aljubarrota – A Guerra na Idade Média* e a Rubén Sáez Abad apresentar a obra *Aljubarrota 1385 – Juan I de Castilla y la Guerra de Sucesión de Portugal*. Em 2012, João Gouveia Monteiro

publicou o artigo *A Batalha de Atoleiros – Ensaio Geral para Aljubarrota?* e, em 2013, Miguel Gomes Martins abordou a figura do condestável em *Guerreiros Medievais Portugueses*, enquanto Rui Natário incluiu Aljubarrota na sua publicação *As grandes batalhas da História de Portugal*. No ano de 2014, foram publicados pelo menos mais quatro títulos: Saul António Gomes editou através da Fundação Batalha de Aljubarrota a obra *A Batalha Real, 14 de Agosto de 1385*; Alexandre Borges mencionou a batalha de Aljubarrota em *As Vitórias Impossíveis na História de Portugal*; e o mesmo fizeram Sérgio Luís de Carvalho em *Os dias mais perigosos da nossa História* e Susana Lima em *As batalhas que fizeram Portugal*. O Padre Aires Nascimento não deixou cair a figura do condestável em esquecimento, dedicando-lhe ainda o artigo *Nuno de Santa Maria, o Santo Conde, em cânone de virtudes enunciado pelo príncipe D. Duarte* (2015).

Nos anos seguintes encontramos mais referências a Aljubarrota, ainda que superficiais, em títulos como: *Uma História Concisa de Portugal*, de Maria Cândida Proença (de 2015), ou em *100 Heróis e vilões que fizeram a História de Portugal*, de Pedro Rabaçal (em 2016). Para o ano de 2017 assinalaremos quatro obras, de natureza essencialmente divulgativa: novamente Susana Lima em *Aljubarrota. Tudo por um reino*; John dos Passos em *Portugal. Uma História de Conquista – Três séculos de grandes explorações e descobertas*; Luís António de Almeida em *Factos Memoráveis da História de Portugal*; e Elizabete Agostinho em *Os dias em que Portugal foi feliz*. Em 2018 foi reeditada a obra de João da Cunha Carvalho *Portugal (1842 - Galeria Pitoresca da Historia Portuguesa)* agora como *Portugal os grandes momentos da História*.

Aqui chegados, verificamos que a batalha de Aljubarrota não perdeu importância no seio da produção literária, seja de uma forma direta ou através de assuntos relacionáveis com o combate. Contudo, destaca-se um novo denominador comum: os novos títulos não abordam em exclusivo a batalha, pois a generalidade obedece a uma tendência editorial de publicação de obras generalistas e de divulgação, neste caso sobre batalhas ou sobre episódios alegadamente relevantes da história portuguesa, onde obviamente a batalha de Aljubarrota não pode ser ignorada. Ainda assim, independentemente do espaço ou da importância que estes novos autores dedicaram ao tema de Aljubarrota, sobressai um aspeto muito importante: a maioria assumiu como válida a reconstituição convergente dos principais autores que se encontram por detrás da nova historiografia de Aljubarrota, principalmente João

Gouveia Monteiro, Miguel Gomes Martins e Luís Miguel Duarte (todos eles ligados ao ensino universitário, berço da maioria dos novos autores e das mais recentes publicações relevantes). Os momentos da batalha, as opções táticas, a formação e disposição das tropas, a articulação entre as duas posições portuguesas, entre outros aspetos, são apenas alguns exemplos que não são ignorados nos trabalhos desses novos autores e em relação aos quais existe uma grande convergência de opiniões.

Fora do âmbito desta tendência, voltamos a 2017 para destacar uma nova (e mais completa) biografia do condestável: *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, Senhor Feudal, Santo – Os três rostos do Condestável*, da responsabilidade de João Gouveia Monteiro. Esta obra destaca-se entre as muitas publicações dedicadas ao condestável não apenas pelo seu carácter integrado (Nun'Álvares é aqui analisado nas vertentes político-militar, patrimonial e religiosa) e pelo seu rigor histórico e documental, mas também pela ousada proximidade à realidade do biografado, aos principais acontecimentos em que este interveio e ao ambiente, social, mental e religioso em que ele atuou. Complementarmente ao estudo de Aljubarrota, recordamos que a produção científica sobre a história militar portuguesa não cessou, pois muitos outros artigos e obras foram sendo dadas à estampa ao longo dos últimos anos¹³⁰, o que também tem auxiliado, e muito, ao enquadramento e à reconstituição teórica (principalmente tática e estratégica) da «Batalha Real».

Concluímos por aqui a nossa evocação dos títulos e autores que mais contribuíram para o *dossier* Aljubarrota, pelo menos daqueles a que tivemos acesso e que revelaram mais pertinência científica ou eficácia divulgativa (excluímos, logo à partida, conteúdos ficcionados e romanceados). Desconhecemos a dimensão total que a produção literária e científica sobre Aljubarrota possa ter alcançado, mas estamos confiantes de ter conseguido uma aproximação satisfatória, embora correndo o risco de incluir obras de escopo e qualidade muito diferenciados. Este levantamento

¹³⁰ Também neste ponto não podemos ignorar três obras recentes, que ilustram o rigor da nova historiografia militar: *História Militar de Portugal*, publicada em 2007, com textos de Nuno Severiano Teixeira (dir.), Francisco Contente Domingues e João Gouveia Monteiro; o capítulo “The Medieval Military History” (pp. 459-481) da autoria de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins presente na obra: MATTOSO, José (dir.), ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e & BRANCO, Maria João (ed.), *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*, de 2011, e ainda *War in the Iberian Peninsula 700-1600*, publicada em 2018 pela consagrada editora anglo-saxónica Routledge, sob a direção de Francisco García Fitz e João Gouveia Monteiro e contendo capítulos de mais 11 autores, entre os quais Carlos de Ayala Martínez, Martín Alvira Cabrer, José Varandas e Miguel Gomes Martins.

pretendeu evidenciar as obras mais relevantes que foram dadas à estampa e que, de certa forma, se tornaram as mais representativas das diferentes épocas.

Estamos certos de que o tema de Aljubarrota não ficará por aqui. A sua influência em obras das mais variadas naturezas continuará a motivar ensaios históricos, biográficos, políticos, bélicos e até literários. O tema revela-se surpreendentemente abrangente, conferindo espaço à produção literária não científica, dentro da qual se desenvolve a poesia, a religião, o imaginário, o lendário e, inclusive, o romance. Aljubarrota suscita e enquadra diferentes pontos de vista, no entanto mantém permanentemente aceso o interesse comum e, de certa forma, a paixão que envolve o tema. É com extremo agrado que partilhamos o mesmo entusiasmo e o mesmo sentimento por este episódio crucial da nossa história.

Capítulo III – Confrontos em solo português

Nos capítulos anteriores desenvolvemos o enquadramento histórico do tema aqui apresentado, em especial a questão da arte militar europeia e peninsular nos finais da Idade Média, e o estado da arte relativamente ao estudo do tema. No entanto, para melhor compreendermos todo o processo associado à batalha de Aljubarrota, é ainda necessário analisarmos alguns dos conflitos armados ocorridos em solo português dentro do mesmo período. Por esse motivo, dedicamos o presente capítulo aos principais confrontos que antecederam Aljubarrota e, considerando que os protagonistas em grande medida se repetem, prestámos uma especial atenção ao seu estilo de atuação, principalmente no caso de Nuno Álvares Pereira.

Conforme referimos anteriormente, a partir do terceiro quartel do século XIV a imbricação do grande conflito anglo-francês na política ibérica veio influenciar, poderosamente, o *modus* de guerrear peninsular. O contacto direto com mercenários franceses e ingleses com profunda experiência de combate converter-se-ia no meio difusor de uma nova prática (ou doutrina, até) de conduzir e executar a guerra, principalmente em batalha. Este aspeto tornou-se mais evidente quando, em 1367, no reino de Navarra, se feriu a batalha de Nájera, onde as forças coligadas de Enrique de Trastâmara e as francesas de Bertrand Du Guesclin se confrontaram com as de D. Pedro I o *Cruel*, apoiado pelos Ingleses de Eduardo de Woodstock, o *Príncipe Negro*. A *sagesse* marcial que estes mercenários trouxeram para a península mostrou-se determinante para aquilo que João Gouveia Monteiro descreve como “a reciclagem táctica dos guerreiros peninsulares” (MONTEIRO, 2003, p. 235).

O sistema que tem vindo a ser rotulado pela historiografia militar medieval como “o modelo inglês” foi o resultado das soluções e adaptações introduzidas pelos líderes militares ingleses no decurso dos conflitos que travaram nos finais do século XIII e inícios do século XIV, em diversos cenários de guerra que lhes eram próximos. Num primeiro momento, destacaremos os conflitos escoceses¹³¹ e, posteriormente, as frentes francesa e normanda¹³², estas últimas especialmente ativas desde o advento

¹³¹ Entre estes, realçamos as batalhas de Falkirk (1298), de Bannockburn (1314), de Dupplin Moor (1332) e de Halidon Hill (1333).

¹³² Entre estas, destacamos as batalhas de Crécy (1346), de Poitiers (1356) e de Cocherel (1364), todas ocorridas em atual solo francês.

da *Guerra dos Cem Anos*. Este modelo, que *grosso modo* corresponde ao combate apeado em posição defensiva, com escolha antecipada de um terreno protegido por obstáculos naturais e completado por fortificação do campo de batalha e pelo recurso maciço ao tiro neurobalístico (neste caso recorrendo ao arco longo), influenciou o modo de combater na maioria das regiões onde intervieram os contingentes ingleses. Naturalmente, a difusão e adoção deste sistema por terceiros foi estimulada pela tremenda eficácia de que ele dava provas sempre que utilizado da forma correta.

Quando o conflito franco-inglês alargou o seu raio de intervenção à Península Ibérica, foi inevitável a conversão dos modelos de combate que aqui tradicionalmente se praticavam, sob influência cristã e muçulmana. Em Portugal, isso sucedeu de forma mais evidente a partir das guerras fernandinas contra Castela. Foram justamente estas campanhas (e mais concretamente as que tiveram lugar em 1381-1382) que legitimaram a entrada no reino português dos mercenários ingleses do conde Edmundo de Cambridge e da sua nova dinâmica de combate. As *guerras fernandinas* somente findaram com a assinatura do tratado de Salvaterra de Magos (em 2 de abril de 1383), escasso meio ano antes do falecimento do soberano português. Logo em seguida, décadas de confronto armado entre Portugal e Castela, sob influência inglesa e francesa, converteriam o modo de combate ibérico e contribuiriam para a reforma que identificámos no primeiro capítulo. A partir de inícios de 1384, o conflito armado centrou-se sobretudo em solo português e precipitou os primeiros confrontos em campo aberto em que seria testado este *modelo inglês*. A encabeçar esta mudança na arte da guerra encontramos a figura de Nun'Álvares Pereira, que durante o reinado d' *O Formoso* mantivera um contato próximo com as forças inglesas e que, após o decesso deste soberano, com a autonomia militar que o Mestre de Avis lhe garantiu, colocou os ensinamentos que colhera dos Ingleses ao serviço das tropas portuguesas, operando ele próprio na vanguarda de algumas das principais batalhas que viriam a ocorrer em solo nacional, ou em região muito próxima da fronteira luso-castelhana.

- **3.1 – Batalha de Atoleiros**

O reino estava mergulhado numa crise sucessória provocada pelas pretensões castelhanas ao trono de Portugal. Apesar de D. Fernando ter evitado o confronto armado em campo aberto durante todo o seu reinado, tendo-se inclusivamente furtado *in extremis* a algumas possíveis batalhas, o quadro político suscitado pela *Crise de 1383-1385* gerou a inevitabilidade da resolução das adversidades por via do recurso à batalha campal.

Em março de 1384, o Mestre de Avis coordenava os preparativos em Lisboa para um iminente cerco castelhano. Impedido de se ausentar da capital, determinou que “Nun’Álvarez avia dhir por fromteiro aa comarca d’Amtre Tejo e Odiana” (CDJ, I, cap. LXXXVII, p. 146), ou seja, colocou-o ao comando de uma força militar destinada, antes de mais, à defesa da fronteira alentejana. Nun’Álvares “trabalhou de levar consigo ataa quarenta escudeiros dos boões que na çidade avia” (*idem*, p. 147).

Esta seria a primeira operação de comando atribuída ao jovem Nun’Álvares, decisão essa que não agradava a todos os partidários do Mestre, que denunciavam a sua juventude e a pouca experiência que tinha como capitão¹³³. Receoso da lealdade ou da valentia dos seus subordinados, o fronteiro depressa executou uma manobra para testar a ardileza e a confiança dos seus companheiros. Encontrando-se acampado às portas de Setúbal, e como alguns deles “aimda nom foram em nehuūs perigos” e de outros desconfiava das suas intenções, “cuidou de provar seu ardimento quall seria, quando sse emcomtrassem com seus emmiigos” (CDJ, I, cap. XC, p. 149).

Para o efeito, ordenou em segredo que a sentinela Lourenço Fernandes se apartasse da hoste e que, durante a noite, lançasse um falso alerta da presença de Castelhanos nas imediações. O escudeiro cumpriu as ordens e deu sinal de “que fosse certo que Pero Sarmiento vijnha a ell com trezentas lamças”. Assim que recebeu o aviso previamente combinado, o fronteiro “mandou logo dar aa trombeta; e suas gẽtes foram logo juntas com ell, e armados todos e prestes, começando ja

¹³³ Apesar de ter adquirido alguma experiência militar no decorrer das *guerras fernandinas*, Nun’Álvares era um jovem com vinte e quatro anos incompletos e que até então executara apenas tarefas como subordinado. No entanto, dada a sua condição de nobre, fazia-se acompanhar por um bom séquito armado, sob a sua liderança.

damanheecer. E NunAllvarez partio com sua gemte, e tanto que sahiu do arravalde poseos todos em batalha per hordenamça como devia; e assi foram rregidos pee terra, bem açerca dhũa legoa, contra hu Louremço Fernamdez dezia que vira os fogos. NunAllvarez oolhou em elles, e vihos todos comssigo, ssem falleçer nehuũ, mostrando ardida voomtade pera quallquer cousa que lhes avehera; e follgou muito com elles, quamdo lhes vio tall desejo” (CDJ, I, cap. XC, pp. 149-150). Portanto, os seus homens superaram o teste e deram provas de fidelidade e de prontidão para combater o inimigo.

No entanto, Nun’Álvares fazia-se acompanhar desde Lisboa por apenas 200 lanças, um número insuficiente para fazer frente à ameaça castelhana, forçando-o a desenvolver uma persistente ação de recrutamento na comarca alentejana. Em Évora não reuniu “mais que trinta lanças e com as duzentas que levava eram duzentas e trinta. E juntou mil, antre beesteiros e homens de pee, e com esta gente se partio logo d’Évora e se foi a Estremoz” (CC, cap. XXVIII, p. 72).

O monarca castelhano, D. Juan I, pelo seu lado, preparava então um grande assédio à capital portuguesa. Seria justamente nos arrabaldes de Lisboa que “sopo cómo un escudero que decían Nuño Álvarez Pereyra, fijo del prior que fuera del hospital de Portugal, e hermano de don Per Álvarez que era estonce prior del hospital, era partido de Lisbona, e pasara allende el río de Tajo a la cibdad de Évora, por guardar aquella comarca, e otrosí por facer dano en los logares fronteros de Castilla, que son Badajoz e otros” (CRC, Rey Don Juan I, año VI, cap. IV, p. 563). Perante esta afronta, o rei de Castela ordenou de imediato a Don Juan Alfonso de Guzmán (conde de Niebla), a Don Ferrand Sánchez de Tovar (almirante mor) e a Don Diego Martínez (Mestre de Alcântara), na companhia de outros senhores, que rumassem a sul para defrontar Nun’Álvares em combate. O rei de Castela pretendia também garantir um ‘corredor’ de circulação livre entre a Extremadura castelhana e Lisboa, através do Alentejo.

Em abril, encontrando-se o fronteiro em Estremoz, teve conhecimento de que os capitães castelhanos já se encontravam no Crato, preparando o assédio às muralhas da vila de Fronteira. Nun’Álvares “como tall rrecado ouve, porque pousava no arravalde e tijinha pouca gemte, mamdouho logo apallamcar todo pera seer empacho, e poderem ouvir, sse alguñas gemtes a ell de noite vehessem” (CDJ, I, cap. XCII, p. 152). Ainda em Estremoz, aguardou a chegada de mais recrutas que tinha requisitado

entre os concelhos vizinhos, mas a adesão a este chamamento tardava e não estava a ser nada satisfatória. Fernão Lopes dá-nos conta de que a hoste do fronteiro era constituída por “pouca gente darmas, e nom bem armados” (CDJ, I, cap. XCII, p. 152), estimando que não seriam mais que trezentos cavaleiros (entre eles cento e oitenta com bacinete) e pouco mais de mil peões e até cem besteiros, ou seja, uma cifra de apenas 1.400 combatentes. Do inimigo esperavam-se mil lanças bem “corregidas”, isto é, bem armadas, “e muitos genetes, e beesteiros, e gram soma dhomeës de pee” (CDJ, I, cap. XCIII, p. 154). Esta desproporção instaurou a dúvida e a insegurança no seio da pequena hoste de Nun’Álvares, motivando, inclusive, tentativas de deserção pela calada da noite...

Na manhã de dia 6 de abril de 1384, após soarem as trombetas e ouvidas as missas, como era habitual, Nun’Álvares encaminhou a sua hoste em direção a Fronteira, onde se achava o adversário. A sua decisão demonstra uma clara intenção de dar combate. Seria intercetado a meio caminho por Rui Gonçalves¹³⁴, mensageiro dos senhores castelhanos, que procurou dissuadi-lo do combate e o aliciou a uma mudança para a facção contrária, da qual eram, aliás, simpatizantes alguns dos seus irmãos. A recusa foi altiva e clara: “que sse perçebam pera a batalha, que eu com estes poucos de Portugueeses que comigo tenho, lha emtemdo de poer” (CDJ, I, cap. XCIV, p. 157). Do lado contrário, o desafio foi correspondido e, de imediato, os Castelhanos cessaram o assédio a Fronteira “e com grande aguça se perçeberom pera hirem aa batalha” (CDJ, I, cap. XCV, p. 158).

Durante este curto intervalo de tempo, e enquanto avançava entre Estremoz e Fronteira (pela estrada de Santo Amaro), Nun’Álvares procurou um lugar que lhe fosse conveniente para travar combate. O jovem Nuno pretendia colocar em prática os novos conhecimentos que absorvera dos mercenários ingleses, e estava convencido de que o *modelo inglês* seria um grande trunfo para conseguir alcançar a vitória no seu primeiro grande confronto armado. Nun’Álvares mostrou-se fiel ao que aprendera, tendo escolhido um terreno dotado de alguns obstáculos naturais e com um campo de

¹³⁴ Este escudeiro servira em casa de Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital e pai de Nun’Álvares. Acompanhava agora Pedro Álvares, irmão de Nuno, que assumira o priorado do Crato à morte do pai. Pedro Álvares havia, pois, tomado partido pela causa de Juan e Beatriz, contra a causa do Mestre de Avis.

visão amplo; depois, organizou-se numa posição defensiva, dispondo os seus homens todos apeados.

Esse local tinha-o encontrado ele a cerca de meia légua (2,5 km) de Fronteira, num sítio a que chamavam de Atoleiros. O terreno oferecia uma suave inclinação e estava banhado na zona inferior por um curso de água conhecido por ribeira do Carvalho (ou das Águas Belas), e era complementado, tanto a nascente como a poente, por dois afluentes, “o que ajudaria a conferir um contorno tacticamente muito interessante ao local seleccionado pelo jovem fronteiro” (MONTEIRO, 2012a, p. 120). Estava escolhido o local adequado a uma formação defensiva.

Seguindo de perto a *Corónica do Condestabre*, Nun’Álvares “concertou suas batalhas da vanguarda e resguarda e alas direita e esquerda e fez concertar os beesteiros e homens de pee pera as alas e per onde entendeo que melhor estariam pera bem pelejar” (CC, cap. XXVIII, p. 79). Portanto, a formação adotada para combate incluía uma vanguarda, alas por onde seria distribuída uma boa parte dos atiradores neurobalísticos (besteiros e fundibulários) em conjunto com homens de pé incumbidos do arremesso de dardos e pedras, e uma retaguarda. O ligeiro pendor inclinado do terreno potenciava o poder de tiro e terá levado o fronteiro a ordenar a colocação de alguns atiradores um pouco atrás da retaguarda, ficando a uma cota ligeiramente mais elevada, o suficiente para que pudessem disparar por cima dos homens que estavam à sua frente.

Mas Nun’Álvares mostrou também as suas aptidões de bom comandante no que respeita à motivação. Por um lado, ao ordenar o combate apeado, forçou os cavaleiros a combater em condições de igualdade com os peões, quebrando assim uma certa distinção nas funções bélicas dos corpos táticos, mas garantindo, ao mesmo tempo, um certo equilíbrio dentro da hoste: os peões, desprovidos de treino e sem grande apetência militar, viam-se agora lado a lado com homens de armas dispostos a partilhar a sua sorte. Este aspeto fortalecia os índices anímicos que antecedem qualquer combate e configurava um incentivo adicional durante a ação. Por outro lado, deste modo o fronteiro dificultava as tentativas de fuga em caso de desfalecimento da confiança e ou de perda de coragem à vista do inimigo, tendo inclusivamente ordenado a alguns dos homens de armas que reagissem caso

avistassem desertores¹³⁵: “rreçeamdosse dos homeẽs de pee, que lhe nom falleçessem por os Castellaãos que eram muitos, pos alguũs homeẽs darmas com elles dizẽdolhe, que sse elles vissem que tornavã atras, que os matassem” (CDJ, I, cap. XCV, p. 158). Não podemos censurar o fronteiro, afinal, quando se está em inferioridade numérica, todos os homens contam!

Logo que chegaram ao local onde eram aguardados, os Castelhanos avaliaram a disposição dos Portugueses, “mas como viram Nun’Álvez com sua gente, assi de pee e corrigida pera vencer ou morrer, mudaram seu propósito e ordenaram que viessem aa batalha de cavalo, atrevendo-se que eram muitos e bem emcavalgados e que logo os desbatariam” (CC, cap. XXVIII, p. 80). Esta mudança tática seria, muito provavelmente, inspirada pela confiança na superioridade dos seus efetivos e do respetivo equipamento militar; por conseguinte, “não devem ter visto motivos para abdicar das grandes vantagens que a utilização das montadas conferia” (MONTEIRO, 2012a, p. 123). Porém, a celeridade do reajustamento tático castelhano não facilitou um adequado reconhecimento do terreno por parte dos seus capitães, um lapso que se revela gravoso (quando não fatal) em qualquer campo de batalha.

A partir daqui, seguiremos de perto a descrição da batalha feita por Fernão Lopes. A hoste castelhana organizou as azes de cavalaria pesada e, sem demora, ordenou a investida, lançando o ataque em sucessivas fileiras, cadenciadas e pouco espaçadas entre si, as quais recorriam ao galope para potenciar o poder de choque. Os Castelhanos avançaram sobre os portugueses, que por sua vez “abaixarom as lamças cada huũ ao seu”, ou seja, cada um fixou uma comprida lança apontada a um cavalo inimigo. Após o primeiro embate, os cavalos que chocaram com as lanças “cahirom logo em terra com seus donos”, e os que evitaram o choque, feridos e assustados, retrocederam em direção de onde vinha uma outra carga de cavalaria! Inevitavelmente, os cavalos colidiam entre si, e assim sucessivamente: “semelhavellmente, vijnham outros de rrefresco, que estavom atras pera isto prestes; e assi lhes avijnha como aos primeiros”. Outros havia que, antes mesmo “que de todo chegassem topar na batalha, eram feridos de viratoões e dardos que lamçavom homeẽs de pee per çima dos homeẽs darmas” (CDJ, I, cap. XCV, pp. 159-160). Desta

¹³⁵ Esta ordem de Nun’Álvares é omissa na *Crónica do Condestabre*, sendo relatada apenas por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*. O cronista não indica a fonte em que se baseou para esta observação.

forma, num curto espaço de tempo, a pequena hoste de Nun'Álvares conseguiu desbaratar o contingente castelhano, causando muitos feridos e mortos no terreno.

Pela descrição da batalha apercebemo-nos de um panorama verdadeiramente caótico e confuso, que se traduziu em pânico generalizado entre a hoste castelhana. O ataque de cavalaria com a lança sob o braço, isto é, presa debaixo da axila direita do cavaleiro, pretendia romper a vanguarda adversária. No entanto, para o conseguir, tinha de superar uma fileira de lanças ao alto com a ponta afiada dirigida ao peito dos seus cavalos e com o conto bem assente no chão, para conferir uma forte fixação e aumentar o poder de penetração. Acresce ainda o facto de, no decurso da investida, os projéteis, que neste caso eram lançados por atiradores posicionados nas alas e outros atrás da retaguarda portuguesa (é Fernão Lopes quem o diz: “lançavam homeês de pee per çima dos homeês darmas”, decerto num ponto mais elevado da encosta), derrubavam cavaleiros e montadas. Os cavalos caídos no percurso certamente fariam tropeçar os companheiros, ou, pelo menos, quebrar-lhes-iam o ímpeto do galope. Outros, desorientados, recuavam como podiam, fugindo em sentido inverso ao do alcance de tiro dos adversários.

O combate não foi nada feliz para o lado castelhano. Recuperando o relato do autor anónimo da *Corónica do Condestável*, mais conciso que Fernão Lopes: “nos primeiros golpes foram mortos e feridos muitos cavalos dos castelãos e, com as feridas, os cavalos alvoraçavam e derribavam si e seus donos e retraíam atrás; e vinham os outros de refresco, que estavam detrás pera esto apartados, e así lhes aveo como aos primeiros” (CC, cap. XXVIII, p. 80). A quebra do ímpeto e da coesão das linhas de ataque, o descontrolo e a desorientação, tanto de cavalos como de cavaleiros, contribuíram para a ineficácia do poder de choque da cavalaria pesada. O cronista castelhano, López de Ayala, no seu muito curto relato da batalha, conclui desta maneira seca a sua descrição: “e por la mala ordenanza que ovieron fueron desbaratados” (CRC, Rey Don Juan I, año VI, cap. IV, p. 563).

O malogro do ataque a cavalo, a desordem que adveio, o insucesso em romper a vanguarda portuguesa e a morte em combate de Diego Martínez, Mestre de Alcântara (um dos principais capitães do lado castelhano), não permitiram que a hoste se reagrupasse e organizasse uma nova investida. Os Portugueses ainda perseguiram

os seus opositores, mas apenas por uma légua (5 km), pois o cair da noite tornava esta caça ao homem uma operação demasiado arriscada, que Nun'Álvares depressa travou.

Fernão Lopes, que tanto valoriza o desempenho de Nun'Álvares ao longo da *Crónica de D. João I*, acrescenta este comentário: “este NunAllvarez foi ho primeiro, que da memoria dos homẽes ataa este tempo pos batalha pee terra em Portugall e a veemçeo” (CDJ, I, cap. XCV, p. 161). Devemos, porém, acautelar a afirmação do cronista, pois um pouco por toda a Europa os combates recorrendo maioritariamente a tropas apeadas “no sentido da reabilitação da infantaria dos sécs. XII e XIII, foram muitos e relevantes” (MONTEIRO, 2012a, p. 128) e o reino português dificilmente teria sido exceção. Porém, se nos cingirmos à segunda metade do século XIV, o tempo da realidade a que se reporta Fernão Lopes, será possível compreendê-la melhor.

A batalha de Atoleiros sugere alguma renovação no panorama bélico português. Por um lado, mostra o recurso a um modelo assente essencialmente na primazia da escolha do terreno (tirando partido das características defensivas naturais), sobre o qual era assente uma formação fixa e apeada, disposta em vanguarda, alas e retaguarda numa posição defensiva, contando ainda com a intensificação da neurobalística e com a coesão da formatura. Por outro lado, à semelhança de alguns episódios relevantes ocorridos na *Guerra dos Cem Anos* (como a batalha de Crécy, em 26 de agosto de 1346), assistiu-se a um predomínio da infantaria (e da cavalaria apeada) sobre a cavalaria pesada, a arma tradicional de excelência nos palcos de guerra medievais pelo menos desde a conquista da Inglaterra pelos Normandos (Hastings-1066).

Ainda assim, quando devidamente executada, uma carga de cavalaria poderia ser determinante para um desfecho vitorioso. O seu sucesso dependia de algumas variantes, sempre incertas, relacionadas com a qualidade da sua execução, já que os cavaleiros não dispunham de muita prática em manobras coletivas a cavalo. Por isso, alguns requisitos eram necessários: “The charge needed mass and cohesion to be effective. Moreover, warhorses were comparatively heavy animals capable of only a fairly brief turn of speed, after which they would become “blown” and helpless. There was, therefore, only a single opportunity for a charge” (FRANCE, 2009, p. 159).

Outro aspeto, transversal a qualquer tipo de ataque (montado ou apeado), relaciona-se com a exaustão e dispersão sofrida pelo atacante ao longo da sua

investida, deixando-o invariavelmente numa posição vulnerável: “the tactical offensive almost inevitably suffered from exhaustion and disruption during its advance, so that by the time it struck the defenders’ array its own formation would be starting to collapse” (ROGERS, 2002, p. 14). Por este motivo, não raras vezes a primeira investida de cavalaria poderia não ser decisiva (fosse pela eficácia da neurobalística adversária, fosse pela dispersão ao longo do percurso ou pela absorção do impacto), sendo necessário, de forma ordeira, dar lugar às investidas das linhas mais recuadas (o que seguramente não se verificou em Atoleiros).

Contudo, o mérito desta vitória não é um mérito exclusivo do sistema, devemos também reconhecer a perspicácia de quem o aplicou e soube adaptar os recursos disponíveis (terreno e combatentes) ao confronto que se avizinhava. Nun’Álvares mostrou-se um comandante militar capaz e contava agora com experiência em combate numa posição de comando. O fronteiro tinha dado provas como estrategista e como chefe militar.

O modelo adotado em Atoleiros irá ser reproduzido por Nun’Álvares em outros confrontos, mostrando a sua eficácia. Podemos quase afirmar que Nun’Álvares enraizou o *modelo inglês* em solo lusitano. Todavia, e como acontece em todos os modelos, destacam-se aspetos fortes, mas também algumas debilidades. O principal atributo talvez esteja na compensação da desvantagem numérica da hoste que defende, ou seja, em permitir a uma força inferior aguentar o ataque adversário, mesmo que este seja executado por uma boa força de cavalaria pesada. Por outro lado, este modelo, para ser eficaz, depende da articulação entre todos os seus requisitos; quando isso não sucede, torna-se um sistema de alto risco. Ainda assim, nos Atoleiros, permitiu alcançar um resultado espetacular!

• 3.2 – Episódio de Divor

Com o triunfo de Atoleiros, Nun'Álvares conquistou a confiança e o respeito dos seus subordinados. Se dúvidas houvera relativamente ao valor estratégico e à fidelidade do fronteiro, estas dissiparam-se após a sua primeira grande vitória. Na sua condição de fronteiro era-lhe exigida uma permanência regular no Alentejo, mantendo-se à testa de uma hoste em operações de patrulhamento com vista a preservar a integridade da raia sudeste do reino. Mas nem só de batalhas campais se fazia a guerra. Como também vimos anteriormente, os comandantes dispunham de um leque de opções militares para fazer frente ao inimigo. A batalha era, inclusivamente, o recurso menos utilizado.

Ciente do permanente estado de guerra que se fazia sentir durante a Crise de 1383-1385, o fronteiro era responsável por manter ativa a *guerra guerreada*, ou seja, a guerrilha contra as regiões castelhanas fronteiriças. A destruição e o prejuízo que resultavam destas incursões, obviamente, não agradaram ao monarca de Castela, “avendo gram sanha da guerra e desprazer que lhe NunAlvarez fazia naquella comarca dhu era fromteiro” (CDJ, I, cap. CXLV, p. 258).

D. Juan I encontrava-se agora às portas de Lisboa, coordenando pessoalmente o cerco à capital. Descontente com a perda de capitães (como o Mestre de Alcântara, morto em Atoleiros), assim como com o insucesso na progressão pelas terras de Entre Tejo-e-Guadiana, ordenou a Pero Sarmiento, adiantado-mor da Galiza, que contivesse as ações de Nun'Álvares¹³⁶. O monarca foi bem claro na sua ordem: “que de morto ou de preso, em nenhuma guisa lhe escapasse” (*idem*, p. 259).

Pero Sarmiento partiu na companhia de Pedro Álvares Pereira, com seiscentas lanças, em direção ao Crato, onde os aguardavam mais homens armados. Nun'Álvares, encontrando-se em Elvas, assim que teve conhecimento deste intento dirigiu-se com quantos tinha para Ponte de Sor, tendo em vista intercetar a marcha ao inimigo antes mesmo de este alcançar o seu destino. Pretendia o fronteiro, aparentemente, apanhar o adversário de surpresa e, muito provavelmente, precipitar o combate, como o fizera

¹³⁶ Fernão Lopes admite uma versão diferente, segundo a qual teria sido Pedro Álvares Pereira, irmão de Nun'Álvares, juntamente com Pero Sarmiento, a pedir permissão ao rei para vingar a morte do Mestre de Alcântara e a desonra sofrida em Atoleiros.

em Atoleiros e como viria a ser seu apanágio. Ainda a caminho, encontrava-se na região de Avis quando teve conhecimento de que a hoste castelhana passara Ponte de Sor e já se encontrava no Crato. O fronteiro recuou então para Évora e recrutou mais homens nas comarcas vizinhas.

Com efeito, reuniram-se novos contingentes de um lado e do outro, e uma vez mais em desproporção. Diz Fernão Lopes que eram, do lado castelhano, “per todos duas mil e quinhentas lanças e seiscentos ginetes, e muitos homes de pee e beesteiros” para defrontar uma hoste portuguesa com “quinhentas e trinta lanças e cinco mil, antre homens de pee e beesteiros” (CC, cap. XXXVIII, p. 95). O cronista não especifica a totalidade dos homens de pé castelhanos, apenas refere que são muitos, mas, a avaliar pelo número de “lanças” de um lado e de outro, a desproporção seria de 5 para 1...

A hoste castelhana partiu do Crato em direção a Évora, onde se encontrava Nun’Álvares. Pelo caminho, enviou um mensageiro a desafiar o fronteiro para batalha, o que seria prontamente aceite. Passados poucos dias, “houve recado certo como os castelãos eram antre Arraiolos e o Vimieiro e Évora Monte” (CC, XXXVIII, p. 95). O recado fez precipitar a decisão de Nun’Álvares de ir ao encontro do inimigo sem acautelar as necessárias virtualhas, pois não levou consigo “azemellas nem outra carriagem, emtemdendo que tijna a batalha muito prestes, como chegasse; por quanto os Castellaãos eram muitos, e elles mui poucos em comparaçom delles; desi cuidava que quem veemçesse o campo acharia o que mester ouvesse” (CDJ, I, cap. CXLVI, p. 261).

Esta observação de Fernão Lopes é rica em conteúdo, e tem particular interesse para o episódio que se vai seguir. Vejamos: o fronteiro precipitou-se para o combate sem se deter a reunir os mantimentos necessários, portanto, não conseguiria providor os seus homens com alimento em caso de prolongamento da campanha. Mas Nuno contava que o episódio fosse breve e apostara em como o adversário, que já tinha manifestado vontade de combater, perante a inferioridade numérica dos portugueses se envolvesse de imediato no confronto, tal como haviam feito os seus companheiros em Atoleiros. Outra indicação valiosa prende-se com o esforço de Nun’Álvares para assegurar as condições táticas favoráveis ao modelo de combate que adotara, desde logo um campo de batalha conveniente, condição determinante para uma nova vitória.

De forma aparentemente precipitada, o fronteiro dirigiu-se para a herdade da Oliveira, a uma légua de Évora, onde aguardou o inimigo após ter escolhido o terreno onde dispôs a sua hoste. Tinha, desta forma, assegurado a primazia do campo, mas faltava ainda convencer o adversário a lutar no local escolhido. Porém, não tivera sinais da presença inimiga. No dia seguinte, o fronteiro deslocou-se para Divor, uma légua adiante, e novamente “hordenou sua batalha pee terra assim como amte; e pos sua avanguardia, e rreguarda, e allas dhomões darmas e peões e beesteiros como ell bem sabia fazer, e ell estava na avanguardia” (CDJ, I, cap. CXLVI, p. 261). Finalmente, Pero Sarmiento e os capitães castelhanos foram ao seu encontro e, naquele local, “hordenarom sua batalha acavallo davanguardia e rreguarda e allas, mui açerca huũs dos outros e leixaromsse estar quedos sem mostrança de pellejar” (*ibidem*).

Encontrando-se assim frente a frente, os ginetes castelhanos cercaram todo o campo dos portugueses, prevenindo desse modo qualquer reforço que pudesse chegar de Évora. Os homens de armas de Castela, apesar da sua superioridade numérica e de terem o perímetro controlado, detiveram-se por um longo período sem acometer. Ao invés, seria enviado um mensageiro para persuadir Nun'Álvares a uma mudança de campo político, a troco de algumas mercês, visto que “seu jogo era repartido mal, e que tal tençom como tinha nom curasse, ca bem viia que nom havia em ele defensom” (CC, cap. XXXIV, p. 96).

Perante esta nova tentativa para o seduzir, uma manobra recorrente nestas ocasiões, Nun'Álvares reafirmou o seu intento e procurou, por palavras, provocar a batalha, respondendo “que lhe parecia que nom era bem de sse o tempo assim passar deballd; e pois que o desafiar mamdarom, que pouco faziam de sua homrra seerem tamtos e tam bem emcavallgados, e elles pollo comtrairo, e tardarem tamto de nom viinrem aa batalha que veherom buscar, e tiinham tã prestes como ell bem viia; ca pois elles eram acavallo, e viinham demandar a batalha, que elles a deviam de começar primeiro; ou que hordenassem elles sua batalha pee terra, e que elle os hiria cometer” (CDJ, I, cap. CXLVI, p. 262).

A resposta de D. Nuno revela alguma preocupação, talvez em resultado do facto de não estar a garantir todos os requisitos necessários para segurar a vantagem do seu lado. Fora Pero Sarmiento a desafiá-lo para o combate e, ao chegar ao local, já Nun'Álvares lhe colocava a praça, pelo que Sarmiento deveria, segundo os preceitos

medievais, acometer a posição portuguesa. Mas o capitão castelhano conhecia o risco de um ataque precipitado e conteve-se, segurando as vantagens que já tinha sobre os Portugueses (dispunha de cavalaria, de superioridade numérica e tinha o inimigo cercado). O fronteiro ainda se mostrou disposto em abandonar o *modelo inglês*, passando da defensiva à ofensiva, mas somente o faria em condições de maior igualdade, ou seja, com todas as tropas apeadas.

Mantinha-se, pois, o impasse e nenhum dos lados tomava a iniciativa; só que, para se dar uma batalha, é necessário que as “duas partes a queiram ou, pelo menos, que a aceitem” (MONTEIRO, 2010, p. 168). Também convinha ponderar se a “vantagem numérica, a escolha correcta do terreno e a superioridade dos seus dispositivos tácticos, dos seus argumentos morais e religiosos, eram suficientes para vencer o inimigo” (MARTINS, 2011, p. 35), o que ajuda a explicar a pouca frequência com que ocorriam as batalhas em campo aberto. Como seria de esperar, nenhum dos adversários renunciava facilmente aos argumentos e/ou elementos que lhe conferiam superioridade. A astúcia consistia precisamente em fazer com que o oponente aceitasse a batalha, ainda que estando em desvantagem. Nun’Álvares sabia tirar partido da ardileza e ludibriar o adversário a precipitar o combate, assim o fizera em Atoleiros e assim o viria a repetir, de forma magistral, em Aljubarrota.

No entanto, em Divor, os capitães castelhanos mostraram-se mais cautelosos. Do lado português, “Nun’Álvarez era mui desejoso porque eles nom vinham de iir a eles e embargavaa-o ãu mui estreito passo [passagem] de ã regato que estava antre eles e os castelãaos” (CC, cap. XXXVIII, p. 97); portanto, os Portugueses tinham ainda de superar um obstáculo natural, uma linha de água, caso pretendessem tomar a iniciativa do combate. Parece que, em Divor, os papéis se invertiam, relativamente a Atoleiros! Para agravar a situação do lado português, os homens encontravam-se no terreno há dois dias e uma noite, sem mantimentos, dada a pressa do fronteiro em ir ao encontro do inimigo sem primeiro reunir as vitualhas. A rendição por falta de recursos acabaria por ser uma fatalidade e, por isso, ordenou uma retirada para Évora “com entençom de em outro dia tornar aa batalha, se lha quisessem dar” (*ibidem*).

A operação de retirada não correu como o previsto. Nessa noite, uma tempestade abatera-se sobre o local e, apesar da proximidade da cidade de Évora (10 km), muitos dos seus homens perderam-se, “alguũs emnhalheavom a terra”, outros

desorientados caminharam em direcção ao “arreall dos Castelaãos, e alli os filhavom e tomavom por prisioneiros”, e uma parte dos restantes permaneceu pelas vinhas das imediações, onde os Castelhanos “alli os achavom seus emmiigos e premdiam e matavam” (CDJ, I, cap. CXLVI, p. 262). Nun’Álvares acabaria por alcançar Évora, mas uma parte substancial dos seus subordinados dispersou e outra ficou à mercê do inimigo. Por esse motivo, o jovem fronteiro não conseguiu reunir mais do que “trezentas lanças, posto que mais nom tevesse, e achou certas, dentro na cidade, cento e cincoenta lanças” (CC, cap. XXXVIII, p. 98).

Dois dias volvidos, Nun’Álvares teve conhecimento de que a hoste castelhana partira do Crato rumo a Lisboa para se juntar ao arraial do rei, o qual mantinha o cerco à capital. Segundo a *Corónica do Condestabre*, o fronteiro ainda tentou alcançar o acampamento castelhano quando este se encontrava a cinco léguas de Évora, mas, assim “que houveram recado que Nun’Álverez queria ir a eles, (...) logo de noite derramarom todos” (*ibidem*). Capitães e subordinados castelhanos partiram em debandada, uma parte para Santarém e outra para Almada, de tal forma que Pero Sarmiento alcançou Lisboa com apenas sessenta lanças. Perante esta retirada, e apesar da superioridade castelhana em homens e em armas, depreende-se que a ardileza de Nun’Álvares já conquistara alguma reputação e causava temor entre o adversário. Com as vitórias seguintes, essa reputação acabaria por adquirir contornos ainda mais exacerbados, mas, em Divor, as condições não lhe foram favoráveis.

A acreditar nos cronistas, a reprimenda do monarca castelhano aos seus capitães aponta justamente para a desonra resultante de terem desafiado o adversário para batalha e, depois, terem-se escusado a travá-la. Dizia o monarca: “que lhe nom podia Nun’Álverez mais fazer, ca lhe poer a praça no campo, esperamdo dous dias a batalha, e com covardiçe nom ousarom de pellejar com elle” (CDJ, I, cap. CXLVI, p. 263), acrescentando que apenas tinham desfeitoado os Portugueses “per sajaria darteiriçe e nõ per rrazoada ardideza” (CDJ, I, cap. CXLVII, p. 263); ou seja, graças a uma ‘astúcia manhosa’ (colocando cerco e não indo a batalha) é que tinham forçado a retirada do adversário, e não devido à sua ‘coragem’.

O episódio ocorrido em Divor não culminou em batalha, mas não deixa de ser representativo da metodologia operativa de Nun’Álvares. O fronteiro procurou assegurar todos os requisitos, principalmente com a escolha antecipada do campo,

mantendo uma postura confiante e determinada, mesmo quando o inimigo se recusou a ir ao seu encontro. O problema está precisamente nesse elemento da equação. Sem a precipitação da investida adversária, o *modelo inglês* de pouco servia. A sua postura defensiva e fixa no terreno (escolhido atempadamente), permitia aguentar uma carga inimiga (apeada ou montada) com elevada probabilidade de sucesso, mesmo encontrando-se em considerável desvantagem numérica (a coesão dos poucos vence a precipitação dos muitos). Contudo, caso o oponente se furtasse ao combate, a alternativa obrigava a abdicar dessas vantagens, restando ao defensor passar à ofensiva (como sugeriu Nun'Álvares a Pero Sarmiento), ou então escolher, *in extremis*, um outro campo que convencesse o adversário a atacar, renovando aí os trunfos de uma posição defensiva (sim... isto recorda-nos, como adiante veremos, Aljubarrota).

- **3.3 – Batalha de Trancoso**

A três de setembro de 1384, D. Juan I ordenou o levantamento do cerco a Lisboa, em consequência de um surto de peste que se abatera sobre o seu arraial e que diariamente ceifava um elevado número de vidas. A par do fracasso desta aparatosa operação de assédio, que decorria desde maio, os seus capitães tinham conhecido uma pesada derrota em Atoleiros e um meio sucesso em Divor. A retirada para Castela fazia-se agora para evitar o inverno que se aproximava, forçando o monarca castelhano a adiar para o ano seguinte as suas pretensões em Portugal.

O Mestre de Avis esperava o prolongamento do conflito no ano seguinte e empreendeu esforços políticos e militares para o vencer. No domínio político, os seus embaixadores em Inglaterra tratavam do processo de contratação de mercenários e, dentro do reino, o Mestre lutava pela tomada das praças que mantinham voz por D. Juan e D. Beatriz. Em abril de 1385, arqueiros ingleses desembarcavam em portos portugueses (Setúbal, Lisboa e Porto), no mesmo mês em que o Mestre foi aclamado, nas Cortes de Coimbra, como D. João I, rei de Portugal. A reação castelhana em resposta a esta afronta política não se fez esperar.

Em maio, D. Juan I optou por uma estratégia ofensiva, recorrendo a um ataque concêntrico. Pretendia, desta forma, avançar em várias frentes simultâneas, mas mantendo o mesmo objetivo: a tomada de Lisboa, contando que, ao sujeitar-se a um

novo assédio em força, a cidade rapidamente seria tomada. O monarca sabia também que, “perdida Lixboa, perdido era todo o regno” (CDJ, II, cap. XXX, p. 61). Ainda no mês de maio, deu-se início às operações. As três frentes de ataque castelhanas eram as seguintes: um novo bloqueio marítimo à capital portuguesa, assegurado pela esquadra de Sevilha; um ataque através da fronteira alentejana, a partir de Elvas, em direção a Lisboa, constituindo este o principal eixo ofensivo, liderado pessoalmente pelo monarca; e uma manobra de diversão através da fronteira centro-leste do reino (comarca da Beira). Deste modo, D. Juan I esperava que o recém-eleito monarca português dividisse as suas forças para acudir em defesa das fronteiras, em pontos muito distantes entre si, desguarnecendo assim a defesa da capital.

Centremo-nos por agora na incursão beirã. A manobra ordenada não era mais do que um *fossado* em território inimigo, à semelhança, aliás, daquilo que Nun’Álvares fazia contra as comarcas castelhanas do sul, a tal *guerra guerreada*. Esta característica enquadra-se nos preceitos habituais da guerra medieval, era apenas mais uma incursão com o objetivo de provocar dano ao inimigo e nem mesmo a sua articulação simultânea com outras operações ofensivas, apesar de menos frequente, se mostrava uma novidade. Porém, a instabilidade política do reino (que tinha fragmentado a alta nobreza), a debilidade governativa (com muitas e boas praças a defender a causa castelhana) e as dificuldades económicas (principalmente no pagamento dos soldos), não se afiguravam capazes de garantir a defesa do reino em várias frentes. D. Juan I estava ciente das grandes dificuldades do seu homólogo português.

De imediato, o monarca de Castela “envió mandar a don Pedro Tenorio arzobispo de Toledo, e a ciertos caballeros sus vasallos, que fuesen con él para Cibdad Rodrigo, e que dende entrasen en Portugal á facer talar los panes é viñas, e facer todo el daño que pudiesen” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. VIII, p. 587). Da sua parte, “el Rey quería entrar por las partes de Badajoz con otras compañías” (*ibidem*), justamente para executar o ataque em duas frentes raianas, tendo já a frota sevilhana partido a caminho do Tejo. A Ciudad Rodrigo acorreram “boons e notavees fidalgos¹³⁷”, reunindo uma força que “seriam per todos ataa quatroçentas lamças de boons e

¹³⁷ Entre os principais: João Rodrigues de Castanheda (comandante da hoste e homem experimentado no campo de Atoleiros); Pedro Soares de Quinhones (comandante dos ginetes); Pedro Soares de Toledo (alcaide de Toledo); Álvaro Garcia de Albornoz (Copeiro-mor); João Roiz Maldorne e João Afonso de Trujilho.

escolheitos homens, afora genetes e homeens de pee e beesteiros” (CDJ, II, cap. XIX, p. 38). Na última semana de maio, esta hoste entra em Portugal pela fronteira entre Almeida e Pinhel, em direção a Viseu, que rapidamente atinge e saqueia, deixando um rasto de destruição à sua passagem.

Os responsáveis pela defesa do reino, D. João I e o agora condestável D. Nuno Álvares Pereira encontravam-se em campanha nas praças de Entre Douro-e-Minho, lutando pela mudança de obediência a favor do rei eleito em Coimbra. Sem forma de poder abandonar esta empresa e sem outros meios para socorrer a região da Beira, a defesa ficaria entregue e dependente dos senhores locais, uma responsabilidade que recaía nos principais fidalgos que chefiavam as hostes feudais¹³⁸. Contudo, a nobreza beirã mantinha antigas animosidades entre si (relacionadas, na sua maioria, com a demarcação dos seus domínios). Este aspeto não era alheio ao inimigo, os capitães castelhanos sabiam antecipadamente que os fidalgos portugueses locais não estavam unidos, nem mesmo quando os seus territórios eram ameaçados. Para conseguir travar a incursão castelhana, teriam de atuar em conjunto, pois “cada huum per sy nom lhe podia fazer torva” (CDJ, II, cap. XIX, p. 39).

Sem ninguém que lhes fizesse frente, a destruição infligida pelos Castelhanos foi devastadora e foi acompanhada por muitas pilhagens e sequestros entre as populações. Os fidalgos beirões simplesmente não reagiam a esta afronta devido à escassez de efetivos de cada um deles. Como explica Fernão Lopes: “Gomçallo Vasquez nom ousava per sy soo de sair a elles porque tinha comsigo poucos (...) Martim Vaasquez isso mesmo, nom eram com elle tantos com que o ousadamente podesse fazer. Porem bem emtemdiam elles que juntando-sse todos, que abastantes eram pera dar gram torva aos emmigos” (CDJ, II, cap. XX, p. 40). Ainda assim, somente quando o dano provocado pela passagem da hoste castelhana se mostrou impossível de ignorar é que os fidalgos colocaram de lado os desentendimentos pessoais e constituíram uma coligação regional para travar a ameaça.

Tendo esta decisão levado o seu tempo, quando foi tomada já o inimigo regressava a Castela pela estrada da Beira. Aos Portugueses restava barrar-lhes o

¹³⁸ Os principais fidalgos da Beira eram Gonçalo Vasques Coutinho (alcaide de Trancoso), João Fernandes Pacheco (senhor de Ferreira de Aves e Mordomo de Celorico da Beira), Egas Coelho (senhor de Montalvo), Martim Vasques da Cunha (alcaide de Linhares da Beira) e seu irmão Gil Vasques da Cunha (senhor de Marialva).

caminho na tentativa de evitar que provocassem mais dano na terra e, simultaneamente, de recuperar o grande esbulho e os cativos de que se faziam acompanhar. A única maneira que tinham para o fazer seria colocando-lhes a praça ainda dentro do reino e derrotando-os em batalha. Os capitães beirões, liderados por Gonçalo Vasques Coutinho, enviaram o escudeiro Afonso Roiz Batissela ao acampamento castelhano para desafiar os capitães castelhanos a combater. Contudo, o regular envio de mensageiros correspondia mais ao intuito de espiar o inimigo (saber quantos eram, que tipo de combatentes eram, como estavam armados, o que transportavam, etc.) do que conferenciar realmente com o adversário.

Sabendo que o regresso a Castela passaria junto da localidade de Trancoso, os Portugueses conduziram cerca de trezentas lanças¹³⁹, as que tinham conseguido reunir em pouco tempo, para a tradicionalmente chamada ‘veiga de Trancoso’, a meia légua dessa vila (nas imediações da atual freguesia de Courelas), com vista a intercetar o caminho ao adversário. A hoste era maioritariamente constituída por peões recrutados entre os mesteirais concelhios e agricultores das comarcas locais, sendo certo que “dhomeens de pee que de booa criaçom fossem tinham poucos” (CDJ, II, cap. XXI, p. 42). Pelo contrário, “os castellaãos tinham avamtagem de boons genetes e homens darmas, e os portugueses melhoria delles de muytos e maaos pioões” (*ibidem*), ou seja, a peonagem portuguesa (os ‘maus peões’ – homens sem apetência ou experiência militar) superava a castelhana, mas estes levavam vantagem no que respeita aos homens de armas¹⁴⁰ (soldados) e à cavalaria ligeira (os ginetes). Esta desproporção no que toca a homens de armas registara-se também em Atoleiros.

Após pernoitarem no local, com o inimigo a poucos quilómetros, ao amanhecer de dia 29 de maio os fidalgos beirões e os seus homens colocaram-se sobre o caminho, dispostos em formação apeada e obedecendo ao modelo organizado em vanguarda, duas alas e retaguarda. As trezentas lanças estavam concentradas na vanguarda, para fortalecer a frente de combate, contrariamente ao costume adotado por Nun’Álvares

¹³⁹ Fernão Lopes não contabiliza o número total de lanças, referindo que os Portugueses “eram poucos mais de trezemtas lanças, segundo desta guissa alguuns scprevem” (CDJ, II, cap. XXI, p. 42). Porém, o cronista indica a sua distribuição: na bandeira de Gonçalo Vasques Coutinho iam 120 lanças; na de Martim Vasques da Cunha iam 150; na de João Fernandes Pacheco iam 30 e na de Gil Vasques da Cunha e Egas Coelho “as outras”, mas que se podem estimar em cerca de 20 (BARBOSA & A. GOUVEIA, 2013, p. 26), portanto um valor a rondar as 320 lanças no total.

¹⁴⁰ Fernão Lopes estimou que seriam “per todos ataa quatroçentas lamças de boons e escolheitos homens” (CDJ, II, cap. XIX, p. 38), sem contar com os ginetes, os besteiros e os restantes peões.

Pereira, que habitualmente distribuía os seus homens de armas por todos os corpos táticos e até os disseminava por entre a peonagem.

Os Castelhanos, assim que toparam os Portugueses na interceção do seu percurso, e percebendo que estavam dispostos a cumprir as suas intenções, furtaram-se ao combate, o que seria expetável pois faziam-se acompanhar por “muy grande roubo a maravilha, dhomeens e molheres e moços e gados e bestas e doutras muytas cousas” (CDJ, II, cap. XXI, p. 42), do qual não estavam dispostos a abdicar¹⁴¹. Afastaram-se da ‘veiga’ pelo lado direito da posição portuguesa, infletindo no sentido da ribeira de Freches por um caminho secundário ao longo da ladeira do vale entre a posição portuguesa e a «fraga do monte», para retomarem a estrada para Pinhel num ponto mais a nascente¹⁴². Em resposta a este movimento, os Portugueses avançaram para sul e “chegaran-se mais a eles de rostro, homde estaa huuma hermida que chamam Sam Marcos” (*ibidem*).

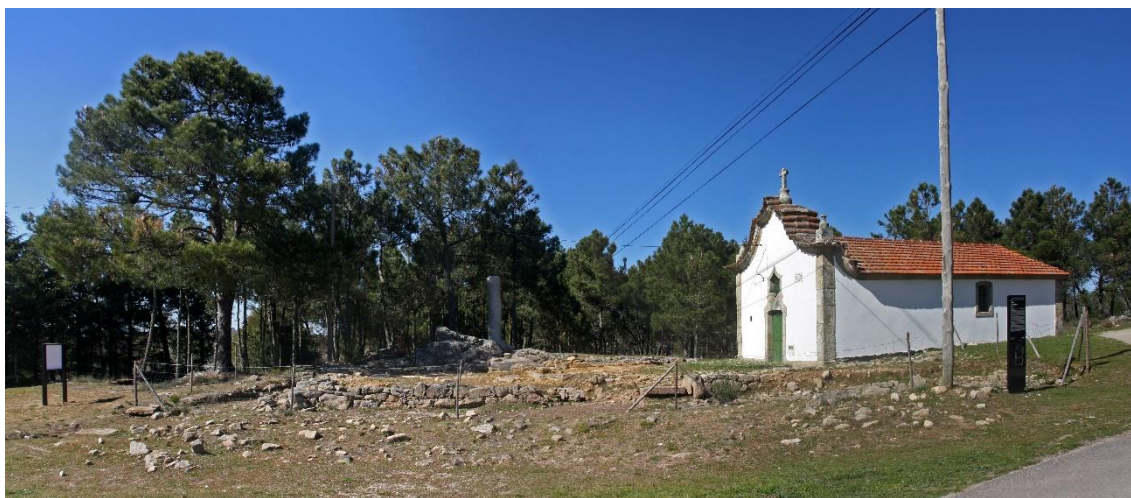


Figura 18 - Atual Ermida de S. Marcos – Trancoso (foto do autor)

(De frente ao monumento encontram-se a descoberto as ruínas da primitiva ermida)

A intenção dos Portugueses era evidente, mas a maioria dos Castelhanos era favorável a prosseguir caminho sem dar batalha, não querendo, portanto, sujeitar a conservação do despojo ao resultado de um confronto armado. Outras opiniões, em

¹⁴¹ De tal forma avolumado se mostrava o despojo castelhano que, segundo Fernão Lopes, a carriagem de que se faziam acompanhar era puxada por 700 azémolas.

¹⁴² Salvador Dias ARNAUT deixa-nos a seguinte indicação sobre este caminho: “Temos, porém, quase a certeza de que em 1385 a única estrada partindo desse local para nascente, ou pelo menos a principal, corria pelo estreito vale, pelo sítio onde talvez já existisse a povoação de Courelas” (1947a, p. 116).

minoria, dividiam-se entre os que diziam ser cobardia o facto de os inimigos lhes colocarem a praça e eles, sendo mais numerosos e melhor armados, recusarem o desafio, e outros que preferiam dispensar uma parte do saque (mas sem ceder os cativos) a troco de lhes garantirem passagem segura, proposta esta que foi negada pelos Portugueses, dispostos a disputar o saque pela força das armas.

Os Castelhanos viram-se obrigados a corresponder ao desafio, sabendo que, caso continuassem o seu caminho, teriam a hoste inimiga no seu encalço. Conformados, e “veemdo que em toda guissa nom se escussava pelleiar”, desmontaram e dispuseram-se “todos pee terra, salvo os genetes que ficaram a cavalo” (CDJ, II, cap. XXI, pp. 42-43). Talvez a memória do fracasso de Atoleiros, testemunhado por João Rodrigues de Castanheda, os tenha demovido de combater a cavalo. Porém, os ginetes procederam de igual modo ao sucedido em Divor, tendo procurado envolver a posição portuguesa, certamente procurando alguma via através da qual pudessem executar manobras de flanqueamento.

A vanguarda castelhana hesitava em tomar a iniciativa do ataque. Detiveram-se, uns e outros, por algum tempo, sem que nenhuma das partes mostrasse vontade de atacar a outra. Sendo já «muyto manhaã» (10 ou 11 horas), a coragem faltou a alguns dos peões portugueses da ala direita (que estava do lado de Trancoso), os quais optaram por desertar na tentativa de alcançar refúgio na vila. Estes fugitivos foram de imediato intercetados e mortos às mãos dos ginetes castelhanos, que controlavam o perímetro, com exceção de uns poucos que, perante o triste fim dos companheiros, regressaram à hoste e aceitaram arriscar a sua vida em combate. A vacilação daqueles poucos Portugueses foi sinal de vitória para o inimigo, o suficiente para alentar a hoste castelhana a tomar a iniciativa do ataque. O impasse estava quebrado!

O avanço castelhano apesar de, neste caso, decorrer apeado, mostrou-se impetuoso. No entanto, para conseguirem alcançar a posição portuguesa tinham de superar duas dificuldades no terreno: o solo e o declive. No relato do cronista López de Ayala, encontramos a seguinte descrição: “e con la grand calor que facía, que era en el mes de julio [maio], e por ser la tierra labrada que facía grandes polvos, desordenáronse, e fueron mal reglados, e non ayuntados como debían” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. VIII, p. 588). Por outro lado, os Portugueses tinham-se colocado numa posição mais elevada do que o adversário. Para atingir a frente contrária, os

Castelhanos teriam de superar um desnível que, apesar de brando no seu arranque, tinha nos últimos 30 metros “um declive com aproximadamente 20% de inclinação” (BARBOSA & A. GOUVEIA, 2013, p. 50). Portanto, ao longo da investida tinham de suportar a poeira provocada pelo trilhamento nas terras lavradas e, simultaneamente, superar um declive que acentuava o seu grau de inclinação na etapa final, justamente quando o ímpeto de uma investida estaria prestes a quebrar devido ao cansaço pela distância entretanto percorrida. Acresce a estas dificuldades a habitual intervenção de atiradores, com fundas e bestas, que certamente tiravam partido do atraso que os obstáculos provocavam ao adversário.

Perante estas adversidades, os de Castela, insistimos, “desordenáronse, e fueron mal reglados, e non ayuntados como debían” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. VIII, p. 588). À semelhança do que acontece num ataque de cavalaria, a quebra de coesão das linhas de ataque diminui o impacto e deixa o atacante mais vulnerável à defesa inimiga, o que viria de facto a suceder, pois os Portugueses “estaban quedos en su batalla” (*ibidem*). Ainda assim, muitos conseguiram superar estas contrariedades e, ao juntarem-se as azes (fileiras), teve início uma luta corpo-a-corpo.

Fernão Lopes descreve o encontro desta forma: “se começou antrelles huma muy forte e acesa batalha. E trabalhando huuns e os outros por levar a melhorya de seus contrairos, feryndo-sse muy de vontade” (CDJ, II, cap. XXI, p. 43). A peleja perdurou por um «grande espaço do dya» e com uma intensidade descrita pelo cronista como «ataa morrer ou vemcer», o que não espanta pois os Portugueses, cercados pelos ginetes, não dispunham de rota de fuga, enquanto os castelhanos lutavam pelo direito em conservar o precioso saque. A batalha dificilmente se terá limitado a um ataque, sendo mais seguro afirmar que terá sido composta por diversas investidas ao longo do dia, podendo até ter ocasionado confrontos algo dispersos e de menores dimensões, dada a falta de coesão das investidas castelhanas.

No final, o reduto defensivo dos beirões levou a melhor sobre o invasor e “todos los más omes de armas que y eran morieron” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. VIII, p. 588). Acrescenta Fernão Lopes que “os capitães isso mesmo foram todos mortos, que nom ficou senom Pero Soarez de Quinhones, que era may(o)ral dos genetes”; já do lado português, “nom morreo nenhum capitão nem homem de grande nem de pequena conta que em cronica achemos pera poer em scripto” (CDJ, II,

cap. XXI, p. 44). O cronista faz apenas referência aos homens de armas, pois dos lavradores e mesteiros liquidados não era habitual dar notícia, devido à sua condição social inferior. Os Portugueses resgataram o saque e os cativos, que, recuperando os bens perdidos, retornaram às suas terras, tendo o gado apreendido sido distribuído pelos fidalgos.

Todavia, esta vitória foi muito mais expressiva e não pode ser reduzida a um simples resgate de bens pilhados e de reféns. Decorria o momento mais aceso do conflito luso-castelhano, justamente o período que mais batalhas campais registou em solo português, num curto espaço de tempo. As condicionantes eram muitas, pois o reino estava dividido, empobrecido e lutava constantemente em inferioridade numérica e desprovido de armamentos e montadas adequadas. Em pouco mais de um ano, com o triunfo em duas pequenas batalhas (Atoleiros e Trancoso) e superado um grande assédio à capital, “cobraron los de Portugal con esto, é con otras dichas [vitórias] que avian auido ante desto, esfuerzo é orgullo” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. VIII, p. 588), reconhece o cronista castelhano.

Apesar de este confronto não ter contado com a orientação do rei nem do seu condestável, os capitães da Beira estiveram à altura do desafio. Mostraram ser sabedores das práticas que se difundiam pela Europa e que tinham sido trazidas para a Península Ibérica, e mantiveram-se fiéis ao modelo. Inclusivamente, a escolha do segundo campo de batalha pode não corresponder a um condicionalismo imposto e talvez tivesse sido previsto de forma a responder a uma reação, um tanto previsível, do adversário. Pedro Gomes Barbosa e Alexandre Patrício Gouveia defendem um planeamento estratégico antecipado nesse sentido: “Somos da opinião que esta segunda posição do exército português, junto à Capela de São Marcos, não foi fruto de uma opção do momento, mas, provavelmente, o resultado de uma escolha atenta do terreno, realizada possivelmente nos dias anteriores à Batalha. (...) Prevendo o recurso do exército castelhano a esta segunda hipótese, ao ver o caminho para Pinhel barrado, o comando português teria, com toda a probabilidade, escolhido já de véspera esta segunda posição.” (BARBOSA & A. GOUVEIA, 2013, p. 41).

A formação adotada também demonstra afinidade com os novos modelos: posição apeada; fixação no terreno, em postura tática defensiva; disposição em vanguarda, alas e retaguarda; otimização dos obstáculos no campo de batalha, neste

caso elementos naturais como os declives. Ao não ter prescindido destes elementos, a hoste portuguesa, que se encontrava em inferioridade de homens e de equipamentos, resistiu às investidas dos castelhanos, ainda que estes tenham optado por atacar a pé, para evitar os riscos a que se tinha sujeitado a sua cavalaria em Atoleiros.

Podemos, neste caso, verificar elementos do que acontecerá mais tarde, em Aljubarrota, conforme explicaremos melhor no ponto seguinte. Na verdade, Aljubarrota beneficiou com as experiências adquiridas em Atoleiros e em Trancoso, assim como com os impasses e riscos vividos no Divor. A dimensão do confronto que se abeirava, e que viria a ter lugar em São Jorge daí a apenas setenta e sete dias, exigia a ponderação de todos os elementos que pudessem contribuir para dar vantagem aos Portugueses. Não o podendo conseguir pelos números, tendo em conta que as hostes portuguesas sempre se apresentaram em inferioridade numérica, restava apostar numa supremacia estratégica e tática que abrisse o caminho a uma vitória retumbante.

• 3.4 – Batalha de Aljubarrota

Encontrava-se D. Juan I a coordenar o cerco a Elvas quando teve conhecimento da derrota de Trancoso. De imediato abandonou o assédio e dirigiu-se para Ciudad Rodrigo, de onde “envió mandar a todos sus vasallos que fuesen con él” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. VIII, p. 588). Perante o inesperado desfecho da cavalgada beirã, o monarca desistiu da estratégia de um ataque concêntrico e optou por uma invasão massiva, em apenas uma frente. Tendo a armada de Sevilha já atracada no Tejo¹⁴³, o rei trastâmara pretendia agora entrar em Portugal pela fronteira beirã (entre Almeida e Pinhel) e, com todo o seu poder, “avanzar pela estrada da Beira, sendo claro que “su entención era llegar fasta Santarén” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XI, p. 593). Esta importante praça tinha tomado voz por D. Juan e D. Beatriz e dispunha de um considerável potencial de homens (e de vitualhas), que se apressariam a acompanhar o rei ao novo assédio à capital, o objetivo principal da invasão.

¹⁴³ Tinham aportado em Lisboa “quarenta naaos grandes e doze barchas e dez gallees e tres lenhatos e cinco barchotes que vijnham carregados de mantijmentos” (CDJ, II, cap. XXII, p. 45)

No entanto, para garantir que alcançava Santarém sem percalços e que tomava Lisboa com sucesso, o monarca necessitaria de um contingente numeroso, composto por homens habilitados e experimentados na guerra. Além das lanças que tinha consigo, contava com o apoio de cerca de um milhar (entre 800 a 1200) de cavaleiros auxiliares franceses, enviados por Carlos VI de França.

Em pouco tempo, o marido de D. Beatriz reunira um vasto número de homens, entre combatentes e serviçais, contudo, este contingente apresentava duas grandes debilidades: o seu perfil heterogéneo e uma visível inexperiência de combate. O grupo de combatentes era preenchido por duas nacionalidades principais, castelhana e francesa, que respondiam a distintas vozes de comando. Uma comunicação diferenciada certamente dificultaria a coesão e a articulação nas manobras coletivas, de extrema importância para coordenar movimentos táticos. Por outro lado, a grave carência de capitães experimentados poderia colocar em risco toda a empresa, em caso de se dar batalha. Os conselheiros de D. Juan I alertaram para o seguinte aspeto: “los capitanes que y eran estonce con él en Cibdad Rodrigo eran omes mancebos, que non se avían visto en guerras nin en batallas” (CRC, Rey Don Juan I, año VIII, cap. XI, p. 591). Os capitães «que la sabían ordenar» tinham sucumbido nas batalhas de Atoleiros e Trancoso, assim como no surto de peste que assolara o acampamento castelhano às portas de Lisboa, no verão de 1384. Esta sangria em homens de armas baixara os índices de eficácia, de experiência e até de sabedoria no comando das tropas.

Por entre os que no Conselho do rei se opunham à entrada em Portugal, estes não eram os únicos argumentos. Os sinais de doença do monarca (o que constituía um problema recorrente), também não eram favoráveis a uma incursão fora do reino: “el rey avía seído pocos días avía muy mal doliente, e aún non era bien sano, e adolescía cada día de sus dolências” (*ibidem*). Acresce ainda o facto de os partidários do antigo Mestre de Avis sentirem uma confiança renovada pelas sucessivas vitórias obtidas, ao passo que, pelo contrário, os Portugueses partidários de D. Juan I esmoreciam no seu entusiasmo pela causa de D. Beatriz, situação agravada pelo incumprimento no pagamento dos soldos, pela escassez de provisões e pela ausência de apoio logístico e militar.

Apesar das contrariedades, o monarca trastâmara demonstrava firmeza na sua decisão de invadir Portugal para cobrar aquilo que julgava pertencer-lhe *de jure*, em

nome de sua mulher. Teria, no entanto, a percepção de que os Portugueses poderiam arriscar a resolução do conflito através de uma batalha, principalmente antes que D. Juan tivesse oportunidade de atacar de novo a capital. De acordo com López de Ayala, ele “bien sabía que el maestre Davis, que se llamaba rey de Portugal, estaba en acuerdo de aventurar todo su fecho por batalla, ca non avía otro remedio” (CRC, Rey Don Juan I, año VIII, cap. XI, p. 591).

De facto, por esta altura, Fernão Lopes diz-nos que D. João I e o condestável, que se encontravam a cercar Guimarães, ao receberem a notícia da vitória de Trancoso assumiram que o feito teria resposta por parte do rei castelhano e, consequentemente, “determinarom ambos em seu conselho que a melhor maneira que se nesto p(o)dia teer pera atalhar a todos estes feitos, assy era com a ajuda de Deus poer batalha a el-Rey de Castella” (CDJ, II, cap. XXII, p. 45).

Conforme o previsto, em meados de julho uma poderosa hoste franco-castelhana atravessou finalmente a fronteira de Almeida e rumou pela estrada da Beira, em direção a Santarém. Ao longo do itinerário¹⁴⁴, foi deixando um rasto de destruição, não se detendo em operações de cerco, nem pernoitando demoradamente num mesmo local. A 12 de agosto alcançou Leiria, onde teve conhecimento de que D. João I se encontrava em Tomar e tinha convocado as gentes do reino para reunir uma hoste destinada a fazer-lhes frente por meio de uma batalha.

Os movimentos da hoste castelhana eram acompanhados de perto pela rede de informadores portugueses. Em Abrantes, D. João reunira o Conselho de guerra, ao qual se juntara o condestável. Os pareceres, na sua maioria, eram desfavoráveis à ideia de pôr batalha¹⁴⁵. Discordando deste cenário, o condestável abandonou o Conselho e partiu para Tomar na companhia da sua hoste, manifestando disponibilidade para, com os homens que o acompanhavam desde o Alentejo, dar batalha aos Castelhanos. Esta iniciativa acabou por conquistar a simpatia de D. João. No dia seguinte, o rei manifestou perante o seu Conselho que “*se nos [nós] este feito nom aventuramos per*

¹⁴⁴ A hoste castelhana passou, entre outros lugares, por Trancoso (onde foi ordenada a destruição da Ermida de S. Marcos, por assinalar o local onde os Portugueses tinham vencido a batalha), Celorico da Beira, Coimbra, Soure e Leiria.

¹⁴⁵ Algumas das alternativas propunham o recurso à guerra de guerrilha, ou mesmo à execução de manobras de diversão dentro do reino de Castela (Andaluzia), forçando D. Juan a abdicar da incursão sobre Lisboa para dar prioridade à defesa do seu próprio território. Os partidários de dar batalha não concordavam com isto, tal como sucedia com Nun’Álvares, que lamentava a inutilidade em “*amdar a Sevilha por cortar duas oliveiras podres*” (CDJ, II, cap. XXX, pp. 61-62).

batalha, como o Conde diz, o regno he de todo perdido, e quanto ataaquy fizemos todo foy em vão” (CDJ, II, cap. XXXI, p. 64). Sem mais se deter, o monarca dirigiu-se para Tomar com a hoste régia para se juntar ao condestável e preparar o combate.

Encontrando-se a hoste portuguesa em Tomar e a castelhana a caminho de Leiria, teve então início uma troca de mensagens entre o condestável e D. Juan. A intenção de Nun’Álvares era claramente provocar a batalha, mas, simultaneamente, pretendia espiar o adversário. Essa tarefa recaía normalmente sobre o mensageiro, que neste caso se fazia acompanhar por quatro ginetes incumbidos de uma tarefa muito especial: sequestrar um soldado inimigo para dele obter informação¹⁴⁶. Pelo mesmo motivo, D. João I também enviara um mensageiro ao seu congénere castelhano, ordenando-lhe que “esguardasse bem que gentes eram e como coregidos e toda a sua hordenança” (CDJ, II, cap. XXXII, p. 68)¹⁴⁷.

A resposta não se fez esperar e o monarca de Castela afirmou o seu desígnio de «livrar pera batalha», segundo as palavras que o cronista português lhe atribui. Relativamente à estimativa de efetivos feita pelo mensageiro do rei português, esta revelou-se constrangedora, pois parecera-lhe “que elles sseram ataa ssete mil lanças e dous mil genetes. Beestarya e homens de pee sam tantos que me nom atreverya de lhe poer conto” (CDJ, II, cap. XXXIII, p. 69). Esta apreciação estava em conformidade com a do mensageiro enviado pelo condestável, o qual tinha vislumbrado “muita gente d’armas e beesteiros e homens de pee” (CC, cap. LI, p. 137).

Confirmada a determinação portuguesa em decidir o destino do reino através de uma batalha, a hoste de D. João manobrou nesse sentido. Procurou de imediato intercetar o percurso do adversário num ponto distante da fronteira, considerando que “quanto mais entrasse pello rreino, alçando-lhe os mantiimentos, que tanto

¹⁴⁶ Esta tarefa era, também ela, frequente. Para obter informações, além do envio de estafetas com recados ao acampamento do adversário, aproveitando para espiar o mesmo, podiam sequestrar um soldado inimigo de forma a conseguir essas notícias por via de um (sempre convincente) interrogatório. Estes homens são referidos nas crónicas como «*lingoas*», ou seja, ir buscar uma ‘língua’ significava ir raptar algum adversário para dele extorquir informação. Por seu lado, o portador de recados que assumia a função de espião era designado por «*enculca*» (inculca). Os batedores que, sem revelarem a sua presença, tentavam obter informações da hoste contrária também eram designados por *enculcas* ou «*olheiros*».

¹⁴⁷ Não deixa de ser curioso o facto de, neste episódio (que vem descrito na crónica de Fernão Lopes), Nun’Álvares Pereira e D. João I aparentemente operarem de forma separada, isto é, cada um atuou independentemente do outro. Só após recolherem a informação pretendida por via de mensageiros particulares e com correspondência trocada com o monarca de Castela é que os dois chefes portugueses agiram novamente em conjunto.

viiriam mais desgarrados e melhores de desbaratar” (CDF, cap. LXXII, p. 251). Além das virtualhas, a interceção do inimigo num ponto em que estivessem já bem internados no reino, seria mais fácil para “quebrar a sua vasta coluna de marcha e interromper a sua extensa linha de comunicações. Conviria, simultaneamente, fazê-lo ainda longe de Lisboa, de forma a poder ter esperanças de recuperar, em caso de insucesso” (MONTEIRO, 2007a, p. 81).

De Tomar, a hoste portuguesa avançou para Ourém, e daqui para Porto de Mós, onde estacionaria a 12 de agosto. Nesta mesma data, a hoste castelhana, partindo de Soure, alcançara já Leiria. O momento impunha, porém, algumas condicionantes, pois o dia seguinte era domingo, dia santo por excelência¹⁴⁸, e terça-feira (dia 15) seria dia de Nossa Senhora de Assunção. Em qualquer uma destas datas o combate estava, na mentalidade medieval, interdito¹⁴⁹. Por esse motivo, previa-se batalha para “víspera de Sancta Maria de Agosto, lunes catorce días del dicho mês deste año” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIII, p. 596).

A interdição em combater ao domingo não impedia, todavia, a organização estratégica nem os preparativos que antecedem uma grande batalha. Nesse mesmo domingo (dia 13), “depois de missas, o conde estabre per mandado del rei, com cento de cavalo com cotas e braçãaes e lanças d’armas, se foi contra Leiria per ãos cabeços altos pera veer se poderia veer a gente del rei de Castela como vinham” (CC, cap. LI, p. 138). Apesar de, aparentemente, não terem avistado a hoste adversária, o percurso percorrido permitiu um reconhecimento da região (caminhos, cursos de água, declives, obstáculos naturais, etc.) entre Porto de Mós e, pelo menos, a Jardoeira (já que não alcançaram Leiria).

O condestável cuidava de assegurar as condições adequadas para travar o combate, em especial a forma a compensar a inferioridade numérica das suas tropas. Para o efeito, além da astúcia que lhe era própria, valia-se da experiência adquirida

¹⁴⁸ De acordo com os dogmas da cristandade, este conceito insere-se nas três máculas: “a do dinheiro, a do sexo e a do sangue derramado. Era por isso que, nesse tempo, ninguém, de bom grado, manuseava dinheiro ao Domingo. Era por isso que os maridos, nesse dia, evitavam, se eram devotos, aproximar-se demasiadamente das suas mulheres; e os homens de armas, se eram pios, desembainhar as suas espadas” (DUBY, 2005, p. 9).

¹⁴⁹ Situação semelhante ocorreria em junho de 1398, quando Nun’Álvares, encontrando-se em Castela, foi desafiado para batalha pelos Mestres de Santiago e de Alcântara. A sua resposta respeitou a festividade religiosa da Santíssima Trindade, que decorria nesse domingo: “acordou o Comde com elles que pois o seguynte dia era domymgo, desy festa prinçipal do anno, que era dia da Trymdade, que nam curassem de pelejar; mas que a segunda feyra partissem pera a batalha” (CDJ, II, cap. CLXIV, p. 346).

nos confrontos anteriores, em particular no triunfo de Atoleiros, e estaria também prevenido para evitar um impasse do género do que vivera no Divor. Também os desenvolvimentos ocorridos no combate de Trancoso (cujos detalhes já seriam por esta altura conhecidos) não devem ter sido ignorados.

O confronto que se aproximava exigia cuidados redobrados, dado que a sua dimensão era consideravelmente superior, envolvendo uma logística e uma quantidade de recursos humanos de que não havia memória em solo português. Afinal, estavam na iminência de travar uma «Batalha Real», em que dois monarcas disputavam nada menos do que o destino de um reino; para que tal acontecesse, era imperativo que ambos aceitassem o desafio e consentissem em combater. A facção que conseguisse depois impor as suas condições táticas no combate possuiria seguramente uma grande vantagem.

No que respeita ao número de combatentes envolvidos, o seu valor difere entre as fontes narrativas consultadas. Apesar de serem coerentes relativamente a um desequilíbrio entre as duas hostes, com a coligação franco-castelhana a superar nitidamente a anglo-portuguesa, o total proposto pelos cronistas não coincide (e em alguns casos nem se aproxima). Fernão Lopes contabiliza a hoste portuguesa em 6.500 homens, contra um total de 31.000 castelhanos (uma relação de 4,7 para 1). Dentro da cifra dos combatentes de D. João I, podemos encontrar cerca de 400 soldados ingleses que tinham desembarcado em Lisboa a 2 de abril de 1385, mais 90 que desembarcaram em Setúbal e cerca de 150 que alcançaram o Porto (RUSSELL, 1962, p. 429). A estes 640 ingleses viria juntar-se mais tarde “um contingente anglo-gascão – não grande –, sob o comando do cavaleiro da Gasconha Guilherme de Montferrant” (*ibidem*).

López de Ayala apenas contabiliza os Portugueses, elevando o seu total até aos 12.200 homens¹⁵⁰. O cronista francês Jean Froissart apresenta duas versões distintas; na primeira coloca em confronto 10.000 anglo-portugueses contra 22.000 franco-castelhanos: “na hoste dos cavaleiros franceses havia largamente duas mil lanças (...) el-rei de Castela e a sua grande hoste, em que havia não menos do que vinte mil homens armados” (CF, liv. III, cap. 20, par. 39, pp. 40-41). Numa segunda versão eleva

¹⁵⁰ O Mestre de Avis (D. João I), “ordenó su gente, que podían ser fasta dos mil e doscientos omes de armas, e diez mil omes de pie, lanceros e ballesteros” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIII, p. 596).

estes números para 14.500 contra 37.000 homens. Em ambos os casos, a coligação adversária excede o dobro dos combatentes portugueses.

Autor	Portugal	Castela
Pero López de Ayala	<ul style="list-style-type: none"> - 2200 homens de armas - 10 000 homens a pé Total: 12 200	Não refere
<i>Corónica do Condestabre</i>	Não refere	- 700 lanças
Jean Froissart	1ª Versão: <ul style="list-style-type: none"> - 10 000 homens 2ª Versão: <ul style="list-style-type: none"> - 2500 lanças - 12000 homens a pé Total: 14 500 homens	1ª Versão: <ul style="list-style-type: none"> - 20 000 homens a cavalo - 2000 franceses Total: 22 000 2ª Versão: <ul style="list-style-type: none"> - 7000 lanças - 30 000 homens Total: 37 000
Fernão Lopes	<ul style="list-style-type: none"> - 800 besteiros - 4000 homens a pé - 1700 lanças (600 na vanguarda; 700 na retaguarda e 200 em cada ala) Total: 6 500	<ul style="list-style-type: none"> - 2000 ginetes - 8000 besteiros - 15 000 homens a pé - 6000 lanças (1600 na vanguarda; 3000 na retaguarda em 3 azes de 1000 e 700 em cada ala) Total: 31 000

Tabela 1 – Efetivos em Aljubarrota segundo os diferentes cronistas

Importa ainda considerar que o número total de homens não corresponde ao número de combatentes, pois uma percentagem significativa estaria reservada a serviçais que não integravam as fileiras de combate. Ainda assim, a superioridade inimiga fazia-se notar. Talvez seja mais sensato afirmar que a relação de combatentes entre a coligação franco-castelhana e a luso-inglesa seria de cerca de 2 para 1.

Os relatórios relativos à deslocação e dimensão da hoste inimiga, que chegavam ao séquito português através de inculcas, eram mantidos em absoluto sigilo. Tanto o condestável como D. João exigiam total discrição e, inclusivamente, ordenavam aos que disto tinham conhecimento para subestimar e deturpar a informação quando questionados pelos da hoste¹⁵¹. A todo o custo se evitava que os subordinados, prestes a entrar em combate, tivessem conhecimento da real disparidade numérica de efetivos, o que provocaria o desfalecimento anímico e motivaria os homens a desertar antes mesmo de pisarem o campo de batalha.

Com tudo isto, é certo que D. João, na companhia do condestável e de um restrito número de estrategos, onde se incluíam alguns auxiliares ingleses, calcularam antecipadamente as prováveis opções estratégicas de ambas as hostes. Em batalha, toda a ação gera uma reação. Naturalmente, o seu foco centrava-se na antevisão da resposta inimiga perante a provocação portuguesa. As deambulações que Nun'Álvares tivera nas imediações de Porto de Mós, na companhia dos cem cavaleiros criteriosamente escolhidos, permitira-lhe reconhecer o recorte do terreno, os caminhos, assim como os recursos naturais (cursos de água, vegetação, etc.) e a morfologia envolvente. Tivera seguramente um domingo atarefado, ainda que as fontes documentais não adiantem mais detalhes sobre este reconhecimento.

Já a crónica de Froissart explica que, após o séquito português ter tomado consciência da superioridade numérica do inimigo, pedira conselho aos auxiliares ingleses, na qualidade de guerreiros experientes, ao que estes responderam: “«Uma

¹⁵¹ A *Crónica de D. João I* regista esta preocupação em dissimular a informação, vendo-se o monarca dizer aos escudeiros que estas novas traziam: “*que por cousa do mundo nom sayba eu que a neng(u)em dizees ni migalha do que ora a my(m) disestes; mas dizee a quem vos perguntar que som poucas gemtes e mal coregidas*” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 70). De igual forma procedia o condestável, “o Comde se foy soo calladamente com aquell que lhe trouve o recado, e apartou aquell homem adeparte, e soube novas do areall dos emmigos, que gentes eram e quantas e toda sua maneira (...) e que lhe rogava e mandava que, presente el-Rey e todollos homeens darmas que ally eram, dissesse que as gemtes del-Rey de Castella eram astrosas e pera pouco e desacordados huuns dos outros (...) e que dizemdo elle assy, que lhe faria merçee; e se soubesse que o doutra guissa dizia, que o mandaria matar” (CDJ, II, cap. XXXII, pp. 67-68).

vez que vamos ter peleja e que eles são em maior número do que nós, a coisa será de difícil começo e não os poderemos vencer se não ganharmos vantagem. Se sabeis aqui perto algum lugar onde haja sebes e arbustos, fazei-nos ir para essa parte; chegados aí, fortificar-nos-emos para que não seja tão fácil penetrar na nossa hoste como se estivéssemos em campo aberto». Disse então o rei: «Falais avisadamente, e sabeis que o faremos prestes e sem demora» (CF, liv. III, cap. 19, par. 36, p. 32).

Além da necessária antecipação na escolha do campo de batalha, a preparação defensiva do terreno revelava-se, nas palavras destes Ingleses, fundamental para mitigar a desvantagem numérica anglo-portuguesa. A fortificação do campo, recorrendo a dispositivos artificiais, reforçaria a proteção dos combatentes (principalmente a dos atiradores, que ficavam mais vulneráveis durante o processo de recarga das suas armas), já de si fixados no terreno em posição defensiva, e dificultaria o rompimento da vanguarda. “El-rei de Portugal e os Lisboetas seguiram o conselho dos Ingleses e resolveram onde tomariam lugar” (CF, liv. III, cap. 19, par. 37, p. 33). Atendendo à narrativa francesa, percebemos que houve uma clara cooperação no planeamento estratégico entre os responsáveis ingleses e portugueses, como podemos verificar pelo envolvimento destes auxiliares no reconhecimento do terreno, mas também pelas opções táticas por eles sugeridas. A conceção da fortificação do campo, aparentemente, deve ser creditada a estes auxiliares.

No dia 14 de agosto, “vespera da Virgem Maria, bem cedo de madrugada mandou o Comde dar aas trombetas; e de noyte, ante que amanheçesse, começou ouvir suas missas” (CDJ, II, cap. XXXIII, p. 71), tendo-se iniciado a marcha a partir de Porto de Mós logo que amanheceu. O condestável comandava a vanguarda, enquanto o rei seguia ao comando da retaguarda. Deslocaram-se até ao local designado por Nun’Álvares e, aí chegados, “deçeo-sse pee terra, e começaram dhordenar sua batalha davanguardia e reguarda e allas, e pages e carryagem todos detras çercados dhomens de pee e beesteiros, que nom podessem reçoer dano” (*ibidem*).

A posição escolhida pelo condestável localizava-se no extremo norte de um planalto nas proximidades de Aljubarrota (atual planalto de São Jorge), intercetando a Estrada Real que vinha de Leiria e que rumava para sul, em direção a Santarém. Aqui aguardaram os portugueses ao longo de toda a manhã. D. João I armava cavaleiros a

uns e entoava palavras de estímulo a outros, evitando o desalento da sua hoste por conta da prolongada espera.

Com o sol no eixo do meio-dia, surge no horizonte a silhueta dos batedores da coluna castelhana, vindos de norte, ao longo da encosta que descia desde a Jardoeira. Detêm-se para avaliar as condições de combate a que seriam submetidos neste local, enquanto a restante coluna vai parando a sua marcha. Os portugueses tinham-lhes colocado a praça e escolhido antecipadamente o campo de batalha. Porém, fizeram-no num local que configurava uma posição extremamente defensável, num terreno cujo recorte constituía um esporão natural, com as suas duas alas bastante acidentadas e ravinosas. De frente, por onde corria o eixo viário, justamente onde eram aguardados pela hoste anglo-portuguesa, a encosta desenvolvia-se sobre um declive de acentuado pendor e com pouca área útil de largura, que apenas ia ampliando ligeiramente ao longo da subida.

Nesta frente de combate que lhes era proposta, reconheceram os Castelhanos três graves inconvenientes, caso tomassem a iniciativa da peleja: i) o acentuado declive frontal dificultaria, extremamente, a investida da infantaria e inviabilizaria, por completo, o recurso à cavalaria pesada, além de que a sua estreita largura não permitiria o alinhamento de muitos cavalos; ii) as alas ravinosas impediriam que fosse executada qualquer operação de flanqueamento do adversário; iii) um ataque a esta posição teria de decorrer voltado para sul e, nesse sentido, estariam contra o sol, o que limitaria o campo de visão. As condições estavam, portanto, longe de serem favoráveis aos Castelhanos, e de tal forma isso se afigurava evidente que, após uma rápida apreciação, eles se recusaram a combater neste local¹⁵².

William Entwistle, que se dedicou ao estudo da presença dos arqueiros ingleses em Portugal, chama a atenção para o aumento da eficácia do seu poder de tiro, ao estarem dispostos no topo de um declive. “What halted the Castilian forces was, I suspect, not so much the battle at the end of an uphill march, as the still more

¹⁵² Contrariamente ao que alguns autores têm sugerido, a hoste castelhana não tentou furtar-se de todo ao combate, apenas recusou combater neste preciso local, onde estaria sujeita a condições muito desfavoráveis. Na já citada carta dirigida pelo monarca castelhano às principais cidades do reino após a batalha (da qual chegou aos nossos dias a cópia da que foi enviada a Múrcia), D. Juan I deixou escrito o seu testemunho sobre esta posição: “Ellos se pusieron aquel dia desde la mañana en una Plaza fuerte entre dos arroyos, de fondo cada uno diez, ó doce brazas, y quando nuestra gente aí llegó, y vieron, que no les podían acometer por allí, hubimos todos de rodear para venir á ellos por otra parte, que nos pareció ser mas lhano” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primeiro, cap. XII, p. 197).

alarming certainty of being massacred by English longbowmen during the climb and before they could deliver any blow.” (ENTWISTLE, 1928, p. 203). Acrescentamos ainda o parecer de Belisário Pimenta, no que respeita a um ataque do exército franco-castelhano nesta primeira frente: “teria de o fazer sem empregar a cavalaria (sua principal arma) e mesmo, se apeasse os cavaleiros, estes sentiriam dificuldade em subir a encosta; e se atacasse com outra espécie de tropa, a frente tão diminuta inutilisaria [sic] a sua superioridade numerica e os flancos tinham tão facil defesa que não valeriam o esforço” (PIMENTA, 1933, p. 43).

D. Juan I, como dissemos, não deve ter demorado muito a perceber as desvantagens de combater numa encosta, ainda para mais numa que se afigurava inexpugnável, pelo que ordenou que a hoste fosse deslocada para outro local «mais plano» e mais vantajoso para a peleja. Recusou terminantemente combater nesta posição e, como refere o biógrafo anónimo de Nun’Álvares, “nom quis viir aa batalha da parte de Leirea, como vinha e como el rei e o conde estabre tinham concertada, e esto polo poo e vento que lhes dava nos rostos, e passou-se d’Aljubarrota e desta parte veeo” (CC, cap. LI, p. 140). O contingente castelhano contornou assim a posição portuguesa pela vertente poente do planalto em direção a sul, ao longo do vale, no sentido de Aljubarrota, até porque as suas “unidades de exploración habían verificado que la vertiente sur tenía un desnivel más suave, resultando más fácil atacar por ese sector” (ABAD, 2011, p. 56).

O exército anglo-português, em resposta à marcha torneante do adversário, foi forçado a mudar o sentido da formação, e executou um movimento de inversão da frente que o cronista régio português descreve da seguinte maneira: “passou a avanguarda pella reguarda, damdo-sse logar huuns aos outros, e pose-sse deante contra homde os castellaãos mostravom de vijnr” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 86). Deslocaram-se, portanto, cerca de dois quilómetros ao longo da crista do planalto, pelo eixo viário, até ao local onde atualmente se encontra a Ermida de São Jorge. Aqui se estabeleceram numa segunda posição, de «rostos contra Aljubarrota», isto é, virados para sul, onde o adversário, após contornar o planalto, entretanto se iria reunindo para retomar depois a Estrada Real.

Sobre esta segunda posição, López de Ayala, o cronista castelhano que participou na batalha, descreve “una plaza que de las dos partes era llana, e de las

outras das partes avia dos valles” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIII, pp. 595-596). Pelo contrário, Fernão Lopes, que escreve por volta de 1443, discorda desta descrição e adianta que “hi nom há valles nem outeiros que lhe nojo podessem fazer, mas todo he charneca rasa em que caberiam dez tamanhas batalhas” (CDJ, II, cap. XXXV, p. 76). Em outra passagem, reforça que “ally nom avya melhoria de campo que os portugueses tevesem escolhido, nem montes nem valles que torvassem seus contrairos (...) ca todo era campina iguall sem nenhuum estorvo a amballas partes” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 86).

Aparentemente distintas, ambas as descrições podem ser coerentes. Efetivamente, a crista do planalto de S. Jorge é plana e demonstra apenas um ligeiro pendor que sobe de norte para sul, quase impercetível, ao qual corresponde uma área útil na ordem dos 300 a 400 metros em largura, também ela uniforme e que configura a tal «charneca rasa». Estas características estão de acordo com Fernão Lopes. Contudo, o seu congénere castelhano alerta para a existência de dois vales, os quais existem realmente e que correspondem às margens transversais do planalto (aprofundaremos esta matéria no capítulo seguinte). Portanto, ambos os cronistas tinham razão, mas cada qual destacou os aspetos mais adequados à sua própria narrativa. De facto, a leitura correta do terreno resulta da junção de ambas as descrições: “a segunda posição portuguesa, embora muito menos exuberante do que a primeira, era também muito forte. Não tendo nenhum obstáculo natural à sua frente, ela achava-se, no entanto, bem protegida de ambos os flancos” (MONTEIRO, 2007a, p. 88).

O cronista francês, Jean Froissart, menciona esta segunda posição, mas já num contexto militar, especialmente no que respeita à fortificação do campo de batalha, por sugestão inglesa (o cronista centra-se mais nos movimentos dos Franceses e dos Ingleses do que dos Portugueses e dos Castelhanos). Todavia, a sua narrativa suscita duas leituras (talvez por ter recorrido a duas testemunhas da batalha¹⁵³): a primeira sugere a escolha deste segundo local ainda de véspera, na sequência de uma preparação antecipada e estratégica do combate; a outra no hiato entre a mudança de

¹⁵³ Recordando o que referimos no capítulo anterior: Froissart redigiu uma primeira versão sobre os acontecimentos da *Crise 1383-1385* a partir de uma entrevista feita em Orthez (sul de França) ao cavaleiro gascão Espan du Lion e mais tarde recolheu em Midelburgo (Países Baixos) o testemunho de João Fernandes Pacheco, o cavaleiro português que estivera ao lado de D. João I em Aljubarrota.

posições, isto é, *in extremis*. De uma maneira ou de outra, para o autor foram os auxiliares ingleses¹⁵⁴ que apontaram para um “lugar forte” e que previram que este “sê-lo-á ainda mais com o que pudermos fazer” (CF, liv. III, cap. 19, par. 37, p. 33). Deste modo, procederam à fortificação do campo: “Então mandaram a toda a largura do campo derrubar as árvores e deitá-las atravessadas, para que da planura não pudessem cavalgar sobre eles, e deixaram um caminho aberto que não era de entrada mui larga, e puseram o que tinham de archeiros e de besteiros nos dois lados do caminho, e os homens de armas todos apeados no meio da planura” (*ibidem*). Nesta passagem, o cronista dá conta de algumas preocupações táticas, nomeadamente a proteção dos atiradores, colocados atrás desta barreira de árvores que tinha sido disposta de forma *afunilada* para o centro da vanguarda portuguesa. Com isto, pretendiam estreitar a frente de ataque disponível ao adversário. Uma vez mais os combatentes lutavam todos apeados (cavaleiros incluídos) de acordo com o modelo defensivo de matriz inglesa que fazia furor neste período. Sobre outros dispositivos defensivos ou armadilhas no terreno, este autor nada refere. Ainda assim, foi mais detalhado do que os cronistas portugueses e castelhano, que nada indicam sobre quaisquer eventuais fortificações no campo de batalha, ou sequer sobre o impacto que estas defesas, que hoje sabemos terem existido, tiveram no decorrer do combate.

Para encontrar outras referências a dispositivos ou sistemas defensivos, temos de recorrer à referida carta que D. Juan I escreveu à cidade de Múrcia, cerca de duas semanas após o desastre. Neste importante documento, o monarca de Castela especifica «tres cosas»: “la una, un monte cortado, que les daba hasta la cinta; y la segunda, en la frente de su batalla una cava tan alta como un hombre hasta la garganta; y la tercera por los arroyos que la tenían alrededor, que no había de frente trecientas y quanrenta, á quatrocientas lanzas” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primeiro, cap. XII, p. 197).

Esta articulação que o monarca testemunhou entre defesas naturais (os vales) e artificiais (o ‘monte’, que corresponderia ao arvoredado amontoado, e uma cava), é também mencionada por outro autor. Com efeito, na obra *Sumario de los Reyes de*

¹⁵⁴ Froissart realça com frequência o papel preponderante dos auxiliares ingleses nesta manobra, p. ex.: “a posição que os Ingleses, por seu engenho e arte, haviam fortificado”; ou “tudo isto fizeram os Ingleses pelo conselho que haviam dado de fortificar a posição” (CF, liv. III, cap. 20, par. 40, pp. 40 e 42).

España, da autoria de Juan Rodríguez de Cuenca (presumível antigo despenseiro-mor da rainha D. Leonor de Aragão (1358-1382), a primeira esposa de D. Juan I) um autor anónimo interpolou uma breve nota sobre Aljubarrota, e nela escreveu que os Portugueses “estaban puestos en un gran recuesto que ende estaba, é fecho un muy fuerte palenque al derredor de su real, é fechas muchas fosas cubiertas con ramas” (CUENCA, 1781, p. 80). Esta nota acrescentou, pois, um novo e importante elemento: as ‘muitas covas cobertas com ramagem’, ou seja, dissimuladas no campo de batalha, confundindo-se com a vegetação local e ocultadas ao olhar do adversário até ser tarde demais.

Considerando os diferentes relatos históricos, deduz-se que a segunda posição portuguesa não oferecia as mesmas características defensivas naturais encontradas na primeira posição, mais a norte (o referido esporão natural), carecendo por isso de um reforço adicional, de forma a potenciar-se a defesa nesta frente alternativa. Segundo as fontes, este local terá sido dotado de um «palanque»¹⁵⁵, o qual podia ser uma armação constituída por estacaria, ou simplesmente o resultado de um entrincheiramento com árvores derrubadas apontadas ao inimigo, o que podia configurar o «monte cortado» denunciado pelo monarca de Castela. Este dispositivo é, entre nós, conhecido como abatis(es) e a sua estrutura interna (cujo esqueleto pode ser observado na imagem seguinte) pretende fixar um obstáculo pontiagudo, ou farpado, na direção do atacante. Seria, no caso de Aljubarrota, completado pelas referidas «covas encobertas com ramagens», por uma «cava» ou fosso (com uma profundidade correspondente à garganta de um homem) e ainda por “um pequeno

¹⁵⁵ O termo *palanque*, na terminologia mais recuada, pode aludir a “Pallanque: Termo da fortificação antiga. Estacada, ou palissada, com que se cingia o campo da batalha” (VITERBO, 1865, II, p. 134). Fernão Lopes nada refere para o episódio de Aljubarrota, mas recorre a este termo em outras passagens da crónica; p. ex., ao referir o arraial português em Atoleiros, diz que Nun’Álvares “mamdouho logo apallamcar todo pera seer empacho” (CDJ, I, cap. XCII, p. 152); ou, noutros episódios: “elles estavam apalancados nos lugares mays chaãos” (CDJ, II, cap. CLXVI, p. 353); ou ainda: “apalancada a ponte por não rezeberem dapno” (CDJ, II, cap. CLXXIV, p. 373); entre outras passagens. Contudo, Salvador Dias Arnaut, alerta para a aplicação do termo em circunstâncias diferentes: “Julgamos que se é levado a pensar que «palanque» e «estacada» não eram para Fernão Lopes equivalentes. Na estacada haveria naturalmente predominante utilização de estacas – o que nem sempre seria fácil de fazer; por exemplo, pela natureza do terreno ou por falta de tempo. Era obra certamente de execução demorada. O palanque, em que predominaria também a madeira, seria, ao invés, um obstáculo feito com o que viesse à mão, muitas vezes à pressa; muitas vezes, mais assente no solo que fixado a ele.” (ARNAUT, 1962, p. 486). Em Aljubarrota, a limitação de recursos e o tempo disponível certamente condicionaram a manufatura deste dispositivo. Acreditamos, por isso, que este reforço defensivo do campo de batalha, quer tenha sido executado de véspera ou no próprio dia, tenderia a revelar-se mais tosco, mas ainda assim não menos eficaz.

fosso, mas não tão grande que um cavalo não pudesse saltá-lo” (CF, liv. III, cap. 21, par. 93, p. 88).



Figura 19 - Réplica simplificada do sistema de abatises

(Foto do autor captada em março de 2015 no Campo Militar de São Jorge)

Retomando o movimento das hostes, estima-se que os Portugueses tenham alcançado esta nova posição por volta das 15 horas. Os Castelhanos chegariam pouco depois a uma planície contígua ao extremo sul do planalto de S. Jorge, reunindo-se num local a que chamam *Chão da Feira*, a cerca de dois quilómetros da posição portuguesa. De imediato, os comandantes de D. Juan I dispuseram a sua hoste em formação de combate, neste caso recorrendo a um corpo principal montado a cavalo, completado por azes de cavalaria ligeira e por infantaria, juntamente com algumas peças de artilharia dispostas à frente da linha de vanguarda, constituídas por dezasseis (segundo Fernão Lopes) bocas-de-fogo rudimentares, conhecidas por *trons*¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Os trons, recordamos, compunham uma espécie de canhão grosseiro, constituído por aros metálicos unidos por intermédio de uma cinta, uma técnica idêntica à construção de um barril. Os trons eram utilizados, nesta época, maioritariamente em operações de cerco e na defesa de muralhas urbanas. A sua instabilidade provocava, com frequência, o rebentamento total da peça, causando mais danos aos operadores do que ao adversário. Na descrição de Fernão Lopes sobre Aljubarrota, a hoste castelhana fazia-se acompanhar por “troons e bombardas que (...) nom eram mais que dezasseis” (CDJ, II, cap. XXXVII, p. 84), provavelmente destinados ao assédio a Lisboa. No dia da batalha, antes do início das hostilidades, “*ainda hordenavom huma aaz de troons e bombardas, com que cruelmente começaram de tiraar*” (CDJ, II, cap. XLVIII, p. 120). Sobre este tema, recomenda-se a leitura do trabalho do Tenente-Coronel de Artilharia Nuno Rubim em: RUBIM, Nuno José Varela, “Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na Batalha de Aljubarrota”, in *Revista de Artilharia*, SN, Lisboa, 1986. Este autor considera que foi “na memorável tarde de 14 de Agosto de 1385, [que] pela primeira vez em Portugal, se teria assistido à utilização da artilharia em campanha (e não *de* campanha)” (RUBIM, 1986, p. 30).

Ao mesmo tempo que o exército franco-castelhano se organizava no terreno, os seus comandantes detiveram-se em Conselho de guerra, ponderando a melhor opção estratégica: se atacar a nova posição anglo-portuguesa, se aguardar por uma reação contrária (como acontecera em Divor, deixando os ginetes a atuar na periferia).

Para reconhecer a posição adversária, enviaram uma pequena comitiva parlamentar¹⁵⁷ constituída por Diogo Fernandez, marechal de Castela, Diogo Álvares Pereira, irmão do condestável português, e Pero López de Ayala, futuro chanceler e autor da crónica castelhana que temos vindo a citar. A estes elementos juntaram-se dois cavaleiros gascões que se voluntariaram pela simples curiosidade de conhecer pessoalmente Nun'Álvares Pereira. Como era habitual nestas ocasiões, pretendiam, por um lado, debater os termos de uma eventual rendição e, por outro, espiar o campo inimigo.

Ao alcançarem a posição portuguesa, tentaram debater os assuntos com Nun'Álvares¹⁵⁸. Porém, o condestável não se deteve longamente na conversa; além de saber antecipadamente quais seriam os verdadeiros intentos desta comitiva, estava firme na decisão de dar batalha, pelo que “os mesajeiros quiseram mais falar sobre esto e o conde estabre lhes disse que se fossem muito embora, se nom que lhe mandaria tirar as seetas e assi se partiram” (CC, cap. LI, p. 140).

¹⁵⁷ Neste ponto, as crónicas não se mostram concordantes. Fernão Lopes alega que esta comitiva fora enviada pelo monarca castelhano, intimando Nun'Álvares a parlamentar. A *Corónica do Condestabre*, uma obra que Fernão Lopes bem conhecia, é convergente, mas situa o momento ainda na primeira posição portuguesa: “falando a salva fé, dizendo que lhe traziam recado ao conde estabre, d'el rei de Castela. E apartaron-se com ele” (CC, cap. LI, p. 139). Contrariamente, Ayala, um dos intervenientes neste episódio, afirma que a comitiva castelhana fora requerida pelo condestável: “algunos Caballeros del rey fueron llamados e requeridos por Nuño Alvarez Pereyra, condestable de los enemigos, que quería fablar con ellos; e ellos, con licencia del rey, fueron allá a fablar com Nuño Álvarez” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIII, p. 596). Froissart, em ambas as versões, é omissos nesta matéria, e apenas faz menção ao envio de batedores por ambas as hostes para espiar a posição e a dimensão do inimigo.

¹⁵⁸ Não deixa de ser interessante o facto de esta comitiva parlamentar ter procurado especificamente o condestável, visto que também se encontrava presente o rei português. Embora o cargo de condestável estivesse associado ao comando de toda a hoste, esta dignidade era sempre superada pela do monarca, quando o mesmo estivesse presente. O facto de D. João I ter sido recentemente eleito como soberano de Portugal, uma decisão considerada como uma afronta ao rei de Castela, pode representar um motivo para esta preferência em parlamentar com Nun'Álvares, que já os tinha enfrentado como fronteiro. No entanto, não nos parece constituir razão suficiente, já que a hoste portuguesa e o seu condestável reconheciam D. João como legítimo rei. Este aspeto não fica claro na leitura das crónicas, mas não nos é possível ignorar esta incoerência. Talvez a fama que já acompanhava Nun'Álvares e o facto de na pequena comitiva castelhana estar incluído um dos seus irmãos a possam explicar. Há também a possibilidade de, como refere López de Ayala, ter sido Nun'Álvares a convocar o encontro (*vide* a nota anterior).

Acrescentamos o facto de nas crónicas, justamente neste episódio, se encontrarem evidências claras quanto ao objetivo real dos parlamentários de Castela. López de Ayala, que fez parte da comitiva, é o próprio a admitir que “los caballeros de Castilla que todo esto fablaron aquel día con Nuño Álvarez, cataron e avisáronse bien de la ordenanza que tenían los de Portugal, e viniéronse para el rey” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIII, pp. 597-598). Fernão Lopes partilha esta ideia quando refere que os embaixadores foram enviados por “avissamento de veer os portugueses como estavom” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 72).

A comitiva regressou ao arraial castelhano. Do lado português, aguardavam por uma ofensiva adversária, mantendo-se a hoste em posição defensiva e protegida agora por um dispositivo fortificado. Mas a hoste castelhana, que desde a sua chegada ao Chão da Feira se organizava no terreno, hesitava em tomar a iniciativa. Com isto, gastara-se muito tempo e o dia estava prestes a findar. O Conselho de guerra de D. Juan I mantinha-se reunido e em desacordo quanto à melhor opção: ou atacar de imediato, pois a noite fazia-se prestes, ou aguardar pelo dia seguinte, evitando precipitações. O monarca não se mostrava nas melhores condições, pois, como dissemos, encontrava-se doente desde a entrada no reino de Portugal e a sua maleita tinha-se agravado de tal forma que era transportado de liteira. Podemos deduzir que a sua avaliação da situação não fosse muito lúcida, pois “el rey non estaba bien sano” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIII, p. 596).

Ainda que parcialmente incapacitado, escutou os argumentos dos seus conselheiros, principalmente daqueles que enviara ao campo inimigo. A comitiva parlamentar não se mostrou favorável à decisão de dar batalha. Entre os principais argumentos, alertaram, segundo López de Ayala, para o seguinte: “el día es ya muy baxo, ca es hora de vísperas, e demás, vos nin vuestras gentes non han hoy comido nin bebido nin tan solamente del agua, maguer face grand calentura, e están enojados del camino que han andado; e aun pieza de los omes de pie ballesteros e lanceros non son llegados, ca vienen con las acémilas e con las carretas de la hueste. Otrosí, señor, segund avemos visto la ordenanza de la batalla, la vuestra avanguardia está muy bien, e en buena ordenanza para pelear contra la avanguardia de los enemigos. Pero en las dos alas de la vuestra batalla, do están muchos caballeros e escuderos muy buenos, segund la ordenanza que vemos, non nos podríamos aprovechar dellos; ca las dos alas

de los vuestros tienen delante dos valles que non pueden pasar para acometer a vuestros enemigos e acorrer a los de vuestra avanguardia” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, pp. 598-599).

Recapitulando, os combatentes estavam fatigados pela marcha forçada, fisicamente debilitados pela falta de alimento e muitos deles ainda se encontravam em marcha, portanto, apenas uma parte do exército havia alcançado o aquartelamento. Estrategicamente, a posição portuguesa não dispunha de largura útil suficiente para a frente de combate, pois estava espartilhada pelos vales transversais, não permitindo que as alas de cavalaria castelhana a pudessem flanquear e envolver, nem sequer auxiliar a vanguarda em caso de emergência. No que respeita à frente portuguesa, a comitiva apenas pudera observar que “los enemigos tienen su avanguardia e dos alas juntas en uno, en que han grand gente de peones e ballesteros” (*idem*, p. 599). Sobre eventuais fortificações no terreno nada foi referido¹⁵⁹.

Perante este cenário, a alternativa sugerida pelos conselheiros mais prudentes do rei trastâmara passaria por conservar a posição, mantendo-se quietos e estacionados no local onde estavam a assentar o arraial, e os Portugueses “de dos cosas farán la una: o saldrán de aquella ordenanza e aventaja que tomaron para pelear fuera de donde agora están, e si esto facen, todos los vuestros, así los que están en la avanguardia, como los que están en las dos alas, podrán pelear, e aprovecharse unos de otros, e estonce Dios sea juez, e loamos la batalla; o si los de Portugal reúsan de salir de aquella ordenanza que tienen, non ha dubda que muestran en ello grand

¹⁵⁹ Sobre este aspeto, podemos avançar com uma proposta. Os elementos desta comitiva não devem ter alcançado a frente portuguesa, pelo menos junto ao local onde estavam dispostas as tropas, e por esse motivo tiveram de mandar chamar Nun’Álvares o qual, esse sim, se encontrava na linha da frente, a coordenar os preparativos para o combate. Ainda que do local onde parlamentaram (desconhecemos qual seria este local ou a que distância se encontrava, mas provavelmente estaria algures no planalto a sul da posição portuguesa, portanto, entre esta e o acampamento castelhano) tivessem visibilidade para a formação portuguesa, como tudo indica (pois testemunharam que a vanguarda e alas formavam um só alinhamento), dificilmente teriam conseguido perceber a presença de armadilhas no solo: covas e fossos. Além do mais, as covas estavam encobertas com ramagens e, por conseguinte, não estariam perceptíveis ao olhar, mesmo se observadas de mais perto. Relativamente ao sistema de abatisses, o amontado de árvores colocadas ao centro e em frente à vanguarda e alas (para proteger os atiradores), julgamos que este preceito seria habitual e frequente nestas ocasiões e, por esse mesmo motivo, não constituiria um corpo estranho ou que sobressaísse dos padrões, pelo que a sua menção ou descrição era dispensável (mas trata-se apenas de uma hipótese nossa). O testemunho do rei castelhano, em que se dá conta destas armadilhas, é redigido após o confronto, portanto, uma parte pode ter sido testemunhada pelo próprio, pois o monarca assistira de longe ao confronto, e outra pode ter sido descrita por sobreviventes da batalha, que apenas deram conta dos dispositivos defensivos durante a peleja, ou seja, tarde demais.

miedo; e la noche viene cerca, e muchos dellos partirán de allí; ca es razón de pensar, que los que durando el día non quisieron pelear, non lo dexaron por otra aventaja, salvo por miedo. Demás, señor, que sabemos cierto que ellos non troxeron viandas, salvo para hoy, e vos estades en el campo, e tenedes muchas viandas para les mantener porfía” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, p. 599).

De facto, os argumentos deste conselho eram pertinentes e, caso fossem postos em prática, iriam seguramente abalar o planeamento estratégico adotado pela hoste de D. João I. A escassez de vitualhas, a posição fixa no terreno e em modo defensivo e todo um sistema de fortificação construído no campo sugerem que, do lado português, apostavam tudo em como a batalha se iria firmar naquele mesmo dia. Se, pelo contrário, fossem obrigados a pernoitar no local, o desalento tomaria lugar entre os homens, motivando parte a desertar e os restantes a definhar pela escassez de vitualhas, considerando que “esteverom toda a sesta per bem quente sol armados ata a tarde, e os mais delles sem comer nem beber por seer vespera de tal festa”¹⁶⁰ (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 86).

Apesar de serem sensatos os conselhos que eram contrários à ideia de dar batalha, aqueles que eram favoráveis ao confronto insistiam em argumentos essencialmente de ordem numérica, visto que sua hoste superava o adversário em homens, em cavalos e até em armamento¹⁶¹. A estes, acresciam outros de ordem política, decorrentes da alegada legitimidade dos direitos de D. Juan I (por via do seu casamento com D. Beatriz) e até da afronta e ousadia de “*seus emmigos que contra el revellavom e forom ousados de se poer na praça*” (CDJ, II, cap. XXXV, p. 77).

¹⁶⁰ A festa a que se refere Fernão Lopes é a de Nossa Senhora de Assunção; além da interdição em combater num dia santo, era comum aos homens devotos jejuar durante a festividade. Nun’Álvares foi um fervoroso adepto desta prática: “jejüava três dias na somana, sempre em quanto foi em idade que podia soportar, convém a saber: a quarta feira e sesta e sábado, e tôdolas festas e dias que a igreja manda guardar, como fiel católico” (CC, cap. LXXX, p. 241).

¹⁶¹ Sobre o armamento, recordamos um episódio de troca de armas que antecedeu a peleja, protagonizado por Nun’Álvares e João Afonso Telo, que estava no lado castelhano e “lhe mandou de gajas per huum escudeiro em desafiaçom huma espada darmas guarnyda. E o Comde a rrecebeo ledamente, e lhe tornou de retorno huma boa facha de chumbo” (CDJ, II, cap. XLII, p. 95). Fernão Lopes acrescenta ainda uma descrição sobre o parco armamento português: “As armas defensavees de todos (eram) bacynetes de camal, delles com caras e delles sem ellas, e ssolhas e loudes e cotas e faldroões e pamceiras; e de ferir lanças e fachas de ferro e de chumbo e delles machados quem os podia aver.” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 85).

Entre os fervorosos adeptos de precipitar a batalha encontrava-se João Afonso Telo¹⁶², irmão da rainha Leonor Teles, que invocou nestes termos o risco de ter na peugada a hoste portuguesa, caso D. Juan I se furtasse ao combate: *“nom querendo com elles pellejar, nom tenhaes que vos ham de leixar hir a Lixboa, assy como alguuns dizem; mas hir-se-ham depos nos ladrando, ataa que tornes a elles e lhe des a batalha”* (CDJ, II, cap. XXXVI, p. 81).

O Conselho de guerra castelhano também não dispensava a presença dos seus auxiliares estrangeiros, neste caso Franceses, *“homeens bem sabedores de guerra”* (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 75). Segundo Ayala, Jean de Rye¹⁶³, que integrava a força francesa, pronunciou-se de forma favorável ao parecer da comitiva parlamentar castelhana, advertindo para os riscos de uma investida precipitada, uma vez que *“huuma das cousas per que homeem moor vantagem pode teer de seu emmigo assy he poer-sse em booa hordenança, assy em guerra guereada como em batalha (...) devees de mandar que se guarde”* (CDJ, II, cap. XXXV, p. 78). Ainda assim, segundo Froissart, seriam os auxiliares franceses a manifestar preferência por dar batalha, rogando ao monarca que permitisse ao contingente franco-gascão assumir a «primeira batalha», isto é, concretizar a investida inicial. O contingente estrangeiro que integrava a hoste castelhana era capitaneado por homens adestrados, contudo, muitos dos seus subordinados eram mancebos inexperientes da guerra (pelo menos a este nível), ansiosos por provar o seu valor marcial em campo. Manteriam, inclusive, um certo afastamento e alguma animosidade relativamente aos combatentes de Castela. Aliás, segundo Froissart, eram os conselheiros castelhanos que apelavam à prudência relativamente às súplicas francesas¹⁶⁴.

¹⁶² João Afonso Telo estivera ao serviço de D. Fernando no decorrer das *guerras fernandinas*. Foi alcaide-mor de Lisboa e, posteriormente almirante, tendo comandado a frota portuguesa na batalha naval de Saltes. No início, acompanhou a causa do Mestre de Avis (esteve até presente no assassinato do conde Andeiro), mas pouco depois abraçou a causa de Juan e Beatriz.

¹⁶³ Jean de Rye, camareiro do rei Carlos VI de França e detentor de vasta experiência de combate, dá conta da sua experiência: *“E em duas batalhas que eu fuy com el-Rey Filipe e Rey Joham meus Senhores comtra el-Rey dIngraterra e comtra o príncepe de Gallez seu filho, ambas se perderom por se nom teer nellas booa hordenamça”* (CDJ, II, cap. XXXV, p. 78). Refere-se, nitidamente, à batalha de Crécy (26 de agosto de 1346), ao serviço de Filipe VI contra o rei Eduardo III (r. 1327-1377) de Inglaterra, e à batalha de Poitiers (19 de setembro de 1356), na qual uma força inglesa apeada, liderada pelo herdeiro Eduardo (1330-1376), o *Príncipe Negro*, filho de Eduardo III, derrotou a cavalaria francesa de João II (r. 1350-1364), justamente pela má ordenança dos seus capitães.

¹⁶⁴ O cronista francês reproduz os mesmos argumentos descritos por Ayala sobre os riscos de precipitar a batalha, ao invés de aguardar pelo dia seguinte.

A crónica castelhana assegura que D. Juan I concordou em não dar batalha naquele dia, mas a iniciativa de “algunos caballeros del rey, que eran omes mancebos, e nunca se vieran en otra batalla, non se tovieron a aquel consejo, diciendo que era cobardía; e teniendo em poco los enemigos, acometiéronlos” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, p. 601). O cronista é omissivo no que respeita à nacionalidade destes «mancebos»; ou seja, não explica se eram castelhanos (recorde-se que a maioria dos homens de armas experientes de Castela tinha sido ceifada nas anteriores batalhas com os portugueses e no cerco de Lisboa de 1384), ou se correspondiam aos cavaleiros franceses que, segundo o cronista de Valenciennes, estavam prestes a precipitar-se em combate. Fernão Lopes e Froissart, pelo contrário, alegam que a decisão de combater foi legitimada pelo monarca, ao caucionar o conselho de dar batalha: “aveendo-(o) por muy boon conselho, mandou que a pressa se fizessem todos prestes e acabassem dordenar a batalha; e a sseu mandado nom foy posta tardança” (CDJ, II, cap. XXXVI, p. 81). Froissart refere ainda “o desejo de agradar aos cavaleiros e escudeiros, entre os quais havia ali muitos que desejavam dar batalha” (CF, liv. III, cap. 19, par. 38, p. 40).

Em defesa própria, o monarca afirma, na sua carta aos Murcianos, que não deu o seu aval, mas reconhece a má ordenança da sua hoste, assim como a falha no reconhecimento do terreno e, conseqüentemente, a precipitação da investida; tudo isso agravado pelo seu debilitado estado de saúde: “toda la otra nuestra gente con la voluntad que habian de pelear, fueron sin nuestro acuerdo allá, y nos hallamos con ellos, aunque con mucha flaqueza, que había catorce días que íbamos camino en litera, y por esta causa no podíamos entender ninguna cosa del campo, como cumplia á nuestro servicio” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primeiro, cap. XII, p. 197). Também o relato presente na obra do despenseiro-mor da rainha D. Leonor não omite essa má ordenança: “como los Castellanos los vieron á los Portugueses, no fue en mano deste Rey, ni de algunos grandes Caballeros que con él iban, tener las gentes y Caballeros, que luego como venian de camino, sin se bien armar como requeria, y sin ser recogida la gente, fueron fasta su palenque á les dar la batalla” (CUENCA, 1781, p. 80).

De qualquer forma, o animado debate que decorreu no Conselho de D. Juan I prolongou-se e foi já muito perto do final da tarde, não muito distante do ocaso do sol, quando se fizeram prestes, “seendo jaa o dya tam derrybado que passava dhora de

véspera” (CDJ, II, cap. XLII, pp. 94-96). A hora de vésperas, no contexto canónico, assinala justamente o declinar do dia e o início do período noturno¹⁶⁵.

Sobre a formação portuguesa, Fernão Lopes descreve uma vanguarda com seiscentas lanças, sob o comando do condestável; na ala direita, estaria a famosa *ala dos namorados*, com uma força de duzentas lanças, e o mesmo número de homens na ala esquerda, onde se concentraram os arqueiros ingleses e outros homens de armas. Ambas as alas estavam articuladas com os extremos da vanguarda, mas, embora se dispusessem *in continuum*, estariam mais avançadas, de forma a tirar proveito da neurobalística¹⁶⁶.

Na retaguarda, com D. João I ao comando, concentravam-se setecentas lanças, entre homens de pé e besteiros, “cujas pontas çarravom com a avanguarda” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 85). Esta conexão da retaguarda com a vanguarda – apenas descrita por Fernão Lopes e que não é característica do modelo tático inglês, suscitando portanto muitas reticências – não corresponderia a uma formação de homens de armas; possivelmente, seria simplesmente uma linha de comunicações e de atalaia, tendo no entanto gerado muitas vezes a ilusão de uma disposição da hoste em quadrado¹⁶⁷. Mais recuada estava a carriagem, onde permaneciam os cavalos, os pajens, os homens de serventia, os mantimentos, as ferramentas e tudo mais que fosse necessário para servir a hoste, protegida por um pequeno grupo de homens de armas e besteiros.

No campo adversário, segundo Fernão Lopes, “hordenarom suas aazes dous gramdes tiros de beesta amtre ssy e os portugueses” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 87), ou seja, aproximadamente a quinhentos a setecentos metros de distância. Na vanguarda, distribuíram mil e seiscentas lanças e, em cada uma das duas alas, setecentos homens de armas. Incorporada nestas azes encontrava-se a generalidade dos auxiliares

¹⁶⁵ A *Corónica do Condestabre* faz referência a “sendo horas de noa, pouco mais ou menos, se começou a batalha mortal” (CC, cap. LI, p. 141), mas situa o momento entre a chegada à segunda posição e o início do combate. A hora de *noa* corresponde a meio da tarde (a partir das 15h) o que está mais de acordo com o momento em que os Portugueses alcançaram a segunda posição.

¹⁶⁶ Como já foi explicado em capítulo anterior sobre o armamento, a predominância de arqueiros munidos de *long bow*, o potente arco longo inglês, na ala esquerda, procurava potenciar o poder de tiro dirigido ao lado direito do agressor.

¹⁶⁷ Desta descrição advém, com frequência, a referência ao «quadrado de Aljubarrota»; contudo, tal não apresenta relação com a formação militar em quadrado adotada, p. ex., pelas legiões romanas quando dispostas em *testudo* (tartaruga). A disposição medieval descrita assenta, isso sim, em fileiras (azes).

estrangeiros. A retaguarda, ao comando do rei como era habitual, continha três mil lanças, distribuídas por três azes de mil lanças. Mais atrás dispunha-se a carriagem.

Achando-se já ambas as hostes com as linhas organizadas, chegou ao arraial de D. João I um reforço de cerca de setenta lanças e cem peões escudados, comandados por dois fidalgos da Beira – João Fernandes Pacheco e Egas Coelho. Mais do que engrossar as fileiras, este reforço trazido por dois dos heróis da batalha de Trancoso elevou o ânimo dos Portugueses.

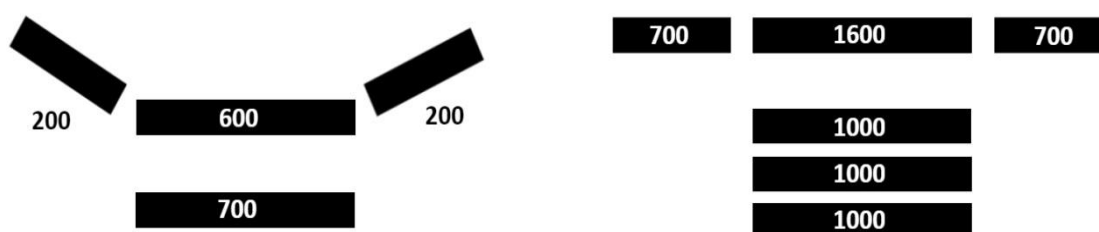


Figura 20 - Disposição das lanças portuguesas e castelhanas segundo a descrição de Fernão Lopes

Enquanto isso, o condestável preparava os homens da vanguarda para suportar e absorver o embate da cavalaria pesada inimiga, adotando uma postura que imaginamos semelhante à ensaiada em Atoleiros: “dizendo que *todos andassem muyto passo quando os castellaños movessem, e ao juntar estevessem quedos e firmassem bem os pees, teendo as lanças dereitas, apertadas so o braço, o mais perlongadas que podessem; e quando os emiigos chegassem, que posessem as lanças em elles de guysa que prendessem, e entom botassem quanto podessem; e os que estevessem detras que chegar nom podessem com as lanças, que botassem os outros ante ssy*” (CDJ, II, cap. XLII, p. 94). Em suma, tinham as compridas lanças com as conteiras bem assentes no chão e estabilizadas pela força de pés e braços de quem as manobrava, de forma a evitar que escorregassem ou partissem no momento do embate dos cavalos, mas, em vez disso, trespassassem as montadas e/ou os cavaleiros inimigos.

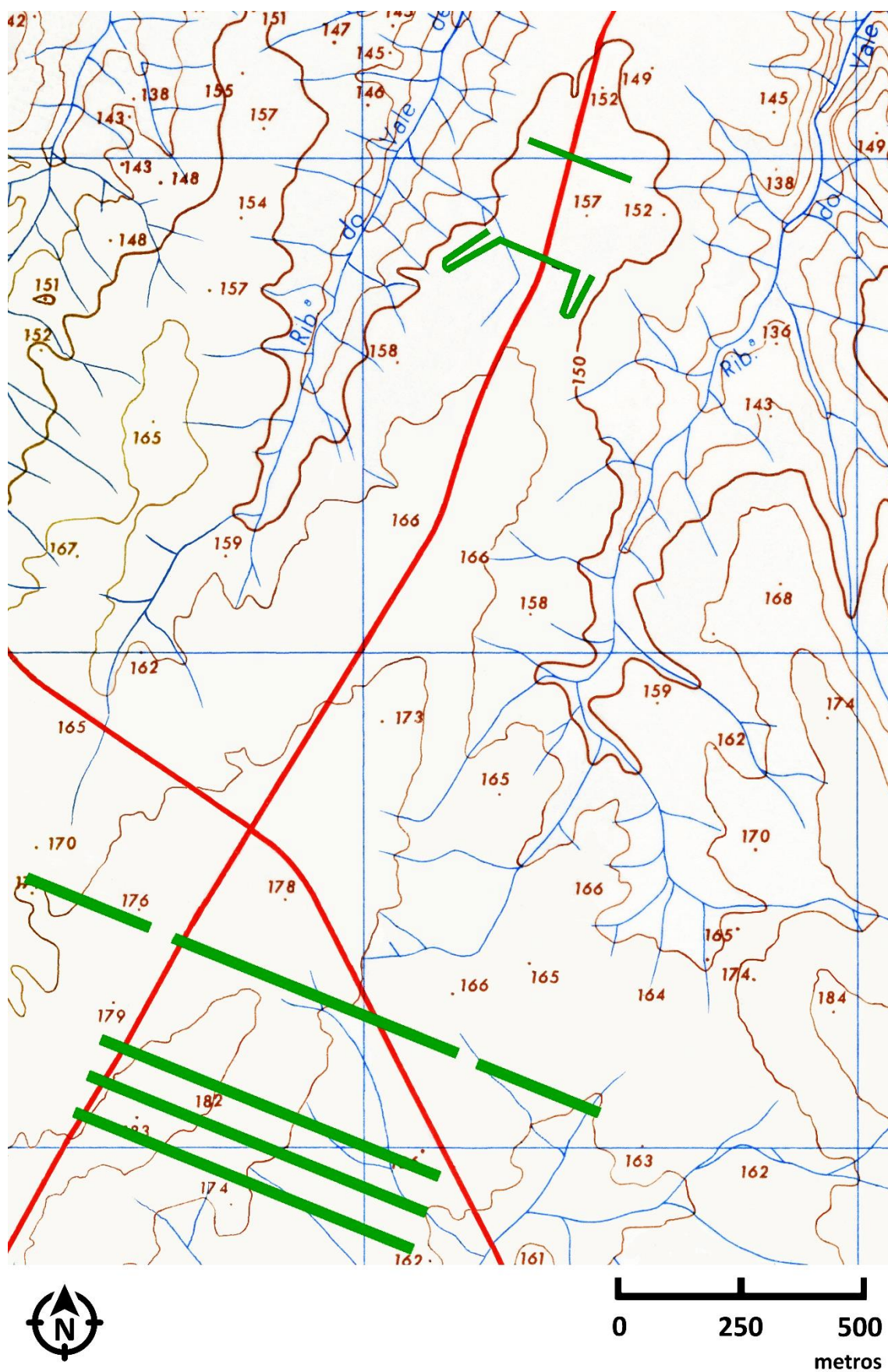


Figura 21 - Formação franco-castelhana do lado sul e anglo-portuguesa a norte na segunda posição
(Carta Militar 308, ed. de 1968 – esquema do autor)

Nesta altura já o dia se finava, e ambas as hostes aguardavam o choque das azes a qualquer instante. A tensão que se fazia sentir e os alaridos castelhanos, “huum pouco de vento” (CDJ, II, cap. XLII, p. 95) como entoava o condestável, provocaram a fuga de perto de trinta peões da carriagem, o que de nada lhes valeu, pois esses homens seriam mortos “como porcos aa calcada” (*idem*, p. 96) pelos ginetes castelhanos que rondavam a posição portuguesa¹⁶⁸. Tal como na batalha de Trancoso, este corretivo serviria de exemplo aos restantes, para que mais nenhum tentasse desertar da hoste.

Diante da vanguarda castelhana, uma fileira de trons arremessava uma salva de pedras, causando mais barulho do que dano, após o que, finalmente “começou a batalha mortal” (CC, cap. LI, p. 141). A vanguarda dos franceses precipitou-se impetuosamente no ataque, deixando para trás a hoste régia, “pois que os Gascões e os estrangeiros não estavam todos de acordo com os Castelhanos” (CF, liv. III, cap. 21, par. 93, p. 88). O terreno, nesta segunda posição, era plano e, inclusivamente, decrescia ligeiramente de cota em direção à frente portuguesa, o que se adequava (contrariamente ao que teria sucedido na primeira posição) à investida montada. Porém, tal como advertira Ayala e os restantes parlamentários, as alas castelhanas que acompanhavam o ataque não conseguiram alcançar a frente portuguesa, tendo sido impedidas pelo recorte do terreno por onde se desenvolviam as encostas dos vales. Deste modo, apenas os cavalos que iam na vanguarda prosseguiram em direção à posição anglo-portuguesa, os restantes ficaram dispersos pelos vales transversais na tentativa de alcançar a posição portuguesa por alguma via alternativa.

A vanguarda francesa, à medida que se aproximava da posição portuguesa, ficou sujeita a três problemas: i) em primeiro lugar, o impacto do tiro neurobalístico, que fustigava homens e cavalos através das muitas setas e virotões lançados cada vez com maior cadência, à medida que os atacantes entravam no raio de alcance dos projéteis¹⁶⁹; ii) em seguida, os cavaleiros entraram na área fortificada, onde os

¹⁶⁸ Tal como no episódio de Divor e na batalha de Trancoso, em Aljubarrota os ginetes procuraram circundar a posição portuguesa, numa tentativa de cerco e flanqueamento. No entanto, a topografia acidentada do planalto de S. Jorge protegia as alas portuguesas desta manobra, permitindo apenas uma aproximação destes ginetes à carriagem, acesso esse realizado a norte, através de uma via mais acessível.

¹⁶⁹ Fernão Lopes contabiliza 800 besteiros portugueses, aos quais devemos acrescentar os mais de 300 arqueiros anglo-gascões anunciados por P. Russell. A esta concentração de atiradores (concentrados na

Portugueses e o Ingleses tinham aberto no solo as muitas covas de lobo, fazendo abrandar e derrubar os cavalos; iii) os que conseguiram superar esta etapa começavam a ser compactados em largura, devido à disposição dos abatisses que convergiam e condicionavam a área útil do campo, das margens para o centro do planalto.

O cronista francês também realça a eficácia do estreitamento na frente portuguesa, o que permitiu tirar maior proveito do poder de tiro dos arqueiros e besteiros das alas, “porque a entrada não fosse larga, foi grande o aperto e os malefícios para os acometedores, pois o que lá havia de archeiros de Inglaterra disparava em ataque tão cerrado, que os cavalos eram todos trespassados e feridos, e caíam uns sobre os outros” (CF, liv. III, cap. 20, par. 39, p. 40). Os besteiros, cuja cadência de tiro era muito inferior à dos arqueiros, tentavam aumentar a sua eficácia através do trabalho em equipa e, “em quanto huuns tiravom, armavom os outros” (CDJ, II, cap. CXIII, p. 235). Os obstáculos posicionados em frente à vanguarda portuguesa, além de espartilharem o campo, protegiam as tropas de D. João I e do condestável, pois aos Portugueses, “o que mais os salvava e guardava era que ninguém podia alcançá-los senão por uma estreita passagem” (CF, liv. III, cap. 21, par. 42, p. 45).

Sobre esta primeira investida, será importante a leitura do relato recolhido por Froissart junto do português João Fernandes Pacheco. Apesar de extenso, o seu testemunho é determinante para compreender o fracasso deste ataque: “Entre eles e nós havia um pequeno fosso, mas não tão grande que um cavalo não pudesse saltá-lo; isto deu-nos uma pequena vantagem, pois ao passarem pelos nossos, que estavam em duas fileiras e lançavam dardos afiados, com os quais feriram alguns, foi-lhes feito grande obstáculo. E ao transpor este pouco de água e o fosso, houve muito aperto e muitos foram esmagados. Tendo passado para o outro lado, acometeram sobre nós e

ala esquerda portuguesa) correspondia uma pesada força de tiro, “devemos lembrar-nos, que 300 archeiros ingleses podiam disparar entre 3.000 e 3.600 flechas cada minuto, enquanto 800 besteiros disparavam 1.600” (Russell, 1962, p. 432). A sua eficácia estava reservada aos primeiros momentos da batalha, assim que o adversário alcançava a distância útil de tiro (cerca de 150 a 200 metros). Segundo os valores avançados pelo General Frederico Alcide de Oliveira: “Arcos: alc. Máx. 350 a 400 m.; eficaz, 220 m.; cadência 10/12 setas/min.; dotação individual, 48 setas. Bestas: alc. Máx. 200 passos duplos (aprox. 300 m.); eficaz 100 passos (150 m.); cadência 3/6 virotões-min.; dotação individual 30 virotões” (OLIVEIRA, 1979, p. 119). Não devemos esquecer também as muitas pedras lançadas pelos fundibulários, ou mesmo à mão, com um “alcance médio a braço: 30 m.” (*ibidem*). Os dardos, provavelmente numa cadência mais reduzida, também faziam parte do conjunto de projéteis de arremesso. O cronista castelhano dá-nos conta do impacto por parte dos atiradores: “en las dos alas de los enemigos estaban muchos omes de pie, e tenían muchas piedras e grand ballestería, los quales ficeron grand daño en los de la avanguardia del rey” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, p. 601).

já era tarde, e cremos, foi essa a opinião dos nossos, que quando nos atacaram cuidavam que o rei de Castela e a sua grande hoste os seguiam de perto, mas não o fizeram; pelo que foram todos mortos e desbaratados antes que el-rei de Castela e a sua gente chegassem” (CF, liv. III, cap. 21, par. 93, p. 88).

Neste momento da peleja, estava concluída apenas a primeira investida do exército de D. Juan I. A retaguarda castelhana, que incluía a grande maioria da hoste, ainda não se encontrava totalmente disposta em formação, tendo em conta que uma parte das tropas ainda vinha a caminho. Os cavaleiros franceses que iniciaram o assalto jaziam na sua maioria no campo de batalha. Os poucos com vida, capturados¹⁷⁰ ou que ainda ofereciam resistência, aguardavam o auxílio da hoste do rei trastâmara, mas, tal como testemunhou João Fernandes Pacheco, isso não aconteceu em tempo útil. Em parte, este socorro não se concretizou porque não deve ter sido organizada uma estratégia bem coordenada entre Franceses e Castelhanos: “para dizer a verdade, a primeira hoste acometeu cedo de mais; mas fizeram-no porque queriam ganhar honra e para cumprir com verdade e graça as palavras que haviam dito ante el-rei (...) e eram mais de quinhentos os que, para mostrar seus feitos de armas, fizeram saltar seus cavalos por cima do fosso. E sabeis, meu senhor, que, de todos os que passaram, nem um só pé tornou” (CF, liv. III, cap. 20, par. 39, p. 41; e cap. 21, par. 93, p. 89).

Após uma fatídica hesitação e com a noite a erguer-se no horizonte, avançou por fim a retaguarda castelhana. Contudo, esta segunda investida seria confrontada com os mesmos obstáculos. Atacaram a cavalo e, logo que atingiram o alcance útil das armas neurobalísticas, ficaram sujeitos às mesmas adversidades. Assim que tropeçaram na zona fortificada instaurou-se a desordem e a confusão, tendo a maioria abandonado as montadas, fosse por desmontarem ou por os cavalos terem tombado. Os que se seguiam, reconhecendo a ineficácia da progressão a cavalo, desmontaram e “cortaram as lamças e as fizeram mais curtas do que trariam (...) quando virom a

¹⁷⁰ Aos Portugueses e Ingleses que detiveram reféns, tendo em vista um valioso resgate, “foi ordenado e dito que (sob pena de ser morto ali, sem mercê) qualquer um que tivesse cativo o matasse, por muito valente, poderoso, nobre, gentil ou rico que fosse (...) cada um matava o seu, e quem o seu não quisesse matar, matavam-lho entre as suas mãos. E diziam os Portugueses e os Ingleses que disto haviam posto conselho: «Mais vale matar do que ser morto; se nós não os matarmos, eles livrar-se-ão mentes nós estivermos ocupados a combater e a defender-nos, e depois matar-nos-ão, pois ninguém deve confiar ao seu inimigo»” (CF, liv. III, cap. 20, par. 41, p. 43). Sobre este acontecimento as restantes crónicas mostram-se silenciosas. López de Ayala, o autor anónimo da *Corónica do Condestabre* e, mais tarde, Fernão Lopes, não reproduzem esta ação, que, apesar de compreensível, não deixava de ser vergonhosa para os padrões medievos.

batalha pee terra, por se desenvolver e ajudar melhor dellas as talhavom” (CDJ, II, cap. XLII, p. 98).

A partir daqui a batalha prosseguiu apeada, anunciando-se um confronto corpo-a-corpo. A estreiteza do terreno, provocada pelos abatises, desorganizou profundamente o ataque do batalhão real castelhano: como explicou Fernão Lopes, os assaltantes “começarom de sse fazer ficadiços huuns tras outros, assy das aazes come das allas, de guysa que a ssua avanguarda, que era muyto mais comprida e as allas tam grandes que bem podiam abraçar a batalha dos portugueeses, ficou tam curta daquella guysa que a de Portugal tijinha ja vantagem della” (CDJ, II, cap. XLII, p. 97).

Este cenário inclinou a frente de ataque diretamente sobre a vanguarda do condestável, ferindo-se nesse ponto o mais rijo da peleja. Os Castelhanos lutavam com as lanças (aquelas que tinham cortado para as tornar mais adequadas à luta apeada) e “se começaram de ferir das lanças mui riigamente” (CC, cap. LI, p. 141). À medida que estas se iam quebrando “e valado delas feito”, então “vieram as fachas” (*ibidem*), passando a atuar com armas de choque (as maçãs e as achas) e com armas brancas.

A pressão da ofensiva sobre a vanguarda portuguesa tornava-se mais intensa, de tal forma que acabaria por romper e abrir uma brecha a meio, por onde as tropas castelhanas penetraram para a área central da formação, que estava entre a vanguarda e a retaguarda de D. João I. Nesta zona central amontoavam-se os homens de Castela e redobrava-se o esforço dos de Portugal, pois “emtrou a moor parte delles com a bamdeira del-Rey de Castella açerca do Comdestabre, homde foy a moor força da pelleia” (CDJ, II, cap. XLII, p. 98). Perante o rompimento da vanguarda, as alas portuguesas executaram um bem urdido movimento de rotação (movimentando-se para trás, em tenaz), tendo cercado pelos flancos esta área central, onde agora estava situado o centro de gravidade da peleja. Porém, as tropas castelhanas, ao sentirem-se encurraladas, intensificaram ainda mais a luta armada. Ao aperceber-se de que a vanguarda carecia de auxílio, o monarca português ordenou então o avanço da retaguarda e “com grande aguça, se ajuntou aa venguarda, ferindo de facha tantos e taes golpes, que eram ásperos de atender aaqueles que os sofriam” (CC, cap. LI, p.

141). Com o avanço da retaguarda, o inimigo ficou encerrado por todos os lados e foi forçado a combater num curto espaço central da posição portuguesa¹⁷¹.

No centro desta *mêlée* reinava a confusão, quer pela luta de vida ou de morte, quer pela compressão que se fazia sentir, em resultado da tenaz organizada pelas azes portuguesas. O estandarte de Castela, que tinha entrado neste *cerco de morte*, acabaria por ser derrubado, o que de imediato alarmou os homens. Este era o sinal claro da derrota e deu início a uma debandada geral, acicatada pelos gritos dos moços portugueses que, ao longe, assistiam ao confronto e que “começaram altas vozes braadar e dizer: *Ja fogem! Ja fogem!* E os castellaãos, por no(m) fazer delles mentirosos, começaram de fugir cada vez mays” (CDJ, II, cap. XLII, p. 99). Os que não conseguiram escapar e tinham entrado “na posição fortificada dos Lisboetas buscando galardão ou feito de armas foram todos mortos” (CF, liv. III, cap. 21, par. 42, p. 46).

Enquanto o adversário debandava na linha da frente, uma força montada comandada por D. Gonçalo Nuñez, Mestre de Alcântara, assediava a carriagem portuguesa. Na sua busca por uma rota alternativa para alcançar a posição portuguesa, após terem esbarrado nos vales laterais do planalto de São Jorge, a ala direita castelhana topou na carriagem que estava disposta do lado norte. D. João I, alertado para o sucedido, ordenou ao condestável que fosse acorrer os seus homens. Nun’Álvares, embora decerto muito desgastado, precipitou-se para o local o mais rapidamente que pôde, valendo-lhe a ajuda de Pero Botelho (comendador-mor da Ordem de Cristo), que lhe cedeu um cavalo.

Os homens da carriagem, que se faziam acompanhar de uns poucos besteiros e de alguns homens de armas que os guardavam, “defemdiam-sse com setas e dardos, de guissa que os de cavallo nom lhe podiam empeçer, amtes recebiam delles dano, morendo alguuns do tirar das beestas e remesar das lamças” (CDJ, II, cap. XLV, p. 105). Os ginetes castelhanos tinham cercado por completo a carriagem, não permitindo a

¹⁷¹ Ocorreu neste momento da batalha um pequeno e célebre episódio: D. João I, após avançar com a retaguarda, foi atacado por Álvaro Gonçalves de Sandoval, o qual, pela força de um golpe, desarmou o monarca e “tirou tam rijo que lha levou [a arma] das mãos e feze-o ajeolhar dambollos geolhos” (CDJ, II, cap. XLIII, p. 99). Com o rei caído por terra, “Alvaro Gonçalvez levantou a facha pera lhe dar com ella, el-Rey esperou o golpe” (*ibidem*). Porém, antes que o rei português tivesse sido atingido, Martins Gonçalves de Macedo acorreu e, com uma maça de armas, derrubou Álvaro Gonçalves de Sandoval, que “quando lhe quisera outra vez dar, jazia já morto pelos que eram presentes que o mais a pressa fazer nom poderom, porque cada huum tinha que veer em sy” (*ibidem*). Como reconhecimento pelo seu ato, D. João reservaria ao seu salvador uma sepultura à entrada do panteão régio no Mosteiro da Batalha, onde se conserva até aos nossos dias, em campa rasa devidamente identificada.

evasão dos Portugueses em nenhuma direção. Taticamente, ao não consentirem um caminho de fuga aos sitiados, a estes apenas restava lutar ou morrer, o que representa um erro crasso, aliás assinalado por López de Ayala: “esto es contra buena ordenanza que los antiguos mandaron guardar en las batallas, que nunca ome debe poner a su enemigo en las espaldas ninguna pelea, por le dar logar para foír” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, p. 601).

Naturalmente, em tais circunstâncias, defendiam-se de forma desesperada e com todas as armas a que pudessem deitar a mão. Comenta Fernão Lopes (parafraseando Ayala) que “os castellaãos depois emtenderom que lhe fora maao aviso, pois a seus emmigos nom leixavom portall aberto per hu fugir podessem” (CDJ, II, cap. XLV, p. 105). A chegada de Nun’Álvares acabaria por decidir este confronto, pois com isso recobraram forças os sitiados e faltou a coragem ao inimigo¹⁷².

Nesta fase, o pânico tomara já conta dos sobreviventes e alastrara ao arraial castelhano. A debandada era agora geral, os homens fugiam desordenados pela noite fora em todas as direções, muitos deles apeados por não conseguirem uma montada, outros virando do avesso as suas vestimentas, para não serem reconhecidas as insígnias castelhanas. A maioria acabaria por sucumbir às mãos dos populares que a nenhum poupavam, assim que eram identificados¹⁷³. Como explica Fernão Lopes: “se descaregavom das armas que vestidas tinham por mais ligeiramente poder fugir, deles e fugimdo a pee hiamsse desarmando por cor[r]er mais leve pera poder escapar. Muitos outros voltavom os jaques, o de demtro por de fora, por nom serem conhecidos; mas depois o falar da lingua mostramdo sua naçom era aazo de seu acabamento” (CDJ, II, cap. XLV, p. 106).

¹⁷² Além da fama de que gozava Nun’Álvares entre a hoste adversária, talvez os ginetes percebessem que a presença do condestável numa posição tão recuada fosse sinal de alguma fatalidade para os Castelhanos, na linha da frente.

¹⁷³ Ficou na memória popular a lenda da padeira de Aljubarrota, que ilustra este momento em que as populações, sucessivamente castigadas por este inimigo, não se contiveram na vingança, pois os Castelhanos “com o grande medo saiam-se das estradas e metiam-sse per esses matos; e porque nom sabiam o caminho amdavom dhuuma parte a outra. E a gemte da terra, que em outro dia acudio muyta, faziam em elles grande matança (...) privamdo-os da vida per desvairadas guissas, porque a nenhum perdoavam morte” (CDJ, II, cap. XLV, p. 106). Outros episódios foram documentados, como o da ponte da Chiqueda, “nom longe do moesteiro [de Alcobaça], e ally acharom muytos castellaãos mortos dos que fugiam, por lhe teerem o caminho naquell passo aquelles que o abade dom Joham mandava” (CDJ, II, cap. XLVI, p. 111).

A dimensão da chacina franco-castelhana tornava-se evidente pela quantidade de homens de armas caídos no campo de batalha. Froissart alude ao “fosso e o pouco de água que ali havia, pois que em mais de quarenta lugares ela estava barrada de mortos que aí jaziam” (CF, liv. III, cap. 21, par. 93, p. 89). Por seu lado, Fernão Lopes diz-nos que “muytos dos que jaziam moortos nom tijnhem ferida nenhuuma” (CDJ, II, cap. XLV, p. 108), ou seja, tinham sido vítimas da compressão sentida quando as alas concretizaram o movimento de rotação, encurralando tantos quantos já se encontravam no interior da posição portuguesa. O grande aperto sentido pelo elevado número de homens num espaço diminuto inibira fortemente a movimentação dos combatentes de D. Juan I. Impossibilitados de lutar, muitos padeciam sob as armas portuguesas que os flagelavam sem terem sequer azo de se defender, enquanto outros soçobraram em resultado da compressão a que estavam sujeitos, motivo pelo qual não sofreram ferida alguma. “Em esta batalha reço beo Castella muy gram perda, assy de condes e mestre e grandes senhores come de fidalgos e meaã gente e doutro comuum povoo em grande cantijdade” (CDJ, II, cap. XLV, p. 108).



Figura 22 - Campo Militar de São Jorge - sentido norte-sul (foto do autor)



Figura 23 - Campo Militar de São Jorge - sentido sul-norte (foto do autor)

O monarca derrotado abandonou o campo de batalha após o derrube da bandeira de Castela. De imediato, desceram-no de uma mula, de onde assistira ao confronto, e colocaram-no num cavalo. Seguiu em direção a Santarém, que tinha voz por Beatriz e Juan I de Castela, e daqui partiu para Lisboa, onde embarcou na frota que fundeava no Tejo, rumando a Sevilha com os poucos fugitivos que aí conseguiram chegar.

Na posição portuguesa, o impulso da perseguição seria rapidamente travado pelo condestável. A noite cerrada, o receio de emboscadas e a incerteza quanto a uma eventual reorganização da hoste inimiga terão sido os principais motivos dessa decisão. Ao invés, “fazendo-sse bem tarde, foy o Conde posto em gram cuydado de poer guardas no arreall de noite” (CDJ, II, cap. XLVI, p. 110). O reforço do campo era justificado pelo receio de uma nova investida castelhana. Era necessário desobstruir a área central do campo, que separava a vanguarda da retaguarda, e reforçar os dispositivos defensivos, nomeadamente abrindo, onde era possível, mais algumas trincheiras ou fossos; convinha também reajustar as posições no terreno. Porém, apesar de todas os receios, o inimigo não mais foi avistado em campo.

Fernão Lopes descreve a fugacidade da peleja, “ca nom durou a batalha espaço de mea pequena hora ataa mostrar-se de todo seer perdida” (CDJ, II, cap. XLV, p. 106). Este curto intervalo de tempo tem correspondência com o testemunho de João Fernandes Pacheco: “E digo-vos, meu senhor, que em menos de meia hora estava tudo terminado” (CF, liv. III, cap. 21, par. 93, p. 89). Devemos, no entanto, considerar que a construção narrativa de Fernão Lopes, e muito provavelmente a de Froissart, assenta em horas canónicas, as quais não têm relação com o intervalo de sessenta minutos das horas mecânicas, podendo, cada uma, alongar-se por duas a três horas modernas. Apesar de o dispositivo dos combatentes castelhanos no terreno, na segunda posição, se ter organizado entre as cinco e seis da tarde, sensivelmente, a batalha de Aljubarrota principiara muito próximo do ocaso do sol e terminara ao cair da noite¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Alcide de Oliveira estimou com pormenor o tempo solar do dia 14 de agosto de 1385: o ocaso do sol às 18h44m, o escurecer às 19h12m e a noite cerrada a partir das 20h22m (OLIVEIRA, 1979, p. 121). Com base nestes valores, e considerando que a batalha principiou após as 18h, será pertinente admitir que a mesma terminou já com uma visibilidade muito reduzida.

A partir dessa noite, “El-Rey esteve tres dias no campo segundo custume de taaes batalhas” (CDJ, II, cap. XLVI, p. 110), para afirmar a vitória¹⁷⁵. A carriagem castelhana foi desprovida de todos os tesouros e esbulho que abrigava. Os corpos dos vencidos dispersos pelo campo de batalha foram despojados de tudo quanto possuíam, votados ao abandono e sem inumação¹⁷⁶. Se, nas batalhas anteriores e no cerco de Lisboa, a sangria de homens de armas já fora significativa, “em esta batalha reçebeo Castella muy gram perda, assy de condes e mestre e grandes senhores come de fidalgos e meaã gente e doutro comuum povoo em grande cantijdade” (CDJ, II, cap. XLV, p. 108).

Esta pesada derrota castelhana foi o resultado da articulação de diversas circunstâncias. Por um lado, uma atempada planificação estratégica por parte dos Portugueses: a) provocaram o combate; b) escolheram antecipadamente o terreno em duas posições; c) garantiram uma boa articulação entre as diferentes unidades, promovendo uma manobra de diversão para aumentar a confiança do inimigo; d) assumiram uma postura defensiva; e) fortificaram o campo de batalha construindo armadilhas para retardar e deitar por terra os cavalos e ergueram obstáculos artificiais para proteção das tropas defensoras e para reduzir a largura do terreno em direção ao centro da vanguarda. Estas foram algumas das opções mais relevantes tomadas pelo exército anglo-português, perante a necessidade urgente de enfrentar um adversário consideravelmente superior. Durante a peleja, o recurso intensivo ao tiro com arco e com besta reduziu o número de inimigos que alcançaram a frente portuguesa, conseguindo até, em alguns momentos, gerar vantagem sobre estes; exemplar foi também a articulação dos corpos táticos em momentos decisivos do combate, nomeadamente a rotação das alas e o avanço oportuno da retaguarda, que evitaram que a vantagem transitasse para o inimigo.

¹⁷⁵ Sobre este preceito, recorremos às palavras de Saul António Gomes: “Nos tempos medievais, era costume o comandante vitorioso permanecer no campo de batalha nos três dias imediatos ao sucesso. Era uma prática simbólica relacionada com as praxes próprias que o triunfador devia cumprir para ver reconhecido esse mesmo triunfo. Não se afastou muito D. João I, pois, do campo da batalha, entre os dias 15 e 17 de Agosto” (GOMES, 2014, p. 19).

¹⁷⁶ D. João I apenas ordenara o sepultamento de João Afonso Telo “e mais nom. E os outros jazijam per esse campo, e muytos deles nuus sem nenhum vestido, porque os vijllaãos e gentes da terra nom lhe leixavom nenhuma cousa; e era muyto que as aves nem lobos nem caães nom sse chegavom a elles pera os aver de comer” (CDJ, II, cap. XLVI, pp. 110-111).

Do lado do adversário, também se verificou uma conjugação de fatores táticos, porém, neste caso, de forma nefasta. O infortúnio de D. Juan I começou logo pelas divergências entre Franceses e Castelhanos e por uma descoordenação provocada, em parte, pela pluralidade nas vozes de comando. Acresce ainda: a) a ausência de capitães com experiência; b) a doença do monarca; c) a precipitação da investida; d) a negligência no reconhecimento da posição portuguesa. Nos momentos determinantes da batalha, destacamos: a eficácia das armadilhas; o poder de tiro dos auxiliares ingleses, com os seus temíveis arcos longos; o atraso no avanço da retaguarda castelhana; e o seu encurralamento após romperem a vanguarda portuguesa.



Figura 24 - Iluminura sobre a Batalha de Aljubarrota em:

Anciennes et nouvelles chroniques d'Angleterre, de Jehan de Wavrin (1470-1480) MS 14 E IV f. 204

Fonte: <http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMINBig.ASP?size=big&IIID=57346>

No domínio estratégico, devemos assinalar um dos principais trunfos da coligação anglo-portuguesa: a *Primeira Posição*. Ao longo deste trabalho, iremos explorar esta temática e tentaremos propor uma localização no terreno (nunca antes sugerida), assim como analisar a sua função estratégica em detalhe (temática que deixaremos para o último capítulo). No entanto, podemos adiantar que, aquando do avistamento dos exércitos na primeira posição, num local extremamente defensável e claramente inconciliável com a utilização da cavalaria pesada, não seria de todo expectável que o inimigo concebesse atacar. Seria quase certo que declinassem travar batalha nas condições que lhes eram propostas.

Todavia, ainda que à partida não tivessem intenção de combater, o perfil mais discreto da segunda posição e a aparente busca forçada de um novo campo de batalha pelos Portugueses criaram uma ilusão de superioridade e deram à hoste de D. Juan I uma sensação de confiança. Esta autêntica manobra de diversão permitira “garantir a escolha do terreno de batalha de uma forma que assegurasse alguma vantagem tática e que, simultaneamente, não inibisse o adversário de aceitar o combate que lhe estava a ser proposto” (MONTEIRO, 2009, p. 104).

Realçamos este efeito ilusório provocado pela segunda posição portuguesa, que, apesar de adequada a uma nova estratégia (reforçada pelos declives laterais do terreno), não parecia de todo insuperável, além de representar (para Castela) uma clara melhoria relativamente à primeira posição, essa sim, realmente inexpugnável. Consequentemente, “o exército castelhano não reconheceu convenientemente o campo de batalha e não se terá apercebido dos obstáculos artificiais abertos no terreno. Julgou ter obrigado o adversário a refluir para uma posição de recurso (a uma cota até inferior à sua) e deduziu que, naquele caso concreto, dar batalha não constituiria um erro grosseiro, nem violaria nenhum preceito de prudência” (MONTEIRO, 2010, p. 186). O resultado do confronto acabaria por não corresponder de todo às pretensões do monarca de Castela...

- **3.5 – *Modus operandi* de Nun’Álvares**

Nos confrontos que temos vindo a anunciar, ocorridos no quadro da *Crise de 1383-1385*, a presença de Nun’Álvares Pereira foi quase uma constante. Excetuando a batalha de Trancoso, que ficou a cargo da fidalguia regional, o sucesso de Atoleiros, o amargo de boca no Divor e o tremendo sucesso obtido em Aljubarrota pontuam um percurso militar muito interessante e raro na Europa do seu tempo.

A eficácia (e fama) da sua voz de comando teria continuidade em conflitos posteriores, fossem eles no âmbito da guerra de guerrilha (que tanto apreciava), em operações de cerco ou em batalha campal. Neste ponto, destacamos a sua prestação na batalha de Valverde (Mérida, Castela), escassos meses após Aljubarrota (em inícios de outubro de 1385) e a sua presença, já veterano, na conquista de Ceuta, em 1415.

A intervenção preponderante de Nun'Álvares em combate, visível em todas as contendas em que se envolveu, demonstra um génio militar com notável conhecimento (prático e teórico) da arte da guerra. Importa, por esse motivo, dedicar um pouco de espaço e de tempo a Nun'Álvares para melhor compreendermos o seu sucesso em Aljubarrota. A dimensão dos conflitos em que se envolveu e de que saiu quase sempre vitorioso (pese embora o impasse em Divor, Nun'Álvares nunca sofreu uma derrota em combate), assim como uma devoção religiosa exacerbada e que terminou em clausura monástica, envolveram a sua figura numa espécie de aura mítica – a de guerreiro e de santo. Será, por isso, prudente “reduzir Nunalvares Pereira às suas qualidades de *homem de guerra* que foram notáveis e mostrar como elas se exerceram na sua época (...) E deste modo, reduzindo o herói às proporções que lhe são devidas, sem o considerar predestinado ou com vocação sobrenatural, conclui-se que não *inventou* o quadrado de infantaria nos Atoleiros; não fez milagre nenhum em Aljubarrota; não teve qualquer *revelação* em Valverde” (PIMENTA, 1933, p. 15).

As fontes narrativas que fornecem dados biográficos seguros sobre Nun'Álvares reduzem-se praticamente à *Corónica do Condestabre*, de autor anónimo, e à *Crónica de D. João I*, da autoria de Fernão Lopes¹⁷⁷. Nascido, provavelmente, em Cernache do Bonjardim, a 24 de junho de 1360, era filho de Álvaro Gonçalves Pereira (c. 1314-1380), Prior e Mestre da Ordem Militar do Hospital em Portugal, e de Iria Gonçalves, cuvilheira de D. Beatriz (filha do rei D. Fernando). Nuno tinha mais de trinta irmãos e irmãs, nascidos de mulheres diferentes com quem o Prior do Crato se relacionara ao longo da sua vida. Sobre a sua educação, a *Corónica do Condestabre* apenas adianta que decorreu nas propriedades do pai, onde aprendeu a montar e a caçar (CC, cap. III, p. 12).

Álvaro Gonçalves Pereira, que era filho natural do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, cumprira serviço nas cortes de D. Afonso IV, de D. Pedro I e de D. Fernando, reunindo uma fortuna importante; muito jovem, tornou-se Prior do Hospital (sucendo a seu tio-avô, Estêvão Vasques Pimentel); foi D. Álvaro quem, em meados

¹⁷⁷ Não será demais recordar que apesar de se tratar de uma crónica régia, Fernão Lopes não esconde uma grande admiração pela figura de Nun'Álvares, não se comedindo em palavras de exaltação, nem em dedicar-lhe capítulos inteiros da obra. Inclusivamente, segue de perto, ou até reproduz, a quase totalidade dos capítulos da *Corónica do Condestabre* na sua *Crónica de D. João I*; são poucos os casos em que Fernão Lopes rebate a versão da *Corónica do Condestabre*, de que não usa apenas oito capítulos (MONTEIRO 2017a, p. 56).

do séc. XIV, transferiu a sede do priorado do Hospital, de Leça do Balio para Flor da Rosa, perto do Crato. Por conseguinte, parte da infância e adolescência de Nun'Álvares seria influenciada pelo permanente contacto com elementos da ordem hospitalária, cavaleiros religiosos com experiência bélica. A sua educação seria, com elevado grau de probabilidade, moldada ao espírito cavaleiresco e devoto, característico desta Ordem. A destreza no manejo de armas e o domínio na montaria eram alguns dos requisitos da aprendizagem neste meio.

A *Corónica* realça também o gosto do jovem Nuno Álvares pela leitura cavaleiresca, nomeadamente dos romances arturianos¹⁷⁸: “havia gram sabor e usava muito de ouvir e leer livros d'estórias, especialmente usava mais leer a estória de Galaaz, em que se continha a soma da Távola Redonda, e por que em ela achava que per virtude de virgindade, que em ele houve e em que perseverou Galaaz, acabara muitos grandes e notávees feitos que outros nom poderom acabar. E ele desejava muito de o parecer em algũa guisa e muitas vezes em si cuidava de ser virgem, se a Deos prouvesse” (CC, cap. III, p. 12). Tem sido muitas vezes assinalada, a este respeito e com base nesta passagem, uma certa inspiração de Nuno na figura lendária do cavaleiro Galaaz¹⁷⁹. A par das leituras cavaleirescas, a familiaridade com os tratados militares (pelo menos a *Epitoma rei militaris*, de Flávio Vegécio Renato) e com algumas narrativas bélicas antigas era também possível, e habitual, neste meio.

Nos capítulos da *Crónica dos Carmelitas* que frei José Pereira de Sant'Anna reservou a Nun'Álvares, fundador do convento lisboeta do Carmo (que viria a ser destinado a essa Ordem Monástica), é possível encontrar uma pequena nota sobre a instrução letrada e marcial do futuro condestável: “até contar os treze teve na mesma Quinta [da Amieira em Flor da Rosa] a boa educação, e doutrina, que se podia esperar

¹⁷⁸ Esta transmissão literária considera “as influências da França do Norte, que trazem consigo os romances de cavalaria e a matéria da Bretanha (...) Com o desenvolvimento da literatura vassálica e cortesã, na poesia e na prosa, é possível que a clientela preferencial da épica e dos romances de cavalaria se encontrasse particularmente nas ordens militares” (MATTOSO, 1997, p. 33).

¹⁷⁹ Os finais da Idade Média trouxeram “as versões portuguesas dos romances arturianos, essa espécie de simbiose entre as velhas canções de gesta e a lírica trovadoresca que cantava o amor cortês” (MONTEIRO, 2017a, p. 26). A figura de Galaaz “permite estabelecer paralelos com o Novo Testamento, tornando-se Galaaz o «Cristo da Cavalaria»” (*idem*, p. 28). Depreende-se que Nun'Álvares, “apesar da sua ‘mesura’ – condição fundamental da cortesia –, era adepto fundamentalmente não da ‘cavalaria cortês’, cujo paradigma bretão fora Lancelote e, na Península Ibérica, Amadis de Gaula, mas, sim, da ‘cavalaria espiritual’, seguidora das virtudes cristãs encarnadas por Galaaz, o ‘puro dos puros’, o melhor dos cavaleiros do rei Artur” (MALEVAL, 2012, p. 128).

de pay taõ illustre. Para receber os primeiros rudimentos mostrou sempre genio taõ habil, que apenas foy encaminhado, logo deu a conhecer affecto ás virtudes: e posto que sem repugnancia ás letras, sua particular inclinação era para as armas” (CC, I, Parte III, cap. II, p. 289).

Com apenas treze anos Nun’Álvares ingressou na corte de D. Fernando, onde viria a conhecer e a privar com D. João, Mestre de Avis¹⁸⁰, ligeiramente mais velho do que ele. Decorriam as guerras fernandinas e a presença de Castelhanos no reino português era assídua. Nun’Álvares seria requisitado para operações de exploração do terreno, ou enviado como «inculca» (na companhia de um seu irmão) ao arraial castelhano. A determinação e eloquência demonstradas nas suas missões valeram-lhe a atenção do monarca, e da rainha Leonor Teles que o tomou como seu escudeiro logo em 1373. Com dezasseis anos (em 1376), seu pai providenciou-lhe matrimónio com uma rica viúva fidalga de Entre Douro-e-Minho (D. Leonor de Alvim), um procedimento habitual que tinha em vista assegurar alguma fortuna para os filhos segundos, sem direito à herança destinada ao filho varão. Apesar de a sua pretensão ser (a acreditarmos nos cronistas) manter-se casto e dedicado apenas aos preceitos da cavalaria, Nuno acedeu em casar, após ter sido pressionado nesse sentido por familiares e, inclusivamente, pelo próprio rei. Rumou então ao norte e assumiu a condição de fidalgo e de senhor feudal dos domínios que pertenciam à sua esposa. Dos três filhos que teve, os dois primeiros, rapazes, viriam a sucumbir na infância, apenas sobrevivendo Beatriz Pereira de Alvim, que mais tarde se casaria com o infante D. Afonso¹⁸¹, filho natural do rei D. João I.

Poucos anos volvidos, Nuno recebeu a notícia da morte de seu pai (provavelmente no verão de 1380). O cargo de Prior do Hospital transitou então para o seu irmão mais velho, Pedro Álvares, entretanto colocado ao serviço do reino como fronteiro na região do Alentejo. Com a intensificação da *terceira guerra fernandina* e a invasão do reino por parte de D. Juan I, o jovem Pereira seria chamado do Minho para

¹⁸⁰ As primeiras referências militares de Fernão Lopes sobre o Mestre de Avis ocorrem justamente nesta fase do conflito luso-castelhano. O Mestre, com então dezasseis anos, respondia diretamente ao seu irmão, D. Fernando, sobre as operações militares em que participava, a título de exemplo, em Torres Novas a “cada dia mandava saber que fazia el-rrei, e se juntava algũuas gentes, rreceando-sse que sse ouvesse d’aver batalha, que nom curaria d’elle porque era moço” (CDF, cap. LXXII, pp. 253-254).

¹⁸¹ Deste matrimónio e da conjugação dos bens patrimoniais e dos títulos doados aos noivos pelo condestável e por D. João I resultaria a Casa de Bragança, mais tarde responsável pela génese da quarta e última dinastia portuguesa (iniciada por D. João IV em 1640).

ajudar nas campanhas militares contra Castela. “Nuno Álvarez, tanto que vio o recado del rei, prouve-lhe delo e logo, sem outra tardança, se guisou do que lhe compria e se foi a Portalegre aa frontaria, pera seu irmão, e levou consigo xxv homens de pee, escudados, e todos bõos homens e pera feito” (CC, cap. VIII, p. 20).

O conflito com Castela adquirira contornos quase permanentes e a dedicação de Nun’Álvares mostrou estar à altura das circunstâncias. Ao longo dos meses seguintes, envolveu-se em diversos confrontos e missões, destacando-se a defesa de Lisboa, de onde partiu em segredo (contrariando as ordens do irmão e superior hierárquico) para tentar participar na grande «Batalha Real» que parecia estar iminente entre Elvas e Badajoz. Ensaçou a sua voz de comando junto de pequenas milícias armadas em operações de guerrilha, instigou, sempre que parecia oportuno, o confronto e deve ter acompanhado os contingentes militares em que, entre 1381 e 1382, se integraram os auxiliares ingleses do conde de Cambridge.

Apesar da sua juventude (estava então no início dos seus vinte anos), a situação conflituosa com Castela permitiu-lhe aumentar a experiência marcial, não apenas do ponto de vista tático, mas também estratégico. Este era também o momento da reforma militar ordenada por D. Fernando e da disseminação de uma nova forma de guerrear, inspirada nos sucessos retumbantes obtidos pelos Ingleses na *Guerra dos Cem Anos* e transmitida por mercenários estrangeiros, incluindo “três escudeiros ingleses que eram seus capitães (...) e só aqueles três tinham mais de cinquenta anos, e eram todos bons homens de armas e experientes na guerra” (CF, liv. III, cap. 19, par. 34, pp. 26-27).

Na linha da frente da difusão deste novo modelo de fazer a guerra encontrar-se-iam Nun’Álvares e o Mestre de Avis, ambos empenhados na defesa do reino face às investidas de D. Juan I durante a terceira guerra fernandina; será, por esse motivo, legítimo assumir que talvez “tenha sido em convívios deste tipo que o jovem Nuno Álvares ouviu pela primeira vez, da boca dos mercenários do conde Edmundo de Cambridge, uma descrição dos dispositivos táticos utilizados pelos exércitos ingleses em Crécy e em Poitiers, e de que certamente se recordou quando dispôs os seus homens nos campos de batalha de Atoleiros e Aljubarrota” (MARTINS, 2013, p. 30). De facto, no decurso do segundo trimestre de 1385, enquanto comandava operações de cerco e tomada de praças em Entre Douro-e-Minho, o condestável já se fazia

acompanhar por arqueiros ingleses, muitos dos quais viriam, provavelmente, a pisar o campo de batalha de Aljubarrota¹⁸².

Com o prematuro falecimento de D. Fernando e a instabilidade governativa decorrente da crise sucessória, o Mestre de Avis mobilizou Nun'Álvares para a sua empresa, sendo ambos ainda bastante jovens (João nascera em 1357 e Nuno em 1360). Esta cumplicidade, fortalecida pela anterior ligação de ambos à corte régia e pelo envolvimento conjunto na terceira guerra fernandina, contribuiu para que o Mestre encarregasse Nun'Álvares de operações militares de muito relevo, mesmo contrariando a vontade e opinião de alguns elementos do seu Conselho restrito, como Álvaro Pais ou o Dr. João das Regras.

O jovem Nuno assumiu fielmente a causa do partido do Mestre de Avis e colocou-se ao seu serviço em Lisboa. Nessa altura (inícios de 1384), D. Juan encontrava-se em Santarém para reclamar a coroa em nome de sua esposa, Beatriz, e para avançar sobre Lisboa, de maneira a conter os partidários do Mestre. Após algumas missões ordenadas a Nun'Álvares em redor da capital, nas quais sempre mostrou grande coragem para enfrentar o inimigo, o primeiro cargo militar relevante atribuído a Nun'Álvares, na primavera de 1384, seria o de *fronteiro de Entre Tejo-e-Guadiana*, ou seja, de superintendente da raia alentejana.

No exercício das suas funções como fronteiro, Nuno destacou-se pela intuição tática e pela sagacidade estratégica. Tinha agora um importante cargo de comando, mas exigia a fidelidade e obediência dos seus subordinados, como sempre o fizera em relação àqueles que respondiam às suas ordens. Por esse motivo, ensaiou um simulacro às portas de Setúbal, como já anteriormente descrevemos, para testar a presteza e lealdade dos seus homens. Os preceitos militares eram cumpridos com rigor, e em todos os seus aquartelamentos valorizava a defesa e a vigilância: “ante que se asentasse a comer mandou poer a tiro de beesta, e mais em certos outeiros, suas atalaias, que nom podessem per a estrada passar nenhũa gente de que ele parte nom soubesse, porque ele havia por costume nunca se alojar em logar, de dia, que nom tevesse atalaias e, se era de noite, guardas e escuitas” (CC, cap. XXXI, pp. 87-88).

¹⁸² Estes auxiliares ingleses participaram nas operações de cerco que antecederam a batalha de Aljubarrota. Fernão Lopes assinala a presença de arqueiros ingleses na tomada de Ponte de Lima: “E move(o) apressa primeiro (os) de pee e vijnte de cavallo, ingreses frecheros” (CDJ, II, cap. XVII, p. 33).

Recordamos que, às portas de Estremoz, antecedendo a batalha de Atoleiros, ordenou que todo o arraial fosse *apalancado*, como medida de segurança contra ataques furtivos¹⁸³.

Em combate, tomava sempre posição na vanguarda e ordenava a formação respeitando o mesmo modelo: “hordenou sua batalha davanguardia e reguarda e allas derecha e ezquerda; saber, el navanguardia, que doutra pessoa nunca fiava” (CDJ, II, cap. LIV, p. 133). Esta permanência na vanguarda servia propósitos táticos de que não abdicava, como viria a frisar perante D. João I, durante a campanha anglo-portuguesa em Castela, em 1387: “respomdeo o Comde, e disse: Senhor, minha vomtade he firme de todo, que em quamto vos Deus leixar teer este poder que vos temdes e eu amdar em vossa companhia, de nunca leixar a avanguardia a nenhuuma pessoa, nem ajmda em outro logar homde eu com minhas gemtes for (...) E assy o costumava de feito, que nas batalhas que o Comde per sy mesmo fazia, el era sempre na avanguardia e nom a fiava de nenhuum outro; dizemdo que nom queria teer cuidado que a avanguardia desbaratada, ouvesse de sseer acorida da reguarda” (CDJ, II, cap. C, pp. 214-215).

A disposição dos combatentes no campo de batalha replicava geralmente o modelo inglês, apeado e em posição defensiva, distribuídos por vanguarda, retaguarda e alas avançadas, podendo concentrar os atiradores em diferentes pontos da formatura, consoante o terreno o recomendasse¹⁸⁴. Apesar da constante inferioridade numérica face às hostes castelhanas, tanto em peões como em cavaleiros (homens de armas), Nun'Álvares sempre se dispôs a combater o inimigo em campo aberto, recorrendo a certos requisitos que permitiam compensar esta inferioridade. A preferência pelo confronto em campo aberto (de facto, repudiava as operações de cerco¹⁸⁵), a primazia na escolha do terreno, a rede de informadores e espiões, o

¹⁸³ Este acautelamento torna-se uma constante ao longo da leitura das crónicas; p. ex. “mamdou de noite poer suas guardas e escuitas como avia em costume” (CDJ, I, cap. CXLV, p. 259).

¹⁸⁴ Recordamos que, em Atoleiros, uma força importante de atiradores foi colocada atrás da retaguarda, para aproveitamento da inclinação frontal do terreno, ao passo que, em Aljubarrota, os atiradores engrossaram as alas de forma a retardar o avanço da cavalaria inimiga e o choque desta com a vanguarda de Nun'Álvares; neste caso, os corpos de atiradores formados por arqueiros foram, inclusivamente, todos concentrados na ala esquerda, pelos motivos que anteriormente expusemos.

¹⁸⁵ Nuno Álvares sempre mostrou desagrado pelas operações de cerco: “sua comdiçom nom era mui theuda em comthnuar çercos, nem jazer sobrelles, por o gram periigoo que sse algũas vezes segue, dizemdo que no campo o avia dachar, quallquer cousa que lhe a mão vehesse; e que quem vemçesse e ouvesse a praça, ligeiramente cobraria os logares çercados” (CDJ, I, cap. CLXXII, p. 323).

planeamento estratégico sigiloso, as operações relâmpago, eis algumas das opções próprias do modo de Nuno Álvares Pereira fazer a guerra.

Em parte, esta postura poderia, como nos recordam alguns autores, resultar da influência dos modelos praticados por Álvaro Gonçalves Pereira e pelos Hospitalários, visto seu pai (Prior do Crato) ser um filho natural da nobreza que ascendera pelo serviço, também de natureza militar (recorde-se a sua participação na batalha do Salado, em 1340). Assim, Nuno “prefere as razias e batalhas aos cercos e naquelas, mantém a opção pelas de *pé terra*. Ataques pouco convencionais, espionagem, escaramuças dariam o tom de seu perfil militar demonstrando ser um nobre atualizado em relação às tendências mais modernas de combate. Estratégias especialmente válidas dentro de um contexto constante de menoridade numérica das forças portuguesas frente a seus opositores” (FERNANDES, 2009, p. 423).

A influência inglesa seria mais marcante no que toca ao campo de batalha. A apreciação do terreno de combate e da respetiva envolvente, por parte destes auxiliares, fizera-se notar logo nas *guerras fernandinas*. Evocamos, a título de exemplo, a ‘não-batalha’ que ocorreu entre Elvas e Badajoz, em agosto de 1382, onde as hostes régias (a de D. Juan I e a de D. Fernando, este último acolitado por muitos mercenários ingleses liderados pelo conde de Cambridge) estiveram frente a frente durante muitos dias, uma situação que Nun’Álvares ainda testemunhou presencialmente; ora, segundo Fernão Lopes, na véspera “ante hũu dia que el-rrei chegasse a Badalhouce [Badajoz], que eram trinta dias do mes de julho, sahirom os ingreses de seu arreall e forom a Caya, contra Badalhouce, veer ho campo hu avia de seer a batalha” (CDF, cap. CLIII, p. 531). Apesar de o combate não ter chegado a ferir-se (por decisão de D. Fernando e contra o desejo dos homens do conde de Cambridge), isto demonstra o modo de atuação dos auxiliares ingleses, neste caso no que diz respeito ao reconhecimento do terreno para poder tirar partido das características naturais do mesmo, ou, eventualmente, para fortificar o campo em proveito próprio.

Uma acertada escolha e organização do campo de batalha configurava um precioso aliado. Tal como terá admitido Nun’Álvares em Divor, “quem veemçesse o campo acharia o que mester ouvesse” (CDJ, I, cap. CXLVI, p. 261). A organização defensiva do campo de batalha, como aconteceu em Aljubarrota, denuncia a influência inglesa. Este aspeto permaneceu um pouco na penumbra ao longo do reinado de D.

Fernando, dada a ausência de batalhas campais, às quais o monarca sempre se furtou, e onde o modelo insular se poderia ter evidenciado melhor.

No entanto, a influência recebida não determina, por si só, o carácter de um homem de armas. Nun'Álvares tinha atributos fortes e que o caracterizavam pessoalmente. Além dos já indicados, como a predisposição para o combate armado e para a liderança natural, as artimanhas e o secretismo eram seus aliados preciosos¹⁸⁶. Aquilo que fosse ordenado em Conselho de guerra ficaria circunscrito aos respetivos intervenientes (estrategos e capitães), longe do conhecimento do resto da hoste.

A astúcia permitia tomar vantagem sobre o adversário. Na lei VIII das *Siete Partidas* (*Que los caballeros deben seer arteros et mañosos*), é destacada a importância deste procedimento: “arteros et mañosos deben seer los caballeros (...) et el arteria les muestra cómo sepan vencer con pocos á muchos, et como estuerzan de los grandes peligros quando en ellos cayeren” (LSP, II, partida 2ª, título XXI, lei VIII, p. 203).

Mas não somente em batalha o ardil era vantajoso; em manobras várias, Nun'Álvares recorria também a estes métodos. Os episódios são frequentes: “partio do Allamdroall, fingemdo que levava caminho dEstremoz; e depois que foi noite, derom volta per outro caminho, o mais em cubertos que poderom” (CDJ, I, cap. CII, p. 172); “E partio com suas gemtes sobre a noite fazemdo infimta que hia pera outra parte” (CDJ, I, cap. CLXXII, pp. 321-322); isto para ilustrar apenas alguns casos.

O rei D. Duarte, que muito privou com Nun'Álvares enquanto infante, teceu-lhe elogios de reconhecimento e admiração nas suas obras *O Leal Conselheiro* e *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar*, salientando as características astuciosas do herói. “Por alguñs veerẽ que tẽe vantagem sobre os outros, se fazem naquellas cousas mais sem receo E aquesto he nas forças e saber demanhas, e nas armas e ajuda dhomẽes, e bestas, e outras muytas cousas, segundo cadahuñ por sy pode sẽtir, e nos outros bẽ conhecer (...) he sẽpre grande proveito, cadahuñ se trabalhar por aver as mais boas manhas que poder” (DUARTE, LEBC, parte V, cap. VIII, pp. 47-48).

¹⁸⁶ Este aspeto ficou bem patente na manipulação do serviço de espionagem enviado ao arraial castelhano pouco antes da batalha de Aljubarrota. A ordem para omitir o real número de adversários e para, inclusivamente, desdenhar dele, é disso exemplo. O condestável “mandou sô pena de morte que dissesse, per o contrario, per ante aquela gente que faziam alardo que era verdade que trazia muita gente o rei de Castela, mas que todos vinham desacoroçados” (CC, cap. LI, p. 137). Também Fernão Lopes apresenta vários exemplos disto: “O Comde, semdo çerto de sua grande multidom, fallou sobreto com os capitães e cavalleiros de sua hoste, esforçamdo-os como fizessem, e dizemdo-lhes as manhas que avyam de teer.” (CDJ, II, cap. LVI, p. 136).

Mas astúcia não é sinónimo de imprevidência. Naturalmente cauteloso, o perfil precavido do condestável era reconhecido pelos companheiros. Segundo as palavras de D. Duarte: “que sejamos bem avysados provystos e percebidos pera os casos cõtrairos com boa duvyda, e receo delles avendo no coração razoada segurança, como fazia aquel sancto Condestabre que na paz e todo assesego era tam avysado e bem provysto, como se fosse ã tempo de grande necessydade Eaquesto fazia por tres razões Prymeira por nom seer achado despercebido em alguõs accertamentos nom pensados, Segunda por trazer os seus bem costumados assofrerem trabalhos em o vellar, roldar, cavalgarem muy ameude com as lanças na mão, e cotas vestidas, e semelhantes, Equando tal caso vehesse melhor ossoportarem Terceira por nom fazer por pequenas cousas mostrança denovo receo por se querer pera ellas perceber” (D. DUARTE, LC, cap. LIII, pp. 188-189).

O próprio D. João I não se escusava a este reconhecimento e, na hora da morte do seu braço armado, admitiu publicamente “que o Condestavel fora sempre *hum dos seus olhos*; e que como este lhe faltava, tambem lhe faltaria a luz mais clara, que teve para conhecer os acertos” (*Crónica dos Carmelitas*, I, Parte III, cap. XVIII, p. 461); como é bem sabido, o rei não dispensava a sua presença nos confrontos armados: “el-Rey isso mesmo, como ouvysse que el-Rey de Castella hya pera lhe poer batalha, que leixaria o cerco por se fazer prestes pera ella, o que era gram duvyda de a poer sem seu Comdestabre” (CDJ, II, cap. CLXXI, p. 364). Não foi por força do acaso que, no preciso momento em que foi alçado como rei de Portugal, decretou a nomeação de Nun’Álvares como condestável, “conheçemdo dell que era dhonestos costumes e mui avisado nos autos da cavallaria” (CDJ, I, cap. CXCIII, p. 373).

O condestável D. Nuno Álvares Pereira não orquestrava milagres, não cultivava um perfil sobre-humano, nem tão pouco seria invencível; no entanto, foi um homem da sua época, gozava da condição de nobre, usufruía de uma educação letrada e militarizada e seria, sem margem para dúvida, um exímio guerreiro. Nun’Álvares tinha sempre a sua lição bem estudada, não permitia que o acaso tomasse conta das suas operações. Precavido, artiloso, destemido, teve o mérito de capitalizar a favor da sua hoste as condicionantes geográficas e temporais que enquadravam os confrontos.

Os preceitos militares eram ordenados e cumpridos com rigor, sapiência essa que applicava nas suas missões, recorrendo também à antecipação e ao estudo das

reações dos adversários. Ousadamente, poderíamos comparar a arte da guerra medieval a uma partida de xadrez: para cada movimento executado é necessário antecipar a retaliação oponente. Como outros grandes generais da História, como Alexandre, César ou Napoleão, Nun'Álvares deu provas de maestria na previsão das decisões do adversário.

Partilhamos da opinião de João Gouveia Monteiro quando este defende que, em Aljubarrota, nada foi inventado, o sucesso da batalha relaciona-se intimamente, com o rigoroso cumprimento dos preceitos militares coevos por parte do condestável. A resolução deste conflito não dependeu apenas da sua voz de comando, não devemos minimizar a intervenção de D. João I, dos outros capitães portugueses e, sobretudo, dos (muitos) auxiliares ingleses. Nos restantes confrontos em que o condestável participou como comandante supremo, apesar de nunca dispensar o seu Conselho de guerra, a orquestração estratégica teve sempre a sua marca.

Por tudo isto, somos convidados a eleger o condestável como figura preponderante na vitória de Aljubarrota. Nun'Álvares demonstrou boa ordenança em Atoleiros, ao resistir e repelir uma investida montada, triunfando sobre uma força de cavalaria pesada. Em Divor, apesar de o episódio não ter culminado numa batalha, soube acautelar a escolha antecipada do campo de batalha e não abdicou das condições que lhe eram favoráveis. E, em Aljubarrota, a importância, uma vez mais, da primazia no campo de batalha, articulada com manobras de diversão entre duas posições e com o forte reforço defensivo do terreno, assegurariam a vitória. Nas palavras de Fernão Lopes, alusivas ao desânimo das tropas de Arronches que, sem a presença de Nun'Álvares, tinham acabado de ser desbaratadas em Campo Maior, “(o) Conde os confortou per suas boas e doces pallavras, dizendo-lhe que o maaos regimento era grande aazo das perdas da guerra” (CDJ, II, cap. XXIV, p. 50).

Este mérito da boa ordenança atribuímo-lo principalmente (embora não unicamente), à figura do condestável. Nos confrontos em que se envolveu, não inventou propriamente uma nova forma de guerrear, mas a sua sabedoria tática evidenciou um brilhantismo inigualável e uma capacidade rara para se adaptar às diferentes circunstâncias e desafios marciais. A sua exemplar conduta perdura ainda hoje no imaginário nacional graças à sua escolha para patrono da arma de Infantaria do exército português.

Capítulo IV – Primeira Posição Portuguesa

O dia 14 de agosto de 1385, como explicámos na descrição da batalha, foi marcado por duas fases de ação distintas: uma primeira situada no extremo norte do planalto de São Jorge, sem registo de confronto armado; e um segundo momento na área central do mesmo planalto, local onde efetivamente se travou o combate. Por conveniência de linguagem, designaremos como *Primeira* e *Segunda* as diferentes posições anglo-portuguesas implantadas no terreno.

No entanto, importa destacar ainda um outro aspeto distintivo desta nomenclatura. A historiografia sobre a Batalha de Aljubarrota adotou, por conveniência e de um modo generalizado, a expressão *Primeira Posição* para assinalar o local onde inicialmente estiveram estacionadas as tropas anglo-portuguesas; e, por *Segunda Posição*, designou o campo onde realmente se travou a batalha. De facto, aludimos a duas posições no terreno. Ainda assim, apesar de esta designação ser largamente utilizada, devemos considerar também o recurso a terminologia complementar que possa ser adequada para identificar melhor essas posições, nomeadamente *frente* ou *linha*. Este aspeto pode parecer redundante num estudo amplo sobre Aljubarrota, mas encontra-se intimamente relacionado com o trabalho aqui apresentado, pois também nele consideramos os locais em causa como *posições*. No que respeita a distinções subsidiárias, o principal aspeto está relacionado com o facto de na primeira fase não ter havido combate, reduzindo-se, portanto, as operações a um avistamento e consequente movimentação de tropas, enquanto num segundo momento se verificou o choque físico entre as hostes. Quer isto dizer que, em bom rigor, o local do confronto (*Segunda Posição*) constituiu uma “posição militar”, ao passo que o local de avistamento (a *Primeira Posição*) constituiu apenas uma “frente de resistência ao inimigo”¹⁸⁷. Em todo o caso, manteremos a designação de

¹⁸⁷ Esta distinção foi-nos sugerida por colaboradores ligados ao meio militar. Aceitamos que este tipo de distinção possa ser suscetível de contradição, porém, da nossa parte, respeitamos esta particularidade e julgámos pertinente mencionar as alternativas. Este estudo centra as suas atenções numa posição militar e é por isso importante, logo à partida, clarificar que ambos os locais tiveram funções militares muito distintas. Ao considerarmos a mesma terminologia (*posição*), não estamos a distingui-las convenientemente. Por exemplo, o local onde se espera barrar ou atrasar o inimigo pode ser considerado uma *posição defensiva*, ao passo que o terreno ocupado por tropas que esperam o inimigo para combater pode ser considerado uma *posição estratégica* (J. D’W. M., 1863 p. 595). Outros autores defendem ainda que *posição tática* (ou de combate) corresponde ao ponto, ou pontos, de confronto, ao

posição/posições por uma questão de concordância com a generalidade da historiografia que se dedicou ao tema.

As primeiras referências a estas duas fases do evento, com as respetivas posições implantadas no terreno, surgem nas principais fontes documentais. A consulta das crónicas sugere uma certa correspondência de relatos, o que confere alguma segurança na evocação das duas posições anglo-portuguesas. A reconstituição dos acontecimentos, de acordo com estas fontes, indica que, na véspera da batalha, cerca de uma centena de cavaleiros (liderados pelo condestável) procedeu a um reconhecimento dos arrabaldes a norte de Porto de Mós, na direção de Leiria. Apesar de o autor anónimo da *Corónica do Condestável* e, mais tarde, Fernão Lopes (que neste ponto deve ter seguido a obra anterior), dizerem que esta operação teve como objetivo apenas a observação do inimigo (“pera veer se poderia veer a gente del rei de Castela como vinham”: CC, cap. LI, p. 138; CDJ, II, cap. XXXIII, p. 71), a moderna historiografia admite, em geral, que também terá havido lugar a um reconhecimento cuidadoso do terreno (porventura seria até essa a prioridade da missão).

O que as crónicas começam por relatar é a deslocação da hoste de D. João I, a partir de Porto de Mós, na madrugada de dia 14 de agosto, para um local selecionado previamente pelo condestável, que aqui as dispôs em formação de combate. A hoste de D. João I intercetou, assim, a Estrada Real por onde marchava o inimigo, aguardando depois a sua chegada ao longo de toda a manhã. A meio do dia, a hoste adversária alcançou esta posição e, após um breve reconhecimento, verificou que as condições do terreno eram adversas a uma ofensiva, optando, assim, por não combater. O exército de D. Juan I contornou, pois, a posição anglo-portuguesa pelo lado do vale poente, desviando-se do anterior percurso, e, na sequência desse movimento achou um local mais convinhável à investida, num ponto situado mais a sul

passo que a *posição estratégica* é considerada para outros propósitos, tal como “abrazar el frente de operaciones sobre una extensión mayor que la necesaria para combatir”, ou pontos de aquartelamento, ou ainda “posiciones diarias que toma un ejército, en las marchas que se hacen fuera del alcance del enemigo” (ALMIRANTE, 1869, pp. 918-919). Esta nomenclatura complementar pode ainda ajudar a distinguir a natureza do local: se existir um conjunto de obstáculos naturais (declives, ribeiros, acidentes do terreno, etc.) pode ser designada como *posição natural*; se o seu valor defensivo for acrescido por via da construção de fortificações artificiais, então podemos ter uma *posição mista*; mas se, por outro lado, a posição for constituída maioritariamente por defesas artificiais, nesse caso é considerada como uma *fortificação* ou *fortaleza* (*ibidem*). Obedecendo a estes preceitos, podemos considerar a Primeira Posição como uma posição “natural e estratégica”; já a Segunda Posição, onde se veio a travar o combate, será uma posição “mista e tática”.

no mesmo planalto. Desta forma, “foi forçado a el rei e ao conde estabre mudarem suas batalhas” (CC, cap. LI, p. 140), isto é, o exército anglo-português teve de inverter o dispositivo e de dispor a formação em outro local. Tais foram os ‘preliminares’ da Batalha de Aljubarrota.

Claro que a ocorrência de um combate numa “segunda posição”, aparentemente de recurso, pressupõe a existência de uma posição anterior, ou seja, de um primeiro local onde os contingentes se encararam mutuamente, mas não se confrontaram fisicamente. Esta primeira frente constituiria uma *posição estratégica* e não uma *posição de combate*. Permanece, contudo, omissa nas fontes a sua localização precisa, isto é, a área exacta onde começou por estar implantada a hoste anglo-portuguesa. Apenas algumas das fontes esboçam, de uma forma muito sucinta, a descrição morfológica da encosta, principalmente as fontes de origem castelhana. Imaginamos que o tenham feito numa tentativa de explicar que a recusa em combater neste local se ficou a dever à configuração natural do terreno, totalmente desfavorável a uma ofensiva militar.

Na *Corónica do Condestabre* nada é dito sobre esta primeira posição. Fernão Lopes, por seu lado, apenas descreve a vegetação e a planura do local (planalto). No entanto, importa destacar que este cronista confirma que a escolha do terreno e a interceção da marcha do inimigo se deveram à iniciativa portuguesa: “e digamos logo del Rey de Portugall que a pos primeiro [a batalha] e esperou a praça. O quall em huum campo chaão cuberto de verdes hurzes, no meo da estrada por homde os castellaãos avyam de vijr” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 84).

Entre os autores não portugueses, o cronista castelhano Pero López de Ayala descreve a morfologia do planalto de São Jorge da seguinte forma: “una plaza que de las dos partes era llana, e de las otras dos partes avía dos valles; e allí ordenó su gente” (CRC, Rey Don Juan I, ano VII, cap. XIII, pp. 595-596). Ora, esta descrição adequa-se ao perfil do planalto em geral, cuja crista é plana e os flancos percorridos por dois vales, não se especificando por isso as características particulares da primeira posição; de resto, é quase certo que aquela citação de López de Ayala pretende referenciar sobretudo o local onde efetivamente se feriu a batalha. Quanto ao cronista francês, Jean Froissart, também ele nada adianta relativamente à encosta do topo norte do planalto.

Da autoria do próprio monarca castelhano, D. Juan I, na sua carta dirigida à cidade de Múrcia, provém a descrição mais detalhada deste local. Justifica, precisamente devido ao perfil do terreno, a busca de um novo campo de batalha: “Ellos se pusieron aquel dia desde la mañana en una Plaza fuerte entre dos arroyos, de fondo cada uno diez, ó doce brazas, y quando nuestra gente aí llegó, y vieron, que no les podían acometer por allí, hubimos todos de rodear para venir á ellos por otra parte, que nos pareció ser mas lhano” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primero, cap. XII, p. 197). Reforçamos o pressuposto de que o recorte do terreno inviabilizava o ataque da cavalaria franco-castelhana, e isso mesmo diz o monarca ao referir que ‘não podiam acometer por ali’; consequentemente, seriam forçados a procurar um terreno ‘mais plano’. Além de configurar uma ‘praça-forte’, certamente difícil de alcançar e mais ainda de romper (considerando que o acentuado declive frontal quebraria o ímpeto de uma investida), a posição anglo-portuguesa era ainda defendida nos flancos por desfiladeiros com dez a doze braças¹⁸⁸ (pouco mais de vinte metros) de profundidade (voltaremos a este ponto), segundo a apreciação do monarca trastâmara. Os contornos ravinosos dos flancos impediriam qualquer marcha de progressão neste sentido e protegeriam a hoste de eventuais manobras de flanqueamento. A evidência destas dificuldades acabou por levar a hoste de Juan I a procurar um terreno mais adequado a uma ofensiva eficaz.

Retomando as descrições do local, a obra de Juan Rodríguez de Cuenca (dispenseiro-mor da rainha D. Leonor, a primeira esposa de D. Juan I), enfatiza o acentuado declive da encosta, ao dizer que os portugueses “estaban puestos en un gran recuesto” (CUENCA, 1781, p. 80). Mais tarde, Cristóbal Lozano, na sua obra do século XVII intitulada *Los Reyes Nuevos de Toledo*, reforça a inexpugnabilidade do local, descrevendo a primeira posição como uma “buena plaza para pelear, y ceñianla los costados los valles barrancosos, por donde no podia el enemigo hazerles daño con su cavalleria. En este sitio, pues, y con muy buena ordenança se estuvo el Portugues

¹⁸⁸ A *braz*, ou braça, corresponde a uma medida náutica para medir profundidades, com origem no termo *brazo*, i.e., braço. A medida equivale a dois braços estendidos, cerca de 1,6 metros para a braça castelhana, muito próxima da portuguesa e da inglesa, que media o semelhante a 1 milha náutica, ou seja, 1,8 metros. No *Elucidario*, o termo corresponde a “Baraza. Braça, medida de dez palmos” (VITERBO, 1865, vol. I, p. 121). Considerando o palmo de 22 cm, uma braça podia equivaler a 2,2 metros, elevando as 10 a 12 braças de D. Juan I a um intervalo de 22 a 26 metros. Frederico Alcide de Oliveira, em *Aljubarrota Dissecada*, considera para a braça terrestre o mesmo valor de “2,2 m (em Port., 1,859 m.)” (OLIVEIRA, 1979, p. 119).

quedo, y rehacio, esperando que le acometiessen: que es lo mesmo, que està entre dos murallas, esperando el choque” (LOZANO, RNT, livro III, cap. IX, p. 288). O autor confirma a descrição do monarca: por um lado a inviabilidade em ‘causar dano com a cavalaria’, por outro os ‘vales barrancosos’ equiparados a duas muralhas, de forma a ilustrar a fortificação natural da posição escolhida.

Apesar das descrições (quadro 2), as fontes de que dispomos não permitem identificar o local preciso desta posição. As referências morfológicas consideradas nas fontes são extensíveis a uma vasta área da encosta norte do planalto, desde a zona de aluvião, na base, até às cotas mais elevadas, no topo, não apontando para uma localização exata, ou sequer aproximada.

Recorrendo novamente a Fernão Lopes, este autor contradiz a descrição de López de Ayala, alegando que “ally nom avya melhoria de campo que os portugueses tevesem escolhido, nem montes nem valles que torvassem seus contrairos, como alguuns mal escprevendo em seus livros querem contar; ca todo era campina iguall sem nenhuum estorvo a amballas partes, a quall o trilhamento das bestas e passear dos homeens tornou assy rasa e tam chaã como pravo resio sem nenhuuma erva” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 86). Naturalmente, o cronista português descreve o campo de batalha na cumeeira, a que corresponde a segunda posição. Em outra passagem, reforça este aspecto da planura do terreno, insistindo em que “hi nom há valles nem outeiros que lhe nojo podessem fazer, mas todo he charneca rasa em que caberiam dez tamanhas batalhas” (CDJ, II, cap. XXXV, p. 76); porém, como referimos, Fernão Lopes apenas se cinge à área útil onde decorreu o confronto, a que corresponde a crista do planalto, omitindo a existência (decisiva) dos vales que a ladeiam.

No entanto, o que não suscita incerteza, insistimos, prende-se com o facto de terem existido dois momentos da batalha, em dois locais distintos, por conseguinte, duas posições no terreno, ambas situadas no planalto de São Jorge. Ainda que não se conheça o exato local da primeira posição, podemos afirmar com segurança que estaria num ponto da encosta do lado norte. A segunda posição seria dotada de um monumento, a Ermida de S. Jorge, construído pouco depois da batalha, e que salvaguardou a memória da sua localização. Infelizmente, o mesmo não se verificou, como é compreensível, no horizonte da primeira posição.

Fonte	Primeira Posição	Segunda Posição
Pero Ayala	“é puso su batalla á dos leguas dende en una plaza que de las dos partes era llana, é de las otras dos partes avia dos valles”	“é pusose cerca deloos en un campo llano, é ordenó su batalla” “tienen delante dos valles que non pueden pasar para acometer á vuestros enemigos”
<i>Corónica do Condestabre</i>	-	-
Jean Froissart	-	-
Fernão Lopes	“huum campo chaão cuberto de verdes hurzes”	“Ca hi nom ha valles nem outeiros que lhe nojo podessem fazer, mas todo he charneca rasa em que caberiam dez tamanhas batalhas;” “todo era campina rasa” “Ally nom avya melhoria de campo que os portugueses tevesem escolhido, nem montes nem valles que torvassem seus contrairos (...) ca todo era campina iguall sem nenhuum estorvo a amballas partes, a quall o trilhamento das bestas e passear dos homeens tornou assy rasa e tam chaã como pravo resio sem nenhuuma erva.”
Carta de D. Juan (dirigida à cidade de Múrcia)	“Ellos se pusieron aquel dia desde la mañana en una Plaza fuerte entre dos arroyos, de fondo cada uno diez, ó doce brazas, y quando nuestra gente aí llegó, y vieron, que no les podían acometer por allí, hubimos todos de rodear para venir á ellos por otra parte, que nos pareció ser mas lhano;”	-
Sumario de los Reyes de España	“estaban puestos en un gran recuesto que ende estaba”	-

Tabela 2 - Descrição da primeira e segunda posição nas principais fontes documentais

- **4.1 – Problemáticas e objetivos**

O presente trabalho pretende efetuar uma análise interpretativa sobre as problemáticas em torno da *Primeira Posição Portuguesa*. As mais marcantes relacionam-se com o propósito estratégico do local, a sua articulação com a segunda posição (intencional ou fortuita) e a sua exata implantação no terreno. A resposta a estas questões pretende contribuir com novos elementos para a reconstituição teórica do episódio de Aljubarrota.

A historiografia mais recente (em especial as obras de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins) tem vindo a considerar a primeira posição como uma manobra de diversão, no pressuposto de que o seu perfil inexpugnável, nitidamente visível para o adversário, poderia ter dinamizado a transferência da peleja para uma posição de recurso, ou seja, teria encaminhado o opositor para um local distinto, aparentemente mais favorável para ele, mas que já teria sido estrategicamente considerado pela hoste anglo-portuguesa, a quem coube a iniciativa estratégica do combate. Por outro lado, na perspetiva castelhana, os portugueses seriam forçados a abdicar de uma posição de excelência e, conseqüentemente, a sujeitar-se à escolha de uma nova posição, imposta pela deslocação do contingente do rei trastâmara para um outro local. Esta renúncia forçada, juntamente com os condicionalismos da nova posição, desprovida dos acentuados recortes que caracterizavam a anterior, sem apresentar um declive frontal (pelo contrário, esta nova posição mostrava uma ligeira inclinação descendente no sentido sul-norte) e a desvantagem dos elementos naturais (sol e vento frontal), que pelo menos num primeiro momento passaram a fustigar os portugueses, incutiu ao inimigo uma confiança renovada. Este aspeto pesou certamente na hora de decidir combater sem que a nova posição adversária fosse convenientemente reconhecida. Julgamos que esta combinação de elementos envolveria todo um planeamento antecipado e cuidadoso. O objetivo final desta ousada estratégia seria, justamente, a precipitação da investida franco-castelhana sobre uma posição de recurso antecipadamente prevista e reforçada pelo inimigo.

Assumindo que a articulação entre estas duas posições no terreno correspondesse a um preceito estratégico, a primeira posição cumpriria uma função arriscada; ou seja, poderia surtir o efeito previsto, como aconteceu ao ter levado o

adversário a avançar para uma segunda posição, como também poderia ter precipitado a peleja naquela primeira frente, ainda que essa opção fosse bastante improvável. Podemos ainda supor que este primeiro avistamento das hostes poderia motivar o inimigo a furtar-se, de todo, a combater naquele dia, o que seria muito desvantajoso para as pretensões anglo-portuguesas.

Percebendo os riscos envolvidos, os estrategos portugueses deveriam assegurar que a primeira posição se mostrasse de tal forma imponente ao adversário que a recusa de combater ali fosse imediata¹⁸⁹. De facto, o próprio monarca castelhano assim o diz na sua carta à cidade de Múrcia: “hubimos todos de rodear para venir á ellos por otra parte, que nos pareció ser mas lhano” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primeiro, cap. XII, p. 197). É por esse motivo, para o decurso do presente projecto, de extrema importância determinar a localização exacta no terreno da primeira posição portuguesa. Através da sua leitura morfológica será possível compreender a brevidade da decisão do rei trastâmara, a previsibilidade da mesma, assim como a pertinência na articulação entre as duas posições no planalto.

Poderá parecer, numa primeira análise, que a determinação do local exato desta posição é algo de somenos importância. Poderá ser legítimo assumir simplesmente, e em termos gerais, que ambos os contingentes se avistaram na encosta norte de S. Jorge e que, perante as circunstâncias especialmente adversas apresentadas à hoste castelhana, não combateram nesta posição, procurando um terreno de recurso para o confronto. Já pelo contrário, se assumirmos esta primeira frente como parte integrante de uma estratégia concertada, teremos de reconhecer que toda a ação posterior (incluindo o combate decisivo na segunda posição) dependeu deste posicionamento prévio!

Acresce o facto, como aprofundaremos em capítulo adiante, de a articulação simultânea de ambas as posições implicar uma certa gestão dos efetivos anglo-portugueses entre as duas frentes, mobilizando uma grande parte da hoste para encorpar a vanguarda à vista do adversário, enquanto a restante se dedicava, um pouco mais a sul, à fortificação do verdadeiro campo de batalha. Uma vez mais, a

¹⁸⁹ Fernão Lopes avança com uma interpretação distinta: “(...) pemssando que os castellaãos como ouvessem delles vista, que logo se trabalhassem de os cometer” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 86). No entanto, tal impulso mostra-se contrário a um planeamento estratégico prévio, como tentaremos demonstrar.

averiguação do exacto local onde os portugueses se dispuseram na primeira posição poderá ajudar a compreender melhor como foi desenhada esta equação.

A transposição das hipóteses teóricas para a realidade concreta do terreno, confrontada com a actual morfologia da encosta de São Jorge (adulterada mas, ainda assim, permitindo uma leitura compatível com a época da batalha), pressupõe uma aproximação ao local preciso onde estacionou a hoste portuguesa. A este primeiro objetivo corresponde a nossa proposta de localização.

Após determinar a sua área de implantação, será imperativo averiguar se o local foi dotado de dispositivos defensivos semelhantes aos encontrados na segunda posição, nomeadamente covas de lobo e fossos, o que configura o objetivo seguinte do projeto. A confirmar, eventualmente, a presença desta evidência, será legítimo concluir que o contingente português previu combater logo neste local, reforçando a fisionomia, já de si extremamente favorável, da sua primeira posição. Por outro lado, partindo do pressuposto de que esta posição serviu estritamente como manobra estratégica, com vista a provocar um impulso tático de resposta por parte dos castelhanos, não seria de todo necessário dotar o local de grandes obstáculos defensivos artificiais. Como referimos, a inexpugnabilidade natural da posição, por si só, dissuadiria o adversário de precipitar a batalha em tais condições.

De forma a cumprir esta etapa do projeto, optámos por recorrer a uma fórmula testada e com resultados comprovados. O recurso a uma sondagem geofísica completada por uma sondagem arqueológica traduz essa pretensão. Os levantamentos arqueológicos já realizados no campo de São Jorge permitem, inclusivamente, orientar o reconhecimento de novas estruturas defensivas. Por comparação tipológica e estratigráfica, é possível uma aproximação segura a novas evidências arqueológicas. Encontrando-se a primeira e segunda posições implementadas no eixo do mesmo planalto, partilham da mesma realidade geológica dos solos, ou pelo menos de um perfil muito semelhante, podendo apenas diferenciar-se no que diz respeito à espessura das camadas do substrato.

Apesar de todos os meios de referência de que dispomos para a averiguação de um eventual dispositivo defensivo análogo na primeira posição, pretendemos demonstrar a inexistência e dispensabilidade desse requisito. Por pouco convencional que possa parecer, a ausência de evidências no terreno poderá servir, neste caso, de

comprovativo¹⁹⁰. A interpretação teórica que tentamos transpor para uma representação de ordem prática, neste caso arqueológica, pretende reduzir a primeira posição à sua qualidade, não menos importante, de verdadeiro *engodo* estratégico. Assumimos, deste modo, que o recurso a este primeiro reduto se deva a um planeamento bastante complexo.

A par da pesquisa de evidências de estruturas e/ou obstáculos defensivos no solo, procurámos manter um olhar atento sobre eventuais testemunhos, das mais variadas tipologias, que se pudessem relacionar com o dia da batalha. A existência desse marcador ajudaria também a definir o local da primeira posição.

Apresentaremos de seguida o levantamento morfológico com base no qual foram organizados os trabalhos de campo. Além das características que definem os contornos deste verdadeiro bastião, foram considerados elementos relacionados com a sua geografia, topografia, geologia e rede de eixos viários e hídricos. A conjugação destas características permitiu-nos avançar com uma proposta de identificação do local de implantação da *Primeira Posição Portuguesa*.

• 4.2 – Morfologia

A conceção estratégica que antecipou o momento da batalha teve certamente em consideração a morfologia do planalto. A decisão, tomada de véspera, sobre o local onde à partida desafiariam o adversário encontra-se claramente sugerida nas crónicas. Recordamos novamente o reconhecimento que o condestável liderou no dia 13 de agosto e que, na madrugada seguinte, trouxe a hoste desde Porto de Mós até um local por ele escolhido.

¹⁹⁰ A ausência de evidências arqueológicas poderá ser contestada sob a alegação de os trabalhos de campo não decorrerem no local exacto da primeira posição, o que naturalmente não revelaria quaisquer evidências relacionadas com a batalha. Por esse motivo, dedicámos uma parte considerável do projeto a demonstrar a elevada probabilidade de o local escolhido para sondagem corresponder ao adequado. Partilhamos da opinião de que mais locais da encosta norte do planalto de São Jorge deverão ser futuramente sondados para busca de testemunhos relacionados com a batalha. Contudo, envidámos desde logo todos os esforços ao nosso alcance, teóricos e práticos, para uma aproximação rigorosa à realidade dos acontecimentos. E chamamos ainda a atenção para dois fatores relevantes: i) só se pode pesquisar na parte norte do planalto que não foi objeto de construção ou de outro género de intervenção humana que tenha acarretado um revolvimento profundo do solo; ii) a área ocupada pelo exército anglo-português nesta sua primeira posição era decerto bastante vasta, o que (a ter existido) obrigaria a um sistema de entrincheiramento defensivo amplo, de que uma intervenção geofísica e arqueológica combinada, ainda que circunscrita, mais facilmente daria sinal.

Este primeiro local onde estacionou a hoste portuguesa deveria obedecer a, pelo menos, dois critérios fundamentais: i) dispor de largura suficiente para acomodar a formação militar de combate (vanguarda, alas e retaguarda), ainda que eventualmente um pouco minguada; ii) configurar uma posição (defensiva) adequada a combater um inimigo poderoso.

A descrição morfológica do local permite evidenciar esses requisitos. Apesar da adulteração de que tem sido alvo, com maior incisão desde que se verificou a expansão urbana em meados do século XX (o que contribuiu para a modificação do manto vegetal), os traços principais mantêm-se. Não obstante a erosão, natural e humana, a que esteve sujeita ao longo de seiscentos anos, a encosta do planalto de S. Jorge ainda evidencia os acentuados declives e flancos ravinosos descritos nas fontes.

De seguida, apresentaremos uma descrição dos principais parâmetros da encosta, alguns com especial interesse para uma correlação com as operações militares do dia da batalha, outros em proveito das sondagens (geofísica e arqueológica) que previmos para este terreno. Para o efeito, foram considerados os declives, os eixos viários, o manto vegetal e a geologia dos solos.



Figura 25 - Encosta norte de São Jorge (Fonte: Google – fevereiro de 2014)

▪ 4.2.1 – Descrição geral

Segundo a actual delimitação autárquica, a crista do planalto por onde se estende a freguesia de São Jorge integra o município de Porto de Mós, no distrito de Leiria. O *terminus* norte do planalto é ocupado pela área de encosta, sobre a qual assenta a povoação do Casal da Amieira ao longo de todo o declive. Esta freguesia pertence ao município da Batalha, fronteiro com o de Porto de Mós (nas imediações da segunda posição). No sopé da encosta ergue-se a vila da Batalha.

A extensão longitudinal do planalto atinge sensivelmente 4 km, com uma orientação sudoeste-nordeste no eixo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgo Mosteiro da Batalha. A sua altitude decresce ligeiramente ao longo de 3 km, dos 183 para os 133 metros na cumeeira, no sentido São Jorge - Batalha, até atingir a zona da encosta, onde cai abruptamente para a cota 71 ao longo do quilómetro seguinte.

Encontra-se o planalto circundado por duas ribeiras, cujas nascentes se localizam perto de Chão da Feira, no limiar da esplanada, percorrendo os vales transversais na direção nordeste. A ribeira do Vale da Mata ocupa a extensão a nascente, e a ribeira do Vale de Madeiros corre a poente. Uma distância de 750 metros separa estes dois cursos de água, ambos confluindo para a ribeira da Calvaria, a norte.

O sopé da encosta é banhado pela ribeira da Calvaria, cujo percurso inflete para nascente, sendo canalizado através do subsolo da vila da Batalha até desaguar no rio Lena. Excetuando a vertente sul, todo o planalto é rodeado por cursos hídricos que mantêm corrente de água ao longo do ano. Esta rede hídrica comporta ainda afluentes e linhas de água, algumas das quais ativas apenas sazonalmente.

▪ 4.2.2 – Declives

Na sua generalidade, o planalto apresenta declives com acentuado recorte, excetuando a vertente sul, que penetra numa planície que se estende pela mesma altimetria. Na área central do planalto encontramos, à cota 158, a Ermida de São Jorge, um monumento que, como já foi referido, assinala a posição aproximada da vanguarda portuguesa no dia da batalha.

Considerando este ponto como referência, no seu eixo transversal (oeste-este) a ala poente apresenta um declive na ordem dos 8,5% (ângulo de 7,6º) e a ala nascente de 6% (ângulo de 5,4º). Apesar de o declive a oeste se mostrar mais acentuado, consideramos ambos bastante acidentados¹⁹¹. Apesar de os vales por onde correm os ribeiros no sopé do planalto distanciarem 750 metros entre si, na cumeeira a área útil¹⁹² disponível reduz-se a um valor situado entre 350 a 400 metros de largura, reservando-se o remanescente para o assentamento das encostas.

No seu eixo longitudinal, a crista do planalto exhibe um fraco pendor, decrescendo apenas 1,2% (ângulo de 1º) no sentido sudoeste-nordeste, ao longo de 3 km, a que corresponde o decréscimo da cota 183 para os 133 metros de altitude, justamente no sentido em que decorreu a investida franco-castelhano contra a posição anglo-portuguesa. A partir da cota 133, o terreno precipita-se num acentuado declive ao longo de 1 km, a que corresponde a encosta norte. Termina na cota 71, por onde corre a ribeira da Calvaria em direção ao rio Lena.

Ao analisar o perfil desta encosta, verifica-se que, a partir da cota 127, o declive acentua o seu grau de inclinação, sensivelmente no ponto onde a estrada nacional interseta a rua Poente, atingindo, a partir deste ponto, os 7,4% (ângulo de 6,6º) ao longo dos 750 metros que culminam no sopé. A cota 127 despertou-nos a atenção por representar uma zona de acentuada alteração (e quebra) no ângulo do desnível, o que configura um claro ponto de distinção entre a cumeeira e a encosta do planalto.

Os flancos desta encosta superam consideravelmente o valor longitudinal – o lado poente representa um declive de 11% (ângulo de 9,9º) e o lado nascente de 10%

¹⁹¹ Para o cálculo dos declives foi considerada a diferença de cotas entre o topo do planalto e os vales, o que confere uma inclinação inferior caso os cálculos fossem considerados a partir do ponto de desnível (na margem da encosta) e os vales, ou seja, a relação entre a altitude e a extensão em largura seria menor e, por esse motivo, o valor da inclinação seria superior (o cálculo considera a relação entre a diferenciação da extensão e o da altitude [extensão percorrida a dividir pela diferença de altitude (cotas) a multiplicar por 100]). Optámos por considerar um ponto central do planalto relativamente aos vales, por motivos de uniformidade comparativa, isto é, todas as medidas apresentam um ponto central em comum. Os valores apresentados correspondem à distância que medeia entre a Ermida e os cursos de água, cerca de 375 metros para cada lado. A diferença entre cotas diminui de 158 metros de altitude na Ermida para 134 a poente e para 126 a nascente. Esta diferença entre os declives na segunda posição é ainda assinalada por autores como Stott Howorth, Alcide de Oliveira, João Gouveia Monteiro e mesmo Afonso do Paço, por representar uma maior fragilidade defensiva do flanco nascente.

¹⁹² Por “área útil” entende-se o limite da planura transversal que não abrange os declives. É nesta faixa que se torna possível assentar a malha urbana e a rede viária. Transpondo esta realidade para o dia da batalha, a distribuição dos homens armados ficaria delimitada por estes mesmos 350 a 400 metros. As azes portuguesas e as respetivas alas ficaram confinadas a esta largura.

(ângulo de 9°). Também neste caso, o declive oeste é mais acidentado, apesar de a diferença entre ambos ser menos relevante do que no caso anterior. A área útil entre os flancos é de cerca de 100 metros nas áreas próximas do curso de água e de 300 metros perto do topo da encosta, inferior ao registado na cumeeira.

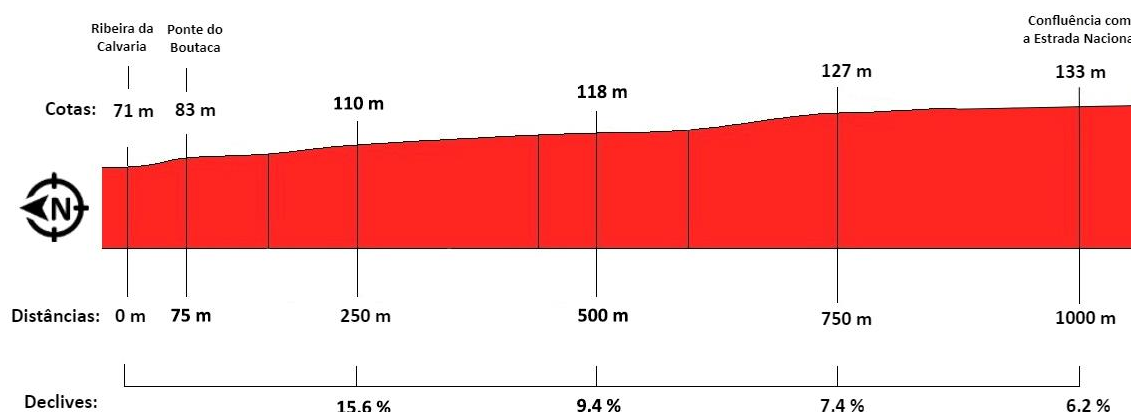


Figura 26 - Perfil da encosta norte do planalto de São Jorge – corte norte-sul (esquema do autor)

Os valores apresentados demonstram a acentuada inclinação que envolve toda esta encosta. Podemos com estes valores compreender melhor a configuração da «praça-forte» mencionada na carta de D. Juan I, e também não causará estranheza a comparação desta primeira posição, por parte de alguns autores, com um *esporão* (Alberto Andrade e Silva em 1949; A. H. D’Araújo Howorth em 1960; Nuno Valdez dos Santos em 1979; Alcide de Oliveira em 1980, entre outros) ou um *baluarte* (Oliveira Martins em 1893). O perfil ravinoso dos flancos reforça, ainda mais, a imponente da encosta, numa verdadeira aproximação à descrição de Cristóbal Lozano, que os comparou a «duas muralhas» (RNT, livro III, cap. IX, p. 289).

A configuração acidentada dos flancos é extensível a todo o planalto, apesar dos diferentes graus de acentuação, mas revela-se uma característica transversal às duas posições. Esta particularidade foi assinalada pelo cronista castelhano López de Ayala, quando observou a segunda posição: “una plaza que de las dos partes era llana, e de las otras dos partes avía dos valles” (CRC, Rey Don Juan I, ano VII, cap. XIII, pp. 595-596). São precisamente estes vales que percorrem todo o planalto e que se evidenciam, de forma acentuada, na encosta norte.

▪ 4.2.3 – Rede viária

Na sua generalidade, o principal eixo viário que atualmente percorre o planalto de São Jorge é o Itinerário Complementar número 2 (IC2), ocupando a faixa central da cumeeira. Este traçado sobrepõe-se à antiga Estrada Nacional 1 (EN1) até ao arranque da encosta norte, à cota 133, a partir da qual o novo traçado converge em direcção ao Mosteiro da Batalha. O antigo traçado da EN1 incide na povoação do Casal da Amieira até à ribeira da Calvaria, cuja travessia se realiza, desde 1862, pela ponte do Boitaca (à cota 83).

O traçado da antiga EN1, que configura a principal linha rodoviária desta encosta, sobrepõe-se, em grande medida, à antiga Estrada Real. Por sua vez, como acontece com frequência, este traçado sobrepõe-se a um outro mais antigo, correspondente à rede viária romana¹⁹³. Perpendicular a estes eixos viários, algumas estradas e caminhos secundários permitem o acesso à malha urbana e industrial que se desenvolveu na zona envolvente, alguns dos quais reduzidos hoje a caminhos pedestres de passagem para terrenos agrícolas.

Neste caso, a sobreposição do atual eixo viário relativamente à antiga Estrada Real, ou seja, o traçado medieval em curso no século XIV, ocorre entre as cotas 133 e 118, a partir da qual fletia para poente¹⁹⁴ sobre um percurso que atualmente configura

¹⁹³ Existem nas imediações da atual cidade da Batalha vestígios de povoação e até de troços de eixos viários de matriz romana. Um destes povoados romanos era Collipo (séc. I), com alguma importância na região. O Professor Doutor Jorge de Alarcão faz referência a este local no levantamento dos eixos viários romanos incluídos na sua monumental obra *Portugal Romano*: “Collipo e Eburobrittium não eram servidas por esta estrada de Olisipo a Bracara, mas talvez o fossem por um qualquer ramal dela. Collipo ficava em S. Sebastião do Feixo (Batalha)” (ALARCÃO, 1974, p. 85). Esta estrada de Olisipo (Lisboa) para Bracara Augusta (Braga) passava por Scallabis (Santarém), tomava depois a direcção de Sellium (Tomar) e daqui fletia para Conimbriga (Coimbra) sem passar por Collipo. Por este motivo, é de supor que outros eixos viários romanos fizessem a ligação a este eixo principal. Nas imediações de Collipo (atual freguesia de Golpilheira) ainda são visíveis troços destes eixos viários secundários, principalmente em áreas serranas, onde se mantiveram em funções até períodos relativamente recentes. Sobre a rede viária romana recomenda-se a leitura da obra: MANTAS, Vasco Gil, *As Vias Romanas da Lusitania*, Museo Nacional Arte Romano, Mérida, 2012.

¹⁹⁴ Segundo a recolha de testemunhos entre a população local, a extensão viária que atualmente se prolonga da cota 118 até à ponte do Boitaca, troço da EN1 que passa junto ao CIBA Primeira Posição, fora implementada sobre uma área ravinosa, a que correspondia o flanco nascente da encosta. Toda esta extensão foi atulhada para elevar a cota do terreno e assentar o pavimento sobre um desnível mais ameno, ainda assim acentuado pois obedece ao declive longitudinal da encosta, mas que não se adequa à realidade natural do terreno. O traçado de uma ferrovia que percorre a área de aluvião junto à ribeira (ainda demarcada na edição de 1952 da carta militar – folha 308), e que estivera em funções na primeira metade do século XX para transporte de carvão, constitui um exemplo de como a intervenção humana no terreno foi determinante para a reconfiguração viária, sobretudo na parte inferior da encosta. É por

um caminho pedestre, em direcção à travessia da ribeira da Calvaria, que se realizava 200 metros a oeste da atual ponte do Boitaca¹⁹⁵.

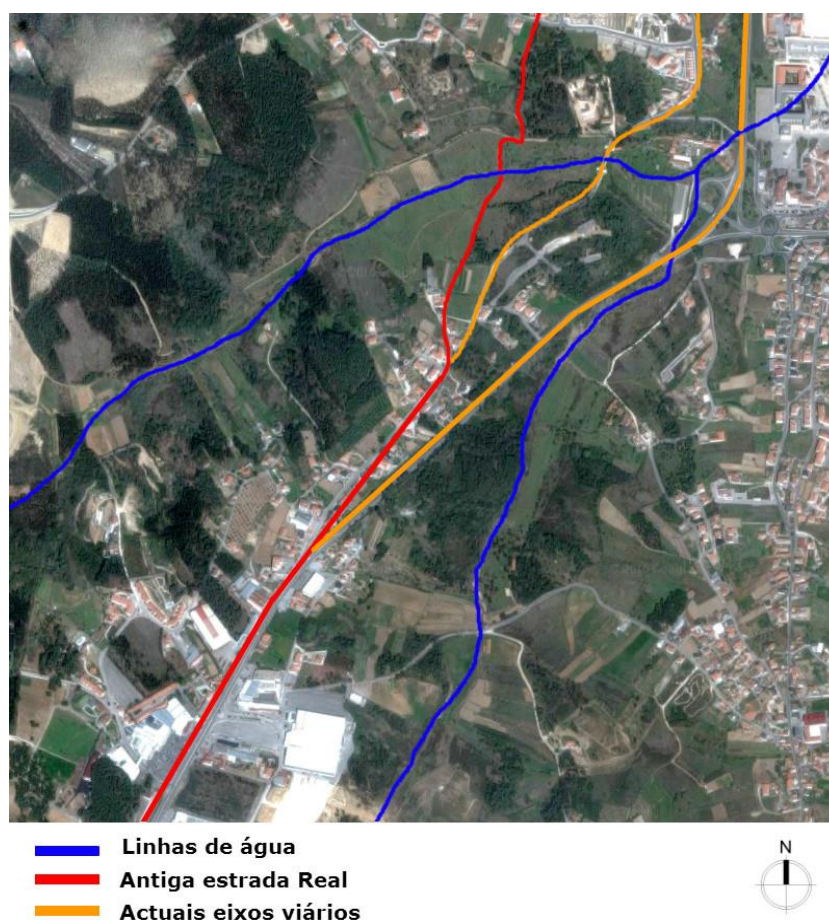


Figura 27 - Rede viária principal ao longo da encosta norte

A reconstituição deste trajeto é de suma importância para o processo de identificação da primeira posição, considerando que a hoste portuguesa esteve disposta sobre este eixo viário de forma a barrar o caminho ao adversário. Relendo

este motivo que, a partir da cota 118, o atual desnível afeta inteiramente o percurso para a ponte do Boitaca, afastando-se da realidade medieval. Esta seria uma área ravinosa onde dificilmente se implantaria um eixo viário, ou mesmo uma força militar. O general Frederico Alcide de Oliveira também nos dá conta desta reconfiguração do terreno: “A comparação dos traçados das curvas 90 e 110 parece indicar que a construção da ponte de Boutaca desviando a via primitiva, originou aterros que teriam deslocado a curva 100 algumas dezenas de metros para oeste” (OLIVEIRA, 1979, p. 65).

¹⁹⁵ Desconhecemos se a travessia medieval recorria a uma ponte ou se seria realizada a vau. A ribeira da Calvaria apresenta um caudal modesto nos períodos de maior intensidade e uma dimensão ainda mais reduzida nas estações quentes, sendo facilmente transposta por homens, animais e carroças. Contudo, assumimos que, no período medieval, com a ausência das represas e barreiras hídricas atuais, o caudal pudesse apresentar-se mais denso, inclusive nas estações quentes. Ainda assim, mesmo que não constituísse uma barreira intransponível para a simples passagem a vau, certamente quebraria o ímpeto de uma investida militar.

Fernão Lopes, os portugueses, ao estacionarem na primeira posição, dispuseram-se “no meo da estrada por homde os castellaãos avyam de vijn” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 84). Esta via assinalada pelo cronista corresponde à Estrada Real que no século XIV percorria todo o planalto de São Jorge. Sobre este eixo viário marchava a hoste castelhana em direção a Santarém, contando avançar pela crista do planalto. Seria ainda sobre esta mesma estrada que os portugueses se dispuseram na segunda posição, “quamdo os virom estar na estrada homde ora he feita a igreja de Sam Jorge” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 72).

Recentemente, um projecto de âmbito regional que teve início em 2007 e que envolveu investigadores multidisciplinares, visou a construção de um modelo digital de terreno (MDT) abrangendo a área compreendida entre Leiria e Porto de Mós, “com o objectivo didáctico da representação da movimentação dos exércitos português e castelhano e da compreensão da evolução da ocupação do solo ao longo dos tempos” (AMARAL, 2009, p. 528). O resultado deste projecto integra a exposição patente no CIBA, ao alcance do visitante através de suporte digital e interativo. A reconstituição das antigas estradas e itinerários das hostes envolvidas é apenas um dos conteúdos disponíveis; no entanto, destacamo-lo pela qualidade do resultado final, quer no que respeita ao percurso do contingente anglo-português (a partir de Porto de Mós), quer no que toca ao percurso do adversário franco-castelhano (que partiu de Leiria no dia da batalha). A nossa proposta relativamente às redes viárias da encosta norte do planalto de São Jorge está articulada com este projeto do CIBA.

Importa ainda acrescentar que todo este planalto era, até ao século XIV, despovoado. A atual malha urbana que se desenvolveu em torno do eixo viário não existia no período medieval. Tanto a freguesia de São Jorge, na cumeeira, como a do Casal de Amieira, na encosta, evoluíram tardiamente¹⁹⁶. As povoações dispostas nas imediações do planalto seriam a Jardoeira, a norte, e Aljubarrota¹⁹⁷, a sul.

¹⁹⁶ Não obstante a possibilidade de existir casario disperso pelo planalto, ou quintas (como a que D. João I viria a adquirir entre a ribeira da Calvaria e o rio Lena para a construção do Mosteiro), o mesmo não seria suficiente para que pudesse configurar uma localidade ou mesmo uma povoação. M. Vieira da Natividade (1841) dá conta deste despovoamento da região entre Aljubarrota e Porto de Mós ao analisar a “Carta da povoação d’Aljubarrota e foral”, referindo-se a estes coutos de Alcobaça, ainda em meados do século XIV, como uma zona “perfeitamente silvestre, coberta portanto de bosques naturaes” (NATIVIDADE, 1841, p. 7). O autor, recorrendo à mesma fonte, enumera cerca de oito povoações que rodeavam Aljubarrota, mas ao longo da cumeeira do planalto que se estende para norte, “a extensão de terrenos entre Aljubarrota e Porto de Mós não estava habitada” (*idem*, p. 8). Também A. H. D’Araújo

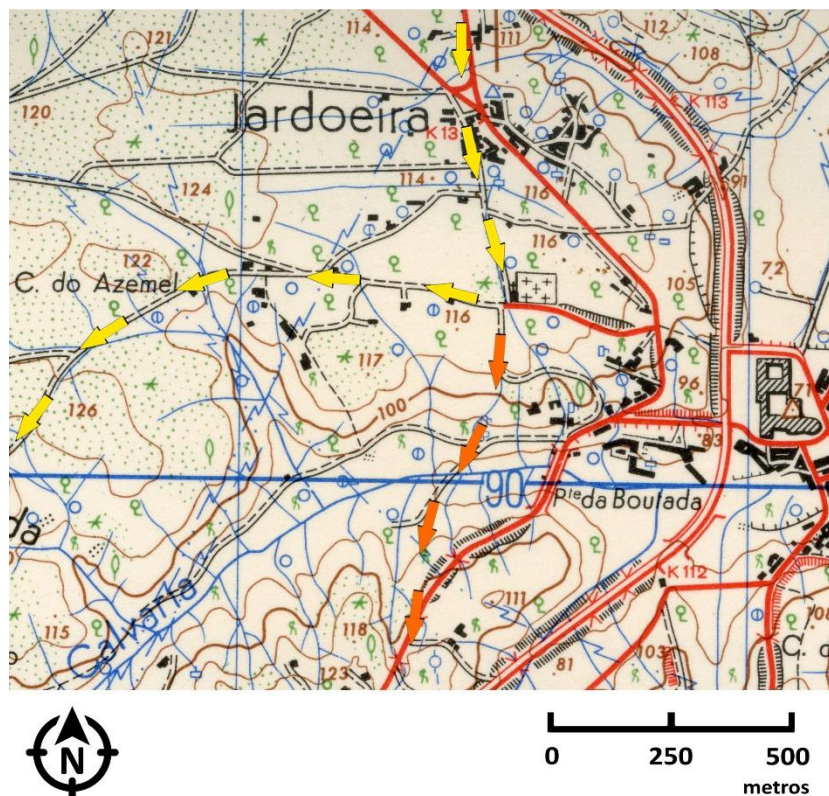


Figura 28 - Itinerário castelhano a norte da primeira posição (cor amarela)

Stott Howorth faz referência a estas localidades: “As únicas povoações que em redor havia eram Porto de Mós, Juncal, Alpedriz, Pizões, Cos, Maiorga, Atahija, Bemposta e Chiqueda” (HOWORTH, 1960, p. 71). Relativamente à paisagem, o mesmo autor indica que “os pinhais que hoje se podem ver eram no século XIV extensos matagais” (*idem*, p. 72). Mais tarde, o padre Luciano Cristino debruça-se sobre o estudo do local, afastando-se um pouco da proposta anterior, refere antes que a Canoeira, Santão Antão e Cumeira, são os únicos topónimos documentados anteriormente a 1385 nas imediações de Porto de Mós (CRISTINO, 1986, p. 41). Questiona, aliás, por que motivo se associou a batalha à localidade de Aljubarrota ao invés de Porto de Mós (a menos de 5 km para nascente do campo de batalha). Luciano Cristino centra as suas atenções para a área entre Porto de Mós e a atual Batalha, principalmente no que respeita aos primitivos caminhos por onde percorreu a hoste portuguesa no dia da batalha, assim como o reconhecimento do condestável de véspera, na estrada em direção a Leiria, paralela pelo lado nascente à estrada que atravessa São Jorge (*idem*, p. 42). Conclui, inclusivamente, que “toda a região das actuais freguesias da Batalha e Golpilheira já em 1385 era bem povoada, estava bem servida de vias de comunicação, tinha zonas intensamente cultivadas e já nelas se exercia actividade ‘industrial’, se quisermos aplicar este termo ao trabalho dos moleiros, salineiros e outros artesãos” (*idem*, p. 45). Também Saul António Gomes, que dedicou vários títulos à reconstituição medieval em torno da área onde se firmou a batalha, levanta a mesma questão: “porquê de se chamar à antiga Batalha Real, Batalha de Aljubarrota, povoação bem distante do campo de Batalha (havendo outros pólos mais próximos e de maior projecção histórica e urbana, como Porto de Mós ou Leiria...)” (GOMES, 2014, p. 13). Indica o mesmo autor que o campo de batalha localizava-se num “sítio não povoado, ainda que com aldeias muito próximas, como Tojal, Adrões, Azoia, Barreira, Golpilheira, Canoeira, Jardoeira, Alqueidão, Alcanadas, Brancas, Torre, Reguengo, Calvaria, Porto do Carro, Maceira, Juncal, Andam, Chão Pardo, ou, entrando nas serranias de Candeeiros e de Aire” (*ibidem*), por onde se desenvolve o Couto de Alcobaça e a Cumeira de Aljubarrota. O facto é que “a aldeia mais vizinha era a do Tojal” (GOMES, 2014, p. 21).

¹⁹⁷ A batalha que designamos “de Aljubarrota” não ocorreu nessa localidade, a qual dista do campo de batalha cerca de 10 km para sudoeste. A sua referência deve-se ao facto de o campo de batalha se localizar nas imediações ou «termo de Aljubarrota». O planalto onde decorreu a peleja passaria a designar-se de São Jorge, em memória do “campo onde as tropas portuguesas haviam implorado o auxílio divino de Santa Maria e clamado por S. Jorge” (GOMES, 2014, p. 25). A Batalha de Aljubarrota ficaria conhecida simplesmente como «Batalha» ou «Batalha Real», pelo menos até ao século XVIII.

O itinerário percorrido pelo contingente castelhano alcançou a Jardoeira perto do meio-dia, seguindo pela antiga estrada, cujo trajeto passava junto à igreja da mesma povoação. Deste ponto, deveriam seguir em frente descendo à cota da ribeira da Calvaria para travessia da mesma (as setas laranja na imagem anterior indicam o percurso previsto), como referimos, 200 metros a oeste da atual ponte do Boitaca. No entanto, a meio da encosta, após avistarem a posição portuguesa e obedecendo à ordem do monarca (ou dos seus assessores), fletiram para poente, nas imediações do atual cemitério da Jardoeira, alterando o itinerário previsto (as setas amarelas na mesma imagem representam o percurso alternativo que adotaram).

Pelo seu lado, a hoste anglo-portuguesa estaria confinada à Estrada Real que percorre todo o planalto, sendo sobre este eixo que articulou as suas duas posições no dia da batalha, conforme refere Fernão Lopes.

▪ 4.2.4 – Manto vegetal

A cobertura vegetal que cobre o planalto encontra-se bastante adulterada, em grande medida devido à intervenção humana na paisagem. A par dos seis séculos de erosão geológica natural, a florestação massiva, a agricultura mecanizada e a expansão urbana descaracterizaram a paisagem medieval.

Atualmente, o manto encontra-se coberto por extensões de solo arável e agricultado, manchas densas de floresta de pinheiro e eucalipto, algumas áreas florestadas por árvores de menor porte (p. ex., oliveiras e árvores de fruto) e parcelas de terreno preenchidas essencialmente por vegetação rasteira.

Alguns indicadores, ainda que fugazes, descritos nas fontes permitem uma aproximação paisagística à ambiência medievá. Desprovido de malha urbana e de áreas agricultadas e florestadas em extensão, o planalto daria lugar a uma paisagem predominantemente ocupada por vegetação rasteira, as tais “verdes hurzes” descritas por Fernão Lopes, dispersas por uma “charneca rasa” (CDJ, II, cap. XXXV, p. 76). Esta realidade é também sugerida pelo cronista francês, Jean Froissart: “Se sabeis aqui perto algum lugar onde haja sebes e arbustos, fazei-nos ir para essa parte” (CF, cap. 19, par. 36, p. 32). Estas ramagens terão servido, sobretudo, para encobrir os dispositivos defensivos do campo de batalha, nomeadamente as “muchas fosas

cubiertas con ramas” mencionadas no *Sumario de los Reyes de España* (CUENCA, 1781, p. 80).

A presença de arvoredos ocuparia algumas parcelas do planalto, principalmente em áreas periféricas, “no caso em apreço, muito provavelmente pinheiros, espécie que dominava já a paisagem da região” (MONTEIRO, 2001, p. 204). Também Vieira da Natividade, como atrás referimos, descreve uma paisagem preenchida por “bosques naturais” (NATIVIDADE, 1841, p. 7). O cronista Jean Froissart assinala esta presença de arvoredos: “Então mandaram a toda a largura do campo derrubar as árvores e deitá-las atravessadas, para que da planura não pudessem cavalgar sobre eles” (CF, cap. 19, par. 37, p. 33). A matéria-prima a que recorreram era, naturalmente, a madeira¹⁹⁸ para construção dos abatizes. A segunda posição portuguesa convertia-se, assim, em “un muy fuerte palenque” (CUENCA, 1781, p. 80).

Porém, a faixa central do planalto, a que corresponde a área útil por onde corria o eixo viário, deveria, no século XIV, aproximar-se da descrição de Fernão Lopes, ou seja, um manto vegetal revestido por urze (planta rasteira que produz flor em diferentes tonalidades, consoante a espécie). Afonso do Paço, no decorrer da campanha arqueológica de 1958-1960, aproveitou as obras de restauro da Ermida de São Jorge para levantar algumas das lajes e recolher vinte e uma amostras de solo em diferentes pontos, principalmente naqueles que não continham sepultamentos. O assentamento das lajes da Ermida, em 1393, ano de construção do monumento, preservou intactos no solo vestígios de pólen provenientes da vegetação local à data da batalha. As amostras de solo recolhidas tinham como objetivo a análise polínica das terras, impossível de realizar com amostras provenientes de solos remexidos¹⁹⁹, como

¹⁹⁸ Na guerra de cerco medieval era frequente o sitiante transportar madeira para a construção de engenhos de assédio (torres, gatas, aríetes, trabucos, etc.), acautelando a ausência no local de árvores de médio e grande porte, necessárias para assegurar o tamanho requerido por algumas peças. Aliás, as florestas locais podiam ser propositadamente queimadas pelos sitiados. Em outros casos, o sitiador transportava os engenhos desmontados, ou podia mesmo desarticular outras construções, como p. ex. barcos e carroças, para aproveitamento de madeira ou de pregos. Em Aljubarrota, o tipo de construções descrito não requeria o transporte de matéria-prima, pois o arvoredos endémico proveria madeira em quantidade suficiente para os dispositivos defensivos utilizados. Na região envolvente, não muito longe de Alcobaça, havia matas que forneciam madeira aos estaleiros de Alfeizerão, pelo menos desde 1389 (R. V. GOMES, 2016, p. 29).

¹⁹⁹ Afonso do Paço (1961) reconhece que esta iniciativa foi inspirada nos seus trabalhos arqueológicos em contextos pré-históricos, onde era habitual, já naquela época, a recolha de amostras de solo para a análise do pólen e subsequente reconstituição da paisagem natural. Apesar de este tipo de análise ser normalmente requerida para o estudo de ambientes cronológicos mais distantes, onde as diferenças

era o caso do campo militar de São Jorge; além disso a conservação do pólen no solo requer um “um certo grau, contínuo, de humidade, que os rigores do Verão não permitiam” (PAÇO, 1961, p. 22). Ambos os requisitos foram proporcionados pelo isolamento que as lajes da ermida conferiram ao solo, dentro da respetiva área de implantação do edificado²⁰⁰.

A análise das amostras foi realizada sob coordenação da Dr.ª Quitéria G. Pinto da Silva, da Estação Agronómica Nacional, tendo esta especialista concluído o seu relatório em agosto de 1960. Os resultados comprovaram a existência de pólen de urze (espécie *Erica*), uma vegetação que condiz com a descrição de Fernão Lopes (“huum campo chaão cuberto de verdes hurzes”: CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 84), mas também de árvores de médio e grande porte, como o amieiro, o carvalho e o pinheiro (PAÇO, 1961, pp. 24-26). Este resultado atesta a existência de tais espécies no local; todavia, conforme frisa o relatório da Dr.ª Quitéria Silva, “não prova cabalmente que a urze ou urzes dominassem na vegetação ao tempo da batalha” (PAÇO, 1961, p. 27). Ainda assim, esta evidência suporta a descrição genérica de Fernão Lopes.



Figura 29 - Reconstituição conjetural da encosta norte, sentido Jardoeira-Aljubarrota (norte-sul)
(Autoria: Dr. Pedro Tiago – Universidade de Coimbra)

naturais são mais marcantes, a reconstituição da vegetação de São Jorge é determinante para o conhecimento da paisagem, da matéria-prima local e para uma melhor compreensão do tipo de solo que foi revolvido para a abertura de covas e de fossos.

²⁰⁰ Como também observa Afonso do Paço, o corpo da ermida é mais recente do que a capela-mor (PAÇO, 1961, p. 22), tendo-se deparado, no primeiro caso, com os solos remexidos em resultado da prática de enterramentos, alguns dos quais datados do reinado de D. João V. Por esse motivo, as amostras recolhidas na capela-mor estariam mais de acordo, não apenas com o período da batalha, mas também com os requisitos de preservação do solo, pelo que lhes foi dispensada uma especial atenção.

Relativamente aos recursos hídricos envolventes, estes seriam abundantes. A presença de diversas fontes, de poços e de furos canalizados para a agricultura local fazem parte da atual paisagem. Esta abundância seria transversal ao século XIV, porém devemos considerar que a ausência de sistemas de rega e de represas tornariam os caudais dos cursos de água consideravelmente mais amplos e profundos. Ainda que nos meses quentes os caudais diminuam de forma natural, a paisagem medieval seria dotada de ribeiras com caudais mais generosos, mesmo nas estações secas; apesar de, conforme referimos no ponto anterior, estes cursos de água não representarem uma barreira intransponível, sem dúvida que configuravam um obstáculo sob o ponto de vista militar. Esta característica potenciou certamente o perfil defensivo de ambas as posições portuguesas assumidas no planalto de São Jorge; na primeira, todo o sopé era (e ainda é) circundado de água por completo; na segunda posição, corriam os cursos de água em ambos os vales laterais.

Em geral, o planalto que se oferecia à vista dos portugueses e dos castelhanos que aqui combateram estendia-se sobre uma paisagem pouco ou nada urbanizada, dotada de um manto vegetal predominantemente rasteiro, principalmente ao longo da faixa central e viária, completado por árvores de pequeno e de médio porte na sua periferia e preenchido por cursos de água mais caudalosos ao longo dos vales.

▪ 4.2.5 – Geologia e solos

A geologia, como sabemos, é a ciência responsável pelo estudo da crosta terrestre e pela identificação e classificação das rochas e dos solos derivados, nas mais variadas extensões. Por esse motivo, é compreensível a proximidade desta área científica com os trabalhos arqueológicos. Também neste caso, a geologia intrínseca ao planalto de São Jorge tem particular interesse para os trabalhos de campo a realizar. Ambas as sondagens propostas para este projeto, a geofísica e a arqueológica, são ajustadas aos diferentes tipos de solo, em especial quando recorrem a equipamento eléctrico-magnético, como o radar, ou a condutores eléctricos.

A constituição dos solos, em geral, pode ser consultada na *Carta Geológica de Portugal*. A área que abrange o planalto de São Jorge encontra-se retratada na folha 27-A de Vila Nova de Ourém. A faixa por onde este se desenvolve (delimitada a

vermelho na imagem seguinte) congrega três depósitos geológicos distintos: i) uma área de aluvião, composta por areias e cascalho, ao nível das cotas por onde correm os cursos de água nos vales circundantes; ii) imediatamente sobre este estrato desenvolve-se um depósito do Jurássico (J_{Bo}^3 de cor azulada) mais antigo, composto por arenitos e argilas de várias tonalidades (grés superiores), a maioria consolidadas, camadas estas que preenchem as encostas do planalto; iii) nas cotas mais elevadas, a que corresponde a cumeeira, o depósito do Jurássico é sobreposto por outro mais recente do Pliocénico (P_{Ab} de cor amarelada), com uma espessura inferior a 10 metros.

Percebemos, através desta leitura da Carta Geológica, que o estrato onde assenta o campo de batalha está circunscrito aos depósitos do Pliocénico; neste caso, em particular a sua espessura é estimada “em cerca de 5 m, dos quais os 0,80 m superiores são considerados solo arável” (FIGUEIREDO & CATARINO, 2001, p. 57). Ao longo da superfície do planalto “afloram em geral os Arenitos de Assentiz e de Batalha, a altitudes que variam desde 120 a 180 m” (Nota Explicativa da Carta Geológica, folha 27-A, p. 8).

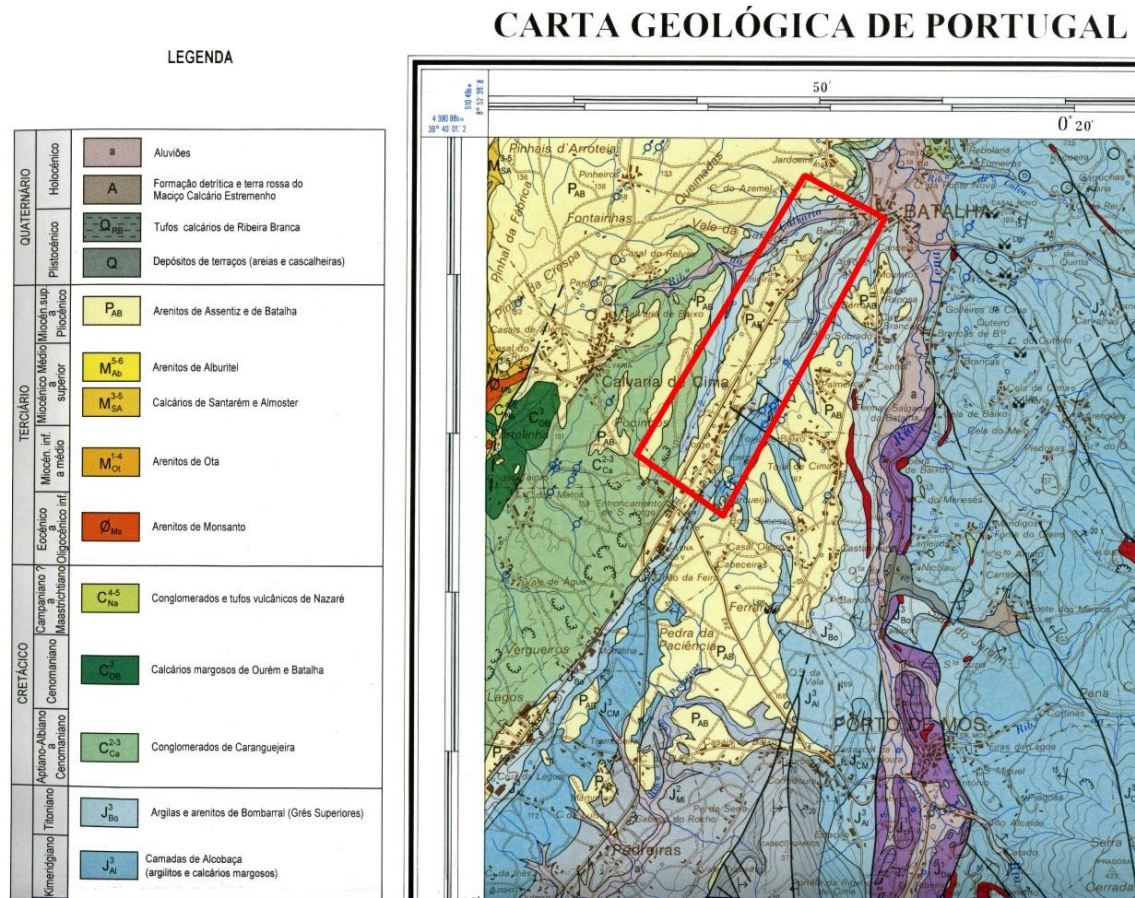


Figura 30 - Carta Geológica de Portugal folha 27-A (escala 1:50 000) - planalto de S. Jorge em destaque

O planalto de São Jorge encontra-se no prolongamento dos maciços das serras de Aire e de Candeeiros, a sul, constituídos na sua maioria por formações calcárias mais antigas e que não apresentam correspondência geológica. É por esse motivo que a descoberta de “algumas pequenas pedras de calcáreo” no fundo dos fossos e de algumas covas de lobo, só podiam indicar terem sido “trazidas de fora” (PAÇO, 1958, p. 42). Não podiam ser, portanto, elementos geológicos endémicos²⁰¹.

Considerando o contexto em que foram encontradas, podemos concordar com Afonso do Paço relativamente ao propósito de tais pedras: servir de projéteis durante a batalha²⁰² (lançados manualmente, ou recorrendo a fundas). O reputado arqueólogo identificou ainda a presença generalizada de seixos rolados que “abundam nos saibros do campo de batalha” (*idem*, 1961, p. 17). Contudo, apesar da elevada probabilidade de alguns destes seixos terem também servido como projéteis²⁰³, não é possível distinguir, entre os que se encontravam no fundo das covas e dos fossos, quais teriam sido arremessados e quais os que simplesmente escorreram das paredes laterais destas fortificações.

Tal como é possível verificar, para além da análise do estudo geológico da região, o campo de batalha conta com o valioso testemunho dos arqueólogos que operaram diretamente sobre este solo. As suas descrições geológicas resultam de uma atenta observação dos estratos colocados a descoberto e fizeram-no obedecendo a uma metodologia arqueológica (o que se traduz em rigor descritivo relativamente a determinados aspetos, como por exemplo a coloração e a espessura dos estratos).

²⁰¹ Afonso do Paço confrontou alguns geólogos com este problema, tendo entregue para análise fragmentos destas pedras recolhidos no fundo dos fossos e das covas, juntamente com blocos de calcário provenientes das pedreiras de Porto de Mós (PAÇO, 1961, p. 17), cuja realidade geológica é diferente da de São Jorge. Provavelmente, o arqueólogo tentou comprovar se estas pedras de calcário tinham sido recolhidas nas imediações de Porto de Mós (o que faz sentido, pois os portugueses tinham chegado dois dias antes a essa localidade), ou se provinham de outro jazigo natural.

²⁰² Recordamos a seguinte referência na *Corónica do Condestabre*: “e logo no começo eram as pedras muitas, que lançavam os homens de pee de ãa parte aa outra” (CC, cap. LI, p. 141). Também o cronista castelhano faz a mesma referência: “en las dos alas de los enemigos estaban muchos omes de pie, e tenían muchas piedras” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, p. 601).

²⁰³ Helena Catarino aceita o recurso a estes seixos durante o combate; no entanto, admite que o seu arremesso terá sido apenas manual, frisando que, perante a forma ovoide e irregular que apresentam, não poderiam ter “servido como pedras de funda” (CATARINO, 2003, p. 262). Também Severino Lourenço está de acordo com o facto de estes calhaus rolados se adaptarem melhor à forma da mão para arremesso, contrariamente às irregulares pedras calcárias (LOURENÇO, 1985, p. 13). Porém, as pedras calcárias podiam ser arredondadas para lhes conferir uma forma esferoide, isto é, melhor aerodinâmica para remesso através de funda. Por comparação, exemplares semelhantes foram encontrados no castelo de Silves (meados do séc. XIII) (Catálogo *Pera Guerrejar*, 2000, pp. 364-365).

Afonso do Paço descreve três estratos no subsolo onde se encontram os dispositivos defensivos escavados: i) uma primeira camada superficial constituída por terra húmífera de tonalidade negra ('onde mergulhariam as raízes da vegetação'), com cerca de 0,20 m de espessura; ii) seguia-se outra com 0,50 a 0,60 m de espessura, composta por uma camada de areias soltas (areão grosso) de tonalidade mais clara; iii) por último, um estrato de saibro rijo de cor amarelada e de espessura indeterminada por se prolongar para além da base dos fossos e das covas (PAÇO, 1960; 1961; 1965b).

Em 1985, Severino Lourenço, que reabriu uma secção do fosso já escavada por Afonso do Paço, confirmou as anteriores descrições. Na área das covas, constatou que a altura de terra húmífera tinha cerca de 40 a 50 cm, seguida por uma camada de saibro composta por "areias de diferentes calibres" (onde predominam as areias grossas), sendo aqui que abundam os calhaus rolados "geralmente bem arredondados", e por uma terceira camada de tom acastanhado "formada essencialmente por areias finas" (LOURENÇO, 1985, p. 12). Ainda sobre os solos do campo de batalha, Severino Lourenço descreveu a presença de uma pequena fação argilosa, "sempre presente neste tipo de formação, mas sem qualquer significado prático ou económico"²⁰⁴ (*ibidem*). Esta característica argilosa torna os solos mais impermeáveis, aumentando a capacidade para reter água²⁰⁵, a qual, inclusivamente, abunda nesta zona, como se constata pela presença de fontes e de poços nas imediações do campo de batalha.

A realidade estratigráfica descrita pelos dois autores anteriores (Afonso do Paço e Severino Lourenço), seria mais tarde completada com as sondagens

²⁰⁴ O autor evidenciou a ausência de valor económico desta argila, e com isso rejeitou as propostas que relacionavam a abertura das covas em São Jorge com a extração de argila para o mercado oleiro, tal como então defendiam autores como Nuno Valdez dos Santos (1979) ou Alcide de Oliveira (1980).

²⁰⁵ No capítulo anterior, fizemos referência ao perfil impermeabilizante do solo de São Jorge para demonstrar a reduzida aptidão para a conservação de artefactos. Severino Lourenço recorreu às mesmas características impróprias para a conservação, mas referindo-se a cereais, de forma a refutar outras propostas que não reconheciam as covas como parte integrante do sistema defensivo de Aljubarrota, neste caso alegando tratar-se de silos para armazenamento de cereal (Nuno Valdez dos Santos, em 1979, propusera tratar-se de silos islâmicos). Mesmo com o recurso a potes cerâmicos, como habitualmente se fazia para armazenar cereais em silos abertos nos terrenos húmidos, as cavidades para o efeito teriam de obedecer a uma tipologia diferente. Além do mais, não se encontraram vestígios de fragmentos de cerâmica compatível com essa realidade. Também Helena Catarino, ao avaliar a tipologia e a fisionomia das covas, recusou as propostas que as relacionavam com a extração de argila, ou com silos. Recorrendo à experiência profissional obtida na intervenção em silos de época islâmica, a arqueóloga afirmou que "é impossível que tivessem pertencido a este tipo de estruturas, que são sempre grandes covas, de abertura circular e razoável profundidade" (CATARINO, 2003, p. 263).

arqueológicas de 1999, em que a arqueóloga Helena Catarino se deparou com uma leitura semelhante. Constatou a mesma camada superficial de solo arável, com uma espessura média de 30 a 35 cm (CATARINO, 2003, p. 255), também neste caso constituída por terras húmidas e negras de tonalidade castanha escura (*idem*, 2001, p. 129). Esta camada é sucedida por um segundo estrato de terras muito soltas, “de cor castanha (M. 5YR 4/2) e avermelhada (M. 7.5YR 4/4), apresentando cerca de 5/10 cm de espessura” (*idem*, 2003, p. 255). A ela correspondem os solos arenosos. A terceira camada é composta por “saibro grosso, pouco consistente e húmido, de cor alaranjada (M. 5YR 5/8), com manchas de areia muito húmida, de cor amarelada (M. 10YR 5/6 e 6/6)” (*idem*, p. 257).

Ainda no decorrer desta campanha, constatou-se novamente a existência abundante de seixos em todos os estratos intervencionados, e, tal como observou Afonso do Paço, também Helena Catarino descreveu a presença destes calhaus rolados em todas as terras retiradas do subsolo, podendo, inclusivamente, “observar-se à superfície do terreno” (CATARINO, 2003, pp. 261-262).

Avaliando estes três testemunhos, sustentados pela Carta Geológica, será seguro admitir que a progressão de trabalhos manuais no solo não oferecia muita resistência. A camada superior, que constitui o solo arável, apresenta terras húmidas, por conseguinte, fáceis de revolver (ainda mais no que respeita ao campo de batalha que não é agricultado há vários anos). Porém, esta camada superior é recente, o solo a que corresponde o momento da batalha está inserido no segundo estrato, entre o superficial e o saibro rijo. O seu perfil arenoso (composto por uma mistura de areias finas e areão grosso), não traduz uma resistividade acrescida, ou seja, o solo com que os portugueses se depararam para abertura dos dispositivos defensivos revelou-se macio e, muito provavelmente, de fácil manuseamento, o que permitia a realização de um trabalho relativamente rápido e com uma certa leveza de execução. Recuperando o testemunho de Helena Catarino sobre esta característica dos solos: “constatou-se ser fácil de escavar, pois as terras são húmidas, pouco argilosas, e o substrato rochoso é composto por saibro e areia, que se retira facilmente, até com uma pá” (CATARINO, 2001, p. 130).

Recorrendo novamente à carta geológica, verificamos que a área a que corresponde a encosta norte do planalto, onde decidimos executar as sondagens

arqueológicas, tem correspondência geológica com os solos do campo de batalha. Por esse motivo, contamos com uma realidade estratigráfica muito semelhante: três estratos dominantes (podendo aqui variar de espessura e, ligeiramente, de tonalidade)²⁰⁶; presença abundante de seixos rolados; e a mesma tipologia de solos (humífero, arenoso e saibro rijo com características argilosas). Contudo, apenas no decorrer dos trabalhos de campo é que o pudemos comprovar.

- **4.3 – Proposta de localização**

Propor uma localização exata para a denominada *Primeira Posição Portuguesa*, é certamente uma tarefa mais complexa e pertinente do que pode parecer à primeira vista. *Complexa*, porque o raio de alcance possível estende-se por uma área com cerca de 1000 metros de comprimento por 750 metros de largura, a que corresponde a encosta norte do planalto de S. Jorge; *pertinente*, porque o local escolhido (podendo estar mais próximo ou mais afastado do adversário) pode denunciar o objetivo tático que presidiu à sua escolha e iluminar assim a estratégia de D. João I e Nun'Álvares para esta batalha.

Começando pelo que sabemos sobre esta posição (ou primeira frente), as fontes documentais que já aqui mencionámos (entre as quais destacamos o testemunho do monarca castelhano) indicam que o dispositivo anglo-português estava posicionado de frente para Leiria: “Temdo el-Rey posta sua batalha com os rostros pera Leyrea, domde os emmigos avyam de vijr” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 71); ou seja, estava instalado sobre a estrada que progredia ao longo do planalto, na direção de Santarém (sentido norte-sul). Retomando Fernão Lopes: “E quando os virom estar na estrada homde ora he feita a igreja de Sam Jorge, nom quiseram pelleiar com elles de rostro; mas começaram-se dhijr contra Aljubarota” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 72).

Outras fontes dão-nos conta deste momento crucial, em que o monarca castelhano recusa combater na frente que lhe é proposta e procura alcançar um novo

²⁰⁶ Contrariamente ao campo de batalha, a generalidade dos terrenos agrícolas ao longo da encosta norte são agricultados regularmente, ou foram-no até muito recentemente. Além dos proprietários recorrerem frequentemente a maquinaria para a lavoura, tivemos conhecimento antecipado de que muitas destas extensões de terreno receberam enchimentos de terra para aumento da espessura de solo arável. Este aumento servia para potenciar o alcance da maquinaria agrícola, tirando mais rendimento das terras, ou para a implementação de árvores de médio porte (oliveiras, de fruto, etc.).

local, mais a sul. Nas palavras do próprio rei trastâmara: “hubimos todos de rodear para venir á ellos por otra parte” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primero, cap. XII, p. 197). Perante isto, aos portugueses restou inverter a sua posição e passar de uma frente voltada a norte (na direção de Leiria) para uma frente virada a sul (na direção de São Jorge-Aljubarrota). Antes de Fernão Lopes, também o autor anónimo da *Corónica do Condestabre* mencionara a existência das duas frentes: “E el rei de Castela nom quis viir aa batalha da parte de Leirea (...) e passou-se d’Aljubarrota e desta parte veeo, pola qual razom foi forçado a el rei e ao conde estabre mudarem suas batalhas, tornando os rostros contra Aljubarrota” (CC, cap. LI, p. 140); o mesmo sucede com o cronista Jean Froissart: “Foram-se todos a passo para Aljubarrota e chegaram à igreja [Ermida de S. Jorge]” (CF, liv. III, cap. 19, par. 37, p. 33).

Perante tal convergência entre as principais fontes narrativas e testemunhos, admitimos que a Primeira Posição Portuguesa estaria voltada para norte (na direção de Leiria), intercetando o caminho ao inimigo, ou seja, estaria postada sobre a Estrada Real, num determinado ponto do planalto que atualmente designamos por “São Jorge”. Ambas as posições portuguesas, como já referimos, ficaram contidas dentro deste planalto: a primeira limitada ao seu extremo norte, a partir do qual se desenvolve a encosta até se alcançar a ribeira da Calvaria; e a segunda fixada numa área central da cumeeira.

Em frente à encosta de S. Jorge, o terreno também apresenta um declive, mas em ângulo oposto, considerando o seu pendor descendente de norte para sul. No topo desta encosta encontra-se a localidade da Jardoeira (cota 118), a partir da qual o caminho desce até à ribeira da Calvaria (cota 71) ao longo de 750 metros (declive de 6,2%). Foi sensivelmente a meio desta encosta (provavelmente entre a cota 116 e a cota 106) que o contingente franco-castelhano travou a sua marcha, quando topou com a frente portuguesa. O facto de se terem avistado num ponto do terreno que constitui um ângulo agudo (considerando o arranque de ambas as encostas a partir do plano da ribeira) sugere que ambas as frentes tinham necessariamente de estar posicionadas dentro dos limites de encosta, ou, pelo menos para o caso português, na

margem desta. Caso as tropas de D. João I estivessem dispostas na cumeeira (da cota 133 para sul) não poderiam ser avistadas a partir da encosta da Jardoeira²⁰⁷.

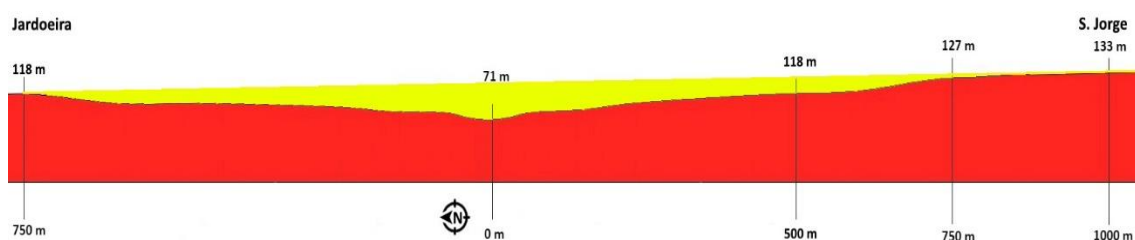


Figura 31 - Campo de visão estimado (a cor amarela) entre as duas encostas (Jardoeira - São Jorge)



Figura 32 - Perfil obtido através do Google Earth entre as duas encostas (Jardoeira - São Jorge)

Além das descrições que figuram nas principais fontes, o testemunho do monarca castelhano acrescenta um elemento adicional. Lembramos que D. Juan I compara esta primeira posição a uma praça-forte entre dois ribeiros, medindo “de fondo cada uno diez, ó doce brazas” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primeiro, cap. XII, p. 197). Estas 10 a 12 braças, estimadas através da observação direta do rei castelhano, correspondem a um intervalo aproximado de 22 a 26 metros de altitude. O valor obtido com esta conversão métrica poderia representar uma aproximação no terreno à posição portuguesa; contudo, não é claro qual foi o ponto de partida considerado para esta estimativa, isto é, se o valor representa a distância a partir do curso de água (a ribeira da Calvaria, que no ponto de travessia se encontra à cota 71), se das margens desta (a zona de aluvião que se estende até à cota 83 e a partir da qual se desenvolvem os declives), ou mesmo se do nível do observador (no ponto onde detiveram a marcha, sensivelmente a meio da encosta, entre as cotas 116

²⁰⁷ Mesmo no topo da encosta da Jardoeira, a cota mais elevada não ultrapassa os 118 metros, portanto a visibilidade longitudinal em direção à encosta de São Jorge, apenas alcança o seu plano inclinado. A partir do seu topo, à cota 133, mais elevado em cerca de 15 metros do que o topo da Jardoeira, a extensão do planalto deixa de estar ao alcance do campo de visão. Pretende-se com isto afirmar que a Primeira Posição Portuguesa estaria obrigatoriamente dentro do limite de encosta.

e 106). Apenas conhecendo os elementos considerados pelo soberano na sua apreciação poderíamos avançar com uma proposta concreta baseada neste valor, visto que o diferencial de altitude entre a ribeira e o ponto do observador²⁰⁸ converte-se numa variável que oscila entre os 35 a 45 metros.

Esta apreciação do monarca trastâmara merece mais um apontamento. A estimativa que indica, as tais 10 a 12 braças, dizem respeito aos dois arroios, ou seja, aos declives dos flancos... O observador nada adianta sobre o declive frontal. Pode parecer estranho que tenha prevalecido a avaliação dos flancos em detrimento da linha da frente, por onde se daria uma eventual investida caso a sua hoste pretendesse dar batalha, mas a preocupação de D. Juan I centrou-se no perfil naturalmente fortificado do local. O facto de mencionar os dois ribeiros também sugere que o alcance do seu campo de visão abrangia ambos, o que se adequa bem a uma observação feita a partir da encosta da Jardoeira (ou, neste caso, a meia encosta). Os flancos têm cerca de 40 metros de altitude do lado oriental e 44 metros do lado ocidental, desde a cota de aluvião até ao topo (da cota 83 e da 87, respetivamente, até à cota 127, onde a encosta quebra o declive). Esta diferença de 15 a 20 metros que se verifica entre a apreciação do monarca e a realidade topográfica pode resultar de uma avaliação muito especulativa, ou provavelmente obtida a partir de um ponto mais elevado do terreno, uma vez mais, a meia encosta. Encontrando-se a posição portuguesa sobranceira a esta realidade, valendo-se dos elevados declives dos arroios, então a sua localização seria de topo e estaria de acordo relativamente ao ponto de observação do monarca²⁰⁹.

²⁰⁸ Aquilo que designamos como *ponto do observador* considera a altitude do local a partir do qual o observador fez a sua apreciação e interpretação do terreno, ainda que, neste caso, muito provavelmente, se tenha limitado a estimar valores aproximados recorrendo ao simples olhar. Mesmo para os olhos mais apurados e treinados no terreno, os resultados são sempre especulativos. Ainda assim, podiam ser utilizados para uma aproximação à posição observada (a portuguesa), apontando os valores para uma de três partes da encosta: proximidade do sopé, meia encosta ou topo.

²⁰⁹ Frisamos o carácter conjetural desta proposta. De facto, D. Juan I, provavelmente, também observou estes vales quando esteve presente na segunda posição. A diferença entre as áreas de aluvião e o topo dos flancos, neste caso à cota da Ermida de São Jorge (158), têm uma correspondência mais compatível com a apreciação do monarca, mas aqui, note-se, considerando a medida a partir do aluvião. Lembramos ainda que, durante a marcha torneante em direção a uma segunda posição, o percurso alternativo contornou uma grande parte do flanco ocidental do planalto de São Jorge, o que permitiria uma apreciação mais demorada. Porém, a crer no seu testemunho, o monarca adianta os valores dos ribeiros quando descreve especificamente a encosta norte, ou seja, no primeiro momento em que as hostes se avistaram e tendo em vista os dois cursos de água. Deixaremos estas notas à consideração futura dos leitores e estudiosos do tema.

Recapitulemos o que as fontes históricas registaram sobre a primeira posição portuguesa: i) localizada na encosta do planalto de São Jorge; ii) virada a norte; iii) sobreposta à estrada e protegida por vales ravinosos. Apenas dispomos destes elementos seguros, pois as fontes são omissas quanto a uma localização concreta, ou mesmo aproximada²¹⁰. A partir destes textos, a descrição e reinterpretação da batalha foi sendo produzida evidenciando alguns destes pormenores e ocultando outros. No que diz respeito à primeira posição, o aspeto mais marcante está associado à própria morfologia do local. Por esse motivo, nas obras historiográficas mais precoces, as referências prendem-se com aspetos topográficos e fisionómicos. Por exemplo, Cristoval Lozano, logo em 1698, descreve os “valles barrancosos” (RNT, livro III, cap. IX, pp. 288) desta posição, tal como Bernardo de Brito, em 1726, aponta para a “fortaleza do sitio” (BRITO, 1726, p. 82). Quanto a José Soares da Silva, valoriza os aspetos táticos relativos à interceção do adversário: “A frente se poz para Leiria, por cuja estrada marchava o inimigo” (SYLVA, 1732, tomo III, cap. CCLII, pp. 1231-1233). Com a nova historiografia, que se desenvolveu, numa primeira fase, entre meados dos séculos XIX e do XX, e, numa segunda fase, a partir desta última data, as descrições do local mantiveram-se muito próximas, ainda que tivessem estado na origem de algumas propostas mais concretas.

Com vista a fixar melhor a forma como a historiografia analisou a primeira posição, foi elaborada uma tabela com o registo das descrições contidas nos principais trabalhos a que tivemos acesso. Apesar de não representarem a totalidade das publicações que mencionam ou que se dedicam à Batalha de Aljubarrota, julgamos ter reunido uma amostra bastante satisfatória, tendo em vista o nosso objetivo principal. Para o efeito, apresentamos em anexo um quadro organizado cronologicamente e

²¹⁰ Através da leitura das crónicas, onde consta o relato de outros episódios bélicos (como o caso das batalhas de Atoleiros e de Trancoso), verificamos que as posições de combate não costumam ser descritas com pormenor; as referências apontam apenas para o local, de forma vaga e abrangente, por exemplo: *perto de*; *nas proximidades de*; *no termo de*; *a cerca de tantas léguas de*; etc. Mesmo na descrição da segunda posição em São Jorge, onde se feriu o combate, o ponto de referência é a Ermida. Este monumento serviu, inclusivamente, como baliza para as narrativas de Fernão Lopes e de Jean Froissart, posteriores à sua construção. É natural que a narrativa do episódio do primeiro avistamento entre as hostes adversárias, onde não se desenvolveu qualquer ação, se mostre mais contida quanto a pormenores de localização. O facto de a formação portuguesa se encontrar estacionada numa encosta (algures) voltada a norte e de modo a intercepar o caminho do adversário adequa-se à narrativa das principais crónicas. Pelo mesmo motivo, o testemunho do monarca castelhano, ao avançar com valores quantitativos (as tais 10 a 12 braças), configura um pormenor adicional e até excecional.

dividido em três colunas: autor; ano de publicação do trabalho; referência ou descrição da primeira posição (as indicações bibliográficas respectivas poderão ser compulsadas na bibliografia final). Esta tabela (III) congrega 101 entradas, desde as descrições mais próximas do acontecimento, nomeadamente as crónicas, até aos trabalhos mais recentes. Deste total, 32 títulos não fazem qualquer referência ou não descrevem a primeira posição (alguns do quais ainda mencionam a mudança entre dois locais no planalto, mas nada mais adiantam e, por esse motivo, não foram considerados). Dos restantes, cerca de 70% (onde figuram artigos, notícias, atas e obras completas), as referências ao local divergem, desde a mera alusão à sua existência até descrições mais elaboradas. Desta amostra, apenas 6 entradas, a que correspondem 5 autores diferentes, avançaram com propostas concretas.

Em geral, verificamos que a descrição morfológica da encosta, com maior ou menor detalhe, não constitui ponto de discórdia. Desde as descrições de Oliveira MARTINS (1896, p. 221), algumas expressões (como *promontório* ou *baluarte*) são reproduzidas para descrever o perfil naturalmente fortificado do local. Aquele autor não dispensa ainda a descrição das margens escarpadas (ou *fossos naturais*, tal como refere) e até propõe valores de altimetria (p. ex: “levanta-se setenta ou oitenta metros a várzea”, *ibidem*) ignorados na maioria dos trabalhos produzidos até então (nem Ximenez Sandoval, na sua monografia de 1872, nem Pinheiro Chagas, na sua obra de 1874, lhe haviam dedicado esta atenção).

Avançamos até 1928 para destacar uma primeira aproximação ao problema da localização da primeira posição, da autoria de William J. ENTWISTLE, que afirma: “The natural position for the Condestable’s vanguard was at the point where the road tops the ridge” (1928, p. 203). Ainda que não constitua uma proposta muito precisa, o autor avança com uma limitação no terreno – ‘o ponto onde a estrada alcança a margem’, portanto, uma posição no topo da encosta. Volvidos apenas dois anos, coube a Costa Veiga o feito de publicar a primeira proposta concreta para a sua localização. Diz o autor: “considerando o ponto de cota 116 como provável centro da vanguarda na 1.^a posição portuguesa” (VEIGA, 1930, p. 91). Esta cota corresponde à meia encosta, portanto, situa-se sensivelmente entre o topo e a ribeira. Voltaremos mais adiante a esta proposta.

Em 1949, o general Alberto Andrade e Silva aproxima-se da sugestão de Costa Veiga, nos seguintes termos: “A meia encosta colocou o Condestável a 1.^a linha, a vanguarda” (SILVA, 1949, p. 349). No ano seguinte, Mário Domingues avança com uma proposta diferente, mais adequada à descrição de William Entwistle, ao lembrar, a propósito do condestável, que “dessa eminência de setenta ou oitenta metros, ele pode dominar com seu olhar de águia os baixos terrenos circunvizinhos, por onde o inimigo terá que evolucionar” (DOMINGUES, 1950, p. 217). Não deixa de ser curioso o facto de os valores da altimetria, os citados setenta ou oitenta metros, tenham correspondência com a descrição de Oliveira Martins. Ainda no que respeita à altimetria, coube novamente a Costa Veiga estimar o cálculo dos declives: “os esporões da 1.^a posição portuguesa, cujos declives regulam hoje por 12 a 20%” (VEIGA, 1951, p. 32).

O tema da primeira posição foi, progressivamente, atraindo o interesse de novos autores. Na sua tese de doutoramento, apresentada em Oxford em 1955, Sir Peter Russel dispensou uma atenção cuidadosa ao pormenor descritivo, incluindo no que diz respeito à primeira posição. RUSSEL propôs então o seguinte: “uma encosta íngreme ao longo de cerca de 1 km mais, até desembocar num planalto (...) Foi neste ponto – onde os seus homens podiam ocupar as arborizadas zonas montanhosas que controlam a um tempo o vau e a ladeira adjacente – que Nun’Álvares decidiu colocar os elementos mais avançados do exército português” (2000, ed. orig.: 1955; pp. 421-422). A sua descrição aponta claramente para uma posição de topo, sobranceira a todo o planalto estendido na sua frente e aos respetivos vales.

A partir de 1958, com a descoberta da fortificação do campo de batalha por Afonso do Paço, o impulso registado nos trabalhos dados à estampa não ignorou por completo a primeira posição, apesar de, como seria de esperar, o destaque fosse o campo de batalha²¹¹. Ainda assim, evidenciamos algumas referências. Logo em 1959,

²¹¹ O próprio Afonso do Paço, nas suas publicações, nunca aborda a primeira posição. Apesar de os seus textos se dedicarem maioritariamente às campanhas arqueológicas, o que é natural na sua qualidade de responsável pelos trabalhos de campo, o autor não faz qualquer referência à primeira fase da jornada, ainda que tenha abordado alguns dos momentos do confronto. Dedicou, inclusivamente, um título isolado ao lendário de Aljubarrota, e um outro à problemática das ossadas (tanto as descobertas no campo, como as que foram transportadas para o Mosteiro de Alcobaça). Por conseguinte, Afonso do Paço não era alheio a problemáticas e temas transversais relacionados com a peleja de São Jorge. Ainda assim, a única referência que faz sobre o tema da ‘primeira posição portuguesa’ diz respeito a um reconhecimento de grupo que fora feito no terreno: “em 9 de Abril de 1951 deslocámo-nos todos ao

Avelino Barbieri Cardoso aproxima-se dos valores mencionados por Oliveira Martins: “O extremo norte desta planura é como um ferro de lança, levantado uns sessenta metros acima do Lena”, mas também propõe uma localização da posição portuguesa “junto da encosta a pique sobre o rio, colocou Nun’Álvares a vanguarda” (CARDOSO, 1959, pp. 361-362). Novamente uma proposta de posicionamento no topo da encosta.

Teríamos de esperar até ao ano de 1979 para que fosse avançada uma proposta de localização mais concreta, quer isto dizer, situada no terreno com valores precisos. Quase meia centúria após Costa Veiga ter proposto a cota 116 como o limite da vanguarda portuguesa, Frederico Alcide de Oliveira contrapõe desta maneira: “Presumivelmente ficaria situada à altura das curvas de nível 100 e 110, sobre o desvio, para a ponte da Boutada, da actual estrada nacional número 1. Com os flancos bem apoiados em esporões íngremes e tendo a 250 metros a ribeira da Calvaria como obstáculo” (OLIVEIRA, 1979, p. 66).

Esta proposta remete a primeira posição para uma área aproximada do sopé da encosta, numa cota inferior à mencionada por Costa Veiga, ainda que no ano seguinte o mesmo autor tenha mencionado a sua localização “um pouco acima da meia encosta do esporão de S. Jorge” (*idem*, 1980, p. 26). Neste último caso, a vanguarda portuguesa teria de estar ao dobro da distância da ribeira, comparativamente à anterior proposta, passando de 250 para, pelo menos, os 500 metros em linha reta, elevando assim a cota 100-110 para o nível da cota 116-118... No entanto, Alcide de Oliveira foi o primeiro autor, de entre os por nós estudados, que discutiu a possibilidade de uma eventual fortificação nesta primeira frente, pronunciando-se a favor da não necessidade de trabalhos de fortificação no local: “A fisionomia do terreno, o pouco tempo disponível e a existência do obstáculo natural – a ribeira – não apontam como provável a feitura de qualquer obra de organização” (*idem*, 1979, p. 66). Neste parâmetro se encaixa, precisamente, o objetivo do nosso projeto.

A partir do sexto centenário comemorativo da Batalha de Aljubarrota, destacamos, entre a nova vaga de trabalhos, as sugestões (ainda que generalistas) de Jorge Campos TAVARES, de acordo com o qual “seria uma posição defensiva, num ponto elevado que dava grandes vantagens ao exército português” (1985, p. 64) e de

campo de batalha, percorrendo-se demoradamente a primeira e a segunda posição de combate de 14 de Agosto de 1385” (PAÇO, 1959, p. 4).

Renato Marques Pinto, que assinala a frente voltada “a Norte, no topo dum esporão” (RENATO PINTO, 1987, p. 235). Ambos os autores indicam uma posição de topo na encosta, opinião secundada mais tarde, quer por José Luís Martín MARTÍN (“os portugueses estabeleceram-se numa zona alta com um desnível bastante pronunciado”: 2008, p. 37), quer por Alexandre BORGES (“os Portugueses no topo da colina”: 2014, p. 30). Apesar de não apontarem para um valor concreto, seja longitudinal, seja em altitude, sabemos pela análise topográfica que o topo desta encosta se localiza entre a cota 127 (onde o declive frontal quebra o ângulo acentuado, conforme se pode constatar pela figura já exibida, com o respetivo perfil) e a cota 131.

De regresso aos trabalhos que propuseram indicações concretas sobre a primeira posição anglo-portuguesa em São Jorge, mencionámos anteriormente um total de cinco autores que contribuíram para este desiderato, mas ainda só fizemos referência a Costa Veiga e a Alcide de Oliveira. Ora, no ano de 2006, José António Rodrigues do Carmo, na sua tese de Mestrado sobre *A Batalha de Aljubarrota – Uma explicação geográfica*, adiantou que “a primeira posição escolhida para barrar a progressão do exército castelhano situava-se perto da cota 115, [e] estava virada a Nor-nordeste” (CARMO, 2006, p. 51). Este valor não se afasta quase nada da primeira proposta de Costa Veiga, quando, em 1930, apontou para a cota 116. Em seguida, João Gouveia MONTEIRO, em 2007(a) e em 2009(c), trabalhou sobre a mesma proposta (“não longe das cotas 110-115”), enquanto Vinício de SOUSA, em 2010, reiterou os valores da posição, “com cerca de 110 a 115 metros de altitude” (2010, p. 251). Portanto, as propostas concretas mais recentes apontam todas para uma localização a meia encosta.

Entre a totalidade dos trabalhos considerados, estes foram os que mais se destacaram por demonstrarem uma maior preocupação em determinar, ou em propor/lembrar, uma localização concreta para a primeira frente portuguesa. Entre os 14 títulos²¹² que aqui destacámos pela sua tentativa de evocar o local da primeira posição, 6 avançaram um valor concreto e os restantes 8 apenas sugeriram uma

²¹² Para registo: William J. Entwistle (1928); Costa Veiga (1930); Alberto Andrade e Silva (1949); Mário Domingues (1950); Peter Russell (1955); Avelino Barbieri Cardoso (1959); Alcide de Oliveira (1979 e 1980); Jorge Campos Tavares (1985); Renato Marques Pinto (1987); José Rodrigues do Carmo (2006); João Gouveia Monteiro (2007a e 2009c) e Vinício de Sousa (2010).

aproximação genérica (sopé; meia encosta ou topo). Em síntese, 6 apontam para uma zona de topo, 7 para a área a meia encosta, e apenas 1 para a área mais próxima do sopé da encosta. Curiosamente, entre os trabalhos que apresentam valores de altimetria, nenhum dos autores aponta para uma localização no topo da encosta.

Não pretendemos ignorar os restantes relatos, pois todos são interessantes, quer pela descrição fisionómica do local, quer pela referência ao movimento de rotação das hostes. Porém, ao nosso trabalho interessa sobretudo conseguir fazer uma aproximação ao local onde realmente estacionaram as tropas anglo-portuguesas nesta primeira frente; por esse motivo, fomos obrigados a privilegiar as propostas mais objetivas. No entanto, remetemos para a tabela em anexo de forma a obter uma leitura mais abrangente das descrições.



Figura 33 - Encosta norte de São Jorge em 1958

(levantamento fotográfico aéreo disponível na DGT - Direcção Geral do Território)

Após analisar todos estes elementos, tanto os contidos nas fontes primárias como nas propostas mais recentes, recorreremos à fotografia aérea e à carta militar para uma análise topográfica e de implementação da malha urbana e viária, completada

por vários reconhecimentos no terreno, tanto na área de encosta como nos vales envolventes. O nosso objetivo, como temos vindo a repetir, consistia em determinar o exato local de implantação da vanguarda anglo-portuguesa.

Percebemos logo nos primeiros reconhecimentos que a paisagem se encontra muito adulterada, ao ponto de a malha urbana e as manchas de arvoredo nos dificultarem o campo de visão. Pela análise do levantamento fotográfico aéreo de 1958 (o mais antigo conservado na Direção Geral do Território – *vide* primeira figura do capítulo), constatámos a simplicidade paisagística e o estado natural da encosta em meados do século XX. Dispomos ainda do precioso testemunho de Peter Russell, que por esta altura visitou o local e escreveu que “uma vez alcançado o planalto, o viajante de hoje, quando voltado para norte, avista a ponte pela qual a estrada atravessa o ribeiro já referido” (RUSSELL, 2000 (ed. orig.: 1955), p. 421). Esta observação é muito importante pelo seguinte motivo: atualmente, a ponte do Boitaca apenas é visível a escassos metros do seu alcance; e mesmo no topo da encosta, onde seriam avistadas tanto a ponte como a ribeira da Calvaria, o campo de visão é limitado. Se apenas fosse considerada a paisagem atual, concluir-se-ia ser impraticável que a zona do topo da encosta oferecesse um campo de visão alargado e, por conseguinte, impróprio para constituir uma posição tática. É neste contexto que percebemos a importância de uma leitura do terreno o mais próxima possível da realidade existente à data do acontecimento ou, pelo menos, anterior ao desenvolvimento urbano e agrícola da freguesia (Casal da Amieira). Em meados do século passado, isto não seria um problema, tal como observou Peter Russell: “Mesmo nos dias de hoje, essa seria uma posição defensiva natural para uma infantaria que tentasse fazer frente a um avanço inimigo proveniente das bandas de Leiria.” (*idem*, p. 422).

Apesar de a paisagem natural ter sido praticamente sufocada pelo relevo moderno, os recortes do terreno e os declives, em geral, são ainda bastante evidentes e pronunciados, com exceção da pequena extensão onde atualmente se encontra implantado o CIBA (edifício da Primeira Posição²¹³, por corresponder a uma zona de aterros (como atrás foi mencionado em nota de rodapé).

²¹³ Este elemento do Centro de Interpretação presta homenagem à memória do primeiro local onde terá estado estacionada a hoste de D. João I. O edifício não tem a pretensão de assinalar o exato local do respetivo posicionamento, trata-se de um espaço evocativo na encosta do planalto de São Jorge, onde se deu o primeiro avistamento entre os adversários, ao final da manhã do dia 14 de agosto de 1385.



Figura 34 - Atual vista a meia encosta voltada para norte, em direção à ponte do Boitaca
(Foto do autor captada em junho de 2014, ao nível da cota 117-118)



Figura 35 - Atual vista no topo da encosta voltada para norte, em direção à ponte do Boitaca
(Foto do autor captada em maio de 2012, ao nível da cota 127)

Além da acentuada inclinação frontal, por onde se desenvolve a área útil, descendente na direção da ribeira (sul-norte), os flancos mostram as mesmas evidências ravinosas descritas nas fontes. Todavia, o flanco oriental foi cortado longitudinalmente (no sentido sul-norte), sensivelmente a meio, pela abertura do troço rodoviário (IC 2) que, a partir do topo do planalto, inflete na direção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. O reconhecimento do flanco contrário, o ocidental, por onde foi desviado o contingente franco-castelhano da primeira para a segunda posição, não apresenta acidentes no seu recorte, além do desgaste geológico natural. Esta encosta encontra-se densamente arborizada com manchas de eucalipto e alguns pinheiros, e o seu declive mantém-se bastante pronunciado. Foi possível constatar esta evidência durante o reconhecimento da margem oposta da ribeira (precisamente quando tentávamos simular a marcha torneante do inimigo), mas também quando percorremos o local ao longo do seu declive (seguindo por um caminho pedestre que tem início na rua Poente, à cota 127, e desce em direção à ribeira no sentido oeste).

A etapa seguinte passou da observação direta à análise dos valores topográficos. O reconhecimento do terreno também serviu para interpretar as propostas de localização entretanto avançadas pela historiografia, mas sem o recurso à Carta Militar não nos era possível avaliar as diferenças de altimetria entre os diferentes pontos no terreno, nem calcular os declives ou determinar a área útil da encosta. Os elementos considerados para avaliação, e que tinham necessariamente de corresponder a uma relação entre si, foram: i) uma altitude que oferecesse um campo de visão privilegiado; ii) a distância entre a posição militar e o curso de água; iii) o grau de inclinação dos declives (considerando que os mais acentuados seriam impróprios para acolher uma formação militar); iv) o limite da área útil (ou crista militar), que deveria apresentar uma largura mínima para acolher uma frente composta por vanguarda e alas pronunciadas.

Sobre a percentagem dos declives e a extensão da área útil, foram atrás apresentados os resultados da nossa estimativa. Procedemos agora ao confronto da altimetria com as cotas propostas. A Carta Militar que inclui o planalto de São Jorge está identificada na folha 308 – Porto de Mós, da série M888, à escala 1:25 000. Recorremos à edição mais recente, que no arranque do projeto correspondia ao ano de 2004, ultrapassando as de 1952 e 1968, pelo que os valores por nós apresentados obedecem a essa edição. Entretanto, em 2015, foi editada uma nova versão.

Quando comparadas as diferentes edições, torna-se bastante evidente o desenvolvimento da malha urbana e da rede viária no intervalo de tempo das respetivas publicações (1952-2015). Relativamente à altimetria, apenas notámos uma ligeira diferença na edição de 1968, onde as cotas no topo e em alguns pontos a meia encosta apresentam um valor superior em cerca de 3 metros de altitude, comparativamente às edições de 2004 e de 2015. Na edição de 1952, a diferença (relativamente à de 2004) anda na ordem de apenas 1 metro, apesar de o contorno das curvas de nível se mostrar menos recortado e ser mais arredondado. Na nomenclatura local, as duas primeiras edições descrevem a ponte como do *Boutaca* e as duas mais recentes como ponte do Boitaca, em memória do Mestre de Obras Diogo Boitaca (1460-1527), que trabalhou no Mosteiro da Batalha. No horizonte da segunda posição, a edição de 2004 descreve a ribeira poente como ‘Vale de Medeiros’, quando o nome correto é Vale de Madeiros (entretanto corrigido na edição de 2015).

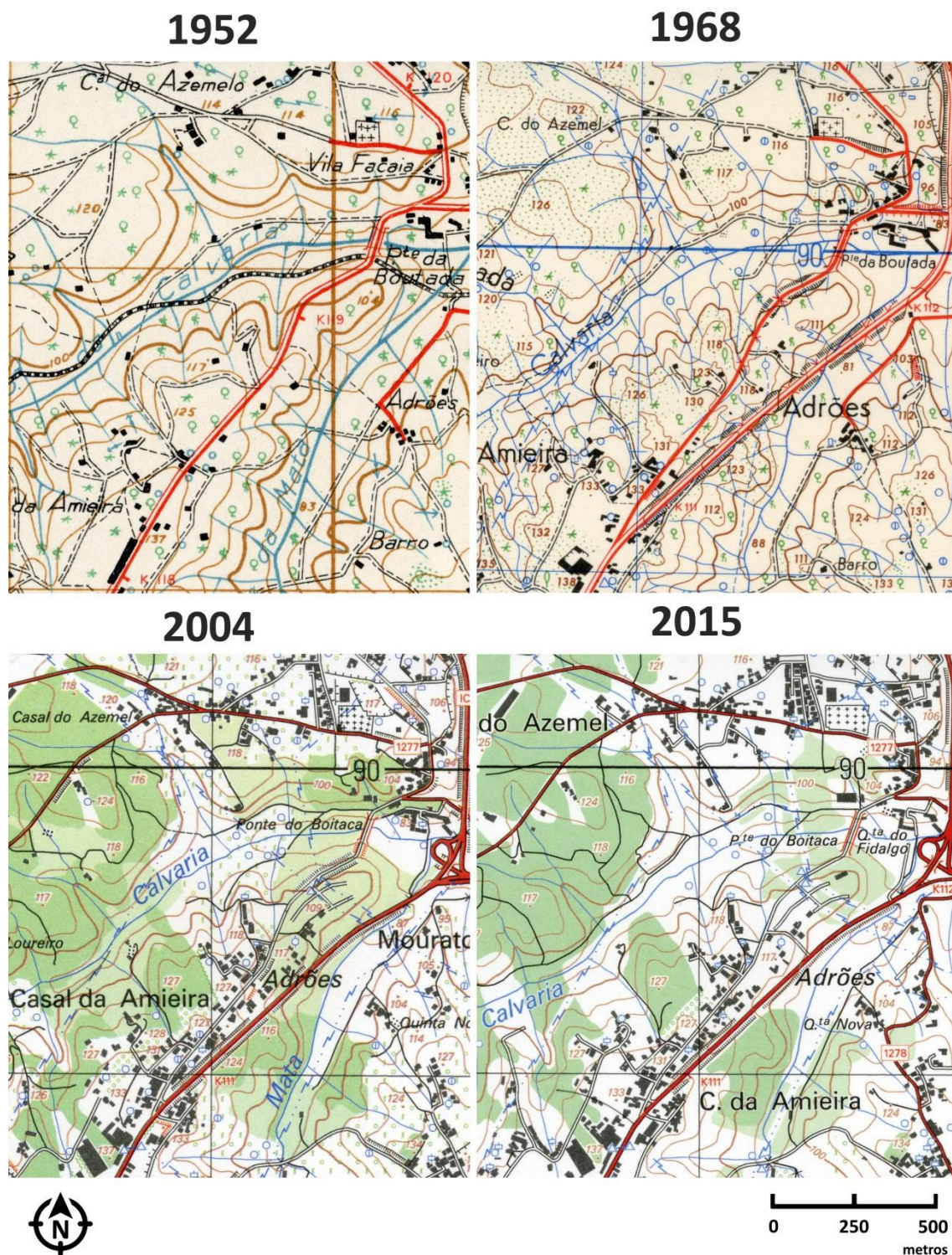


Figura 36 - Diferentes edições da Carta Militar, folha 308 - Porto de Mós, série M888, à escala 1:25000
(na imagem encontra-se representada a encosta norte, desde o topo até à ribeira da Calvaria)

Estas pequenas diferenças são importantes para a leitura das propostas historiográficas. Desconhecemos a que Carta Militar recorreu Costa Veiga para a publicação do artigo de 1930, no qual propõe a cota 116 para a vanguarda portuguesa. No entanto, Alcide de Oliveira, em 1979, já tinha ao seu dispor as edições de 1952 e de 1968. O próprio autor indica: “É, pelo menos, ao que conduz uma análise das cartas e do terreno” (OLIVEIRA, 1979, p. 66), expressando-se no plural (“cartas”), o que nos leva a admitir que terá recorrido a ambas. José Rodrigues do Carmo, em 2006, serve-se da edição de 1968 da Carta Militar para a elaboração da sua tese de Mestrado, onde consta a citada proposta em torno da cota 115. Para as propostas subsequentes não dispomos de referências.

Com vista a uma maior aproximação à realidade medieval, sujeitámos a Carta Militar (edição de 2004) a um tratamento digital, para remoção da malha urbana e dos atuais eixos viários. Após esta depuração cartográfica, concentrámo-nos nas curvas de nível, nos cursos de água e nos caminhos pedestres.

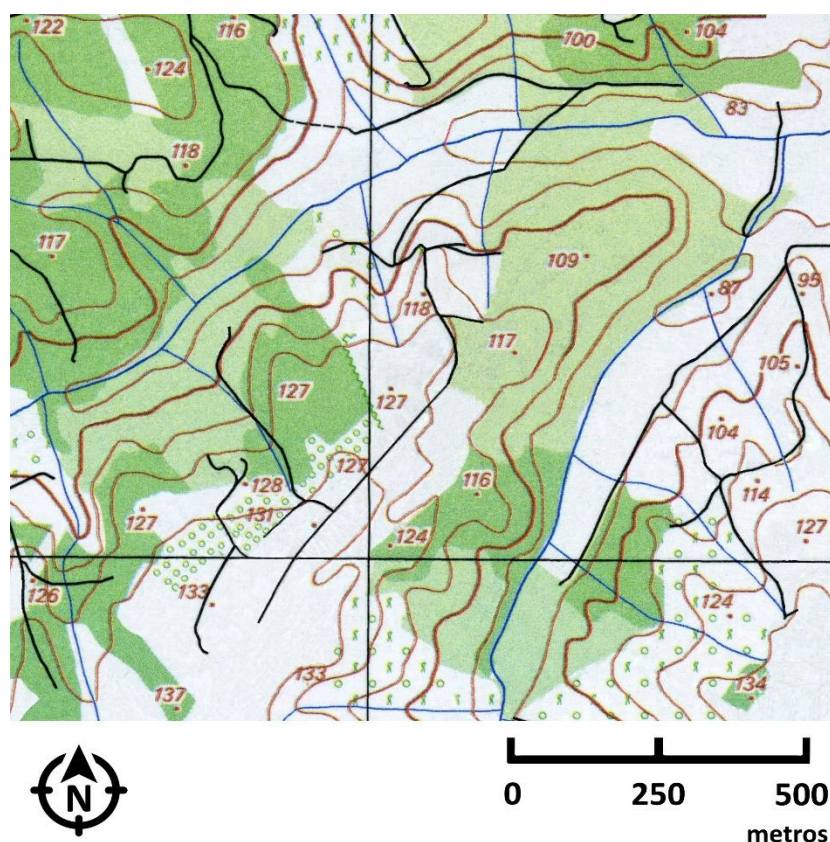


Figura 37 - Carta Militar (ed. 2004) após remoção digital da malha urbana e viária

Numa primeira apreciação, apercebemo-nos de que, no seu extremo mais a norte, a encosta configura uma protuberância em forma de cunha, um recorte provocado pela junção de ambos os flancos ao nível do sopé, apontando ligeiramente para nordeste. Em toda a área envolvente da encosta sobressai uma elevada concentração e proximidade entre as curvas de nível. A esta leitura correspondem os acentuados declives dos flancos e o elevado pendor da crista militar por onde se desenvolve o eixo viário. Esta área útil vai progredindo em largura à medida que aumenta a elevação da frente da encosta, o que se traduz, nas proximidades do aluvião, numa largura com pouco mais de 100 metros, mas que alcança os cerca de 300 metros na área de topo, na interceção com a cumeeira. Ao longo do planalto, a área útil aumenta para 350 a 400 metros até atingir o seu termo no plano da várzea do lado sul.

Munidos de todos estes elementos, voltámos novamente a nossa atenção para as propostas de localização anteriores. Começamos por aquela que se encontra mais próxima do sopé, a cerca de 250 metros da ribeira, onde o intervalo de cotas ronda os 100 a 110 (a curva de nível a que corresponde a cota 100 encontra-se marcada na Carta Militar a traço castanho mais grosso do que as restantes). Alcide de Oliveira defende a sua escolha com o seguinte argumento: “posição que, embora acanhada para a vanguarda, possuía óptimo comandamento e amplos campos de tiro” (OLIVEIRA, 1979, p. 66). Este autor terá analisado o problema da primeira posição sob uma perspetiva militar; ele atingira a patente de General e tinha, portanto, sólida formação militar. As suas considerações traduzem uma leitura do terreno respeitando essa sapiência. Contudo, o próprio autor reconhece a estreiteza do local, ou, segundo as suas próprias palavras, a sua configuração ‘acanhada’.

Apesar de Fernão Lopes tentar minimizar a hoste do rei *de Boa Memória*, referindo que dispunha de “pouca gente que tinha duas pequenas aazes, ca nom avya hij pera mais” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 84), o cronista castelhano López de Ayala, enviado como parlamentar à posição portuguesa, afirma que, na frente portuguesa, “tienen su avanguardia e dos alas juntas en uno” (CRC, Rey Don Juan I, ano VII, cap. XIV, p. 599). Ora, uma vanguarda em comunhão com duas alas prolongadas não se compatibiliza com locais ‘acanhados’! Ainda que a hoste comportasse poucos homens, estes estariam dispostos em largura e não em profundidade, motivo pelo qual só

tinham duas pequenas azes (fileiras). A apreciação de Ayala não serve como indicador para calcular a extensão ocupada pela frente portuguesa (vanguarda mais alas em *continuum*), porém, estas tropas necessitariam de uma largura útil de terreno superior a 200 metros, ou pelo menos muito próximo deste valor (100 metros para dispor a vanguarda e 50 metros para cada uma das alas)²¹⁴. Ainda que, ao nível destas cotas, os flancos não sejam ravinosos, sendo por isso capazes de acolher uma parte da formação (neste caso as alas), a área considerada não oferece a largura mínima recomendada, estando aqui confinada a pouco mais de 100 metros²¹⁵.

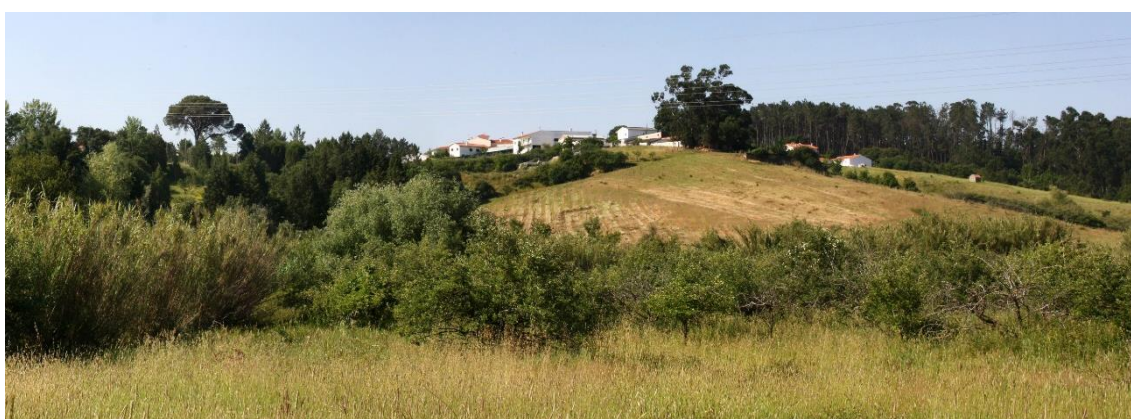


Figura 38 - Atual vista frontal voltada para a área proposta entre as cotas 100 e 110

(Foto do autor captada em junho de 2014 na margem oposta da ribeira da Calvaria sentido norte-sul)

Além do mais, não podemos estar de acordo com a ideia de que uma disposição tão próxima da travessia do curso de água (250 metros) e numa cota inferior ao adversário (recordamos que a marcha castelhana descia a encosta oposta, cujo topo se encontrava à cota 118), poderia oferecer um ‘óptimo comandamento’.

²¹⁴ A nossa estimativa é inspirada na medida do escudo retangular da época imperial romana, cuja largura deveria cobrir todo o corpo de um homem, alcançando os 90 cm. Uma fileira com 100 metros apenas comportaria cerca de 110 homens protegidos com este escudo. Em Aljubarrota, a vanguarda estava dotada de piques para travar um ataque de cavalaria, e não de escudos. Ainda que possamos reduzir a largura de um homem sem escudo próprio para 60 a 70 cm, uma fileira com 100 metros apenas comportava 140 a 165 homens, o que tornaria as azes muito singelas.

²¹⁵ Alertamos para o facto de na Carta Militar digitalmente manipulada (atrás apresentada), sensivelmente ao centro, se encontrar um ponto que assinala a cota 109. Este ponto não tem correspondência com a realidade medieval, pois representa a área de aterros onde foi posteriormente implantado o CIBA da Primeira Posição e, por esse motivo, aquilo que na Carta se assemelha a um pequeno terraço (que poderia estar no prolongamento transversal da cota 110 e, assim, constituir mais área útil), era na verdade um desnível que pertencia ao flanco oriental. No entanto, a cota 110 não se afasta muito do seu alinhamento (no sentido poente), onde podemos guiar-nos pela linha castanha mais grossa, a que corresponde a cota 100. Nessa zona podemos constatar a estreiteza do local.

Por outro lado, o alcance útil do tiro neurobalístico (200 m para o arco longo e 250 m para a besta), a partir deste local, iria colidir com o curso de água. Este aspeto podia tornar-se proveitoso para os portugueses, pois oferecia uma barreira ao adversário e, certamente, poderia retardar a sua investida ao deixar os homens por mais tempo expostos aos projéteis durante a travessia da ribeira. No entanto, e talvez por isso mesmo, a posição não convidaria o inimigo a precipitar o combate. Além disso, após o adversário superar a travessia, a frente portuguesa estaria rapidamente ao alcance dos cavaleiros franceses e castelhanos, o que constituiria um perigo.

Acresce ainda um outro aspeto: como referimos, os flancos nesta zona não são ravinosos e os declives que ostentam são facilmente transpostos por cavalos, devido ao seu fraco pendor, pelo que seriam rapidamente alcançáveis graças à curta distância que os separa da ribeira. Isso sim, seria convidativo para o adversário orquestrar uma manobra de flanqueamento. Ainda do ponto de vista defensivo, esta proposta contraria alguns preceitos táticos basilares da guerra medieval, nomeadamente o proposto por Vegécio, que prefere sempre as posições altas e de topo, principalmente quando a hoste se encontra na defensiva (regressaremos a Vegécio no último capítulo deste estudo). Por todos estes motivos, concluímos que esta proposta não se adequa à realidade que procuramos.

Relativamente às restantes propostas, podemos considerá-las dentro do mesmo horizonte topográfico, isto é, a meia encosta. As mais recentes contemplam um intervalo entre as cotas 110-115 e a proposta de Costa Veiga incide, como dissemos, na cota 116. Alcide de Oliveira apesar de ter sugerido uma cota inferior, em artigo publicado no ano seguinte corrige a sua proposta inicial para “um pouco acima da meia encosta do esporão de S. Jorge” (OLIVEIRA, 1980, p. 26). Desconhecemos os motivos que levaram a esta reformulação e tão pouco o autor avança com novos valores de altimetria ou de distância relativamente ao curso de água.

No decurso do reconhecimento do local, quando percorríamos a meia encosta, algures entre as cotas 116 e 118, deparámos com um terreno cujo perfil revelava compatibilidade com alguns dos requisitos que procurávamos. Em boa verdade, a nossa busca nesta zona pretendia averiguar a correspondência com as propostas de localização sugeridas pelos anteriores autores.

Aqui, a distância até à ribeira duplica relativamente à proposta anterior, a cota 116 ronda os 350 metros em linha reta, mas a cota 118 eleva-se até aos 500 metros. Portanto, trata-se de uma distância mais segura para acolher um impacto frontal, em caso de ataque. Neste ponto, o adversário teria igualmente de superar o obstáculo formado pela ribeira, mas, além disso, teria agora de percorrer um percurso mais longo e difícil, até atingir a frente portuguesa. Não apenas demoraria mais tempo a agredir a vanguarda adversária estacionada na sua primeira posição, permanecendo durante mais tempo ao alcance da respetiva neurobalística, como também a progressão, sendo feita através de um declive, quebraria o ímpeto da investida, comprometendo a capacidade do choque. Por outro lado, os flancos, neste ponto, são ravinosos e os respetivos declives não permitem manobras de flanqueamento da cavalaria, nem ataques transversais por parte da infantaria.

No que respeita à área útil, avaliámos um limite máximo de 250 metros entre os flancos, o que também constitui um valor que ultrapassa o dobro do registado na proposta anterior. O terreno descai ligeiramente em largura, no sentido oeste-este, provocado por um desnível entre as cotas 118 e 117, mas não se mostra suficientemente acentuado para não poder ser considerado como área útil (os homens apeados não tinham necessariamente de estar limitados a terrenos totalmente planos, pois a formação era capaz de superar alguns graus de inclinação do terreno). O antigo troço da Estrada Real, que por alturas da cota 116 é sobreposto pela atual Estrada Nacional (EN1), atravessa esta área pelo centro.



Figura 39 - Atual vista lateral da cota 118 para a 116 (da esquerda para a direita), em direção à ribeira (Foto do autor captada em maio de 2012, no sentido este-oeste)

As características avaliadas representam uma considerável melhoria, quando comparadas com os planos inferiores do terreno. Esta área a meia encosta oferecia também algumas vantagens defensivas. O facto de se encontrar ao mesmo nível que o topo da encosta frontal (Jardoeira), também alarga o campo de visão longitudinal. Ainda assim, esta altimetria correspondia apenas a meia encosta, o topo distanciava-se em cerca de 500 metros deste ponto.

Percorremos a estrada principal em direção ao planalto e, superados mais uns 250 a 300 metros de subida, destacou-se uma acentuada quebra no desnível do terreno²¹⁶. A redução abrupta do declive marcou no solo uma bem visível diferenciação, formando um ângulo obtuso (neste caso invertido) e dando lugar a uma espécie de patamar. O espaço envolvente reproduz as mesmas condições que caracterizam a zona da meia encosta, mas apenas com a análise da Carta Militar seria possível obter resultados.

A altimetria do local aponta para a cota 127 (valor da edição das Cartas Militares de 2004 e 2015, nas anteriores corresponde à cota 125, na edição de 1952, ou à cota 130-131, na edição de 1968). Toda esta cota assenta numa espécie de terraço com uma área útil de 300 metros em largura (oeste-este) por cerca de 250 metros longitudinais (sul-norte), que se prolongam pelas cotas 131 e 133, por onde se desenvolve a cumeeira. Os flancos estão protegidos por barrancos muito mais pronunciados e ravinosos, em parte pela elevação da altimetria, com o percurso das ribeiras da Calvaria e do Vale da Mata a cerca de 375 metros para cada lado (a contar do centro da crista militar).

O eixo viário atravessa sensivelmente o centro do local, respeitando o traçado medieval, e dista 750 metros do ponto de travessia da ribeira no sopé da encosta. O campo de visão mostra-se aqui mais alargado e sobranceiro a toda a encosta norte de São Jorge, mas também abrange toda a encosta sul do lado da Jardoeira, circunstância que lhe proporciona (aqui sim) um «comandamento» a todo o seu redor. É oportuno relembrar o testemunho de Peter Russell sobre o alcance da visibilidade do topo até à ribeira da Calvaria, portanto, sem a existência de obstáculos ao campo de visão.

²¹⁶ A anterior imagem do topo da encosta foi captada justamente sobre esta quebra do terreno, no ponto onde arranca o acentuado decline no sentido descendente, de costas para as margens do planalto. Na imagem do perfil desta encosta é perceptível esta variação do ângulo a partir desta cota (127).

Apesar de estas evidências se terem também insinuado a meia da encosta, nesta zona de topo elas revelam-se em maior quantidade e qualidade, ou seja, esta área tem as mesmas características gerais, mas em tudo de um modo superior. Mesmo com a adulteração da paisagem atual, durante o reconhecimento deste local é perceptível, de forma bastante evidente, a «inexpugnabilidade» a que muitos autores se referem nas suas descrições. Esta é a área de topo (nunca antes sugerida) do tal *esporão, baluarte* ou *praça-forte* que inspiraram a historiografia de Aljubarrota!

Reunidos todos os elementos e verificada a correspondência com os requisitos exigidos a uma primeira frente de combate (apeada e em posição defensiva), resolvemos avaliar o recorte tridimensional da encosta, de forma a perceber como o nível desta cota 127 se articula com a restante topografia. Como é possível verificar pela imagem seguinte, este ponto oferece um terraço sobranceiro às restantes curvas de nível, o que garante um posicionamento dominante de toda a paisagem, bem protegido frontalmente e nos flancos e com uma área útil compatível com uma formação militar (em largura e em profundidade). É perceptível, na mesma imagem, o pouco espaço útil longitudinal (sul-norte) existente ao nível das restantes cotas.

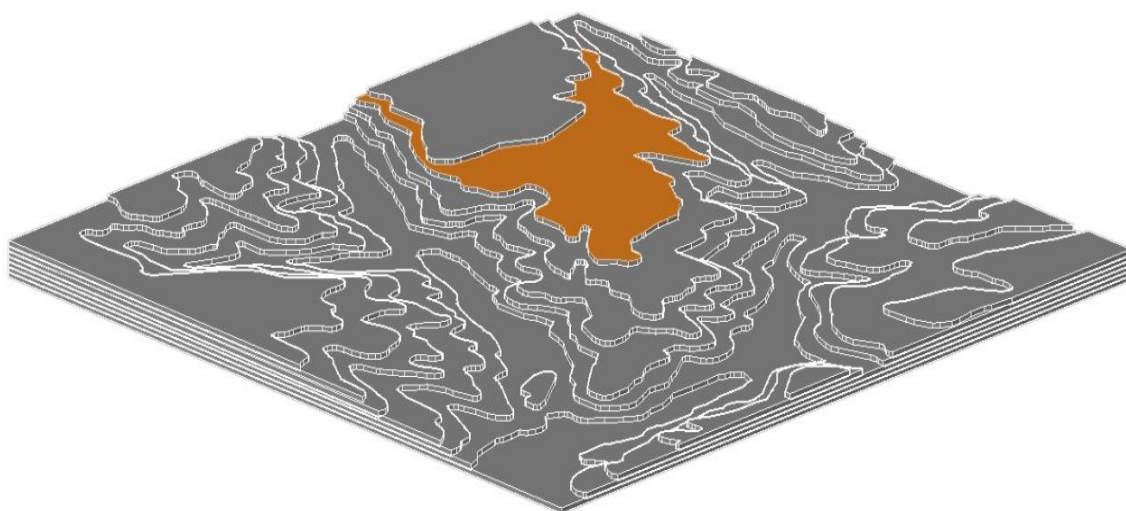


Figura 40 - Modelação 3D da encosta (vista nordeste-sudoeste) - cota 127 a cor diferenciada
(Autoria: Arq.ta Márcia Pires)

Convencidos de que este seria o local mais indicado para o acolhimento da formação anglo-portuguesa no dia da batalha, tornou-se legítimo questionar se a todos estes atributos naturais favoráveis à defesa seria necessário acrescentar dispositivos de fortificação semelhantes aos encontrados no campo de São Jorge. Pelo que vimos no terreno e pela apreciação da Carta Militar e da fotografia aérea, não julgamos que o local assim o exigisse, ainda que o fizessem por mero reforço preventivo. O tempo e o esforço despendidos em operações de fortificação e a incerteza de convencer o adversário a combater neste local desaconselhariam uma tal operação de fortificação. O impacto provocado pelas covas de lobo e fossos no decurso do combate na segunda posição (visando essencialmente retardar o avanço da força de ataque e, simultaneamente, quebrar o seu ímpeto) seria, nesta primeira posição, garantido pela travessia da ribeira e pelo acentuado declive frontal, ou seja, pelas próprias características naturais da encosta. A construção de dispositivos artificiais com o mesmo objetivo tornar-se-ia redundante.

O objetivo da nossa investigação é, lembramos, não apenas determinar o local de implantação da primeira posição, mas também procurar eventuais evidências arqueológicas relacionáveis com a primeira fase da jornada de Aljubarrota. Tal como explicámos nos objetivos do trabalho, pretendemos averiguar a eventual presença de dispositivos defensivos (covas e/ou fossos) nas proximidades da linha que constituiu a vanguarda portuguesa nesta sua primeira posição de combate. Com isso, tentámos perceber se na encosta norte do planalto, e apesar das condições naturais altamente vantajosas já descritas, terá sido, ainda assim, organizado um sistema fortificado semelhante ao identificado por Afonso do Paço para a zona central do planalto.

Entre as três propostas de localização, a que se encontra no topo do planalto obedece a praticamente todos os requisitos físicos necessários para oferecer uma boa posição defensiva. Por outro lado, a sua proximidade em distância e altitude relativamente à segunda posição permitiria uma rápida articulação entre os dois locais (pensamos na inversão da frente, na marcha para sul e nas operações de fortificação no segundo terreno escolhido). A nova historiografia sobre Aljubarrota admite, por parte de um número crescente de autores, que ambas as posições portuguesas tivessem sido previstas de véspera e que a articulação entre ambas terá sido intencional. Para que tal fosse possível, as operações que envolveram a circulação

entre as duas posições e a fortificação no planalto de São Jorge teria de obedecer a um planeamento estratégico prévio. Este elemento adicional foi considerado e teve peso na nossa proposta de localização, com vista à determinação da possível área de implantação da primeira posição anglo-portuguesa. Considerando a sua importância estratégica no dia da batalha, dedicamos um último capítulo neste trabalho a essa análise, onde iremos explorar os motivos de ordem estratégica e tática que justificam, ou que fortalecem, a nossa proposta original relativamente à cota 127 do terreno.

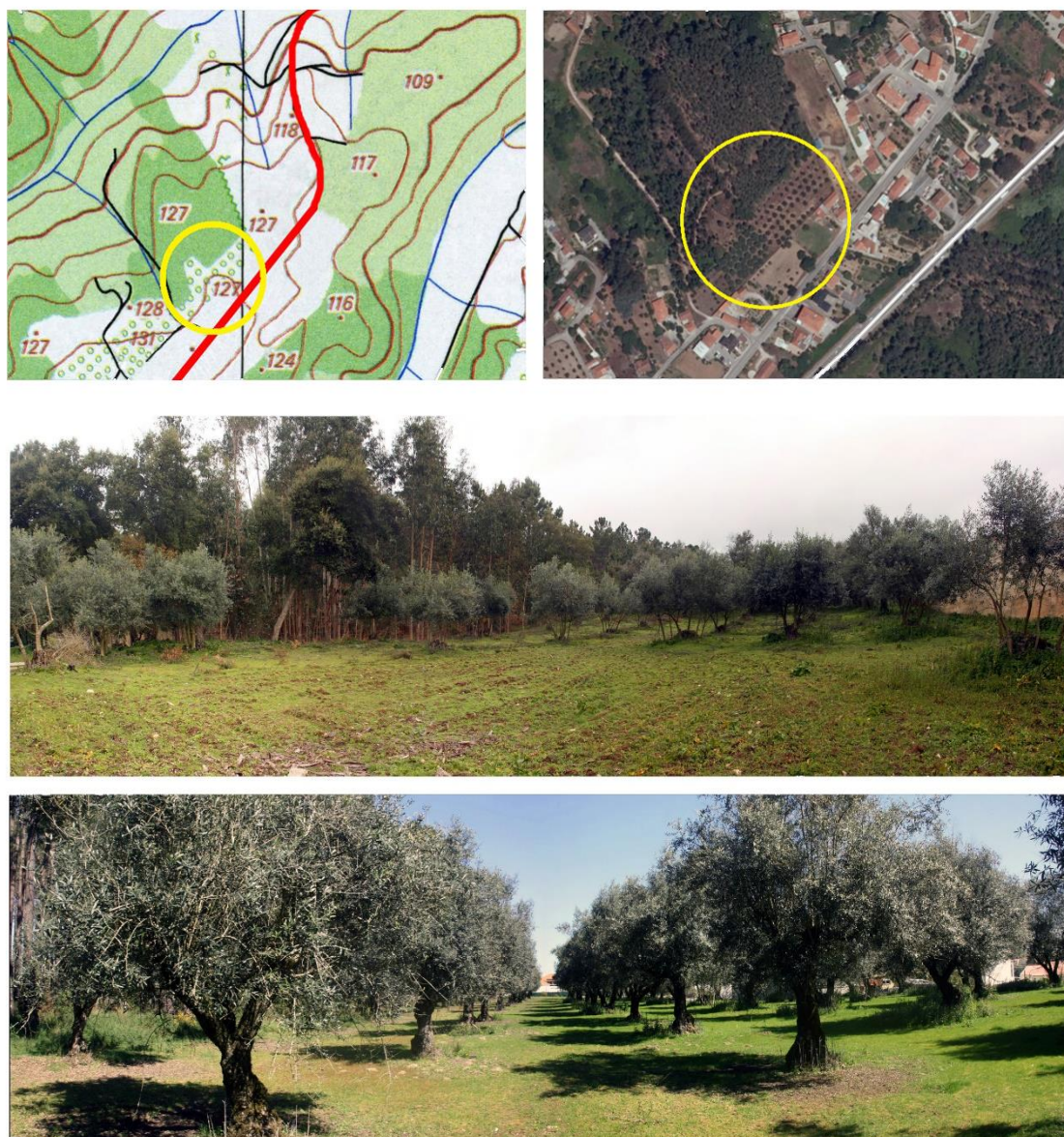


Figura 41 - Olival existente na encosta norte – GPS: UTM 0513996-4389344

O passo seguinte consistia em passar da análise à prática. Decididos a explorar este terraço, procurámos no local uma faixa desocupada que permitisse a execução das sondagens previstas. A extensão a que corresponde a área útil da encosta encontra-se ocupada por casario, por armazéns e por lotes agrícolas, principalmente da cota 116 até ao topo. Entretanto, topámos com um terreno que oferecia as condições desejadas. Trata-se de um olival cujo acesso é feito através da Rua Poente, por um caminho transversal à antiga EN1, e desenvolve-se ao longo de uma extensão com cerca de 150 metros de comprimento (no sentido norte-sul, em paralelo à estrada principal) e com 75 metros de largura máxima. O arvoredado está alinhado em filas regulares com intervalos entre si suficientes para manobrar equipamento e para abertura de valas de sondagem.

De imediato identificámos os dois proprietários do terreno, recorrendo a uma metodologia secular (perguntando à boa gente da freguesia!), e tanto o Sr. João Carlos Ligeiro como a Sr.^a D. Isabel Marques concordaram amavelmente em autorizar os trabalhos de campo a que nos propúnhamos. Aproveitámos então os primeiros contactos com os proprietários, completados por reconhecimentos posteriores ao olival, para colher informação pertinente para o nosso estudo. Eis os dados preliminares obtidos: em meados do século XX, o terreno começou a ser agricultado mecanicamente, até ter sido convertido num olival. Para a plantação das oliveiras foram realizados aterros com solos agrícolas não endémicos (dos quais não conseguimos apurar a origem) que serviram para aumentar a camada superior de solo fértil, assim como para nivelar o terreno. De facto, em toda a sua extensão, o terreno é plano e não se observa a quebra do declive que é bem pronunciado na estrada principal que passa por ali perto.

Recorremos novamente à fotografia aérea de 1958 e constatámos que, nesta data, o olival já existia. Os alinhamentos das árvores são perfeitamente visíveis na imagem e já se encontra aí presente a casa (que atualmente ainda ostenta a mesma construção) junto à Rua Poente, no lado oriental do terreno. No lado ocidental observa-se uma mancha densa de arvoredado que se desenvolve ao longo do declive (sobrepuesto ao flanco que desce até à ribeira) e que atualmente está repleta de eucaliptos. No extremo norte deste terreno existia um outro, oblíquo, mas que atualmente se encontra ocupado por casario e por uma zona preenchida com árvores

de fruto. Ambos os terrenos estão registados à mesma cota (127), porém, entre ambos verifica-se um claro desnível, provocado pelo aterro do primeiro.

Sem mais espaço desocupado nas imediações que permitisse a execução dos trabalhos de campo, limitámos a nossa atenção ao olival. Previmos realizar sondagens geofísicas em toda a sua extensão, mas a nossa atenção estava voltada para os últimos 25 a 50 metros do lado norte. Ao propormos esta área como provável zona de implantação da primeira posição, devemos considerar que, a existirem os tais dispositivos defensivos, estes estariam sobretudo colocados em frente à vanguarda portuguesa. Extrapolando esta observação para a Carta Militar, uma eventual área dotada de covas e fossos estaria no limite da curva de nível da cota 127, podendo extravasar um pouco para o nível inferior e para o interior deste plano. Portanto, esta suposta área fortificada estaria na fronteira entre o extremo do olival e o terreno vizinho que atualmente tem casario.

Um outro aspeto que devemos considerar tem que ver com o facto de este olival não representar uma faixa central, já que essa é ocupada pela construção que se desenvolveu ao longo do eixo rodoviário, que nesta etapa da encosta inflete ligeiramente para nascente e confere mais largura a poente (relação estrada-flancos). O terreno que assinalámos para a sondagem está implantado entre a faixa central e o flanco ocidental, ou seja, corresponde apenas a uma parte da putativa vanguarda e da ala esquerda, que arrancaria do extremo dessa primeira linha. Este aspeto não foi desanimador, pois, caso existissem covas e fossos, certamente que contemplariam a proteção dos atiradores dos flancos, tal como se verificou na segunda posição.

Com todos estes dados recolhidos e analisados, deu-se início aos preparativos para a etapa seguinte. A expectativa era elevada e, apesar de o local dispensar, pelos motivos já assinalados, trabalhos de fortificação (é justamente o que pretendemos mostrar), mantivemos sempre um desejo oculto de encontrar alguma evidência, por mais pequena que fosse, ou um testemunho material dos combatentes que por ali estiveram e que acabaram por se defrontar mais a sul, no hoje chamado Campo Militar de São Jorge.

Capítulo V – Sondagem geofísica

Ao alcançarmos esta etapa da investigação, julgamos ter reunido todas as condições para avançar com os trabalhos de ordem prática e partir para o campo. Até ao momento detivemo-nos com o processo de leitura e reflexão teórica, recorrendo às principais fontes históricas, às mais pertinentes reconstituições historiográficas que têm sido publicadas, à análise dos confrontos armados relacionáveis com o período histórico correspondente e a uma leitura e interpretação do próprio terreno onde decorreu todo o episódio. A articulação de toda esta informação permitiu-nos sugerir um novo, e mais preciso, local atribuível à Primeira Posição Portuguesa.

Conforme nos debruçámos no capítulo anterior, o critério na escolha da área de terreno a intervir apontou para os limites da cota 127 (na edição de 2004 e 2015 da folha 308 da Carta Militar) na freguesia do Casal da Amieira (Batalha). O modelo escolhido para os trabalhos de campo foi inspirado nos anteriores trabalhos executados no Campo Militar de São Jorge, ou seja, a conciliação entre sondagem geofísica completada por sondagem arqueológica.

Como é do conhecimento geral, as atividades arqueológicas normalmente são constituídas por processos dispendiosos e morosos, já para não mencionar o seu carácter parcialmente destrutivo no que respeita aos testemunhos intervencionados. Neste caso, devido a limitações nos recursos humanos e financeiros e a uma calendarização apertada para os trabalhos de campo, optou-se pela sondagem arqueológica em detrimento de uma intervenção em extensão. Outra limitação está relacionada com a própria área a intervir. Recordamos que esta é composta por um olival em propriedade particular, uma realidade contrária àquela que se verifica no Campo Militar de São Jorge onde os terrenos não estão cultivados e são atualmente propriedade do Estado Português. A autorização dos proprietários do terreno, concedida aos responsáveis pela investigação, estava condicionada à garantia em realizar as operações de um modo que fosse o menos intrusivo e danoso possível, o que excluiu, logo à partida, eventuais pretensões em desenvolver arqueologia em extensão, ou mesmo recorrendo a vários pontos de sondagem no solo e também durante o menor número de dias possível. Pretendia-se, portanto, uma intervenção o mais incisiva (e certa) que nos fosse possível executar.

A solução para este problema foi, uma vez mais, ao encontro do modelo articulado entre sondagem geofísica e arqueológica. O principal objetivo dos trabalhos no terreno é a averiguação da existência, ou ausência, de testemunhos relacionados com a batalha, não visando, no caso de existirem neste local, a sua total exposição. Para o efeito, os recentes métodos de sondagem geofísica mostram-se promissores, e com resultados satisfatórios em outros contextos arqueológicos, para detetar *anomalias* no subsolo. Desta forma, é-nos possível identificar áreas de elevado interesse para uma intervenção arqueológica, restringindo, simultaneamente, o limite da sondagem.

Porém, contrariamente à ideia corrente, a geofísica não incorre na leitura fotográfica ou mapeamento convencional do subsolo. Os diferentes métodos e equipamentos ao seu alcance centram-se em assinalar e destacar anomalias no subsolo, em forma de padrão, podendo as mesmas ter interesse, ou não, para os objetivos em curso. Em geral, podemos recorrer à geofísica como meio condicionador e orientador dos trabalhos arqueológicos. Ao vermos assinaladas irregularidades existentes abaixo da superfície, o foco do arqueólogo centra-se em elementos minimamente promissores, excluindo do horizonte outras áreas do terreno à partida estéreis.

Em estrita colaboração desde o início deste projeto, a empresa Morph Lda acedeu em colaborar, sem fins lucrativos, nas sondagens geofísicas. Personificada pelo arqueólogo Dr. Miguel Almeida e pelo Eng.º Nuno Barraca, após considerandos sobre os objetivos e avaliadas as condições geológicas do solo, optou-se por recorrer a quatro metodologias distintas. As sondagens convencionadas foram a Gradiometria Magnética, a Resistividade Elétrica, o Georadar (GPR – Ground Penetrating Radar) e a Refração Sísmica, as três primeiras sob execução técnica do Eng.º Nuno Barraca e a última pelo Dr. Diogo Rodrigues.

Em maio de 2016 foram submetidos os respetivos pedidos para autorização dos trabalhos, junto da Direção Geral do Património Cultural, um primeiro para sondagem geofísica e um segundo, à mesma data, para sondagem arqueológica. Oficializadas também as autorizações por parte dos proprietários, as sondagens geofísicas tiveram lugar na última semana de junho do mesmo ano.

- **5.1 – Metodologia**

Os trabalhos de geofísica dedicados à arqueologia não são uma novidade em Portugal. Recordamos, a título de exemplo, os trabalhos arqueológicos na alcáçova de Silves, entre 1984 e 1997, onde em uns dos sectores (junto da torre 8) foram realizadas sondagens à superfície, “em vez de efectuarmos a escavação em área” (R. V. GOMES, 2003, p. 35). Para o efeito recorreu-se à prospeção eletromagnética, cujas sondagens atingiram uma profundidade de “5,44 m abaixo do nosso ponto zero convencional (0 = 0,00), situado na soleira da porta de entrada na torre mais próxima da escavação” (*ibidem*). A orientação desta sondagem ficou a cargo do Eng.º Fernando de Almeida, professor do departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.

Semelhantes sondagens decorreram entre 1995 e 1999 dentro do Campo Militar de São Jorge (*vide* capítulo II), tendo a equipa constituída pelos engenheiros Fernando Pedro Figueiredo e Lúcia Catarino, professores da Universidade de Coimbra, concretizado a prospeção no terreno. Para o efeito, recorreram aos métodos eletromagnético e de resistividade elétrica.

Ainda em contexto dos campos de batalha, foram realizadas sondagens geofísicas no Campo Militar de Atoleiros, conduzidas pelos Eng.ºs Coelho da Rocha e Paulo Morgado, no qual “detetaram a presença de anomalias magnéticas lineares e pontuais, cuja análise e interpretação levou à sugestão de cinco áreas potenciais para uma intervenção arqueológica” (Guia do Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, 2012, p. 32).

Apesar de nos exemplos mencionados os métodos de prospeção geofísica terem sido aplicados exclusivamente à investigação arqueológica, estes diferiam nos seus objetivos. No primeiro caso procurou-se determinar a existência de estruturas massivas, como panos de muralha, paredes, entre outros elementos arquitetónicos relacionáveis com a alcáçova. No segundo caso procuraram-se evidências de antigos trabalhos de revolvimento do solo, nomeadamente indícios de abertura de covas e fossos, que já se sabia existirem nas imediações do terreno prospetado, contíguo à área de intervenção arqueológica de Afonso do Paço. No terceiro caso o objetivo principal foi determinar o local exato do confronto armado e identificar potenciais áreas para escavação arqueológica. Em comum, estes projetos de investigação

pretendiam obter uma leitura de padrões e/ou anomalias abaixo da superfície, de forma a “localizar elementos estruturais de origem antrópica que se encontram nas camadas superficiais do subsolo” (FIGUEIREDO & CATARINO, 2001, p. 30) e, assim, melhor orientar as respetivas sondagens arqueológicas que se seguiram (ainda que no primeiro caso a sondagem geofísica tenha sido precedida por uma outra arqueológica).

O recurso à sondagem geofísica com propósitos arqueológicos entretanto dinamizou-se e atualmente apresenta alguma assiduidade no sector privado, nomeadamente no acompanhamento de trabalhos arqueológicos inseridos em projetos de obras públicas e de construção civil. O aparecimento de empresas que prestam este tipo de serviço e a procura requerida por algumas empresas de arqueologia demonstram essa tendência associativa entre metodologias. Também a evolução tecnológica no sector da geofísica e uma prestação de serviço menos dispendiosa, contribuiu para uma dinamização do processo.



Figura 42 - Sondagem geofísica no convento de S. Salvador, Lisboa, dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, recorrendo ao Georadar e ao método da resistividade elétrica, respetivamente (fotos do autor)

Os métodos mais frequentes em geofísica, para contextos arqueológicos, correspondem ao georadar, que demonstra maior facilidade de manobra (embora com alguns condicionalismos em terrenos acidentados) e apresenta um maior detalhe e resolução dos resultados; e a resistividade elétrica, mais adaptável a diferentes recortes do terreno e com maior alcance em profundidade (ainda que esteja suscetível às características do solo). Todavia, novas metodologias se desenvolveram, apesar de algumas recorrerem aos mesmos princípios (resistividade elétrica e refração sísmica, p. ex.), de forma a melhor se adaptarem às especificações dos diferentes objetivos (profundidade, solos, tipologia das superfícies, tipologia das anomalias a detetar, etc.).

Porém, todas as diferentes técnicas são caracterizadas pela emissão de energia (eletromagnética, eletricidade, luz, calor, ondas de rádio ou ondas magnéticas), emitidas e captadas por instrumentos apropriados, por sua vez capacitados a registrar as *anomalias* detetadas no subsolo (BICHO, 2006, p. 128).

Uma vez mais, insistimos, que a presente investigação procura técnicas de prospeção não intrusivas e que simultaneamente reduzam as despesas, materiais e humanas, envolvidas. A adoção do processo geofísico pressupõe uma “eficiência na localização de estruturas ou mesmo níveis arqueológicos subterrâneos, diminuindo assim sensivelmente os custos de escavação e melhorando o tipo de informação disponível antes e durante a escavação, permitindo uma melhor percepção do sítio e uma tomada de decisões mais informada” (BICHO, 2006, p. 131).

Entre os métodos disponíveis optou-se, para a presente investigação, pelo recurso a quatro sistemas que se adequavam aos objetivos propostos. Deste modo, a fase inicial dos trabalhos correspondeu a uma limpeza do solo para remoção de lixo metálico, elementos contaminantes das leituras magnéticas, em modo de preparação para a primeira sondagem, justamente a magnética. Concluída esta fase realizaram-se em simultâneo, e circunscritas aos mesmos eixos, as sondagens de resistividade elétrica e refração sísmica. O recurso ao georadar ficaria remetido para o termo das sondagens. Todos os dados recolhidos foram sujeitos a posterior processamento informático para leitura e confronto de resultados entre as diferentes metodologias.

De seguida apresentaremos de forma muito sucinta cada um destes métodos para no final melhor compreendermos os resultados obtidos.

- **5.1.1 – Detetorismo**

A primeira sondagem geofísica que estava prevista era a gradiometria magnética. Como veremos no ponto seguinte, este método recorre a uma leitura nas diferenças dos campos magnéticos gerados pelos diferentes elementos existentes no subsolo. Naturalmente, os elementos metálicos são os mais suscetíveis em provocar alterações ao campo magnético circundante. No entanto, o equipamento não faz distinção entre os elementos metálicos recentes ou antigos, ou, ainda menos, entre os potencialmente com interesse arqueológico e outros sem interesse ou relação. É por

este motivo que o recurso ao método da gradiometria magnética exige duas condições: i) uma primeira que se relaciona com ausência elementos contaminantes à superfície, tais como vedações, portões, postes e cabos elétricos, canalização metálica, linhas ferroviárias, entre outros, que estejam dentro de um alcance relativamente próximo; ii) uma segunda, que se relaciona com os agentes contaminantes presentes abaixo da superfície, normalmente canalização para passagem de cabos em ambiente urbano, e lixo comumente abandonado em ambiente rural (enterrado no solo deliberadamente ou através da ação dos agentes naturais).

A área que pretendemos intervencionar é composta por um olival, portanto um terreno agrícola, embora, neste caso, seja contíguo à malha urbana por onde se desenvolve a freguesia do Casal da Amieira. Sendo um terreno de ocupação um tanto ou quanto *mista*, ou seja, agrícola e urbana, previa-se que o solo estivesse contaminado com resíduos provenientes de ambos os ambientes, como de facto se viria a confirmar. Para que fosse possível obter uma leitura magnética com interesse arqueológico, os agentes metálicos contaminantes (recentes) tinham de ser retirados da área de sondagem. A sua presença no solo, próximo à superfície, interfere e deturpa a leitura magnética, provocando uma ocultação de outros elementos dispostos em estratos inferiores a que correspondem, potencialmente, os níveis de interesse arqueológico.

Uma ação de limpeza seria, portanto, requerida com vista em retirar todos os elementos metálicos (essencialmente lixo) que se encontrassem no estrato superior, próximos à superfície. O intuito seria, no fundo, a redução do ruído provocado pela presença de objetos metálicos contemporâneos. Para o efeito, apenas recorrendo a um equipamento detetor de metal é que seria possível essa empresa.

Apesar do recurso a este tipo de equipamento não ser recente, em Portugal ainda provoca algumas reservas relativamente à sua aplicação em contexto arqueológico²¹⁷. Remonta aos anos oitenta do século XX a sua aplicação à arqueologia

²¹⁷ Talvez esta reserva seja alimentada pelo crescente manuseamento destes equipamentos por parte de pretensos “caçadores de tesouros” que danificam ambientes arqueológicos, uma prática que, infelizmente, também se tem dinamizado no nosso país. A facilidade de aquisição de um equipamento detetor de metal e o seu reduzido custo, motivam esta prática, apesar de a sua utilização ser restrita ao abrigo da Lei 121/99 de 20 de agosto.

“nos Estados Unidos da América com o Campo de Batalha de Little Big Horn²¹⁸ e na Alemanha com a localização do Campo de Batalha de Kalkriese. Desde então tornou-se ferramenta essencial da *Battlefield Archaeology*” (FILIPE, 2015, p. 19). Mas também em Portugal foram dados os primeiros passos no recurso ao detetor de metais, não para descobrir campos de batalha, como no caso que acabámos de mencionar, mas para atestar a presença de elementos metálicos no decorrer de atividades arqueológicas. Um dos primeiros exemplos registados em Portugal talvez tenha ocorrido no próprio Campo Militar de São Jorge.

Nas publicações de Afonso do Paço encontramos esse testemunho. Apesar de o autor não desenvolver o tema, nem se debruçar nos objetivos concretos do recurso a este equipamento (que evidentemente seria a procura por metais), as imagens publicadas comprovam o seu manuseamento.

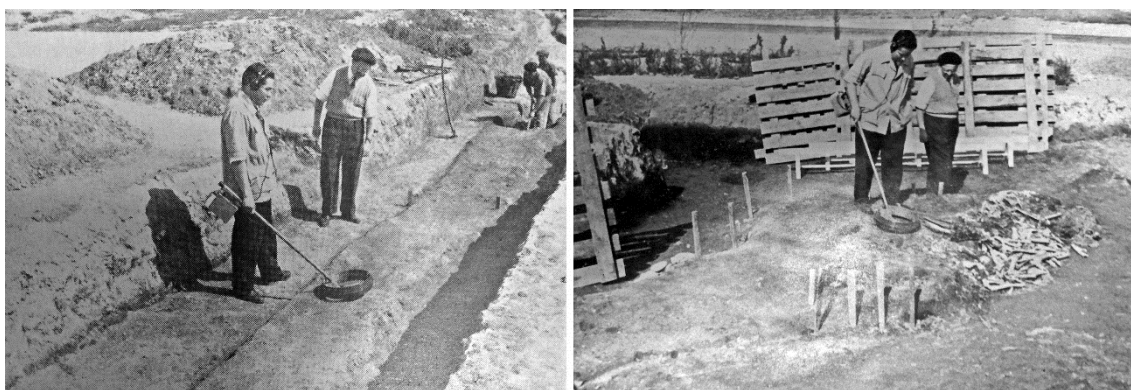


Figura 43 - Recurso a detetor de metal nas campanhas arqueológicas do Campo Militar de São Jorge entre 1958-1959 (Fonte: PAÇO, 1961 e 1962)

Mas este não seria caso único. Um outro exemplo, bem mais recente, podemos encontrar no projeto académico do Dr. Rui Ribolhos Filipe sobre a batalha do Vimeiro (21 de agosto de 1808), no âmbito da Guerra Peninsular²¹⁹, devidamente autorizado pela DGPC. Os trabalhos de campo recorreram ao detetor de metal para encontrar

²¹⁸ Apesar de em 1958 o historiador militar Don Rickey recorrer a um detetor de metal para localizar as linhas de fogo da batalha de Little Bighorn (Estados Unidos da América em 25 de junho de 1876), esta operação não integrava uma iniciativa arqueológica, tratou-se de uma prospeção desenvolvida por iniciativa própria (SCOTT & MCFEATERS, 2011, p. 106).

²¹⁹ FILIPE, Rui Alexandre Ribolhos, *A Batalha do Vimeiro numa Perspetiva Arqueológica*, Dissertação em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em março de 2015.

vestígios dispersos pelo campo de batalha. A sua concentração (de elementos atribuíveis a soldados ingleses e portugueses, de um lado, ou franceses, do outro) pretendia determinar o raio de ação de cada um dos lados em confronto. Tendo esta batalha decorrido com o recurso a armas de fogo e sem a construção de quaisquer estruturas ou dispositivos defensivos, contrariamente ao contexto de Aljubarrota, os elementos a procurar pela equipa de arqueólogos seriam, na sua maioria, projéteis pirobalísticos (em chumbo), estilhaços de granada e fragmentos de armas (de cano como as espingardas ou de lâmina como as armas brancas). Entre estes, alguns objetos pessoais metálicos transportados pelos soldados seriam detetados no processo.



Figura 44 - Recurso a detetor de metal no campo de batalha do Vimeiro, novembro de 2014
(fotos do autor)

Recorremos aos dois exemplos anteriores para ilustrar a eficácia deste equipamento em contextos arqueológicos²²⁰. Porém, no nosso caso, o detetor de metal seria aplicado em uma área potencialmente arqueológica apenas para o processo de limpeza do terreno. Não se previa o seu recurso em estratos mais profundos, nem para estágios mais avançados das sondagens. Consideramos que esta ambiguidade dos detetores de metais pode ter um grande valor para os arqueólogos, particularmente em fornecer resultados gerais rápidos e em localizar objetos de metal modernos que possam estar perto da superfície (RENFREW & BAHN, 1991, p. 86).

O princípio do seu funcionamento resulta da distorção magnética provocada pelos objetos metálicos enterrados no subsolo, por sua vez detetados pelo aparelho

²²⁰ No primeiro caso, Afonso do Paço não indica quaisquer resultados da operação realizada com o detetor de metais. Mesmo para os exemplares metálicos encontrados em São Jorge, atualmente nas reservas do Museu Militar de Lisboa (duas esporas e uma ponta de lança), não faz referência ao modo como foram encontrados, se pela via da escavação convencional ou se por intermédio deste aparelho.

como resultado de um sinal elétrico captado por uma bobina recetora. Apesar de a eficácia poder variar entre os diferentes equipamentos (conforme a qualidade e a potência dos mesmos), o alcance máximo geralmente atinge uma profundidade entre os 20 a 30 cm, para um objeto do tamanho de uma moeda média como referência (SUTHERLAND, 2005, p. 21).

Estes valores encontram-se acima do limite dos estratos a que corresponde o horizonte da batalha de Aljubarrota. Considerando, por confrontação, a estratigrafia do campo de S. Jorge, em que os dispositivos defensivos foram identificados a partir dos 30 a 40 cm de profundidade, o raio de alcance dos detetores não representa uma ameaça à integridade dos níveis com interesse arqueológico.

Acresce ainda o facto de o terreno onde se pretende realizar as sondagens ter sido atulhado com terra não endémica, para aumento da camada de solo arável, o que, muito provavelmente, afasta ainda mais da superfície a profundidade dos estratos com potencial interesse à investigação. Por outro lado, esta camada adicional foi durante largos anos da segunda metade do século XX agricultada mecanicamente, o que terá provocado o revolvimento do solo até, pelo menos, os 20 cm de profundidade, o que por si inviabiliza arqueologicamente toda essa faixa²²¹.



Figura 45 - Processo de detetorismo e limpeza do terreno, junho de 2016 (fotos do autor)

²²¹ Seria mais tarde verificado, no decorrer das sondagens arqueológicas, que o terreno acolhera um enchimento superficial de terras. Segundo o testemunho do proprietário, esta operação tivera lugar em meados do século XX, num período a partir do qual o terreno passaria a ser agricultado mecanicamente. Este acréscimo de terras conferiu uma camada adicional afastando em profundidade os eventuais limites de interesse arqueológico, tendo, por esse motivo, contribuído para a integridade dos estratos inferiores. Com a plantação do olival cessariam os revolvimentos do solo.

A ponderação destes fatores conferia um elevado grau de segurança no manuseamento dos detetores de metal em terreno com interesse arqueológico. A eventual presença de testemunhos medievais, ou relacionáveis com o contexto proposto (probabilidade remota, mas ainda assim considerada), prevê-se residir a uma profundidade superior a 30 cm, isto é, entre a camada arável e os potenciais estratos arqueológicos. Quaisquer outros vestígios fortuitos com interesse à temática do trabalho e que pudessem ser encontrados em camadas superiores, estariam estratigraficamente descontextualizados, pese embora o facto de serem seguramente enriquecedores para os objetivos da investigação.

Constituída uma equipa que integrava três arqueólogos, dois geólogos e um engenheiro geofísico, munidos com detetor de metal, foi percorrida toda a superfície delimitada para a sondagem magnética. Dentro deste limite foram dispostas linhas paralelas orientadoras que seriam percorridas pelos elementos da equipa que operavam os detetores, marcando no terreno os pontos sinalizados pelo equipamento. Os restantes membros da equipa seguiam de perto os operadores e retiravam do solo os resíduos metálicos assinalados. Após a limpeza do terreno e com o solo desimpedido de agentes metálicos contaminantes, teve lugar a primeira sondagem geofísica: a gradiometria magnética.

- **5.1.2 – Gradiometria magnética**

O método de prospeção magnética tem apresentado particular difusão em contextos arqueológicos devido a uma eficaz capacidade em detetar estruturas de combustão e elementos de argila que tenham estado sujeitos a uma cozedura (tais como fornos e lareiras, ou produtos derivados como a cerâmica²²²), mas também na identificação de objetos metálicos (principalmente o ferro), assim como covas e valas. No caso das cerâmicas e objetos metálicos, o campo magnético intrínseco é detetado

²²² No caso da cerâmica, os grãos de óxido de ferro (como a hematite e a magnetite) contidos na argila crua não obedecem a nenhuma ordem magnética, ou seja, o campo magnético comporta uma orientação aleatória. Porém, após a cozedura (em ambiente com temperaturas superiores a 700°C) este mesmo campo magnético ficará permanentemente fixado e alinhado com o campo magnético terrestre. A argila cozida (cerâmica) torna-se, assim, uma espécie de um íman, ainda que de fraca intensidade, mas que gera uma anomalia permanente no campo magnético circundante. Este campo magnético consegue ser detetado pelos equipamentos/leitores da gradiometria magnética (RENFREW & BAHN, 1991, p. 86).

pelo Magnetómetro/Gradiómetro, equipamentos utilizados neste método, enquanto as anomalias causadas por antigas covas e valas, por outro lado, ocorrem porque a suscetibilidade magnética dos seus conteúdos é maior do que a do subsolo circundante (RENFREW & BAHN, 1991, p. 86), isto é, o que determina a alteração do campo magnético não é o objeto em si, mas o diferencial entre a concentração e dispersão dos elementos contidos em áreas (ou bolsas) no próprio subsolo.

O primeiro aparelho magnético com aplicações arqueológicas corresponde ao Magnetómetro de Protões, mas este seria suplantado por outros dois aparelhos mais recentes, o gradiómetro (césio e *fluxgate*). Contrariamente ao equipamento mais antigo, que procedia a uma leitura do valor total do campo magnético (por conseguinte um processo mais moroso e suscetível às variações diurnas no campo magnético terrestre), a nova estirpe de aparelhos mede o “gradiente vertical do campo magnético onde a leitura é feita” (BICHO, 2006, p. 135).

O gradiómetro recorre a dois sensores verticais colocados a meio metro de distância entre si para a leitura dos valores, um primeiro para leitura das variações magnéticas do solo e um segundo sensor para calibrar automaticamente as leituras magnéticas do eixo terrestre. O anterior recurso a um magnetómetro de protões exigia a disposição de um sensor fixo, fora da quadrícula delimitada para a prospeção, justamente para recolher os valores da variação do campo magnético terrestre²²³. Estes equipamentos têm um alcance máximo em profundidade de até 3 metros (na generalidade dos contextos arqueológicos), porém, na maioria dos casos, as leituras apresentam maior rigor até cerca de 1,5 metros de profundidade, sendo este o limite normalmente considerado.

Contudo, em contextos arqueológicos cuja amostragem dos artefactos seja menos densa, ou pouco expressiva, a leitura eficaz não se prolonga muito além dos 50 cm de profundidade (à semelhança do que acontece com o detetor de metal, quanto

²²³ A unidade de medição do campo magnético é o nanoteslas (nT), sendo que uma unidade corresponde à medida de indução uniforme que “incidindo numa superfície com 1 m², produz através dela um fluxo de indução magnética total de 1 Weber” (BICHO, 2006, p. 135). O desvio do campo magnético no horizonte europeu ocorre entre os 40 000 e os 60 000 nT. Em contexto arqueológico, as anomalias magnéticas atingem os 5 nT, enquanto a variação do solo é de apenas 0,001 nT. Por comparação, as variações diurnas podem atingir entre 40 a 100 nT no espaço de poucas horas. Percebemos, com estes valores, a importância em reajustar os valores às variações do campo magnético, o que demonstra, ainda, a extrema sensibilidade dos sensores, habilitados a detetar as várias diferenças magnéticas aqui envolvidas (campo magnético + solo + anomalias).

maior a amostra, maior será o sinal registado). Mesmo considerando este último valor, ainda assim, este método enquadra-se nos limites estratigráficos que esperamos encontrar no Casal da Amieira.

Relativamente ao seu raio de ação à superfície, este método apresenta algumas limitações. Tendo em linha de conta a sensibilidade magnética dos leitores, “as leituras só são válidas desde que haja distância suficiente (algumas dezenas de metros) de vedações ou portões de metal, fios eléctricos e de alta tensão e carros” (BICHO, 2006, p. 135). É, também, por este motivo, que os operadores de magnetómetros e gradiómetros não devem possuir objetos metálicos enquanto manobram os equipamentos. No caso da área por nós assinalada, toda a zona central do olival está desimpedida de agentes metálicos, incluindo daqueles que foram retirados da camada superior do solo através do detetorismo. Apenas no limite do terreno é que existem algumas vedações e portões, que dividem esta parcela das propriedades vizinhas, em metal e algum casario (onde abundam cabos eléctricos e objetos metálicos de natureza variada). Os valores obtidos junto desta fronteira não foram considerados.

As leituras registadas por este tipo de equipamento geram um mapa cujas linhas de contorno unem pontos com o mesmo valor e intensidade do campo magnético detetado, o que destaca as eventuais anomalias do seu meio envolvente (como p. ex. os contornos de sepulturas em um contexto funerário, ou mesmo um sistema de covas e fossos em campos de batalha). Este foi o motivo pelo qual optámos por recorrer a este método. Todavia, apesar de o gradiómetro já ter dado provas em contextos semelhantes àquele que pretendemos testar, como no caso das valas comuns encontradas no campo de batalha de Towton (Inglaterra em 29 de março de 1461) recorrendo a este método (SUTHERLAND, 2005, p. 22), a sua eficácia está dependente de um preenchimento diferenciado entre as covas, ou fossos, relativamente ao solo original do qual foram escavadas e que agora se deverão encontrar, ambas, subterradas.



Figura 46 - Magnetómetro/Gradiómetro (GEM GSMP-35) (Fotos do autor)

Recorrendo a um gradiómetro (GEM GSMP-35) emparelhado com um GPS para registo da geolocalização das anomalias, ambos acoplados ao dorso de um operador, a área de análise seria percorrida em alinhamentos paralelos, distanciados em aproximadamente 1 metro entre si, no sentido nordeste-sudoeste, recolhendo leituras a cada 250 milissegundos (BARRACA, 2017, p. 10). O terreno foi percorrido na sua quase totalidade, excetuando alguns pontos que não estavam adequadamente desmatados e que impediam a passagem do operador e respetivo equipamento, assim como as proximidades ao casario e vedações metálicas envolventes, por motivos relacionados com a perturbação magnética.

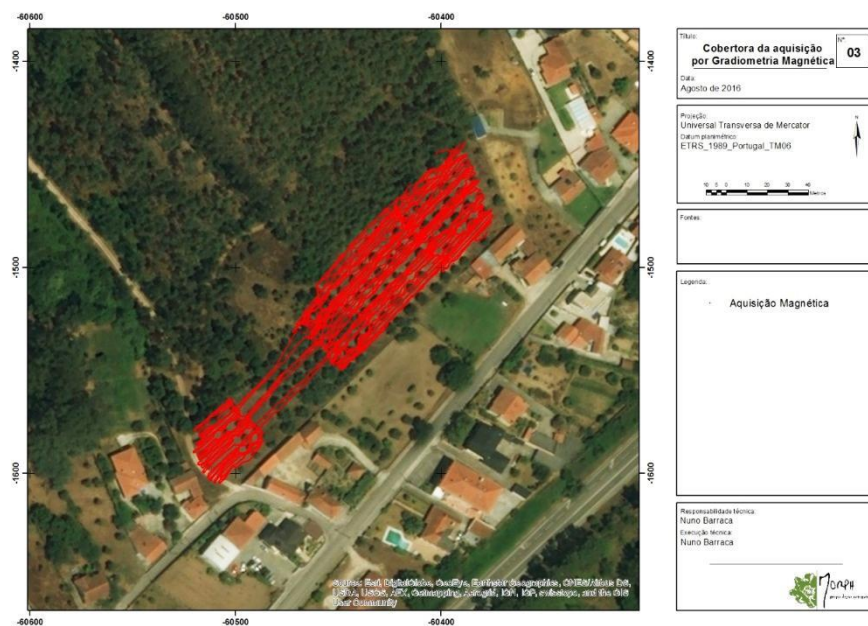


Figura 47 - Eixos de cobertura alcançados pelo gradiómetro (Fonte: BARRACA, 2017)

- **5.1.3 – Resistividade elétrica**

O princípio da resistividade elétrica assenta no simples facto de alguns materiais mostrarem uma maior resistência à passagem de corrente elétrica, comparativamente a outros. Com base neste princípio, ao ser possível enviar uma determinada corrente através do solo e obter os valores relativamente à sua condutibilidade, a partir do resultado poderíamos depreender a presença de artefactos ou estruturas subterradas, mediante a sua distinta resistividade quando comparada com o meio circundante, ou seja, a diferença de resistividade da terra e dos materiais de acordo com sua natureza.

O que designamos como «resistividade» de um corpo é uma função inversa à sua capacidade em passar uma corrente elétrica. O valor, cujo símbolo é Rho (ρ), mede-se em Ohm/metro (ou centímetro), e representa a resistividade de um metro cúbico (ou centímetro cúbico) do material considerado (Ω/m ou Ω/cm), de acordo com o rácio da voltagem-corrente (CAMPS, 1990, p. 4). Essencialmente, trata-se da medida de dificuldade que um determinado material impõe à passagem da corrente elétrica ou, pelo contrário, à facilidade com que essa mesma corrente elétrica percorre um elemento ou anomalia com características condutivas.

Para o efeito, o método recorre a dois eléctrodos de corrente (um emissor e outro recetor), juntamente com mais dois eléctrodos de potencial que medem a voltagem. Para induzir corrente elétrica no subsolo utiliza-se corrente contínua ou corrente alternada, sendo esta última a mais frequentemente utilizada. As frequências aplicadas pretendem-se as mais baixas, considerando que o seu alcance diminui em profundidade à medida que se aumenta a frequência.

A disposição dos eléctrodos, para o envio de corrente elétrica para o subsolo, é variável e pode constituir diferentes padrões, ou configurações. A cada uma destas configurações corresponde uma designação e, consequentemente, diferentes resultados na leitura. A mais recorrente é conhecida por Wenner, disposição onde quatro eléctrodos são implementados no solo, separados à mesma distância entre si ao longo de uma linha da quadrícula, sendo os dois exteriores os de corrente (C) e os inferiores de potencial (P) (BICHO, 2006, p. 136). Outra também bastante comum recorre aos mesmos quatro eléctrodos, mas cada par apresenta um funcionamento

independente do outro par, motivo pelo qual é designado por Dupla. Nesta configuração, um par de elétrodos é colocado num ponto fixo fora do alcance da zona de prospeção, ao passo que o outro par é disposto a uma distância variável, isto é, são movidos ponto a ponto ao longo da área determinada para a sondagem. A distância entre elétrodos tem uma relação direta com a profundidade e o alcance da resistividade, ou seja, são idênticas (distância ao longo da superfície é proporcionalmente igual à profundidade).

Existem mais duas configurações para medir resistividade elétrica, Dipolo-Dipolo e Schlumberger, que obedecem ao mesmo princípio de indução/receção de corrente elétrica no solo, mas normalmente são consideradas quando se pretende atingir um maior alcance em profundidade.

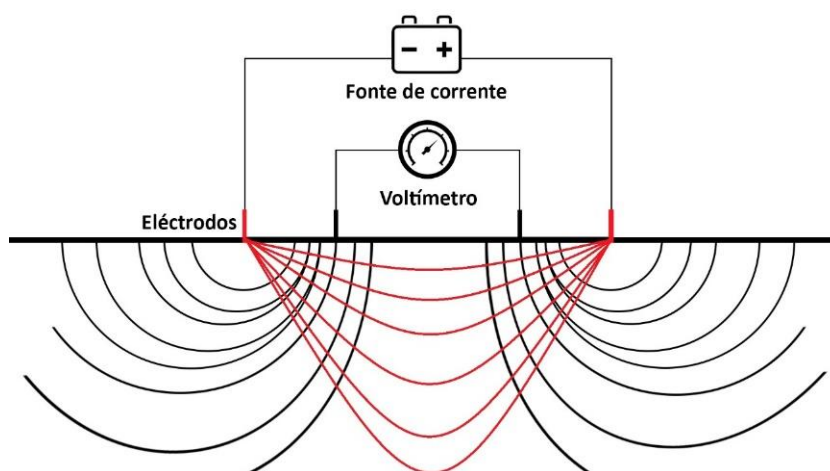


Figura 48 - Representação da indução e leitura da corrente elétrica no solo através da configuração dipolo-dipolo (esquema do autor)

Independentemente da configuração implementada no terreno, a resistividade elétrica é sempre condicionada pelo tipo de solo onde a corrente será induzida, dependente, principalmente, do teor de humidade contida na terra. A passagem da corrente no solo é do tipo eletrolítico (deslocamento de iões na água) e, consequentemente, qualquer variação nas quantidades de água ou dos sais presentes no objeto ou estrutura aí subterrado, afetará consideravelmente sua resistividade. O mesmo se aplica ao tamanho das partículas ou à porosidade da terra e dos materiais (CAMPS, 1990, p. 4). Acresce o facto de que a resistividade elétrica das rochas

cristalinas (pouco porosas) ser normalmente alta, contrariamente a outro tipo de rochas menos porosas (ou areias e argilas p. ex.) que contenham sais minerais dissolvidos, o que diminuirá consideravelmente a resistividade e, simplesmente, aumentará a condutividade elétrica. A presença de água (em fraturas e poros) ou a presença de minerais condutivos nas rochas, que provocam uma quebra na resistividade elétrica, apenas fazem notar uma diferença de valores quando a quantidade desses mesmos minerais condutivos excede 10% do volume da rocha. Torna-se imperativo, portanto, um conhecimento prévio sobre a tipologia geológica do solo que se pretende prospetar, considerando que “qualquer estrutura de pedra ou mesmo um grande conjunto de artefactos líticos originará uma anomalia na resistividade eléctrica de determinado local” (BICHO, 2006, p. 139).

Por outro lado, um eventual revolvimento no solo conduzirá a eletricidade mais facilmente, ou seja, irá oferecer menor resistência à sua corrente. Valas sedimentadas ou buracos preenchidos retêm mais humidade do que paredes, estruturas de pedra ou mesmo estradas (solo compacto) e, portanto, exibem menor resistividade (RENFREW & BAHN, 1991, p. 84).



Figura 49 - Resistivímetro (Syscal Junior Switch 48) e malha de eléctrodos (fotos do autor)

Uma vez mais, também este método mostra-se adequado ao nosso objetivo, estando apto em detetar antigas cavidade e revolvimentos no solo, neste caso sob a forma de covas ou fossos, que possam ter, eventualmente, existido na área por nós

sugerida para a Primeira Posição Portuguesa. Entre a configuração a adotar para a resistividade elétrica, optou-se pelo dipolo-dipolo, dada a sua maior resolução e alcance em profundidade (neste caso superior a 10 metros), com espaçamento de 2 metros entre elétrodo.

De forma a obter uma leitura global, ao longo da extensão do terreno foram implantados dois perfis de resistividade, sobre um eixo orientado nordeste-sudoeste, distanciando cerca de 15 metros entre si. Cada perfil comporta uma linha contínua de 47 elétrodo (para este trabalho em particular, o seu número é variável e adaptável) ligados ao mesmo cabo elétrico, tendo sido acrescentada “uma segunda aquisição de mais 23 elétrodo (em sistema de roll-along)” (BARRACA, 2017, p. 10).



Figura 50 - Eixos de implementação do método de resistividade elétrica (Fonte: BARRACA, 2017)

• 5.1.4 – Refração sísmica

Este método recorre, na sua essência, ao mesmo princípio que o anterior, ou seja, à leitura de disparidades ocorridas ao longo do subsolo. A força induzida, no entanto, é sísmica (T) e não elétrica (C). A maneira mais simples de passar energia através do solo é atingi-lo. A propagação desta energia também se depara com diferentes graus de resistência, mediante os elementos presentes no subsolo. Ao captar o som/energia que se propaga, permite localizar anomalias subterrâneas, uma

vez que um som surdo indica um solo não perturbado, enquanto valas ou buracos enterrados produzem um efeito mais ressonante (RENFREW & BAHN, 2006, p. 102).

Por ser mais adequado em identificar a profundidade do leito rochoso e em determinar o grau de compacidade e fracturação dos elementos geológicos contidos nos respetivos estratos, este método não tem cativado adeptos para ensaios em contexto arqueológico. Porém, dado que tínhamos ao nosso alcance o equipamento e o operador para o efeito, não dispensámos o seu recurso, assumindo que, também aqui, as variações na propagação sísmica através de eventuais covas e fossos mostrassem resultados nas leituras.

Apesar de este método ser apropriado para alcançar profundidades superiores às atingidas pela resistividade elétrica, a sua aplicabilidade nesta investigação mostra-se pertinente, considerando que ambos os sistemas obedecem ao mesmo princípio e, portanto, compatíveis com os objetivos do trabalho. Devido à semelhança no seu comportamento, leituras e, inclusivamente, implementação no terreno, optámos por utilizar na refração sísmica o mesmo alinhamento adotado na resistência elétrica. Este propósito também previa uma confrontação de resultados, ou seja, a comparação de leituras registadas no mesmo exato local, mas recorrendo a métodos diferentes (ainda que semelhantes na sua essência).



Figura 51 - Eixos de implementação do método de refração sísmica (Fonte: BARRACA, 2017)

A leitura dos valores recorre a um emissor de energia (onda sísmica) para o solo, neste caso provocado pelo impacto de uma marreta sobre uma placa metálica, e a um conjunto de recetores acústicos, conhecidos como geofones, dispostos em um *continuum* de 3 partes com 24 geofones verticais (de 4,5Hz cada) e separados em cerca de 2 metros entre si. Um conversor A/D de 24 bits é responsável pela recolha e gravação dos valores e o armazenamento de dados recorre a um disco rígido (HD) à taxa de amostragem de 0.5 milissegundos com 2000 milissegundos de janela total. O sistema possui «signal enhancement», ou seja, a possibilidade de somar várias deflagrações de fonte para fortalecer os sinais recebidos (BARRACA, 2017, p. 10).



Figura 52 - Disposição de geofones e força sísmica por batimento (fotos do autor)

- **5.1.5 – Georadar (GPR - Ground Penetrating Radar)**

O Georadar, ou Radar de Penetração no Solo (GPR), como o nome sugere, corresponde a um emissor de impulsos eletromagnéticos (ondas de radar) para o solo, cujo sinal refletido é captado por intermédio de um recetor. Entre os impulsos que penetram no solo, apenas os que são refletidos em forma de eco, correspondem a

mudanças nas condições do meio por onde as ondas se propagam (tais como a presença de valas, covais, paredes, etc.), registrando, simultaneamente, a profundidade em que essas mesmas anomalias ocorrem, com base no tempo de viagem dos próprios impulsos (RENFREW & BAHN, 2006, p. 102).

Entre a totalidade de impulsos electromagnéticos enviados em direção ao solo, cerca de 40% é, à partida, refletido na superfície. Do remanescente, que efetivamente penetra no solo, apenas uma parte dessas ondas serão refletidas, dependendo do que aí se encontrar subterrado, considerando que a velocidade de dispersão e reflexão altera-se dependendo dos materiais (e das suas propriedades elétricas) que se encontrem no subsolo (BICHO, 2006, p. 140). No entanto, tal como ocorre em outros sistemas de prospeção geofísica, uma anomalia para ser detetada requer que a matéria constituinte, ou o ambiente onde se encontra inserida, seja suficientemente distinta do meio circundante (SUTHERLAND, 2005, p. 23).

O emissor é normalmente constituído por uma antena acoplada a um meio de transporte apropriado a percorrer uma superfície. A distância entre a antena e o solo pode ser variável, porém, é mais eficaz quanto mais próxima estiver da superfície, pois essa forma representa menor perda das ondas que efetivamente conseguem penetrar o solo. O método é particularmente adequado em obter leituras a pouca profundidade. Contudo, o recurso a uma antena com maior capacidade de sinal pode alcançar profundidades maiores em detrimento de uma melhor resolução e pormenor nas leituras captadas das ondas refletidas, portanto, maior profundidade equivale a menor detalhe (poderá em alguns casos não existir outra escolha).



Figura 53 - Georadar MALÅ GPR ProEx acoplado a um meio de transporte (fotos do autor)

O GPR é bastante eficiente em assinalar espaços ocultos presentes no subsolo, dado o elevado choque entre ambientes (preenchido e vazio), mas também em identificar áreas de revolvimento de solos. Os sinais refletidos conseguem marcar diferenças na densidade do subsolo, seja esta provocada por mudanças naturais nas camadas geológicas ou por uma distinta compactidade das terras com origem em antigos trabalhos de abertura no solo, ao caso de serem processos antrópicos (p. ex. covas ou fossos).

Apesar de ser esta a característica que procurávamos adequar à nossa sondagem, este método também permite identificar “materiais com propriedades EM (condutividade eléctrica, permitividade dieléctrica e permeabilidade magnética) contrastantes” (BARRACA, 2017, p. 7), principalmente no que respeita a objetos metálicos que oferecem pouca resistividade eléctrica, logo apresentam importantes níveis de reflexão.

Para os trabalhos de campo recorremos a um Georadar MALÅ GPR ProEx com uma antena de frequência central de 500MHz, apropriada a profundidades abaixo dos 5 metros. O terreno foi dividido em 11 polígonos individuais, em cujas passagens com o georadar respeitaram a mesma orientação nordeste-sudoeste, em ambos os sentidos. A janela de tempo usado foi de 100ns e a amostragem ao longo de cada perfil foi efetuada a cada 2 cm (BARRACA, 2017, p. 10).

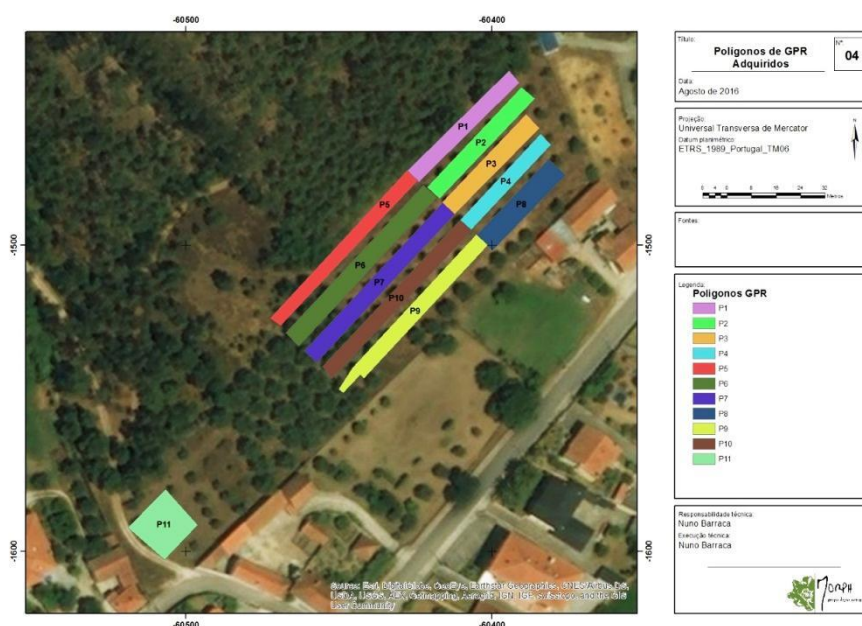


Figura 54 - Polígonos adquiridos através de GPR (Fonte: BARRACA, 2017)

- **5.2 – Resultado da sondagem geofísica**

Após concluídas todas as etapas da sondagem geofísica, restava agora aguardar pelos resultados. O processamento e a conversão dos valores recolhidos no terreno decorreram pelas semanas seguintes. Finalmente, no mês de agosto tínhamos reunidos os resultados de todas as sondagens²²⁴.

Seguindo a mesma ordem anterior, que respeita a sequência das próprias sondagens, retomamos a ação de limpeza do terreno recorrendo ao detetorismo. Como já era de prever, foi recolhida uma considerável quantidade de desperdício metálico, frequentemente abandonado em ambiente rural (tais como arames, fragmentos de alfaías, peças de maquinaria agrícola, latas, entre outros) misturados com lixo indiferenciado, provavelmente oriundo da malha urbana adjacente. Em anexo acrescentamos uma pequena ficha de inventário, sem qualquer valor ou relação arqueológica, que apenas pretende mostrar alguns exemplares recolhidos durante esta ação (a título de exemplo: botões de farda, medalha, numismas, entre outros). Apesar de não conter valor para a nossa investigação, a amostragem foi georreferenciada com recurso a GPS Diferencial²²⁵ apenas para demonstrar a sua dispersão na área delimitada para os trabalhos. Ainda assim, estes exemplares foram catalogados, inventariados (sem correspondência a fichas arqueológicas ou a modelos semelhantes) e armazenados.

Destacamos, no entanto, os elementos que mais se aproximam do horizonte medieval, neste caso dois numismas posicionados muito próximos um do outro, um Ceitil e um Real Preto, ambos do reinado de D. Afonso V, encontrados a 20 e a 30 cm de profundidade, respetivamente.

²²⁴ O relatório final é datado de março de 2017, da autoria do eng.º Nuno Barraca, responsável pelos trabalhos de campo, documento que reproduzimos integralmente em anexo para consulta do leitor. Porém, os resultados foram partilhados com a equipa de arqueólogos no decorrer das semanas seguintes às sondagens, à medida que os registos iam sendo processados.

²²⁵ Apenas os objetos dispostos na ficha em anexo é que foram referenciados com GPS, por motivos de inventariação, os restantes elementos que constituem espólio sub-atual (latas, papel-prata, pregos, arames, etc.) não foram registados.



Figura 55 - Ceitil e Real Preto do reinado de D. Afonso V

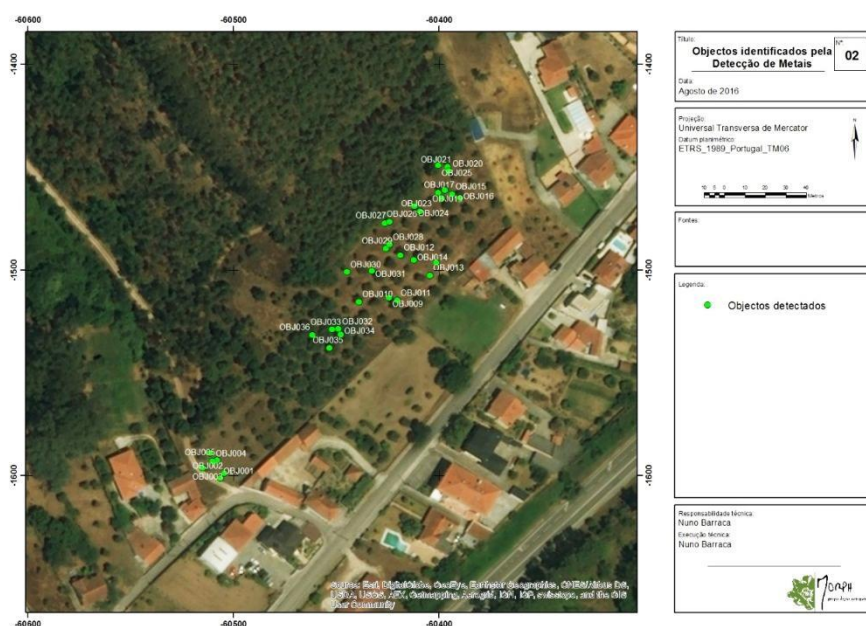


Figura 56 - Dispersão de alguns dos agentes contaminantes metálicos (Fonte: BARRACA, 2017)

A primeira sondagem, que sucedeu imediatamente a limpeza do terreno, foi a gradiometria magnética. De facto, os resultados demonstraram muito pouco *ruído* nas áreas que foram percorridas com detetor de metal, um indicador relativo à pertinência da operação de limpeza. Contudo, o alcance em profundidade do gradiómetro supera os limites do detetor de metal, motivo pelo qual aparecem alguns picos (marcados com setas negras na imagem) a que devem corresponder objetos metálicos dispostos em profundidades superiores (abaixo, pelo menos, dos 30 cm). Os resultados mostram ainda algumas zonas de ruído (a cor vermelha na imagem seguinte) a que corresponde a influência das vedações metálicas e do casario que se encontra na zona limite da sondagem. Nestas áreas de interferência a leitura do subsolo fica inviabilizada.

Relativamente a estruturas semelhantes às que procurávamos identificar, não foram detetadas quaisquer evidências ou anomalias. Salienta-se, contudo, um padrão muito ténue (marcado a tracejado negro na mesma imagem) a cerca de 1 metro de profundidade e que configura um alinhamento no sentido norte-sul, mas além de se revelar um elemento isolado, não configurando um conjunto, não sobressaem semelhanças com o dispositivo que foi encontrado no Campo Militar de São Jorge (voltaremos a este aspeto).

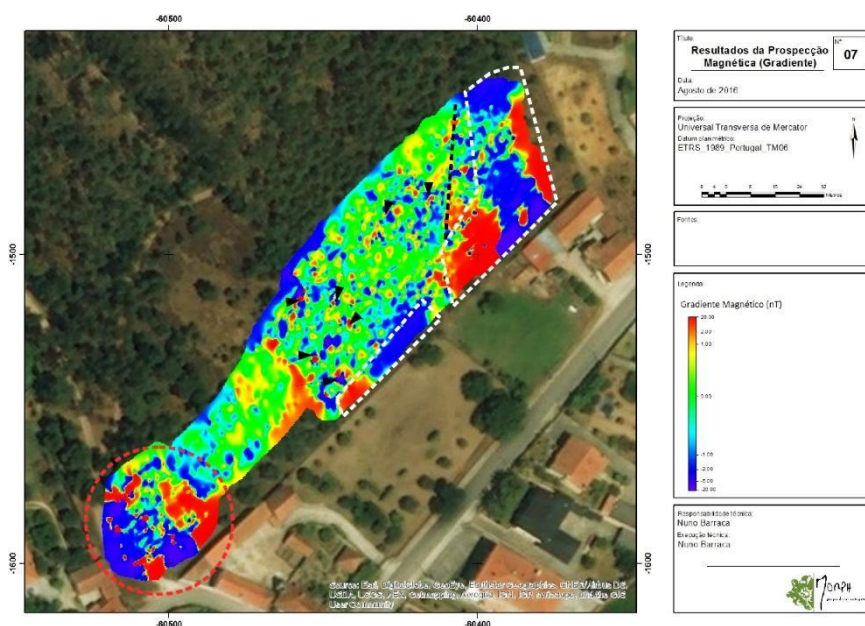


Figura 57 - Distribuição do gradiente magnético (Fonte: BARRACA, 2017)

Os resultados obtidos pela resistividade elétrica não identificaram quaisquer anomalias ou indícios de estruturas antrópicas no subsolo. O perfil estratigráfico obtido, que se mostra semelhante ao longo dos dois eixos da sondagem, revela, a grosso modo, uma camada superior com 1,5 a 2 metros de profundidade, seguida por uma outra de menor resistividade (a que poderá corresponder um tipo de solo mais húmido) que se prolonga até aos 3 a 4 metros e, a partir desta, uma camada de maior resistividade, a que deverá corresponder o soco rochoso (BARRACA, 2017, p. 14).

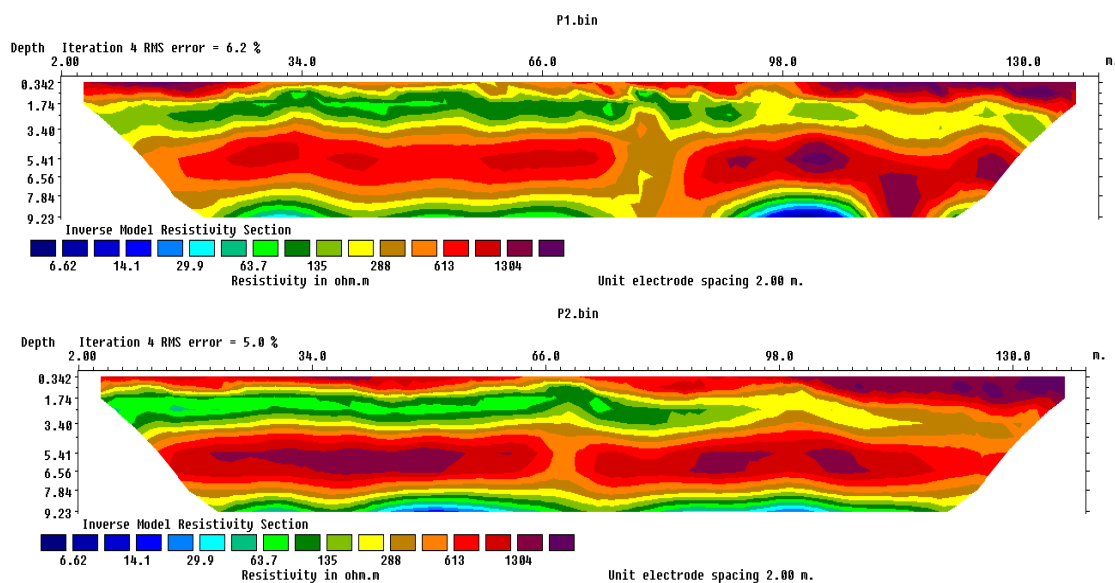


Figura 58 - Resultados da resistividade elétrica (Fonte: BARRACA, 2017)

Conforme o previsto, os resultados da refração sísmica (obtida sobre os mesmos eixos da resistividade elétrica) apresentam uma correspondência de leituras, ou seja, uma reconstituição estratigráfica muito semelhante. Segundo os dados fornecidos pelo operador, o Dr. Diogo Rodrigues (indicados no mesmo relatório que dispomos em anexo), foi detetada uma camada superior até 2 metros “com velocidades mais baixas (até 600m/s)”, seguida por uma outra que se estende até aos 4 metros e, a partir desta, uma terceira camada que deverá corresponder, tal como no método anterior, ao soco rochoso, no qual “é visível a presença de velocidades mais altas (superiores a 900m/s)” (BARRACA, 2017, p. 13).

Percebemos, pelo caso aqui demonstrado, que efetivamente ambos os métodos, o da resistividade elétrica e o da refração sísmica, demonstram uma coerência de resultados e uma semelhança nas próprias leituras. Apesar de o primeiro estar mais suscetível às variações na percentagem de humidade contida no solo, quando deparados com as mesmas condições, os comportamentos não apresentam diferenças significativas. Por outro lado, o facto de nos serem apresentados valores semelhantes obtidos por métodos diferentes, confere um maior rigor e aproximação à realidade do subsolo, isto é, um maior grau de certeza quanto à ausência das estruturas antrópicas que procurávamos (eventualmente) identificar.

Destacamos apenas uma pequena anomalia compreendida entre os primeiros 2 metros de profundidade (indicada por seta vermelha na imagem seguinte), que foi assinalada aos 50 metros em comprimento do perfil 1. Trata-se, porém, de uma anomalia isolada sem mais ocorrência ao longo do mesmo perfil e sem correspondência com o perfil 2, por conseguinte, pouco expressiva.

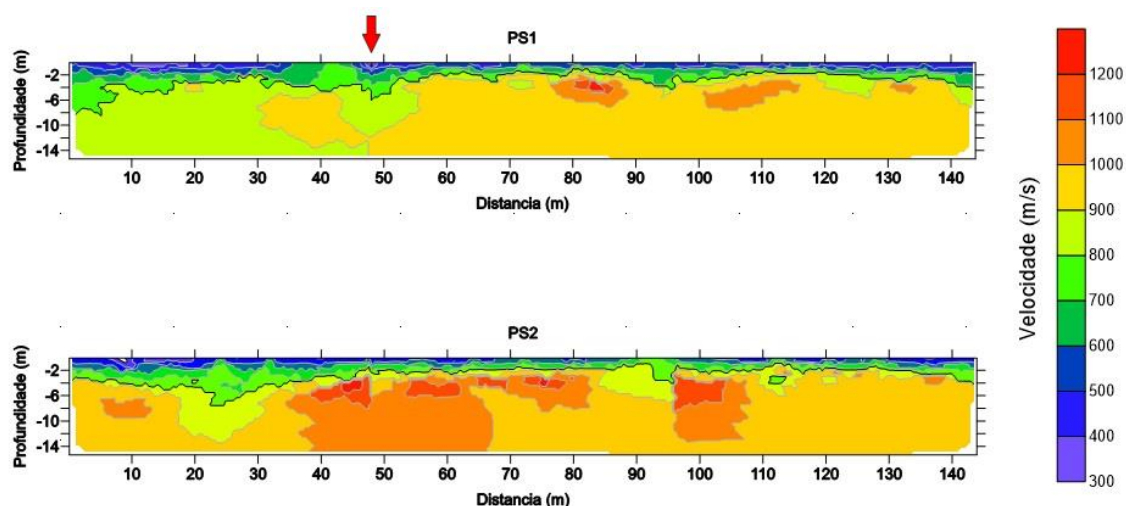


Figura 59 - Resultados da refração sísmica (Fonte: BARRACA, 2017)

Por último, temos os resultados do georadar (GPR). Este método tinha especial interesse pelo elevado detalhe e pormenorização que esperávamos conseguir atingir, em parte pelo recurso a uma antena com 500MHz de frequência, a qual está vocacionada para um maior detalhe em detrimento, como referimos, de um maior alcance em profundidade. Esta opção considerou uma sondagem de conjunto, em que apesar das diferentes especificações a que estes métodos se limitam e requerem na obtenção de leituras, esperávamos alcançar maiores profundidades (até, pelo menos os 5 metros) com os métodos da resistividade elétrica e refração sísmica, uma profundidade intermédia (até aos 3 metros) com a gradiometria magnética e uma menor profundidade (até 1,5 a 2 metros) com o georadar, tal como se veio a verificar.

Assim, a interpretação dos dados (com interpolação em 3D) permitiu identificar um conjunto de anomalias que configuram diferentes alinhamentos. Estes alinhamentos estão dispersos em diferentes profundidades, um aspeto que requer algumas reservas interpretativas. As leituras horizontalmente segmentadas (“fatias” horizontais correspondentes ao mesmo tempo de deteção e consequentemente à

mesma profundidade, BARRACA, 2017, p. 13) mostram anomalias de grandes dimensões (na ordem das dezenas de metros em extensão) a quase 1 metro de profundidade (98 cm), mas que não mostram correspondência com o tipo de estruturas que procurávamos alcançar. À mesma profundidade foi ainda possível detetar um alinhamento (marcado a azul claro na imagem seguinte) que se estende ao longo de 20 metros do eixo norte-sul e que corresponde com muita precisão à anomalia identificada na prospeção magnética, porém, também este, como já referimos, aparenta estar descaracterizado relativamente ao contexto de Aljubarrota.

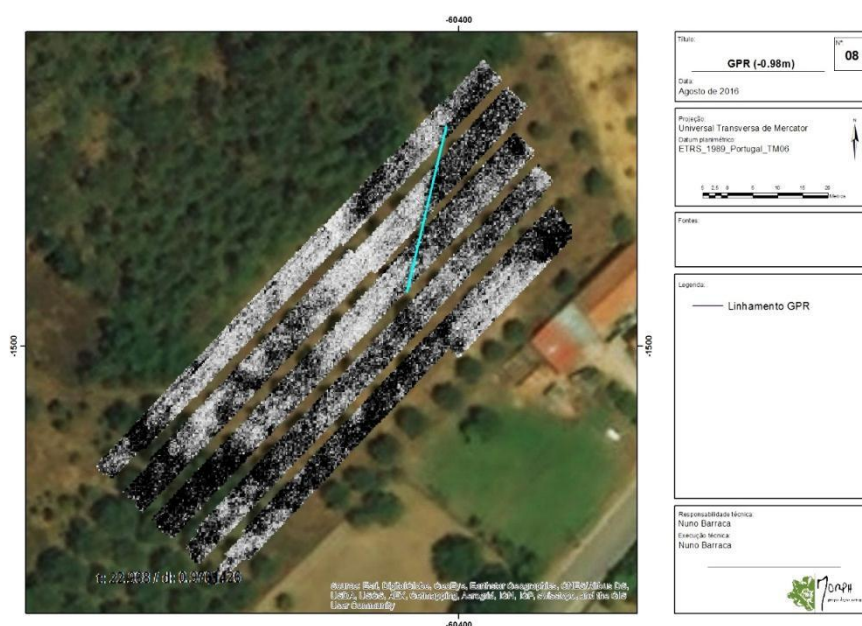


Figura 60 - Alinhamento no sentido norte-sul detetado a aproximadamente 1 metro de profundidade
(Fonte: BARRACA, 2017)

Outras anomalias seriam identificadas entre os 1,50 e 1,90 metros de profundidade (representadas a cor vermelha na imagem seguinte), neste caso configurando um conjunto de sete alinhamentos com cerca de meio metro de largura por comprimento variável, dispostos de forma paralela entre si. Este alinhamento é composto por um padrão, ou seja, contrariamente ao alinhamento anterior, que podemos assegurar tratar-se de uma linha contínua, neste caso o alinhamento pode ser o resultado da disposição em proximidade de várias covas ao longo do mesmo eixo (pontilhado). A imagem resultante das leituras é conciliável com ambas as possibilidades (covas ou valas).

A orientação destes alinhamentos, noroeste-sudeste, é, também ela, compatível com a reconstituição teórica do episódio. Na manhã do dia 14 de agosto, as forças anglo-portuguesas dispuseram-se na encosta norte “com os rostros para Leyrea” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 71), ou seja, voltados sensivelmente para norte. Na eventualidade de terem aberto no terreno alguma espécie de dispositivo defensivo, covas de lobo e um ou mais fossos, estes estariam em paralelo à vanguarda portuguesa, tal como se pode constatar pela realidade encontrada no campo de batalha. De outra forma não faria sentido, pois seria inconcebível que tais dispositivos (ao caso de existirem na primeira posição) estivessem voltados para os flancos, que já de si constituem uma barreira defensiva. Considerando a pequena espessura, o paralelismo e a sua orientação, estas anomalias revelam alguma compatibilidade com as estruturas defensivas identificadas mais a sul, no campo de batalha.

No entanto é importante salientar a grande profundidade a que foram assinalados estes alinhamentos, com evidências a partir dos 1,50 metros de profundidade e alcançando os 1,90 metros dentro do mesmo contexto. Apesar deste terreno, como temos vindo a anunciar, ter acolhido enchimentos de terras para efeitos agrícolas, estas anomalias encontram-se mais de 1 metro abaixo da profundidade média registada nos dispositivos encontrados em São Jorge.

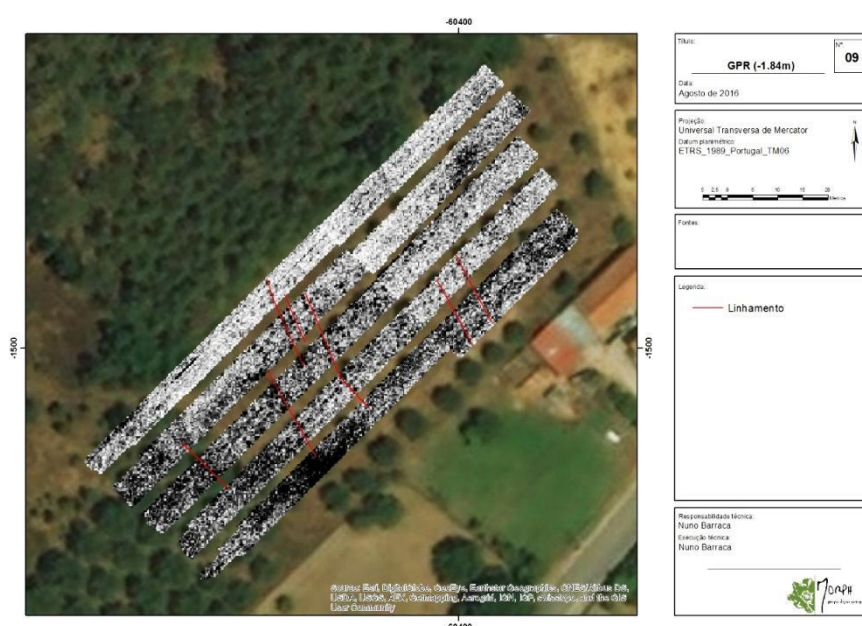


Figura 61 - Alinhamentos identificados entre 1,50 e 1,90 m de profundidade (Fonte: BARRACA, 2017)

- **5.3 - Considerações**

Ao analisarmos os resultados das sondagens geofísicas, percebemos que o seu desempenho foi ao encontro da expectativa. Os quatro métodos adotados pretendiam por um lado alcançar diferentes profundidades, sem perda significativa de rigor nas leituras, e por outro adequar os equipamentos à realidade geológica do subsolo dentro da área selecionada para a prospeção, considerando, ainda, a tipologia das estruturas que pretendíamos eventualmente (reforçamos esta ideia) encontrar. Os alcances em profundidade foram repartidos, como também já referimos, entre dois métodos de longo alcance, um intermédio e outro de curto alcance.

Os resultados, em geral, mostraram que apenas o método da resistividade elétrica não encontrou quaisquer indícios de anomalias. A refração sísmica apontou para uma anomalia isolada e a gradiometria magnética destacou apenas um alinhamento, o qual viria a ter correspondência com as leituras do georadar. Este último demonstrou maior capacidade em detetar anomalias, em parte devido ao potencial do equipamento adequado a leituras a baixas profundidades, portanto, mais próximas da realidade que pretendíamos investigar (referimo-nos aos estratos correspondentes ao século XIV que em S. Jorge se encontram a menos de 1 metro da superfície). O GPR acabaria por identificar, de forma inesperada, alguns alinhamentos compatíveis com a realidade de Aljubarrota.

Perante estes resultados, centrámos as nossas atenções nas anomalias. Aquela que foi identificada pela refração sísmica não teve outras correspondências com a leitura do segundo perfil (em paralelo a cerca de 15 metros de distância), nem mesmo com os resultados dos restantes métodos, portanto, não suscitou particular interesse. Voltámos as nossas atenções para a anomalia detetada na sondagem magnética e, de igual modo, pelo georadar. Esta foi a única anomalia transversal a mais do que um entre os métodos aplicados. Contudo, trata-se de uma linha contínua (o que não se compatibiliza com um alinhamento de covas), com uma largura aparentemente superior à dos fossos descobertos no Campo Militar de São Jorge e com um alinhamento pouco adequado à disposição das tropas anglo-portuguesas, desenvolvendo-se de forma perpendicular à posição de vanguarda, ao invés, do que seria habitual, em paralelo a esta.

Considerando o seu *continuum* com cerca de 20 metros, as suas dimensões e a própria silhueta, podemos apontar para uma compatibilidade com um antigo caminho ou trilho, mais até que uma vala ou fosso comprido. Uma eventual compactidade das terras, característica de qualquer troço de passagem, estaria em desacordo com o solo envolvente, provocando uma anomalia assinalável pela sondagem geofísica. Contudo, esta leitura não é conclusiva, na medida em que somente através da sondagem arqueológica é que seria possível atestar a sua composição. As sugestões avançadas correspondem apenas a uma leitura interpretativa... No entanto, por mera especulação, lembramos que os dois numismas atrás referenciados foram encontrados nas imediações deste eixo, apesar de estarem dispostos a uma menor profundidade²²⁶. Independentemente do fluxo que se possa registar em troços de passagem, pedestre ou rodoviário, as margens dos eixos viários, geralmente, são suscetíveis em comportar testemunhos fortuitos dos transeuntes. Permanecendo no campo da especulação, poderíamos supor que o caso destes numismas ilustrasse esse exemplo.

Por fim, temos um conjunto de anomalias promissoras, composto pelos alinhamentos, cerca de sete, identificados a uma profundidade que oscila entre os 1,50 e 1,90 metros. A sua dispersão em estreita proximidade longitudinal e semelhante profundidade demonstra um padrão *sui generis* compatível com o perfil, em planta, dos dispositivos defensivos considerados.

No entanto, toda a nossa investigação aponta para um objetivo muito específico: demonstrar que a Primeira Posição Portuguesa dispensava quaisquer trabalhos de fortificação. A localização sugerida, o perfil extremamente defensável conferido pelo recorte natural envolvente e toda uma articulação táctica com outra posição (tema que iremos desenvolver no capítulo VII), não cativa nem carece, em nossa opinião, a que fossem envidados esforços para dotar o local com fortificações acessórias, semelhantes às que foram rasgados no terreno mais a sul, em São Jorge.

Porém, os trabalhos de campo pretendiam, à partida, demonstrar a realidade do terreno no dia da batalha. Embora nos fizéssemos acompanhar por uma

²²⁶ Estes dois numismas, por uma coincidência que não conseguimos explicar, foram encontrados junto de raízes das oliveiras, um deles ainda em conexão com as mesmas. Apesar de terem sido localizados a cerca de 20 e 30 cm de profundidade, podemos supor, hipoteticamente, que originalmente encontravam-se em um estrato inferior.

investigação teórica, não desconsiderámos um aspeto transversal a qualquer campanha geofísica ou arqueológica: a imprevisibilidade dos resultados.

Todo o trabalho de prospeção geofísica pretendia justamente assinalar eventuais anomalias que pudessem demonstrar potencial arqueológico. Esse objetivo foi seguramente alcançado. As diferentes sondagens equacionaram os vários condicionalismos que pudessem surgir no decurso dos trabalhos e as especificações do próprio terreno, motivo pelo qual recorremos a quatro métodos diferentes para que todas as anomalias aí existentes pudessem ser assinaladas, independentemente da sua dimensão ou tipologia. Restava agora avançar para a sondagem arqueológica de forma a verificar ao certo a que correspondiam estas anomalias.

Em síntese, ao todo foram assinaladas três irregularidades: i) um ponto isolado a quase 2 metros de profundidade, sem mais correspondência; ii) um alinhamento contínuo e individual a cerca de 1 metros de profundidade, cujo perfil se afigura a um caminho, sem mais indícios que se pudessem compatibilizar, por comparação, com as estruturas militares que procurávamos detetar; iii) um conjunto de sete alinhamentos entre os 1,50 e 1,90 metros de profundidade que mostravam alguma afinidade com o sistema defensivo que tínhamos como referência, o Campo Militar de São Jorge.

A ponderação, sempre castradora, requerida para contornar uma limitação de recursos levaria a equipa a optar por centrar esforços nos alinhamentos assinalados pelo georadar. Porém, não dispúnhamos de recursos suficientes para investigar todos os sete alinhamentos, dispersos por diferentes áreas do terreno. Foram selecionados apenas dois destes dispostos ao longo da faixa central do terreno, os que nos pareceram mais promissores.

Uma última nota relativa à sondagem geofísica. O seu papel preponderante destaca-se, ainda mais, quando traduzido em números. Considerando que o objetivo da investigação se estendia a uma área com aproximadamente 11.000 m², o desempenho das metodologias geofísicas a que recorremos permitiu reduzir para sensivelmente 300 m² o foco de interesse, o que representa uma redução para 5,4% da totalidade de um terreno que, à partida, demonstrava interesse arqueológico no seu todo. Julgamos, por isso, que os números falam por si.

Capítulo VI - Sondagem Arqueológica

O fascínio pelo objeto ou pelo monumento considerado *antigo* não é um sentimento recente. A identificação e recolha de artefactos arqueológicos dos seus contextos de origem abasteceu, ao longo de séculos, o mercado do colecionismo. Fosse esta prática motivada por razões meramente comerciais ou por algum valor mais nobre, o facto é que até ao século XIX não existiam práticas convencionais de arqueologia, o que reverteu, em muitos casos, na completa destruição científica de muitas estações e sítios arqueológicos.

No entanto, a partir do século XIX as práticas arqueológicas adquiriram contornos mais metódicos, motivando os primeiros ensaios na tentativa de se assumir como um ramo científico independente, ou seja, uma disciplina. Portugal não era uma exceção, porém, até meados de Oitocentos o panorama arqueológico nacional carecia, e muito, de investimento. Nas palavras de Luciano Cordeiro a propósito do *Museu de Archeologia*: “É forçoso confessar que na epocha actual se tem prestado muito menos atenção aos estudos archeologicos do que em outras eras. Hoje são elles inteiramente descurados, e as poucas antiguidades que o acaso vae deparando são ou destruidas ou dispersas, sem que d’ellas se possa colher resultado algum proficuo para a historia. (...) e em muitos outros pontos do paiz estão numerosos objectos archeologicos em completo estado de abandono e desprezo. Muitos outros serão facilmente descobertos quando se tratar seriamente de excavações nos pontos indicados pela sciencia” (CORDEIRO, 1875, pp. 33-34).

O contributo oitocentista para o desenvolvimento arqueológico estabeleceu bases na Geologia, ramo científico do qual a Arqueologia herdou muitos dos seus métodos e técnicas de execução, tais como a leitura estratigráfica, a prospeção, a escavação segmentada (através das famosas quadrículas), assim como as normas de registo e referenciação de amostras (artefactos na terminologia arqueológica). Em Portugal, o desenvolvimento arqueológico inteiramente científico deve a sua origem à iniciativa de um organismo público - as distintas Comissões e posteriores Serviços Geológicos.

Em 1851 tinha início um novo clima político marcado pela Monarquia Constitucional, conhecido como a *Regeneração*, à frente da qual Fontes Pereira de

Melo promovia o incentivo às grandes obras públicas de que Portugal tanto carecia. Para que as novas infraestruturas (rodovias, ferrovias, linhas de telégrafo, túneis, pontes, etc.) fossem implantadas, os trabalhos requeriam um profundo conhecimento geológico do país. Apesar de a primeira Comissão Geológica ter sido oficializada por Portaria de 31 de janeiro de 1849 (uma iniciativa do duque de Saldanha que visava o estudo geológico do Algarve), apenas por decreto datado de 8 de agosto de 1857, assinado por D. Pedro V (r. 1853-1861), é que teve lugar um novo organismo independente e inteiramente dedicado à elaboração da ‘Carta Geológica do Reino’ - a *Comissão Geológica do Reino*. Presidida por Carlos Ribeiro e Francisco Pereira da Costa, com a colaboração de J. F. Nery Delgado, os trabalhos de campo tiveram um alargado alcance territorial. O que destaca estes ilustres geólogos, e respetivos colaboradores regionais, é o interesse comum pela arqueologia e pelos trabalhos desenvolvidos pelos seus homólogos europeus, principalmente com aqueles que se dedicavam ao estudo da origem do Homem e da Pré-história²²⁷. A Geologia e a Arqueologia eram, assim, promovidas pelos mesmos cientistas.

Motivados pela busca de vestígios que atestassem a presença do Homem pré-histórico em território nacional, no decorrer dos trabalhos de campo (muitos dos quais realizados em áreas remotas e de difícil acesso, por conseguinte, ótimas para a preservação de contextos arqueológicos), estes geólogos procuravam reunir amostras de origem tanto geológica, como arqueológica²²⁸. Tinham, desta forma, início em Portugal os estudos pré-históricos.

Como nos recorda Carlos Fabião: “A arqueologia pré-histórica nasceu em Portugal em ambiente de técnicos de terreno – profundamente envolvidos nas tarefas de inventário e avaliação de recursos naturais – e não propriamente nos tradicionais ambientes académicos” (FABIÃO, 2011, p. 105). Apenas com a transição para o século XX é que a Arqueologia se afirmaria como disciplina científica, passando a ser, etimologicamente, “a ciência da antiguidade (*archaios*: antigo, *logos*: ciência)”

²²⁷ A Pré-história como ciência remonta a 1830, quando em França “a opinião geral se preocupava muito com as origens do homem” (FRÉDÉRIC, 1980, p. 33). Ficaria convencionado que a Pré-história, e a própria arqueologia pré-histórica, abrange a aurora da humanidade e termina com o aparecimento dos utensílios metálicos (*idem*, p. 22).

²²⁸ Neste caso específico os artefactos recolhidos apenas diziam respeito sobretudo à Pré-história e, com menor incidência, à Proto-história. O intuito arqueológico destes cientistas era o estudo da origem do Homem em Portugal.

(FRÉDÉRIC, 1980, p. 19). Com a Arqueologia científica é concebida toda uma nova escola de arqueólogos. Porém, importa aqui acrescentar uma pequena nota no que respeita ao arqueólogo. Para além do alcance e rigor científico exigido, Louis Frédéric não deixa cair no esquecimento um importante aspeto sobre o arqueólogo: “É um homem como os outros, mas do qual a arqueologia exigirá antes de tudo duas qualidades essenciais: ser humano e ser honesto” (FRÉDÉRIC, 1980, p. 43).

Ainda que não tivessem ao seu alcance uma ‘escola de arqueologia’, foi a partir do desempenho da segunda comissão geológica, e das suas sucedâneas ao longo da primeira metade do século XX, que Portugal obteve uma posição participativa, não raras vezes destacada, nos circuitos arqueológicos europeus. A investigação científica, os trabalhos publicados e a exposição internacional conferida pela coleção de Pré-história da Comissão Geológica²²⁹, deram o verdadeiro impulso à arqueologia nacional. Contribuiriam, inclusivamente, para a legitimação desta área do saber entre os meios académicos, tendo alcançado ao longo do percurso uma abrangência multidisciplinar²³⁰.

As metodologias a que estes geólogos recorriam nas suas funções, eram, a partir desse momento, transversais às suas pesquisas arqueológicas, com especial destaque para a estratigrafia e a para prospeção²³¹, com intuito em “alcançar o

²²⁹ Entretanto instalada desde abril de 1859 no último piso do edifício da Real Academia das Ciências de Lisboa, espaço este mais tarde convertido no Museu Geológico de Lisboa, antecipando, inclusivamente, a abertura em 1893 do *Museu Etnográfico Português*, dirigido pelo Doutor José Leite de Vasconcelos, o qual partilhava do espaço do Museu Geológico e da Academia das Ciências. Seria mais tarde transferido para o Mosteiro dos Jerónimos e reconfigurado como *Museu Nacional de Arqueologia*.

²³⁰ A primeira monografia dedicada a uma estação pré-histórica portuguesa seria publicada por Francisco Pereira da Costa, um dos presidentes da *Comissão Geológica do Reino*, em 1865, intitulada: “Da existência do homem em epochas remotas no valle do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda”. As inumações nos concheiros de Muge (Salvaterra de Magos), deram, mais tarde, origem aos primeiros trabalhos de Antropologia Física em Portugal, principalmente os da autoria de Francisco de Paula e Oliveira sobre os crânios descobertos em Muge e na gruta da Cesareda (gruta da Cova da Moura - Peniche), cujas publicações foram precursoras no estudo da Antropologia Física como disciplina. O caso de Muge competia com outros trabalhos europeus que visavam, entre todos, “descobrir o homem fóssil e estabelecer cronologias” (FRÉDÉRIC, 1980, p. 34).

²³¹ A leitura estratigráfica p. ex., já aqui referida, é um método que os geólogos não dispensam para o estudo das camadas naturais dos solos e formações rochosas. O método revela-se de igual modo importante para a arqueologia, de forma a datar os contextos encontrados mediante os diferentes estratos identificados no subsolo escavado. Este método deve a Carlos Ribeiro, outro dos presidentes da *Comissão Geológica do Reino*, “a glória de ter sido o primeiro geólogo, que estabeleceu de um modo geral a sucessão estratigráfica dos nossos terrenos, podendo pois ser considerado como o fundador da estratigrafia portuguesa” (SIMÕES, 1923, p. 13). No entanto, foi através dos trabalhos pioneiros de Nery Delgado realizados nas grutas da Furninha e Casa da Moura (Peniche), que a utilização do método estratigráfico obteve os mais rigorosos resultados, juntamente com a utilização do método de

conhecimento de um passado humano apenas apoiado nos testemunhos materiais que nos chegaram, os quais eram retirados ao arquivo da terra e interpretados com base nos métodos estratigráficos e tipológico” (JOÃO L. CARDOSO, 2002, pp. 24-25).

Outro dos métodos, aquele que talvez mais caracterize a arqueologia, é o da escavação. O ato de escavar retém um papel central no trabalho de campo porque fornece as evidências mais confiáveis para os dois tipos principais de informação em que os arqueólogos estão interessados: “(1) atividades humanas em um período particular no passado; e (2) mudanças nessas atividades de período para período. Muito amplamente, podemos dizer que as atividades contemporâneas ocorrem horizontalmente no espaço, enquanto as mudanças nessas atividades ocorrem verticalmente no tempo. É essa distinção entre "fatias de tempo" horizontais e sequências verticais ao longo do tempo que formam a base da maioria das metodologias de escavação” (RENFREW & BAHN, 1991, p. 90).

Apesar da eficácia comprovada pela escavação arqueológica na identificação e investigação de contextos arqueológicos, outro método eficaz e menos destrutivo é o da sondagem arqueológica. As sondagens servem, essencialmente, para confirmar a existência de depósitos ou contextos arqueológicos, mas podem “servir ainda para determinar a extensão de um horizonte arqueológico ou para se conhecer a estratigrafia e a importância de um sítio” (BICHO, 2006, p. 141).

A sondagem arqueológica, quando comparada com a escavação em extensão, apresenta vantagens significativas. Em primeiro lugar, perante uma limitação em espaço e tempo reverte-se num método que requer menos meios financeiros, menos recursos humanos e ainda permite reduzir a calendarização dos trabalhos, de uma forma geral. Os seus objetivos são sempre muito específicos: “obtenção de informação referente a um sítio arqueológico, no que respeita à sua extensão, determinação dos seus limites físicos, à sua estratigrafia, integridade e qualidade do seu contexto, bem como à sua importância cultural” (*idem*, p. 148).

Por outro lado, uma reduzida área de implementação, pode não revelar ‘padrões gerais do sítio’, mas apenas parcelas específicas e particulares de um

escavação seccionado. A prospeção, método não intrusivo no solo e que se limita à procura de indícios à superfície, mostrou-se particularmente proveitosa na recolha de inúmeras amostras geológicas e arqueológicas, cujos testemunhos ainda se encontram em exposição no Museu Geológico de Lisboa.

contexto mais abrangente, “correndo o arqueólogo o risco de estar a escavar uma determinada estrutura ou unidade arqueológica sem o notar, destruindo assim a sua unidade contextual” (*ibidem*). Neste aspeto, o recurso à geofísica pretende minimizar esse mesmo risco, ou seja, ao serem identificadas anomalias no subsolo, é fornecido o indicador necessário para que o arqueólogo tenha consciência que a intervenção a decorrer irá incidir em uma unidade potencialmente arqueológica e não estéril.

Apesar do método de sondagem arqueológica representar um menor alcance em extensão, não dispensa o recurso às mesmas metodologias e equipamentos requeridos em uma escavação integral. Pretende-se com a sondagem obter uma leitura de contexto que possa ser o mais abrangente possível, independentemente da dimensão do local, no que respeita ao contexto arqueológico. Desta forma, a prospeção; a disposição de quadrículas; os métodos de abordagem e intervenção no solo; a leitura estratigráfica; a recolha e registo dos testemunhos; assim como a georreferenciação das áreas investigadas, tem de, forçosamente, recorrer aos mesmos princípios científicos.

A abertura de uma quadrícula, ou vala de sondagem, não é mais do que a construção de uma via de acesso ao conteúdo que possa estar retido no subsolo, seja este de interesse arqueológico ou geológico. O objeto, ao existir, é referenciado e retirado do meio onde se conservava, ao passo que o corte vertical no terreno, agora a descoberto e que resultou do processo para o alcançar, confere uma leitura interpretativa dos diferentes momentos temporais acumulados até ao presente (normalmente no plano de superfície), através dos diferentes estratos aí dispostos. Esta leitura é indispensável para a compreensão dos contextos arqueológicos.

Recorremos a Edward Harris, autor que inspirou o modelo estratigráfico conhecido, justamente, como *Matriz de Harris*, em que o autor resume o conceito da seguinte forma: “La idea de que los componentes de un yacimiento arqueológico se hallan en un estado estratificado – un estrato o elemento encima de otro – es de importancia primordial para su excavación arqueológica.” (HARRIS, 1991, p. 11). A disposição dos estratos é a configuração que permite ao arqueólogo determinar a ordem cronológica relativa à origem de cada uma das estratificações sobrepostas, algumas destas, por variados motivos, podendo mesmo mesclar-se entre si. As camadas podem ser arqueologicamente estéreis ou conter vestígios antrópicos de

qualquer natureza. A estratigrafia tornou-se na base do estudo arqueológico “uma vez que nos permite definir contextos, identificar unidades arqueológicas que têm uma cronologia definida e que são, portanto, o alicerce da cronologia arqueológica” (BICHO, 2006, p. 176).

Em geral, o procedimento e metodologia arqueológica a considerar entre os diversos trabalhos de campo, devem obedecer aos mesmos preceitos, sejam estes destinados a prospeção, sondagem ou escavação.

- **6.1 – Arqueologia dos campos de batalha**

Os métodos arqueológicos estão preparados, de uma maneira geral, a operar em todos os contextos físicos, dependendo do recurso às técnicas e equipamentos adequados ao perfil do terreno ou monumento a intervir. Porém, são as especificações do meio que determinam a metodologia.

Apesar de ser consensual que existe uma certa *universalidade* arqueológica (método e técnica) nos trabalhos de campo, os particularismos de determinados ambientes e/ou horizontes cronológicos, motivaram uma segmentação, e consequente especialização, de alguns contextos arqueológicos. Nesta medida desenvolveram-se especializações, tais como: arqueologia pré-histórica; arqueologia medieval; arqueologia moderna; arqueologia industrial; arqueologia subaquática; etc., entre outras ‘arqueologias’ de alguma especificidade. Com particular interesse à presente investigação, destacamos a *arqueologia dos campos de batalha*.

O termo pretende determinar um tipo de intervenção muito característica, relacionado com as áreas de confronto, motivo pelo qual esta prática é também conhecida como *arqueologia dos locais de conflito* (SCOTT & MCFEATERS, 2011, p. 104). Contudo, esta última terminologia reverte o tema em uma matéria muito mais abrangente. Podemos, assim, designar ambos como o termo “dado à disciplina da arqueologia de conflitos antigos ou históricos” (SUTHERLAND, 2005, p. 2). Timothy Sutherland, na sua obra dedicada à *Battlefield Archaeology* (2005), apresenta ainda uma importante distinção entre ‘arqueologia de campo de batalha’ e ‘arqueologia da batalha’, sendo o primeiro termo abrangente à “arqueologia do evento, como a

batalha, ao invés do campo no qual ela ocorreu” e, o segundo caso, é “frequentemente usado como uma descrição mais precisa da disciplina” (*ibidem*).

No entanto, à medida que se desenvolviam técnicas de abordagem específica a este ramo da arqueologia, a sua abrangência expandiu-se. Além do interesse na ‘arqueologia da batalha’, disciplinas como a História Militar suscitavam uma investigação mais alargada, para além dos campos de batalha, tais como os locais ou estruturas que desempenharam papéis importantes em eventos militares, incluindo instalações de apoio, acampamentos, bases, arsenais, processos de apoio logístico, entre outros (SCOTT & MCFEATHERS, 2011, p. 104).

Retomando a nossa análise exclusiva aos campos de batalha, ponto que nos interessa aprofundar, em comum, todas as batalhas partilham de dois aspetos - espaço e tempo. Desta forma, torna-se necessário pensar na *paisagem* do campo de batalha ao longo do tempo, considerando que os confrontos apenas ocuparam uma pequena porção de tempo, podendo durar menos de um dia ou apenas poucas horas, “mas as suas repercussões podem ser sentidas por séculos após a morte do último sobrevivente” (LYNCH & COOKSEY, 2007, p. 26). Contudo, a permanência da sua memória (os abundantemente denominados *ecos da batalha*) não corresponde ao tempo de permanência no terreno onde se firmou a ação. Qualquer que tenha sido a duração ou escala de uma peleja, a sua ocupação no solo, na maioria dos casos, é apenas transitória, não se alongando além de uma escala de dias, horas ou mesmo minutos. As cicatrizes na paisagem marcadas por uma batalha desvanecem gradualmente num curto período de tempo.

Por outro lado, o espaço físico (ocupado pelos intervenientes na ação) a que corresponde o campo de batalha, encontra-se no limite de uma paisagem mais ampla. Dentro desta área é possível encontrar artefactos deixados no terreno, ou mesmo monumentos evocativos, no entanto, devemos observar o campo de batalha como parte da História de uma nação e não apenas como um evento físico confinado aos limites geográficos e temporais do episódio (*idem*, p. 27). A importância das fontes documentais e testemunhos orais não podem, por isso, ser ignoradas. No entanto, é o campo de batalha que mais tarde se reverte em uma estação arqueológica.

Além da sua importância histórica (incontestável), para a arqueologia os campos de batalha são, efetivamente, espaços físicos. Devemos considerar que os

sítios desta natureza podem apresentar diferentes tipologias no que respeita à própria ação do confronto. Podemos, assim, tipificar uma batalha como: “em campo aberto, onde os exércitos se confrontam; em campo aberto com a variante da preparação prévia do terreno (o caso de Aljubarrota onde há uma escolha e preparação do terreno com valas e covas de lobo) e de tipologia de cerco/sítio, onde os exércitos alteram o espaço físico no desenrolar da ação construindo trincheiras, baluartes, minas, acampamentos permanentes, etc.” (FILIPE, 2015, p. 20). É importante saber, ou pelo menos tentar compreender através das fontes, a tipologia do campo de batalha, justamente para antecipar uma adequada abordagem no solo, quer isso represente apenas a procura por testemunhos (artefactos) ou por estruturas de apoio ao combate (armadilhas, fortificações, etc.), normalmente adaptadas ao campo de batalha, e armamento envolvido (Aljubarrota é disso exemplo).

Além das especificidades de cada campo de batalha, devemos ainda considerar o aspeto da sua localização exata e limites. A memória do local de um determinado confronto, pode não corresponder com exatidão ao espaço físico de uma batalha. Ainda que exista uma aproximação ao ponto de contacto onde se debateram dois, ou mais, adversários, mais difícil se torna em determinar o limite territorial de ocupação das tropas envolvidas. Acresce ainda “a suposição de que os campos de batalha foram limpos após o combate” (SCOTT & MCFEATERS, 2011, p. 105), o que representa uma expropriação imediata de eventuais testemunhos da batalha que poderiam ficar *in situ* e converterem-se, com o passar do tempo, em artefactos arqueológicos. Talvez esta prática justifique o facto de serem encontrados em campos de batalhas mais vestígios osteológicos, daqueles que sucumbiram em combate, do que armamento (ou objetos de outra natureza). As valas comuns, como aquela encontrada no campo de São Jorge, conferem muitas vezes o verdadeiro, e mais abundante, testemunho do campo de batalha. A antropologia física tronou-se, assim, numa ciência complementar à arqueologia dos campos de batalha.

Em Portugal podemos assumir que o exemplo preponderante é o do Campo Militar de São Jorge. Este talvez seja o único local arqueológico, classificado como ‘campo de batalha’, submetido a uma escavação em extensão, ainda que o limite da intervenção não tenha alcançado a totalidade da área onde decorreu o conflito, isto é, apenas uma parte do campo é que foi escavada. Apesar de a arqueologia dos campos

de batalha ainda ter uma intervenção modesta em território nacional, o caso português é considerado internacionalmente como “o primeiro trabalho atribuído à arqueologia de conflitos no século XX” (SCOTT & MCFEATERS, 2011, p. 106). Os resultados desta campanha, onde “foram expostas as características da vala comum e do campo de batalha”, fizeram sobressair a importância que o recurso à arqueologia em contextos de conflito pode revelar, tendo os trabalhos em São Jorge contribuído, sem dúvida, “para uma melhor compreensão dessa batalha em particular” (*ibidem*).

Outros meios de investigação, nomeadamente a prospeção, têm também demonstrado resultados satisfatórios, tal como o modelo aplicado ao campo de batalha do Vimeiro que recorreu ao detetorismo, conforme referimos em capítulo anterior, ou, mais recentemente, no campo de batalha dos Atoleiros através do levantamento topográfico juntamente como uma “análise geológica, geomorfológica e hidrológica do terreno” (Guia do Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, 2012, p. 32) auxiliada por fotointerpretação. Neste último caso recorreu-se ainda a sondagens geofísicas para determinar a localização exata da área de confronto. Em ambos os casos, o horizonte do campo de batalha foi dotado do respetivo centro de interpretação, em 2008 e 2012, respetivamente, à semelhança do que já acontecia com a batalha de Aljubarrota.

Ainda que a presente investigação não pretenda intervir no espaço classificado como campo da batalha de Aljubarrota, foram adotadas as mesmas especificações e precauções, considerando que se trata do mesmo horizonte de ação, isto é, integra o mesmo acontecimento bélico, portanto, obedece à mesma cronologia e está confinada ao espaço físico (neste caso no que respeita à movimentação de tropas e implementação de formação militar pré-combate). Apesar de na área sugerida para Primeira Posição Portuguesa não se ter testemunhado qualquer confronto físico entre os adversários, pois apenas ocorrera o avistamento entre ambos, a sua associação a um primeiro momento da batalha e a incerteza de se terem aberto eventuais estruturas militares no terreno, confere uma importância a este espaço muito próxima daquela que é atribuída ao Campo Militar de São Jorge. Da nossa parte, recusamo-nos a desvirtuar este local pelo simples facto de não se terem desembainhado as espadas e lançado as flechas e os virotões...

- **6.2 – Metodologia**

Após terem sido concluídos todos os trabalhos de sondagem geofísica e avaliados os seus resultados, a equipa de arqueologia optou por centrar esforços nas anomalias mais promissoras, ou seja, naquelas que mais se compatibilizavam com o que poderiam ser estruturas militares idênticas às encontradas no campo de batalha de São Jorge. Estas, configuram um conjunto de alinhamentos que se dispunham entre os 1,50 e 1,90 metros de profundidade com, pelo menos, sete ocorrências. Foram selecionados dois destes alinhamentos em área central do terreno para proceder à abertura de quadrículas e constatar a que tipo de estrutura, construção ou objeto, correspondiam aquelas anomalias.

O método escolhido, como já foi anunciado, corresponde ao da sondagem arqueológica. Devido a restrições, não apenas de recursos, mas para preservação da integridade do terreno (conforme solicitação dos proprietários), limitámo-nos à abertura de apenas duas quadrículas. A sua implementação foi antecipadamente ponderada. Por um lado, convencionámos que a sua dimensão mínima deveria ser de 5 por 2 metros, portanto, configurando uma pequena vala retangular, com o comprimento orientado a nordeste-sudoeste, isto é, intercetando a orientação das anomalias. O facto de optarmos por uma vala, não foi inocente. O alinhamento estende-se sensivelmente para noroeste, por conseguinte, os dois metros em largura abrangem uma porção da sua extensão com pouca probabilidade em não atingir a anomalia. Porém, o alinhamento apresenta uma largura reduzida, cerca de meio metro, e por esse motivo tínhamos de assegurar que toda essa medida era colocada a descoberto pela sondagem arqueológica. Desta forma, alargámos para 5 metros em comprimento, ao invés de recorrer a uma quadrícula convencional de 2 por 2 metros. Assim, estávamos seguros que seria possível cruzar o alinhamento e determinar, com alguma margem, a sua real dimensão em largura²³². Recordamos que os resultados da geofísica, relativos a estas anomalias, não conseguiram determinar se estas seriam

²³² Embora possa parecer confuso a uma primeira leitura, simplesmente foi optado por uma matriz inversa. O comprimento da vala arqueológica, corta o comprimento da anomalia, atravessando a mesma transversalmente.

constituídas por um alinhamento contínuo, ou se por um conjunto de covas enfileiradas.

Recorrendo a uma dimensão de 5 por 2 metros, tornava-se possível, segundo a nossa previsão, constatar três aspetos: i) se as anomalias eram de facto estruturas defensivas relacionáveis com o contexto de Aljubarrota; ii) caso fossem as estruturas militares que procurávamos, era necessário determinar a sua tipologia (covas, fossos, ou ambos); iii) averiguar as respetivas extensões e espaçamentos.

No terreno, as duas valas foram dispostas a cerca de 10 metros entre si, obedecendo à mesma orientação. Apesar de próximas, cada uma delas visava alcançar um alinhamento diferente, de forma a constatar se estaríamos perante a mesma realidade arqueológica. Ao caso de se confirmar que ambas continham a mesma anomalia, este resultado, seria, com elevado grau de probabilidade, transversal aos restantes alinhamentos. A primeira vala (Q1) foi orientada pelo azimute $130^{\circ}/50^{\circ}$ e georreferenciada ao centro (Latitude: 39.652621; 25176908; Longitude: -8.8372778 8925171 UTM: 29S0513960 4389227). A segunda vala (Q2), colocada mais a sul, foi orientada pelo azimute $140^{\circ}/40^{\circ}$ e também georreferenciada ao centro (Latitude: 39.652497 34526937; Longitude: -8.837280 571460726; UTM: 29S0513960 4389205).



Figura 62 - Implementação de quadrículas no terreno (Fonte: BARRACA, 2017)

Com a área de intervenção delineada, foram revistas as configurações das estruturas colocadas a descoberto no campo de São Jorge através de três campanhas arqueológicas: Afonso do Paço (1958-59); Severino Lourenço (1985) e Helena Catarino (1999). Era importante manter em mente o recorte das valas e, principalmente, das covas de lobo, de forma a identificar a sua presença, ao caso de existirem neste terreno, o mais atempadamente possível.

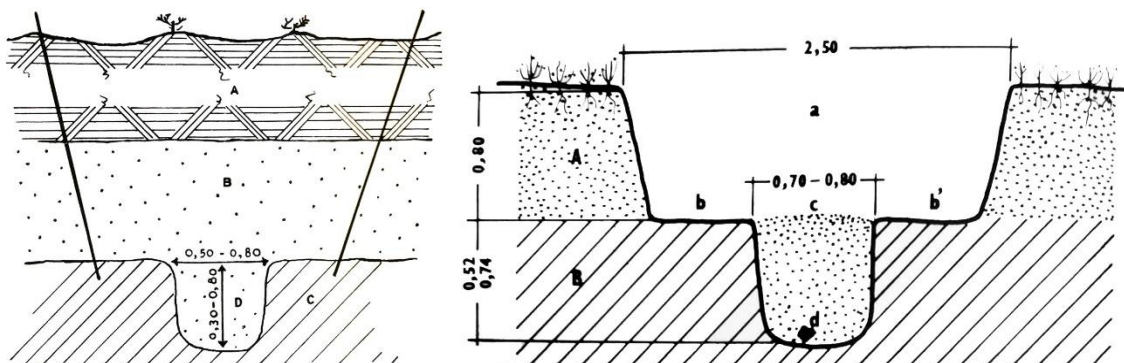


Figura 63 - Tramo de fosso em representação estratigráfica (Fonte: PAÇO, 1960a & 1961)

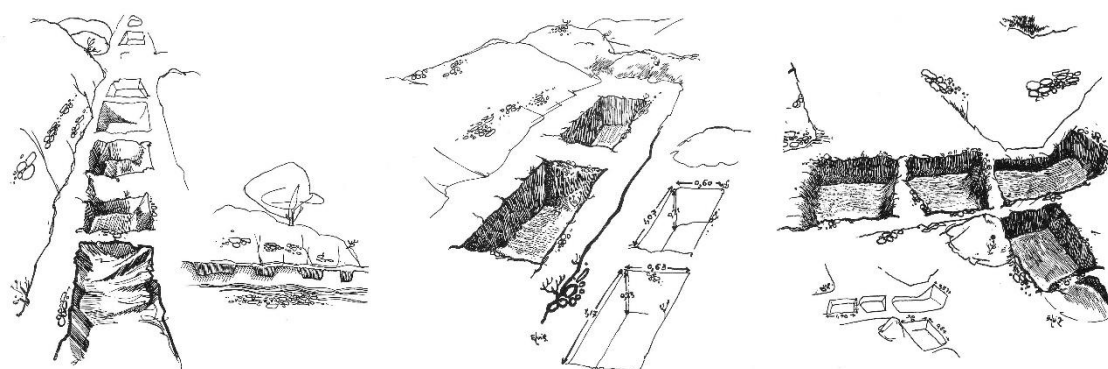


Figura 64 - Representação das covas de lobo após a intervenção arqueológica (Fonte: PAÇO, 1958)

As atenções decaíam ainda na leitura estratigráfica do campo de batalha, constituída por três estrados principais (*vide* capítulo IV – 4.2.5), a recordar: um superficial composto por terra húmida com 20 a 30 cm de profundidade, seguido por uma camada de areão com presença de algumas bolsas argilosas, medindo em média 50 cm, e por fim um estrato de saibro rijo onde assentava a base das estruturas (as covas e fossos) e que se prolongava abaixo destas. Durante a primeira intervenção arqueológica, Afonso do Paço descreve-nos a seguinte ordem de trabalhos: “Primeiro retirámos a camada de terras soltas e ligeiramente escurecidas, que os trabalhos

agrícolas anualmente revolviam. Ficava-nos na parte inferior o saibro rijo, de cor amarelada, com uma extensa mancha de terra também solta, e igual à anteriormente referida. Retirada esta com os maiores cuidados, ficava-nos à vista o fosso” (PAÇO, 1960a, pp. 10-11). Na identificação das covas de lobo, Afonso do Paço deparou-se com uma estratigrafia semelhante, apesar de estas estruturas, individualmente, demonstrarem uma menor dimensão.

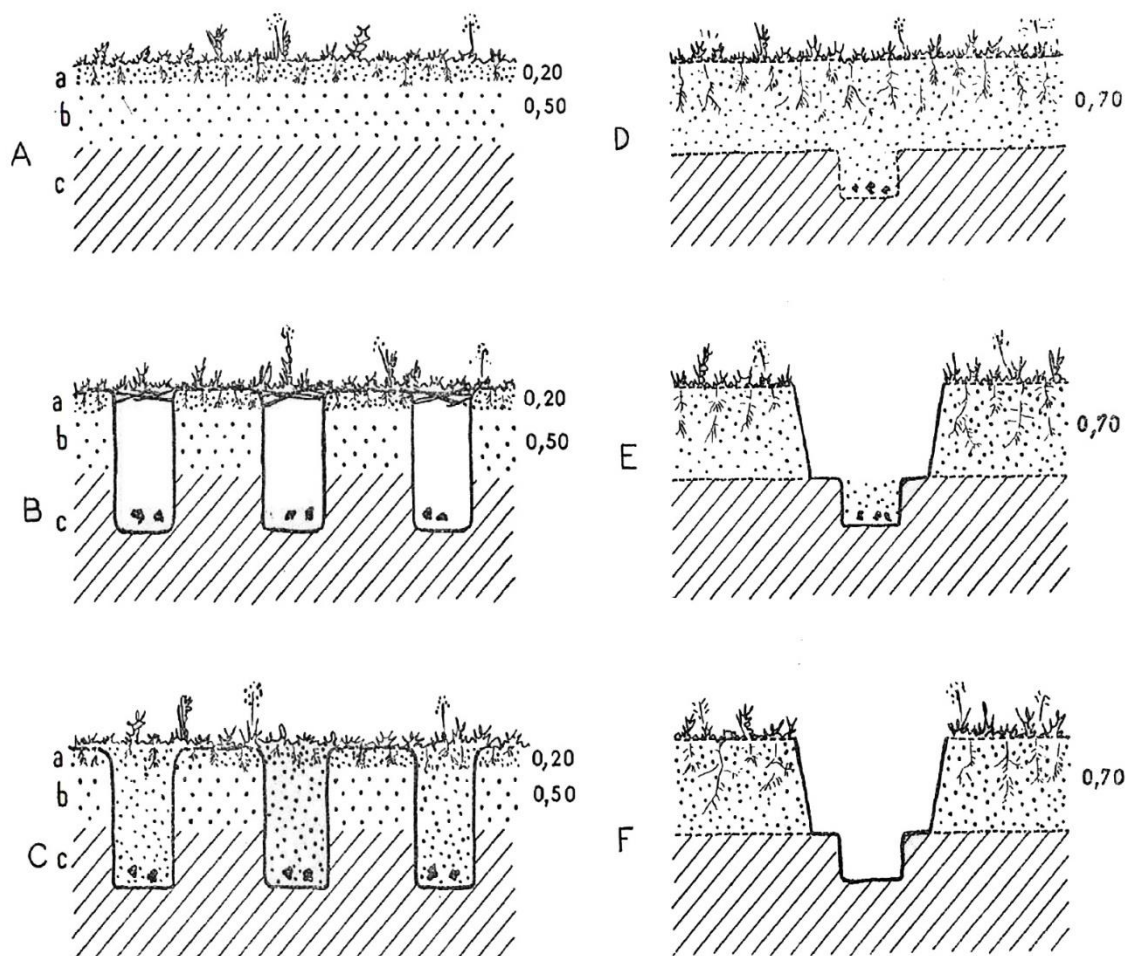


Figura 65 - Processo de erosão das covas de lobo (Fonte: PAÇO, 1960a)

Todavia, importa reforçar um aspeto relativo às dimensões destes dispositivos. O que foi encontrado por Afonso do Paço, corresponde à parte inferior das estruturas, ou seja, durante o processo natural de enchimento das covas e fossos, ao longo do tempo, a parte superior sofreu uma erosão. Este desgaste foi provocado tanto por agentes naturais, como pela posterior intervenção humana nas camadas superficiais do terreno. Os trabalhos agrícolas que aqui se desenvolveram, especialmente os que

se realizaram mais próximos temporalmente do evento, provavelmente decaparam a parte superior destas estruturas, mantendo a parte inferior intacta devido à profundidade a que se encontravam. Reproduzimos na imagem anterior um esquema de Afonso do Paço relativo ao processo de abertura no solo das covas de lobo no dia da batalha e a sua alteração fisionómica até ao momento em que foram recolocadas a descoberto.

A intervenção arqueológica coordenada pela Doutora Helena Catarino, contígua à de Afonso do Paço, replicou a estratigrafia por este descrita: “Este estrato estava cortado, em vários locais, por manchas um pouco mais escuras. Definidas as manchas, aos 38/40 cm de profundidade, verificou-se que estavam cortadas na rocha e correspondiam a covas de lobo” (CATARINO, 2001, p. 109). Identifica, de igual modo, a predominância de três estratos principais sob a mesma configuração: camada superficial recente, um segundo estrato de areias e, por último, o saibro rijo, encontrando-se as covas de lobos nos dois estratos inferiores (CATARINO, 2003).

Estratigraficamente antevíamos uma realidade semelhante à de São Jorge. As descrições dos arqueólogos que estiveram em campo, juntamente com a leitura da Carta Geológica, assim o faziam prever. Relativamente aos dispositivos defensivos, a sua eventual presença na primeira posição revelaria certamente alguma familiaridade com aqueles que foram identificados mais a sul, no campo de batalha, quer no formato, como nas dimensões, ou mesmo no grau de erosão. Munidos com esta informação, tivera início na segunda semana de setembro de 2016 a sondagem arqueológica no terreno por nós sugerido como parte da área correspondente à Primeira Posição Portuguesa.

Antes da abertura das valas, em uma área marginal à delimitada, procedemos à abertura de um pequeno sulco apenas para avaliar as propriedades da camada superficial do solo, nomeadamente a sua compactidade. Verificámos que esta camada, preenchida por solo arável, se prolongava até, pelo menos, os 0,40 m de profundidade. Este valor ultrapassava o alcance máximo dos detetores de metais utilizados para a limpeza magnética do terreno, portanto, a ação deste equipamento não colocara em risco a integridade dos estratos inferiores. Na base deste estrato superficial começavam a surgir as primeiras evidências de uma nova camada estratigráfica, composta por saibro compacto. Porém, detivemos por aqui esta análise preliminar do

solo, pois apenas pretendíamos avaliar as terras superficiais, as quais apesar de constituírem o solo arável, normalmente pouco compacto pela ação regular da lavra, neste caso em particular os revolvimentos do solo não eram regulares. Por outro lado, a terra estava seca devido às temperaturas quentes do verão, o que contribuía para uma maior rigidez do terreno.

Antevendo uma lenta progressão no solo recorrendo apenas a ferramentas manuais, foi requerido auxílio mecânico à Câmara Municipal da Batalha, que se prontificou de imediato em disponibilizar uma escavadora. O recurso aos meios mecânicos em arqueologia não são um preceito estranho ao arqueólogo, “teoricamente seria preferível escavarem-se estas valas à mão mas pontualmente existem restrições de tempo que obrigam a que os trabalhos se façam com maquinaria pesada” (BICHO, 2006, p. 152), embora, como se calcula, este recurso apresente algumas reservas. No entanto, para a remoção de camadas superficiais recentes, sem valor arqueológico, revela-se um poderoso auxiliar nos trabalhos de campo.

Esta operação foi acompanhada e orientada por dois arqueólogos em simultâneo. A camada superficial de terra húmifera (C1) foi cuidadosamente removida. A sua profundidade máxima rondava os 0,40 a 0,75 m, semelhante ao constatado na sondagem preliminar. A partir de meio metro de profundidade desenvolvia-se o segundo estrato (C2), tendo a escavação recorrido a um método intercalado entre intervenção humana e auxílio mecânico, dado que esta nova camada estratigráfica era composta por saibro rijo, por conseguinte mostrava-se ainda mais compacta que a superficial. Este segundo estrato prolongava-se até aos 1,10 m de profundidade máxima, a partir do qual surgiu uma nova camada estratigráfica (C3) composta por terra arenosa e menos compacta que as anteriores.

Norteados pelos resultados da geofísica, as anomalias que procurávamos identificar estariam embutidas nesta terceira camada. Até ao momento, as camadas identificadas mantinham uma proximidade estratigráfica equivalente às do campo de batalha. Perante esta similaridade estratigráfica e profundidade alcançada, optámos por acautelar um patamar com cerca de 1,30 m de largura, entre os 2 m de largo, e progredir em profundidade através dos 0,70 m remanescentes, para atestar a presença de anomalias e minimizar o impacto da escavação sobre eventuais

testemunhos aí contidos. Desta forma, estava assegurada a integridade do estrato inferior (C3) abaixo desta banqueta²³³.

Com a vala segmentada, progredimos por mais 0,30 m até atingir um novo estrato a 1,40 m. Esta quarta camada (C4) era muito semelhante à anterior, variando apenas na tonalidade. A sua espessura prolongou-se até cerca dos 1,70 m de fundo, onde nos deparámos com uma outra, de textura argilosa, bastante uniforme e sem a presença de elementos geológicos embutidos. Nesta vala de sondagem (Q1), não se avançou mais em profundidade.

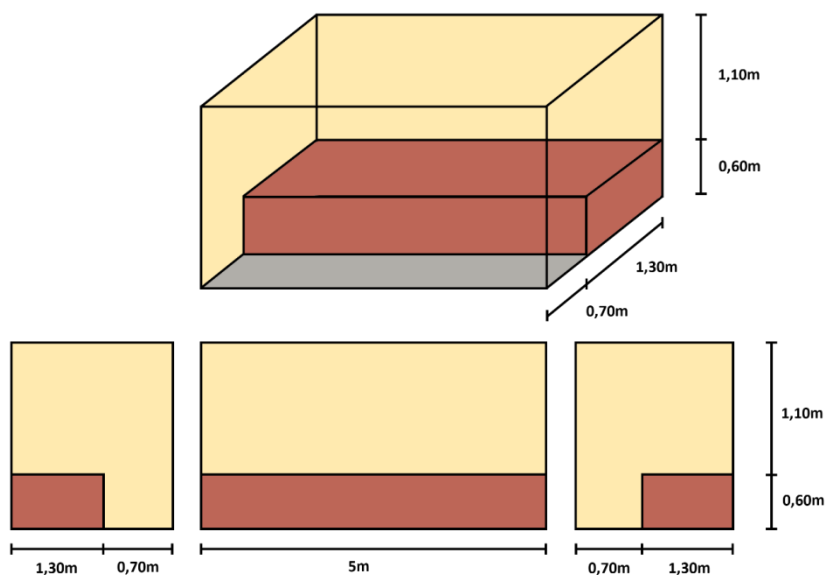


Figura 66 - Representação volumétrica da primeira vala de sondagem (Q1)

Com um melhor conhecimento da realidade estratigráfica do terreno, teve início a intervenção na segunda vala de sondagem (Q2), onde seria aguardada a mesma configuração de estratos verificada no caso anterior. Optou-se pela mesma metodologia de abordagem, recorrendo à retirada de terras superficiais com recurso a maquinaria, seguindo-se de um método partilhado entre intervenção mecânica e manual até atingir os últimos estratos, a partir dos quais a progressão em

²³³ É frequente em trabalhos arqueológicos reservar-se um corredor, normalmente com cerca de 50 cm de largura (as dimensões são adaptáveis), dentro de uma, ou mais, quadrículas, “denominado banquetta ou testemunho”. Habitualmente recorre-se a este princípio para conservar testemunhos em estratos arqueológicos ou para segmentar a quadrícula em estratos estéreis, porém “este método só tem lógica se o sítio arqueológico tiver uma grande extensão e várias áreas abertas, porque senão as banquetas servem apenas para encobrir características de disposição horizontal” (BICHO, 2006, p. 154).

profundidade apenas recorreu a ferramentas manuais. Também neste caso decidimos segmentar a vala através de uma banquetta na área de interseção entre o segundo e terceiro estrato.

De facto, e tal como era expectável, também a composição estratigráfica desta vala viria a revelar-se idêntica à anterior – uma camada superficial (C1) de terra arável com 0,55 m de profundidade máxima; um segundo estrato composto por saibro rijo (C2); a transição para um estrato argiloso (C3) a partir dos 1,10 m de profundidade até alcançar um outro semelhante (C4) a cerca de 1,45 m. Este último prolongar-se-ia até aos 1,80 m de fundo, onde nos deparámos, novamente, com uma camada argilosa de tonalidade diferente e bastante uniforme, sem presença visível de elementos geológicos. A esta profundidade findámos a nossa intervenção.

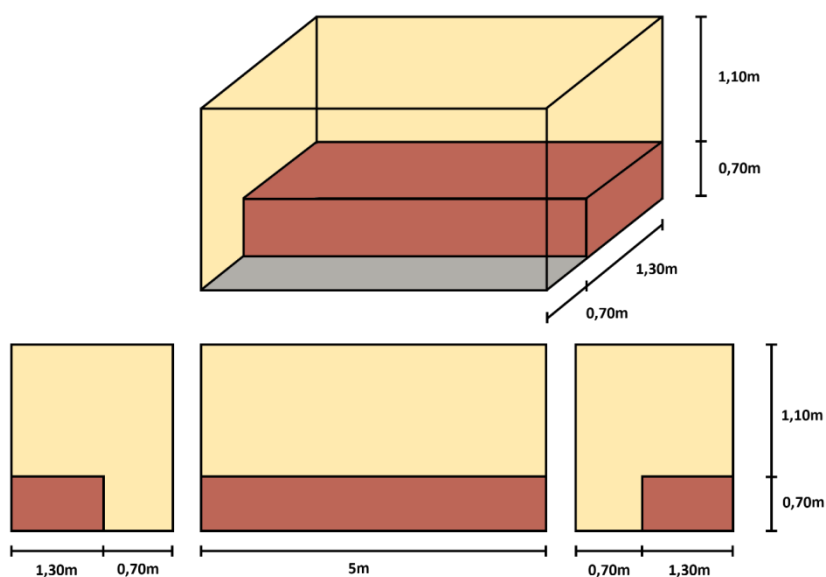


Figura 67 - Representação volumétrica da segunda vala de sondagem (Q2)

Com as duas valas a descoberto e sem evidências arqueológicas, procedemos a uma análise interpretativa conjunta entre os arqueólogos, os geólogos e o geofísico, que constituíram a equipa envolvida no processo de prospeção. Procurávamos determinar a que correspondiam as anomalias assinaladas pelas anteriores sondagens.

- **6.3 – Resultado da sondagem arqueológica**

Terminada a sondagem prevista, não identificámos nenhuma evidência arqueológica. Ambas valas abertas no terreno mostraram-se totalmente estéreis, portanto, sem a presença de quaisquer tipos de estruturas militar (dispositivos defensivos), nem tão pouco de qualquer testemunho fortuito assinalável.

Recentrámos as nossas atenções em dois aspetos – a estratigrafia e a profundidade de referência assinalada pela geofísica. A camada superficial em ambas as valas oscilava entre os 0,40 m e os 0,75 m de espessura, ou seja, uma média em torno de meio metro. Este estrato (C1) era composto por terras recentes, de tom acinzentado, parte das quais foram trazidas de outras origens para conferir um enchimento de solo arável. Não revelou quaisquer indícios arqueológicos, além dos elementos metálicos (na sua maioria composto por lixo) assinalados pelo detetorismo. Entre os 0,40 e 0,75 m até aos 1,10 m, encontrava-se uma camada (C2) composta por terra de cor amarela (Munsell²³⁴: 2.5Y 5/8) extremamente compactada e que, por sua vez, também se mostrou estéril. A partir de 1 a 1,10 m, tinha início um estrado (C3) de terra arenosa de cor avermelhada (Munsell: 10R 3/10), menos compacta que a anterior.

Contudo, constatámos, a partir desta camada, a presença abundante de seixos rolados endémicos, os quais se dispunham em aglomerados. A partir dos 1,50 m de profundidade, sensivelmente, afigurava-se uma nova camada (C4) muito semelhante à anterior, de tom avermelhado mais escuro (Munsell: 5YR 2/4), a pender para o vinoso, maioritariamente composta por terra compacta, preservando ainda alguns destes seixos, embora mais dispersos e em quantidades menos significativas. A base desta camada encontrou-se a 1,70 m na primeira vala e a 1,80 m na segunda, profundidades a partir das quais se desenvolvia um solo argiloso de cor cinzenta²³⁵ (Munsell: 10Y 4/2) e, como referimos, uniforme, sem a presença dos geodos rolados dispostos nas

²³⁴ Os códigos cromáticos dizem respeito a tonalidades, suscetíveis a pequenas variações de leitura, pelo que os valores apresentados devem entender-se como aproximados. Recorremos à edição de 1994 do catálogo: Munsell – Soil Color Charts, Macbeth Division of Kollmorgen Instruments Corporation.

²³⁵ O operador de maquinaria que colaborou na sondagem rapidamente identificou este último estrato de cor cinzenta como característico da região, registado com frequência a profundidades semelhantes e até bastante superiores, compactuando com as características assinaladas – argiloso e sem elementos geológicos. A sua presença é assídua no decorrer de abertura de valas camarárias profundas ou de furos para captação de água, o que permite antever o seu desenvolvimento em profundidade alargada.

camadas acima desta, ou mesmo sem indícios de outros elementos geológico. Todas as três camadas inferiores também se revelaram arqueologicamente estéreis e sem evidências de estruturas antrópicas.

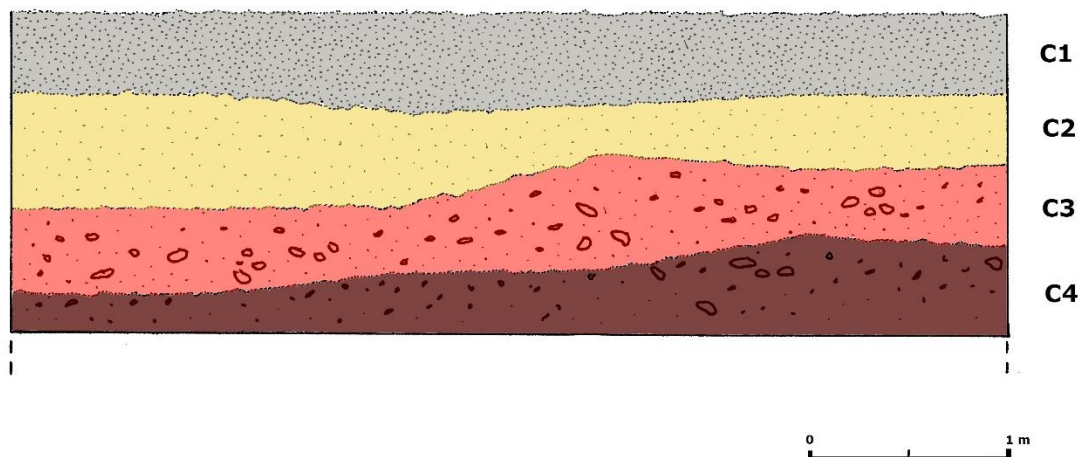


Figura 68 - Estratigrafia identificada na primeira vala de sondagem (Q1)

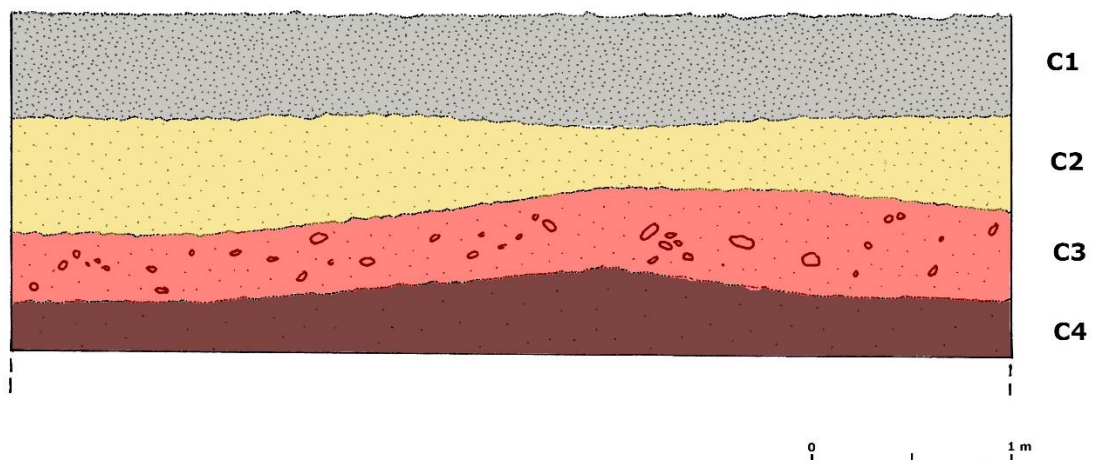


Figura 69 - Estratigrafia identificada na segunda vala de sondagem (Q2)

O único elemento que nos permitia associar a uma *anomalia*, através da leitura estratigráfica, eram os aglomerados geológicos contidos maioritariamente no terceiro estrato (C3). Recorremos às banquetas, cuja superfície correspondia à transição entre as camadas 2 e 3, para obter uma leitura horizontal. De imediato apercebemo-nos que os seixos encontrados dispunham-se em concentrações que se alongavam no mesmo sentido, neste caso noroeste-sudeste, em direção aos flancos da encosta. Esta

orientação tinha correspondência com os alinhamentos detetados pelo georadar (GPR). A sua dispersão entre 1,10 e 1,50 m de profundidade, a partir da superfície, vai ao encontro dos valores sugeridos pela geofísica, entre 1,50 e 1,90 m, neste caso, porém, considerados por GPS a partir do nível do radar, o que redundava num diferencial de até 40 cm relativamente aos valores registados na sondagem arqueológica, que considerou a margem superior das valas²³⁶.

Estes seixos são de composição quartzítica e detêm propriedades refletoras. A sua elevada concentração (e, até, sobreposição) criou uma anomalia entre o conjunto e o solo circundante. Esta variação entre meios (solo e concentração de elementos geológicos) juntamente com as características próprias do quartzo (óxido de silício), geraram um contraste cuja frequência do radar (que neste caso fora preparado para leituras mais pormenorizadas a uma menor profundidade), não deixou de assinalar, considerando que “qualquer estrutura de pedra ou mesmo um grande conjunto de artefactos líticos originará uma anomalia” (BICHO, 2006, p. 139).

O padrão que estes aglomerados compunham assemelham-se a escorrências naturais do terreno, onde a cota em direção aos flancos se mostra mais acentuada, sendo natural que, ao longo do tempo, a disposição destes elementos configure um alinhamento. É por este motivo que a leitura do resultado da prospeção com georadar suscitou a dúvida se esta anomalia seria constituída por um *continuum* ou, por outro lado, por pontilhado. A resposta estava agora à nossa vista.



Figura 70 - Pormenor do aglomerado de seixos quartzíticos dispostos ao longo do estrato C3

²³⁶ A cota 0 não tinha correspondência entre a sondagem geofísica e a arqueológica. Na geofísica estabelecera-se o nível de superfície recorrendo a GPS/Altímetro, ao passo que na arqueologia esta cota correspondia à superfície real do solo, a partir da qual foram registadas as medidas em profundidade. Existe, portanto, uma relação direta entre os valores considerados, ainda que estes sejam diferentes.

Em ambas as valas de sondagem constatámos este fenómeno gerado pela elevada concentração de geodos quartzíticos entre os estratos C3 e C4. Na vala mais a norte (Q1), por esta se encontrar mais próxima do declive lateral do terreno, a camada C4 mostrava mais indícios destes seixos, comparativamente à outra vala (Q2). Estavam, assim, identificadas as anomalias assinaladas pela geofísica.

• 6.4 – Considerações

Recuperando o objetivo principal da nossa investigação, pretendíamos comprovar arqueologicamente a inexistência de estruturas defensivas dentro dos limites da Primeira Posição Portuguesa. Julgamos que o objetivo foi alcançado.

Desde o início assumimos que a primeira posição correspondeu a um preceito tático dentro do planeamento estratégico em torno da Batalha de Aljubarrota. Acreditamos, por motivos relacionados com o recorte natural da encosta, e respetivos flancos, extremamente defensável, que o local dispensaria trabalhos de reforço por parte da hoste anglo-portuguesa. Esta convicção tem um fundamento teórico, a que nos iremos dedicar no capítulo seguinte, o qual considera que a articulação entre as duas posições em São Jorge fora deliberada. Deste modo, a primeira constituiria o engodo e a segunda a armadilha.

A nossa investigação sugeriu um novo limite para a localização desta primeira posição que, como vimos, não se encontra georreferenciada nas fontes, nem conserva nenhum monumento ou testemunho seu contemporâneo que a pudesse assinalar. A cota (127) a que nos propusemos intervir, já de si estreita no que respeita à área útil (300 metros) em largura, apresenta severas limitações de espaço condicionado pela implementação da malha urbana, viária e de terrenos agricultados/arborizados, que impossibilitam uma intervenção arqueológica em extensão. A única área (com uma dimensão adequada) acessível para o efeito, dentro deste horizonte, corresponde ao olival onde decorreram as sondagens.

O terreno selecionado para os trabalhos de campo, configura uma faixa perpendicular à área onde estiveram dispostas em formação as tropas portuguesas e inglesas na manhã de 14 de agosto de 1385. Desta forma, sobrepõem-se não apenas ao local onde estacionaram os combatentes, mas também abrange a zona frontal à

linha de vanguarda. Ao caso de existirem dispositivos defensivos semelhantes aos encontrados na segunda posição, estes estariam à frente da vanguarda portuguesa. A disposição longitudinal do terreno onde decorreram as sondagens tem esse alcance. Foi ainda, por esse motivo, que optámos em condicionar a sondagem arqueológica aos alinhamentos centrais, entre o conjunto identificado pelo georadar, em uma área que nos pareceu assentar entre a presumível posição da vanguarda de Nun'Álvares Pereira e o declive frontal da encosta.

A geofísica mostrou-se um auxiliar indispensável para alcançar os objetivos arqueológicos, tendo percorrido os 11.000 metros² de terreno recorrendo a diferentes métodos de prospeção. Conseguiu-se, com elevado grau de eficácia, distinguir entre áreas estéreis (neste caso a maioria) e anomalias no subsolo, que podiam ser antrópicas ou naturais. A sondagem arqueológica, centrada nas anomalias que mais se aproximavam às estruturas de referência, excluiu, por um lado, uma elevada parcela do terreno cuja escavação teria de ser realizada em extensão sobre uma área que já se adivinhava estéril, e por outro, confirmou que a natureza das anomalias assinaladas eram efetivamente de origem geológica.

Estamos, portanto, seguros de que em toda a extensão deste terreno, tal como por nós era esperado, não existam indícios de terem sido abertos no solo quaisquer tipo de estrutura defensiva no decorrer do episódio de Aljubarrota. Consideramos, ainda, que esta faixa de terreno pode ser representativa de todo o limite que, na nossa convicção, corresponde à Primeira Posição Portuguesa.

Podem os resultados obtidos parecer pouco empolgantes, mas têm correspondência com a proposta teórica que apresentaremos em seguida. O recurso à sondagem arqueológica, orientada antecipadamente por uma sondagem geofísica, pretendia, neste caso em concreto, demonstrar a inexistência de testemunhos. A sua ausência do contexto analisado também reflete uma evidência. Claro que apenas podemos assegurar a realidade arqueológica dentro dos limites alcançados pela sondagem, ainda que a mesma, para a nossa equipa, seja representativa.

Contudo, insistimos em como os trabalhos de campo ao longo da encosta norte do planalto de São Jorge deverão ter continuidade, pelo menos em algumas parcelas onde ainda seja possível executar sondagens, nomeadamente, e principalmente, de prospeção geofísica.



Figura 71 - Abertura de valas de sondagem no terreno (Q1 e Q2)



Figura 72 - Estratigrafia total e parcial (do topo ao patamar e até à base)



Figura 73 - Valas Q1 e Q2 orientada sudoeste-nordeste



Figura 74 - Valas Q1 e Q2 orientada nordeste-sudoeste



Figura 75 - Pormenores das valas de sondagem



Figura 76 - Levantamento estratigráfico

Capítulo VII – Planeamento estratégico

Os estudos sobre a *arte da guerra* na Idade Média têm vindo a reformular os seus principais parâmetros de análise, renovando profundamente as diferentes leituras e interpretações sobre o modo de guerrear europeu nos séculos VII a XV. Numerosos autores têm-se debruçado sobre a evolução dos conceitos teóricos, entre os quais Clifford Rogers (da West Point Academy, U.S.A.), Stephen Morillo (Wabash College, Indiana, U.S.A.), John France (Swansea University, U.K.) ou Francisco García Fitz (Universidad de Extremadura, Espanha). Este último autor recorre mesmo, com frequência, à análise da evolução da historiografia militar medieval como elemento introdutório em artigos (2014) e em exposições orais (2017). Inspirados por este modelo, decidimos apresentar, de um modo muito sucinto, os paradigmas que têm vindo a influenciar de forma mais nítida os trabalhos sobre a guerra na Idade Média, desde os idos de Oitocentos até ao presente.

O horizonte militar medieval está situado entre duas realidades bélicas poderosas: a atuação disciplinada, estruturada e permanente dos exércitos romanos; e os exércitos que se formaram a partir dos meados do século XV, motivados principalmente pela introdução da pólvora e das armas de fogo. Neste intervalo, no Ocidente europeu, que no plano militar se ocupou também das *cruzadas* no Próximo Oriente e da *reconquista cristã* da Península Ibérica, a arte da guerra desenvolveu uma identidade própria, muitas vezes (mal) identificada pelos historiadores com falta de organização e com indisciplina grosseira. Alguns fatores contribuíram para isso: a inexistência de exércitos permanentes e profissionais; a obrigatoriedade de serviço militar apenas quando requerido pelo monarca; a ausência de monopólio do Estado na utilização da força armada; o recurso frequente a mercenários; uma especialização restrita da guerra (salvo no que diz respeito a esses contingentes de mercenários e às Ordens Militares no seu período áureo); as limitações no armamento; e a ausência de treino regular, de fardamento ou de uniformidade do equipamento bélico. Estes aspetos contribuíram, de uma maneira geral, para uma avaliação depreciativa, pelos historiadores do século XIX e inícios do séc. XX, dos contingentes e das operações militares medievais.

Porém, a interpretação destes elementos foi sendo revista e aperfeiçoada pela historiografia militar, o que levou García Fitz a propor dois paradigmas: o “paradigma bélico medieval segundo a historiografia oitocentista”; e o “paradigma bélico medieval segundo a historiografia recente” (GARCÍA FITZ, 2014).

O primeiro, criado por uma historiografia oitocentista que perdurou nos círculos académicos até meados do século XX, considerava três aspetos essenciais na guerra medieval: i) a ausência de princípios táticos e estratégicos; ii) a superioridade da cavalaria pesada iii) a centralidade da batalha campal. O segundo paradigma, que teve início a partir da década de cinquenta do século passado, enuncia igualmente três princípios: i) a estratégia e tática nos usos bélicos medievais – a chamada «estratégia vegeciana»; ii) a relativização do papel da cavalaria pesada; iii) o lugar da batalha campal nos usos estratégicos medievais: o debate em torno do «paradigma Gillingham» (GARCÍA FITZ, 2014, p. 27).

No primeiro paradigma, que remonta aos ensaios teóricos oitocentistas, o ponto i) debruça-se sobre o comportamento militar medieval predominante, que fora caracterizado por uma suposta ausência de princípios ou de pensamento tático e estratégico, “lo que llevaría consigo actitudes y conductas tales como la falta de planificación”. Esta limitação estratégica incompatibilizava-se com a instrução coletiva e, conseqüentemente, com “el aprendizaje de maniobras conjuntas y coordinadas” (*idem*, pp. 19-20). Assumia-se, portanto, que a anterior disciplina e a planificação tática que caracterizavam as legiões romanas seriam substituídas por “valores mucho más primarios, como la fuerza bruta, la habilidad en el combate individual y el uso de las armas, el coraje ciego” (*idem*, p. 21). O ponto ii) considera a superioridade absoluta da cavalaria pesada perante os restantes corpos táticos, remetendo a infantaria e a cavalaria ligeira para uma conseqüente irrelevância e para uma incapacidade de executar operações conjuntas e articuladas. Foi desta característica que resultou a convicção geral de que as batalhas estavam essencialmente limitadas, pelo menos as que ocorreram antes do século XIV, a “una sucesión de cargas de la caballería pesada” (*idem*, p. 24). O ponto iii) introduz a centralidade do estudo sobre as batalhas no panorama global da guerra medieval, “the scholarly study of medieval warfare began almost as a study of medieval battles” (ROGERS, 2002, p. 1). Apesar de sobrevalorizadas para o estudo militar, sendo “el único escenario en el que

encontraban algún elemento digno de interés” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 25), as batalhas campais²³⁷ foram um recurso pouco frequente ao longo da Idade Média. Pelo contrário, as campanhas militares medievais recorriam preferencialmente a outros preceitos, assentes em incursões de desgaste (*fossados*) e de guerrilha (*guerra guerreada*), tais como as cavalgadas, as razias e os cercos.

O segundo paradigma, desenvolvido a partir de meados do século XX, questionou as anteriores formulações e tornou-se uma «nova ortodoxia»; ele afirmou-se a par da redescoberta do *opus magnum* de Flávio Vegécio Renato, o autor latino que, em finais do século IV, compôs para um imperador, cujo nome exato se desconhece, um tratado conhecido por *Epitoma rei militaris* ou por *De re militari* (MONTEIRO, 2009, p. 81). Esta obra, com conteúdos táticos e estratégicos orientadores, foi difundida entre os comandantes militares medievais e a respetiva leitura permite perceber que “las nociones de tácticas y de estrategia no solo son perfectamente aplicables al comportamiento de los combatientes medievales, sino que además sin ellas la guerra medieval simplemente no puede entenderse” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 27). A partir desse momento, seria em torno da análise da obra de Vegécio (sobre a qual nos ocuparemos adiante com mais pormenor), que a nova historiografia avançaria com diferentes e importantes interpretações teóricas. Este fator contribuiu, de resto, para incluir na historiografia militar o estudo das (amplamente maioritárias) campanhas desprovidas de batalhas campais.

Deste modo, o ponto i) do segundo paradigma remonta às observações de R. C. Smail, ainda dentro da década de cinquenta (1956), em como a batalha “era solo uno – no siempre el más decisivo y muchas veces evitado –, de los medios de que disponía un comandante para alcanzar los fines de la guerra” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 29). Por este motivo, toda a estratégia concebida para uma campanha militar seria mais elaborada e complexa do que se julgava, indo muito além da planificação de uma batalha campal. Porém, quando o conflito culminava efetivamente em combate

²³⁷ Esta importância, quase exclusiva, que a historiografia oitocentista atribuía às batalhas campais teve origem, em parte, nas formações académicas em ambiente militar, onde prevalecia uma leitura da guerra assente na memória de vida dos próprios escritores: “dada la experiencia personal de aquellos autores y el tipo de guerra característico del Occidente europeo en el siglo XIX y primera mitad del XX, fuertemente marcado por las grandes batallas, se entiende que sólo en los choques frontales en campo abierto, en sus planteamientos tácticos y en sus carencias encontraran algún tipo de lección” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 25).

aberto, o ponto ii) do paradigma aprofundava a sua interpretação no que respeita à análise da batalha, tratando de esbater, com bons argumentos, o *topos* da predominância obrigatória da cavalaria pesada e valorizando, em compensação, a atuação dos restantes corpos táticos. Conforme Smail e os seus continuadores notaram, as próprias cargas de cavalaria dificilmente tinham êxito “si no venían precedidas por la actuación de arqueros o ballesteros, es decir, de fuerzas de infantería que castigasen, desconcertasen, desgastasen o, si era posible, rompiesen las formaciones enemigas mediante el lanzamiento masivo de flechas” (*idem*, p. 33).

Esses outros corpos táticos foram, assim, reabilitados pela análise da nova historiografia militar, de acordo com a intuição precoce de Nicolau Maquiavel: “podemos ficar seguros, mesmo quando [a cavalaria] for muito mais numerosa, porque os lanceiros dispostos à volta do exército poderão suportar qualquer ataque” (MAQUIAVEL, sd, p. 119); ou seja, a infantaria teria capacidade para absorver e defender-se do choque da cavalaria pesada (evocamos a memória da batalha de Ataleiros como exemplo). O desprezo com que tradicionalmente se encarara a prestação da peonagem e da cavalaria vilã, “puede estar motivada más por la propaganda, los prejuicios y distorsiones de unos cronistas, de unos poetas o de unos artistas que dirigían sus obras a un público caballeresco” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 35). Como é bem sabido, a supremacia dos cavaleiros nos palcos de batalha e na sociedade medieval relaciona-se também muito com a sua condição económica e com a sua influência, atendendo a que configuravam uma elite de guerreiros maioritariamente oriunda da fidalguia e que compunham a classe da alta e da baixa nobrezas.

O último tópico deste segundo paradigma, o ponto iii), motivou um alargado e salutar debate em torno da batalha, ou melhor, sobre a ponderação da batalha campal como um entre vários recursos estratégicos disponíveis. Convém sublinhar que, neste modo de ver a realidade, a batalha não ocupa um lugar de destaque, nem tão pouco constitui uma opção preponderante, por muito que o estudo e a análise dos grandes combates em campo aberto continue a entusiasmar os historiadores e o público em geral. A nova historiografia pondera mesmo se a sua relativa raridade no panorama medieval não advirá do facto de os comandantes tenderem a evitá-la. As teses sobre esta problemática ficaram conhecidas como *paradigma Smail*, ou, mais recentemente, como *paradigma Gillingham*, em homenagem a dois grandes historiadores da guerra

medieval, o primeiro por ter sido o primeiro autor a avançar com esta proposta e o segundo pela produção de artigos e de palestras muito estimulantes sobre esta temática.

As principais alegações do *paradigma Gillingham-Smail*, baseadas na constatação de uma certa subalternização, pelos comandantes medievais, da batalha quando comparada com os outros recursos táticos disponíveis, iam ao encontro dos preceitos apresentados por Vegécio. Segundo este autor romano dos inícios do séc. V d.C., a batalha seria um acontecimento *a evitar*, justamente pelos elevados riscos que comportava e devido à incerteza do seu resultado, recomendando-se, ao invés, a guerra de desgaste e os assédios em território inimigo. Um outro aspeto sugere ainda que “the benefits to be gained by a battlefield victory were unusually limited” (ROGERS, 2002, p. 4).

No entanto, de uma vitória expressiva numa batalha poderia advir o termo de um conflito ou de uma campanha militar; Aljubarrota representa um desses casos. Por outro lado, a vitória num combate aberto poderia somente afirmar a superioridade militar de um adversário e não provocar necessariamente a rendição de todo um território ou de um dirigente supremo; isto é, vencia-se no campo, mas teria de se prolongar a campanha para submeter as praças e os castelos da região. Por conseguinte, o esforço (e o risco) envolvido durante uma batalha campal nem sempre permitia alcançar o objetivo inicial, forçando, não raras vezes, o prolongamento da campanha (com os respetivos cercos, razias, cavalgadas, etc.). Clifford Rogers aponta para esta ambiguidade da peleja em campo aberto: “even if an enemy army was defeated in the field, the survivors could simply retreat into their castles and other fortresses, leaving the victor facing the same Sisyphean task of reducing them one by one which he would have faced had there been no battle” (*ibidem*). Tendo em conta esta realidade, depreende-se que a “prioridad militar y estratégica rara vez pasara por la destrucción de las fuerzas armadas del enemigo en campo abierto” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 36).

Deste modo, Clifford Rogers resumiu assim os argumentos dos defensores do *paradigma Gillingham*: “battle was not only unprofitable and excessively risky, it was also unnecessary. A better tool was available for compelling an enemy to do one’s will, namely the *chevauchée* or “war-ride”.” (ROGERS, 2002, p. 5). Entretanto, seria este

mesmo investigador americano a contestar a concepção de combate em campo aberto como uma opção secundária, ou a ideia de que a batalha seria apenas um mero e último recurso, entre outras medidas táticas disponíveis. A batalha campal, pelo contrário, podia ser uma opção de primeira instância, no caso de, por exemplo, se procurar uma solução célere do conflito. Clifford Rogers recorda os casos de Crécy (26 de agosto de 1346) e de Poitiers (19 de setembro de 1356), das quais se dizia que teriam sido o resultado da fraca liderança dos comandantes ingleses, que teriam sujeitado as respetivas hostes, contra a vontade destas, a um combate decisivo em campo aberto; ao invés, o autor contrapõe: “my own research convinced me that, on the contrary, Edward and his sons consistently sought out battle with their enemies” (ROGERS, 2002, p. 8)! Rogers identifica ainda um dos fatores que mais tem enganado os historiadores: “the *maneuvers* made by the Plantagenets to ensure that, when the fighting came, they would enjoy the powerful advantage of the tactical defense often seemed to historians to be simple *retreats*, aimed at avoiding battle rather than seeking favorable conditions under which to fight” (*ibidem*).

Com esta nova leitura, que não anula todo os pressupostos do *paradigma Gillingham-Smail*, a batalha campal passou a ser considerada pelos historiadores militares como um recurso tático disponível entre tantos outros, mas valorizado e considerado com a mesma pertinência dos demais. A utilização deste recurso seria ponderada pelo comandante medieval perante as circunstâncias concretas, como aliás sucedia com qualquer outro meio, de modo a escolher-se a solução que pudesse antecipar-se como mais eficaz ou adequada. Inclusivamente, seria legítimo planejar toda uma campanha militar tendo em vista travar deliberadamente uma batalha.

Além dos casos apontados para Crécy e para Poitiers (nos quais, segundo Rogers, as forças inglesas procuraram atrair as francesas para incorrer em batalha num terreno antecipadamente escolhido e apropriado à defesa), também García Fitz nos recorda que já na batalha de Las Navas de Tolosa (16 de julho de 1212), “la actitud de Alfonso VIII y de quienes le apoyaron fue muy distinta, y lo fue porque, en contra de los preceptos vegecianos y en contra de los usos militares habituales en la época, la campaña que comenzó a proyectarse a finales de 1211 fue organizada, desde el primer momento, con el objetivo de librar una batalla campal” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 47). Os «preceitos vegecianos» referidos correspondem aos pontos enumerados na obra *De re*

militari (em especial no Livro II; cap. XXVI), onde se aconselha a evitar a batalha, optando-se em vez disso por recorrer a outros recursos táticos. Esta postura vegeciana, na qual se estriba o *paradigma Gillingham*, terá sido adotada, em Las Navas, pelas forças opositoras, quando os líderes muçulmanos tentaram furtar-se ao combate (por o terreno não reunir as condições adequadas à tática de flanqueamento habitualmente executada pelos seus ginetes), tendo, no final, sido forçados a combater em resultado das circunstâncias particulares que então se geraram, e não por opção própria.

Na opinião dos autores que temos vindo a citar, existe convergência relativamente à eclosão de uma batalha, na medida em que, para que ela aconteça, é necessário que ambos os adversários a aceitem, ou pelo menos que um deles não tenha uma outra opção²³⁸. A raridade deste acontecimento no Ocidente europeu medieval radica precisamente na dificuldade de ambos os adversários aceitarem travar um combate em campo aberto: considerando que “ambas partes procuraban estar en condiciones tácticas, físicas o anímicas ventajosas, se entiende que la confrontación campal rara vez ocurriese, puesto que pocas veces las dos partes consideraban al mismo tiempo que su situación era más favorable que la de su contrincante” (GARCÍA FITZ, 2014, pp. 39-40). No entanto, o que motivava a batalha assentava na convicção das repercussões políticas e militares que adviriam da vitória, eventualmente decisivas para alcançar os objetivos estratégicos; isto poderia impulsionar uma das partes a procurar o confronto, mesmo que as condições não lhes fossem totalmente favoráveis. Apesar desta busca deliberada de batalha poder, por si só, constituir um preceito tático, “rara vez el choque frontal en campo abierto entre dos ejércitos se concebía en sí mismo como un objetivo estratégico, fruto de una decisión expresa y previamente planificada con el objetivo de aniquilar a las fuerzas armadas del enemigo o de quebrar su potencial militar” (*idem*, p. 41).

²³⁸ Nem sempre a inevitabilidade de um confronto armado se relacionava apenas com o encurralamento de um adversário, ou tão pouco a procura de uma batalha estaria dependente de uma estratégia militar; em alguns casos “cuando el choque se desarrollaba en el transcurso de una incursión, lo normal es que una de las dos partes se planteara prioritariamente recuperar el botín, castigar a los agresores o defenderse y evitar una invasión, mientras que la otra aspirara a continuar o finalizar la campaña con la mayor cantidad posible de beneficios” (GARCÍA FITZ, 2014, p. 41). Esta situação ocorreu, por exemplo, na batalha de Trancoso (29 de maio de 1385), motivada pelo resgate dos cativos e do grande esbulho com que o adversário se retirava para Castela, e não para pôr cobro ao conflito luso-castelhano.

Entretanto, a obra de Vegécio contém *nuances* muito importantes no que respeita à batalha campal. Por um lado, recomenda que ela seja evitada: “os bons generais tentam sempre surpreender o inimigo e não enfrentá-lo num combate aberto, no qual existe um perigo para ambas as partes” (VEGÉCIO, livro III, cap. IX, pp. 283-284); mas, por outro, sugere que ela deve ser provocada caso as circunstâncias sejam favoráveis, na medida em que “uma vitória completa assenta no resultado de uma batalha campal” (VEGÉCIO, livro III, cap. XI, p. 293). Por esta ordem de ideias, “it is generally not possible for the same action to be beneficial to both belligerents. Thus, if it is to one side’s advantage that *no* battle take place, it must generally be in the other side’s interest that a battle *should* take place” (ROGERS, 2002, p. 8). É Vegécio quem nos avisa: no caso de um comandante tentar evitar a batalha, torna-se favorável ao seu inimigo ir procurá-la. Obviamente, o inverso também seria verdadeiro...

Na guerra medieval, seria ainda comum que ambos os lados do confronto estivessem dispostos a dar batalha ao adversário “apesar de nenhuma das partes pretender *atacar* o inimigo no terreno escolhido pelos defensores. E se ambos os lados desejavam travar batalha em terreno por si escolhido, mas nenhum se dispunha a combater no terreno escolhido pelo inimigo, então o mais provável era não haver lugar a batalha nenhuma, o que em grande medida ajuda a explicar a frequência de campanhas militares sem batalha campal nos finais da Idade Média” (MONTEIRO, 2009, p. 93). A par do elevado risco que representava uma batalha, as suas conquistas seriam de igual modo relevantes; afinal, quanto maior o risco, maior o proveito. “If an invader’s success on the battlefield could make conquests possible, it is equally true that a defender could put a decisive stop to an invasion by winning a major combat, as (...) the Portuguese did at Aljubarrota in 1385” (ROGERS, 2002, p. 12).

Podemos então depreender que, em geral, a batalha campal seria um recurso disponível para o comandante medieval, com tanta importância quanto outros dentro do leque de opções táticas existente; no entanto, a batalha exigia uma ponderação mais prudente e uma análise mais cuidadosa das circunstâncias específicas. Fosse em resultado de uma estratégia favorável ou de um condicionalismo, a resolução de um conflito por via da batalha normalmente tomava forma quando era consentida por ambos os lados, isto é, quando ambos aceitavam as condições impostas pelo adversário. A mais relevante dessas condições, provavelmente, estaria relacionada

com a escolha do terreno. O resultado eventualmente determinante de uma batalha afirmar-se-ia, também, como um recurso tentador. Como observara Sun Tzu, o célebre tratadista chinês do século V-IV a.C., na sua obra secular *A Arte da Guerra*: “na guerra, deixa que o teu grande objectivo seja a vitória e não campanhas prolongadas” (TZU, cap. II, parte 19, p. 74).

- **7.1 – A inevitabilidade de um confronto armado**

O desenvolvimento de importantes trabalhos e reflexões por parte de historiadores militares, entre os quais destacamos os autores mencionados anteriormente, repercutiu, em muitos casos, em reinterpretações de campanhas militares medievais que até ao momento não consideravam toda a amplitude dos recursos táticos tidos agora em linha de conta pela moderna historiografia, ou pelo menos submetidos a novas prioridades e preceitos reformulados. A reinterpretação que Francisco García Fitz elaborou para a batalha de Las Navas de Tolosa e João Gouveia Monteiro para a de Aljubarrota, recorrendo ao *paradigma Gillingham* e à *estratégia vegeciana*, ilustram o modo e a necessidade de promover novas leituras sobre a guerra na Idade Média, com especial destaque para o Ocidente europeu e de forma mais incisiva ainda nos conflitos ibéricos. Neste capítulo, tomaremos como bússola o trabalho de João Gouveia Monteiro sobre “a decisão de dar batalha [em Aljubarrota] à luz do paradigma Gillingham” (MONTEIRO, 2009).

A crise sucessória verificada entre 1383-1385, opondo interesses políticos portugueses e castelhanos, desagua necessariamente numa solução militar. Desde janeiro de 1384 que a presença castelhana em solo português se torna assídua e motiva uma série de operações estratégicas que podem ser comparadas com os preceitos tanto de uma *estratégia vegeciana* como do *paradigma de Gillingham*. Antes de aprofundarmos estes tópicos será conveniente deixar uma pequena nota relativa à componente ideológica que envolve a *Crise de 1383-85*, que se diferencia dos motivos que envolveram as anteriores *guerras fernandinas*.

Os argumentos políticos que os Portugueses utilizavam contra os seus inimigos castelhanos, relacionados com os aspetos diplomáticos contidos no tratado de Salvaterra de Magos (2 de abril de 1383), eram completados por outros de

configuração moral. Esse discurso contestatário é recorrente ao longo das crônicas, ilustrando a disputa (verbal e escrita) travada entre monarcas e comandantes militares. Nota-se, de cada uma das partes, uma elaborada argumentação em defesa dos justos motivos que se sobrepõem aos do adversário. Antes mesmo de um confronto físico, na mentalidade medieval, era travado um confronto moral. A consagração dos motivos que estariam na origem do conflito, em que apenas um dos lados detinha a legítima razão, incentiva moralmente a confiança no empreendimento militar. Por este motivo, cada uma das fações invoca a justiça divina em favor das suas ações, uma espécie de proteção celeste que apenas faria sentido na filosofia medieval e na relação que a sociedade da Idade Média tinha com a religião (o que justifica campanhas militares e religiosas como as *cruzadas*, p. ex.). Francisco García Fitz mostra, inclusivamente, como esta medida se encontra afirmada no *Libro de los Estados*, de Don Juan Manuel, pensando nos setores sociais com capacidade de decisão militar: “nadie debía comenzar una guerra sin que sus enemigos hubieran actuado previamente de forma culposa y fueran merecedores de un castigo (...) incluso antes de comenzar las operaciones bélicas, convenía tratar de convencer a los adversarios de la justicia de la causa defendida” (GARCÍA FITZ, 2003, p. 29).

Não conseguindo demover o adversário por via da argumentação, o conflito armado seria a etapa seguinte. Desde cedo que D. Juan I encaminhou forças armadas para o interior do reino português. A sua estratégia, seguindo os preceitos vegecianos, visava sobretudo uma guerra de desgaste, através da conquista de praças portuguesas que não tinham voz por D. Beatriz; recorria-se então a: cercos (em especial à cidade de Lisboa); razias fronteiriças; ou cavalgadas e destruição de terras e aldeias, principalmente raianas (são frequentes os apontamentos nas crônicas portuguesas sobre a destruição da terra causada por incursões castelhanas que apenas visavam esse fim). A batalha campal não se afigurava como um recurso a que D. Juan I e o seu Conselho de guerra pretendessem recorrer; pelo contrário, seguiam preceitos táticos mais convencionais, pois dispunham dos meios humanos e logísticos suficientes para manter o ambiente de guerrilha, não carecendo necessariamente de incorrer na incerteza de uma batalha. Os episódios das batalhas de Atoleiros e de Trancoso, que antecederam Aljubarrota, foram provocados e procurados pelos Portugueses.

Após a derrota em Trancoso, a 29 de maio de 1385, o soberano de Castela suspende a estratégia tripartida então em curso. Recordamos que as suas manobras tinham visado um bloqueio marítimo a Lisboa (a cargo da frota estacionada em Sevilha), uma cavalgada destruidora pela comarca da Beira (manobra de diversão que pretendia desmoralizar e dividir as defesas portuguesas) e uma incursão terrestre em direção a Lisboa, comandada pelo próprio monarca (através do Alentejo e na sequência do assédio à praça de Elvas). O objetivo era claro: enfraquecer o adversário e, depois, conquistar a capital do reino recorrendo a uma grande operação de cerco.

Simultaneamente, Juan I valia-se de outras operações, tais como a guerra de desgaste e a conversão de praças que tinham voz pelo Mestre de Avis, recorrendo ao cerco a muralhas e ao assédio a castelos, deixando uma guarnição castelhana nos locais subjugados. Depois de tomar Lisboa, que dificilmente resistiria a um novo assédio (além de enfraquecida pelo cerco do ano anterior e pela falta de vitualhas, alguns dos seus influentes moradores conspiravam agora contra D. João I), contariam com a rendição das restantes praças do reino, nomeadamente daquelas que não se tivesse sido possível submeter primeiro pela força. Nesta estratégia, não havia lugar para a precipitação de qualquer batalha campal.

A campanha militar castelhana da primavera de 1385, que se antevia morosa, seguia os preceitos mais tradicionais da guerra medieval. Quando foi abruptamente notificado da derrota das suas tropas em Trancoso, D. Juan I concentrou a força militar do reino de Castela (juntamente com os auxiliares franceses enviados por Carlos VI) em Ciudad Rodrigo, com vista a uma incursão terrestre única e massiva pela estrada da Beira, não alterando substancialmente os anteriores objetivos estratégicos: ou seja, pretendia alcançar Santarém e Lisboa, mantendo entretanto a guerra de desgaste em solo português. Sem prejuízo de consultar o seu Conselho de guerra para analisar a viabilidade da empresa, e mau grado este ter-se dividido entre opiniões favoráveis e outras que apelavam a um adiamento, a vontade do rei mantinha-se firme.

No entanto, do lado português, a forma de atuar era diferente e contrasta com as decisões táticas castelhanas. D. João I e o seu condestável encontravam-se numa posição defensiva dentro de um reino politicamente dividido e onde a autoridade régia não estava ainda consolidada, pelo que não podiam contar com o apoio da generalidade das praças (o que se traduzia na diminuição de recursos humanos e

logísticos); atuavam num contexto de carência económica e ao comando de um contingente que, apesar de reforçado por auxiliares ingleses, demonstra uma clara inferioridade em combatentes e em armas relativamente ao seu adversário franco-castelhano. Servem estes elementos para demonstrar uma certa inviabilidade da opção por uma estratégia vegeciana, isto é, a coligação anglo-portuguesa não dispunha dos meios necessários para manter uma guerra defensiva prolongada. Neste ponto, recuperamos Clifford Rogers, quando este afirma: “many of the great battles of the Middle Ages were fought, on the strategically defending side, by rulers who had recently claimed, reclaimed, or usurped their thrones, and so did not have the political capital necessary to mount a Vegetian defense” (ROGERS, 2002, p. 18). Este perfil enquadra-se perfeitamente no nosso D. João I. Devemos ainda frisar que, caso o rei de *Boa Memória* colocasse batalha ao inimigo e a vencesse, não apenas resolveria o conflito luso-castelhano (travando a invasão e as pretensões do monarca castelhano), como legitimaria plenamente a sua eleição como monarca.

Deste modo, o recurso à batalha campal poderia traduzir-se numa decisão rápida e económica, com resultados muito favoráveis para os partidários de D. João I. Apesar de o Conselho de guerra português, antecipando a nova incursão castelhana, recomendar outras alternativas, o que seria compreensível, “pois com a maioria dos Portugueses a apoiar o rei de Castela seria muito difícil vencer a batalha” (MONTEIRO, 2009, p. 100), esse recurso tático mostrava-se o mais favorável aos objetivos portugueses. O condestável Nun’Álvares, adepto da *guerra relâmpago* e em provocar o confronto armado, defendia fervorosamente a resolução do conflito por via de uma batalha²³⁹. Devemos ter ainda presente que o Conselho castelhano teria noção das limitadas opções do contingente português, motivo pelo qual, ainda quando se encontravam estacionados em Ciudad Rodrigo, a crónica castelhana observa o

²³⁹ Talvez a insistência que Nun’Álvares demonstrava em oferecer a batalha ao invasor corresponda mais a uma necessidade defensiva do reino do que ao seu perfil e teimosia operacional. Na verdade, a guerra tinha sido trazida para dentro do reino português e, como referimos, os meios e recursos para a suportar eram escassos, por isso eram forçados a lutar com as condições que tinham ao seu dispor. Sobre esta matéria, podemos recorrer às palavras de Carl Von Clausewitz (1780-1831), célebre general prussiano que escreveu os *Princípios da Guerra* (1812), que diz: “É natural que na guerra se procure obter vantagens morais ou físicas para que a probabilidade de vitória fique do nosso lado. Mas isto nem sempre é possível. Por vezes, é preciso fazer algo para contrariar esta probabilidade, quando ela nos for adversa e não nos restar outra alternativa. Se, chegados a este ponto, tivermos dúvidas, deixaremos de utilizar a razão quando ela nos é mais necessária, no momento em que tudo parece estar contra nós”. (CLAUSEWITZ, 1812/2003, p. 38). Talvez o condestável português tivesse esta percepção...

seguinte: “que bien sabía que el maestre Davis, que se llamaba rey de Portugal, estaba en acuerdo de aventurar todo su fecho por batalla, ca non avía otro remedio (...) que non avían otro cobro, salvo ponerlo todo un día en el campo” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XI, pp. 591-592). Fernão Lopes adianta-se, denunciando esta vontade ainda antes de reunido o Conselho português, tal como anteriormente dissemos a respeito dos pareceres trocados entre D. João I e o seu condestável às portas de Guimarães: “a melhor maneira que se nesto p(odia) teer pera atalhar a todos estes feitos, assy era com a ajuda de Deus poer batalha a el-Rey de Castella (...) partyo el Rey logo camjnho do Porto, com teemçom de juntar suas gentes e aguardar el-Rey de Castella hu quer que sse acertasse de lhe poer a praça” (CDJ, II, cap. XXII, p. 45).

Apesar de estes elementos, nesta fase do conflito, ainda se encontrarem numa fase conjetural (isto é, nenhum dos monarcas podia prever com exatidão a ocorrência de uma batalha, apenas presumir a sua probabilidade ou até a sua eficácia), o facto é que o itinerário de ambos os contingentes denuncia, de certa forma, as suas intenções. Quando, na segunda semana de julho, a hoste franco-castelhana atravessou a fronteira em Almeida, “assumiram como estratégia progredir pelo território português de norte para sul, até alcançar Santarém, de onde mais tarde (devidamente repousados e reforçados) partiriam em direcção a uma Lisboa” (MONTEIRO, 2009, p. 102). Esta incursão visava, essencialmente, uma rápida progressão geográfica até ao destino, de modo que “à partida, a batalha não constituía, para este partido, um objetivo estratégico, tendo a ponderação da sua ocorrência tido lugar já em S. Jorge, num segundo conselho de guerra” (*idem*, p. 103). Pelo lado contrário, a hoste anglo-portuguesa, depois de se concentrar em Abrantes, progrediu de sul para norte, indo ao encontro deliberado do inimigo com a pretensão de travar a sua marcha, o que dificilmente deixaria de redundar numa batalha campal.

Com a aproximação das hostes e a iminência de um choque na zona centro do reino, a coligação invasora foi adaptando o itinerário, de forma a evitar o confronto. Ambos os percursos eram acompanhados de perto por uma rede de espiões que cada facção mantinha ativa, o que dificultava a D. Juan I a opção em furtar-se a este encontro, tanto mais que viajava doente, numa liteira, e era seguido por uma vasta coluna com milhares de homens, cuja mobilidade seria limitada. Assim, estaciona em Leiria, “que alcança no dia 12 de Agosto, depois de fazer caminho por Vila Nova de

Anços e Pombal, evitando, aparentemente, o trajecto por Penela, Alvaiázere e Tomar de modo a furtar-se ao choque directo com o seu adversário” (MONTEIRO, 2009, p. 96). A hoste portuguesa partira de Tomar prosseguindo para Ourém e, de seguida, para Porto de Mós, que alcança também a 12 de agosto. Neste momento, torna-se por de mais evidente a estratégia ofensiva da hoste anglo-portuguesa, indo à procura do adversário para barrar-lhe o passo e obrigá-lo a combater.

A correspondência provocatória que D. João I e o condestável dirigiram a D. Juan I, além de, como referimos em capítulo anterior, funcionar como pretexto para espiar o arraial inimigo, pretendia desafiar o adversário a travar uma batalha campal. Na revelação dos conteúdos destas mensagens, além das alegações sobre a justiça e legitimidade que cada um reclamava para si, torna-se evidente um aspeto provocador. Segundo as palavras que López de Ayala coloca na boca de Nun’Álvares, dirigidas ao monarca de Castela, a sua intenção é clara: “mi señor el rey de Portugal lo pone en la mano de Dios, e lo quiere librar por batalla, e quiere sobre esto atender el juicio de Dios”. A resposta de D. Juan I vai ao encontro das pretensões do condestável: “E si esto non quisieren, salvo perseverar en su rebeldía e desobediencia, e lo quieren librar por batalla, yo tengo que Dios me ayudará con el buen derecho que yo he; e que yo los iré buscar” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XII, p. 595).

Fernão Lopes acrescenta na sua narrativa a chegada de Portugueses partidários da causa de D. Beatriz ao séquito de D. Juan I, que estacionara em Leiria, para com ele participarem na batalha que se avizinhava; e observa que, “como el era ja em Leirea, e que el-Rey de Portugall se fazia prestes de lhe poer batalha, a quall se escussar nom podia (...) ally em Leireea soube el-Rey de Castella em çerto que el-Rey de Portugall se fazia prestes com sas gemtes pera o aguardar em campo e lhe pooer batalha” (CDJ, II, cap. XXIX, pp. 59-60). Portanto, a iminência de uma batalha campal surge no decorrer de uma campanha militar que não incluía, à partida, este recurso nos preceitos previstos pela coligação franco-castelhana. A partir deste ponto, podemos afirmar que se torna evidente a inevitabilidade de um confronto armado.

Porém, retomamos a problemática avançada por Clifford Rogers relativamente ao facto de o adversário simplesmente poder recusar o combate, caso as condições oferecidas não lhe fossem minimamente favoráveis: “The consequence of this is that it was common in medieval warfare for the side which most eagerly wished to fight a

battle to be given the opportunity to do so by its adversary, but only under cripplingly disadvantageous tactical circumstances. (...) If both sides were willing to fight on their own ground, but neither was willing to fight on ground chosen by enemy, then the likely result was that no battle would take place” (ROGERS, 2002, p. 15). Deduzimos, por isso, que o consentimento em participar numa batalha seria raro no horizonte medieval, assumindo-se que cada um dos adversários apenas o aceitaria caso detivesse vantagens do seu lado, normalmente, e principalmente, no que diz respeito ao terreno. A ocorrência do confronto em campo aberto dar-se-ia caso um dos rivais fosse ludibriado ou encurralado de alguma forma. Em Aljubarrota, como vimos anteriormente, apostara-se tudo no recurso a uma batalha, mas julgamos que o verdadeiro esforço e o brilhantismo tático decorreram da ilusão de otimismo provocada no adversário, de modo a que este precipitasse o combate. Todo o engodo que foi imaginado pela hoste anglo-portuguesa (articulação de duas posições, fortificação dissimulada do campo, aproveitamento do terreno), serviu para iludir o oponente, criando-lhe a falsa sensação de deter a vantagem do campo (provocada essencialmente pela configuração da segunda posição) e, assim, aceitar combater nas circunstâncias que lhe foram propostas.

Na fação portuguesa, “a batalha surgiu ao general português (Nuno Álvares Pereira) como um último recurso, à maneira de Gillingham e de Morillo. Mas, e nisto está talvez o segredo do sucesso da operação de 14 de agosto, um recurso bem planeado e que podia não ser desbaratado de forma inglória, caso fosse possível apoiá-lo do ponto de vista logístico (tal como parece ter sido feito em colaboração com o abade de Alcobaça, que disponibilizou alimentos, transporte e recursos humanos durante todo o dia e durante a noite do embate) e, sobretudo, caso houvesse a possibilidade de garantir a escolha do terreno de batalha de uma forma que assegurasse alguma vantagem táctica e que, simultaneamente, não inibisse o adversário de aceitar o combate que lhe estava a ser proposto. (...) fizeram-no de uma forma extraordinariamente hábil, que deu a iniciativa táctica ao adversário, convidado a tomar a iniciativa do assalto” (MONTEIRO, 2010, p. 184).

O mesmo autor avança, em síntese, com dois fatores determinantes para a decisão anglo-portuguesa em dar batalha: “i) a impossibilidade de utilizar uma estratégia de ‘aproximação indirecta’ convencional, por falta de condições políticas e

de apoios militares (designadamente em matéria de defesas estáticas); ii) a capacidade para, assumindo cedo a batalha como desígnio estratégico da campanha, a conseguir situar (como fizera Eduardo III em Crécy) num terreno favorável mas não tão escandaloso que retirasse ao adversário a vontade de atacar (e, nesse aspecto, a viragem da ‘primeira’ para a ‘segunda’ posição portuguesas foi de uma notável astúcia” (*idem*, p. 185). Do lado do adversário, perante o desafio da peleja, importa referir que, habitualmente, “eles não a recusavam por princípio ou por simples medo. Faziam-na depender de um conjunto de circunstâncias muito particulares” (MONTEIRO, 2009, p. 107), as quais, em Aljubarrota, não lhes foram asseguradas na primeira posição portuguesa, mas aparentavam estar presentes na segunda posição.

- **7.2 – Sucesso tático**

Contrariamente à maneira oitocentista de interpretar a guerra na Idade Média, nomeadamente quanto à ausência de planeamento estratégico e de movimentos táticos elaborados ou mesmo articulados entre si, a partir de meados do século XX, como já avançámos na introdução a este capítulo, a redescoberta da obra de Flávio Vegécio Renato, autor latino da *Epitoma rei militaris* (também conhecida como *De re militari*) estimulou a reformulação de muitos conceitos bélicos e permitiu reconhecer melhor padrões de atuação que antes não se considerava estarem ao alcance dos guerreiros medievais. Deste modo, torna-se imprescindível abordarmos, mesmo que sucintamente, a obra de Vegécio ou, pelo menos, as referências que mais difusão tiveram entre os caudilhos medievais. Além da perceção da sua importância revolucionária para a historiografia militar moderna, permite-nos uma certa aproximação às diretrizes táticas ao alcance dos comandantes de Aljubarrota.

Antes de nos debruçarmos sobre este tema, insistimos num aspeto que anteriormente foi deixado nas entrelinhas, mas que importa agora trazer à superfície. Independentemente da maior ou menor mestria, destreza, sapiência, experiência, entre outras vertentes, que pudessem diferenciar os capitães e comandantes militares portugueses dos castelhanos, ou mesmo os ingleses dos franceses e gascões, os grandes preceitos bélicos, os contornos táticos das campanhas, a forma de operar e, inclusivamente, as compilações de histórias da guerra antiga e os tratados de guerra

ou de direito militar constituiriam um património comum no Ocidente medieval. Ou seja, o nível de conhecimentos teóricos sobre a arte militar seria comparável entre as chefias bélicas²⁴⁰.

Não obstante a experiência que Ingleses e Franceses trouxeram para Aljubarrota, o decréscimo de capitães experimentados dentro da hoste castelhana (muitos dos quais derrubados no cerco de Lisboa de 1384 e nas batalhas de Atoleiros e de Trancoso) e a incapacidade física do monarca de Castela (provocada pela doença que o afetava), os conhecimentos teóricos difundidos entre os membros dos séquitos militarizados deveriam ser equiparáveis; isto é, eles teriam acesso a conteúdos teóricos muito semelhantes, disseminados em obras igualmente disponíveis em Portugal e em Castela. Considerando este aspeto, uma das principais diferenças entre caudilhos, e que permite destacar figuras como Eduardo o *Príncipe Negro*, Bertrand Du Guesclin ou o condestável Nun'Álvares, além da sua audácia transversal, reside num melhor aproveitamento e aplicação dos conhecimentos. Como veremos de seguida, os princípios táticos já existiam e seriam, inclusivamente, aplicados pelas duas forças coligadas em Aljubarrota; contudo, no final, apenas uma delas se destacaria, justamente a que melhor soube manipular esses preceitos.

Desde a sua redescoberta que a obra de Vegécio tem vindo a ser analisada²⁴¹, quer pelo seu conteúdo intrínseco, quer pela sua grande difusão (direta e indireta) na Idade Média. Fosse de forma isolada, no seu formato original, ou mesclado com outras obras, o seu conteúdo oferecia uma visão panorâmica e coerente da guerra no final da Antiguidade Clássica mas com muita aplicabilidade noutros períodos históricos, o que

²⁴⁰ Mas então o que diferenciava estes comandantes? Neste ponto gostaríamos de acrescentar um aspeto que vai para além do facto mencionado em capítulo anterior, e que dizia respeito à falta de homens experientes no comando das forças franco-castelhanas. Apesar de os comandantes adversários poderem deter o mesmo nível de conhecimento teórico e, até, de aptidão beligerante, ao longo dos conflitos armados em solo português (*vide* capítulo II) sobressai um importante fator, que na verdade pode fazer toda a diferença quando se vive numa situação de guerra. Recorremos novamente às palavras de Carl Von Clausewitz, o qual destaca uma importante característica comum dos chefes militares de sucesso: “Em todas as operações que possamos empreender numa determinada situação, em todas as medidas que possamos tomar, teremos sempre a possibilidade de escolher entre a mais audaciosa e a mais cautelosa. Algumas pessoas são de opinião que a teoria da guerra aconselha sempre a segunda opção. Nada mais errado. Se a teoria aconselha algo, a natureza da guerra aconselha sempre o mais decisivo, ou seja, a opção mais audaciosa (...) não perca de vista que nenhum líder militar se pode afirmar sem audácia” (CLAUSEWITZ, 1812/2003, p. 38). Seguramente que este preceito nos recorda a postura e o perfil de Nun'Álvares Pereira.

²⁴¹ Entre os muitos trabalhos desenvolvidos na órbita da *Epitoma rei militaris*, destacamos a obra bilingue “Vegécio Compêndio da Arte Militar”, uma profunda análise e tradução do latim da autoria de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga (*vide* bibliografia).

levou mesmo a historiografia a criar o conceito de *estratégia vegeciana*. A *Epitoma rei militaris* é um tratado sobre a arte da guerra romana em forma de compêndio, da autoria de Flávio Vegécio Renato, redigido em latim no século IV-V, seguramente depois do ano de 383, “ano em que ocorreu o assassinato, em Lyon, do imperador Graciano” (MONTEIRO & BRAGA, 2009, p. 92) figura referenciada por Vegécio, e antes de 450 “altura em que uma cópia da obra foi corrigida, em Constantinopla, por um editor chamado Flávio Eutrópio” (*ibidem*). Este trabalho seria dedicado ao imperador coevo (a hipótese mais favorável aponta o imperador Teodósio I (379-395) como destinatário), reunindo as práticas militares em vigor no auge do Império Romano, em resposta a uma certa decadência relativa aos antigos preceitos militares, que se fazia sentir drasticamente no tempo de Vegécio. O autor repartiu a obra em quatro partes, Livros I a IV, num total de 125 capítulos: o Livro I, organizado em 28 capítulos dedicados fundamentalmente ao recrutamento e treino militar; o Livro II, que comporta 25 capítulos em torno da organização interna da legião romana; o Livro III, em que Vegécio desenvolve 26 capítulos de ordem prática e tática para utilização em tempo de guerra; e o Livro IV, com um total de 46 capítulos, em que os primeiros 30 tratam da poliorcética (modo de organizar os cercos e de responder a eles) e os restantes 16 são dedicados à guerra naval.

De entre estes quatro livros, destacamos o Livro III, o qual “remata com um capítulo (o mais célebre de todo o tratado) intitulado “Regras gerais da guerra” e onde Vegécio sintetiza, em 32 máximas muito incisivas, os princípios estratégicos e táticos essenciais a uma condução bem sucedida da guerra” (MONTEIRO & BRAGA, 2009, p. 97). Será neste capítulo XXVI, «Regula bellorum generales», que centraremos a nossa análise. A pertinência dos seus conteúdos para a arte da guerra em geral e para a guerra medieval em particular contribuiu para a sua alargada e prolongada difusão. “Na segunda metade do séc. XIII, começou a era da tradução da *Epitoma*. (...) Entre finais do séc. XIII e o séc. XV, a principal língua de tradução da *Epitoma* é o francês (...) Quanto à Espanha, Richardot referencia somente seis manuscritos latinos, o mais antigo dos quais datando do séc. XIII. No entanto, é bom não perder de vista que S. Isidoro de Sevilha foi o primeiro autor medieval a referir-se à *Epitoma*” (*idem*, p. 111). À medida que avançamos no tempo medieval, a obra de Vegécio é cada vez mais

traduzida, copiada e citada, vindo a tornar-se uma das primeiras obras de caráter técnico a ser impressa, nos alvares do Renascimento.

Claro que, ao mesmo tempo, à medida que este tratado adquiria visibilidade, a sua tradução, não raras vezes, era adaptada à realidade medieval. Para o efeito, recorria-se à terminologia coeva e a conceitos familiares aos comandantes da Idade Média, convertendo, pois, muita da nomenclatura latina. A título de exemplo, Peter Russell recorda que “os títulos vernáculos do tratado de Vegécio privilegiam a expressão “cavalaria”, constituindo uma garantia de que o *Epitome* era um manual apropriado para a instrução de cavaleiros na época da cavalaria” (*idem*, p. 119).

Desta forma, o trabalho de Vegécio torna-se parte integrante de uma cultura militar, mas também política, principalmente a partir dos séculos XI e XII. “Também nesta altura, os clérigos tiveram um papel essencial na difusão da *Epitoma*: eles não apenas *ofereciam* a obra aos governantes como os *incitavam a lê-la*, pois os príncipes tinham a obrigação de conhecer a arte militar” (MONTEIRO & BRAGA, 2009, pp. 123-124). Recorde-se que, a partir de finais do século XII, se difundiram os *espelhos de príncipes*, obras dirigidas aos herdeiros da Coroa para auxílio e orientação na sua formação como futuros monarcas; essas obras incluíam diversas temáticas, entre as quais a da guerra, considerada muito relevante. Da mesma forma, a partir de meados do século XIII, com a difusão dos *Specula*, estas autênticas enciclopédias medievais passaram a incorporar fragmentos da *Epitoma*, o que veio confirmar a tese de que a guerra e os preceitos marciais configuravam a terceira matéria de estudo no seio da cultura medieval, logo após a religião e a retórica.

Deste modo, iremos encontrar referências à obra de Vegécio, com maior ou menor grau de destaque, em obras produzidas pelos principais autores medievais europeus. Para o exemplificar, podemos recorrer a trabalhos de cunho eclesiástico, como os da autoria de Tomás de Aquino (1225-1274), um dominicano de origem italiana que ensinou na Universidade de Paris e cujos trabalhos de teologia e de filosofia tiveram especial difusão. No seu *De Regimine Principum*, encontramos referências explícitas ao tratado latino, tais como: “Porque, como refiere Vegecio (...) como Vegecio dice en el libro de las cosas militares (...) Y demás de esto escribe Vegecio de los antiguos Romanos (...) lo qual podemos tomar de Vegecio en el libro de las cosas militares (...) Otras muchas cosas dice Vegecio” (TGP, livro II, cap. I, p. 48 e

livro IV, cap. V e XXVII, p. 176; 177; 236). Este autor destaca as «Regras gerais da guerra» de Vegécio na sua obra *El Gobierno Monarquico*: “Debe observarse que las reglas establecidas por Vegecio, en su tratado del *Arte militar*, libro III (...)” (GM, Livro IV, cap. X, p. 409), mas, por outro lado, aponta para as dificuldades na tradução de termos latinos caídos em desuso, e de outros já distantes da realidade medieval: “El mismo Vegecio dá una multitud de detalles, que seria difuso referir, porque no estando usados en la actualidad los términos propios de que se vale, seria necesario explicarlos con detencion” (GM, Livro IV, cap. XXVII, p. 505).

Egídio Romano (1243-1316), também conhecido como *Gil de Roma*, filósofo e teólogo que foi aluno de Tomás de Aquino, desenvolveu estudos do mesmo género. Também autor de uma obra intitulada *De Regimine Principum*, ou seja, de um outro *espelho de príncipes*, recorre com frequência a Vegécio: “E por esso dito Vegecio enel primero libro dela cavalleria” (...) “E la razon desto pone la Vegecio enel primeiro libro dela cavalleria” (RP, livro III, parte III, cap. I e II, fol. CCXXI e CCXXII, p. 449; 451).

De cunho mais jurídico, *O Livro das Leis*, conhecido a partir do século XIV como *Livro das Sete Partidas*, em alusão às sete partes (*Partidas*) que constituem a obra, tentou uniformizar a jurisprudência de Castela no reinado de Afonso X (r. 1252-1284), através de um compêndio normativo. Neste importante código, que viria a servir de base e a influenciar outros trabalhos, nomeadamente em Portugal²⁴², os compiladores não se esqueceram de incluir Vegécio, em especial na *Segunda Partida*, dedicada à prática da guerra: “un sabio que habie nombre Vegecio que fabló de la órden de caballería” (LSP, II, partida segunda, título XXI, lei II, p. 199).

As referências vegecianas perduraram. Ainda em Castela, o importante escritor cortesão, Don Juan Manuel (1282-1348), sobrinho de Afonso X o *Sábio* e fronteiro do reino de Múrcia e homem de grande experiência militar, refere num dos seus livros: “si vos quisieredes saber todo esto que me preguntastes de la cavalleria conplida mente, leed un libro que fizo un sabio que dizen Vejeçio, et y lo fallaredes todo” (LCE, cap. XIX, p. 15).

²⁴² A influência das *Sete Partidas* no reino português pode ser comprovada, nomeadamente, pelo “papel claramente inspirador que teve em muita da legislação promulgada por Afonso III, bem como na *praxis* política de D. Dinis” (MARTINS, 2014, p. 293).

Apesar de não se conhecerem cópias medievais portuguesas da obra de Vegécio, em latim ou em vernáculo, o *De Regimine Principum* e os *Specula* podiam ser encontrados em diferentes bibliotecas, incluindo as privadas; a biblioteca do rei D. Duarte (r. 1433-1438) é disso exemplo. O próprio monarca, autor de títulos como *O Leal Conselheiro* e o *Livro da Enssynança de bem Cavalgar toda a Sela*, recorre a estas referências bibliográficas com frequência. Apenas para indicar algumas: “Ca scripto he no livro do regymêto dos principes (...) segũdo se bẽ pode veer per o livro de vegecio remilitari, e per alguũs outros livros destorias e ãssynãças defeito de guerra” (LEBC, parte V, cap. XIC, p. 101 e cap. XV, p. 103). No *Leal Conselheiro*, mostra-se mais abrangente quanto aos autores medievais: “mandey screver huũ capitollo do livro que fez sam thomas de equino” (LC, cap. XLVI, p. 160); “he muy comprydamente trautado em o livro do regymento dos pryncipes que compos frey gil derroma” (LC, cap. L, p. 175); “segundo que diz vegecio em no livro da cavallaria” (LC, cap. LI, p. 181). Este “livro da cavallaria”, mencionado por D. Duarte, seria “uma forma de título da *Epitoma* que sabemos ser comum nas traduções vernáculas” (MONTEIRO & BRAGA, 2009, p. 143).

O *Eloquente* patrocinou também a tradução de algumas obras para língua portuguesa²⁴³, o que aumentaria o seu consumo e assimilação por parte dos leitores. Tomemos também como exemplo o caso do citado Don Juan Manuel, um especialista da guerra contra os muçulmanos; na sua qualidade de pai de D. Constança Manuel, que em 1336 se tornou esposa daquele que viria a ser o nosso rei D. Pedro I (1357-1367), é muito natural que as suas obras fossem bem conhecidas em Portugal nos meados-finais do séc. XIV (MONTEIRO & BRAGA, 2009, p. 135). Por tudo isto, e tendo em conta a tradição literária, narrativa e jurídica, a probabilidade de uma difusão de Vegécio no nosso reino, pelo menos nos círculos cortesãos mais próximos da corte régia a partir dos finais do século XIV ou de inícios do séc. XV, constitui uma probabilidade bastante sólida.

Neste ponto, convém recordar que era a nobreza que compunha o grosso do universo da cavalaria, e era no seu seio que eram escolhidos os capitães e

²⁴³ É o próprio D. Duarte que o revela nas suas obras: “Fiz tralladar ã el alguũs certos capitollos doutros livros” (LC, prólogo, p. 5); aqual vos mandei tornar em nossa linguagem, e aquy screver” (DUARTE, LC, cap. LXVII, p. 230); “pera poderdes aver desto mayor conhecimento amandei tornar delatym em nossa lynguagem, e aqui tralladar” (DUARTE, LC, cap. LXVIII, p. 230).

comandantes militares. A educação coeva não descurava a leitura, onde podemos incluir a poesia, a gesta, os contos arturianos, os romances de cavalaria, a doutrina cristã, as histórias dos heróis antigos, entre outros temas recomendados para a formação de bons fidalgos e cavaleiros. Como afirma D. Duarte: “os moços de boa lynchagem e criados ã tal casa q se possa fazer, devẽ seer ãssynados logo de começo a leer, e aescrever e fallar latym” (LEBC, parte V, cap. XV, p. 104). A guerra e as suas «regras gerais» não seriam certamente ignoradas e fariam parte integrante da formação marcial. Portanto, os preceitos vegecianos que iremos de seguida abordar dificilmente constituiriam matéria desconhecida de pelo menos alguns dos principais líderes envolvidos na batalha de Aljubarrota.

Seria, por exemplo, possível traduzir e converter as famosas 32 «Regras Gerais da Guerra» num autêntico manual prático de instrução militar: “apesar de preconizarem um conjunto de medidas tendentes a melhorar a eficácia do exército romano de finais do século IV – muito diferente das hostes medievais –, nem por isso muitas das propostas contidas na obra de Vegécio deixavam de interessar aos comandantes e aos protagonistas da guerra na Idade Média” (MARTINS, 2014, p. 290). A obra de Vegécio, neste ponto, transmite um conjunto de coordenadas operacionais, algumas das quais parecem assumir um carácter intuitivo; contudo, demonstram uma ampla aplicabilidade aos vários cenários da guerra, praticamente em todas as épocas e sociedades. Como de Aljubarrota se ocupa este estudo, iremos apenas invocar as indicações vegecianas que mais intimamente se podem relacionar com os acontecimentos do dia 14 de agosto de 1385.

Um dos principais elementos a considerar em caso de iminência de uma batalha tinha que ver com a escolha do terreno. O campo de batalha era o palco da ação e um fator que em muito poderia contribuir para o (in)sucesso da peleja; afinal “o terreno é frequentemente mais útil do que a coragem” (VEGÉCIO, livro III, cap. XXVI, p. 327). Logo à partida, o local deveria ser adequado ao modo de guerrear, isto é, combate apeado ou montado: “se estamos em superioridade em cavalaria, devemos escolher planícies; se temos vantagem em peões, devemos escolher locais apertados, obstruídos por valas, pântanos ou árvores e, por vezes, até montanhosos” (VEGÉCIO, livro III, cap. IX, p. 285). Este preceito condiz com o ocorrido em Aljubarrota: uma primeira posição que impossibilitava o recurso à cavalaria, hipótese descartada quase

de imediato pela hoste franco-castelhana; e uma segunda posição disposta num planalto e que possibilitava a investida montada, mas apenas pelo veio central (crista militar). Por outro lado, em ambas as posições, o recorte do terreno era adequado à realidade anglo-portuguesa, ou seja, à combinação entre infantaria e cavalaria apeada.

Do ponto de vista defensivo, e como escreveu o mais famoso tratadista militar antigo, “convém que o bom general saiba que grande parte da vitória tem a ver com o próprio local em que se deve combater. Portanto, na iminência da batalha, esforça-te por conseguir uma primeira ajuda a partir do lugar, que é considerado tanto mais útil quanto mais elevado for o terreno ocupado. Na verdade, os projéteis caem com mais força sobre os que estão mais em baixo e quem está na parte mais elevada opõe-se aos atacantes com maior vigor. Aquele que avança por um declive acima enfrenta um duplo desafio: o lugar e o inimigo. Mas há uma diferença. Se confias numa vitória dos teus peões sobre os cavaleiros inimigos, deves escolher lugares íngremes, acidentados e montanhosos; mas se procuras, com os teus cavaleiros, a vitória sobre os peões adversários, então deves ocupar posições algo elevadas mas planas e abertas, sem estorvo de bosques ou de pântanos” (VEGÉCIO, livro III, cap. XIII, p. 297). Mais uma vez, este preceito tem correspondência absoluta com as duas posições portuguesas adotadas em São Jorge: uma primeira frente escandalosamente adequada à defesa (pela sua elevação, pendor da encosta, flancos ravinosos); e uma segunda frente de combate em terreno plano e «sem estorvo de bosques ou pântanos».

Com a escolha do terreno concretizada, recomenda Vegécio que o planeamento tático se revista de um rigoroso secretismo, sob pena de se tornar do conhecimento do adversário: “Aquilo que tem de ser feito deve ser discutido com muitos, mas aquilo que na verdade tencionas fazer só deve ser discutido com muito poucos e com os mais fiéis, ou até somente contigo próprio” (VEGÉCIO, livro III, cap. XXVI, p. 329). A presença de espiões inimigos dentro da hoste, uma prática relativamente vulgar, poderia comprometer todo um planeamento, muitas vezes dependente do fator *surpresa* para ter sucesso.

Outro aspeto enfatizado nas crónicas estava relacionado com o sol, com o pó e com o vento, que prejudicavam quem os tomava de frente, pela redução que causavam do campo de visão. “Antes de formar a linha de batalha, o general deve ter em atenção três aspectos: o Sol, o pó e o vento. Com efeito, o sol no rosto tira-nos a

visão; o vento contrário desvia ou trava os teus projecteis, mas ajuda os dos inimigos; o pó lançado à cara invade os olhos e obriga-os a cerrar” (VEGÉCIO, livro III, cap. XIV, p. 297). A mudança de posição que temos vindo a sublinhar para o planalto de São Jorge alterou estes dados, em especial no que diz respeito ao sol, o qual, estando de frente para o adversário na primeira posição, ficou depois do lado do mar na segunda posição, afetando por igual ambos os contendores²⁴⁴.

No que respeita a fortificações, o recurso à abertura de fossos podia visar tanto a proteção do acampamento como a do campo de batalha. Vegécio adianta algumas características sobre este dispositivo: “se não existe um risco premente, são arrancados torrões da terra e com eles é erguido como que um muro com a altura de três pés [90 cm] acima do solo, de modo a que, à sua frente, fique o fosso do qual foi extraída a terra; em seguida, dá-se à vala improvisada uma largura de nove pés [2,70 m] e uma profundidade de sete pés [2,10 m]” (VEGÉCIO, livro I, cap. XXIV, p. 205). As medidas avançadas são adequadas à realidade do exército romano; já os fossos identificados por Afonso do Paço em São Jorge são de menores dimensões, com uma média de 1,50 metros de largura por 90 centímetros de profundidade (aqui a profundidade apenas se reporta ao negativo no terreno e não à altura total do fosso, ao qual se acrescentaria a terra retirada, provavelmente disposta no rebordo).

Apesar das recomendações vegecianas em evitar a batalha campal, devido aos perigos a que se sujeitam ambas as partes envolvidas, a peleja é considerada pelo autor como “um combate de duas ou três horas, após o qual todas as esperanças daquela parte que for vencida se desvanecem. Assim, tudo deve ser pensado, experimentado e feito antes que se chegue a este final repentino” (VEGÉCIO, livro III, cap. IX, p. 283). Devido ao seu efeito potencialmente decisivo, tornava-se de extrema importância assegurar o maior número de vantagens (escolha do terreno, fortificação, disposição das azes, etc.) tendo em vista alcançar a vitória.

²⁴⁴ Recordando a *Corónica do Condestabre*: “El rei de Castela nom quis viir aa batalha da parte de Leirea, como vinha e como el rei e o conde estabre tinham concertada, e esto polo poo e vento que lhes dava nos rostos” (CC, cap. LI, p. 140). Na segunda posição, é Fernão Lopes quem nos alerta para as desvantagens assumidas pela hoste portuguesa na hora de mudar de posição: “e ficou-lhe o sol com o poo e vento nos rostros” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 86). No entanto, como a batalha se iniciou apenas ao final do dia, na hora do combate o sol estaria já na direção poente, ou seja, à direita dos Portugueses e à mão esquerda dos Castelhanos.

Era igualmente necessário acautelar a condição física e anímica dos combatentes. Vegécio não esquece a importância deste fator: “Deve também observar-se que não se deve obrigar um soldado fatigado por uma longa marcha, nem os cavalos cansados após uma corrida, a travar uma batalha campal” (VEGÉCIO, livro III, cap. XI, p. 295). Inevitavelmente, esta observação remete-nos para o estado físico em que as tropas franco-castelhanas combateram no dia 14 de agosto, pois, a avaliar pelas declarações de D. Juan I, não haviam “comido nin bebido nin tan solamente del agua, maguer face grand calentura, e están enojados del camino que han andado” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, p. 598); não se recomendaria, por isso, que se envolvessem numa batalha. Do lado contrário, observando a hoste anglo-portuguesa, recordemos o conselho vegeciano: “a coragem e o ânimo aumentam no seio do exército graças aos conselhos e ao encorajamento do general (...) deve mostrar-se a cobardia e os erros dos inimigos e, caso eles tenham sido anteriormente derrotados por nós, deve recordar-se isso. Refira-se também aquilo que possa acender nas mentes dos soldados o ódio, a ira e a indignação para com os adversários” (VEGÉCIO, livro III, cap. XII, p. 295). O orgulho português nas vitórias obtidas em Atoleiros e Trancoso, mais a ira acumulada devido à devastação da terra e dos povoados, causada pelo adversário, assim como a justiça na defesa da causa própria, eram argumentos regularmente evocados, de forma inflamada e galvanizadora, pelo monarca e pelo condestável junto dos seus subordinados. Manter o ânimo e acentuar a repulsa pelo adversário atuavam como um elixir anímico. Neste particular, os clérigos que acompanhavam as hostes tinham também uma palavra a dizer, e isso mesmo fez o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, no campo de batalha de São Jorge.

A formação dos combatentes no terreno deveria fazer-se de forma ordeira e coesa: “Ao exército preparado para o combate chama-se “az” ou “linha de batalha”; a “frente” é a parte que olha em direcção ao adversário. Esta, se for convenientemente disposta numa batalha campal, é uma ajuda inestimável, mas se for disposta desastrosamente, ainda que os combatentes sejam excelentes, estes vêem-se debilitados por uma má organização” (VEGÉCIO, livro III, cap. XIV, pp. 297-299). A antecipação e a organização foram elementos acautelados pela hoste anglo-portuguesa no dia da batalha, sucedendo-lhes a provocação para perturbar e desafiar o adversário. “Mas tu debes esforçar-te sempre por formar a linha de batalha antes do

inimigo, pois podes fazer livremente aquilo que te parecer vantajoso sem ninguém to impedir. Em segundo lugar, aumentas a confiança dos teus e diminuis a convicção dos adversários, porque parecem mais fortes os que não hesitam em provocar e os inimigos começam a recear quando vêem que a linha está a ser ordenada contra eles. A partir desta situação, acresce uma grande vantagem, porque tu, já com o exército disposto e preparado, enervas um inimigo que ainda está a ordenar-se e em movimento. Na verdade, parte da vitória consiste em perturbares o adversário antes de o combater” (VEGÉCIO, livro III, cap. XVIII, p. 307). Este aspeto de «fazer livremente aquilo que te parecer vantajoso sem ninguém to impedir», podemos, em certa medida, associá-lo à fortificação do campo de batalha, havendo naturalmente tempo e recursos para o efeito (em Atoleiros e Trancoso, p. ex., não consta ter sido possível). Também aqui, a hoste anglo-portuguesa já se encontrava «com o exército disposto e preparado» numa segunda posição, ao passo que a hoste franco-castelhana ainda estava «a ordenar-se e em movimento».

Um outro apontamento relativo a Aljubarrota, já para os momentos finais da refrega, reporta-se a um erro tático que se verificou no ataque comandado pelo Mestre de Alcântara à carriagem portuguesa, no decorrer do qual o adversário cercou por completo o local, sem tratar de acautelar uma rota de fuga aos sitiados. Ora, um oponente encurralado fica obrigado, necessariamente, a combater ou a morrer. “A maioria das pessoas, ignorantes da arte militar, acredita que a vitória é mais completa se se cercar os adversários por meio da estreiteza dos lugares ou pela quantidade de soldados de tal forma que não consigam encontrar um caminho para fugir. Mas, entre os que estão cercados, a audácia cresce com o desespero e, quando não há esperança, o medo toma as armas em mãos. Aceita de bom grado morrer acompanhado aquele que está certo de que vai morrer. E, assim, é louvada a sentença de Cipião que disse dever ser facultado aos inimigos um caminho de fuga” (VEGÉCIO, livro III, cap. XXI, p. 315). Como também já foi anteriormente mencionado, mas importa recordar, o cronista castelhano Pero López de Ayala reconhece esta falha tática, pois os Portugueses cercados “non podían salir, e así forzadamente se avían a defender e pelear. E esto es contra buena ordenanza que los antiguos mandaron guardar en las batallas, que nunca ome debe poner a su enemigo en las espaldas ninguna pelea, por le dar lugar para foír” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIV, p. 601).

Estes preceitos integrados nas «Regras Gerais da Guerra», que serviram aqui para ilustrar a sua relação com algumas das fases do episódio de Aljubarrota, demonstram a pertinência do conhecimento destas regras por parte dos comandantes militares, mas também as vantagens de uma sua correta e criteriosa execução. A obra de Vegécio mostra-se mais abrangente e orientadora relativamente a outros recursos táticos, como o modo de fazer uma guerra de guerrilha, as emboscadas, os cercos, entre outras. Recorde-se que o autor recomenda fazer a guerra evitando o recurso à batalha campal. No entanto, dando-se o caso de a campanha militar desaguar numa batalha, os preceitos anteriormente indicados, entre outros (num total de 32), revelam-se essenciais, desde que corretamente aplicados.

A versatilidade, simplicidade e adaptabilidade da obra vegeciana talvez sejam os principais fatores explicativos da grande difusão da *Epitoma rei militaris* nos finais da Idade Média e da sua influência sobre outros trabalhos do mesmo período. A especial atenção dedicada às «Regras Gerais da Guerra» é ainda mais marcante. Quando consultamos a obra de Edigio Romano, por exemplo, deparamo-nos com as seguintes indicações: “biẽ ordenados e ayũtados en uno; ver mejor lugar pa lidiar; da el viento alos enemigos enel rostro, o el sol les da enlos ojos; folgura cõvenible; no sean sabidas sus condiciones ni sus negocios; deve aver esculcas” (RP, livro III, parte III, cap. XIII, fol. CCXXXVI, pp. 479-480): ora, aqui torna-se inevitável uma associação direta com a *Epitoma*. A influência foi extensível a “muitos dos mais célebres autores europeus, de Afonso X, rei de Castela e Leão em meados do século XIII, a Maquiavel (1469-1527), passando por Petrarca (1307-1374), por Philippe de Mézières (1327-1405, conselheiro militar de Carlos V de França), pela tratadista Cristina de Pisano (inícios do século XV), ou pelo duque da Borgonha, Carlos, o *Temerário* (autor das célebres «Ordenações» dos anos 1470 e neto de D. João I), [que] incorporaram numerosas recomendações de Vegécio nas suas próprias obras. Ao fazê-lo, foram adaptando alguns dos velhos preceitos romanos às circunstâncias específicas da guerra nos finais da Idade Média” (MONTEIRO, 2017, p. 146). Não podemos, contudo, deixar de assinalar a singularidade da *Epitoma*: “we should remind ourselves that Vegetius had no rival in the field, his work being *the* military *auctoritas* for the simple reason that there was no other text to which men could turn to learn about war” (ALLMAND, 2011, p. 252), o que reforça, em grande medida, o alcance do seu conteúdo.

Recuando a um período bem anterior ao próprio Vegécio, mas com similaridades interessantes, pelo menos em muitos dos preceitos assinalados, a obra conhecida como *A Arte da Guerra*, redigida talvez por volta do século VI a.C. pelo estrategista militar chinês Sun Tzu, apresenta um conjunto análogo de *Regras da Guerra*. Apesar do seu horizonte mais longínquo, tanto geográfico como temporal, afastado e desconhecido do mundo europeu medieval, os conselhos táticos contidos nesta obra demonstram um raciocínio transversal sobre o modo de guerrear, conceitos comuns a um intervalo cronológico alargado e extensível, pelo menos, até à introdução das armas de fogo nos cenários militares. Muitas destas regras, tal como na *Epitoma*, pressupõem um conhecimento intuitivo da guerra²⁴⁵, o que talvez ajude a explicar a semelhança (em alguns pontos, quase podemos apontar de correspondência) entre elas. Valerá, por isso, a pena realizarmos uma comparação de alguns dos preceitos de Sun Tzu com os acontecimentos de Aljubarrota, à semelhança do exercício anterior.

Sun Tzu (544-496 a.C.) foi um general e exímio estrategista que viveu na antiga China e que conquistou fama através de sucessivas vitórias alcançadas em batalhas nos estados chineses de Chu, de Qi e de Quin (PARDO, 2007, p. 9). A sua obra foi escrita durante a transição da dinastia Zhou (770-476 a.C.), caracterizada por um sistema feudal semelhante ao que mais tarde entraria em vigor na Europa medieval, para o período seguinte, conhecido como a *Idade dos Estados Guerreiros* (475-221 a.C.) (*idem*, p. 10). A *Arte da Guerra* está organizada em treze capítulos, cada um deles dedicado a apenas um tema/assunto. No geral, o seu conteúdo apresenta diversos preceitos táticos e também algumas diretrizes consideradas mais filosóficas, em torno dos conflitos militares, num conjunto que reúne aspetos práticos e morais pertinentes para uma eficaz orientação marcial. Tal como Vegécio, os seus princípios adequam-se mais à ideia de travar um conflito sem recorrer ao confronto armado direto (PARDO, 2007, p. 13). O seu conteúdo destina-se, mais do que a conduzir uma guerra, à preparação cautelosa e criteriosa de uma campanha. Apesar de uma alargada influência e difusão entre os reinos asiáticos, a obra apenas seria conhecida na Europa a partir do século XVIII, através de uma tradução para língua francesa datada de 1772,

²⁴⁵ Os aspetos intuitivos a que nos referimos redundam, muitos deles, em observações empíricas implícitas. A título de exemplo, o sol e o pó de frente certamente causarão transtorno ao campo de visão de qualquer exército, seja ele oriental, romano ou medieval. Esta transversalidade de algumas das regras marciais demonstra também a importância da sua difusão e assimilação.

da autoria do missionário jesuíta Amiot. Só a partir do século XX é que seria traduzida para inglês e, posteriormente, para outros idiomas ocidentais.

Um primeiro aspeto que sobressai na obra de Sun Tzu, quando comparada com a de Vegécio, é o reconhecimento da eficácia de uma batalha quando esta permite alcançar o sucesso: “na guerra, deixa que o teu grande objectivo seja a vitória e não campanhas prolongadas” (TZU, cap. II, parte 19, p. 74). Naturalmente, o confronto deve ocorrer no momento certo, dado o risco envolvido numa batalha campal: “o combatente hábil coloca-se numa posição que torna a derrota impossível, e não deixa fugir o momento certo para derrotar o inimigo” (TZU, cap. IV, parte 14, p. 86).

Na fase preparatória que antecede uma batalha, algumas das regras da *Arte da Guerra* aparentam ter eco em Aljubarrota, senão vejamos: “Lança engodos ao inimigo. Finge [que] estás em desordem e esmaga-o (...) Se o teu opositor for de temperamento colérico, procura irritá-lo. Finge ser fraco para que ele se torne arrogante” (TZU, cap. I, parte 20 e 22, p. 67). Esta passagem contém diversos aspetos que podemos relacionar com o dia da grande batalha luso-castelhana. A dissimulação e o engodo certamente fizeram parte do planeamento tático em São Jorge, a articulação entre duas posições foi disso exemplo. A arrogância e a raiva foram, de igual modo, inoculadas no comando adversário, o que em parte motivou a precipitação para o combate, como aliás se pretendia, pois “vencerá aquele que tiver aprendido o artifício do desvio. Esta é a arte da manobra” (TZU, cap. VII, parte 22, p. 113). Novamente, a passagem da primeira para a segunda posição corresponde a esta manobra de diversão, que serviu para provocar mudanças na situação. A ação provocatória da hoste portuguesa ao inimigo não foi, pois, inocente: “Provoca-o e descobre o que está por detrás da sua actividade ou inactividade. Obriga-o a revelar-se, para descobrires os seus pontos vulneráveis” (TZU, cap. VI, parte 23, p. 104).

A organização anglo-portuguesa, em ambas as posições, favoreceu a defesa, considerando que “a protecção em relação à derrota implica tácticas defensivas; A capacidade de derrotar o inimigo significa passar à ofensiva” (TZU, cap. IV, parte 5, p. 84). No final, venceria a defesa. “Assim, aquele que é hábil em manter o inimigo em movimento assume aparências enganadoras, de acordo com as quais o inimigo agirá (...) Engodando-o, ele mantém-se em movimento, depois com uma força de homens escolhidos, coloca-se à sua espera” (TZU, cap. V, parte 19-20, pp. 95-96).

Resumindo, a defesa e a boa preparação do combate decisivo podem contribuir para a vitória. Uma parte do engodo luso-português também considerava uma regra que seria do conhecimento de ambos os adversários (como demonstrou a reação franco-castelhana), determinante para que a articulação entre duas posições, neste caso, funcionasse: “É um axioma militar não avançar sobre o inimigo colina acima, nem opor-se-lhe quando vem colina abaixo” (TZU, cap. VII, parte 33, p. 117). Este preceito vai ainda ao encontro de um outro relacionável com as hostes que se defrontaram em São Jorge: “Em superioridade numérica, escolhe um terreno livre de obstáculos; em inferioridade numérica, escolhe um terreno acidentado” (TZU, cap. III, parte 17, p. 81).

Entretanto, à semelhança do que advertira Vegécio, o secretismo que envolve o planeamento de uma campanha militar, ou mesmo a preparação específica de uma batalha, é um aspeto fundamental para alcançar o sucesso, mantendo o adversário na ignorância relativamente aos movimentos previstos, assim como preservando a integridade do elemento *surpresa*: “Estes artifícios militares, que conduzem à vitória, não devem ser antecipadamente divulgados” (TZU, cap. I, parte 25, p. 68). Ainda na mesma obra, o autor reforça este aspeto: “Confronta os teus soldados com o facto consumado; nunca os deixes conhecer o teu propósito” (TZU, cap. XI, parte 57, p. 183). A presença de espiões e o recurso a uma espécie de «inteligência secreta», da qual Nun’Álvares era adepto (MONTEIRO, 2017a), é de igual modo essencial, pois “os espiões são um elemento muito importante na guerra, porque deles depende a capacidade de movimento do exército” (TZU, cap. XIII, parte 27, p. 211).

A importância na escolha do terreno não podia ser ignorada por Sun Tzu, que destaca a sua relevância: “Quem chegar primeiro ao campo de batalha e esperar pelo inimigo, estará fresco para o combate; quem chegar em segundo lugar e tiver que se apressar para combater, estará exausto” (TZU, cap. VI, parte 1, p. 97). Uma vez mais, a antecipação na escolha do campo de batalha, em São Jorge, revelou-se uma vantagem primordial, assim como, pelo contrário, a precipitação adversária (com os homens exaustos), revelou-se fatal. Após a seleção do terreno, havia que persuadir o adversário a combater nas circunstâncias impostas: “o combatente inteligente impõe a sua vontade ao inimigo, e não permite que o inimigo imponha a sua” (TZU, cap. VI, parte 2, p. 97).

Ainda relacionado com Aljubarrota, recorremos a mais três conselhos do tratadista chinês. Ao primeiro corresponde o momento do dia propício a uma peleja, sendo certo que o autor considera que “o espírito do soldado está no auge pela manhã; ao meio-dia, começa a esmorecer, e à noite só pensa em regressar ao acampamento” (TZU, cap. VII, parte 28, p. 116). Efetivamente, em São Jorge, os primeiros ataques tiveram início já muito próximo do pôr-do-sol, um período pouco recomendado por este estrategista oriental. Uma outra referência, esta mantendo relação direta com Vegécio, recorda o momento do ataque à carriagem portuguesa, onde não foi deixada qualquer rota de fuga durante o cerco: “Quando cercares um exército, deixa uma saída livre. Não pressiones demasiado um inimigo desesperado.” (TZU, cap. VII, parte 36, p. 118). Um terceiro preceito está relacionado com a tática envolvida, ou melhor, com a programação tática. Além do referido secretismo, necessário para encobrir o planeamento que antecedia o confronto, Sun Tzu limita as opções operativas de uma batalha a apenas dois métodos de ataque: “directo e indirecto; porém, quando combinados dão origem a uma série infindável de manobras” (TZU, cap. V, parte 10, p. 92), pois comparando, “não existem mais do que cinco notas musicais, mas as suas combinações dão origem a mais melodias do que as que alguma vez poderemos ouvir” (TZU, cap. V, parte 7, p. 92). Pretendemos com isto reafirmar o que defende João Gouveia Monteiro sobre a ausência de novidade tática na Batalha de Aljubarrota, isto é, nada foi inventado, porém, a articulação dos meios e preceitos táticos ao dispor é que se mostrou verdadeiramente eficaz. Destacamos neste ponto, novamente, a preponderância na organização tática e na voz de comando executória de Nun’Álvares Pereira, pois como recorda o mesmo autor: “Todos os homens conseguem ver as tácticas mediante as quais eu venço, mas o que nenhum consegue ver é a estratégia que estive na base da vitória (...) Aquele que consegue modificar as suas tácticas em função do adversário e assim sair vencedor, poder ser chamado um capitão nascido no céu” (TZU, cap. VI, parte 27 e 33, pp. 105-106).

Esta relação que temos vindo a estabelecer entre, por um lado, dois grandes tratadistas, Vegécio e Tzu (cujos trabalhos viriam a influenciar um imenso número de leitores e de autores em todo o planeta) e, por outro lado, alguns dos momentos e fases da batalha de Aljubarrota, pretende evidenciar a possibilidade de estes preceitos, ou pelo menos uma boa parte deles, serem conhecidos e praticados por muitos

comandantes das hostes medievais. Serve ainda para demonstrar um certo rigor na sua aplicação por parte de D. João I e do seu condestável, devidamente complementados pelo *know how* dos experientes mercenários ingleses no que diz respeito à fortificação de um campo de batalha.

Do lado do adversário, julgamos improvável que as principais vozes de comando não conhecessem os preceitos de Vegécio. A recusa em combater na primeira posição assim o demonstra, pois rapidamente foram identificadas as condições desfavoráveis ao modo de guerrear da cavalaria e reconhecidos os aspetos desfavoráveis à hoste de D. Juan I (o terreno, o sol, o vento...). Contudo, pelos motivos demonstrados em capítulo anterior, um conjunto de fatores (entre os mais influentes: a doença do monarca; a heterogeneidade da hoste; a presunção de superioridade; o fraco reconhecimento do terreno, o risco de ter de suportar uma guerra de guerrilha na pegada da coluna) influenciou negativamente a avaliação franco-castelhana da situação e motivou a precipitação desastrosa das suas ações.

• 7.3 – Articulação do dispositivo defensivo

Entre os princípios táticos relacionáveis com a guerra medieval, tentámos realçar alguns que tiveram correspondência em Aljubarrota, pelo menos aqueles que parecem ter tido maior impacto no resultado final da campanha. As *regras gerais da guerra*, a troca de conhecimentos por via oral e a experiência bélica acumulada constituíam meios de difusão dos principais preceitos, pensados sobretudo para os aspirantes à liderança militar. Realçámos, através da transposição de algumas das regras de Flávio Vegécio e (subsidiariamente) de Sun Tzu, a importância determinante da boa aplicação desses princípios e da eficaz adequação às circunstâncias concretas da campanha. Devemos, por isso, atribuir crédito à possibilidade de uma exímia manipulação e articulação dos mesmos por parte do principal responsável pelas forças anglo-portuguesas presentes no campo de batalha de São Jorge: Nuno Álvares Pereira.

Todavia, este reconhecimento vai para além da teoria militar vegeciana e da influência marcial inglesa. A correta avaliação das circunstâncias e a escolha dos preceitos adequados a cada movimento do adversário, prevendo e antecipando a resposta do inimigo, merecem destaque, valorizando a atribuição de um crédito

especial ao comando português. Afinal, o episódio de Aljubarrota envolveu particularismos que definem uma certa singularidade desta batalha no contexto das batalhas medievais ibéricas. Tal como temos vindo a anunciar, tentaremos aprofundar ainda mais alguns destes aspetos, indissociáveis dos acontecimentos ocorridos em São Jorge nos dias 13 e 14 de agosto de 1385. Para o efeito, iremos recorrer a uma reconstituição teórica parcial, alguma dela conjectural e incidindo apenas sobre algumas das fases e aspetos da peleja.

Ainda quanto aos preceitos táticos descritos anteriormente, não fizemos propositadamente o seu cruzamento com os principais relatos da batalha – as crónicas. Importa agora, neste ponto referente à articulação do dispositivo defensivo, acompanhar de perto a narrativa dos cronistas, de forma a assinalar algumas passagens onde aqueles preceitos se encontram presentes, com maior ou com menor clareza. Pretende-se, uma vez mais, demonstrar que Aljubarrota foi na verdade um acontecimento cuidadosamente planeado e preparado, e não um mero fruto das circunstâncias e do acaso, como poderá parecer numa análise superficial.

Uma das principais problemáticas que envolve Aljubarrota está relacionada com a fortificação do campo de batalha. Esta discussão é mantida em aberto, em grande parte pela ausência de relatos sobre a sua elaboração e construção e, por outro lado, pelo desconhecimento da sua total dimensão. A real dispersão das covas de lobo e dos fossos ainda carece de uma identificação plena, em parte pela falta de novos trabalhos arqueológicos (felizmente retomados em 2018), noutra parte pela possibilidade da sua destruição no decurso dos muitos revolvimentos dos solos em São Jorge (para construção de casario, rodovias, canalizações, trabalhos agrícolas, etc.). Talvez por este motivo nunca venhamos a ter uma compreensão absoluta de como este conjunto se apresentava em 1385. Esperamos que, de futuro, alguma técnica ou equipamento venha a permitir, ainda assim, um reconhecimento mais completo.

Entretanto, a eventual descoberta de algum testemunho que permita identificar o momento exato da construção dos dispositivos defensivos possibilitaria a compreensão do planeamento tático que envolveu a batalha, esclarecendo de vez se o resultado partiu de uma ação concertada de véspera, ou se limitou apenas às circunstâncias do momento. Permitiria ainda compreender melhor a equação em torno da primeira posição portuguesa, avaliando este recurso como manobra de

diversão, como acreditamos ter sido o caso, ou remetendo a mesma para uma simples provocação gorada, ou até para uma ingénua sobreavaliação da disponibilidade do inimigo para combater.

O conjunto de trabalhos teóricos desenvolvidos sobre Aljubarrota logo após a descoberta do conjunto defensivo por Afonso do Paço apontava, na sua maioria, para a tese de que a escolha de uma segunda posição, no dia 14 de agosto de 1385, teria sido imposta pelas circunstâncias, ou seja, *in extremis*. A recusa castelhana em combater numa primeira frente teria forçado o contingente anglo-português a procurar um novo campo de batalha e, até quase ao momento do combate, a fortificar o local. Esta tese prevaleceu sensivelmente até finais do século XX, tendo sido dada à estampa em importantes trabalhos. Autores como A. H. Howorth (1960), Costa Veiga (1961), Nuno Valdez dos Santos (1979), Frederico Alcide de Oliveira (1979), ou Carlos Bessa (1985), entre outros que já citámos, são disso exemplo. Na transição para o século XXI, e desde então, a nova historiografia passou a considerar o tema com maior amplitude estratégica, admitindo, ainda que de forma conjectural, a possibilidade de uma organização e planeamento das duas posições de combate ainda na véspera²⁴⁶.

Por outro lado, alguns trabalhos, como os da autoria do general Frederico Alcide de Oliveira (1979) ou do coronel Carlos Bessa (1985), não reconhecem sequer que tenha sido executada uma fortificação antecipada do terreno (*vide* capítulo III). Não podendo avançar com uma explicação alternativa razoável para o elevado número de covas de lobo encontradas (recordamos que só na área escavada por Afonso do Paço foram identificadas 830), recusam, ainda assim, admitir uma relação destas com a própria batalha, ou, pelo menos, não aceitam que elas tenham sido preparadas com esse objetivo.

²⁴⁶ Ainda que alguns autores – como Augusto da Costa Veiga (1930), Belisário Pimenta (1932) Carlos Bessa (1985) ou António Lopes Pires Nunes (1986) – tenham admitido uma previsão antecipada da recusa castelhana em combater na primeira posição portuguesa, esta ideia apenas adquiriu projeção com os trabalhos de João Gouveia Monteiro (a partir de 2001) e Miguel Gomes Martins (2011), autores que analisaram demoradamente os princípios estratégicos presentes em Aljubarrota. Uma nova vaga de trabalhos, quer académicos – como as dissertações de José Carmo (2006) e de Victor Valente dos Santos (2010) – , quer de âmbito mais divulgativo – como os de Rui Natário (2013), Alexandre Borges (2014) ou Sérgio Luís de Carvalho (2014) – também equacionaram esta possibilidade. Porém, embora admitam a antecipação da possibilidade de viragem do dispositivo português e castelhano de uma primeira para uma segunda posição no terreno, defendem que a fortificação do campo de batalha terá ocorrido apenas no dia da batalha e não de véspera, ainda que João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins tenham dado espaço a uma nova hipótese, ao equacionar a possibilidade de uma preparação embrionária do terreno ainda de véspera.

O primeiro destes autores coloca em dúvida a própria configuração do dispositivo: “E as «muchas fosas» existiram? – Em nosso entender, sim. Não eram, porém, covas de lobo feitas pela hoste portuguesa, já porque a sua forma não correspondia à usual daquele obstáculo (um cone de 1 m de altura com vértice enterrado e de 1 m de diâmetro à superfície), já porque a irregularidade dos seus traçados e a orientação das maiores dimensões, relativamente à frente, estavam desajustadas da função táctica. Finalmente e sobretudo, porque o movimento de terras correspondente exigia mão de obra que ultrapassava a capacidade da hoste nacional (...) Era um obstáculo ocasional, inteligentemente aproveitado, e que bastaria dissimular. O problema põe-se, pois, de maneira contrária à encarada até agora, isto é, *as covas foram uma determinante de escolha da posição e não uma sua consequência*” (OLIVEIRA, 1979, pp. 109-110). Pelo seu lado, Carlos Bessa coloca em dúvida o seu propósito: “A possibilidade de, após a inversão do dispositivo português, efectuar sob as vistas do inimigo, as escavações que os trabalhos de Costa Veiga, Gastão de Melo de Matos e Afonso do Paço puseram a descoberto, para servirem como defesas acessórias aos Portugueses, encontra-se hoje arredada por muitos, devido a mais de um motivo” (BESSA, 1985, p. 55). Viria a reafirmar, inclusivamente, a interpretação do anterior autor: “O General Alcide de Oliveira considera que as escavações, destinadas a trabalhos de olaria, já existiam na altura da batalha, e teriam condicionado a escolha da 2.ª posição portuguesa, que nelas apoiou o seu flanco esquerdo” (*ibidem*).

Quando, em 1985, Fernando Severino Lourenço recorreu a uma nova sondagem arqueológica no campo de batalha, em local anteriormente reconhecido por Afonso do Paço, pretendendo reanalisar os dispositivos defensivos sob alegação de ainda subsistirem dúvidas quanto à sua finalidade, reconheceu que a configuração das covas de lobo, tal como referira Alcide de Oliveira, não tinha “o formato habitual deste tipo de defesa acessória (constituídas por uma série de buracos de forma tronco-cónica com cerca de 1,20 m de profundidade no fundo das quais se colocava uma estaca cravada) pelo que constitui ainda uma incerteza e leva a pôr hipóteses quanto ao verdadeiro fim para que foram construídas” (LOURENÇO, 1985, p. 9). A sua leitura e interpretação tentou, essencialmente, invalidar as explicações alternativas avançadas para a construção das covas (extração de argila; silos muçulmanos; plantação de árvores, entre outras); contudo, apesar de convincente nesse objetivo, não adiantou

novos argumentos, deixando o tema em aberto: “o problema das covas de lobo subsiste” (*idem*, p. 12).

Não obstante o facto de outras propostas discutirem a possibilidade de abertura destes dispositivos e a construção de abatisses dentro do tempo em que decorreu a deslocação castelhana da primeira para a segunda posição, estimada em cerca de três a quatro horas, tal como avança Costa Veiga, “é de presumir que, após dada ordem à hoste para a mudança de posição, ele [Nun’Álvares] se lhe haja adiantado, com uma escolta e alguns dos principais cavaleiros do contingente estrangeiro, veteranos das campanhas do Príncipe Negro – entre eles, o gascão Montferrand – afim de fixar sobre o terreno, com antecipação à chegada das tropas, o dispositivo das azes, bem como o sistema de defesas acessórias a improvisar para progressiva desagregação do, contudo, desejado ataque inimigo pelo planalto” (VEIGA, 1961, p. 8). Porém, a sua quantidade ainda suscita hesitação relativamente ao tempo de execução²⁴⁷.

As covas até ao momento identificadas apenas representam o conjunto aberto na ala nascente. Desconhece-se a quantidade de covas no que respeita ao seu prolongamento para poente (possibilidade sinalizada por Helena Catarino em 1999), mas dificilmente será pouco representativa. Mesmo que na ala oeste não se disponham em “absoluta simetria, relativamente ao que já se reconheceu a nascente” (MONTEIRO, 2001, p. 227), estamos de acordo com João Gouveia Monteiro em como haverá correspondência. Assim, o total de covas de lobo ascenderá, com elevado grau

²⁴⁷ Além dos muitos cálculos avançados, principalmente os de cunho militar, alguns ensaios foram simulados no próprio campo de batalha. Destacamos o trabalho coordenado por João Gouveia Monteiro no dia 15 de março de 1995, através da abertura de duas valas a poente da Ermida de São Jorge medindo C. 1,40m X L. 0,60m X P. 0,80m cada, tendo sido executadas em 27 e 21 minutos, respetivamente. “Feito o teste passámos às contas. Mesmo admitindo que cada uma daquelas covas demorasse, a dois homens munidos de pá e de picareta, uma média de 30 minutos, concluímos que 1.000 homens abririam 1.000 covas numa hora, ou seja, que, no máximo, 350 homens teriam sido capazes de escavar 1.000 buracos daqueles em cerca de 3 horas” (MONTEIRO, 2001, p. 15). Acrescentamos a observação da arqueóloga Helena Catarino: “constatou-se ser fácil de escavar, pois as terras são humosas, pouco argilosas, e o substrato rochoso é composto por saibro e areia, que se retira facilmente, até com uma pá” (CATARINO, 2001, p. 130). Estes ensaios contribuíram, essencialmente, para viabilizar a ideia da possibilidade de execução do dispositivo defensivo no decorrer das cerca de três horas que decorreram até à chegada do adversário à segunda posição. A relativa facilidade de revolvimento dos solos em S. Jorge, aliada aos adequados meios humanos e à quantidade de ferramentas disponíveis, permitiria compatibilizar a empresa; contudo, requeria, seguramente, um esforço bastante bem organizado e articulado para a abertura de mais de mil covas, de alguns fossos grandes (mesmo considerando que alguns destes tenham sido abertos após a batalha) e para a construção em simultâneo de abatisses.

de probabilidade, acima da cifra de um milhar. Deste modo, impõe-se a questão: quando foram construídos os dispositivos defensivos de São Jorge?

Ao admitir a transição entre as duas posições como resultado das circunstâncias, assume-se categoricamente que o contingente luso-inglês escolhera a primeira posição, reconhecida pelo condestável de véspera (missão descrita nas crónicas e que suscita poucas ou nenhuma reservas), para colocar a praça a D. Juan na expectativa de este querer dar batalha. O tenente-coronel Costa Veiga foi um dos adeptos desta ideia: “o Condestável supôs que o inimigo, confiando na grande superioridade numérica de que dispunha, não hesitaria em arrancar perante o desafio directo que representava a ocupação duma posição transversal à sua estrada de marcha” (VEIGA, 1961, pp. 6-7). Por outro lado, ao considerar o recurso a um planeamento antecipado, estaremos a admitir que a articulação entre duas posições no terreno fora previamente calculada.

A recente historiografia começa a admitir uma antecipação tática e uma execução preparatória ainda de véspera. Parte desta reformulação teórica resultou da análise do episódio de Aljubarrota seguindo os preceitos de Vegécio, tal como anteriormente apontámos, tendo como referência o estudo realizado por João Gouveia Monteiro à luz do *paradigma Gillingham*. Para travar a campanha militar franco-castelhana de 1385, que seguia os preceitos mais comuns da guerra medieval (os cercos e a devastação), a coligação anglo-portuguesa apostara noutro recurso, a resolução pela via da batalha, a qual configurava o expediente mais viável face às limitações políticas e económicas de D. João I. Para viabilizar esta solução, havia essencialmente que escolher previamente o local para o confronto e persuadir o adversário a apostar tudo numa batalha campal. Os riscos eram, portanto, elevados.

Recorrendo novamente à análise dos itinerários, é possível verificar que, devido à estratégia anglo-portuguesa, as hostes seguiram uma rota de colisão, sendo as opções da coluna castelhana “ditadas pela escolha dos itinerários mais fáceis e rápidos para atingir Santarém, fazendo alterações apenas em função do conhecimento de bloqueamentos levados a cabo pela força portuguesa. Assim sendo, todos os movimentos foram previsivelmente canalizados pela topografia” (CARMO, 2006, p. 95). Além da extensa coluna de que se fazia acompanhar a hoste de D. Juan I ter de se adequar a alguns troços (declives acentuados; travessia de cursos de água caudalosos

sem recurso a ponte; terrenos alagadiços; etc.), o itinerário inimigo tentava evitar o confronto com os Portugueses.

Através de uma rede de batedores (para reconhecimento de caminhos e para acompanhamento da rota adversária), a partir de um certo grau de proximidade seria possível ao monarca português e ao seu condestável antecipar o itinerário principal castelhano, assim como os de recurso. Não causará estranheza, por isso, que a troca de mensagens entre monarcas (e entre D. Juan I e Nun'Álvares) para instigar a batalha tenha ocorrido algures entre Leiria e Porto de Mós, justamente pela proximidade a que as hostes já se encontravam no dia 12 de agosto, data a partir da qual uma hoste já muito dificilmente ludibriaria o itinerário da outra.

Aceitando esta premissa, o reconhecimento da região envolvente, comandado por Nun'Álvares no domingo dia 13, certamente visava preparar e estimular a peleja, acautelando simultaneamente os recursos necessários para alcançar uma vitória decisiva; afinal, havia que equilibrar de alguma forma a inferioridade da hoste anglo-portuguesa! A partir desta fase dos acontecimentos, todas as crónicas avançam para a madrugada do dia 14 sem relatar quaisquer ocorrências, passando diretamente do reconhecimento dominical para a deslocação da hoste em direção ao local que hoje designamos como “primeira posição”. É precisamente neste momento de transição que algumas das mais recentes reconstituições teóricas (como as de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins) admitem poder ter sido prudentemente iniciada a fortificação da segunda posição, ou seja, ocupando parte da noite e madrugada de 13 para 14 de agosto de 1385.

No entanto, o planeamento tático adivinha-se mais complexo. Havia que forçar o adversário a aceitar combater e assegurar que o fizesse no campo escolhido pelos Portugueses, justamente no local onde se empenhavam em fortificar e reforçar artificialmente a defesa. A solução encontrada, aparentemente, articulava o campo de batalha com outro local, apenas previsto como impulsionador, isto é, uma posição auxiliar que fosse escandalosamente defensável e que não serviria senão para impelir o adversário para um outro terreno... Esse segundo local, que para os comandantes castelhanos aparentava ser apenas uma posição de recurso, poderia vir a ser, para os Portugueses o verdadeiro campo de batalha, antecipadamente previsto e reforçado

para o confronto. O planalto de São Jorge surgia ao condestável como a área indicada para manobrar toda esta articulação.

Após um reconhecimento e avaliadas as suas potencialidades, seria possível planejar e organizar a implementação de duas posições a uma curta distância entre si (2 km), com espaço suficiente de permeio para estacionar a carriagem, sem que esta eventualmente tivesse necessidade de se deslocar demasiado, pois manter-se-ia na retaguarda de ambas as frentes. Acresce ainda o facto de, sobre o planalto, se estender a Estrada Real por onde marchava a coluna castelhana, o que permitia reconhecer os itinerários secundários por onde o inimigo pudesse desviar, ao ser confrontado com a interceção portuguesa desta via. Outra importante vantagem decorria da própria configuração do planalto, com uma encosta a norte de perfil praticamente inexpugnável e de difícil progressão, completada por uma cumeeira plana, mas estreita e ravinosa nos flancos. Retomando o raciocínio de Clifford Rogers: “Even if the defenders chose not to shelter behind stone walls, they might be expected to choose a position where the terrain gave them substantial advantages” (ROGERS, 2002, p. 14).

Lembramos ainda uma observação de Carl Von Clausewitz relativamente à escolha entre um terreno inexpugnável e um terreno defensável: “Se o terreno for tão difícil que impeça que o atacante nos desaloje, ele contorná-lo-á, o que é uma manobra sempre possível. Isto torna inútil o terreno mais difícil. Seremos forçados a combater num terreno totalmente diferente e em circunstâncias igualmente diferentes (...) Por isso, todos os obstáculos devem ser somente utilizados para uma defesa parcial, para conter energicamente, com poucas forças, um atacante mais numeroso” (CLAUSEWITZ, 1812/2003, p. 62).

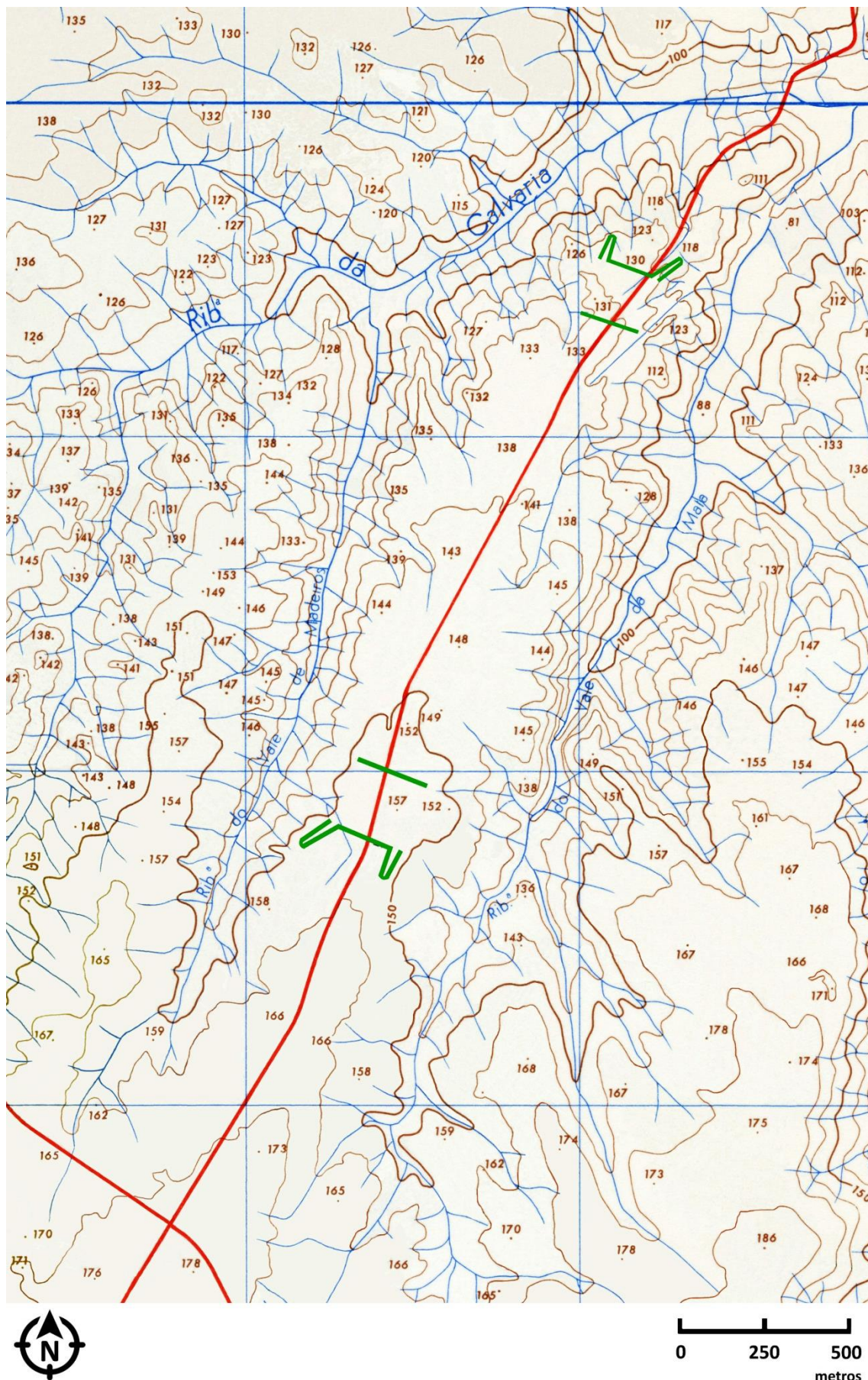


Figura 77 - Duas posições anglo-portuguesas no planalto de São Jorge – Carta Militar 308 (ed. 1968)

A escolha da encosta norte para primeira posição dificilmente foi inocente. Nun'Álvares e D. João I tinham conhecimento, pelos seus mensageiros e espias, da dimensão e composição da hoste adversária. O potencial desta força assentava sobretudo no seu poder de choque, ou seja, incluía bastante cavalaria pesada pronta a carregar em massa, especialidade na qual os cavaleiros franceses eram exímios²⁴⁸. A hoste castelhana, por seu lado, também não dispensava o recurso à cavalaria ligeira dos ginetes (úteis para operações de flanqueamento e ataque à retaguarda). Não pretendendo menosprezar a muita peonagem (e besteiros) que acompanhava esta hoste, era a cavalaria quem mais brilhava no seio do exército franco-castelhano.

Os preparativos anglo-portugueses sugerem, aliás, uma especial preocupação com a força montada. Por um lado, o recorte natural de ambas as posições selecionadas oferecia resistência à cavalaria (na primeira posição, dificultando a investida, e, na segunda, dificultando a movimentação das alas de ginetes); por outro, a fortificação do campo de batalha incluiu numerosas covas de lobo, destinadas a atrasar, ou mesmo a travar, o avanço dos cavalos adversários.

Recordando ainda os preceitos de Vegécio sobre o terreno: “Aquele que confiar na cavalaria deve procurar locais mais adequados para os cavaleiros e, de preferência, travar combate com eles. Aquele que confiar nas tropas de infantaria deve procurar locais mais adequados para os peões, e de preferência, travar combate com eles” (VEGÉCIO, livro III, cap. XXVI, p. 329). A par do perfil defensável do terreno, ao oferecer batalha num local que inviabilizava o recurso à cavalaria, seria extremamente previsível que o adversário (já de si pouco inclinado a travar uma batalha decisiva antes de alcançar Santarém e Lisboa) declinasse o convite para combater na primeira posição que lhe foi proposta.

Considerando que num ataque, tanto montado como apeado, a exaustão aumenta ao longo do avanço, no momento do embate a coesão das linhas é menor, dando lugar à desordem e à redução da sua eficácia. “The tactical offensive almost inevitably suffered from exhaustion and disruption during its advance, so that by the time it struck the defenders’ array its own formation would be starting to collapse.

²⁴⁸ Apesar de a cavalaria pesada francesa ter averbado algumas derrotas na Guerra dos Cem Anos frente a forças de infantaria e cavalaria desmontada inglesas (ex: batalhas de Crécy e Poitiers), ainda se acreditava na sua eficácia quando devidamente orquestrada, mesmo tendo perdido a supremacia absoluta no campo de batalha.

That meant defeat, for an army badly ordered was a terribly vulnerable army” (ROGERS, 2002, p. 14). Apesar de este fator se refletir mais na infantaria, pela rapidez com que os homens pesadamente armados se esgotam na investida, também a resistência dos cavalos, ao progredir num terreno inclinado, quebra com maior facilidade. No caso da primeira posição em São Jorge, tornar-se-ia muito pouco eficaz, considerando que, “se estivermos num ponto elevado, o inimigo, para avançar sobre nós, terá de efectuar uma subida cansativa. A progressão será lenta, dividir-se-á e chegará muito cansado” (CLAUSEWITZ, 1812/2003, p. 57).

Além do desgaste acrescido quando a progressão se faz por um terreno íngreme, a condução de um cavalo apresenta outros condicionalismos. António Galvão de Andrade, estribeiro-mor de D. João IV (r. 1640-1656) e dos infantes Teodósio e Pedro, na sua obra *Arte da Cavallaria e Gineta* alerta para o comportamento dos cavalos quando obrigados a percorrer terrenos inclinados, com as respetivas diferenças quando no sentido ascendente ou descendente, e avisa também para o que os cavaleiros deveriam conhecer: “Os cavallos quando sobem, suposto que pegão com os lumes da ferragem, que he o melhor pegar, escorregão muitas vezes de maneira, que logo lhe faltão os assentos, & ajoelhaõ, em que recebem grande dor, & os pès lhe faltão, de modo que lhes custa muito tornar a achar os assentos, & os cavallos, que escorregão ladeira abaixo, suposto que escorregão mais, sempre achaõ seus assentos, sobre que se vão tendo. Os cavallos ladeira acima, não tão sômẽte tem os riscos acima ditos, mas mais facilmente rendẽ, em razão do pezo dos Cavalleiros, & seu, pella força que fazẽ vindo abaixo, porque naturalmente vão descendo. E muitas vezes quãdo sobẽ, se ajudão de ambas as pernas juntas, porque não podẽ cõ hũa só levar os corpos acima, estes movimentos são muito arriscados a faltarem lhe as pernas, de que nasce facilmẽte cahirem os Cavalleiros, & darẽ grandes quedas (...) Os cavalleiros ladeiras acima, se perdẽ a sella, & querẽ ter mão nas redeas, a fim de que os cavallos lhe não fujaõ, lhe não he tão facil fazello, como lhe he perdendo as sellas, vindo pera baixo. (...) Os Cavalleiros ladeiras abaixo, movẽ os corpos muito pouco, & nas ladeiras acima os movẽ, dando grandes balanços, & se os cavallos lhe faltão as pernas, causaõ grandes sobre-saltos aos Cavalleiros” (ANDRADE, Tratado I, cap. LXXIX, pp. 389-391).



Figura 78 - Estátua de cavaleiro medieval séc. XIV, Mestre Pero, Capela dos Ferreiros, Oliveira do Hospital. Exemplar em exposição no Museu Nacional de Machado de Castro – Coimbra (foto do autor)

Esta debilidade física dos cavalos, quando forçados a acometer «ladeira acima», juntamente com a quebra do ímpeto e uma provável desarticulação, tornaria inviável a eficácia do ataque contra o adversário. Insistimos neste aspeto, porque julgamos ser o principal fator inibidor, ou mesmo impeditivo de um combate na primeira posição portuguesa: a inviabilidade de operar com a cavalaria. Esta limitação seria do conhecimento de ambas as hostes. Os manuscritos com as *Regras Gerais da Guerra* que estavam disponíveis neste período não ignoram esta problemática relativa à inclinação de um campo de batalha²⁴⁹. Nessa medida, os Portugueses facilmente podiam prever que a encosta norte de S. Jorge rapidamente conseguiria repelir algum avanço do adversário, dado que a configuração do terreno seria muito conveniente para esse efeito. Desta forma, o *Condestável* decide organizar uma manobra astuciosa, “através da qual tentará criar no inimigo a ideia de que espera ser atacado pelo lado norte, quando, na verdade, já prevê que tal aconteça pelo sul” (NATÁRIO, 2013, p. 35). O segundo aspeto a realçar é simplesmente o facto de o inimigo estar ciente de que

²⁴⁹ Algumas das obras mencionadas com especial difusão na Idade Média, como o *Livro das Sete Partidas*, partilhavam estas lições: “Como los peones han mejoria de los caballeros por las sierras et por los graves pasos, asi la han los caballeros de los peones en el llano por los caballos et por las armas que han de mejoria, et por el logar que non es embargoso [assim como os peões têm vantagem sobre os cavaleiros quando dispostos pelas serras/elevações e pelas passadas em falso (dos cavalos inimigos), assim têm os cavaleiros vantagens sobre os peões em planície, pelo melhor manejo dos cavalos e armas, e por o lugar não causar embargo (à investida da cavalaria)]” (LSP, II, partida 2ª, título XXIII, lei VII, p. 233).

uma posição elevada favorece a defesa²⁵⁰, ainda mais quando, como sucede no caso em apreço, a inclinação frontal é completada por um recorte ravinoso nos flancos.

Com o terreno devidamente reconhecido e antevendo um confronto no dia seguinte (14 de agosto), Nun'Álvares e D. João I, na companhia do seu Conselho de guerra, necessitavam de elaborar um bem urdido plano tendo em vista forçar D. Juan I a aceitar a batalha, de preferência num local conveniente à defesa portuguesa. Este planeamento tático deveria ser elaborado o mais encobertamente possível e partilhado com o menor número de homens (mantendo presentes os princípios de Vegécio). Esta preocupação era recorrente tanto nas operações do monarca como nas do seu condestável. As crónicas comportam alguns episódios anteriores em que essa precaução é evidente. No caso de D. João I, tomemos como exemplo o cerco a Torres Vedras, em novembro de 1384, no qual o então Mestre de Avis planeou a construção de um túnel a partir do seu arraial, tendo “começada em hũa temda muito arredada do logar o mais emcubertamente que sse fazer pode, de guisa que nom soamente os da villa nom ouvessem dello nehũa notiça; mas aimda muitos do arreall, nom sabiam parte que sse alli fazia; e a teera que de dia tiravom della, deitavom dentro na temda, e de noite lamçavomna em tall logar, omde os emmiigos nom emtemdessem sua obra” (CDJ, I, cap. CLXIX, p. 318). Este episódio demonstra, na verdade, duas preocupações do monarca: ocultar o seu propósito e encobrir a respetiva execução, nomeadamente aproveitando o tempo disponível durante a noite. Para Nun'Álvares, esta espécie de secretismo era já uma característica do seu modo de operar. Fernão Lopes realça este aspeto: “Assi sagesmente [sabidamente] hordenava seus feitos que nehuũ outro podia emtemder o proposito de sua emvemçom, salvo aquelles cõ que costumava de o fallar” (CDJ, I, cap. CXCIII, p. 373). O secretismo no planeamento da guerra é um tema recorrente nas obras da especialidade com difusão nos finais da Idade Média²⁵¹.

²⁵⁰ Recorremos a uma passagem da *Crónica de D. Fernando* para ilustrar a perceção relativa ao combate contra um inimigo refugiado num ponto elevado do terreno. No decorrer da guerra civil contra D. Pedro I de Castela, o seu irmão D. Enrique II de Trastâmara “pôs seu arreall em hũa serra alta que está sobre Alava, onde as gentes d'el-rrei dom Pedro nom podiam pellejar com elles polla fortelleza do aseentamento” (CDF, cap. VI, p. 26). Naturalmente, D. Enrique não pretendia abdicar da vantagem da sua posição, mas nestas condições o adversário não iria acometer, pelo que admitiu “que nom queria poer a batalha salvo em-na praça chã sem vantagem nenhũa” (CDF, cap. IX, p. 33).

²⁵¹ Além das regras de Vegécio, encontramos muitos exemplos em obras medievais e posteriores. No *Livro das Sete Partidas*: “Ca una de las cosas porque mas aina pueden los homes facer mal á sus enemigos es en facer sus fechos encobiertamente” (LSP, II, partida 2ª, título XXIII, lei V, p. 231). Ou na obra de Juan Manuel, *Libro de los Estados*: “Todas las cosas que fiziere deve las fazer mucho en poridad

A conceção tática prevista para Aljubarrota, ou pelo menos uma parte substancial dela, tinha necessariamente de ser ocultada da generalidade da hoste para evitar chegar, inadvertida ou traiçoeiramente, ao conhecimento do inimigo. Todo o projeto ficaria condenado ao desastre caso o adversário soubesse antecipadamente que o aguardavam duas posições, uma primeira para o ludibriar e uma segunda, artificialmente fortificada, para o receber de facto.

Assim, ainda de véspera, poderá ter tido início a preparação da “segunda posição portuguesa”. Apesar do silêncio das crónicas relativamente à noite que antecedeu a batalha, é difícil aceitar que nada fosse feito para organizar bem o decisivo confronto que se aproximava. Com o terreno devidamente reconhecido e a organização tática definida, a noite antevia-se proveitosa para adiantar parte do planeado: a fortificação do campo de batalha, longe do olhar do inimigo.

As operações noturnas eram, de igual modo, frequentes. Não vemos, por isso, motivo para que em Aljubarrota decorresse de forma diferente, ainda mais com a importância de tudo aquilo que se arriscava. Quando, em janeiro de 1399, uma razia a Castela, partida de Serpa, conseguiu capturar muitas cabeças de gado, o resgate destas foi ensaiado justamente pela calada da noite: “vyeram de noute villaãos pera ver se lhe poderião furtar os gaados” o que fez com que “os portugueses ouveram antre sy seu conselho que pois descubertos erão, que seria bem amdarem de noute per o luar” (CDJ, II, cap. CLXXV, p. 377). O luar, ou o recurso a tochas, garantia uma visibilidade mínima, principalmente para os casos em que fosse necessário calcorrear caminhos secundários.

Porém, em São Jorge, qualquer um destes elementos constituía um contratempo. A presença assídua de espiões nas imediações, os *olheiros* que acompanhavam à distância o adversário, rapidamente se aperceberiam de atividades noturnas caso os Portugueses recorressem à iluminação pelo fogo. Por esse motivo, era conveniente evitar qualquer fonte de luminosidade (fogueira, tochas, velas, etc.). Como analogia, recorremos uma vez mais à guerra civil castelhana entre D. Pedro I e D.

lo mas encubierta mente que pudiere (...) que enlos grandes fechos que ove de fazer que las poridades que me fueron mejor guardadas fueron las que non dixe a ninguno” (LE, livro I, cap. LXX, p. 224). Também Sun Tzu, antes de Vegécio, já advertia: “Ao levares a cabo as tuas disposições táticas, a maior mestria que poderás atingir será ocultando-as; esconde as tuas disposições e ficarás a salvo dos espiões mais subtis e das maquinações dos cérebros mais sábios” (TZU, cap. VI, parte 25, p. 104).

Enrique II: “el-rrei d’Aragom e o conde dom Henrrique com todollos outros senhores e gentes, que poderiam seer tres mill de cavallo afora muitos homẽes de pee, viinham mui encubertamente por pellejar com elle ante que dalli partisse (...) e que tres noites avia que nom faziam fogo por nom seerem descubertos” (CDP, cap. XXXV, pp. 159-160). Portanto, mesmo em operações militares envolvendo forças montadas e apeadas, as incursões e movimentações noturnas não constituíam uma anormalidade, desde que devidamente acautelada a sua dissimulação, neste caso evitando o fogo.

O recurso a espões era indissociável da guerra medieval: “el Rei de Castella tragia suas emculcas per caminho, de guisa que cada dia sabia novas do que sse fazia” (CDJ, I, cap. CXXIX, p. 220). Torna-se, pois, compreensível que não se descurassem os meios para as evitar: “partirom de Serpa huma terça feira per noite por escuytas alguumas, se as hij ouvesse, nom averem delles vista” (CDJ, II, cap. LIX, p. 145). O próprio condestável português não dispensava a guarda do seu acampamento: “E amte que sse assemtasse a comer, mamdou poer a tiro de beesta e mais lomge em alguũs outeiros, suas atallayas, por nehũas gentes poderem passar, de que ell parte nom soubesse; porque ell avia por costume de numca sse allojar de dia que nom tevesse atallayas, e de noite guardas e escuitas, a lomge e a perto” (CDJ, I, cap. CXXVIII, p. 219).

No entanto, a noite de 13 para 14 de agosto de 1385, em concreto, era noite de lua nova, ou seja, não seria possível contar com a luz radiada pelo luar. O condestável tivera ao dispor uma noite particularmente escura²⁵². Este aspeto acarretava benefícios, mas também trazia algumas desvantagens. Se, por um lado, a escuridão encobria eventuais trabalhos noturnos, por outro dificultava a tarefa, devido a uma visibilidade reduzida. Sem luar e sem permissão para acender grandes fogos, de forma a não despertar a atenção inimiga, o primor e a orientação destes trabalhos poderiam ficar comprometidos. No entanto, apesar das condicionantes, a missão terá sido exequível, como parece demonstrado pelo que diremos de seguida.

²⁵² O general Frederico Alcide de Oliveira estima para o dia 14 de agosto a noite fechada a partir das 20h22m (OLIVEIRA, 1979, p. 121). O cronista francês, Froissart, atesta esta característica particular relativa à escuridão da noite de 14 de agosto, ainda em lua nova, quando os sobreviventes da batalha se precipitaram em debandada: “mas longamente não durou essa caça, pois que já era noite (...) Mas a noite, que surgiu mui obscura, e o estarem fracamente encavalgados, os salvou” (CF, liv. III, cap. 21, par. 93, p. 89). Possivelmente, a noite anterior partilharia sensivelmente as mesmas condições da “mui obscura” noite de 14 de agosto.

A tarefa a que nos referimos corresponde à fortificação do campo onde se feriu a batalha, em particular à abertura das muitas covas de lobo. Esta armadilha que temos vindo a identificar como *covas de lobo* consiste, grosso modo, num buraco escavado que podia ter uma estaca no fundo²⁵³; dispostas em grande número num terreno, tais covas serviam essencialmente para retardar a progressão inimiga. Na terminologia militar, conhecidas como “*covas de lobo, fojos ou poços militares*”, são referentes a: “excavações tronconicas de 1^m,3 a 1^m,6 de profundidade, 1^m,8 a 2 metros de diâmetro na parte superior e 0^m,5 a 0^m,7 no fundo. (...) Estas defensas servem especialmente para desordenar as tropas assaltantes, mas exigem muito tempo, e são difíceis de construir com trabalhadores pouco exercitados. As terras extrahidas das excavações podem ser deitadas para os intervallos, ou empregadas em completar o parapeito do entrincheiramento” (ATHAYDE, 1882, p. 97). O mesmo manual militar de onde consta esta descrição acrescenta: “Um homem cava um poço militar em duas, tres, ou quatro horas, segundo a natureza do terreno. É preciso um homem para transportar a terra proveniente de dois poços” (*ibidem*).

No caso de Aljubarrota, a esmagadora maioria dos autores que se debruça sobre o tema da fortificação do campo de batalha tenta avançar com cálculos que permitam confirmar a viabilidade da construção deste conjunto de obstáculos num escasso intervalo de tempo, normalmente compreendido entre três e quatro horas, a que corresponde a mudança entre a primeira e a segunda posição por parte do adversário franco-castelhano. Apesar de estes cálculos se coadunarem, na sua maioria, com o mesmo objetivo, isto é, viabilizar a construção de um elevado número de covas num curto intervalo de tempo, considerando ainda as descrições relativas a solos brandos e de fácil revolvimento²⁵⁴ (o que por si só representa pouco esforço e rapidez

²⁵³ Ainda não se encontrou esta evidência no campo de São Jorge. A madeira, sendo uma matéria perecível, desaparece com relativa facilidade do registo arqueológico, mesmo em diferentes ambientes. No caso de terem sido efetivamente aplicadas estacas no fundo das covas de lobo, apenas restariam os *buracos de poste*, comumente identificados pela arqueologia em diversos contextos. Naturalmente, as presumíveis dimensões das estacas usadas para este efeito, no contexto de Aljubarrota, iriam produzir uma cavidade de pequenas dimensões dentro da cova, o que dificultaria (muito) a sua identificação.

²⁵⁴ Da nossa experiência pessoal no revolvimento manual de solos no planalto de São Jorge, apesar de ter decorrido na zona de encosta e não na cumeeira, resulta que a camada abaixo do solo arável, i.e., a partir dos 0,40 a 0,50m de profundidade (devido a enchimentos recentes, mas que no campo de batalha seria a partir dos 0,20 a 0,30m), apresenta-se como uma terra argilosa e compacta de difícil progressão. A nossa campanha decorreu em setembro, num período em que os solos se encontram naturalmente ressequidos (mesmo nas zonas onde abundam veios aquíferos), o que explica termos sido confrontados com alguma resistência, devido ao efeito de compactamento. Apesar de Afonso do Paço descrever uma

de progressão), o certo é que se desconhece o número de indivíduos envolvidos, a sua organização e distribuição de tarefas, os meios logísticos ao seu alcance, a totalidade de tempo de que dispunham e, por fim, o fator resistência²⁵⁵.

Por este motivo, centrámos a nossa atenção nas evidências físicas mais próximas da realidade de 1385 de que dispomos: os resultados arqueológicos. Afonso do Paço, responsável pela primeira intervenção arqueológica no campo de São Jorge, descreve que as covas “são muito irregulares quanto a dimensões, profundidades e mesmo orientação” e que “não há portanto grande uniformidade no traçado” (PAÇO, 1958, pp. 47-48). Perante esta realidade, “parece que em tudo apenas dominava a ideia de encher de covas os espaços vazios” (*ibidem*). Em parte, esta característica é assumida nas reconstituições teóricas como resultado do pouco tempo disponível: “Quase que poderíamos afirmar que não há duas covas iguais em comprimento ou profundidade. Temos a impressão que tudo foi aberto muito depressa.” (*idem*, 1961, p. 13); uma vez mais, ia-se ao encontro da ideia de que a abertura destas covas se limitara às escassas horas disponíveis na tarde de 14 de agosto.

O arqueólogo não ignora a relação do sistema que descreve com o fator tempo: “A irregularidade que se observa, dentro de um plano superiormente concebido, é prova evidente da rapidez com que tudo deve ter sido executado” (PAÇO, 1958, p. 49). Adianta a mesma explicação para a construção irregular do traçado do *grande fosso*: “Temos a sensação de terem operado vários agrupamentos de homens em troços isolados, que fizeram as ligações o melhor que puderam, dentro do pouco tempo que dispunham” (*idem*, p. 44). Mantém a mesma leitura em publicações posteriores: “o ramo [do fosso] que corre na direcção W-E apresenta duas particularidades: em dois

“camada de terra húmida, de uns 20 centímetros, seguia-se uma outra de areão solto, com espessuras variáveis” (PAÇO, 1960, p. 10), as covas foram abertas mais abaixo, no “saibro rijo”. É justamente esta camada, de tom amarelado, que temos vindo a comparar entre o Casal da Amieira e São Jorge. Sublinhamos que a nossa experiência nos solos se limita à encosta norte; apesar da similaridade geológica com o campo de batalha, não nos é possível assegurar uma igualdade estratigráfica.

²⁵⁵ Matematicamente, os cálculos avançados contabilizam a abertura de uma cova recorrendo ao esforço de um homem num intervalo de tempo. Contudo, se o mesmo homem repetir o processo, certamente irá demorar mais tempo devido à fadiga a que fora sujeito, e assim sucessivamente. Esta variável não é contabilizada. Acrescentamos ainda o aspeto da diferenciação, considerando que operadores diferentes executam igual tarefa em intervalos de tempo diferentes, dependendo da robustez e experiência de cada homem. Servem estas observações apenas para demonstrar a dificuldade em alcançar uma fórmula que se adegue a calcular com rigor o tempo de execução da fortificação do campo de batalha. Talvez o fator que se revela mais adverso seja o facto de ainda não conhecermos a real dimensão e totalidade das covas de lobo, o que impossibilita um cálculo mais abrangente.

dos seus elementos não se tocam, e este facto deve ser interpretado, a nosso ver, como uma das provas da pressa com que tudo deve ter sido executado (...) O ramo descendente apresenta-se na parte superior, muito sinuoso e pouco profundo, como que constituído por pequenos troços de dimensões aproximadamente iguais, cavados rapidamente e ligados de qualquer maneira” (PAÇO, 1961, p. 10). Entretanto, o próprio Afonso do Paço defende, a respeito da construção deste dispositivo, que o condestável “o teria mandado executar na própria tarde de 14 de Agosto de 1385” (*idem*, 1960, p. 10).

A intervenção arqueológica seguinte, realizada em 1985 por Severino Lourenço, seria mais ponderada na sua avaliação. Segundo este autor, o fator tempo é efetivamente relevante: “Numa emergência e na disponibilidade de um tempo muito limitado, é mais fácil cavar a direito em terreno macio abrindo sulcos pouco mais largos que a pá da enxada, que arredondar covas de certa profundidade. As terras retiradas também não causariam problemas de tempo, pois que, postas ao lado do fosso à medida que se iam saindo, ficariam dissimuladas pelos arbustos e constituíam também obstáculos dada a irregularidade de marcha que provocavam” (LOURENÇO, 1985, p. 12). Este autor alerta para um importante aspeto – a falta de rigor e preceito das covas de lobo em São Jorge. De facto, a sua configuração não obedecia a uma planta troncocónica de paredes circulares e medidas uniformes. As covas identificadas por Afonso do Paço tinham planta quadrangular de configuração tosca, sem uniformidade individual ou mesmo entre si, e apontavam para diversas orientações. Ainda assim, dentro do conjunto sobressaíam duas orientações predominantes, estando a segunda “convergente com as primeiras” (PAÇO, 1958, p. 48); contudo, não compunham um padrão, ou mesmo uma regularidade no seu traçado. Severino Lourenço avança com uma explicação: “Esta diferença de orientação é possível – salvo outro motivo que se não descortina – se o trabalho tiver sido feito de noite, à pressa, e ainda, pela descontinuidade de trabalho ou até de pessoal” (LOURENÇO, 1985, p. 12). É precisamente nesta justificação que nos pretendemos deter mais um pouco.

Afonso de Paço identificou 830 covas apenas na zona nascente-meridional do campo de batalha, sem ter conseguido alcançar o seu limite para sul e para oeste, o que inviabiliza uma aproximação rigorosa ao respetivo total. Na eventualidade deste levantamento se ter prolongado mais para sul e, hipoteticamente, de serem

assinaladas mais umas poucas centenas de covas, o resultado global ultrapassaria as mil. Assumindo que na zona poente existiria um dispositivo similar, o total remeteria para dois milhares destes obstáculos. Perante tanta conjectura, torna-se arriscado presumir uma cifra; no entanto, podemos estimar que a quantidade total de covas seria elevada, muito além das que foram até ao momento assinaladas.

Apesar de a hoste portuguesa dispor de milhares de homens, a abertura de covas de lobo a esta escala requeria um elevado esforço, convertido numa notável disponibilidade de mão-de-obra, de tempo e de ferramentas. Como temos vindo a anunciar, a hoste portuguesa dispunha da noite da véspera para a realização destes trabalhos. Devemos ainda considerar que os executantes destas tarefas não seriam os homens de armas, oriundos de uma classe social superior, mas certamente os homens recrutados nas vilas e aldeias, ou seja, as forças concelhias, um grupo constituído maioritariamente por mesteirais e, sobretudo, por camponeses e lavradores habituados às tarefas agrícolas, o que em grande medida corresponde a homens robustos, hábeis e treinados na manipulação da terra e no revolvimento dos solos. O conjunto final deveria, dentro de uma certa lógica, ser regular, orientado e uniforme; afinal, estaria a ser preparado por homens da lavoura que dominavam a abertura de valados e de covas (para fins agrícolas) e que dispunham das horas noturnas para a sua elaboração. Mesmo avançando de uma forma apressada, dificilmente perderiam a mestria no decorrer da sua execução. Porém, faziam-no praticamente às cegas, devido à obscuridade da noite e à ausência de fontes de iluminação²⁵⁶.

Julgamos, por isso, que o fator visibilidade poderá explicar a irregularidade do resultado final, mais até do que o fator tempo. Esta explicação vai ao encontro das observações de Severino Lourenço, quando este refere a realização dos trabalhos à noite e sofrendo descontinuidade de pessoal, o que afetaria a regularidade na orientação dos traçados e explicaria a configuração disforme das próprias covas, tornando-as irregulares, desalinhadas e com intervalos díspares entre si, conforme foi demonstrado pelas averiguações arqueológicas. O resultado final não poderia

²⁵⁶ Admitimos que os preliminares destes trabalhos se possam ter iniciado ainda com alguma luminosidade no céu, característica do final de tarde/crepúsculo, logo que delineado o planeamento a seguir. Contudo, o grosso dos trabalhos deveria ser acautelado dos olhares dos espiões inimigos, pelo que a escuridão noturna proporcionaria essa cobertura acrescida e a ocultação da sua execução.

aproximar-se dos modelos aprimorados dos manuais militares, não devendo por esse motivo, ao contrário do que fez Alcide de Oliveira, recusar-se o seu propósito inicial.

A organização dos homens, em caso de uma eventual limitação de ferramentas, poderia passar pela distribuição de equipas de operadores elaborando diferentes tarefas em simultâneo, podendo mesmo revezar-se entre si. Por exemplo, enquanto uma parte dos homens rasgava o solo para abertura de covas e de fossos, outra parte estaria ocupada em manipular a terra retirada, possivelmente dispondo a mesma no rebordo, de forma a aumentar a profundidade da cova (um preceito praticado pelos antigos Romanos, conforme nos recorda Vegécio); isto permitiria, ainda, encobrir as covas através desta barreira de terra, dissimulando-se a depressão por elas causada no solo. Esta dissimulação seria, mais tarde, completada por ramagens, descritas pelo despenseiro-mor da rainha D. Leonor como «muchas fosas cubiertas con ramas», de forma a iludir eventuais olheiros.

Porém, esta ocupação noturna dos homens na fortificação do campo ia um pouco além da necessidade de rentabilização do tempo e de ocultação dos trabalhos aos olhares do inimigo. Arriscamo-nos a considerar um fator adicional. O condestável, ao manter os seus homens ocupados nas tarefas descritas, evitava, ou pelo menos desmotivava, as habituais evasões de combatentes. O grosso da hoste portuguesa era composto por gente do povo, na sua maioria mesterais e camponeses recrutados *ad hoc*. A sua inexperiência e um perfil desajustado do ambiente marcial levavam com frequência muitos destes homens a desertar da hoste, principalmente quando se encontravam na iminência de um combate, normalmente aproveitando a escuridão da noite, de forma a não despertarem as atenções dos capitães e dos comandantes, o que provavelmente terminaria em pesados castigos, caso fossem apanhados. Nun'Álvares era confrontado ciclicamente com esta reação entre os seus subordinados²⁵⁷. O próprio monarca português era atormentado por esta evidência; a acreditar nas

²⁵⁷ Recordamos apenas dois episódios, entre muitos outros: o primeiro ocorre quando Nun'Álvares adere ao partido do Mestre de Avis e é incumbido de ir buscar víveres aos arrabaldes de Sintra, na companhia de 300 lanças: “E estando alá, de noite lhe vierom novas certas que o meestre de Santiago e Pero de Valhasco e Pero Exarmento, que era dito que estavam em Alanquer e vinham sobre ele, por a qual razom lhe logo fugirom a maior parte da sua jeente que consigo tinha, que lhe nom ficarom ataa sassenta lanças” (CC, cap. XXVIII, p. 61). Outro episódio, extensível aos próprios homens de armas, quando, na iminência da batalha de Atoleiros, dois deles, caída a noite, “tinham já selado e estavam armados, que sse queriam hir pera Ellvas, nõ queremdo seer na batalha com elle” (CDJ, I, cap. XCIII, p. 155).

palavras de Froissart sobre os conselhos dados ao rei (e sobre a resposta deste) aquando dos preparativos da batalha de Aljubarrota: “Se houver homem de pouca coragem que não ouse esperar aventura e a batalha, que se apresente (dar-lhe-eis o consentimento para se partir dos outros, porquanto um mau desencoraja duas dúzias dos bons) ou que lhe cortem a cabeça na vossa presença. Isso servirá de exemplo aos outros”. Disse el-rei: “Assim o quero”. Então foram designados dois cavaleiros de Portugal que receberam do rei a ordem de procurar entre todos os homens que ali se achavam, e de os inquirir e de saber se algum temia em esperando a peleja” (CF, liv. III, cap. 19, par. 37, p. 34).

Desta forma, mantendo os homens ocupados em diversas tarefas e, consequentemente, mais vigiados, mantinha-se uma certa coesão dentro da hoste e evitava-se perder recursos preciosos durante a noite. Esta advertência estava também descrita em obras de difusão à escala ibérica, como as de Egídio Romano: “E porêde muchos de noche se alongarõ e escusaron la pelea e nõ de dia” (RP, livro III, parte III, cap. XV, fol. CCXXXVII, p. 482).

Com os trabalhos de revolvimento dos solos para abertura de covas e de fossos reservados ao período noturno, retomamos a narrativa das crónicas já na madrugada do dia 14, quando o condestável ainda de “noyte, ante que amanheçesse, começou ouvir suas missas” (CDJ, II, cap. XXXIII, p. 71). Fernão Lopes explica que, logo que amanheceu, Nun’Álvares partiu na vanguarda da hoste até ao local previamente designado. No entanto, a fortificação do campo não estaria ainda terminada, pelo que seria necessário manter um grupo de trabalhadores na cumeeira para reforço da fortificação. Assim, o condestável deslocar-se-ia para a primeira posição com apenas uma parte da hoste, não nos sendo possível quantificar cada um destes grupos.

O grupo que acompanhou o condestável e o monarca português, decerto com muito mais homens do que o grupo deixado naquele que viria a ser o campo de batalha, teria como função fazer frente ao adversário na posição a norte, simulando que toda a hoste estaria estacionada no alto da encosta. Relembremos que a pretensão era induzir o inimigo a combater, mas não necessariamente nesse local. Por outro lado, não podiam levantar suspeitas, o que aconteceria caso o adversário topasse com uma hoste muito minguada ou disposta numa formação de aspeto e dimensão desenquadradas do habitual. Para o efeito, a hoste de D. João podia recorrer

a algumas astúcias. Retomando o episódio da razia portuguesa de janeiro de 1399 realizada em Castela, durante a qual optaram por caminhar de noite sob o luar, logo que confrontados com ginetes castelhanos os de Portugal “juntaram-se logo todos em batalha com as lanças allevantadas por parecerem mais” (CDJ, II, cap. CLXXVI, p. 378). Esta ação demonstra uma clara tentativa de iludir o adversário. Alguns autores mais recentes admitem de igual modo esta manobra de ilusão em São Jorge, onde, na primeira posição, “as forças que os castelhanos observaram no alto do esporão, quando desembocaram na Jardoeira, não passariam – o que não é de todo impossível de imaginar, embora fosse muito arriscado – de algumas tropas que, como dissemos já, mais não fariam que dar ao inimigo a ilusão de que por detrás delas estaria o grosso do exército adversário” (MARTINS, 2011, p. 367).

A esta redução de tropas na primeira posição acresciam duas vantagens: uma melhor acomodação à estreiteza do terreno, limitado a 300 metros de área útil; e a maior facilidade na movimentação de homens. A condensação de homens na vanguarda e nas alas, para sugerirem ao adversário uma formação densa, não exigia muitos efetivos. O condestável, não acreditando no cenário de se travar batalha neste local, apostara na hipótese de a configuração da posição ser suficiente para dissuadir o inimigo dessa pretensão, contando que “nenhum comandante minimamente experiente se atreveria a lançar as suas forças encosta acima para se converterem em presas fáceis para um inimigo cuja dimensão nem sequer conseguiam perceber com exactidão, já que, por se encontrarem a uma cota muito inferior, só podiam distinguir os combatentes das primeiras linhas portuguesas. De facto, os homens dispostos no topo daquela elevação bem podiam ser 1000, 10 000 ou, por absurdo, mesmo 100 000, que ninguém, do local onde se encontravam D. Juan I e a sua hoste, o poderia afirmar com segurança. Aliás, essa bem pode ter sido a intenção de Nuno Álvares” (MARTINS, 2011, p. 366).

Este efeito dissuasor, recorrendo a apenas uma parcela da hoste, reforça a nossa proposta quanto à localização da primeira posição numa cota elevada da encosta norte, contrariamente às sugestões que tentam colocar a formação portuguesa no sopé, a escassos metros da ribeira da Calvaria, ou mesmo a meia encosta. Insistimos ainda que, na zona inferior da encosta, a largura útil do terreno é consideravelmente menor, não permitindo dispor as alas avançadas, como era normal

na formação portuguesa (o que poderia levantar a suspeita na apreciação efetuada pelo adversário). As alas, ao estarem adiantadas, tinham obrigatoriamente de respeitar uma distância mínima de 200 a 250 metros entre si, pois não podiam ficar a menos de um tiro de besta, sob pena de poderem atingir-se entre uma e outra. A área para implantação da primeira posição, obedecendo aos preceitos do planeamento que articulava duas posições, tinha necessariamente de apresentar uma aparência defensável, ter largura suficiente para a formação militar e obedecer a uma distância que permitisse distorcer a avaliação pelo adversário. Julgamos que o local por nós proposto no capítulo IV reúne todos estes requisitos.

A segunda vantagem em recorrer a menos homens tem que ver com uma maior facilidade na movimentação de tropas ao longo do terreno. A condução dos homens para o local, a sua distribuição no terreno e uma rápida desarticulação da formatura, para os conduzir em direção à segunda posição, certamente decorreria mais agilmente se tudo se fizesse com menos efetivos. Esta indicação relaciona-se também com a aparente organização descrita por Fernão Lopes quanto ao movimento de rotação da hoste: “passou a avanguarda pella reguarda, damdo-sse logar huuns aos outros, e pose-sse deante contra homde os castellaãos mostravom de vijnr” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 86).

O grupo que permanecera em campo, na segunda posição, dispunha agora de luz solar para os trabalhos de abate de árvores e recolha de ramagens, com destino à construção de abatises e ocultação das covas, respetivamente. Os abatises, também conhecidos como *cavalos de frisa*, conferem uma proteção contra a cavalaria. Em Aljubarrota, tiveram duas funções prioritárias: a proteção das alas e o condicionamento da progressão do adversário para a zona central da vanguarda, o efeito de «afunilamento» que João Gouveia Monteiro, com base em Fernão Lopes e Froissart, descreve ter provocado grandes embaraços ao avanço da cavalaria franco-castelhana.

Nas alas da formação anglo-portuguesa concentraram-se essencialmente os atiradores, compostos pelo conjunto formado por arqueiros, besteiros e fundibulários. Estes corpos táticos, contrariamente aos peões que se encontravam na vanguarda (munidos de compridas lanças que aguardavam o choque dos cavalos), não dispunham de grandes defesas pessoais contra uma investida de cavalaria, pelo que, em caso de

embate nas alas, o dano seria gravoso. Ainda assim, as alas dispunham de peões numa primeira linha para conferir alguma proteção aos atiradores, principalmente na ala esquerda, onde se terá concentrado a maioria dos besteiros e o grupo dos arqueiros ingleses: “detrás os homeens darmas que eram em amballas allas avya beesteiros e homeens de pee postos em tal hordenamça que lhe podessem fazer ajuda e empeçer a seus emmygos. E na az derecha nom avya nenhuuns, ca nom compriam em tall logar” (CDJ, II, cap. XXXVIII, p. 85). Esta prevalência da neurobalística na ala esquerda, como já foi explicado, está relacionada com a linha de tiro em direção ao perfil direito dos cavaleiros adversários, o lado mais desprotegido e que se encontrava reservado ao transporte da lança, remetendo o escudo para o lado contrário.

A proteção do corpo dos atiradores era matéria de extrema importância, na medida em que o seu desempenho era um dos principais elementos táticos de uma hoste apeada a combater em posição defensiva uma formação de cavaleiros. O seu poder de tiro revela-se fundamental para desarticular a investida inimiga, quebrando-lhe o ímpeto e a coesão, elementos imprescindíveis à eficácia do choque, tanto montado como apeado. Acresce ainda o facto de, no caso de o adversário se deter por mais tempo em obstáculos no terreno, como nas covas de lobo, ficar demoradamente sujeito às cargas dos atiradores²⁵⁸. Um adversário atolado é um alvo quase fixo e, consequentemente, muito mais fácil de abater.

O alcance útil das armas neurobalísticas, estimável em 200 metros para o arco longo e 250 metros para a besta, nem sempre seria suficiente, por si só, para derrubar ou ferir um cavaleiro com arnês. O efeito de tiro perfurante, em geral, estava relacionado com o ponto de embate. Quando dirigido a uma proteção de tronco em cota de malha, os pontos de rutura encontravam-se principalmente nas ligações dos aros metálicos, os quais apresentavam menor resistência (dependendo ainda de fatores como a proximidade e o ângulo de tiro). No caso do arnês em chapa metálica,

²⁵⁸ A importância que as covas de lobo imprimem à defesa do campo é realçada por Gouveia Monteiro, justamente pelo tempo de exposição a que sujeitariam os cavalos e cavaleiros, deixando-os à mercê da chuva de setas e virotões dentro do alcance útil da neurobalística: “Se nos pusermos na situação de um atirador com arco ou com besta e considerarmos um cavalo inimigo a galope avançando na nossa direcção a uma velocidade de 30 km por hora (i.e., de 500 m por minuto) concluiremos que, não valendo a pena disparar antes de o adversário surgir a menos de 200 m da nossa posição, disporíamos, no máximo, de apenas 24 segundos para atirar. Neste espaço de tempo, um arqueiro conseguia lançar no ar umas 4 ou 5 flechas que sacava da sua aljava suspensa a tiracolo, enquanto um besteiro (que manuseava uma arma muito mais difícil de recarregar) não tinha possibilidade de lançar mais do que 1 ou (caso estivesse muito adestrado, ou fosse assessorado) 2 virotões” (MONTEIRO, 2010, p. 194).

as áreas mais suscetíveis à perfuração seriam as margens das peças que individualmente compunham este conjunto (para além das zonas impossíveis de cobrir, como axilas, ou virilhas). Considerando que este tipo de armadura teria espessuras diferentes, mais densas ao centro e mais reduzidas nas margens, a área central destas peças oferecia maior resistência a uma seta ou virotão. Esta característica resultava, em parte, do processo de fabrico recorrendo ao batimento e modelamento de chapas metálicas, que por princípio deixariam o centro das peças dotadas de uma maior concentração de metal, quando comparadas com os rebordos. Também já aqui referimos a debilidade nas zonas de junção, às quais correspondiam pequenos intervalos desprovidos de proteção. Por este motivo, muitos cavaleiros optavam por manter a cota de malha metálica (*vide supra*, cap. I) por debaixo da chapa metálica, para reforço dessas áreas de articulação.

Ao arnês acresce ainda outro fator, assinalado por A. H. Howorth quando alude à batalha de Poitiers (19 de setembro de 1356), a propósito das “pesadas armaduras nesta altura em uso [que] não eram perfuradas sob certos ângulos de tiro e ricocheteavam as flechas” (HOWORTH, 1960, p. 40). Deste modo, seria preferível alvejar os vulneráveis pontos de interceção, a que nos referimos, assim como os próprios cavalos, cuja proteção com arnês seria muito menos frequente. No caso da cavalaria franco-castelhana, a maioria dos homens de armas recorria ao arnês em chapa metálica. Assim se apresentaram aos Portugueses na primeira posição, quando “damdo o sol em suas esplandeçentes armas, fazia-os parecer muytos mais” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 72).



Figura 79 - Arqueiros treinando com alvo. Iluminura in Luttrell Psalter MS 42130 f. 147 (1325-1340)

Fonte: http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_42130_fs001ar#

No entanto, devemos notar que os diversos condicionalismos do tiro neurobalístico no decorrer da palpitação e confusão de uma batalha dificilmente seriam tomados a preceito, por muito adestrados que fossem os atiradores. Os fatores mais impactantes para o adversário durante a peleja seriam a relação quantidade/tempo, isto é, o número de projéteis lançado num determinado prazo, em especial durante o intervalo em que o alvo se conservasse dentro da área útil de tiro. Sendo os atiradores um recurso tático imprescindível para se alcançar a vitória, a sua proteção seria prioritária. Para o efeito, estes peões não deveriam estar ao alcance das lanças da cavalaria inimiga.

As lanças dos cavaleiros mediam cerca de uma braça (2,20m), da qual apenas a parte frontal se mostrava eficaz a atingir o adversário no momento do embate²⁵⁹. É por esse motivo que a az dianteira da tropa desmontada que aguarda o choque da cavalaria deverá dispor de lanças maiores (cerca de 3 metros), de forma a atingir os cavaleiros antes mesmo que estes consigam infligir-lhes algum dano. A vanguarda portuguesa empunhava compridas lanças apontadas aos peitos dos cavalos (recordamos a sua particular eficácia na atalha de Atoleiros), tendo o condestável, pouco antes do início da batalha de Aljubarrota, ordenado a estes homens que “quando os castellaãos movessem, e ao juntar estevessem quedos e firmassem bem os pees, tendo as lanças dereitas, apertadas so o braço, o mais perlongadas que podessem” (CDJ, II, cap. XLII, p. 94). Os atiradores presentes nas alas estariam ocupados no manejo das armas de tiro, de modo que precisariam de uma linha frontal composta por peões que os protegessem ou teriam, de alguma forma, de poder contar com lanças compridas, dirigidas ao adversário, fixadas ao solo, fossem elas cravadas na terra ou com recurso a algum outro dispositivo. A solução mais eficaz passaria pela feitura de abatisses.

A nossa proposta relativamente à construção destes abatisses circunscreve-se à fase final da fortificação do campo de batalha, ou seja, após o raiar do dia, tendo essa construção sido iniciada provavelmente logo após a partida da hoste anglo-portuguesa

²⁵⁹ Devemos considerar que grande parte da extensão da lança é na verdade inútil, na medida em que o intervalo entre o braço do cavaleiro e o focinho do cavalo não detém aplicação prática. A parte frontal remanescente, do focinho do cavalo adiante, é que efetivamente se destina a infligir dano ao adversário. Para o lado oposto, a lança alonga-se a partir do braço do cavaleiro para trás, com uma constituição mais densa, de forma a criar um contrapeso para auxiliar no seu equilíbrio.

para a primeira posição. A prioridade seria certamente a dissimulação das covas de lobo com ramagens, antes que eventuais batedores castelhanos pudessem reconhecer o terreno. No entanto, não parece ter havido a mesma preocupação relativamente aos abatisses, até porque seria muito improvável que os conseguissem ocultar. Ainda assim, deveriam manter todo o dispositivo da segunda posição longe do olhar inimigo, pelo menos até este declinar a primeira posição, sob pena de o adversário se aperceber da articulação entre ambas.

Com a marcha castelhana entre a primeira e a segunda posições em curso, seriam os batedores de Castela a identificar um campo, mais a sul (Chão da Feira), que reunia as condições para ordenar batalha. A partir deste momento, tendo já constatado que os Portugueses se dispunham numa segunda posição, teve início o Conselho de guerra castelhano, para decidirem se aceitariam combater na nova posição que lhes era oferecida.

Nas crónicas que temos vindo a utilizar, verificamos um silêncio inquietante relativamente à fortificação do campo de batalha. Como explicámos em capítulo anterior, uma das referências documentais mais valiosas de que dispomos é a carta de D. Juan I à cidade de Múrcia (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primeiro, cap. XII, p. 197), onde o monarca derrotado descreve os abatisses (“un monte cortado, que les daba hasta la cinta”) e um fosso (“una cava tan alta como un hombre hasta la garganta”); mais tardia e controversa é a descrição na obra de Juan Rodríguez de Cuenca (CUENCA, 1781, p. 80), o despenseiro-mor da rainha D. Leonor, que também faz referências aos abatisses (“muy fuerte palenque al derredor de su real”) e acrescenta as covas de lobo (“muchas fosas cubiertas con ramas”). Já o cronista e futuro chanceler Pero López de Ayala, autor das *Cronicas de los Reyes de Castilla* e que esteve em Aljubarrota, afirma ter-se deslocado à posição portuguesa no âmbito de uma pequena comitiva parlamentar, pouco antes da batalha; ora, durante essa oportunidade, “cataron é avisaronse bien de la ordenanza que tenian los de Portugal” (CRC, Rey Don Juan I, año VII, cap. XIII, p. 230); porém, Ayala nada refere sobre as covas e os abatisses. Estamos, portanto, perante uma testemunha ocular que não descreve na sua crónica a fortificação do campo de batalha.

Este curioso aspeto (já realçado em capítulo anterior), talvez possa ter origem em um de três motivos: i) O encontro desta comitiva com Nun’Álvares teve lugar logo

na primeira posição, como nos leva a crer o autor anónimo da *Corónica do Condestabre* ao relatar este episódio antes da deslocação da hoste castelhana para a segunda posição (CC, cap. LI, p. 140), o que todavia se nos afigura muito pouco provável²⁶⁰, mas onde efetivamente não existia qualquer tipo de fortificação; ii) terem parlamentarado já na segunda posição, em local afastado da área fortificada²⁶¹; iii) constatarem a presença dos abatisses e, eventualmente, do grande fosso, sem se aperceberem das covas. Estes “çimquo de cavallo, com dous cavaleiros gascoões que vinham por veer o Comdestabre” que se deslocaram à posição portuguesa foram “postos em logar dhu podiam seer ouvidos com sinal seguro, como he de costume, começou huum de braadar que lhe chamassem Nunalvarez Pereira, que o chamava seu irmão” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 72). Deduzimos desta observação de Fernão Lopes que houve algum cuidado em desviar os olhares desta comitiva parlamentar do campo de batalha (entenda-se da zona fortificada). Por conseguinte, mesmo que por breves momentos vislumbassem parte do terreno, em tais circunstâncias dificilmente se aperceberiam das covas de lobo, entretanto dissimuladas com as ramagens.

A este último ponto acrescentaremos o fator *vulgaridade*. Este tipo de obstáculos mais evidentes, constituídos por abatisses ou por grandes fossos, seria relativamente comum como assessorio defensivo nos confrontos em campo aberto, motivo pelo qual a sua presença não representaria uma circunstância excecional (como também evidenciámos em capítulo anterior). A sua ausência num campo escolhido pelo adversário, que estacionara no terreno e que dispusera de tempo suficiente (as tais três a quatro horas) para os preparar, poderia até causar alguma estranheza. Talvez este aspeto explique por que motivo a comissão parlamentar castelhana, ao apresentar o seu relatório em conselho de guerra, tenha feito uma avaliação geográfica detalhada, assinalando a presença dos vales, a limitada largura do planalto e a posição portuguesa adequada à defesa, sem ter referido nenhum dos

²⁶⁰ No Conselho de guerra castelhano reunido após a deslocação para a segunda posição, o conde João Afonso Telo, na sua exposição em defesa da ideia de travarem a batalha, refere que, na primeira posição, “*posto que preto [perto] estevessem de vos, disseramos que nom heres theudo de os hir buscar, nem souberamos se eram poucos, se muytos*” (CDJ, II, cap. XXXVI, p. 80), o que sugere não ter havido contacto entre as hostes.

²⁶¹ Neste caso, seria pouco provável que, mesmo afastados do campo de batalha, não vislumbassem a distância nenhum elemento defensivo, como os abatisses, p. ex., que seriam mais evidentes no terreno. Para mais, esta área da cumeeira de São Jorge decrescia de altitude, ainda que ligeiramente, da posição castelhana para a portuguesa, ou seja, no mesmo sentido da deslocação destes parlamentários.

dispositivos de defesa, parte destes porque seriam comuns, outra parte por terem passados despercebidos. Esta ocultação das defesas rasgadas no solo certamente que contribuiu para incutir firmeza e confiança no adversário, levando-o a almejar uma rápida e fácil vitória; daí terá resultado a precipitação do combate sem um atento reconhecimento prévio do terreno, pois “luego como venian de camino, sin se bien armar como requeria, y sin ser recogida la gente, fueron fasta su palenque á les dar la batalla” (CUENCA, 1781, p. 80).

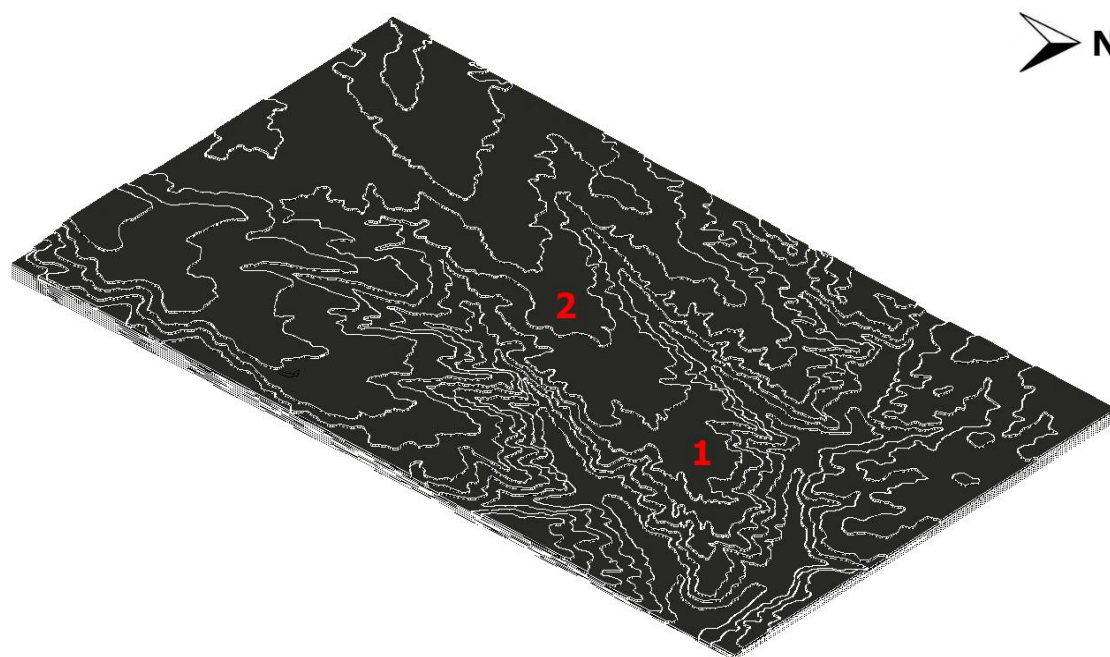


Figura 80 - Modelação 3D do planalto com indicação da primeira e segunda posição (1 e 2)
(Autoria: Arq.^{ta} Márcia Pires)

Em suma, este breve ensaio concentrado nos dispositivos defensivos do campo de batalha pretende reforçar a nossa convicção de que o planeamento considerado em São Jorge, apesar de mantido em segredo e o mais encoberto possível pelos seus criadores, aponta para uma ousada aposta no recurso a duas posições no terreno, uma primeira para ludibriar o adversário e uma segunda, devida e cuidadosamente preparada e dissimulada, para o enfrentar de facto. Esta função de *engodo* atribuída à primeira posição captou a nossa atenção e motivou o presente projeto, o que nos levou à tentativa de demonstrar, através de evidências arqueológicas, ou neste caso da ausência dessas mesmas evidências, que a primeira posição servira somente como um

isco para os acontecimentos que vieram depois. A excecionalidade natural desta posição, adequada à defesa, matéria sobre a qual a maioria dos estudiosos de Aljubarrota está de acordo, ia muito para além da sua singularidade e aparência. Toda a articulação tática envolvida teria, forçosamente, de ser consideravelmente elaborada, de forma a iludir o adversário e a antecipar as suas ações e decisões. Esta primeira frente portuguesa adquire, assim, um contorno quase teatral e, considerando a sua morfologia, a sua função tática e também a sua articulação com a outra posição, a fortificação de um tal lugar não se afiguraria necessária.

Como também já referimos, a historiografia militar medieval mais recente tende a admitir para Aljubarrota todo um planeamento antecipado, assim como o início da execução dos trabalhos de organização defensiva ainda de véspera: “Possivelmente, algumas destas “defesas acessórias” teriam sido preparadas de antemão (durante a manhã ou mesmo de véspera), na expectativa de uma muito previsível negativa castelhana a combater no extremo norte do planalto de S. Jorge (...) não nos parece nada disparatado admitir que uma parte (grande ou pequena, nunca o saberemos) daquele dispositivo possa ter sido preparada antes da batalha (prevendo a necessidade de organizar o terreno numa “segunda posição” que respondesse à mais do que provável marcha torneante castelhana), enquanto uma outra parte poderá ter sido aberta após a debandada de D. Juan I e os seus homens, prevenindo qualquer possibilidade de reagrupamento do exército inimigo” (MONTEIRO, 2001, pp. 216-220-221). Acrescentamos ainda uma observação de Miguel Gomes Martins: “Mas Nuno Álvares não confiava apenas nas características naturais do terreno para condicionar e dificultar a manobra inimiga. Na realidade, desde bem cedo nesse dia 14 de Agosto – ou, muito possivelmente, como nos parece mais plausível, desde o dia anterior – que o campo de batalha estava a ser preparado com obstáculos artificiais destinados a reforçar aquelas discretas, mas nem por isso pouco eficazes, defesas naturais” (MARTINS, 2011, pp. 368-369).

Esta articulação entre duas posições, devidamente calculada e estruturada, que contribuiria para uma vitória estrondosa justamente pela resposta adversária ter correspondido ao antecipadamente previsto, configura um caso deveras singular no quadro das batalhas medievais ibéricas. Desconhecemos se em outros confrontos europeus possa ter ocorrido um planeamento deliberado que articulasse duas, ou

mais, posições no terreno, mas os relatos dos principais confrontos medievos não apontam nesse sentido. Referimo-nos, neste caso, a uma articulação de posições cuidadosamente prevista e não fruto das circunstâncias, tal como (aparentemente) se terá verificado na batalha de Trancoso e em muitos outros combates. Em Aljubarrota, essa articulação foi determinante, na medida em que “pelo meio da mudança, a hoste de D. João I conseguiu ainda criar no adversário uma ilusória sensação de vantagem e de confiança na vitória, que acabaria por ser-lhe fatal” (MONTEIRO, 2001, p. 215).

Conclusão

O trabalho que desenvolvemos pretendeu avançar com novos contributos interpretativos, recorrendo a uma investigação teórica suportada por uma componente prática. Em concreto, dedicámos a nossa atenção à *Primeira Posição Portuguesa*. Este local (e momento) integra o episódio da Batalha de Aljubarrota, tornando-o por isso indissociável de toda a ação.

Entre os objetivos principais procurámos, antes de tudo, propor uma localização precisa no terreno para a primeira área de ocupação das tropas anglo-portuguesas em São Jorge. A nossa proposta conciliou um conjunto de métodos de análise teórica, principalmente através de uma rigorosa leitura topográfica e fotográfica, complementado por um reconhecimento físico do terreno (ao longo da encosta norte de São Jorge) e das zonas periféricas. Com a área selecionada e de modo a consagrarmos uma proposta que fosse o mais precisa e fundamentada possível, construímos uma articulação teórica entre esta posição (numa relação local/momento da ação) e o campo de batalha, ou seja, apresentámos os nossos considerandos sobre a eficácia funcional da Primeira Posição, relativamente às operações que se seguiram. Tentou-se, desta forma, mostrar a importância táctica da Primeira Posição para o resultado final do confronto.

Para cumprir este primeiro objetivo (proposta de localização e formulação teórica do episódio) foi necessário estudar o vasto *dossier* bibliográfico sobre Aljubarrota. A densidade do tema e o elevado número de propostas teóricas já publicadas faziam adivinhar uma tarefa árdua. A atenção dedicada às crónicas e às fontes documentais foi para nós ainda mais decisiva, tendo em conta o seu valor histórico e a sua proximidade relativamente ao acontecimento. Toda esta averiguação pretendia não só compreender melhor os vários momentos da ação e a antecipação táctica procurada pelos comandantes militares anglo-portugueses, mas também identificar – dentro do acervo bibliográfico disponível – todas as reflexões em torno da Primeira Posição Portuguesa, por mínimas que estas se revelassem. A conjugação de todas as referências resultantes desse levantamento permitiu a construção de uma tabela global, que julgamos ter sido elaborada pela primeira vez.

Concluímos, através da análise bibliográfica, que o local foi tradicionalmente desvalorizado pelo simples facto de o confronto armado ter acabado por se travar 2 km a sul, no Campo Militar de São Jorge. Ou seja, assumiu-se, de uma maneira geral, que a Primeira Posição constituía apenas uma referência introdutória, um momento precoce da verdadeira ação, isto é, da história que valia realmente a pena contar. Para a esmagadora maioria dos autores, era suficiente referenciar geograficamente de uma forma muito genérica a Primeira Posição. A expressão “na encosta” tornou-se, de certo modo, satisfatória para se perceber que as tropas de D. João I estiveram estacionadas a norte do planalto de São Jorge e que daqui partiram (após a recusa castelhana) para o verdadeiro campo de batalha. Apesar disso, e contrariando a tendência geral, deparámo-nos com algumas propostas de localização um pouco mais precisas: em baixo, a meio ou no topo da encosta; ou então, em casos muito raros, com indicação da cota respetiva. Não encontrámos uma única proposta concreta que apontasse para as cotas que correspondem ao topo da encosta, onde acreditamos que – pelos motivos que aduzimos – se posicionaram realmente as tropas lideradas pelo condestável português no dia 14 de agosto de 1385. Consideramos, por isso, inédita a nossa proposta de localização.

Também assumimos que a escolha desta posição resultou de uma ponderação tática concebida de véspera, de forma a desencadear, calculadamente, todos os acontecimentos subsequentes. Excetuando a proposta de alguns (poucos) autores (como João Gouveia Monteiro ou Miguel Gomes Martins), a Primeira Posição não era considerada como uma frente tática, mas antes como uma tentativa gorada de oferecer batalha ao adversário num local privilegiado para a defesa (relembrando os preceitos de Vegécio). Pretendemos demonstrar o contrário, ensaiando, inclusivamente, uma reconstituição teórica alusiva às etapas que antecederam a batalha. A ocorrência de uma batalha resulta geralmente de um encadeamento de fatores que poucas vezes se fica a dever por completo ao acaso. Foi justamente inserindo-a numa cadeia planificada de movimentos que tentámos enquadrar a escolha da Primeira Posição Portuguesa – que assim terá funcionado como um *engodo* (e, simultaneamente, como um *gatilho*) para o confronto decisivo.

Ao longo da nossa exposição, por diversas vezes realçámos o carácter eminentemente tático desta primeira frente. Julgamos que este terá configurado um

dos segredos principais dos estrategos de Aljubarrota. Este aspeto conceptual, em estreita relação com o recorte natural do terreno, exuberante quanto ao seu perfil defensivo, levou-nos a acreditar, desde o princípio, que o local determinado para a Primeira Posição não carecia de quaisquer trabalhos de fortificação, por mais simples que estes pudessem ser. Os preceitos militares e o modo de combater característicos do período em causa (assuntos analisados no primeiro capítulo deste trabalho), sendo familiares aos comandantes das hostes envolvidas, permitiria identificar, com alguma facilidade, quais os terrenos favoráveis e desfavoráveis para um confronto armado; sobretudo se a avaliação incidisse sobre locais com declives tão acentuados como a encosta de São Jorge, escandalosamente inapropriada para um combate com recurso a cavalaria (ou até para um ataque feito com base em tropas de infantaria).

Contudo, para demonstrar a nossa tese, era necessário analisar uma parte da área correspondente a esta Primeira Posição e comprovar que nenhum trabalho de fortificação foi organizado. Para o efeito, precisávamos de identificar o local exato da posição, numa primeira fase, e, em seguida, sondar arqueologicamente o terreno para determinar se existiram (ou não) trabalhos de defesa acessórios semelhantes aos que foram encontrados em 1958-1960 no subsolo do campo de batalha. Pretendíamos assegurar que tais dispositivos não existiram no quadro da Primeira Posição Portuguesa, pelos motivos que cuidadosamente tentámos demonstrar ao longo da reconstituição teórica explanada no último capítulo deste trabalho.

Após termos proposto uma cota precisa no terreno (no Casal da Amieira, à cota 127 da Carta Militar 308 – edição de 2004), foi identificada uma área que nos permitiu realizar os trabalhos de campo. As limitações principais decorreram do espaço físico disponível. Numa freguesia implementada sobre uma encosta de largura reduzida e com a sua área útil densamente ocupada por casario e por terrenos de cultivo, as zonas adequadas para a execução de sondagens são bastante limitadas. A extensão ocupada por um olival mostrou ser a que melhores condições oferecia para esse propósito, quer pelo espaço de manobra que conferia aos equipamentos de prospeção, quer por motivos relacionados com a orientação do terreno relativamente à disposição da vanguarda portuguesa, conforme explicámos nos capítulos relativos aos trabalhos de campo (*vide caps. V e VI*).

Neste caso, tratando-se de um terreno particular, estávamos, todavia, condicionados às limitações impostas pelos respectivos proprietários. A compreensão e o acolhimento que dispensaram ao nosso projeto foram por nós profundamente agradecidos. A simpatia e cordialidade na comunicação entre os membros da equipa e os proprietários foram assinaláveis e mostraram-se recorrentes ao longo de todas as etapas dos trabalhos de campo. Porém, a natural preocupação com a integridade do terreno e com as árvores aí plantadas obrigou a um acordo mais restritivo quanto aos limites dos trabalhos arqueológicos a realizar, tendo sido por nós garantida alguma contenção quanto à quantidade e à extensão das valas a abrir no olival. Relativamente à profundidade das mesmas, não nos foi imposta qualquer limitação, desde que não interferisse com as raízes das oliveiras ali plantadas.

A metodologia dos trabalhos de campo pressupunha uma articulação entre sondagem geofísica e sondagem arqueológica. Considerando as limitações impostas no terreno para a sondagem arqueológica, optámos por um alargado investimento na sondagem geofísica. Foi este o principal motivo que nos levou a optar por quatro métodos diferentes, a que correspondem os principais e mais recorrentes meios de prospeção geofísica, na sua maioria com provas dadas em contexto arqueológico. Este investimento em tempo e em recursos acabaria por surtir efeito, indo ao encontro das expectativas, isto é, minimizou consideravelmente as áreas de interesse arqueológico ao ter assinalado grandes extensões de área estéril, comprovada simultaneamente pelos diferentes métodos de prospeção executados. Entre as *anomalias* detetadas, e contrariamente ao expectável, algumas mostraram uma alegada semelhança (em padrão) com os dispositivos encontrados no Campo Militar de São Jorge.

Com estes resultados, e mantendo o que por nós tinha sido acordado com os proprietários do terreno, limitámo-nos a abrir duas valas de sondagem sobre as anomalias mais promissoras assinaladas pela geofísica. Deste modo, a intervenção arqueológica, ainda que se tenha mostrado relativamente modesta em extensão, foi executada de um modo muito cirúrgico, incidindo diretamente sobre áreas com potencial interesse, isto é, sobre aquelas que efetivamente continham alguma coisa assinalável no subsolo. Estávamos seguros de que os resultados da geofísica, no que respeita à limitação das áreas de interesse, tinham ido ao encontro das necessidades da nossa investigação, como aliás se veio a perceber pela identificação das anomalias.

Com duas valas abertas em simultâneo no terreno, a leitura estratigráfica revelou uma certa uniformidade nas camadas do subsolo deste terreno e uma certa afinidade com a estratigrafia do campo de batalha originalmente estudado por Afonso do Paço. Por seu lado, as anomalias assinaladas eram provocadas por elementos geológicos naturais e, portanto, não nos deparámos com qualquer evidência arqueológica. Concluímos, através dos resultados dos trabalhos de campo, que toda esta área representativa da Primeira Posição Portuguesa (segundo a nossa proposta de localização), não mostrava indícios de testemunhos físicos relacionáveis com a Batalha de Aljubarrota. A geofísica, como referimos, excluiu previamente uma vasta área de interesse arqueológico, substituindo, de certo modo, a escavação em extensão por métodos de prospeção. A arqueologia, pelo seu lado, mostrou que mesmo as anomalias mais promissoras não eram antrópicas.

Os resultados no terreno estavam em sintonia com a nossa proposta teórica. A ausência de testemunhos, contrariamente ao objetivo principal da arqueologia na sua procura por evidências, serviu neste caso para suportar uma proposta de reconstituição de um episódio histórico. A arqueologia revela-se, assim, uma ciência versátil, recorrendo, por um lado, à identificação de testemunhos em contextos históricos, mas também, por outro, assinalando a ausência de evidências, ambas as circunstâncias tendo em vista contribuir positivamente para o desenvolvimento do conhecimento histórico. Este contraste é visível justamente nos procedimentos arqueológicos considerados para a Primeira e para a Segunda Posições Portuguesas em São Jorge: no primeiro caso, impera a ausência de testemunhos; no segundo, a sua abundância, graças à presença de fossos e de covas de lobo.

O nosso modesto contributo para o *dossier* de Aljubarrota pretende ser apenas o que se anunciou: um contributo. A proposta por nós desenvolvida ao longo deste trabalho foi ao encontro dos objetivos inicialmente desenhados, tendo sido sugerida, de forma fundamentada, a localização da Primeira Posição Portuguesa à cota 127 do planalto de São Jorge, ao mesmo tempo que confirmámos a ausência de testemunhos arqueológicos neste enquadramento. A exposição dos resultados por nós alcançados estará decerto sujeita às mesmas críticas de qualquer outra formulação teórica que pretenda recriar o episódico histórico de Aljubarrota.

No entanto, sendo esta uma investigação histórica e arqueológica, estamos seguros da seriedade, do rigor e dos resultados alcançados através dos trabalhos de campo. Garantimos a integridade dos mesmos dentro dos limites de todas as sondagens realizadas. Esperamos, de igual modo, que tais averiguações possam ter continuidade no futuro e que novos elementos interpretativos possam vir a ser acrescentados.

Bibliografia

Fontes:

AQUINO, Tomás, *Tratado del Gobierno de Llos Príncipes*, TOBAR, Alonso Ordoñez das Seyjas y (trad.), Imprenta de Benito Cano, Madrid, 1786.

_____, *El Gobierno Monarquico – ó sea el Libro De Regimine Principum*, SOL, D. Leon Carbonero Y (trad.), Imprenta Y Libreria de D. A. Izquierdo, Sevilla, 1861.

CASCALLES, Francisco, *Discursos Historicos de la muy noble y muy leal Ciudad de Murcia*, Discurso VIII. Reynando Don Juan el Primeiro, Francisco Benedito Impresor y Mercador de Libros, Murcia, 1775, pp. 179-204.

S. A., *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, DIAS, João José Alves (ed.), vol. I, Tomo 2, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

S. A., *Chronique du Religieux de Saint-Denys, contenant le règne de Charles VI, de 1380 a 1422*, BELLAGUET, Louis François (trad.), edição bilingue, Tomo I, De L'Imprimerie de Crapelet, Paris, 1839.

S. A., *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Academia Portuguesa da História e Quidnovi, Lisboa, 2011.

S. A., *Córtes de los Antiguos Reinos de Leon y de Castilla*, Tomo II, Real Academia de la Historia, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, Madrid, 1863.

DUARTE, Dom, *Leal Conselheiro*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1843.

_____, *Livro da Enssynança de bem cavalgar toda sela*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1843.

_____, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, DIAS, João José Alves (ed.), MARQUES, A. H. de Oliveira & RODRIGUES Teresa F. (rev.), Editorial Estampa, Lisboa, 1982.

FROISSART, Jean, *Chroniques de J. Froissart*, MIROT, Léon (ed.), Troisième Livre, publié par la Société de l'Histoire de France, série antérieure à 1789, Tome Douzième, 1356-1388, Paris, 1931.

_____, *Chroniques, Livres I et II*, AINSWORTH, Peter F. & DILLER, Georges T. (ed.), Lettres Gothiques, Paris, 2001.

_____, *Chroniques, Livres III e IV*, AINSWORTH, Peter F. & VARVARO, Alberto (ed.), Lettres Gothiques, Paris, 2004.

_____, "Chroniques", in LARANJINHA, Ana Sofia (trad.) & BARROCA, Mário Jorge (coord.), *Jean Froissart (Crónicas) – Duas passagens relativas a Aljubarrota*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

S. A., *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*, Tomo I-III, Real Academia de História, Imprenta Real, Madrid, 1807.

LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória. Parte Primeira*, FREIRE, Anselmo Braamcamp (ed.), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973 – ed. orig. 1915.

_____, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória. Parte Segunda*, ENTWISTLE, William J. (ed.), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977.

_____, *Crónica de D. Fernando*, MACCHI, Giuliano (ed.), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004.

_____, *Crónica de D. Pedro*, MACCHI, Giuliano (ed.), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2007.

LÓPEZ DE AYALA, Pero, *Crónicas*, LUIS MARTÍN, José (ed.), Editorial Planeta, Barcelona, 1991.

LOZANO, Christoval, *Los Reyes Nuevos de Toledo*, Valência, 1698.

MANUEL, Juan, *Libro de los Estados*, VILLACANAS, J. L. (ed.), edición de lectura preparada para la Biblioteca Saavedra Fajardo, Murcia, 2004.

_____, *Libro del cavallero et del escudero*, Red ediciones, Barcelona, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau, “A arte da guerra”, in, *Colecção a obra-prima de cada autor*, Martin Claret, São Paulo, sd, pp. 101-134.

RODRIGUEZ DE CUENCA, Juan, “Don Juan I”, in *Sumario de los Reyes de España*, Imprenta de Don Antonio de Sancha, Madrid, 1781, pp. 77-80.

ROMANO, Egidio, *De Regimine Principum*, impresso por Meinardo Ungut & Stanislaw Polono, Sevilha, 1494.

_____, *Li Livres du Gouvernement des Rois - De Regimine Principum - A XIII Century French Version of Egidio Colonna's Treatise*, The Macmillan Company, Londres, 1899.

SAMPAYO, António de Villasboas, *Nobiliarchia Portugueza – Tratado da nobreza hereditaria & politica*, Officina de Francisco Villela, Lisboa, 1676.

SANTANNA, Joseph Pereira, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Tomo I, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa, 1745.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Officina Sylvana da Academia Real, Lisboa, 1739.

SYLVA, Joseph Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o Governo del Rey D. João I*, Tomo III, Real Academia, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa, 1732.

VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, MONTEIRO, João Gouveia & BRAGA, José Eduardo (trad.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram*, vol. I-II, Editor A. J. Fernandes Lopes, Lisboa, 1865.

TZU, Sun, *A Arte da Guerra*, ROBALO, Manuel (ed.), Edições Sílabo, Lisboa, 2006.

Estudos:

S. A., “A engenharia militar em Aljubarrota”, in *Boletim Informativo da Direcção da Arma de Engenharia*, 10.º ano, n.º 4, julho-agosto, 1985.

AGOSTINHO, Elizabete, *Os dias em que Portugal foi feliz*, Guerra e Paz Editores S.A., Lisboa, 2017.

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões, *Vestidos para Matar. O armamento de Guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Editorial Verbo, 1974.

ALLMAND, Christopher (ed.), *Society at War. The Experience of England and France during the Hundred Years War*, The Boydell Press, Woodbridge, 1998 (ed. orig.: 1973).

_____, “The *De Re Militari* of Vegetius. How did the Middle Ages treat a late Roman text on war?”, in *História das Ideias*, vol. 30, Instituto de História e teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 101-117.

_____, *The De Re Military of Vegetius. The Reception, Transmission and Legacy of a roman Text in the Middle Ages*, Cambridge University Press, Cambridge, 2011.

ALMIRANTE, José, *Diccionario Militar*, Imprenta y Litografia del Depósito de la Guerra, Madrid, 1869.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel, “De la difícil colaboración al enfrentamiento: las relaciones castellano-portuguesas en época de Pedro López de Ayala”, in *Autour de Pedro López de Ayala*, Amrán Cohen, Rica, Paris, 2009, pp. 110-142.

ALVIRA CABRER, Martín, “Castile-Leon – Early and High Middle Ages (8th to 13th centuries)”, in GARCÍA FITZ, Francisco & MONTEIRO, João Gouveia (ed.), *War in the Iberian Peninsula 700-1600*, Routledge, Oxford, 2018, pp. 66-93.

AMADO, Teresa, *Fernão Lopes, contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

_____, “Os pensamentos do cronista Fernão Lopes”, in *eHumanista*, Volume 8, Universidade de Lisboa, 2007, pp. 133-142.

AMARAL, Maria Antónia Athayde, *Área Envolvente ao Campo Militar de São Jorge – Aljubarrota*, Relatório de escavação arqueológica, 2003.

URL:<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=2368115&vs=54070>

_____, *Área Envolvente ao Campo Militar de São Jorge – Aljubarrota*, Relatório de escavação arqueológica, 2004.

URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=2708799&vs=54070>

_____, *Área Envolvente ao Campo Militar de São Jorge – Aljubarrota*, Relatório de acompanhamento arqueológico, 2005/06.

URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=3220439&vs=54070>

_____, *Arranjos Paisagísticos do Centro de Interpretação Batalha de Aljubarrota (CIBA)*, Relatório de acompanhamento e escavação arqueológica, 2007/08.

URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=2839837&vs=54070>

URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=3220492&vs=54070>

_____, “Os vestígios materiais da guerra - o caso da Batalha de Aljubarrota (S. Jorge, Porto de Mós) e da Batalha de S. Marcos (Trancoso)”, in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, IV Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, vol. 1, Gráfica Almondina, Torres Novas, 2009, pp. 521-537.

ANDRADE, Antonio Galvam d’, *Arte da Cavallaria de Gineta e Estardiota Bom Primor de Ferrar & Alveitaria*, Officina de Joam da Costa, Lisboa, 1678.

ARIAS GUILLÉN, Fernando, “Castile-Leon – Late Middle Ages (14th to 15th centuries)”, in GARCÍA FITZ, Francisco & MONTEIRO, João Gouveia (ed.), *War in the Iberian Peninsula 700-1600*, Routledge, Oxford, 2018, pp. 94-123.

ARNAUT, Salvador Dias, *A Batalha de Trancoso*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1947a.

_____, “Froissart e João Fernandes Pacheco”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo III, Coimbra, 1947b, pp. 129-159.

_____, “A Crise Nacional dos Fins do Século XIV. Primeira Parte”, in *Biblos*, vol. XXXV, 1959.

_____, *Algumas notas sobre a campanha de Aljubarrota*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, Coimbra, 1963.

_____, “D. João I, grande rei, grande reinado”, in *Aljubarrota 600 Anos. Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 351-363.

ASCENSÃO, Alberto Vieira, “As Corte de 1385. A Aclamação de D. João I”, in *Aljubarrota 600 Anos. Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 161-176.

ATHAYDE, Luís de Mello e, *Escolas Regimentais: Curso da Classe de Sargentos 2º Anno*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1882.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos, “Órdenes militares peninsulares y cruzada hispânica – Una aproximación historiográfica”, in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Actas do IV encontro sobre Ordens Militares, Edições Colibri & Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2005, pp. 69-85.

_____, “Castile-Leon – Early and High Middle Ages (8th to 13th centuries)”, in GARCÍA FITZ, Francisco & MONTEIRO, João Gouveia (ed.), *War in the Iberian Peninsula 700-1600*, Routledge, Oxford, 2018, pp. 62-65.

BALEIRAS, Isabel de Pina, *Uma rainha inesperada. Leonor Teles*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.

_____, “Os casamentos da infanta D. Beatriz de Portugal”, in RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos e FAIRA, Ana Leal de, *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e Cerimonial*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2017, pp. 79-119.

BAHN, Colin Renfrew Paul, *Archaeology: Theories, Methods and Practice*, Thames & Hudson Ltd, London, 2016 (ed. orig.: 1991).

BARATA, António Francisco, *A Monja de Cistér. Chronica Eborensis de 1369 a 1385*, Barata & Sanches, Lisboa, 1895.

BARATA, Manuel F. Themudo, “Aljubarrota – Pórtico de uma Idade Nova”, in *Batalha de Aljubarrota - Comemoração do VI Centenário*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1985, pp. 14-26.

BARBER, Richard, “Jean Froissart and Edward the Black Prince”, in PALMER, J. J. N. (ed.), *Froissart: Historian*, Boydell Press-Rowman & Littlefield, Suffolk, 1981, pp. 25-35.

BARBOSA, Pedro Gomes & GOUVEIA, Alexandre Patrício, *A Batalha de Trancoso (1385) - A vitória dos Nobres da Beira*, Fundação Batalha de Aljubarrota e Babel, 2013.

BARRACA, Nuno, *Prospecção Geofísica na Primeira Posição Portuguesa na Batalha de Aljubarrota – Relatório PPBA'15*, Coimbra, 2017.

BARROCA, Mário Jorge, “Armamento Medieval Português – Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs”, in *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000a, pp. 38-76.

_____, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, Tomo II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000b.

_____, “Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc. XII a XIV)”, in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri & Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 535-548.

_____, “Armamento Medieval”, in BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, MATTOSO, José (coord.), vol. I, Circulo de Leitores, Lisboa, 2003a, pp. 122-147.

_____, “Estratégias e Táticas”, in BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, MATTOSO, José (coord.), vol. I, Circulo de Leitores, Lisboa, 2003b, pp. 148-158.

_____, *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à Batalha de Aljubarrota*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

BENNETT, Matthew, *Agincort 1415. Triumph against the Odds*, Osprey, London, 1991.

BERTOLI, André Luiz, *Guerra, Violência e Cavalaria em Portugal, 1367 – 1481*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em março de 2016.

BESSA, Carlos, “Memória da «Batalha Real» no 6º Centenário”, in *Batalha de Aljubarrota - Comemoração do VI Centenário*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1985, pp. 28-76.

_____, “Batalha dos Atoleiros. Seu carácter precursor em Portugal”, in *Aljubarrota 600 Anos. Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 97-128.

BICHO, Nuno, *Manual de Arqueologia Pré-histórica*, Edições 70, Lisboa, 2006.

BORGES, Alexandre, *As Vitórias Impossíveis na História de Portugal*, Casa das Letras, Alfragide, 2014.

BOSSA, Eduardo, “A sucessão do Rei D. Fernando – Uma descrição e uma análise”, in *Aljubarrota 600 Anos. Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 25-69.

BRADBURY, Jim, *Medieval Warfare*, Routledge, Abingdom-Nova Iorque, 2004.

BRITO, Bernardo de, *Elogios dos Reis de Portugal*, Officina Ferreyriana, Lisboa, 1726.

CABRAL, Pedro Alves, *A Batalha de Aljubarrota*, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, Lisboa, 1960.

CALADO, Adelino de Almeida, *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, notas e glossário, Acta Universitatis Conimbrigensis, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991.

CAMPS, Gabriel, *Manuel de Recherche Prehistorique*, Doin Éditeurs, Paris, 1990.

CARDOSO, Avelino Barbieri, “A posição e o dispositivo para a Batalha”, in *Infantaria*, N.º 31-32, 1959, pp. 355-367.

CARDOSO, João Luís, “História breve das investigações Pré-históricas em Portugal”, in *Pré-história de Portugal*, Verbo, 2002, pp. 19-43.

_____, “Joaquim Filipe Nery Delgado, Arqueólogo”, in RAMALHO, Miguel de Magalhães (coord.), *Nery Delgado (1835-1908), Geólogo do Reino*, Museu Geológico, Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação I. P., Centro de História e Filosofia da Ciência FCT-UNL, Lisboa, 2008, pp. 65-81.

CARMO, José António Rodrigues, *A Batalha de Aljubarrota – Uma explicação geográfica*, Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

CARVALHO, A. L. de, *Aljubarrota e Santa Maria de Guimarães*, Câmara Municipal de Guimarães, 1936.

CARVALHO, Sérgio Luís de, *Os dias mais perigosos da nossa História*, Clube do Autor S. A., Lisboa, 2014.

CASTRO, Raul Pereira de, *Uma Página da História Contemporânea. A propósito da Batalha de Aljubarrota*, s.n., s.l., 1984.

CATARINO, Helena, *PNTA/99 - Intervenção Arqueológica no Campo de Batalha de São Jorge – Aljubarrota*, Relatório de escavação arqueológica, 1999.

URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=127499&vp=46983>

_____, “À Descoberta dos Vestígio Arqueológicos”, in MONTEIRO, João Gouveia (coord.), *Aljubarrota Revisitada*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, pp. 97-132.

_____, “De Novo Sobre a Batalha de Aljubarrota: Os resultados da intervenção arqueológica de 1999”, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 2003, pp. 253-265.

CHAGAS, Manoel Pinheiro (dir.), “Aljubarrota”, in *Educação Popular Encyclopedia Instructiva e Amena*, Lucas & Filho Editores, Lisboa, 1874.

_____, “Aljubarrota”, in *Diccionario Popular*, vol. I, Lallémant Frères Typ., Lisboa, 1876, pp. 94-95.

CLAUSEWITZ, Carl Von, *Princípios da Guerra*, in BÓIA, José (trad.), Clássicos do Pensamento Estratégico, Edições Sílabo Lda, Lisboa, 2003 (ed. orig.: 1812).

COELHO, António Borges, *A Revolução de 1383*, Caminho, Lisboa, 1981.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Temas e Debates, Mem Martins, 2008.

_____, *D. João I (1385-1433)*, Academia Portuguesa da História e Quidnovi, Lisboa, 2009.

COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário (coord.), *Coleção esfragística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Reitoria da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003.

S. A., “Como sabemos qual o local onde foi travada a batalha?”, in *Atoleiros 1384. Guia do Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros*, Turismo do Alentejo, 2012.

CONTAMINE, Philippe, “Froissart: Art militaire, pratique et conception de la guerre”, in PALMER, J. J. N. (ed.), *Froissart: Historian*, The Boydell and Brewer Press, Suffolk, 1981, pp. 132-144.

_____, *La guerre au Moyen Âge*, Presses Universitaires de France, Paris, 1986.

CORDEIRO, Luciano, *Actual estado do ensino das artes em Portugal, A organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archaeologia offerecidas á Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por um Vogal da mesma Comissão*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875.

CORTESÃO, Jaime (adaptação) & LETRIA, André (ilustração), *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Alvares Pereira*, Coleção Clássicos da Humanidade, Sá da Costa Editora, Lisboa, 2008 (ed. orig.: 1937).

CRESPO, Irene de Jesus Teixeira, *Froissart e os acontecimentos portugueses dos finais do séc. XIV*, Dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras, Coimbra, 1966.

CRISTINO, Luciano, “A Batalha antes da “Batalha””, in *Cadernos do Distrito de Leiria*, N.º 5, novembro, 1986, pp. 40-45.

CUNHA, Eugénia; MARQUES, Carina & MATOS, Vitor, “Os mais verdadeiros testemunhos da batalha de Aljubarrota: Os ossos dos seus combatentes”, MONTEIRO, João Gouveia (coord.), *Aljubarrota Revisitada*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001 pp. 133-191.

DEL REY, Miguel, “La Batalla de Aljubarrota – La lucha por el poder en la Península”, in *Ristre Revista de Historia Militar de España y Latinoamérica*, II Época, Ano I, N.º 18, Ristre Multimedia S. L., Madrid, 2005, pp. 10-26.

DeVRIES, Kelly, *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century*, Oydell Press, Woodbridge, 1996.

DILLER, George T., “Froissart: Patrons and Texts”, in PALMER, J. J. N. (ed.), *Froissart: Historian*, Boydell Press-Rowman & Littlefield, Suffolk, 1981, pp. 145-160.

DOMINGUES, Mário, *A vida grandiosa do Condestável*, Edição Romano Torres, Lisboa, 1957 (ed. orig.: 1950).

DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, F.C.G./F.C.T., Lisboa, 1999.

_____, “Armas de Guerra em Tempo de Paz”, in *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000, pp. 173-202.

_____, “A marinha de guerra portuguesa”, in BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, MATTOSO, José (coord.), vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003a, pp. 289-346.

_____, “1449-1495: o triunfo da pólvora”, in BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, MATTOSO, José (coord.), vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003b, pp. 347-442.

_____, “Guerra pela Independência 1383-1389”, in *Batalhas da História de Portugal*, vol. 4, Academia Portuguesa de História, Quidnovi, Lisboa, 2006.

_____, *Aljubarrota – Crónica dos Anos de Brasa*, Academia Portuguesa de História, Quidnovi, Lisboa, 2007.

_____, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Livros Horizonte, Lisboa, 2015.

DUBY, Georges, *Uma Batalha na Idade Média – Bouvines, 27 de Junho de 1214*, Terramar, Lisboa, 2005.

ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana, “La reorganización del ejército castellano tras el desastre de Aljubarrota”, in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais - A Guerra e a Sociedade na Idade Média - Actas*, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Gráfica Almondina, Torres Novas, 2009, pp. 111-117.

ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano*, FERNANDES, Rogério (trad.), Livraria Martins Fontes Editora Lda, São Paulo, 1992.

ENTWISTLE, William James, "The English Archers at Aljubarrota, 1385", in *Revista de História*, vol. 16, N.º 63, Lisboa, 1928, pp. 197-205.

_____, "Nun' Álvares e a defesa de Portugal", in *Revista da Academia Portuguesa de História*, série II, vol. 2, Lisboa, 1949.

_____, (ed.), "Prolegómenos a uma edição de Fernão Lopes", in LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória. Parte Segunda*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977 (ed. orig.: 1934), pp. XIII-XXVII.

ESCOBAR, Fr. Antonio de, *O heroe portuguez D Nuno Alvares Pereira Condestavel de Portugal*, Officina de Pedro Ferreira, Lisboa, 1744.

FABIÃO, Carlos, *Uma História da Arqueologia Portuguesa*, CTT Correios de Portugal, 2011.

FARIA, António Machado, "Introdução à Crónica do Condestável", in *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Academia Portuguesa da História e Quidnovi, Lisboa, 2011, pp. XIII-LXXXIII.

FARIA, Tiago Viúla de, *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c. 1369 - c. 1449)*, Dissertação de doutoramento, Universidade de Oxford, 2013.

FERNANDES, Fátima Regina, "A construção da sociedade política de Avis à luz da trajectória de Nuno Álvares Pereira", in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, IV Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, vol. 1, Gráfica Almondina, Torres Novas, 2009, pp. 421-446.

FERREIRA, Eduardo Marrecas, *Aljubarrota pequena monografia*, Oficinas Fernandes, Lisboa, 1931.

FERREIRA, Leandro Filipe Ribeiro, *De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015.

FERREIRA, Octávio da Veiga, “Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço. Arqueólogo e Etnógrafo”, in *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, separata, Lisboa, 1970.

FIGUEIREDO, Fernando Pedro & CATARINO, Lúcia, “Em Busca das Estruturas”, in MONTEIRO, João Gouveia (coord.), *Aljubarrota Revisitada*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, pp. 29-93.

FILIPPE, Rui Alexandre Ribolhos, *A Batalha do Vimeiro numa Perspetiva Arqueológica*, Dissertação em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em março de 2015.

FINO, Francisco Holbeche, “D. Nuno Álvares Pereira como técnico militar”, in *Infantaria*, série II, N.º 163-164, julho-agosto, 1960, pp. 378-380.

FONSECA, Luís Adão da, *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986.

FRANCE, John, “A Changing Balance: Cavalry and Infantry, 1000-1300”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 30, Instituto de História e teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 153-177.

FRÉDÉRIC, Louis, *Manual Prático de Arqueologia*, Livraria Almedina, Coimbra, 1980 (ed. orig.: 1967)

FREIRE, Anselmo Braamcamp (ed.), “Introdução”, in LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória. Parte Primeira*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973.

GAIER, Claude, “Les Armes”, in *Typologie des Sources du Moyen Âge Occidentale*, fasc. 34, Brepols-Turnhout, Virginia, 1979, com «Mise à Jour» em 1985.

_____, “Témérité et bravade chevaleresques: une composante tactique embarrassante”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 30, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

GARCÍA FITZ, Francisco, *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea*, Arco Libros S.L., Madrid, 1998.

_____, “Guerra y fortificaciones en contextos de frontera. Algunos casos ibéricos de la Plena Edad Media”, in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri & Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 519-532.

_____, *La Edad Media: Guerra e ideología*, Sílex ediciones, Madrid, 2003.

_____, “La Reconquista: un concepto ambiguo y discutido”, in *Clío & Crímen*, N.º 6, Centro de Historia del Crimen de Durango, 2009a, pp. 143-215.

_____, “En El Nombre de Dios. La Ideología de la guerra en la Península Ibérica. Siglos XI-XIII”, in *História das Ideias*, vol. 30, Instituto de História e teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Almedina, Coimbra, 2009b, pp. 137-152.

_____, “Las Navas de Tolosa: Cristiandad e Islam”, in DÍEZ, Carlos Estepa & RUIZ, María Antonia Carmona (coord.), *La Península Ibérica en tiempos de Las Navas de Tolosa*, Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, N.º 5, Comobell S. L., Madrid, 2014, pp. 17-52.

_____, “Castile-Leon – Early and High Middle Ages (8th to 13th centuries)”, in GARCÍA FITZ, Francisco & MONTEIRO, João Gouveia (ed.), *War in the Iberian Peninsula 700-1600*, Routledge, Oxford, 2018, pp. 54-62.

GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2009.

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Trabalhos em Arqueologia, 35, Instituto Português de Arqueologia, 2003.

_____, “Antecedentes da construção Naval em Portugal”, in GOMES, Rosa Varela & GOMES, Mário Varela (ed.), *A Gestão dos Recursos Florestais Portugueses na Construção Naval da Idade Moderna: História e Arqueologia*, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, 2016, pp. 23-32.

GOMES, Saul António, “Memória da Batalha Real de 1385”, in Colectânea de Autores, *Tempos e História. Comemoração dos 500 Anos do Concelho e da Vila da Batalha*, Colecção História e Arte, N.º 4, Magno Edições e Câmara Municipal da Batalha, 2000, pp. 37-75.

_____, *A Batalha Real, 14 de Agosto de 1385*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2014.

_____, “Um combatente de Aljubarrota: Garcia Rodrigues Taborda”, in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média – VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, Gráfica Almondina, Torres Novas, 2009a, pp. 241- 272.

GONÇALVES, Vasco, “Revolução de 1383-85”, in suplemento do jornal *O Diário*, 11 de dezembro de 1983.

HALSALL, Guy, *Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900*, Routledge, Londres-Nova Iorque, 2003.

HARDY, Robert, *Longbow. A social and military history*, Patrick Stephens Limited, 1976.

HARRIS, Edward C., *Principios de Estratigrafía Arqueológica*, Editorial Crítica, Barcelona, 1991.

HOFFMEYER, Ada Bruhn de, *Arms & armour in Spain II. A short survey*, Instituto de Estudios Sobre Armas Antiguas, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Artes Gráficas Benzal S. A., Madrid, 1982.

HOWORTH, António Henrique de Araújo Stott, *A Batalha de Aljubarrota (Dúvidas, certezas e probabilidade militar inerente)*, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1960.

LIMA, Susana, *As batalhas que fizeram Portugal*, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2014.

_____, “Aljubarrota. Tudo por um reino”, in *As batalhas que fizeram Portugal*, N.º 3, Publicações Dom quixote, Alfragide, 2017.

LOURENÇO, Fernando Severino, “O sistema defensivo da Batalha de Aljubarrota”, in *Revista Baluarte*, N.º 4, Julho-Agosto, 1985.

LUSITANUM, Hieronimum Cardozum, *Dictionarium Latino Lusitanicum et Lusitanico Latinum*, Officina Laurentii de Anveres, Lisboa, 1643.

LYNCH, Tim & COOKSEY, Jon, *Battlefield Archaeology*, Tempus Publishing, 2007.

M., J. D´W., *Diccionario Militar*, Imprenta de D. Luis Palacios, Madrid, 1863.

MACEDO, Jorge Borges de, “Aljubarrota - o epílogo militar da crise de 1383- 1385”, in *jornal Semanário*, 10 de agosto de 1985.

MACEDO, Luís António de Almeida, *Factos Memoráveis da História de Portugal*, Alma dos Livros, 2017.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares, *A estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra ou Coronica do Condestabre*, Fontes e edições, Série de Estudos Medievais, N.º 3, 2012, pp. 111-139.

MARINHO, Maria de Fátima, *O Sonho de Aljubarrota*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2007.

MARQUES, António H. de Oliveira, “Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, in SERRÃO, Joel & MARQUES, António H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IV, Editorial Presença, Lisboa, 1987.

MARQUES, António H. de Oliveira & DIAS, Nuno José Pizarro Pinto (ed.), *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando I (1367-1383), Volume I (1367-1380)*, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990.

MARTÍN MARTÍN, José Luís, *Aljubarrota vista pelos Castelhanos*, AMADO, Margarida & NEVES, Manuela (trad.), Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

MARTINS, Armando Alberto, *D. Fernando, «O Formoso» (1367-1383)*, Academia Portuguesa da História e Quidnovi, Lisboa, 2009.

MARTINS, Miguel Gomes, *A vitória do quarto cavaleiro O cerco de Lisboa de 1384*, Prefácio, Lisboa, 2006.

_____, *De Ourique a Aljubarrota – A Guerra na Idade Média*, A Esfera do Livros, Lisboa, 2011.

_____, *Guerreiros Medievais Portugueses. De Geraldo “Sem Pavor” ao Conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2013.

_____, *A Arte da Guerra em Portugal 1245 a 1367*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

_____, *Guerreiros de pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2016.

_____, “Portugal – The Late Middle Ages 1249-1367”, in GARCÍA FITZ, Francisco & MONTEIRO, João Gouveia (ed.), *War in the Iberian Peninsula 700-1600*, Routledge, Oxford, 2018, pp. 212-222.

MARTINS, Miguel Gomes & AGOSTINHO, Paulo Jorge, *Guerra e Poder na Europa Medieval – Das Cruzadas à Guerra dos 100 Anos*, MONTEIRO, João Gouveia (coord.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *A Vida de Nun’Álvares*, Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, 1893.

_____, *A Vida de Nun’Álvares*, Alfarrábio, Alfragide, 2009 (ed. orig.: 1893).

MATTOS, Gastão de Mello de, “Estudo dos textos”, in *Aljubarrota - Trabalhos em execução de arqueologia militar*, Horus, Lisboa, 1958, pp. 22-34.

_____, “Aljubarrota”, in *Olisipo – Boletim Trimestral do “Grupo Amigos de Lisboa”*, Ano XXIII, N.º 92, outubro, 1960, pp. 156-157.

_____, “Considerações táticas sobre a Batalha de Aljubarrota”, in *Revista da Academia Portuguesa da História*, série II, vol. 12, Lisboa, 1962, pp. 11-19.

MATTOSO, José, *Fragmentos de uma composição medieval*, Estampa, Lisboa, 1987.

_____, “A Cultura Medieval Portuguesa (séculos XI a XIV)”, in *História e Antologia da Literatura Portuguesa séculos XIII-XIV*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997, pp 23-36.

_____, *História de Portugal – A Monarquia Feudal*, vol. II, Editorial Estampa, 1997b.

MIRAVEL Y CASADEVANTE, Joseph de, *El Gran Diccionario Historico*, Tomo Primeiro, Paris, 1753.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa 1139-1521*, vol. I, Livraria Sá da costa Editora, Lisboa, 1989.

MONTEIRO, João Gouveia, *Fernão Lopes Texto e Contexto*, Livraria Minerva, Coimbra, 1988.

_____, “Cavalaria montada, cavalaria desmontada e infantaria – para uma compreensão global do problema militar nas vésperas da expansão portuguesa”, in *Revista História das Ideias*, vol. 14, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992, pp. 143-194.

_____, “Histórias da Guerra no Alentejo dos finais da Idade Média”, in *Actas do IV Colóquio e Dia da História Militar*, “A História Militar de Portugal do século XIX”, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1993, pp. 373-398.

_____, “A campanha anglo-portuguesa em Castela, em 1387 – técnicas e tácticas da guerra peninsular nos finais da Idade Média”, in *Actas do VI Colóquio “Portugal na História Militar”*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1995, pp. 89-112.

_____, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

_____, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Edições Colibri e Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1999.

_____, “Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média”, in *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000a, pp. 111-172.

_____, “A aventura da guerra no Portugal medieval”, in *Máthesis*, N.º 9, 2000b, pp. 221-231.

_____, (coord.), *Aljubarrota Revisitada*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001a.

_____, *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*, Palimage Editores, Viseu, 2001b.

_____, “Organização e Formação Militar”, in BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, MATTOSO, José (coord.), vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003a, pp. 192-215.

_____, “As campanhas que fizeram a História”, in BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, MATTOSO, José (coord.), vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003b, pp. 216-244.

_____, “Estratégia e Tática Militares”, in BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, MATTOSO, José (coord.), vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003c, pp. 245-288.

_____, “A Batalha de Aljubarrota. Novas Interpretações”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, N.º 6, Universidade de Coimbra, 2006, pp. 105-122.

_____, *Aljubarrota 1385 – A Batalha Real*, Tribuna, Lisboa, 2007a.

_____, *Quatre Études d’Histoire Militaire Médiévale Portugaise*, Centro de História da Sociedade e Cultura, Palimage, Coimbra, 2007b.

_____, “Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão em dar batalha à luz do “paradigma de Gillingham”, in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média – VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, Gráfica Almondina, Torres Novas, 2009a, pp. 75-107.

_____, “Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos”, in *Biblos Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n. s. VII, 2009b, pp. 69-118.

_____, “The Battle of Aljubarrota (1385): a reassessment”, in ROGERS Clifford; FRANCE, John & DeVRIES, Kelly (ed.) *Journal of Medieval Military History*, vol. VII, Boydell Press, 2009c, pp. 75-103.

_____, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares: Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*, Edições Salamandra, Coimbra, 2010.

_____, “A Arte Militar na Europa dos Séculos XI-XIII – Um *Vade Mecum*”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 32, Faculdade de Letras, Coimbra, 2011, pp. 7-49.

_____, “A Batalha de Atoleiros: Ensaio Geral para Aljubarrota?”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, N.º 12, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012a, pp. 113-134.

_____, “As Ordens Militares e os Modelos Táticos de Combate de um e de outro lado do Mediterrâneo – uma abordagem comparada”, in FERNANDES, Isabel (coord.), *As Ordens Militares - Freires, Guerreiros, Cavaleiros*, Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, vol. 2, GEsOS / Município de Palmela, Palmela, 2012b, pp. 823-868.

_____, *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, Senhor Feudal, Santo – Os três rostos do Condestável*, Manuscrito, Lisboa, 2017a.

_____, “Parte I (1096-1495)”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *História Militar de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2017b.

_____, “Portugal – 1367-1495: A time of transition”, in GARCÍA FITZ, Francisco & MONTEIRO, João Gouveia (ed.), *War in the Iberian Peninsula 700-1600*, Routledge, Oxford, 2018, pp. 222-241.

MONTEIRO, João Gouveia & MARTINS, Miguel Gomes, “The Medieval Military History”, in MATTOSO, José (dir.), ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e & BRANCO, Maria João (ed.), *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*, Instituto de Estudos Medievais (col. “Estudos”), N.º 2, Lisboa, 2011, pp. 459-481.

MORENO, Humberto Baquero, “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa”, in *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1986, pp. 93-138.

MORILLO, Stephen, “Battle Seeking: The Contexts and Limits of Vegetioan Strategy”, in *Journal of Medieval Military History*, I, The Boydell Press, Woodbridge UK, 2002, pp. 21-42.

NASCIMENTO, Aires Augusto, *Nuno de Santa Maria: fragmentos de memória persistente*, Associação Regina Mundi dos Antigos Alunos da Sociedade Missionária Portuguesa, Lisboa, 2010.

_____, “Nuno de Santa Maria, o santo conde, em cânone de virtudes enunciado pelo príncipe D. Duarte”, in *Telheiras Cadernos Culturais*, 2.ª série, N.º 8, Novembro, Lisboa, 2015, pp. 182-200.

NATÁRIO, Rui, *As grandes batalhas da História de Portugal*, Marcador Editora, Barcarena, 2013.

NATIVIDADE, M. Vieira, *A Batalha de Aljubarrota (Notas). Carta ao sr. Oliveira Martins*, Typografia de A. M. de Oliveira, Alcobaça, 1841.

NAVARENO MATEOS, Antonio, “Castillos medievales de Extremadura. España”, in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri & Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 507-517.

NORONHA, José Manuel, *Nun'Álvares heroe e santo*, Moura Marques Editor, Porto, 1915.

NUNES, António Lopes Pires, “D. João e D. Nuno. Chefes Militares em Fernão Lopes”, separata da *Revista Militar*, Lisboa, 1986.

OLIVEIRA, Frederico Alcide de, *Aljubarrota Dissecada*, Publicações da Comissão de História Militar, Lisboa, 1979.

_____, “Aljubarrota – Em demanda da coerência”, separata da *Revista Militar*, Lisboa, 1980.

_____, “A Batalha de Trancoso”, in *Aljubarrota 600 Anos – Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 211-228.

OLIVERA SERRANO, César, *Beatriz de Portugal: la pugna dinástica Avis-Trastámara*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005a.

_____, “Linajes portugueses exiliados em Castilla a finales del siglo XIV”, in *España y América: un escenario común: actas de la XI Reunión Americana de Genealogía*, Santiago de Compostela, 10 al 14 de septiembre de 2002 (coord. de Eduardo Pardo Guevara y Valdés), 2005b, pp. 481-486.

OMAN, Charles, *A History of the Art of War in the Middle Ages: 1278-1485 A.D.*, vol. II, Greenhill Books, Lionel Leventhal Limited, Londres, 1998 (ed. orig.: 1924)

PAÇO, Afonso do, “Escavações de Carácter Histórico no Campo de Batalha”, in *Aljubarrota - Trabalhos em execução de arqueologia militar*, Horus, Lisboa, 1958, pp. 36-51.

_____, “Novos documentos sobre a Batalha de Aljubarrota”, separata da *Revista de Infantaria*, N.º 151-152, Edites Infantaria, 1959.

_____, *Escavações no Campo da Batalha de Aljubarrota. Estado actual do problema*, Edições Brotéria, Lisboa, 1960a.

_____, “Do lendário da Batalha de Aljubarrota”, separata das *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos «Dr. José Leite de Vasconcelos»*, vol. II, Porto, 1960b.

_____, “Novos Aspectos da Batalha de Aljubarrota”, separata de *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. 7, N.º 2, Porto, 1961.

_____, “Em torno de Aljubarrota. O problema dos ossos dos combatentes da Batalha”, in *Revista da Academia Portuguesa da História*, série II, vol. 12, Lisboa, 1962, pp. 115-163.

_____, *Colaboração de arqueólogos e historiadores para a solução de alguns dos problemas de Aljubarrota*, Palestra proferida no Colégio de Santa Catarina a 24 de novembro de 1962, Figueira da Foz, 1965a.

_____, “Escavações de carácter histórico realizadas no campo da batalha de Aljubarrota”, separata de *Bracara Augusta*, vol. 18-19, N.ºs 41-42, Livraria Cruz, Braga, 1965b.

PALMER, J. J. N., “Book I (1325-1378) and its Sources”, in PALMER, J. J. N. (ed.), *Froissart: Historian*, Boydell Press-Rowman & Littlefield, Suffolk, 1981, pp. 7-24.

PALMER, John & POWELL, Brian (ed.), *The Treaty of Bayonne (1388) with preliminary Treaties of Trancoso (1387)*, University of Exeter, 1988.

PARDO, Ramon Pacheco, *Sun Tzu's The Art of War*, Macat, Londres, 2017.

PASSOS, John dos, *Portugal. Uma História de Conquista - Três séculos de grandes explorações e descobertas*, Clube do Autor, Lisboa, 2017.

PIMENTA, Belisário, “Nun’Alvares Pereira chefe militar”, in *Revista Militar*, N.º 11-12, novembro-dezembro, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1932, pp. 667-677.

_____, *Nun’Alvares chefe militar*, Académica editora, Coimbra, 1933.

_____, “Aljubarrota e Crécy”, in *Revista Militar*, N.º 10, vol. XII, outubro, 1960, pp. 557-564.

_____, “Defesa do Sistema Militar de Nun’Álvares Pereira”, in *Revista Portuguesa da História*, série II, vol. 17, Lisboa, 1968, pp. 61-78.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *A Padeira de Aljubarrota: Entre Ontem e Hoje*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2007.

PINTO, Estevão, “Santo Condestável”, in *Grandes Portugueses*, Edições SNI, Lisboa, 1949.

PINTO, Renato F. Marques, “A Batalha de Aljubarrota”, in *Aljubarrota 600 Anos – Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 229-242.

PIRES, Lemos, 2009, “A Invasão Castelhana e a Batalha de Aljubarrota”, in *Azimuth Revista Militar da Infantaria*, N.º 187, Agosto, Rolo & Filhos, Mafra, pp. 46-50.

PORTUGAL, João da Cunha Neves e Carvalho, *Galeria Pitoresca da Historia Portuguesa ou Victorias, Conquistas, Façanhas e Factos Memoraveis da Historia de Portugal e do Brazil*, Casa de J. P. Aillaud, Paris, 1842.

_____, *Portugal os grandes momentos da História*, Alma dos Livros, 2018 (ed. orig.: 1842 sob o título *Galeria Pitoresca da Historia Portuguesa*).

PROENÇA, Maria Cândida, *Uma História Concisa de Portugal*, Temas e Debates - Círculo de Leitores, Lisboa, 2015.

RABAÇAL, Pedro, *100 Heróis e vilões que fizeram a História de Portugal*, Marcador Editora, Barcarena, 2016.

RAPOSO, Luís, “A propósito de Aljubarrota: Da História-Crónica à Arqueologia-Ciência”, in RAPOSO, Luís & SILVA, António Carlos, *A Linguagem das Coisas. Ensaio e Crónicas de Arqueologia*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1996, pp. 92-98.

RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Presença, Lisboa, 1982.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul, *Archaeology. Theories, Methods and Practice*, Thames and Hudson Ltd, Londres, (ed. orig.: 1991 & 4.ª ed. 2004 e 2006).

ROGERS, Clifford J., “The Vegetian “Science off Warfare” in the Middle Ages”, in *Journal of Medieval Military History*, I, The Boydell Press, Woodbridge UK, 2002, pp. 1-20.

ROSA, Luís, *O dia de Aljubarrota*, Editorial Presença, Barcarena, 2008.

RUAS, Henrique Barrilaro, *Vida do Santo Condestável Dom Nuno Álvares Pereira*, Coleção Educativa, série D, N.º 1, 1955.

_____, “Nun’Álvares”, in *Aljubarrota 600 Anos. Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 129-142.

RUBIM, Nuno José Varela, “Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na Batalha de Aljubarrota”, in separata da *Revista de Artilharia*, N.º 725-726, 1986, pp. 257-283.

_____, “A artilharia portuguesa nas Tapeçarias de Pastrana – a tomada de Arzila em 1471”, separata da *Revista de Artilharia*, 1987.

_____, “O armamento pirobástico (até finais do séc. XV/inícios do séc. XVI)”, in *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000, pp. 223-243.

RUSSELL, Peter E., “Os Ingleses em Aljubarrota: um problema resolvido através de documentos do Public Record Office, Londres”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo X, Coimbra, 1962, pp. 419-433.

_____, “The War in Spain and Portugal”, in PALMER, J. J. N. (ed.), *Froissart: Historian*, Boydell Press-Rowman & Littlefield, Suffolk, 1981, pp. 82-100.

_____, “«Fernão Lopes and the Text of the Treaty of Santarém», English translation of «Fernão Lopes e o tratado de Santarém»”, *Revista Portuguesa de História*, 5, Coimbra, 1951 (pp. 455-473), in RUSSELL, Peter E., *Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490: chivalry and crusade from John of Gaunt to Henry the Navigator*, Variorum, 1995.

_____, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, RAMOS, Maria (trad.) & MONTEIRO, João Gouveia (rev.), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000 (ed. orig.: 1955).

SÁEZ ABAD, Rubén, *Aljubarrota 1385 – Juan I de Castilla y la Guerra de Sucesión de Portugal*, Almena Ediciones, Madrid, 2011.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *Abordagem estratégica da Guerra da Independência*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1986.

SANTOS, Nuno Valdez dos, “Certezas e Incertezas da Batalha de Aljubarrota”, separata de *Liga dos Combatentes Revista Militar*, Lisboa, 1979.

SANTOS, Victor Valente dos, *Campo de Batalha, Lugar de Memória*, Dissertação de Mestrado da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

SARAIVA, José Hermano, “Aljubarrota e as gavetas do silêncio”, in jornal *Diário Popular*, 14 de agosto de 1985.

SCHAUMBURG-LIPPE, Frederico Guilherme, *Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de cavalaria dos exércitos de sua magestade fidelissima*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1789.

SCOTT, Douglas D., *Archeological Mitigation of the Federal Lands Highway Program Plan to Rehabilitate Tour Road, Route 10, Little Bighorn Battlefield National Monument, Montana*, Midwest Archeological Center, Technical Report N.º 94, United States Department of the Interior, National Park Service, Midwest Archeological Center Lincoln, Nebraska, 2006.

SCOTT, Douglas D. & MCFEATHERS, Andrew P., “The Archaeology of Historic Battlefields: A History and Theoretical Development in Conflict Archaeology”, in *Journal of Archaeological Research*, março, Springer, 2011, pp. 103-132.

SENEILLART, Michel, *Les Arts de gouverner Du "regimen" médiéval au concept de gouvernement*, NEVES, Paulo (trad.), Editora 34, São Paulo, 2006.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Iniciativas Editoriais, 1963.

SILVA, Alberto Andrade e, “A Batalha de Aljubarrota”, in *Infantaria*, série II, N.º 31-32, julho-agosto, 1949, pp. 345-357.

_____, *A Batalha de Aljubarrota*, Edições Arpa, Lisboa, 1950.

SILVA, Manuela Santos, *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.

_____, “O Tratado de Windsor de 1386 e a política matrimonial anglo-portuguesa”, in RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de, *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e Cerimonial*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2017, pp. 121-132.

SIMÕES, Jorge de Macedo de Oliveira, *Os Serviços Geológicos em Portugal*, Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, Tomo XIV, 1923.

SOBRAL, Cristina, “Introdução. Uma leitura da *Crónica de Dom João I*”, in LOPES, Fernão, *Crónica de Dom João I Primeira Parte*, Centro de Estudos Comparatistas e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2017, pp. 7-16.

SOLER DEL CAMPO, Álvaro, *La evolución del armamento medieval en el reino castellano-leones y al-andalus (siglos XII-XIV)*, Servicio de Publicaciones del E.M.E., Madrid, 1993.

_____, “Guerra y armamento hacia 1200 d.C.”, in Alarcos. *El fiel de la balanza*, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1995.

_____, “El Armamento Medieval Islamico en la Penuinsula Iberica”, in Pera Guerrejar. *Armamento medieval no espaço português*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000, pp. 15-36.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, “Entre Portugal e Castela. Percursos e Destino de uma linhagem Portuguesa (os Pimentéis, séculos XIII-XIV)”, in *História Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série II, vol. XV, 1998, pp. 1425-1431.

_____, “Os Pimentéis. Uma linhagem portuguesa dos séculos XIII e XIV”, in *El Condado de Benavente – Relaciones Hispano-Portuguesas en la Baja Edad Media*, Centro de Estudios Benaventanos «Ledo del Pozo? (C.E.C.E.L. – C.S.I.C.)», 2000.

_____, “As Ordens Militares nos nobiliários medievais portugueses”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Actas do IV encontro sobre Ordens Militares, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 623-630.

_____, “Idade Média (séculos XI-XV)”, in RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2012 (ed. orig.: 2009), pp. 17-196.

SOUSA, J. M. Cordeiro, "A inscrição da Ermida de Aljubarrota", in *Revista de Guimarães*, N.º 70, julho-dezembro, 1960, pp 523-526.

_____, "Hipótese acerca da Batalha de Aljubarrota", in *Revista de Guimarães*, N.º 71, julho-dezembro, 1961, pp 261-264.

_____, "Ainda sobre uma hipótese acerca da Batalha de Aljubarrota", in *Revista de Guimarães*, N.º 73, janeiro-junho, 1963, pp 91-94.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, "La crisis de 1383: el punto de vista castellano", in *Actas das II Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*, vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Porto, 1987, pp. 59-68.

SUTHERLAND, Timothy, *Battlefield Archaeology: A guide to the Archaeology of Conflict*, Guide 8, Department of Archaeological Sciences University of Bradford, Sutherland & Holst, 2005.

TAVARES, Jorge Campos, *Aljubarrota a Batalha Real (14-VIII-1385)*, Lello & Irmãos, Baguim do Monte, 1985.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Para o estudo da numária de D. Fernando*, Porto, 1982.

TORRES, Ruy d'Abreu, "«Almotaçaria» e «Almotacé»", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Figueirinhas, Porto, 1979, p. 121.

TRIGUEIROS, Luís Forjaz, "Fernão Lopes. Cronista da luta pela independência", in *Aljubarrota 600 Anos. Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Editorial Minerva, Lisboa, 1987, pp. 281-302.

TUCOO-CHALA, Pierre, "Froissart dans le Midi Pyrénéen", in PALMER, J. J. N. (ed.), *Froissart: Historian*, Boydell Press-Rowman & Littlefield, Suffolk, 1981, pp. 118-131.

VALDALISO CASANOVA, Covadonga, *Historiografía y legitimación dinástica. Un análisis de la 'Crónica de don Pedro' de Pedro López de Ayala*, Universidad de Valladolid, Valladolid, 2009.

_____, “La obra cronística de Pedro López de Ayala y la sucesión monárquica en la Corona de Castilla”, in *Edad Media Revista de Historia*, N.º 12, Universidad de Valladolid, Valladolid, 2011, pp. 193-211.

VASCONCELOS, António Maria, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

VASCONCELLOS, A. Osório de, *Batalhas dos Portuguezes*, Editores C. S. Afra & Comp.^ª, Lisboa, 1875.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa, “De Extremoz a Aljubarrota. Quinze dias de operações militares de Nun’Alvares (31 de Julho a 15 de Agosto de 1385)”, separata de *O Instituto*, vol. 80, N.º 5, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930.

_____, “Ayala e Aljubarrota”, separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo V, Coimbra, 1951.

_____, “Palavras preliminares”, in *Aljubarrota - Trabalhos em execução de arqueologia militar*, Horus, Lisboa, 1958, pp. 9-19.

_____, *Algumas palavras sobre as prováveis concepções tácticas de Nuno Álvares nas duas sucessivas posições de Aljubarrota*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1961.

VENTURA, Margarida Garcez, “Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo”, in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 15, Porto, 1998, pp. 601-625.

VERBRUGGEN, Jan Frans, *The Art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages – from the eighth century to 1340*, WILLARD, Summer & SOUTHERN, R. W., (trad. Ingl.), The Boydell Press, Woodbridge, 1997 (ed. orig.: 1954).

VIANA, Mário Gonçalves, “Nuno Álvares”, in *Figuras Nacionais*, N.º 10, Editora Educação Nacional, Porto, 1938.

VIDAL, Angelina, *Lisboa antiga e Lisboa moderna. Elementos históricos da sua evolução*, tomo II, Typographia da Gazeta de Lisboa, Lisboa, 1901.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, “A armaria em Portugal. Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal”, in *Extracto da História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nova série, Classe de Sciencias Moraes, etc., Tomo XI, parte II, Lisboa, 1907.

WERMERS, Manuel Maria, *Nun'Alvares Pereira: a sua cronologia e o seu itinerário*, Centro de Estudos de História Eclesiástica, Lusitania Sacra, Lisboa, 1961.

XIMENEZ SANDOVAL, Crispin, *Batalla de Aljubarrota Monografia histórica y estudio crítico-militar*, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, Madrid, 1872.

Índice Onomástico

A

Afonso do Paço	159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 175, 177, 178, 179, 180, 270, 277, 278, 281, 282, 283, 290, 305, 311, 315, 316, 351, 352, 353, 388, 398, 399, 411, 412, 413, 431
Afonso II (rei de Portugal)	107
Afonso III (rei de Portugal)	75, 81, 384
Afonso IV (rei de Portugal)	79, 81, 84, 248
Afonso V (rei de Portugal)	108, 149, 169, 330, 331
Afonso VIII (rei de Castela)	47
Afonso X (rei de Castela)	52, 384, 391
Afonso XI (rei de Castela)	80, 109, 128
Afonso Henriques (rei de Portugal)	69, 105, 106
Afonso Roiz Batissela (escudeiro)	208
Álvaro Garcia de Albornoz (copeiro-mor)	206
Álvaro Gonçalves de Sandoval	115, 241
Álvaro Gonçalves Pereira (prior da Ordem do Hospital)	26, 194, 248, 254
Álvaro Pérez de Castro	13
Amiot (missionário)	393
António Galvão de Andrade (estribeiro-mor de D. João IV)	406

B

Beatriz de Castro (rainha de Castela)	10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 34, 35, 194, 205, 213, 214, 231, 244, 248, 374, 378
Beatriz Pereira de Alvim	140, 250
Bertrand Du Guesclin (condestável)	59, 85, 98, 190, 381
Boccanegra (almirante)	9, 16

C

Carlos V (rei de França)	58, 85, 391
Carlos VI (rei de França)	10, 31, 125, 128, 133, 134, 155, 214, 232, 375
Catarina de Lencastre (filha de João de Gante)	33, 34
Constança (duquesa de Lencastre)	14, 17, 33
Constança Manuel (rainha de Castela)	6, 22, 385

D

Dinis (rei de Portugal)	14, 18, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 94, 101, 117, 384
Dinis de Castro (infante)	11, 22, 84, 137
Diego Martínez (Mestre de Alcântara)	193, 197
Diogo Álvares Pereira	228
Diogo Fernandez (marechal de Castela)	228
Diogo Lopes Pacheco	12, 15, 21
Duarte I (rei de Portugal)	101, 102, 106, 107, 148, 149, 152, 154, 184, 185, 187, 188, 255, 256, 385, 386

E

Edigio Romano (Gil de Roma)	46, 52, 74, 147, 384, 391
Edmundo de Langley (conde de Cambridge)	19

Eduardo de Woodstock (príncipe de Gales - <i>príncipe Negro</i>)	85, 190
Eduardo III (rei de Inglaterra)	14, 16, 48, 49, 85, 119, 126, 131, 133, 135, 232, 380
Egas Coelho	30, 207, 208, 235
Enrique II (rei de Castela)	8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 44, 94, 95, 97, 117, 124, 127, 128, 135, 408
Enrique III (rei de Castela)	33, 34, 124, 127, 128
Espan du Lion	124, 224
Estêvão Vasques Pimentel	248

F

Fernando I (rei de Portugal)	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 111, 112, 126, 141, 150, 192, 232, 248, 250, 251, 252, 254
Fernando IV (rei de Castela)	83
Fernando (infante de Portugal - Mestre de Avis)	102, 148, 149
Fernão Lopes	6, 7, 8, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 33, 46, 55, 76, 80, 85, 87, 89, 90, 92, 95, 96, 100, 101, 107, 110, 111, 112, 115, 118, 126, 127, 129, 136, 138, 140, 141, 155, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 160, 169, 174, 176, 182, 183, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 207, 208, 209, 211, 215, 216, 218, 219, 224, 226, 227, 228, 229, 231, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 248, 250, 252, 254, 255, 257, 259, 260, 262, 263, 265, 274, 276, 277, 278, 284, 285, 288, 299, 377, 378, 388, 408, 416, 418, 423
Fernão Sanches (filho de D. Dinis)	117
Filipa de Lencastre (rainha de Portugal)	86, 102, 126, 137, 140
Flávio Vegécio Renato	46, 52, 109, 249, 301, 367, 369, 372, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 401, 405, 408, 415, 428

G

Gil Aires (escrivão da puridade de Nun' Álvares Pereira)	143, 145, 146
Gil Vasques da Cunha (alferes-mor)	30, 207, 208
Gomes Eanes de Zurara	107, 149, 151
Gonçalo Domingues (cónego da Sé de Lisboa)	154
Gonçalo Gonçalves (guardador das escrituras do Tombo)	148
Gonçalo Nuñez (Mestre de Alcântara)	241
Gonçalo Pereira (arcebispo de Braga)	248
Gonçalo Teles (alcaide de Coimbra)	24, 27
Gonçalo Vasques Coutinho (alcaide de Trancoso)	30, 207, 208
Gregório XI (papa)	10
Guilherme de Montferrant	218
Guy de Châtillon	133

H

Henrique (infante de Inglaterra)	102
Henrique I (rei de Inglaterra)	40
Henrique IV (rei de Inglaterra)	134, 136
Henrique VIII (rei de Inglaterra)	121
Henrique Manuel de Vilhena (conde de Seia)	13

I

Inês de Castro (rainha de Portugal)	6, 10, 55, 90, 137
Inês Pires	140
Iria Gonçalves	248
Isabel (bastarda de D. Fernando)	17
Isabel (infanta de Castela)	14

J

Jean de Rye (camareiro do rei Carlos VI de França)	232
Jean de Wavrin	125
Jean Froissart	31, 118, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 147, 156, 176, 180, 185, 218, 219, 220, 224, 225, 228, 232, 233, 238, 243, 244, 260, 263, 277, 285, 288, 410, 416, 418
João Afonso de Trujilho	206
João Afonso Telo (conde de Barcelos)	10, 11, 12, 16, 19, 23, 92, 231, 232, 245
João da Barroca (frei).....	23
João das Regras.....	26, 29, 252
João de Castro (infante de Portugal)	18, 19, 22, 23, 24, 25, 28, 33, 55, 102
João de Gante (duque de Lencastre)	14, 15, 16, 17, 32, 33, 85, 86, 126, 129
João de Ornelas (abade de Alcobaça)	154
João I (rei de Portugal).....	24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 43, 70, 78, 86, 91, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 115, 118, 123, 126, 134, 136, 137, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 162, 175, 176, 178, 183, 185, 196, 198, 205, 207, 215, 216, 218, 220, 221, 224, 228, 231, 234, 238, 240, 241, 245, 248, 250, 253, 256, 257, 259, 274, 284, 286, 294, 299, 375, 376, 378, 391, 396, 401, 405, 408, 426, 428
João Fernandes Andeiro (conde de Ourém)	9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 151, 232
João Fernandes Pacheco (alcaide de Celorico da Beira).....	30, 34, 124, 131, 133, 136, 137, 138, 156, 176, 207, 208, 224, 235, 238, 239, 244
João IV (rei de Portugal).....	250, 406
João Lourenço da Cunha	11, 21
João Rodrigues de Castanheda	206, 210
João Roiz de Castanheda	210
João Roiz Maldorne	206
Juan Alfonso de Guzmán.....	193
Juan I (rei de Castela).....	10, 11, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 33, 34, 55, 62, 88, 90, 95, 96, 98, 99, 123, 124, 128, 129, 130, 153, 154, 155, 193, 200, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 231, 232, 233, 239, 243, 246, 247, 250, 251, 252, 254, 259, 261, 263, 265, 271, 285, 286, 287, 374, 375, 377, 378, 389, 396, 401, 402, 408, 417, 422, 425
Juan II (rei de Castela)	35, 151
Juan Manuel (infante de Castela)	74, 374, 384, 385, 408
Juan Ramírez de Arellano.....	128
Juan Rodríguez de Cuenca (despensero mayor)	153, 225, 261, 422

L

Laçarote Pessanha (almirante)	9
Leonor de Alvim	250
Leonor Teles de Meneses (rainha de Portugal)	8, 11, 12, 13, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 137, 232, 250
Lourenço Anes Fogaça (chanceler)	25, 29, 137
Lourenço Fernandes	192
Lourenço Martins.....	25
Lourenço Vicente (arcebispo de Braga)	154, 389
Luís de Orleães.....	134
Luís VI (rei de França).....	40

M

Martim Afonso Valente.....	23
Martim Vasques da Cunha (Martim Vaasquez - alcaide de Linhares da Beira).....	29, 30, 34, 207, 208
Martins Gonçalves de Macedo	241
Mor Lourenço (esposa de Fernão Lopes).....	148

N

Nun'Álvares (Nuno Álvares)	10, 20, 23, 26, 28, 29, 31, 32, 62, 90, 96, 118, 126, 127, 129, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 156, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 215, 216, 217, 220, 221, 223, 226, 228, 230, 231, 241, 242, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 284, 290, 291, 361, 376, 378, 379, 381, 394, 395, 396, 400, 402, 405, 408, 415, 416, 417, 422, 425
Nuno Álvares Pereira (Dom).....	26, 29, 32, 118, 126, 127, 129, 139, 140, 146, 156, 177, 178, 180, 185, 188, 190, 207, 254, 256, 379, 396

P

Pedro (duque de Coimbra).....	152
Pedro Álvares Pereira (Mestre do Hospital)	20, 26, 194, 200, 250, 262
Pedro Ferreiro (tabelião)	107
Pedro I (rei de Castela).....	7, 8, 13, 14, 55, 84, 85, 88, 92, 97, 98, 124, 127, 128, 130, 150, 190, 248, 408, 409
Pedro I (rei de Portugal).....	10, 12, 22, 23, 55, 79, 80, 81, 84, 137, 150, 152, 385
Pedro IV (rei de Aragão).....	8, 9, 10, 22
Pedro V (rei de Portugal)	341
Pedro Soares de Quinhones (alcaide de Toledo)	206, 223
Pero López Ayala.....	17, 31, 124, 127, 128, 129, 130, 138, 147, 150, 155, 174, 197, 210, 215, 218, 223, 228, 229, 232, 237, 239, 242, 242, 260, 262, 271, 299, 300, 378, 390, 422

R

Ricardo II (rei de Inglaterra)	18, 125, 126, 134, 154
Rui Gonçalves (escudeiro).....	194
Rui Pereira	23, 27

S

Sancho II (rei de Portugal).....	107
Sancho III (rei de Portugal).....	69
Sancho IV (rei de Castela)	8
Sun Tzu.....	373, 392, 393, 394, 395, 396, 409

T

Teodósio (infante).....	406
Teodósio I (imperador)	382
Tomás de Aquino	383, 384

U

Urbano V (papa).....	7
Urbano VI (papa).....	20

V

Vasco Domingues (chante da Sé de Braga)	15, 17
---	--------

Índice Geográfico

A

Abrantes	12, 31, 215, 377
Adrões.....	275
Albufeira	75
Alcanadas.....	275
Alcañices	33
Alcobaça.....	148, 154, 156, 242, 274, 277, 290, 379
Alcoutim.....	10, 11
Alemanha.....	104, 315
Alenquer	12, 23, 28
Algeciras.....	9, 109
Aljezur	75
Aljubarrota (vila de)	274, 275
Almada.....	20, 27, 55, 204
Almeida.....	6, 15, 19, 20, 32, 33, 56, 139, 145, 157, 187, 207, 213, 215, 310, 311
Alqueidão.....	275
Alvaiázere	378
Atouguia.....	7
Aragão.....	8, 9, 15, 41, 83, 99, 102, 127, 128, 226
Arraiolos.....	12, 13, 90, 201
Atoleiros.....	10, 26, 98, 141, 148, 153, 182, 187, 192, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 210, 212, 213, 214, 218, 226, 235, 247, 248, 251, 253, 257, 288, 311, 348, 368, 374, 381, 389, 390, 415, 421
Aveiro.....	12
Avinhão.....	7, 21, 155
Avis (vila de).....	20, 201
Ayllón	34
Azoia	275

B

Babe.....	32
Badajoz (Badalhouce)	20, 22, 31, 34, 92, 193, 206, 251, 254
Baiona	128
Barcelos	10, 11, 13, 23, 32, 140
Batalha (vila da)	269, 272, 275
Benavente.....	17
Benavente de Campos	33
Boitaca (ponte do)	5, 272, 273, 276, 294, 295, 296
Borba	20
Braga.....	9, 15, 29, 154, 248, 272, 381, 389
Bragança	32, 139, 140, 142, 250

C

Calahorra	127
Calvaria (ribeira da).....	269, 270, 272, 273, 274, 276, 285, 286, 291, 294, 297, 300, 303, 417
Cambridge.....	14, 19, 20, 72, 135, 191, 251, 254
Caminha.....	29
Campo Maior	34, 257
Campolide.....	26

Cano.....	19
Canoeira.....	156, 275
Carmona	9
Carvalho (ribeira do, - ou das Águas Belas).....	195
Casal da Amieira	5, 269, 272, 274, 294, 309, 314, 320, 412, 429
Castela	6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 41, 47, 50, 55, 57, 65, 66, 69, 72, 74, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 109, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 135, 136, 150, 151, 155, 174, 179, 183, 191, 193, 200, 202, 205, 206, 207, 208, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 225, 226, 228, 229, 232, 233, 239, 240, 241, 244, 247, 251, 253, 255, 259, 285, 371, 375, 376, 378, 381, 384, 388, 391, 408, 409, 417, 422
Castella	8, 90, 91, 129, 215, 220, 240, 243, 245, 256, 377, 378, 410
Caya	254
Celorico da Beira	15, 30, 207, 215
Cernache do Bonjardim	248
Cerveira.....	29
Ceuta.....	76, 102, 151, 247
Chão da Feira	227, 229, 269, 422
Chaves.....	32, 56
Ciudad Rodrigo	9, 30, 206, 213, 375, 376
Coimbra	5, 7, 24, 27, 28, 30, 90, 107, 108, 131, 136, 139, 140, 151, 153, 160, 165, 176, 180, 184, 205, 207, 215, 272, 278, 311, 407
Coina	20
Convento de São Salvador (Lisboa).....	312
Convento do Carmo (Lisboa).....	127, 143, 144, 146
Coria.....	32
Cortijo	20
Corunha	9, 32
Crato	31, 145, 193, 194, 200, 201, 204, 248, 249, 254

D

Divor	10, 200, 202, 203, 204, 205, 210, 213, 218, 228, 237, 247, 248, 254, 257
-------------	--

E

Elvas.....	19, 20, 22, 24, 29, 92, 200, 206, 213, 251, 254, 375
Entre Douro-e-Minho.....	6, 207, 250, 251
Escócia	48, 96, 132
Estremoz	19, 24, 176, 193, 194, 253
Évora.....	7, 24, 69, 106, 109, 137, 193, 202, 203, 204
Évora Monte	20, 201

F

Flandres	96, 105, 133
Flor da Rosa	249
França	7, 10, 14, 16, 40, 46, 48, 49, 50, 57, 85, 92, 99, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 155, 214, 224, 232, 249, 341, 391
Fregenal de la Sierra	32
Frielas.....	20
Fronteira	26, 193, 194, 195

G

Galiza	8, 9, 15, 34, 136, 138, 200
Gasconha	135, 218
Granada	9, 60, 83, 85, 88, 97
Golpilheira	275
Guadalajara	99, 106
Guimarães	9, 29, 215, 377

H

Holanda	132, 134
---------------	----------

I

Inglaterra	7, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 29, 32, 40, 49, 50, 57, 85, 91, 96, 104, 121, 125, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 154, 198, 205, 232, 238, 320
Itália	40, 57, 104, 132

J

Jardoeira	217, 222, 274, 275, 276, 278, 285, 286, 287, 303, 417
Juncal	275

L

Leão	14, 32, 80, 83, 98, 127, 136, 391
Leça do Balio	249
Leiria	7, 10, 12, 31, 129, 156, 215, 216, 217, 221, 259, 269, 274, 275, 284, 285, 288, 294, 377, 378, 402
Lisboa	5, 7, 9, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 55, 77, 83, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 106, 107, 108, 109, 116, 122, 127, 143, 144, 146, 147, 152, 154, 156, 160, 170, 171, 175, 185, 192, 193, 200, 204, 205, 213, 214, 215, 217, 218, 227, 232, 233, 244, 245, 251, 252, 272, 312, 315, 316, 342, 343, 374, 375, 377, 381, 405
Lixboa	30, 56, 206, 232
Lobón	20
Loulé	75

M

Maceira	275
Marvão	31, 81
Melgaço	34, 56
Mérida	31, 247, 272
Midelburgo	124, 134, 136, 137, 138, 156, 224
Miranda do Douro	19, 20
Mogadouro	19
Monção	29, 32
Monsaraz	20
Montemor	107
Montiel	7, 8, 86, 130
Mosteiro da Batalha	162, 241, 269, 272, 296
Mosteiro de Alcobaça	148, 154, 156, 242, 290
Mosteiro de Celas (Coimbra)	107

Mosteiro de Leça do Bailio.....	11
Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra).....	153
Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha)	269, 295
Mosteiro de Santos (Lisboa)	26
Mosteiro de São Domingos (Lisboa)	25, 27
Mosteiro de São Francisco (Lisboa)	23
Mosteiro de Tordesilhas	24

N

Navarra	41, 83, 85, 127, 135, 190
Neiva	12, 13, 29
Normandia	40, 96, 117

O

Óbidos.....	31, 129
Orthez	124, 133, 136, 137, 138, 224
Ourém.....	12, 13, 21, 31, 217, 279, 378

P

Países Baixos	48, 124, 125, 131, 224
Palmela	20, 105, 109, 114, 116
Penela	378
Península Ibérica..	39, 40, 45, 47, 50, 52, 54, 57, 62, 63, 65, 68, 73, 74, 81, 84, 85, 91, 96, 97, 102, 109, 111, 118, 119, 121, 133, 135, 184, 191, 212, 249, 365
Pinhel	15, 30, 207, 209, 212, 213
Pombal.....	378
Ponte de Lima	29, 252
Ponte de Sor	200
Porches	75
Porto..... ..7, 10, 25, 27, 29, 31, 32, 83, 92, 105, 108, 109, 160, 186, 205, 217, 218, 220, 221, 259, 267, 269, 274, 281, 296, 297, 377, 378, 402	
Porto de Mós	31, 160, 186, 217, 220, 221, 259, 267, 269, 274, 275, 281, 296, 297, 378, 402, 438
Portugal	193, 206, 212, 215, 229, 230, 377, 378, 422
Portugal..... ..8, 12, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 38, 42, 46, 50, 57, 66, 69, 70, 71, 72, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 120, 121, 126, 128, 129, 131, 135, 139, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 159, 174, 176, 179, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 207, 213, 214, 219, 221, 222, 227, 228, 229, 240, 248, 256, 272, 279, 280, 311, 314, 340, 341, 342, 347, 381, 384, 385, 416, 417	

Q

Quejana.....	127
--------------	-----

R

Redondo.....	20
Roales	33

S

Salamanca	32, 33
Salvaterra de Magos	22, 191, 342, 373
Salvaterra de Miño	34
Santarém	7, 8, 12, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 30, 31, 77, 106, 129, 137, 156, 204, 214, 215, 221, 244, 252, 272, 274, 284, 375, 377, 401, 405
São Jorge	5, 7, 8, 9, 91, 107, 126, 138, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 180, 184, 185, 186, 213, 221, 223, 224, 227, 237, 241, 243, 258, 260, 262, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 301, 303, 305, 306, 308, 309, 311, 315, 316, 317, 332, 336, 337, 338, 339, 347, 348, 349, 351, 353, 360, 361, 377, 387, 388, 389, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 401, 403, 404, 406, 407, 409, 411, 412, 413, 417, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 431
Segóvia	34
Seia	12, 13
Serpa	32, 409, 410
Setúbal	29, 192, 205, 218, 252
Sevilha	9, 92, 206, 213, 215, 244, 375, 382, 435
Sintra	12, 31, 415
Sottomayor	34
Soure	30, 215, 217
Sousel	19
Suíça	96

T

Tagilde	16, 19
Tomar	31, 215, 216, 217, 272, 378
Tojal	275
Torres Novas	7, 250
Torres Vedras	28, 31, 408
Trancoso	10, 30, 33, 61, 98, 124, 136, 148, 176, 183, 186, 205, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 218, 235, 237, 247, 288, 371, 374, 375, 381, 389, 390, 426
Tuy	9, 34

V

Valderas	33
Vale da Mata	269, 303
Vale de Madeiros	269, 296
Valencia de Alcântara	34
Valverde	31, 98, 141, 148, 153, 247, 248
Veiros	19
Viana do Alentejo	12, 13
Viana do Castelo	29
Viana do Lima	12
Vila Nova da Rainha	20
Vila Nova de Anços	390
Vila Viçosa	32, 43
Villalobos	45
Vimeiro	315, 316, 348
Vimieiro	201
Viseu	15, 30, 34, 108, 207
Vizela	15

X

Xabregas 20

Z

Zamora.....15, 32, 83

Índice Terminológico

A

Abatises	97, 227, 230, 238, 240, 277, 400, 418, 421, 422, 423, 494
Ala.....	52, 89, 210, 219, 234, 238, 241, 253, 270, 308, 400, 419
Alas.....	48, 53, 54, 82, 89, 181, 195, 197, 198, 208, 212, 222, 229, 230, 234, 237, 238, 240, 243, 245, 253, 268, 270, 281, 296, 299, 405, 417, 418, 421
Allas	89, 202, 221, 240, 253, 419
Alcaide	23, 24, 29, 30, 128, 206, 207, 232
Alferes.....	6, 30, 38, 72, 82, 90, 128
Alferes-mor	6, 30, 72, 82, 90
Almirante	9, 16, 19, 84, 92, 94, 193, 23
Arnês(es).....	50, 103, 111, 112, 113, 114, 116, 172, 419, 420
Arqueiro(s).....	15, 16, 19, 20, 29, 31, 32, 44, 48, 49, 50, 51, 59, 89, 119, 121, 133, 154, 205, 222, 234, 237, 238, 252, 253, 418, 419
Avanguarda.....	89, 223, 229, 230, 238, 240, 253, 299, 418
Az(es)	51, 54, 75, 196, 211, 219, 227, 234, 237, 241, 270, 300, 388, 400, 419, 421

B

Batalha de Agincourt	31, 57, 59
Batalha de Aljubarrota.....	7, 8, 10, 31, 98, 110, 115, 116, 118, 119, 122, 126, 127, 129, 130, 136, 139, 144, 148, 151, 152, 153, 155, 158, 175, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 187, 190, 244, 252, 255, 317, 348, 386, 395, 416, 421
Batalha de Bannockburn.....	49, 190
Batalha de Bourghéroutde.....	40
Batalha de Brémule	40
Batalha de Carras	119
Batalha de Crécy	48, 57, 97, 98, 133, 178, 190, 198, 232, 251, 370, 380, 405
Batalha de Courtrai	48, 128
Batalha de Halidon Hill.....	48, 190
Batalha de Hastings	38, 40, 103, 117, 198
Batalha de Jerez de la Frontera.....	41
Batalha de Kalkriese.....	315
Batalha de Las Navas de Tolosa	40, 47, 61, 370, 373
Batalha de Legnano	40
Batalha de Little Big Horn	315
Batalha de Nájera	85, 86, 89, 98, 128, 135, 190
Batalha de Poitiers.....	49, 57, 97, 98, 99, 131, 133, 190, 232, 251, 370, 405, 420
Batalha do Salado	61, 76, 84, 254
Batalha de Roosbeek	128
Batalha de Towton.....	320
Batalha do Vimeiro	315, 316, 348
Besteiro(s).....	18, 38, 44, 72, 77, 78, 89, 97, 101, 107, 110, 120, 154, 194, 195, 208, 219, 225, 234, 237, 238, 241, 405, 418, 419

C

Cavalaria26, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 60, 66, 69, 70, 72, 73, 75, 77,
79, 96, 97, 98, 104, 110, 114, 117, 179, 181, 196, 197, 198, 199, 203, 208, 211, 213, 222, 223, 227, 230, 232, 235,
246, 249, 250, 253, 257, 261, 262, 300, 302, 366, 368, 383, 385, 386, 396, 405, 407, 418, 420, 421, 429
Cavalaria ligeira.....39, 41, 96, 366, 405
Cavalaria pesada 37, 40, 41, 49, 50, 54, 75, 198, 366, 368
Chanceler23, 25, 29, 124, 127, 128, 131, 137, 155, 228, 422
Chanceler-mor127, 128, 131, 137
Condestável20, 29, 31, 32, 59, 72, 82, 89, 90, 98, 119, 126, 139, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 156, 157, 158, 175, 176, 178, 181, 186, 187, 188, 207, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 228, 234, 235,
237, 238, 240, 241, 242, 244, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 259, 267, 275, 290, 375, 376, 378, 381, 389, 396, 401,
402, 403, 408, 410, 413, 415, 416, 417, 421, 428
Contias18, 65, 66, 71, 79, 80, 87, 88, 95, 96, 99, 100
Cova(s) 48, 97, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171,
172, 178, 179, 180, 181, 226, 230, 238, 266, 278, 281, 282, 305, 308, 311, 318, 320, 324, 326, 329, 335, 336, 337,
342, 347, 350, 351, 352, 353, 397, 398, 399, 400, 405, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 418, 419, 422, 423, 431
Covas de lobo.....48, 97, 161, 162, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 180, 181, 238, 266, 281, 305, 336, 347,
351, 352, 353, 397, 398, 399, 400, 405, 411, 412, 413, 414, 419, 422, 423, 431

F

Fosso27, 161, 162, 164, 166, 167, 169, 170, 181, 226, 238, 239, 243, 282,
338, 351, 352, 388, 412, 413, 422, 423
Fossos8, 48, 55, 97, 161, 162, 163, 169, 170, 171, 179, 181, 230, 244, 266, 278, 281, 282, 289, 305, 308,
311, 320, 324, 326, 329, 336, 337, 350, 351, 352, 388, 397, 400, 415, 416, 423, 431
Fronteiro 26, 52, 96, 119, 192, 193, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 228, 250, 252, 384
Fundibulários119, 195, 238, 418

G

Ginetes.....20, 39, 41, 60, 75, 201, 202, 206, 208, 210, 211, 216, 219, 228, 237, 241, 242, 371, 405, 417
Guerra dos Cem Anos7, 14, 15, 31, 46, 47, 49, 57, 59, 63, 85, 97, 124, 131, 132,
135, 139, 184, 191, 198, 251, 405
Guerras fernandinas 10, 19, 55, 72, 90, 92, 94, 95, 96, 109, 112, 125, 135, 150, 191,
192, 232, 250, 251, 252, 254, 373

I

Infantaria35, 37, 40, 41, 45, 48, 49, 50, 51, 57, 73, 75, 77, 78, 82, 96, 97, 117,
179, 198, 222, 227, 248, 294, 302, 366, 368, 387, 405, 406, 429

M

Marechal20, 73, 90, 228
Mestre de Alcântara193, 197, 200, 241, 390, 481
Mestre de Avis..... 7, 23, 24, 25, 28, 29, 95, 126, 137, 140, 141, 151, 152, 191,
192, 194, 205, 214, 218, 232, 250, 251, 252, 375, 408, 415
Mestre de Santiago25, 29, 32

O

Ordem de Alcântara.....	19, 69
Ordem de Avis	22, 69, 102
Ordem de Calatrava	31, 69
Ordem de Cristo.....	69, 101, 102, 241
Ordem de Santiago	19, 69, 101, 102
Ordem do Hospital.....	26, 39, 68, 69, 70, 194, 248, 249
Ordem do Templo.....	68, 69, 102

R

Reconquista cristã.....	47, 73, 85
Reguarda.....	89, 221, 223, 253, 418
Retaguarda.....	41, 48, 53, 54, 82, 89, 97, 166, 195, 197, 198, 208, 212, 219, 221, 234, 235, 239, 240, 241, 244, 245, 246, 253, 268, 403, 405

V

Vala(s).....	55, 164, 172, 307, 318, 320, 326, 328, 338, 335, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 364, 386, 388, 400, 430, 431
Vanguarda.....	33, 48, 53, 54, 82, 89, 97, 157, 176, 178, 180, 181, 191, 195, 197, 198, 208, 210, 212, 219, 221, 225, 227, 230, 234, 235, 237, 238, 240, 244, 245, 246, 253, 265, 268, 269, 289, 290, 291, 294, 296, 298, 299, 300, 302, 305, 308, 336, 337, 361, 416, 417, 418, 421, 429, 499, 503, 504, 505, 508, 510, 512, 514, 520

T

Tratado de Alcanizes	14, 81, 83
Tratado de Bayonne.....	33
Tratado de Salvaterra de Magos	22, 191, 373
Tratado de Tagilde	15, 16, 19
Tratado de Windsor	44, 138, 149

Índice de Imagens

Figura 1 - Túmulo de D. Fernando I - Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa	21
Figura 2 - Retrato de D. João I, segunda metade do século XV, autor desconhecido	30
Figura 3 - Estaleiros de construção naval em Portugal entre os séculos XII e XIV.....	93
Figura 4 - Estátua de D. Afonso Henriques, Santarém finais do séc. XII - Museu do Carmo, Lisboa, e Túmulo jacente de Lopo Fernandes Pacheco (1349) Charola da Sé de Lisboa.....	106
Figura 5 - Arqueiro segurando o arco e besteiro armando a besta com recurso ao estribo.....	120
Figura 6 - Batalha de Aljubarrota in <i>Chroniques</i> de Froissart - BM-MS. 0865 f. 239 (1412-1414)	125
Figura 7 - Gravuras policromadas da <i>Corónica do Condestabre</i>	140
Figura 8 - Chancelaria de D. João I - Livro I - Torre do Tombo.....	156
Figura 9 - Ermida de São Jorge e respetiva lápide comemorativa.....	157
Figura 10 - Covas de Lobo e Grande Fosso identificado por Afonso do Paço	161
Figura 11 - Alcance (aproximado) da área intervencionada por Afonso do Paço	163
Figura 12 - Dispositivo defensivo (fossos e covas) identificado por Afonso do Paço	163
Figura 13 - Diferentes estágios da sondagem arqueológica de 1985.....	164
Figura 14 - Área de intervenção entre a Ermida e o atual IC2 – sentido este-oeste	165
Figura 15 - Sondagem arqueológica a ponte da Ermida em 1999.....	166
Figura 16 - Tramo de fosso em exposição no CIBA.....	167
Figura 17 - Artefactos encontrados no campo de São Jorge - Museu Militar de Lisboa	171
Figura 18 - Atual Ermida de S. Marcos – Trancoso	209
Figura 19 - Réplica simplificada do sistema de abatisses.....	227
Figura 20 - Disposição das lanças portuguesas e castelhanas segundo a descrição de Fernão Lopes	235
Figura 21 - Formação franco-castelhana do lado sul e anglo-portuguesa a norte na segunda posição ..	236
Figura 22 - Campo Militar de São Jorge - sentido norte-sul	243
Figura 23 - Campo Militar de São Jorge - sentido sul-norte	243
Figura 24 - Iluminura sobre a Batalha de Aljubarrota	246
Figura 25 - Encosta norte de São Jorge	268
Figura 26 - Perfil da encosta norte do planalto de São Jorge – corte norte-sul	271
Figura 27 - Rede viária principal ao longo da encosta norte	273
Figura 28 - Itinerário castelhano a norte da primeira posição	275
Figura 29 - Reconstituição conjectural da encosta norte, sentido Jardoeira-Aljubarrota (norte-sul)	278
Figura 30 - Carta Geológica de Portugal folha 27-A (escala 1:50 000)	280
Figura 31 - Campo de visão estimado (a cor amarela) entre as duas encostas (Jardoeira - São Jorge) ...	286
Figura 32 - Perfil obtido através do Google Earth entre as duas encostas (Jardoeira - São Jorge)	286
Figura 33 - Encosta norte de São Jorge em 1958	293
Figura 34 - Atual vista a meia encosta voltada para norte, em direção à ponte do Boitaca	295
Figura 35 - Atual vista no topo da encosta voltada para norte, em direção à ponte do Boitaca	295

Figura 36 - Diferentes edições da Carta Militar	297
Figura 37 - Carta Militar (ed. 2004) após remoção digital da malha urbana e viária	298
Figura 38 - Atual vista frontal voltada para a área proposta entre as cotas 100 e 110	300
Figura 39 - Atual vista lateral da cota 118 para a 116	302
Figura 40 - Modelação 3D da encosta (vista nordeste-sudoeste)	304
Figura 41 - Olival existente na encosta norte – GPS: UTM 0513996-4389344	306
Figura 42 - Sondagem geofísica no convento de S. Salvador, Lisboa	312
Figura 43 - Recurso a detetor de metal nas campanhas arqueológicas do Campo Militar de São Jorge entre 1958-1959	315
Figura 44 - Recurso a detetor de metal no campo de batalha do Vimeiro, novembro de 2014	316
Figura 45 - Processo de detetorismo e limpeza do terreno, junho de 2016	317
Figura 46 - Magnetómetro/Gradiómetro (GEM GSMP-35)	321
Figura 47 - Eixos de cobertura alcançados pelo gradiómetro	321
Figura 48 - Representação da indução e leitura da corrente elétrica no solo através da configuração dipolo-dipolo	323
Figura 49 - Resistímetro (Syscal Junior Switch 48) e malha de elétrodo	324
Figura 50 - Eixos de implementação do método de resistividade elétrica	325
Figura 51 - Eixos de implementação do método de refração sísmica	326
Figura 52 - Disposição de geofones e força sísmica por batimento	327
Figura 53 - Georadar MALÅ GPR ProEx acoplado a um meio de transporte	328
Figura 54 - Polígonos adquiridos através de GPR	329
Figura 55 - Ceitel e Real Preto do reinado de D. Afonso V	331
Figura 56 - Dispersão de alguns dos agentes contaminantes metálicos	331
Figura 57 - Distribuição do gradiente magnético	332
Figura 58 - Resultados da resistividade elétrica	333
Figura 59 - Resultados da refração sísmica	334
Figura 60 - Alinhamento no sentido norte-sul	335
Figura 61 - Alinhamentos identificados entre 1,50 e 1,90 m de profundidade	336
Figura 62 - Implementação de quadrículas no terreno	350
Figura 63 - Tramo de fosso em representação estratigráfica	351
Figura 64 - Representação das covas de lobo após a intervenção arqueológica	351
Figura 65 - Processo de erosão das covas de lobo	352
Figura 66 - Representação volumétrica da primeira vala de sondagem (Q1)	355
Figura 67 - Representação volumétrica da segunda vala de sondagem (Q2)	356
Figura 68 - Estratigrafia identificada na primeira vala de sondagem (Q1)	358
Figura 69 - Estratigrafia identificada na segunda vala de sondagem (Q2)	358
Figura 70 - Pormenor do aglomerado de seixos quartzíticos dispostos ao longo do estrato C3	359
Figura 71 - Abertura de valas de sondagem no terreno (Q1 e Q2)	362

Figura 72 - Estratigrafia total e parcial	362
Figura 73 - Valas Q1 e Q2 orientada sudoeste-nordeste.....	363
Figura 74 - Valas Q1 e Q2 orientada nordeste-sudoeste.....	363
Figura 75 - Pormenores das valas de sondagem	364
Figura 76 - Levantamento estratigráfico	364
Figura 77 - Duas posições anglo-portuguesas no planalto de São Jorge	404
Figura 78 - Estátua de cavaleiro medieval séc. XIV, Mestre Pero.....	407
Figura 79 - Arqueiros treinando com alvo. Iluminura in Luttrell Psalter MS 42130 f. 147 (1325-1340) ..	420
Figura 80 - Modelação 3D do planalto com indicação da primeira e segunda posição (1 e 2)	424

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Efetivos em Aljubarrota segundo os diferentes cronistas	219
Tabela 2 - Descrição da primeira e segunda posição nas principais fontes documentais.....	263
Tabela 3 - Referências sobre a Primeira Posição Portuguesa na bibliografia.....	486

ANEXOS

Tabela 3

Referências sobre a Primeira Posição Portuguesa na bibliografia

Autor	Ano	Referência ou descrição da Primeira Posição
D. Juan I	1385	“una Plaza fuerte entre dos arroyos, de fondo cada uno diez, ó doce brazas” (CASCALLES, Discurso VIII, Reynando Don Juan el Primeiro, cap. XII, p. 197)
Pero López de Ayala	1385	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Jean Froissart	1388 e 1390	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Autor anónimo da <i>Corónica do Condestabre</i>	1431 - 1443	“E el rei de Castela nom quis viir aa batalha da parte de Leirea, como vinha e como el rei e o conde estabre tinham concertada, e esto polo poo e vento que lhes dava nos rostos, e passou-se d’Aljubarrota” (CC, cap. LI, p. 140)
Fernão Lopes	1443	“E quando os virom estar na estrada homde ora he feita a jgreja de Sam Jorge, nom quiseram pelleiar com elles de rosto; mas começaram-se dhijr contra Aljubarota, da parte que he contra o mar.” (CDJ, II, cap. XXXIV, p. 72)
Cristoval Lozano	1698	“buena plaça para pelear, y ceñianla los costados los valles barrancosos, por donde no podia el enemigo hazerles daño con su cavalleria. En este sitio, pues, y con muy buena ordenança se estuvo el Portugues quedo, y rehacio, esperando que le acometiessen: que es lo mesmo, que estàr entre dos murallas, esperando el choque” (RNT, livro III, cap. IX, pp. 288-289)
Bernardo de Brito	1726	“mas o novo Rey de Portugal lhe sahio ao encontro cõ numero bem desigual de gente, & fortificando-se entre Leyria, & Aljubarrota em hum campo chaõ, que fazia huma grande quebrada para hum valle, por onde ElRey de Castella o havia de cometer, o qual vendo a fortaleza

		do sitio, & conhecêdo a prudencia com que fora tomado, não quiz investir pela vanguarda, mas marchando ao largo, veyo a tomar posto no campo raso da parte do Sul, por onde conveyo a ElRey de Portugal mudar a vanguarda para onde tinha antes a retaguarda, & tendo antes o rosto para o Norte, mudalo ao Sul” (pp. 82-83)
Joseph Soares da Sylva	1732	“chegaraõ ao campo aonde depois se deu a batalha, que era dalli huma pequena legoa, e nesta dilatada campina, que se estende até Alcobaça e Aljubarrota, por lhe parecer mais conveniente, formou o Condestavel em batalha o seu Exercito (...) A frente se poz para Leiria, por cuja estrada marchava o inimigo” (tomo III, cap. CCLII, pp. 1231-1233)
Joseph de Miravel y Casadevante	1753	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
M. Vieira Natividade	1841	“os nossos, portanto, esperando nas proximidades de S. Jorge haviam escolhido terreno capaz para combater” (p. 12)
João da Cunha Neves e Carvalho Portugal	1842	“descendo o exército á planicie, onde depois foi a batalha (...) [os castelhanos] tomárão sobre a direita como quem vai para Aljubarrota, flanqueando assim aquelles pela sua esquerda” (pp. 67-68)
C. Ximenez Sandoval	1872	“dando un rodeo al avistar al enemigo, con objeto de situarse en terreno anchuroso y despejado [amplo e aberto], empezóse á ordenar en él la gente, miéntras los portugueses, á consecuencia de ese movimiento, cambiaban el frente de su batalla para esperar el ataque á pié firme.” (p. 76)
Manoel Pinheiro Chagas	1874	“Ordenara o rei de Portugal o seu exército com o rosto para Leiria” (p. 91)

A. Osório de Vasconcellos	1875	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Manoel Pinheiro Chagas	1876	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Joaquim Pedro de Oliveira Martins	1893	<p>“É uma planície batida, de duas léguas de comprido, que se ergue em esporão como um promontório sobre a várzea do Lena (...) a chã avança em cunha contra Leiria, ampliando-se largamente o terreno nas vizinhanças de Alcobaça (...) Na ponta desta cunha ou lança, debruçada sobre o lugar de Carvoeiro, juntam-se as águas de dois ribeiros que, fundidos, vão vazar ao Lena. Ladeado por esses dois fossos naturais, o monte, na sua base, medirá um quilómetro, e subindo e apertando-se, comprimido entre os ribeiros, na cumeada onde está a aldeia de São Jorge, não tem mais da décima parte desta largura. É como a porta de um baluarte, e foi aí, nos declives voltados ao norte, contra Leiria, que Nun’Álvares decidiu assentar o seu arraial, esperando os castelhanos. De um e outro lado da garganta em que ambos os ribeiros estrangulam o terreno, descem abruptamente cortes ou barrancos sulcados pelas chuvas, e que no Inverno são torrentes. Transporta a garganta em São Jorge, os ribeiros, divergindo, encaminham-se para a origem, levantando rapidamente o leito e abrindo uma chapada ampla que vai subindo gradualmente até ao alto da Cumeira, para daí se inclinar sobre Aljubarrota. O baluarte erguido pela natureza, para Nun’Álvares defender a independência do Reino, levanta-se setenta ou oitenta metros a várzea, por onde o inimigo tinha de vir contra o promontório, ladeada de ambas as partes por fossos naturais de ribeiros sobre as margens se</p>

		precipitam escarpadamente abruptas. Na retaguarda, o terreno estrangulado forma uma porta, defendida por cortes e barrancos.” (p. 221)
António Francisco Barata	1895	<p>“O ter o terreno por banda um ribeiro ou, como aventam alguns, até dos nossos, é de todo o ponto de admiravel simplicidade, como se em 14 de Agosto esses ribeiros ou rios, que não existem, podessem conter agua capaz de dificultar a passagem a um exercito d’aquelles! Uma facil subida na estrada de Leiria para Aljubarrota, isso sim, havia o terreno, como se observa actualmente do sitio do mosteiro da Batalha até á ermida de S. Jorge” (p. 232)</p> <p>“Meio dia era quando assim postados os de Portugal, que tinham os rostos a Leiria, notaram que os de Castella moveram sobre a esquerda, para a banda de Aljubarrota.” (p. 236)</p>
José Manuel Noronha	1915	<p>“O Conde de Ourem tinha escolhido a sua posição, quanto possível inatacável, fortificando-se numa colina, remediando assim o inconveniente que resultava da inferioridade numérica dos defensores da liberdade pátria. Fazia um calor insuportável. Nun'Alvares tinha-se colocado de forma que o sol e a poeira batiam de chapa no rosto dos castelhanos, adoptando a velha táctica de Cannas. Tornava-se indispensável aproveitar todas as vantagens.” (p. 79)</p> <p>“A posição dos homens do Mestre de Aviz era quasi inexpugnável.” (p. 81)</p>
Charles Oman	1924	<p>Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.</p> <p>Autor considera a existência de apenas uma posição, mas a descrição do local coincide com a primeira posição (“a meio da encosta”) e a fortificação que descreve em</p>

		<p>seguida (“they felled trees so as to cover both their flanks, but left a fairly broad open space opposite their centre”) corresponde à segunda posição:</p> <p>“The chosen spot was hard by the abbey of Aljubarrota, where the hills of the Sierra da Estrella sink into the plain. On one of the spurs lie the monastic buildings, thickly surrounded by orchards and plantations. Half-way down the slope the Portuguese took their post” (p. 191)</p>
William J. Entwistle	1928	<p>“impregnable position of the Portuguese army to west of Batalha” (p. 199)</p> <p>“As first planned, the Portuguese faced eastwards, expecting an enemy from Leiria. The highroad travels west-east along the center of a level, open ridge from Aljubarrota to the modern Batalha; the ridge has a wedge shape, and terminates in the confluence of two ravines, after which the road climbs a steep bank and bends suddenly northward towards Leiria. It does not meet the valleys at the angle of their contact, but descends at a slant with regard to the axis of the ridge, with the result that it is, in the last half-mile, sometimes bounded by a sudden precipice on the one side, or overhung by a bank of the other. The natural position for the Condestable’s vanguard was at the point where the road tops the ridge, and the natural place for archers trained at Poitiers would be along the broken ground above the road, which itself permitted no deployment to mounted men.” (pp. 202-203)</p>
Augusto Botelho da Costa Veiga	1930	<p>“uma posição próximo da confluência do Lena com a Ribeira da Calvaria e sobranceira ao sítio onde, mais tarde, se erguerá o Mosteiro da Batalha, terreno, a este</p>

		<p>tempo, desabitado” (p. 51)</p> <p>“a <i>postos de combate</i>, sôbre os esporões que se levantam 1 quilómetro a sudoeste da actual vila da Batalha” (p. 55)</p> <p>“evidente é ela situar-se ao Sul e junto à confluência dos ribeiros do Carqueijal e da Calvaría, a 8 quilómetros de Pôrto de Moz” (p. 58)</p> <p>“posição constituída por uns esporões, a cavaleiro do vale – então, de certo, pantanoso – do Ribeiro da Calvaría, perto da confluência com o do Carqueijal” (p. 63)</p> <p>“considerando o ponto de cota 116 como provável <i>centro da vanguarda</i> na 1.^a posição portuguesa” (p. 91)</p>
Eduardo Marrecas Ferreira	1931	<p>“Os portugueses tendo escolhido o terreno alto e estreito onde hoje se eleva a ermida de S. Jorge que fica á distancia de 11 km da vila de Aljubarrota, ou seja, <i>grosso modo</i>, o Chão da Feira, boa posição militar, defendida por declives, ribeiros e outros obstáculos, aí estabeleceram os seus arraiais e esperaram o inimigo que devia chegar dos lados de Leiria, ficando portanto, pouco mais ou menos, com a frente, ou seja, a vanguarda voltada para o norte, a ala direita para o nascente, a rectaguarda para o sul e a ala esquerda para o poente.” (pp. 79-80)</p>
Belisário Pimenta	1932	<p>“a escolha da posição defensiva foi tão criteriosa que tirava ao atacante toda a vantagem da sua superioridade numerica, da sua cavalaria, do seu armamento e até da valentia dos seus homens” (p. 673)</p>
Belisário Pimenta	1933	<p>“[o adversário] se quizesse atacar a posição teria de o fazer sem empregar a cavalaria (sua principal arma) e</p>

		mesmo, se apeasse os cavaleiros, estes sentiriam dificuldade em subir a encosta; e se atacasse com outra espécie de tropa, a frente tão diminuta inutilisaria a sua superioridade numerica e os flancos tinham tão facil defesa que não valeriam o esforço” (p. 43)
Jaime Cortesão	1937	“O Condestável que fora adiante, escolhera na charneca, cerca do lugar de Aljubarrota, uma cumeada, acima do leito de duas pequenas ribeiras, que a ladeiam e correm para o rio Lena. (...) dali não só quedavam sobranceiros aos contrários, mas estes não podiam dar na sua hoste, todos, de uma vez” (pp. 98-99)
Mário Gonçalves Viana	1938	“O Condestável escolhera um local magnífico, sob o ponto de vista estratégico, e ali se entrincheirara, depois de elaborar o respectivo plano de batalha.” (p. 85)
William J. Entwistle	1949	“O caminho de Leiria desce do Norte por uma quebrada que forma ângulo agudo com outra. Um pequeno chão aluvial serve, agora, de assento do mosteiro de Santa Maria, mas a calçada torce-se e sobe uma lomba em direcção Este-Oeste, precisando meio quilómetro para atingir o cume. Neste espaço, corre debaixo de certos declives abruptos que ofereciam pontos de vantagem aos archeiros ingleses (...) na beira da quebrada viram por vez primeira a disposição das tropas portuguesas. A derrota total do ataque era certa. Os cavaleiros castelhanos teriam de subir com uma frente estreita de quatro cavalos, sob a chuva das frechas” (p. 175)
Alberto Andrade e Silva	1949	“ <i>posição</i> , constituída pelo esporão com que termina a norte a então charneca do planalto do Chão da Feira (...) com os flancos escarpados e campo de acção limitado pelo ribeiro de S. Jorge, afluente da ribeira da Calvaria, e pelo ribeiro dos Vales, também afluente desta ribeira,

		<p>posição que em virtude do seu comandamento e inclinação sobre o terreno do atacante tirava aos castelhanos toda a vantagem da sua cavalaria e, pela pequena extensão da frente”</p> <p>“A meia encosta colocou o Condestável a <i>1.ª linha</i>, a <i>vanguarda</i>, de que Ele era o comandante (...) Na <i>ala esquerda</i>, do lado oeste, estendiam-se os <i>namorados</i> (...) Na <i>ala direita</i>, do lado leste, misturavam-se os portugueses com os auxiliares ingleses (...) Ao fundo, sobre o planalto, cortando a chapada de terreno de lado a lado, fechando o quadrado pelo sul, o <i>corpo principal de batalha</i>, constituindo a <i>reserva</i>, sob o comando directo do Rei” (p. 349)</p>
Alberto Andrade e Silva	1950	Repete as anteriores considerações (pp. 6-7)
Mário Domingues	1950	<p>“A várzea é como o fundo de um imenso lago entre a serra e aquele lugar [Aljubarrota], uma planície enrugada em alguns pontos, medindo cerca de duas léguas de comprimento, em forma de um esporão até ao Lena. A chã avança, pois, em cunha contra Leiria, ampliando-se para as bandas de Alcobaça. Ora, na extremidade dessa cunha, juntam-se as águas de dois ribeiros que, depois de reunidos, vão desaguar ao Lena. São dois fossos naturais, ladeando um pequeno monte, que mede cerca de um quilómetro na base, avançando e estreitando-se entre os dois ribeiros. Sobre este monte, no declive voltado ao Norte, de onde devia vir o inimigo, assentou Nuno Álvares o arraial lusitano. Dessa eminência de setenta ou oitenta metros, ele pode dominar com seu olhar de águia os baixos terrenos circunvizinhos, por onde o inimigo terá que evolucionar,</p>

		se quiser ataca-lo. Tampouco os castelhanos poderão passar sem topá-lo a cortar-lhe o passo. (...) Em baixo, como primeiro obstáculo ao atacante, corre o ribeiro Calvaria.” (pp. 216-217)
Augusto Botelho da Costa Veiga	1951	<p>“definida, sem dúvida, por certos esporões a sudoeste do sítio do actual mosteiro da batalha, cujo terreno só era plano do lado da rectaguarda, ou seja, o de Aljubarrota” (p. 28)</p> <p>“os esporões da 1.ª posição portuguesa, cujos declives regulam hoje por 12 a 20%” (p. 32)</p>
Henrique Barrilaro Ruas	1955	“um terreno chão, apertado entre dois ribeiros que, correndo um para o outro, ali perto se lançam no rio Lena, e bem defendido, dum dos lados, por um declive apreciável” (p. 231)
Peter E. Russell	1955	<p>“A cerca de 11 km para sul de Leiria, a estrada pela qual o exército castelhano deveria agora avançar desce para uma depressão pouco profunda onde se erguem hoje a vila e o mosteiro da Batalha. Logo à saída da Batalha, a estrada cruza na perpendicular um pequeno ribeiro que, depois de galgar as colinas arborizadas perto de Calvaria de Baixo, corre de ocidente para oriente num vale relativamente amplo, até se juntar ao rio Lena – a cerca de 1 km de distância. Hoje em dia, o ribeiro é atravessado por uma ponte, mas em 1385 era quase seguramente necessário atravessá-lo a vau, o que implicava uma descida rápida para o fundo do vale. Depois de atravessar o vale, a estrada começa a subir, acompanhando uma encosta íngreme ao longo de cerca de 1 km mais, até desembocar num planalto bastante estreito e chão que se estende para sul. Ao longo deste troço que se ergue do vau, a estrada é imediatamente</p>

		<p>dominada, à esquerda, por uma ladeira abrupta, enquanto, à direita, o terreno mergulha numa ravina profunda. Uma vez alcançado o planalto, o viajante de hoje, quando voltado para norte, avista a ponte pela qual a estrada atravessa o ribeiro já referido. Foi neste ponto – onde os seus homens podiam ocupar as arborizadas zonas montanhosas que controlam a um tempo o vau e a ladeira adjacente – que Nun’Álvares decidiu colocar os elementos mais avançados do exército português. Mesmo nos dias de hoje, essa seria uma posição defensiva natural para uma infantaria que tentasse fazer frente a um avanço inimigo proveniente das bandas de Leiria. A posição no extremo norte do planalto tinha a vantagem adicional de estar bem protegida de ambos os flancos. Voltado para a Batalha, o flanco esquerdo confinava primeiro com o vale referido e depois com o leito bastante profundo de um curso de água que corria de sul para norte até desembocar no vale. À direita, a posição estava igualmente protegida por uma outra corrente profunda – esta a curta distância para leste da actual ponte – que, descendo do lado de Carqueijal, corre também para o vale. No seu afunilado extremo norte, o planalto não chega aos 500 m de largura. Atravessando esta extremidade corre ainda [1955] a estrada principal, como acontecia há quinhentos anos atrás. (...) Era uma posição praticamente inexpugnável que não podia, sem graves riscos para os atacantes, ser contornada por qualquer dos flancos, fosse por homens de armas apeados ou pela cavalaria.” (pp. 421-422)</p>
--	--	--

1958 – 1960: Descoberta arqueológica do dispositivo defensivo de S. Jorge		
Augusto Botelho da Costa Veiga	1958	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Gastão de Mello de Mattos	1958	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Afonso do Paço	1958	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Afonso do Paço	1959	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Avelino Barbieri Cardoso	1959	<p>“De Aljubarrota até ao Lena junto do lugar onde foi erguido o Mosteiro da Batalha estende-se um planalto com cerca duns 10 km que, sensivelmente de sul para norte vai descendo leve, até por fim cair a pique sobre o rio. O extremo norte desta planura é como um ferro de lança, levantado uns sessenta metros acima do Lena, com não mais de três quilómetros de comprimento num sentido aproximado de norte-sul. A oeste e a leste correm duas ribeiras, a do Vale de Medeiros continuada pela da Calvaria e a do Vale da Mata. São dois verdadeiros fossos, especialmente as de poente, por terem as margens mais abruptas, terminando por se juntarem junto ao lugar do Carvoeiro, para logo depois, assim unidas, desagüarem no Lena. (...) Frente a Leiria, donde viria o inimigo, já junto da encosta a pique sobre o rio, colocou Nun’Álvares a vanguarda (...) [o ‘dispositivo’ composto por vanguarda, alas, retaguarda e carriagem] dava à ocupação da posição uma profundidade que não iria além dos mil e quinhentos metros” (pp. 361-362)</p>
Afonso do Paço	1960a	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Afonso do Paço	1960b	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.

A. H. D'Araújo Stott Howorth	1960	<p>“avistou o dispositivo português no cimo do esporão formado pelas ribeiras da Calvaria e do Vale da Mata” (p. 19)</p> <p>“os Castelhanos, pelas dez horas da manhã do dia da batalha, avistaram a forte posição escolhida pelos Portugueses e seguiram o curso da ribeira da Calvaria com o sentido de atacar em melhores condições e sem terem o sol e o vento de frente” (p. 47)</p> <p>“os Castelhanos, pelas dez horas do dia 14 de Agosto, avistaram os Portugueses distribuídos pelas alturas do esporão do Chão da Feira” (p. 70)</p>
Francisco Holbeche Fino	1960	<p>“Era cercada, nas faces Oeste, Norte e Leste, por um fosso bastante razoável, subindo o terreno para a posição em encosta de difícil acesso para qualquer atacante, e era apenas abordável pelo Sul, por uma região planáltica mas de pouca largura” (p. 379)</p>
Pedro Alves Cabral	1960	<p>“planalto do Chão da Feira, terminando a norte pelo esporão definido pelas Ribeiras, da Calvaria, a oeste, e do Vale da Mata, a leste, e delimitado ainda a sul pela Ribeira do Vale de Madeiros (também chamada de S. Jorge), a oeste, e ainda do lado direito de quem olha a norte, pela atrás citada Ribeira do Vale da Mata. (...) A cunha apontada a norte, definida pelas ribeiras já referidas, impressionou, como não podia deixar de acontecer, D. João de Castela. (...) o rei de Castela resolve contornar a posição por oeste, confiando em que o valor táctico da mesma seria bem menor quando atacada por aquele lado.” (pp. 9-10)</p>
Belisário Pimenta	1960	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Augusto Botelho da Costa Veiga	1961	<p>“na extremidade norte do dorso em que corre a estrada de S. Jorge para a ponte do Boutaca, à</p>

		<p>entrada da vila da Batalha, com frente nos esporões que a S. e a SO. da mesma ponte se erguem, sobranceiros ao ribeiro da Calvaria – aí transversal à estrada de Leiria – e ladeados, imediatamente ao nascente, por outro ribeiro, o do vale da Mata, que com o primeiro conflue na orla sul da referida vila. Ao poente deles, uns 800 m., e após outros esporões, passa num brejo o ribeiro do Vale de Madeiros (que lá toma o nome de Vale do Porto), igualmente afluente do da Calvaria (...) o comandamento da <i>crista militar</i> em relação aos dois primeiros ribeiros anda por 25 a 30 m., com variação do declive entre 20 e 25%, excepto numa garganta intermédia aos esporões de que falei, aquela por onde a estrada desce para a ponte. Nesses esporões se estabeleceu, por certo, a 1.^a linha táctica (vanguarda e alas), com os respectivos atiradores na crista militar e os «homens de armas» desmontados e um pouco, julgo, à rectaguarda – estes, a seu turno, apoiados, mais atrás, por «homens de pé», com variado armamento: lanças curtas, dardos, punhais e machados vulgares. Porém, a posição não permitia a saída em contra-ataque, apenas <i>retornos ofensivos</i> no interior, caso o inimigo nele chegasse a penetrar.” (pp. 5-6)</p>
Manuel Maria Wermers	1961	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
J. M. Cordeiro Sousa	1961	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Afonso do Paço	1961	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Gastão de Melo de Matos	1962	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Peter E. Russell	1962	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.

Salvador Dias Arnaut	1963	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
J. M. Cordeiro Sousa	1963	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Joel Serrão	1963	<p>“tinha um comandamento considerável sobre a planície onde corre a ribeira, em cuja margem norte hoje existem o Mosteiro e a vila da Batalha. O lado norte do planalto, que o nosso exército ocupou logo depois do alvorecer do dia 14, apresenta muitos esporões praticamente inacessíveis; entre dois deles passava a estrada existente, e, de forma geral, só se pode subir da várzea pantanosa da ribeira da Calvaria para esse planalto aproveitando os vales. Estas condições do terreno limitavam extremamente a frente em que o inimigo poderia lançar ataques e ainda permitiam que estes fossem batidos de flanco pelo tiro de atiradores postados nos esporões e garantidos contra o choque directo dos Castelhanos. Também as encostas dos dois flancos eram impróprias para um combate dos <i>homens de armas</i> pesadamente armados que constituíam a força principal dos exércitos.” (p. 107)</p>
Afonso do Paço	1965a	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Afonso do Paço	1965b	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Belisário Pimenta	1968	<p>“colocando a hoste em posição que interceptava a estrada para Lisboa que o rei castelhano seguia. A posição que, por este [D. Juan I], foi considerada «uma praça forte»” (p. 68)</p>
Frederico Alcide de Oliveira	1979	<p>“Presumivelmente ficaria situada à altura das curvas de nível 100 e 110, sobre o desvio, para a ponte da Boutada, da actual estrada nacional número 1. Com os flancos bem apoiados em esporões íngremes e tendo a 250 metros a ribeira da Calvaria como</p>

		<p>obstáculo, cortava a depressão da encosta por onde corria a estrada de então, numa frente ligeiramente côncava. É, pelo menos, ao que conduz uma análise das cartas e do terreno que revela pouco crível outra qualquer posição. A comparação dos traçados das curvas 90 e 110 parece indicar que a construção da ponte de Boutada desviando a via primitiva, originou aterros que teriam deslocado a curva 100 algumas dezenas de metros para oeste. Este facto ajudará a compreender o traçado da posição que, embora acanhada para a vanguarda, possuía óptimo comandamento e amplos campos de tiro.” (p. 65)</p> <p>“A fisionomia do terreno, o pouco tempo disponível e a existência do obstáculo natural – a ribeira – não apontam como provável a feitura de qualquer obra de organização.” (p. 66)</p>
Nuno Valdez dos Santos	1979	<p>“«cumieira de Aljubarrota» - pequeno planalto com perto de 10 km de comprimento e uma largura média de 500 a 600 metros, cujo esporão final, com uns 3 km de extensão, descia suavemente de sul para norte caindo, como um ferro de lança, sobre a estrada que, vinda da região da Canoeira, passava o vau da Boutaca, na ribeira da Calvaria, Aljubarrota e seguia para Alenquer. A posição escolhida por D. Nuno Álvares Pereira era excelente: barrava a progressão de marcha inimiga numa estreita passagem, diminuindo, consideravelmente, a frente de ataque; cobria-se por um bom obstáculo frontal, o leito da ribeira da Calvaria, autêntico fosso, suficiente para dificultar qualquer carga de cavalaria e, por último, era também coberta nos flancos pelos leitos de duas</p>

		<p>pequenas ribeiras de margens escarpadas que dificultariam a transposição a cavalos e homens armados, a maioria dos quais com armaduras. (...) Porém, a posição, tinha um grave inconveniente – era facilmente torneável por um inimigo que não estivesse disposto a combater. (...) Foi esta posição que D. Nuno Álvares Pereira escolheu para, com as suas reduzidas mas aguerridas forças, enfrentar o numeroso exército castelhano.” (pp. 30-31)</p> <p>“nova posição, que se situava a uma distância de uns três quilómetros da orla avançada da «1.ª Posição»” (p. 46)</p> <p>Autor transcreve as referências à Primeira Posição publicadas por Alberto Andrade e Silva (1949); por Augusto Botelho da Costa Veiga (1961); e subscreve o trabalho de Frederico Alcide de Oliveira dado à estampa no mesmo ano (1979) (pp. 35-36)</p>
Frederico Alcide de Oliveira	1980	<p>“Às sete horas estava a testa da coluna [portuguesa] a instalar-se frente a norte, um pouco acima da meia encosta do esporão de S. Jorge, numa posição reconhecida na véspera e à qual a Ribeira da Clavaria servia de obstáculo. (...) Quando os batedores castelhanos enxergaram a vanguarda e alas portuguesas, instaladas ao longo da crista militar na margem direita da Ribeira da Calvaria, efectuaram um rápido reconhecimento e correram a prevenir o seu comando que, após uma breve paragem, por achar muito forte a posição, a decidiu contornar. (...) os nossos reagiram rapidamente, abandonando-o, para virem instalar-se frente a sul, uns dois quilómetros mais à retaguarda.” (pp. 26-27)</p>

Vasco Gonçalves	1983	<p>“A posição era situada num pequeno planalto a sul da ribeira de Calvaria, que podia ser atravessada a vau sem grande dificuldade. Ladeavam a posição os ribeiros do vale de Madeiros e do vale da Mata, respectivamente à esquerda e à direita de quem está voltado para norte. O exército português ocupou o lado norte do pequeno planalto o qual apresenta muitos esporões praticamente inacessíveis. Entre dois deles passava a estrada por onde os castelhanos haviam de vir. De forma geral, só se pode subir da várzea pantanosa da ribeira da Calvaria para esse pequeno planalto pelos vales que o ladeiam. Estas condições do terreno limitavam muito a frente em que o inimigo podia lançar o ataque e ainda permitiam que ele fosse batido de flanco, por tiros cruzados de atiradores (besteiros e archeiros) postados nos esporões e colocados nas alas esquerda e direita. As encostas dos flancos eram impróprias para o emprego da cavalaria pesada de Castela.”</p>
Carlos Bessa	1985	<p>“A 14, ouviu missa, antes mesmo de nascer o dia, partindo com toda a hoste a instalar-se na posição escolhida na cumeeira de Aljubarrota voltada a Norte. Era uma forte posição.” (p. 49)</p> <p>“Persistindo em dispor da iniciativa estratégica, efectuaram uma acertada escolha da primeira posição, que barrava o percurso inicialmente escolhido pelos castelhanos para se dirigirem de Leiria a Santarém, obrigando-os a ter de contornar a posição, porventura pretendendo conseguir evitar o combate antes de chegarem a esta última localidade.” (p. 58)</p>

		<p>“a escolha de uma posição defensiva favorável na cumeeira de Aljubarrota, por onde se previa tivesse lugar o deslocamento da hoste castelhana, como de facto foi tentado” (p. 72)</p>
Jorge Campos Tavares	1985	<p>“Em Aljubarrota, a hoste do Rei português formou-se em duas posições. Na primeira, enfrentou o exército castelhano. Depois, quando este exército torneou essa posição, se espalhou pelas redondezas e se dispôs para os atacar pelo lado sul, passou para uma segunda posição. Esta primeira posição já estava estabelecida e ordenada a meio da manhã. (...) Desta primeira posição da hoste portuguesa sabe-se pouco. Aparentemente, Nun’Álvares confiou que o rei de Castela, seguro das suas enormes forças, iria atacar de qualquer maneira aquela hoste inimiga que se lhe atravessava no caminho. Seria uma posição defensiva, num ponto elevado que dava grandes vantagens ao exército português – combatendo de cima para baixo – e fácil de defender, mesmo se o inimigo conseguisse penetrar nas suas linhas. Não sabemos o que tinha Nun’Álvares em mente, o certo é que previu também a hipótese de o Rei castelhano se aperceber de se tratar duma posição difícil de atacar e se decidir então a dispor a sua hoste doutra forma. Foi o que veio a suceder.” (pp. 62-64)</p> <p>“Da primeira posição tomada pelos Portugueses para enfrentar as hostes castelhanas sabemos pouco, mas é possível imaginá-la a partir de algumas referências existentes. É possível, pois, conjecturar que se situava num ponto elevado, posição difícil de atacar, sobranceira ao caminho que seguia a hoste</p>

		castelhana, e a disposição de tropas era talvez no sentido de resistir a várias investidas. Por certo Nun'Álvares pensou que o rei de Castela, perante a exiguidade de forças ali dispostas contra si, mandasse atacar de frente fiado na superioridade numérica das tropas sob seu comando" (p. 70)
"A engenharia militar em Aljubarrota" S. A.	1985	"É sabido que as tropas Portuguesas ocuparam duas posições. Uma inicial, com frente para Norte, com flancos bem apoiados em esporões íngremes, tendo a 250 m a ribeira da Calvaria como obstáculo. Dada a fisionomia do terreno, não é provável que tenham sido efectuados obstáculos de reforço nesta primeira posição." (p. 3)
Fernando Severino Lourenço	1985	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Jorge Borges Macedo	1985	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
José Hermano Saraiva	1985	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Nuno Varela Rubim	1986	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Luciano Cristino	1986	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
António Lopes Pires Nunes	1986	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
José Alberto Loureiro dos Santos	1986	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Renato F. Marques Pinto	1987	"Em 14 de Agosto os portugueses saiem muito cedo de Porto de Mós e vêm estabelecer-se, frente a Norte, no topo dum esporão entre os Ribeiros do Vale de Madeiros e do Vale da Mata. Este esporão era conhecido na altura por «Cumeira de Aljubarrota» (...) Desta posição dominam a passagem da Ribeira da Calvaria (por onde os castelhanos deveriam vir). Têm o sol pelas costas e os flancos razoavelmente

		apoiados.” (pp. 235-236)
Luís Raposo	1996	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
João Gouveia Monteiro	2000b	“situada bem próximo da confluência do rio Lena com a ribeira da Calvaria, na encosta sobranceira ao local onde D. João I pensava agora mandar edificar o mosteiro de Santa Maria da Vitória. Tratava-se, na verdade, de uma posição praticamente inexpugnável. Situada no extremo norte do dorso de um planalto de poucos quilómetros e relativamente estreito, tinha todos os condimentos recomendados nos livros: era um ponto alto (ao qual apenas se acedia ultrapassando um declive com pouco menos de 10% de inclinação nos últimos 400 metros), estava bem defendido à frente e dos lados pelas linhas de água que confluíam para o rio Lena, e – ficando de rosto para Leiria – obrigava os adversários que daqui provinham a receber de frente o sol, o vento e o pó!” (p. 227)
João Gouveia Monteiro	2001	“uma posição no extremo norte do dorso de um planalto com poucos quilómetros de extensão, relativamente estreito e com orientação NE-SW. Tratava-se de uma posição magnífica, praticamente inexpugnável, pois era um ponto alto (cujo acesso se fazia por um declive com cerca de 10% de inclinação nos últimos 400 metros) e estava bem defendido à frente e dos lados pelos cursos de água que confluíam para o rio Lena” (p. 197)
Miguel del Rey	2005	“Sobre las diez de la mañana del 14 de agosto los portugueses tomaron posiciones en el lugar que había sido elegido la víspera por Nuno Alvares Pereira, condestable de Portugal, para enfrentarse a los

		castellanos. Tras hacer maniobrar a su ejército para lograr la mejor posición defensiva desplegó a sus tropas en la cara norte del alto de san Jorge, entre los huertos, justo enfrente de la calzada romana por la que aparecería el ejército de Castilla. (...) El frente era bastante estrecho y estaba flanqueado por dos arroyos, el Calvaria y el Carqueijal, con sus correspondientes barrancos, insalvables para la caballería y que ofrecían grandes dificultades para la infantería. (...) eso implicaría la subida por un terreno en condiciones extremadamente desfavorables” (pp. 12-13)
João Gouveia Monteiro	2006	“primeira posição portuguesa, no extremo norte do planalto” (p. 114)
Luís Miguel Duarte	2006	“zona planáltica, cortada por duas ribeiras, à qual só se poderia chegar subindo” (p. 118)
José António Rodrigues do Carmo	2006	“A primeira posição escolhida para barrar a progressão do exército castelhano situava-se perto da cota 115, estava virada a Nor-nordeste, e tinha dominância sobre toda a zona da actual povoação da Batalha e do vale do Rio Lena. Qualquer abordagem frontal à posição teria de ser efectuada com o sol pela frente e subindo uma encosta com declives que chegavam aos 46% (...), as forças instaladas tiravam partido das linhas de água transversais que escoavam para as ribeiras dos flancos e que colocavam problemas à manobra da cavalaria castelhana, obrigando ao afunilamento. A largura máxima da cumeeira naquela zona, não excedia os 300 metros, com os flancos já em acentuado declive, o que permitia barrar completamente o eixo com as tropas

		<p>disponíveis, e impedia que o inimigo pudesse aplicar no esforço a sua notável superioridade numérica (...)</p> <p>Mesmo na zona de contacto, o espaço de manobra não ia além dos 300 metros, pelo que se pode concluir que este eixo de aproximação não favorecia o ataque, e a posição escolhida para o barrar, multiplicava o potencial meramente numérico da força portuguesa.” (pp. 51-52)</p>
<p>João Gouveia Monteiro</p>	2007a	<p>“uma posição excelente, situada no extremo norte do dorso de um planalto de poucos quilómetros (o planalto de S. Jorge), relativamente estreito e com uma orientação geográfica nordeste-sudoeste. Chamo a atenção do leitor para o carácter praticamente inexpugnável desta posição, que correspondia a um ponto alto (não longe das cotas 110-115) e ao qual apenas era possível aceder depois de se superar um declive com um pouco menos de 10% de inclinação nos seus últimos 400 metros. (...) essa posição estava também protegida, tanto na frente como nos flancos, pelas linhas de água que confluíam para o rio Lena (em especial a Ribeira da Calvaria, que corria a uns 250 metros).” (p. 84)</p>
<p>Luís Miguel Duarte</p>	2007	<p>“Nuno Álvares à frente para escolher a melhor posição. Começou imediatamente a preparação do terreno e a disposição das portuguesas, viradas para Leiria, de onde havia de surgir o inimigo.” (p. 102)</p>
<p>José Luís Martín Martín</p>	2008	<p>“os portugueses estabeleceram-se numa zona alta com um desnível bastante pronunciado, bem protegida, sobretudo nos flancos, por onde corriam dois ribeiros, criando um contexto que dificultava a mobilidade da cavalaria castelhana” (p. 37)</p>

Luís Rosa	2008	“A frente ficou voltada para Leiria de onde se esperava que viesse o exército castelhano. Colocaram-se no sítio exacto onde o terreno desce em direcção ao vale onde corre o rio Lena. Posição privilegiada se os Castelhanos viessem a atacar naquele sentido, tanto mais que ficariam com o sol de frente.” (p. 278)
Maria Helena da Cruz Coelho	2008	“Tratava-se de uma encosta, próxima da confluência do rio Lena com a ribeira da Calvaria. Logo um ponto alto, resguardado de ambos os lados por obstáculos naturais, traduzidos em declives rematados pelas linhas de água. A vanguarda estaca voltada para Leiria, pelo que, no final da manhã, o sol apontaria de frente para o inimigo.” (p. 106)
João Gouveia Monteiro	2009c	“the “first Portuguese position”, it was located between Porto de Mós and Leiria at the northern end of a small flat hill a few kilometers long (the São Jorge plateau) near the junction of two watercourses (the River Lena and the Calvaria stream). The position was unassailable, as it was high up (at an altitude of 110-115 m), and could only be accessed by way of a steep slope with a gradient of 10% in the last 400 meters. With the front and flanks protected by watercourses, this position, which faced north, would also mean that the enemy would be facing the sun (frontal at about 2:15 p.m.)” (pp. 81-82)
João Gouveia Monteiro	2010	“ocupará a posição escolhida na véspera” (p. 158) “primeira posição proposta, a norte do planalto de S. Jorge, essa sim inexpugnável” (p. 166)
Vinício de Sousa	2010	“Esta posição, com cerca de 110 a 115 metros de altitude, com encosta íngreme e declive de 10%,

		estava virada a Norte de frente para Leiria, obrigando os castelhanos, se atacassem, a receber o Sol no rosto.” (p. 251)
Victor Portugal Valente dos Santos	2010	“parece poder induzir que D. Nuno face à fortaleza do terreno da 1ª posição, virada a norte, de evidente abordagem difícil para Castela, teria antecipadamente previsto e preparado uma posição de alternativa em S. Jorge, 2km a sul” (pp. 98-99)
Rubén Sáez Abad	2011	“una pequeña colina de cima plana rodeada por riachuelos ubicada en las proximidades de Aljubarrota” (p. 54) “posición altamente defensiva” (p. 56)
Miguel Gomes Martins	2011	“nas imediações da confluência do rio Lena com a ribeira da Calvaria, entre Leiria e Alcobaça (...) a posição da hoste portuguesa, virada a norte, era inatacável. Situada no cimo de um esporão naturalmente protegido por duas linhas de água que corriam ao longo de ambos os seus flancos e por uma outra que corria na sua frente norte – ou seja, entre os dois exércitos –, só era acessível para os atacantes depois de percorrerem um declive muitíssimo acentuado, o que os deixaria absolutamente extenuados no final do trajecto.” (p. 365)
Miguel Gomes Martins	2013	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Rui Natário	2013	“entre duas ribeiras e numa zona de planalto relativamente estreito e orientado a nordeste-sudoeste” (p. 35) “O terreno escolhido pelos comandantes portugueses é um pequeno planalto com pouco menos de um quilómetro, dividido em duas partes iguais por uma

		ligeira proeminência e ladeado por linhas de água. Estas constituem um excelente obstáculo natural a um eventual ataque inimigo pelos flancos, dado o declive acentuado entre elas e a posição portuguesa.” (p. 36)
Saul António Gomes	2014	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Alexandre Borges	2014	“o exército português toma posição na vertente norte da colina, de frente para a estrada por onde era esperada a marcha castelhana (...) os Portugueses no topo da colina (...) isso implicaria [aos castelhanos] subir uma vertente íngreme e colocar-se em franca fragilidade perante as armas do adversário” (pp. 30-31)
Sérgio Luís de Carvalho	2014	“Escolheram uma colina rodeada por pequenos cursos de água, na qual se posicionaram na manhã da batalha tendo em conta as movimentações do inimigo. A meio da manhã desse dia, os portugueses colocaram-se na vertente norte dessa colina, mesmo de frente para a estrada por onde vinham os castelhanos.” (p. 70)
Susana Lima	2014	“o exército de D. João I de Portugal instala-se no extremo norte do planalto de São Jorge” (p. 37) “Instaladas no planalto de São Jorge, numa posição estratégica sobranceira, as tropas do Condestável estão prontas para o combate.” (p. 43)
Maria Cândida Proença	2015	Não faz referência ou descreve a Primeira Posição.
Pedro Rabaçal	2016	“os rios locais estreitavam o movimento das tropas castelhanas, reduzindo a sua vantagem numérica; o declive de dez por cento dificultava o transporte dos pesados equipamentos e dos mantimentos dos

		atacantes” (p. 86)
Susana Lima	2017	“Instaladas no planalto de São Jorge, numa posição estratégica sobranceira, as tropas do Condestável estão prontas para o combate.” (p. 11)
John dos Passos	2017	“Os portugueses ocuparam criteriosamente as posições escolhidas num vale perto de Aljubarrota, não longe do atual lugar da grande abadia da Batalha, que D. João I construiu mais tarde para comemorar a contenda.” (p. 86)
Luís António de Almeida Macedo	2017	“Os portugueses tomaram posição com muita sagacidade. Achavam-se num estreito lugar, tendo sobre os seus flancos dois vales inacessíveis e em frente uma planície onde facilmente se podiam estender.” (p. 82)
Elizabete Agostinho	2017	“colina rodeada por ribeiros” (p. 210)

Ficha de Materiais

A ficha de materiais que em seguida apresentamos corresponde a uma lista meramente ilustrativa de alguns dos objetos encontrados no decorrer do processo de limpeza do terreno, através do detetorismo, que antecedeu a sondagem geofísica. Esta operação permitiu remover do solo uma considerável quantidade de resíduos metálicos, habitualmente perdidos (e deixados) em ambiente agrícola (que incluem muitos fragmentos de arame e partes de alfaías agrícolas – manuais e mecânicas). Nas margens dos caminhos envolventes deparámo-nos ainda com uma elevada quantidade de desperdício urbano, visto que o terreno selecionado para sondagem se encontra integrado na povoação do Casal da Amieira. Não estranhámos, por isso, esse facto.

Reservámos uma amostra com cerca de 36 objetos/fragmentos com que elaborámos a lista seguinte. Este levantamento não representa uma ficha de exemplares arqueológicos, pois os mesmos não o são! Os materiais indicados apenas representam uma amostra da tipologia de objetos metálicos com que nos deparamos em operações de detetorismo à superfície. Não pretendemos, portanto, valorizar qualquer um dos exemplares apresentados.

Na lista destes materiais apresentamos uma curta descrição, a sua localização no terreno (GPS) e a respetiva imagem. Recordamos ainda que todos estes elementos fazem parte de um conjunto muito mais avolumado e que foi encontrado no subsolo até uma profundidade máxima de 30 a 40 cm. A maioria dos resíduos estavam de acordo com uma cronologia recente: meados do século XX adiante (latas de conserva e de bebidas, papel de prata, tampas de diversa ordem, etc.). O critério considerado para esta ficha de materiais tentou evidenciar aqueles que se desviam deste perfil, fosse por representarem uma cronologia mais recuada (embora recente do ponto de vista arqueológico), ou pela sua singularidade incomum, comparativamente aos restantes exemplares.

Apesar dos materiais indicados serem constituídos por suporte metálico, pois foram sinalizados por um detetor para esse efeito, recolhemos alguns fragmentos de outra tipologia, que se encontravam em conexão com os primeiros, tais como plásticos, borrachas, cerâmicas e mesmo um exemplar lítico (este sim um artefacto). A origem dos materiais de plástico e borracha é naturalmente muito recente. A cerâmica encontrada apesar de pouco significativa, apareceu em diferentes profundidades, muito fragmentada e descontextualizada, pelo que não nos foi possível avançar com

uma cronologia. O exemplar em pedra corresponde a um achado fortuito e sem vestígios de outros similares. Trata-se de um seixo claramente talhado pela mão humana, um artefacto de feição paleolítica cujo contexto não nos foi possível determinar devido ao objeto ter sido encontrado isolado.

O conjunto apresentado de seguida serve ainda para ilustrar a variedade de objetos que minam os terrenos e que são frequentemente encontrados durante os trabalhos de campo, principalmente nos que envolvem o revolvimento dos solos, ainda que, reforçamos este aspeto, não detenham valor arqueológico:

01 – Numisma - Moeda de 1 Escudo de 1972

GPS: 29S0513891 UTM 4389111



02 – Placa de ferro (indeterminada)

GPS: 29S0513891 UTM 4389115



03 – Argola

GPS: 29S0513881 UTM 4389111



04 – Arame

GPS: 29S0513887 UTM 4389119



05 – Canudo com superfície rugosa (aparenta um antigo cabo de Gilete)

GPS: 29S0513886 UTM 4389121



06 – Cavilha de mola - Peça de alfaia ou tractor(?)

GPS: 29S0513885 UTM 4389126



07 – Argola

GPS: Não determinado



08 – Pequena chapa com sulco longitudinal

GPS: Não determinado



09 – Medalha (pode ainda ser um botão ou moeda pois tem os rebordos pontilhados), aparenta ser a parte interna de uma medalha e tem presente marca de aplique de ferro soldado, provavelmente para ter servido de pingente.

GPS: 29S0513970 UTM 4389203



10 – Botão liso com marca no verso embora muito apagada (leitura imperceptível)

GPS: 29S0513957 UTM 4389199



11 – Fragmento em barra de latão com parte superior cinzelada com efeito listado

GPS: 29S0513976 UTM 4389202



12 – Numisma - 10 Reis de D. Carlos (r. 1889-1908) de 1892

GPS: 29S0513977 UTM 4389226

SEM IMAGEM

13 – Chumbo – aparentemente um peso ou o interior de um peso

GPS: 29S0513990 UTM 4389212



14 – Botão de quatro furos de pequenas dimensões

GPS: 29S0513986 UTM 4389221



15 – Chave

GPS: 29S0514004 UTM 4389254



16 – Cavilha de grandes dimensões (10 a 12 cm de comprimento)

GPS: 29S0514006 UTM 4389248



17 – Argola

GPS: 29S0513993 UTM 4389256



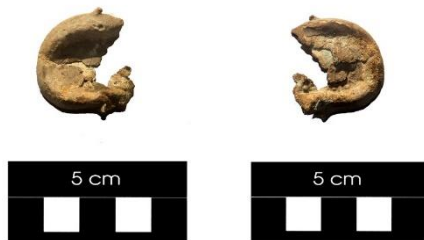
18 – Tira de bronze cinzelada a tracejado/listado numa das faces

GPS: 29S0513996 UTM 4389221



19 – Chumbo (fragmentado)

GPS: 29S0513999 UTM 4389255



20 – Numisma – Ceitel de D. Afonso V (r. 1438-1477) encontrado a 20 cm de profundidade

GPS: 29S0514002 UTM 4389265



21 – Cavilha em forma de **1** com 5 cm de comprimento

GPS: 29S0514000 UTM 4389262



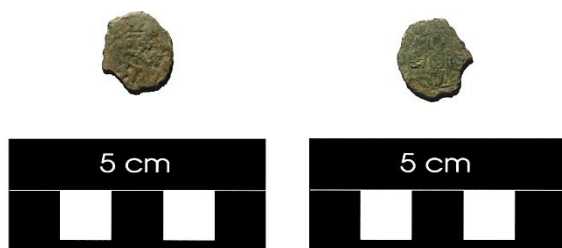
22 – Placa de ferro com 3 cm de comprimento (indeterminado)

GPS: 29S0513995 UTM 4389251



23 – Numisma – Real Preto de D. Afonso V (r. 1438-1477), encontrado a 30 cm de profundidade

GPS: 29S0513982 UTM 4389250



24 – Cavilha com 6 cm de comprimento

GPS: 29S0513983 UTM 4389247



25 – Tira metálica aparentemente de latão com entrelaçado de tiras de couro preto sobreposto. Peça pequena com cerca de 4 cm.

GPS: 29S0513996 UTM 4389270



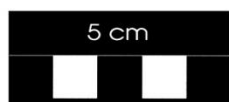
26 – Esfera alumínio/ferro

GPS: 29S0513970 UTM 4389238



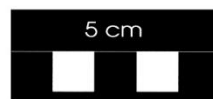
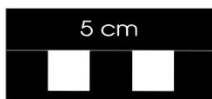
27 – Dois fragmentos de ferro (encontrados a 10 cm de profundidade)

GPS: 29S0513968 UTM 4389233



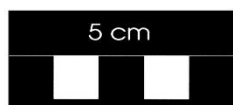
28 – Dois fragmentos de cerâmica. Um primeiro de cor acastanhada e um segundo vidrado de cor verde do lado exterior

GPS: 29S0513971 UTM 4389229



29 – Chave

GPS: 29S0513968 UTM 4389224



30 – Cartuxo de arma de fogo (encontrado a 15 cm de profundidade)

GPS: 29S0513958 UTM 4389220



31 – Objecto redondo em ferro (tampa?)

GPS: 29S0513963 UTM 4389216



32 – Roda dentada de pequenas dimensões (inferior a 2 cm)

GPS: 29S0513949 UTM 4389186



33 – Botão de farda com as armas de D. Manuel II (r. 1908-1910) e inscrição em inglês no verso: "SUPERIOR QUALITY" (encontrado a 10 cm de profundidade)

GPS: 29S0513948 UTM 4389187



34 – Botão de casaco liso e sem inscrição (encontrado a 10 cm de profundidade)

GPS: 29S0513949 UTM 4389180



35 – Argola

GPS: 29S0513943 UTM 4389180



36 – Pequena chapa com efeito decorativo (fragmentado)

GPS: 29S0513955 UTM 4389187



Relatório da sondagem geofísica



INTERVENÇÃO DE PROSPECÇÃO GEOFÍSICA

Prospecção Geofísica na Primeira Posição Portuguesa na Batalha de Aljubarrota

(Casal da Amieira, Batalha, Batalha, Leiria)

Relatório Final



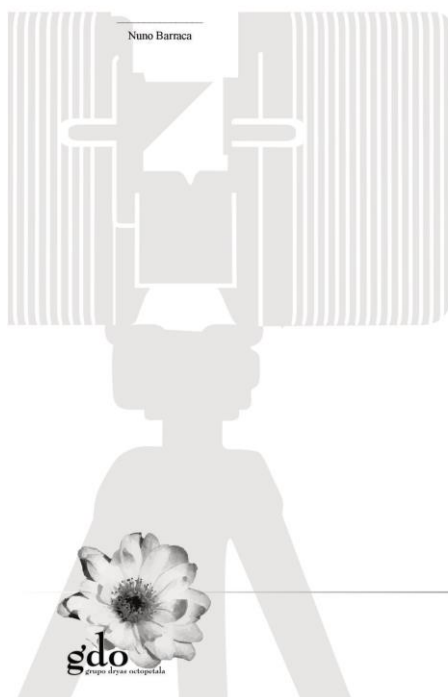
04 2017

direcção técnico-científica:
Nuno Barraca

Coordenação científica:
Nuno Barraca

PPBA'15

MARÇO DE 2017



Nuno Barraca



MORPH, LDA.
RUA ANÍBAL DE LIMA, 170 . 3000-030 COIMBRA (PORTUGAL)
T. (+351) 239 483 615 F. (+351) 239 834 045 M. (+351) 912 067 027
WWW.DRYAS.PT MORPH@DRYAS.PT

Resumo

O presente relatório apresenta os resultados da prospecção geofísica levada a cabo no local da Primeira Posição Portuguesa durante a Batalha de Aljubarrota. Para tal foi efectuado um levantamento exaustivo com recurso a diversos métodos Geofísicos complementares, nomeadamente: Gradiometria Magnética, Georadar, Resistividade Eléctrica e Refracção Sísmica.

Em resultado dos trabalhos de prospecção Geofísica foi possível identificar alinhamentos e anomalias relevantes que vieram a orientar os trabalhos subsequentes de Arqueologia.



Índice

Resumo.....	2
Índice.....	3
Lista de Figuras.....	4
Ficha técnica.....	5
Enquadramento da aquisição.....	6
Objectivos da prospecção geofísica.....	6
Caracterização das técnicas e métodos utilizados.....	6
Gradiometria Magnética.....	6
Georadar.....	7
Refracção sísmica.....	8
Resistividade eléctrica.....	8
Estratégia, equipamento e métodos utilizados.....	9
Estratégia dos trabalhos de Geofísica.....	9
Equipamento e software de processamento de dados.....	11
Metodologia de processamento de dados.....	11
Interpretação dos resultados.....	13
Considerações Finais e Conclusões.....	15
Apêndice.....	16
Figuras.....	16

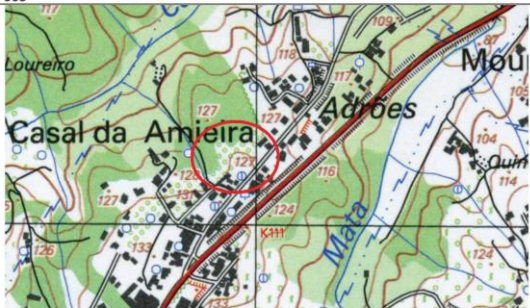


Lista de Figuras

Fig. 1: Local de intervenção.....	17
Fig. 2: Aspecto da utilização de detectores de metais para limpeza do terreno.....	18
Fig. 3: GPS Diferencial durante a operação.....	18
Fig. 4: Localização dos objecto identificados no terreno com recurso a detecção de metais.....	19
Fig. 5: Aspecto da aquisição com Gradiómetro/Magnetómetro.....	20
Fig. 6: Cobertura da aquisição por Gradiometria Magnética.....	21
Fig. 7: Polígonos adquiridos com recurso a Georradar.....	22
Fig. 8: Aspecto dos trabalhos com Georradar.....	23
Fig. 9: Localização dos perfis de Resistividade Eléctrica adquiridos.....	24
Fig. 10: Resistivímetro durante a operação.....	25
Fig. 11: Pormenor de um eléctrodo conectado ao cabo do resistivímetro.....	25
Fig. 12: Localização dos perfis de Refracção Sísmica adquiridos.....	26
Fig. 13: Aspecto da aquisição por Refracção Sísmica.....	27
Fig. 14: Geofone conectado ao sismógrafo.....	27
Fig. 15: Mapa do Gradiente Magnético interpretado. As setas a negro indicam alguns locais com dipolos acentuados. O círculo a vermelho indica uma área com intenso ruído; A marcação a branco indica áreas com ruído originado pelas estruturas actuais (casa e cercas metálicas).....	28
Fig. 16: Time slice interpretado correspondente a 0,98m de profundidade. A vermelho: anomalia associada com a mudança de vegetação e irregularidade de terreno. A amarelo, anomalias de larga escala desconhecidas. A Azul, alinhamento anteriormente identificado na prospecção Magnética.....	29
Fig. 17: Time slice interpretado correspondente a 1,84m de profundidade. A vermelho: estão marcados uma série de alinhamentos com configuração compatível com estruturas defensivas da batalha.....	30
Fig. 18: Resultados da Prospecção Eléctrica. Em cima, perfil P1; em baixo Perfil P2. Nestes é possível determinar que não é evidente nenhuma estrutura tipo "fosso" presente no local. Apenas é identificável o que aparenta ser uma estrutura estratigráfica.....	31
Fig. 19: Resultados da Prospecção por Sísmica de Refracção.....	31



Ficha técnica

designação da intervenção	Prospecção Geofísica na Primeira Posição Portuguesa na Batalha de Aljubarrota
acrónimo da intervenção	PPBA'15
designação do sítio	Casal da Amieira
localização administrativa	Rua do Poente, Batalha, Batalha , Leiria
coordenadas geográficas	39° 39' 9" N, 8° 50' 15" W
altitude média	127 metros
folha da carta militar	308
extracto da CMP 1/25.000	
tipo de trabalho	Prospecção Gradiometria Magnética, Detecção de Metais, Geofísica por Georadar, Resistividade Eléctrica e Refracção Sísmica.
área total da intervenção	Aproximadamente 8000m2.
uso do solo	Terreno agrícola (Olivar)
responsáveis técnicos	Nuno Barraca, Diogo Rodrigues
relação de participantes	Nuno Barraca, Diogo Rodrigues
data e duração dos trabalhos	25/06/2016 a 01/07/2016 (7 dias úteis)
projecto de investigação	Primeira Posição da Batalha de Aljubarrota
promotor	Nuno Pires



Enquadramento da aquisição

Objectivos da prospecção geofísica

No presente trabalho o principal objectivo foi a identificação de estruturas antrópicas associadas à primeira posição portuguesa na Batalha de Aljubarrota. Particularmente, este trabalho teve como objectivo identificar estruturas com tipologia semelhante às identificadas na posição final da dita batalha, nomeadamente de tipo: fosso, trincheiras ou "cova de lobo". Para tal foi efectuado um levantamento Geofísico exaustivo e multidisciplinar descrito seguidamente.

Caracterização das técnicas e métodos utilizados

Gradiometria Magnética

O objectivo da prospecção magnética é investigar a existência de anomalias magnéticas, que localmente alteram o campo magnético terrestre. Estas anomalias são geralmente devidas à existência de minerais ferromagnéticos (óxidos de ferro) nas rochas que constituem o subsolo.

A prospecção magnética pode ser utilizada quer na detecção de óxidos de ferro em profundidade, quer também na cartografia geológica, uma vez que os contactos entre rochas com diferentes susceptibilidades magnéticas, podem ser interpretados através de perfis e mapas magnéticos. De um modo semelhante, os objectos ferrosos com origem na actividade humana também geram anomalias magnéticas.

A técnica adequa-se particularmente bem à prospecção de sítios arqueológicos. Com efeito, diversos tipos de vestígios arqueológicos de actividades antrópicas antigas interferem directamente com a expressão local do campo magnético terrestre, produzindo assim anomalias das características, intensidade e orientação expectáveis deste campo magnético que permitem a localização e cartografia daqueles vestígios, invisíveis à superfície. Em resultado, a técnica da prospecção magnética permite identificar de forma rápida e eficaz a presença de diversos tipos daqueles vestígios enterrados. Este método surge particularmente adaptada para a prospecção e localização de: objectos metálicos, antigas estruturas construídas ou infra-estruturas e estruturas de combustão.

Face a outras técnicas de prospecção geofísica, os levantamentos magnéticos apresentam a vantagem de uma relação de eficácia (qualidade/tempo) particularmente atractiva, facto que justifica a sua ampla aplicação, sobretudo no quadro de primeiras abordagens geofísicas, de trabalhos sobre áreas de dimensões



apreciáveis e de prospecções orientadas para a identificação de objectos / estruturas com características apropriadas, tais as ocorrências geológicas e arqueológicas descritas *supra*.

Georradar

O GPR - "Ground Probing Radar" ou "Ground Penetrating Radar" (Radar de Penetração no Solo) - é um método que permite detectar remotamente objectos enterrados, proporcionando assim uma melhor planificação dos trabalhos de Engenharia, Arqueologia ou outros com impacto nesses eventuais objectos enterrados, qualquer que seja a sua natureza específica.

Com efeito, trata-se de um método geofísico electromagnético (EM) de aquisição e registo de informação do subsolo próximo da superfície. É um método activo, de emissão e recepção de impulsos EM a partir de antenas, de superfície ou em furos de sondagem, com aplicação em diversos domínios como a Engenharia, Geotécnia, Geoambiente, Ciência Forense, Arqueologia, etc.

No domínio da Engenharia, entre outras aplicações específicas, é especialmente adequado para a detecção de vazios preenchidos por ar, mapeamento da estratificação do subsolo e duma forma geral de interfaces entre materiais com propriedades EM (condutividade eléctrica, permissividade dieléctrica e permeabilidade magnética) contrastantes. Estas propriedades condicionam, em larga medida, a atenuação e a velocidade de propagação dos impulsos. A frequência central da antena emissora e o teor em água dos solos são factores determinantes na profundidade atingida e na resolução conseguida. Por este motivo, a escolha da antena utilizada é muito importante, devendo variar em função das dimensões e profundidades dos objectos reflectores em estudo.

A medição do tempo total de percurso dos impulsos, transmissões e reflexões, e o conhecimento / suposição das respectivas velocidades de propagação, permitem estimar a profundidade das estruturas / interfaces detectadas. Quando se faz a aquisição de dados ao longo de um perfil, as variações nas propriedades físicas do solo produzem reflexões identificáveis nos radargramas.

Os trabalhos de aquisição consistem em fazer evoluir uma antena com um transmissor e um receptor ao longo das áreas a prospectar. As ondas EM são enviadas pela antena emissora e posteriormente recebidas na antena receptora, após terem sido parcialmente reflectidas nos objectos presentes no interior do solo. A antena liga-se a uma unidade de controlo por um cabo que controla os parâmetros de aquisição e o armazenamento dos dados. Por sua vez, os dados obtidos durante o levantamento são armazenados na unidade central.

Este procedimento é realizado ao longo de perfis / linhas de aquisição de dados, sendo os dados recebidos pela antena receptora transferidos para um computador para posteriormente serem digitalizados e registados sob a forma de sequências 2D de traços



individuais, designados radargramas. A interpretação poderá ser realizada a partir dos radargramas em "cru" e / ou após aplicação de diversas técnicas de visualização e / ou processamento.

Refracção sísmica

Este método consiste na realização de perfis longitudinais com recurso a geofones espaçados a distâncias regulares e conhecidas. A velocidade de propagação das ondas sísmicas, registada através do tempo que estas demoram a chegar aos geofones pré-instalados, constitui o parâmetro mais representativo para definir a escavabilidade do terreno. A velocidade das ondas reflecte o grau de compacidade, alteração e fracturação dos materiais. Assim este método é principalmente eficaz na identificação da profundidade do *Bedrock*, definição da escavabilidade do terreno e determinação do grau de compacidade, alteração e fracturação dos materiais

Resistividade eléctrica

Este método tem ampla aplicação em estudos ambientais, para caracterização de contaminações do subsolo, estudos geológicos, em Arqueologia, para detecção de objectos e/ou estruturas e, em Engenharia, na detecção de cavidades. Tem também sido usado em estruturas de edifícios, em estudos de betão, com aplicação directa em projectos de Engenharia Civil.

As principais condicionantes desta técnica resultam do teor de água nos solos, sempre que estes se apresentam excessivamente saturados ou demasiado secos.

Os métodos eléctricos estudam a resposta do terreno quando se propagam correntes eléctricas contínuas através dele. E a sua utilização baseia-se no uso de um resistímetro e de 4 eléctrodos, 2 de corrente e 2 de potencial.

O parâmetro físico a determinar é a resistividade eléctrica, dependente da litologia, estrutura interna e da quantidade de água no meio.

Para calcular a resistividade do subsolo, é injectada corrente contínua no terreno através de 2 eléctrodos (de corrente) exteriores ligados a uma fonte de energia, medindo-se a diferença de potencial gerada pela passagem da corrente entre outros 2 eléctrodos (de potencial) interiores.

Conhecendo a intensidade da corrente, a diferença de potencial e as distâncias que separam os eléctrodos de corrente dos de potencial, é possível calcular a resistividade do meio. Alterando a configuração dos eléctrodos obtemos várias possibilidades de estudo.

As configurações mais usadas são os dispositivos de Wenner, Shlumberger e Dipolo-dipolo.

- O dispositivo de Wenner usa uma configuração com espaçamentos iguais entre 4 eléctrodos dispostos em linha recta na superfície. A corrente alternada passa entre os 2 eléctrodos exteriores, enquanto que a diferença de potencial é medida entre os eléctrodos interiores;



- No dispositivo de Schlumberger o modo de funcionamento é idêntico ao dispositivo de Wenner, mas a diferença está na distância entre eléctrodos, onde a separação entre os 2 interiores deve ser inferior a 1/5 da distância entre os eléctrodos exteriores;
- No método Dipolo-Dipolo a distância entre os eléctrodos de potencial é igual à distância entre os eléctrodos de indução, variando apenas a distâncias entre os dois conjuntos de eléctrodos ao longo da linha de aquisição.

Para uma maior penetração no solo deve aumentar-se o espaçamento entre os eléctrodos, respeitando a configuração do dispositivo.

Os métodos geoelectricos apresentam uma vasta gama de aplicações, nomeadamente: em estudos ambientais, na caracterização de contaminações em aterros sanitários; em estudos geológicos, no mapeamento geológico; em Arqueologia na detecção de objectos e/ou estruturas enterrados com interesse arqueológico; e em Engenharia Civil / Geotécnica, na detecção de cavidades (as cavidades preenchidas por ar estão associadas a zonas de valores elevados de resistividade, enquanto aquelas que sofreram colapso ou estão preenchidas por sedimentos, estão associadas a zonas com valores baixos de resistividade).

Estes métodos também têm sido usados em larga escala em estruturas de edifícios em estudos de betão, com aplicação directa em estudos destinados à engenharia civil. A resistividade eléctrica pode também ser usada em estudos de Arqueologia do edificado, mais precisamente em estruturas de edifícios patrimoniais, no sentido de identificar estruturas não visíveis (portas e janelas tapadas noutras fases de vida do edifício) e os diferentes materiais que as constituem.

Estratégia, equipamento e métodos utilizados

Estratégia dos trabalhos de Geofísica

A estratégia de aquisição neste trabalho foi especificamente adequada ao local de prospecção e momento de aquisição, bem como à tipologia das estruturas expectáveis. Dada a dimensão da área de intervenção (Fig. 1) este trabalho foi dividido em diversas áreas de intervenção, de acordo com a metodologia usada. Seguidamente serão descritas as diversas metodologias utilizadas e correspondente áreas de intervenção. Assim este trabalho dividiu-se em 4 fases:

- Na primeira fase dos trabalhos foi efectuado um levantamento de toda a área com recurso à metodologia da **Gradiometria Magnética**. Para redução do ruído provocado pela presença de objectos metálicos enterrados no local, foi feita uma limpeza de todo o terreno com recurso à **Detecção de Metais** (Fig. 2). Nesta limpeza, foram detectados identificados, georreferenciados com recurso a **GPS**



Diferencial (Fig. 3), catalogados e armazenados uma série de objectos marcados na cartografia anexa (Fig. 4).

Quanto ao levantamento da área com recurso à **Gradiometria Magnética**, foram efectuadas passagens paralelas entre si e espaçadas de aproximadamente 1m, orientados NE/SW e com medidas a cada 250 milissegundos (Fig. 5). No que respeita à geolocalização da aquisição, esta foi efectuada de forma automática pelo equipamento, dado que este inclui um GPS acoplado. Esta aquisição foi efectuada cobrindo toda a área possível do terreno: dado que parte do terreno não se apresentava adequadamente desmatado, apenas se pode realizar os trabalhos de prospecção descritos neste relatório nos locais efectivamente desmatados. Adicionalmente, a aquisição magnética teve de ser efectuada com alguma distância das casas e cercas metálicas presentes no local, dado que estas condicionantes perturbam em larga medida a aquisição e dados com qualidade (Fig. 6).

- Na segunda fase de trabalhos de campo, foi efectuado um levantamento por **Georadar de superfície**. Para esta metodologia, comparativamente mais morosa e de maior resolução do que outros métodos, a aquisição foi dividida em 11 polígonos individuais (Fig. 7). Todos os polígonos foram adquiridos efectuando passagens com georadar orientadas NE/SW em meandro (em ambos os sentidos). Foi usada uma antena de frequência central de 500MHz (Fig. 8), a janela de tempo usado foi de 100ns e a amostragem ao longo de cada perfil foi efectuada a cada 2cm. A Geolocalização dos polígonos de aquisição foi efectuada com recurso a GPR diferencial.
- A terceira fase de trabalhos correspondeu à aquisição de perfis de **Resistividade Eléctrica**. Para este trabalho foram implantados e adquiridos 2 perfis de resistividade conforme a localização apresentada em anexo (Fig. 9). Cada perfil foi composto por uma aquisição de 47 eléctrodos acrescentados de uma segunda aquisição de mais 23 eléctrodos (em sistema de *roll-along*) (Fig. 11). Para a aquisição foi utilizado a metodologia Dipolo-dipolo, com espaçamento de 2m entre eléctrodos. Para geolocalização da aquisição foi usado GPR diferencial.
- Finalmente, na quarta e última fase de trabalhos, foi efectuado um levantamento por **Refracção Sísmica**. Para esta prospecção foram adquiridos dois perfis ao longo do terreno (Fig. 12), cada um destes adquiridos em 3 partes com 24 geofones verticais de 4,5Hz cada e separados de 2 metros entre si. A gravação esteve a cargo de um conversor A/D de 24 bits, armazenando os dados em disco duro à taxa de amostragem de 0.5 milissegundos com 2000 milissegundos de janela total. O sistema possui "signal enhancement", ou seja, a possibilidade de somar várias deflagrações de fonte para fortalecer os sinais recebidos. A onda sísmica foi gerada através do impacto com uma marreta sobre uma placa



metálica colocada no solo entre cada geofone. Para geolocalização da aquisição também foi usado GPR diferencial.

Equipamento e software de processamento de dados

Aquisição de Campo

Para a aquisição dos dados de campo foram usados os seguintes equipamentos:

- **Detectores de metais:** Garrett AT Pro e Teknetics Eurotek Pro;
- **Fotografia:** Máquina Digital Nikon D3100;
- **Informática:** 2 Computadores portáteis;
- **Georadar:** GPR Sistema ProEx (Professional Explorer) da MALÁ GeoScience com antena blindada de 500MHz;
- **Georreferenciação:** DGPS Leica GS15;
- **Magnética:** Magnetómetro/Gradiómetro de potássio GEM GSMP-35;
- **Programas de Aquisição:** DoReMi;
- **Resistividade:** Resistivímetro SYSCAL Junior Switch 48;
- **Sismógrafo:** Sismógrafo da marca SARA Instruments;
- **Viaturas:** Viatura para transporte (Mitsubishi L200).

Trabalho Laboratorial

- **Edição de texto e Imagem:** LibreOffice v5.3.2.2;
- **Georadar:** ReflexWin V8.2;
- **Magnetometria:** GEMLink v5.3 e MagPick v3.25;
- **Hardware Informático:** 2 Computadores portáteis;
- **Refracção Sísmica:** Rayfract;
- **Resistividade Eléctrica:** Res2dinv x64 v4.06.10;
- **SIG:** ArcGIS 9.3.

Metodologia de processamento de dados

Georadar

No que respeita ao processamento dos radargramas adquiridos individualmente, inicialmente foi necessário tratar os dados em duas dimensões (2D), ou seja, tratar a linhas de aquisição individualmente

Para isso, procedeu-se aos seguintes passos:

- Importação dos ficheiros de aquisição para o programa ReflexWin v8.2;
- Filtro de remoção dos ruídos de baixa frequência (Dewow);
- Ajuste do tempo zero;
- Filtro passa-banda;
- Filtro de remoção do ruído de fundo;



- Migração dos dados;
- Função de ganho;

Após este tratamento procedeu-se a uma interpretação dos radargramas individualmente, registando todas as anomalias encontradas. Seguidamente ao processamento 2D partiu-se para um processamento em três dimensões (3D) dos polígonos de aquisição. Para isso usou-se o módulo de integração 3D do programa *Reflex-Win* no qual se construiu um polígono usando as linhas 2D paralelas, nas quais foi aplicado uma interpolação. Este "cubo" 3D foi posteriormente analisado de modo exaustivo para identificar quaisquer anomalias, as quais foram registadas e a sua imagem transposta em planta para posterior interpretação no programa *ArcGis 9.3*.

Magnetometria

Os dados recolhidos no campo foram importados no programa informático *GEM Link*. Após importação os dados foram trabalhados usando o Programa *MagPick*. Neste programa, o perfil contínuo adquirido no campo, correspondentes toda a aquisição, foi analisado e recortado em perfis individuais. Nesta operação de recorte dos perfis foram retirados os dados adquiridos nos topos dos perfis, uma vez que corresponderiam a direcções de aquisição diferentes das pretendidas (arcos nos topos dos meandros de aquisição). Com os perfis individuais, foi possível editar cada linha individualmente em software de cálculo por forma a subtrair a mediana móvel a cada perfil e assim reduzir qualquer desvio DC detectado. Posteriormente, novamente no programa *MagPick*, os dados foram visualizados perfil a perfil, sendo sinalizadas e retiradas quaisquer anomalias que pudessem corresponder a picos (*spikes*) na aquisição.

Seguidamente foi interpolado um mapa do gradiente magnético da área estudada usando *splines*. Desta interpolação foi obtido um mapa do gradiente magnético o qual foi posteriormente interpretado.

Resistividade eléctrica

Os dados recolhidos no campo foram importados pelo suporte informático *Proxys II* em ficheiro binário. Posteriormente os dados foram tratados no suporte informático *Res2Dinv*, efectuando a inversão das resistividades eléctricas aparentes. Qualquer ponto anómalo detectado aquando de processamento foi retirado e posteriormente os dados foram novamente invertidos. Este processo visa reduzir o erro da inversão que no caso em apreço se fixou num máximo de 6,2%, valor claramente aceitável. Os modelos invertidos que foram obtidos correspondem a perfis de resistividade bidimensional (2D) provocados pelas estruturas existentes no subsolo. Estes perfis foram visualizados e interpretados.

Sísmica de Refracção

O processamento dos dados de refração sísmica começa pela filtragem para remoção de ruídos mais grosseiros do sinal, seguindo-se a picagem das primeiras chegadas das



ondas sísmicas a cada geofone ("first break picking"). Estas tarefas realizam-se no programa Doremi (programa fornecido pelo fabricante do sísmógrafo) obtendo-se um gráfico do tempo de percurso das ondas versus afastamento que permite calcular a velocidade de propagação da onda sísmica no meio atravessado.

A interpretação dos dados de refração sísmica realizada no âmbito do presente projecto teve como base a metodologia mais recente de Travelltime Tomography (Cardarelli et al 1995; Zhang e Toksoz 1998). Trata-se de uma técnica não-ambígua que fornece uma secção de velocidades de elevada resolução, ideal para meios cristalinos, ou seja, para casos em que exista algum gradiente de alteração em escala cromática, obtidos após tratamento de dados no programa SURFER do fabricante Golden Software.

Interpretação dos resultados

Magnetometria

O mapa da figura 15 mostra a distribuição do gradiente magnético no local estudado, do que se podem inferir diversas conclusões.

Um primeiro aspecto a salientar é a presença de muito pouco ruído nas áreas cobertas intensivamente com detecção de metais. É importante notar que a existência de alguns picos (marcados com setas negras na imagem) e que deverão estar relacionados com objectos metálicos enterrados no local e que estariam a profundidades superiores às possíveis de detectar pelos detectores de metais. Para além destes picos, e como seria de esperar, as áreas próximas dos edifícios actuais e junto a cercas metálicas, apresentam intenso ruído (marcados a tracejado branco na figura). Consideradas estas limitações, facilmente identificáveis, praticamente todo o sinal está em torno de $-2nT$ e $2nT$, o que indica então muito pouco ruído nestas áreas.

No que respeita a estruturas que possam estar relacionadas com fosso ou trincheiras no local de estudo, não foram detectadas quaisquer anomalias. É apenas importante salientar a presença de um alinhamento muito ténue (marcado a tracejado negro), no entanto esta estrutura é também identificada na prospecção por Georradar (mais à frente).

Georradar

Da interpretação dos dados interpolado em 3D foi possível identificar uma série de anomalias e alinhamentos que serão descritos seguidamente sob a forma de *time slices* ("fatias" horizontais correspondentes ao mesmo tempo de detecção e consequentemente à mesma profundidade).

Assim, na figura 16, é apresentado o *time slice* correspondente a 0,98m de profundidade. Neste é visível uma série de anomalias que devido à sua grande dimensão (dezenas de metros) não parecem poder corresponder a estruturas defensivas associadas à batalha.



Assim, a vermelho na figura, está marcada uma grande anomalia reflectora que deverá corresponder às irregularidades no terreno e a uma área recentemente desmatada. Logo não terá importância arqueológica relevante. Da mesma forma as anomalias marcadas a amarelo, são de grande dimensão e apresentam configurações idênticas à anterior. Estas também correspondem a irregularidade no solo ou, possivelmente, áreas no solo com maior quantidade de fragmentos com cascalheira.

Finalmente, nesta figura, é possível identificar um alinhamento (marcado a azul claro) que corresponde com muita precisão à anomalia identificada na prospecção magnética.

Na figura 17 é apresentado o *time slice* correspondente à profundidade de 1,84m. Neste é visível a presença de uma série de alinhamentos, aproximadamente paralelos entre si. Dada a pequena espessura dos alinhamentos (cerca de 0,5m) e a sua configuração sub-paralela, estas estruturas poderão corresponder a estruturas defensivas. No entanto é importante salientar a grande profundidade das mesmas uma vez que estas estruturas têm a sua primeira evidência a cerca de 1,5m de profundidade.

No que respeita ao trabalho de Georradar não foram edificadas outras estruturas na área estudada.

Resistividade Eléctrica

A figura 18 apresenta os resultados dos dois perfis de prospecção por resistividade eléctrica efectuados no local, orientados N-S (da esquerda para a direita). Nestes perfis não é possível identificar a presença de quaisquer indícios da presença de estruturas antrópicas no local. Apenas é evidente uma sequência estratigráfica normal e paralela à superfície constituída por uma camada superficial com aproximadamente 1,5 a 2 metros de espessura. Esta camada deverá corresponder à cobertura superficial de solo presente no local. Seguidamente está presente uma camada que se prolonga até aos 3/4m de profundidade que apresenta uma resistividade mais baixa e poderá corresponder a solo mais húmido. A partir desta profundidade é visível uma camada de maior resistividade que deverá corresponder ao soco rochoso.

Sísmica de Refracção

Os resultados da prospecção sísmica (Fig. 19) apresentam dados concordantes com os anteriormente obtidos por resistividade eléctrica:

- Superficialmente é visível uma camada com velocidades mais baixas (até 600m/s), a qual deverá corresponder à mesma camada já anteriormente detectada através da resistividade eléctrica, uma vez que apresenta uma profundidade até 2m e morfologia e características semelhantes a esse resultado da Resistividade eléctrica;
- Até aos 4 metros de profundidade é evidente a presença de uma outra camada mais consolidada; e



- Finalmente a partir desta profundidade é visível a presença de velocidades mais altas (superiores a 900m/s) que deverão corresponder ao soco rochoso.

Em todas as secções, é apenas evidente a presença de baixas velocidades entre os 10 e 20 metros em cada perfil e aos 50 no perfil 1. Estas velocidades inferiores a 400m/s poderiam corresponder a escavação antrópica do terreno.

Considerações Finais e Conclusões

Na sequência dos trabalhos de prospecção geofísica que executámos no Casal da Amieira, foi proposta a realização de sondagens arqueológicas destinadas a inspeccionar as anomalias identificadas pela prospecção por Georadar e nas proximidades da anomalia dos 50m do perfil de sísmica, dado serem estas as mais promissoras, por apresentarem configurações concordantes com estruturas identificadas na posição final da batalha.

Mais se concluiu, que o alinhamento presente tanto na magnética como nos dados de Radar, poderá corresponder a um antigo caminho. Esta interpretação é confortada pela detecção de objectos dois numismas antigos (nomeadamente, um Ceítil e um Real Preto), ambos datados do reinado de Afonso V e (2) pela aparente representação deste alinhamento na vegetação circundante.



Apêndice

Figuras



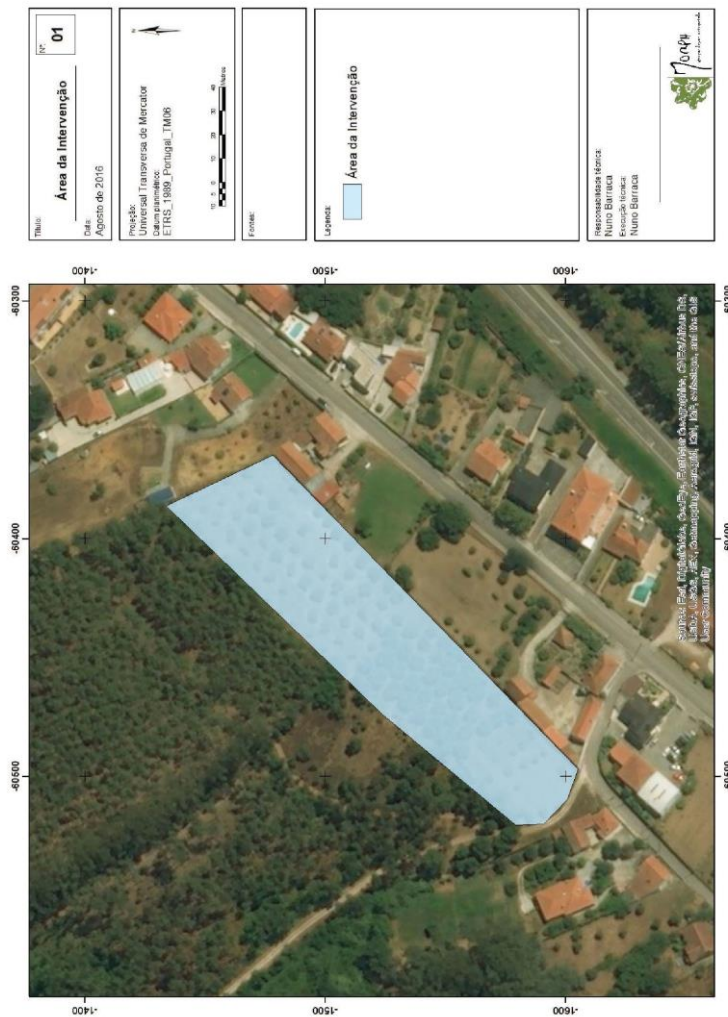


Fig. 1: Local de intervenção.





Fig. 2: Aspecto da utilização de detectores de metais para limpeza do terreno.



Fig. 3: GPS Diferencial durante a operação.



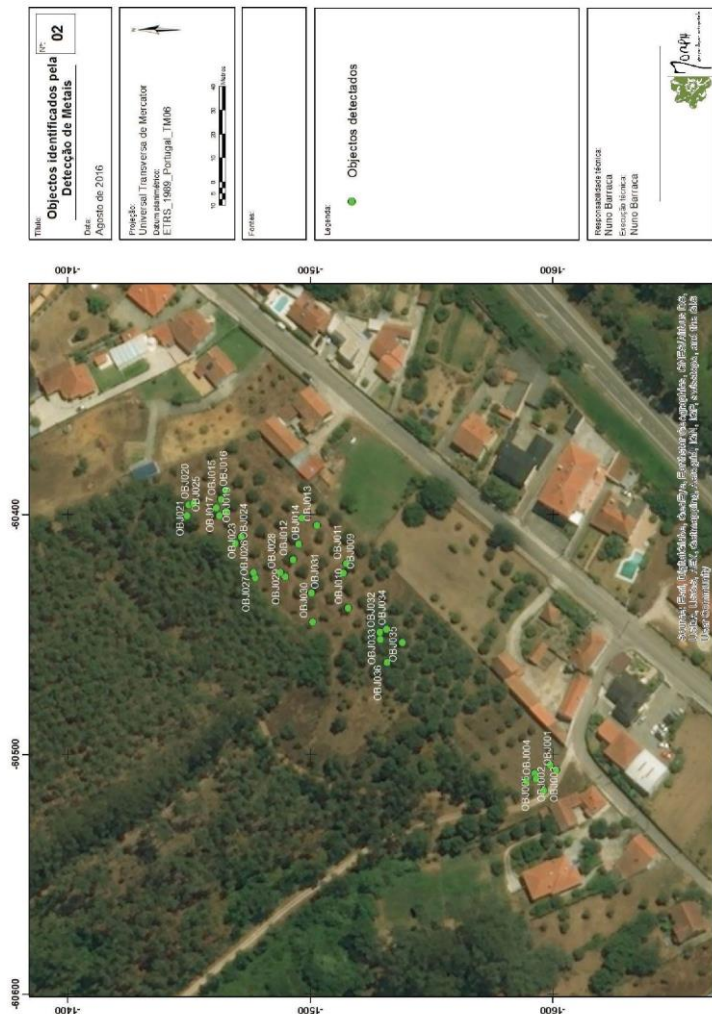


Fig. 4: Localização dos objecto identificados no terreno com recurso a detecção de metais.





Fig. 5: Aspecto da aquisição com Gradiómetro/Mangetómetro.



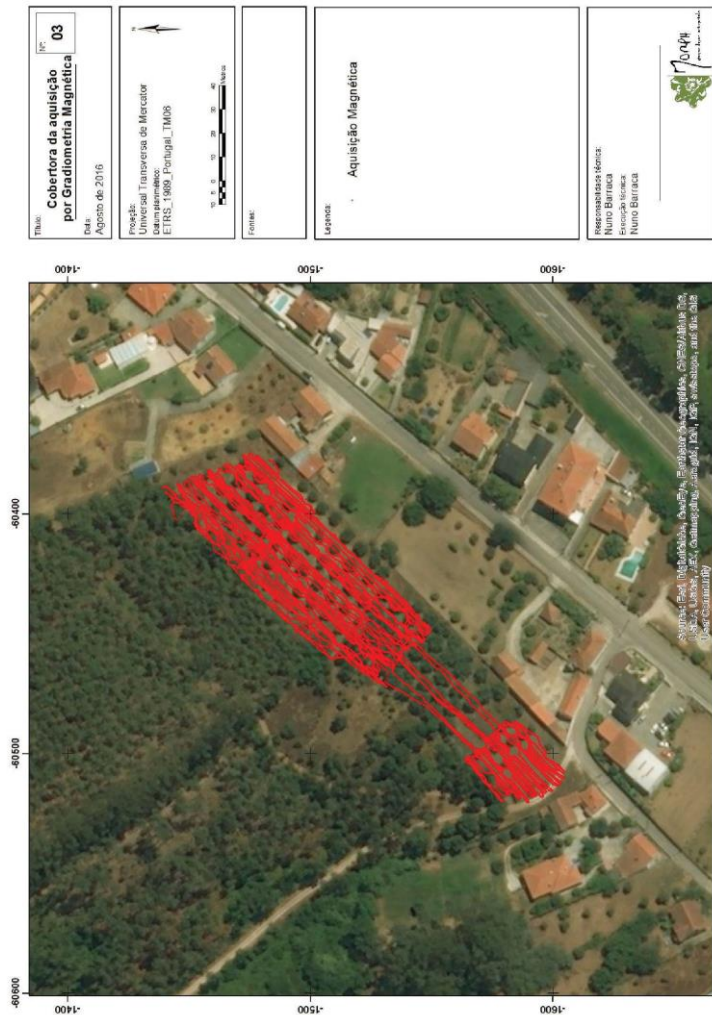


Fig. 6: Cobertura da aquisição por Gradiometria Magnética





Fig. 8: Aspecto dos trabalhos com Georadar.





Fig. 9: Localização dos perfis de Resistividade Eléctrica adquiridos.





Fig. 10: Resistivímetro durante a operação.



Fig. 11: Pormenor de um eléctrodo conectado ao cabo do resistivímetro.

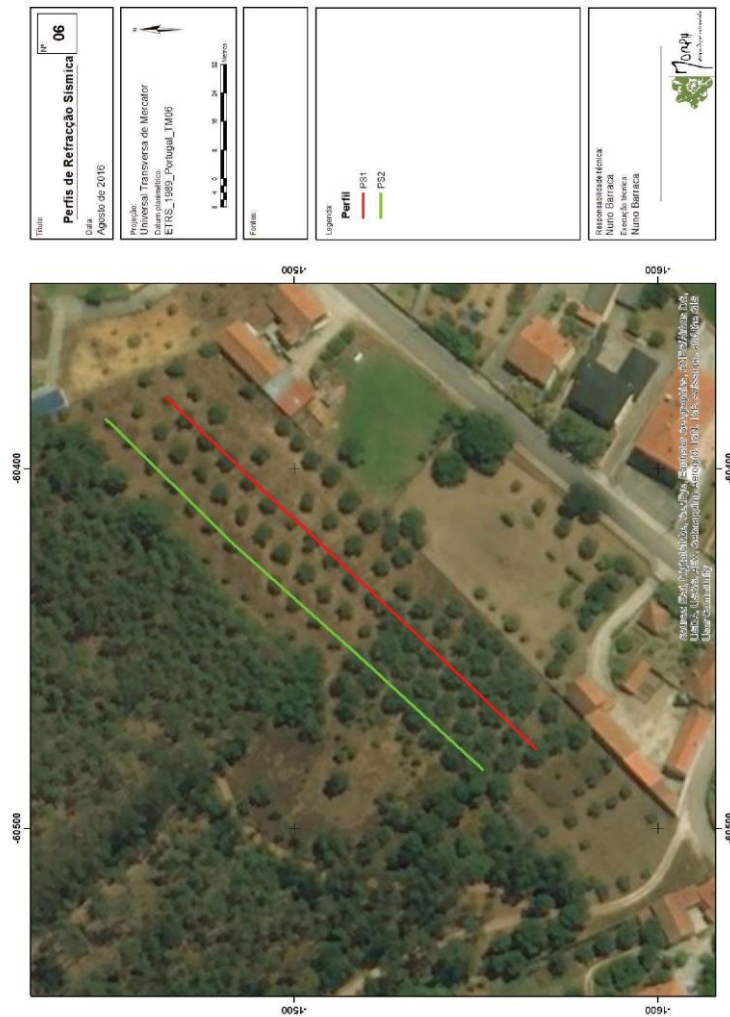


Fig. 12: Localização dos perfis de Refracção Sísmica adquiridos.





Fig. 13: Aspecto da aquisição por Refracção Sísmica.



Fig. 14: Geofone conectado ao sismógrafo.

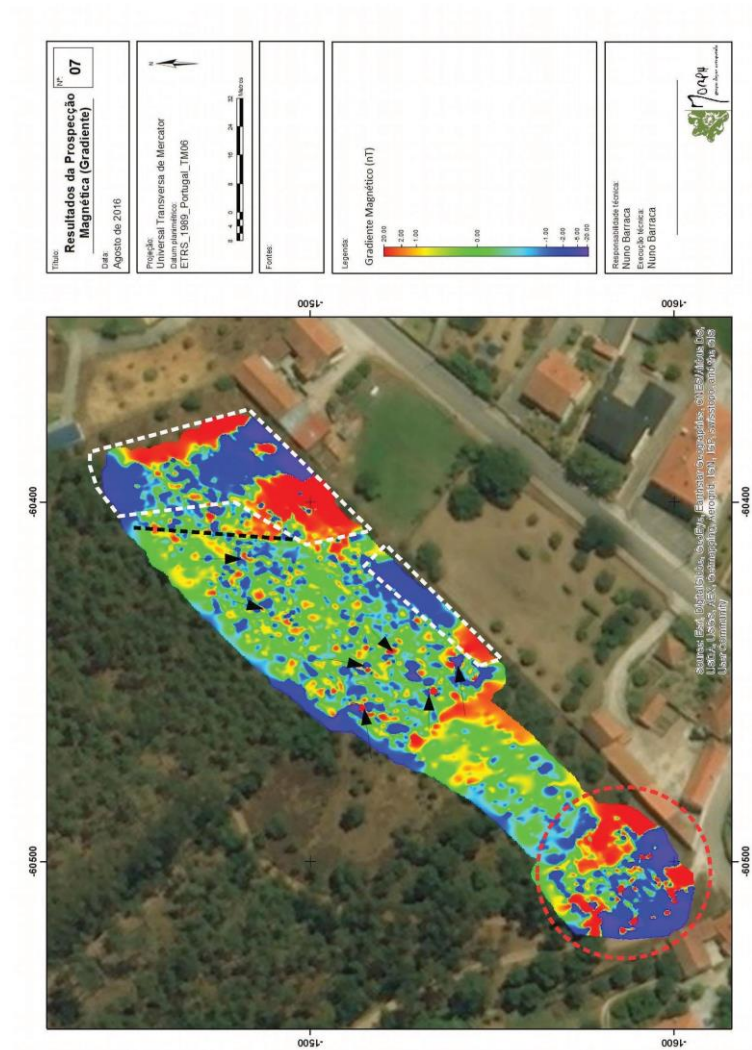


Fig. 15: Mapa do Gradiente Magnético interpretado. As setas a negro indicam alguns locais com dipolos acentuados. O círculo a vermelho indica uma área com intenso ruído; A marcação a branco indica áreas com ruído originado pelas estruturas actuais (casa e cercas metálicas).





Fig. 16: Time slice interpretado correspondente a 0,98m de profundidade. A vermelho: anomalia associada com a mudança de vegetação e irregularidade de terreno. A amarelo, anomalias de larga escala desconhecidas. A Azul, alinhamento anteriormente identificado na prospecção Magnética.



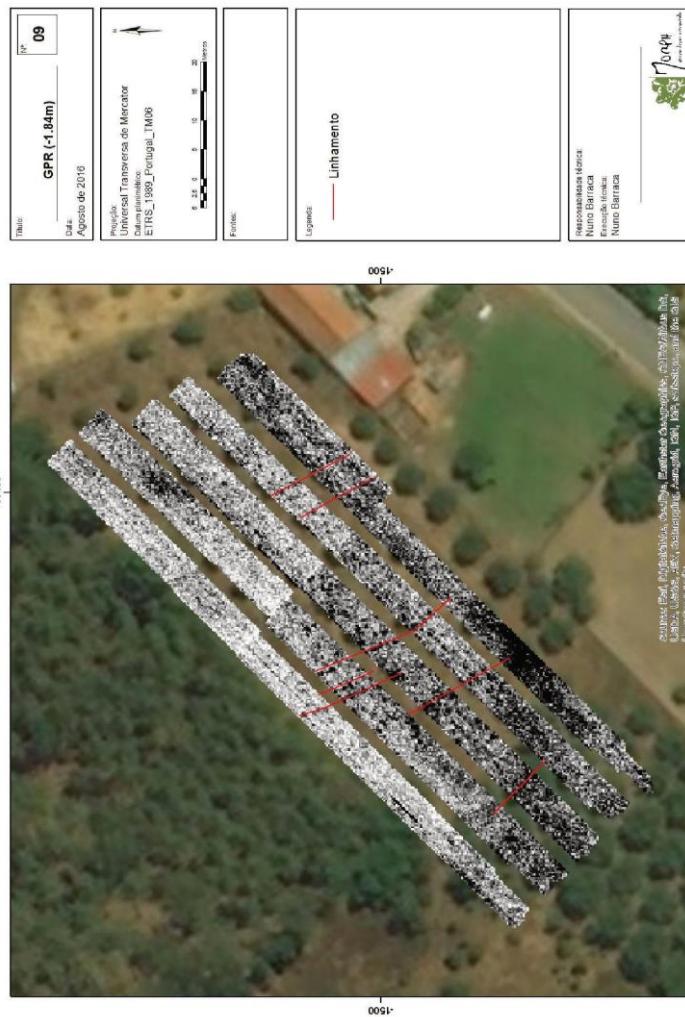


Fig. 17: Time slice interpretado correspondente a 1,84m de profundidade. A vermelho: estão marcados uma série de alinhamentos com configuração compatível com estruturas defensivas da batalha.



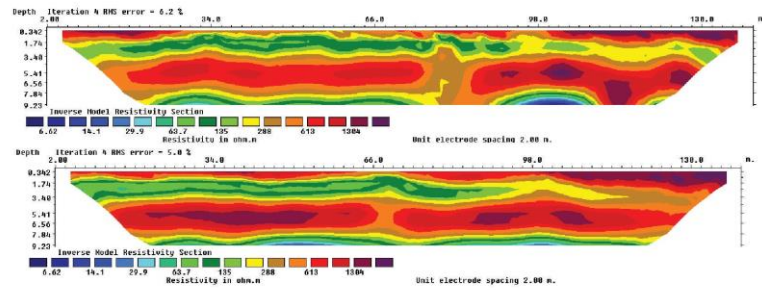


Fig. 18: Resultados da Prospeção Eléctrica. Em cima, perfil P1; em baixo Perfil P2. Nestes é possível determinar que não é evidente nenhuma estrutura tipo “fosso” presente no local. Apenas é identificável o que aparenta ser uma estrutura estratigráfica.

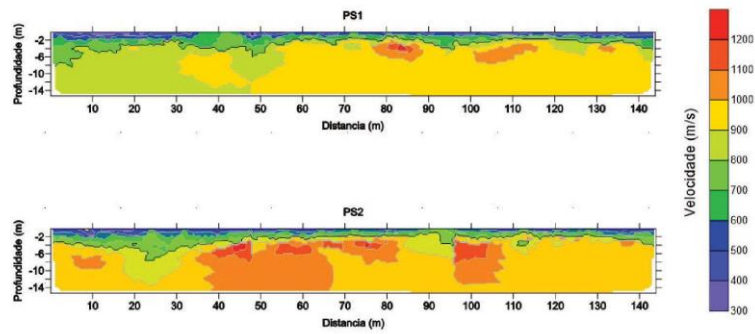


Fig. 19: Resultados da Prospeção por Sísmica de Refracção



IMPRIMIRAM-SE 2 EXEMPLARES DESTES RELATÓRIOS, DISTRIBUÍDOS A:

Nuno Pires
Morph, Lda.

RESPONSABILIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA DA INTERVENÇÃO:
Nuno Barraca

RECOLHA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL:
Nuno Barraca, Diogo Rodrigues

TRABALHOS DE CAMPO:
Nuno Barraca, Diogo Rodrigues

FOTOGRAFIAS:
Nuno Barraca, Nuno Pires

CARTOGRAFIA:
Nuno Barraca



MORPH, LDA.
RUA ANÍBAL DE LIMA, 170 - 3000-030 COIMBRA (PORTUGAL)
T. (+351) 239 483 615 F. (+351) 239 834 045 M. (+351) 912 067 027
WWW.DRYAS.PT MORPH@DRYAS.PT